

UNIVERSIDAD COMPLUTENSE DE MADRID

FACULTAD DE CIENCIAS DE LA INFORMACIÓN

Departamento de Biblioteconomía y Documentación



TESIS DOCTORAL

**A leitura pública no distrito de Coimbra
(1987-2014)**

MEMORIA PARA OPTAR AL GRADO DE DOCTOR

PRESENTADA POR

Maria Donzília dos Santos Alves Carvalho

Director

Félix Sagredo Fernández

Madrid, 2017

©Maria Donzília dos Santos Alves Carvalho, 2016

UNIVERSIDAD COMPLUTENSE DE MADRID

FACULTAD DE CIENCIAS DE LA INFORMACIÓN

Departamento de Biblioteconomía y Documentación



**LA LECTURA PUBLICA EN EL DISTRITO DE COIMBRA
(1987 – 2014)**

TESIS DOCTORAL
PRESENTADA POR

Maria Donzília dos Santos Alves Carvalho

**Bajo la dirección del Profesor Doctor
Félix Sagredo Fernández**

Madrid, 2015

UNIVERSIDAD COMPLUTENSE DE MADRID

FACULTAD DE CIENCIAS DE LA INFORMACIÓN

Departamento de Biblioteconomía y Documentación



A LEITURA PÚBLICA NO DISTRITO DE COIMBRA
(1987 – 2014)

TESE APRESENTADA POR:

Maria Donzília dos Santos Alves Carvalho

Dirigida pelo Professor Doutor
Félix Sagredo Fernández

Madrid, 2015

À memória dos meus Pais, que tudo me deram;
Aos meus Filhos, a quem tudo quero dar;
Ao Pedro, com quem tudo quero repartir.

“Só sei que nada sei.”

Sócrates

AGRADECIMENTOS

Os meus agradecimentos sinceros vão para todas as pessoas e instituições que possibilitaram a realização da minha tese.

O meu primeiro agradecimento é para o Professor Doctor Félix Sagredo Fernandes, meu diretor de tese, como reconhecimento do empenho, dedicação, amizade, disponibilidade e mestria com que dirigiu e acompanhou esta minha caminhada. Poucas são as palavras para agradecer o fundamental apoio nas horas mais difíceis e a coragem que me conseguiu transmitir durante todo este processo, a par de uma orientação que só a erudição e a alta competência científica podem permitir.

Ao Professor Doutor Carlos Correia Gonçalves (*in memoriam*) pelos conselhos, amizade e exemplo de perseverança e coragem que, tão bem, contribuíram para a realização deste trabalho.

Os meus agradecimentos a todas as Câmaras Municipais do distrito de Coimbra e a todas as Bibliotecas Municipais integrantes da Rede de Leitura Pública que me apoiaram, prestando os esclarecimentos necessários e autorizando a cedência dos Questionários anuais que estiveram na base do presente trabalho.

Agradeço, igualmente, à DGLAB – Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas pela colaboração no envio dos já referidos questionários.

À Câmara Municipal de Mira agradeço o apoio e a compreensão fundamentais na última fase de elaboração da minha tese.

À equipa da Biblioteca Municipal de Mira um agradecimento muito especial pelo carinho, incentivo e acompanhamento dados nesta fase da minha vida.

Um agradecimento sincero aos amigos que estiveram presentes nas mais diversas situações e que, cada um com o seu contributo especial, contribuíram para a elaboração desta tese: Aura Tarelho, Micaela Morais e Fernando Ferreiro.

À minha colega Edna, um bem haja do tamanho do mundo pela importância que teve quando tudo parecia estar perdido.

Um agradecimento á Madrinha Fernanda pelas palavras de incentivo e pelo presente que facilitou a elaboração deste trabalho.

Agradeço, ainda, ao meu primo Paulo Antunes pela amizade incondicional e aconselhamento técnico.

À minha irmã, Maria Fernanda Alves, pela ajuda nas mais diversas situações onde só uma irmã pode ajudar.

Aos meus pais (*in memoriam*), pelo exemplo de trabalho, perseverança e humildade que me deram e que me tornaram na pessoa que hoje sou.

Aos meus filhos, Ana Margarida e Manuel Pedro, um pedido de desculpa por todas as horas roubadas ao nosso convívio e um louvor por toda a ternura que me oferecem e torna a minha vida mais doce.

Ao meu marido, Pedro Emanuel, o reconhecimento de um caminho feito a par.

PALAVRAS CHAVE

Bibliotecas; Leitura Pública; Rede de Leitura Pública; Portugal.

PALABRAS CLAVE

Bibliotecas; Lectura Publica; Rede de Leitura Pública; Portugal.

KEY WORDS

Libraries; Public Libraries; Rede de Leitura Pública; Portugal.

RESUMO

“As bibliotecas agregam toda a produção do trabalho intelectual e os meios para aumentar a dita produção. São por sua vez os depósitos, os laboratórios e os instrumentos da ciência. Do ponto de vista do ensino e da transmissão dos conhecimentos, elas são as aliadas e os complementos da Escola e da Universidade, e devem funcionar como elementos próprios da organização da educação da Comunidade”.¹

Paul Otlet

Para iniciar este trabalho de investigação sobre bibliotecas selecionei, na Introdução, esta citação de Paul Otlet. Embora remonte aos anos 20 do século passado, mantém-se atual, levando-nos ao cerne da questão e dando as linhas mestras de orientação da pesquisa que nos propomos fazer.

Antes do século XX, a informação circulava – quando circulava - quase exclusivamente em suporte de papel (livros, revistas, jornais). As bibliotecas, por necessidade óbvia, estavam preparadas apenas para receber esses materiais. Somente a partir de meados do século XX, fruto do desenvolvimento científico, novos suportes de documentais apareceram por esta ordem cronológica: os discos, a fita magnética e a videocassete, os CDs, as fitas cassete, os slides, para apenas citar os mais conhecidos. E estes suportes criaram novas formas de estar no mundo, novas atividades e vivências.

¹ OTLET, Paul - *Manuel de la Bibliothèque Publique*. Bruselas: Union de las Villes et Comunes Belgues, Publ. núm. 17, 1923, página 41.

Este desenvolvimento dos suportes trouxe consigo uma nova necessidade: a sua integração no espólio das bibliotecas. Foi deste modo que as bibliotecas deram um salto quantitativo e qualitativo, de maneira a servir de forma atualizada e pertinente a comunidade.

Foi a explosão de informação e o grande desenvolvimento tecnológico que não permitiu às bibliotecas ficarem indiferentes à mudança. Como diz Carlos Fortuna e Fernando Fontes: *“a Biblioteca Pública acessível a todos, sem distinção de cor ou credo, de idade, sexo ou local de residência e defensora de uma conceção dinâmica e ampla de informação é hoje uma instituição crucial para o desenvolvimento sociocultural.”*²

O Manifesto da Unesco relativo às Bibliotecas Públicas diz o seguinte:

“A biblioteca pública - porta de acesso local ao conhecimento - fornece as condições básicas para uma aprendizagem contínua, para uma tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais. Este Manifesto proclama a confiança que a UNESCO deposita na Biblioteca Pública, enquanto força viva para a educação, a cultura e a informação, e como agente essencial para a promoção da paz e do bem - estar espiritual nas mentes dos homens e das mulheres. Assim, a UNESCO encoraja as autoridades nacionais e locais a apoiar ativamente e a comprometerem-se no desenvolvimento das bibliotecas públicas.

A biblioteca pública é o centro local de informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os géneros. Os serviços da biblioteca pública devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social. Serviços e materiais específicos devem ser postos à disposição dos utilizadores que, por qualquer razão, não possam usar os serviços e os materiais correntes, como por exemplo minorias linguísticas, pessoas deficientes, hospitalizadas ou reclusas. Todos os grupos etários devem encontrar documentos adequados às suas necessidades. As

² FORTUNA, Carlos; FONTES, Fernando - Sobre a Leitura: Bibliotecas Públicas, utilizadores e comunidades: o caso da Biblioteca Municipal António Boto. 2000, p. 17

*coleções e serviços devem incluir todos os tipos de suporte e tecnologias modernas apropriados, assim como fundos tradicionais. É essencial que sejam de elevada qualidade e adequadas às necessidades e condições locais. As coleções devem refletir as tendências atuais e a evolução da sociedade, bem como a memória da humanidade e o produto da sua imaginação. As coleções e os serviços devem ser isentos de qualquer forma de censura ideológica, política ou religiosa e de pressões comerciais.”*³

Hoje, uma biblioteca da Rede Nacional de Leitura Pública tem como objetivos:

- A aprendizagem da leitura;
- O domínio dessa competência (literacia);
- A criação e o desenvolvimento do prazer de ler e a aquisição de hábitos de leitura;
- A capacidade de selecionar informação e atuar criticamente perante a quantidade e diversidade de fundos e suportes que hoje são postos à disposição das pessoas;
- O desenvolvimento de métodos e de investigação autónoma;
- O aprofundamento da cultura cívica, científica, tecnológica e artística.

Usando as palavras de Galheta Mendes⁴, “*as bibliotecas públicas (...) desempenham (ou deveriam desempenhar) um papel bastante importante a vários níveis: no combate à infoexclusão; na formação ao longo da vida; no acesso à educação não formal; na questão do abandono escolar; na promoção da leitura; na partilha de conhecimentos; entre muitas outros fatores que contribuem para a criação de uma sociedade mais informada, igualitária e esclarecida e consequentemente para o exercício pleno da cidadania.*”

³ MANIFESTO DA UNESCO RELATIVO ÀS BIBLIOTECAS PÚBLICAS – [Em linha] [Consultado a 22 de julho de 2015]. Disponível em WWW:<URL:

<http://www.bpb.uminho.pt/Default.aspx?tabid=4&pageid=35&lang=pt-PT>

⁴ [Mendes, Ana Sofia Galhetas](#) - A gestão de qualidade nas bibliotecas públicas portuguesas: implementação do sistema segundo a norma NP EN ISO 9001:2008, tese de mestrado, pág. 1 [consultado a 11 de setembro de 2015]

Segundo o relatório do “Estudo Transeuropeu para aferir as perceções dos utilizadores sobre os benefícios das TIC nas bibliotecas públicas” levado a cabo pela fundação Bill e Melinda Gates, em outubro de 2012 estavam registadas, em Portugal, 510 bibliotecas públicas o que equivalia a 0,5 bibliotecas por 10 000 habitantes, em comparação com uma média, nos 17 países da UE, de 1,3 bibliotecas por 10 000 habitantes. O número de 510 bibliotecas baseia-se em dados oficiais da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, e inclui bibliotecas centrais e bibliotecas anexas. As bibliotecas dividem-se deste modo:⁵

- 194 bibliotecas centrais da RNBP „
- 168 bibliotecas anexas da RNBP „
- 105 bibliotecas centrais não pertencentes à RNBP „
- 43 bibliotecas anexas não pertencentes à RNBP

Esta abertura de mentalidades vai ser a origem de toda essa grande necessidade de tratamento da informação. É precisamente desse grande desafio que vamos tratar neste trabalho de investigação. Vamos realizá-lo estudando as bibliotecas de leitura pública do distrito de Coimbra, desde o aparecimento da Rede de Leitura Pública em 1987 até ao ano 2014, a partir dos indicadores das estatísticas anuais da DGLAB. Os indicadores oficiais que possibilitam esta análise são objeto dos Inquéritos Estatísticos da Rede de Leitura Pública anualmente preenchidos pelas bibliotecas integrantes da Rede.

Foi escolhido estudar o distrito de Coimbra por ser um distrito composto por diversas realidades sócio-geográfico-económicas, apresentando bibliotecas no interior, no litoral e num dos centros cosmopolitas mais intelectuais de Portugal.

⁵http://rcbp.dglb.pt/pt/ServProf/Documentacao/Documents/PORTUGAL_EstudoTranseuropeu.pdf[consultado a 11 de setembro de 2015]

A análise da leitura pública no distrito de Coimbra será uma amostra do que é a leitura pública na generalidade da leitura pública em Portugal.

De referir que a grelha de recolha de dados do referido Inquérito, ao longo dos anos, foi sofrendo alterações, adaptando-o a novas situações, o que veio a originar um problema na uniformização do tratamento dos dados.

De forma muito breve foram caracterizadas as bibliotecas do distrito de Coimbra integrantes da Rede de Leitura Pública, que são as seguintes:

Biblioteca Municipal de Arganil, Biblioteca Municipal de Cantanhede, Biblioteca Municipal de Condeixa-a-Nova, Biblioteca Municipal de Lousã, Biblioteca Municipal de Mira, Biblioteca Municipal de Miranda do Corvo, Biblioteca Municipal de Montemor-o-Velho, Biblioteca Municipal de Penacova, Biblioteca Municipal de Penela, Biblioteca Municipal de Soure, Biblioteca Municipal de Tábua e Biblioteca Municipal de Vila Nova de Poiares.

Foram definidas nas suas particularidades, tendo em atenção que em comum são compostas por diversas áreas de utilização pública para leitura, audição e visionamento, a saber:

Secção de Adultos composta de zonas para empréstimo, consulta local e leitura de periódicos.

Secção Infantil organizada com espaços delineados de acordo com os grupos etários, dispondo de uma área reservada aos mais pequenos, que inclui uma sala do conto para as atividades em grupo, a animação da leitura, a dramatização, a visita de escritores, a bebeteca, etc.

Sala Polivalente ou Auditório que é um espaço destinado á realização de atividades de animação cultural como colóquios, debates, encontros com escritores, dirigidas a públicos diversificados.

Galeria de exposições onde se apresentam trabalhos de artes plásticas, artesanato, documentais ou outras.

Nas salas de leitura o espólio documental dispõe-se em estantes de livre acesso, sendo que as coleções se organizam por assunto, de acordo com a CDU. Através da adoção destas medidas facilita-se ao leitor a escolha das

obras pretendidas para consulta local ou domiciliária, uma vez que as duas opções são possíveis. A consulta e o empréstimo domiciliário são gratuitos, o que contribuiu para uma democratização da leitura.

A constituição das coleções desta biblioteca obedece a critérios de seleção de obras, em diferentes suportes (livros, periódicos, cassetes vídeo, DVD's, CD's e CD-ROM) que de forma equilibrada e coerente é suposto cobrirem as diferentes áreas do conhecimento.

Com o desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação, além da automatização das funções tradicionais nas bibliotecas, tornou-se possível a disponibilização do catálogo, a informação do empréstimo domiciliário, assim como um leque excecional de novos serviços aos utilizadores, como a informação à comunidade e a autoformação, o acesso a comunidades on-line, a participação em redes sociais, sempre com base na ferramenta que veio alterar o quotidiano destas instituições: a INTERNET.

A caracterização das bibliotecas do distrito foi apresentada, preferencialmente, de acordo com os textos publicados nas páginas dos municípios ou outros que as apresentem.

Foram definidos os objetivos deste trabalho:

- Medir o grau de conhecimento dos utilizadores dos serviços da biblioteca;
- Medir o grau de utilização dos serviços disponíveis na biblioteca;
- Avaliar o grau de satisfação dos utilizadores da biblioteca;
- Definir quais os suportes de informação mais utilizados;
- Relacionar os vários serviços, comparando-os uns com os outros, e definir os que são mais solicitados pelos utentes;
- Apurar até que ponto a biblioteca responde às necessidades dos seus utentes;
- Definir em relação ao quadro de pessoal a categoria e as habilitações literárias;
- Apurar quem frequenta mais a biblioteca por sexo, idade e habilitações literárias;

-
- Apurar que tipo de suporte documental é mais pretendido.

As principais limitações e dificuldades encontradas prendem-se com o fato de ter estado doente na altura em que preparava a tese, o que me condicionou bastante e me forçou a abandonar o projeto durante alguns anos. Também a falta de tempo para a estruturação e desenvolvimento do trabalho foi muito marcante, já que as coletas que tive de efetuar acabaram por se apresentar muito mais vastas do que inicialmente tinha previsto; deparei-me com a impossibilidade de encontrar os elementos que precisava, atempadamente, prejudicaram o desenvolvimento do trabalho; muita dificuldade de conciliação deste trabalho com a vida profissional e familiar; as imposições legais, em termos de tempo, para apresentação e defesa da mesma, assim como a dificuldade que é preparar uma tese de doutoramento em Madrid, quando se vive em Portugal.

Para se compreender melhor o que está escrito foram definidos alguns conceitos que utilizei, seguindo os princípios por mim aceites.

A revisão bibliográfica – Capítulo 1 - foi a fundamentação documental do meu trabalho. Com esse intuito foram desenvolvidas as pesquisas bibliográficas e posterior tratamento dos resultados dessas pesquisas (seleção e interpretação), o que permitiu extrair a informação pertinente a este estudo.

A seleção das obras foi feita a partir da análise do seu conteúdo, depois de verificada a pertinência do seu contributo e a sua importância para o desenrolar da investigação. Foi feita sobre a temática investigada (bibliotecas e leitura pública), sobre o modo como se processa a investigação científica e a apresentação de um trabalho escrito de investigação.

Sobre as bibliotecas públicas procedeu-se à análise terminológica, tendo-se definido que a palavra biblioteca vem do grego *bibliothéke*.⁶ A primeira (biblion)

⁶ Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira / Prof. Dr. António Mendes Correia ...[et. al]. - Lisboa : Editorial Enciclopédia. - IV vol., 1983 .p.648

significa livro. *Théke*, é qualquer estrutura que forma um invólucro protetor, cofre, estojo, caixa, estante, edifício ou outro qualquer objeto em que se guardam os livros.

Foi apresentada uma nova conceção de biblioteca - não como biblioteca mas sim como bibliotecas - porque há vários tipos de bibliotecas, tendo cada um deles objetivos diferentes: uma biblioteca pública é diferente de uma biblioteca nacional do mesmo modo que uma biblioteca escolar é diferente de uma biblioteca especializada. Assim sendo há uma diversidade de tipos de biblioteca e cada tipo tem objetivos diferentes.

Para um melhor conhecimento analisou-se a história das bibliotecas, nas diversas fases:

- Antiguidade: bibliotecas reais;
- Idade Média: bibliotecas monásticas e universitárias;
- Século XIX: bibliotecas nacionais;
- Século XX: bibliotecas públicas e especializadas.

Se é importante saber quando apareceram os diferentes tipos de bibliotecas, tão ou mais importante se torna distinguir entre os tipos de utilizadores que tornaram possíveis o aparecimento dessas diferenciadas instituições.

Sobre as bibliotecas públicas ressalta-se que, em português, a expressão *public library* perde grande parte do seu sentido

Referiu-se que Jesse H. Shera, na obra *Introduction to library science* afirma ser no início do século XIX o momento em que aparece a ideia de biblioteca pública, partindo da ideia de que todos os cidadãos têm direito a ter acesso à educação e à cultura. Realçou-se, ainda, o importante papel em prol da alfabetização de adultos e da educação permanente (tão proclamadas pela UNESCO) que as bibliotecas públicas têm desempenhado ao longo dos tempos.

Citou-se Bob Usherwood⁷ relativamente à importância de se realçar o papel imprescindível da Biblioteca Pública quanto à preservação do direito dos cidadãos à informação e às ideias, defendendo a formação de bibliotecas públicas financiadas pelo Estado em vez de pagas pelos utilizadores. Foi também referida, na sua obra “A biblioteca pública como conhecimento público”⁸, o papel importante que os profissionais de bibliotecas públicas têm para o mundo da informação e do conhecimento público, com todas as implicações sentidas no plano social.

A biblioteca pública deve, cada vez mais, assumir a sua posição, deixando de ser neutra: deve, então, promover a igualdade, a satisfação das carências, a educação, o acesso à informação e à livre expressão de ideias.

As bibliotecas públicas devem oferecer o livre e gratuito acesso à informação, propósito esse que deve ser adotado e generalizado em todo o mundo. Se o serviço de informação fosse pago, deixaria de ser um direito e passaria a ser uma mercadoria.

A nova tecnologia pode trazer informação, mas falta-lhe a localização histórico-social para ela se tornar conhecimento. Não basta hardware e software, é preciso liveware (recursos humanos). São as bibliotecas públicas quem pode ajudar a desenvolver a sociedade, fornecendo saídas para todos, porque a sua frequência é gratuita. Mas isto não é o suficiente, porque as pessoas precisam ter condições de vida iguais que lhe permitam usufruir qualidade.

Abordou-se o caso português citando Carlos Alberto Rebelo⁹ sobre a revolução da leitura: inicialmente a leitura oral, intensiva e depois a leitura silenciosa (extensiva), já maioritária no século XIX. A leitura era cara e alugavam-se

⁷ Bob Usherwood é conferencista e professor na Faculdade de Informação da Universidade de Sheffield em Inglaterra.

⁸ USHERWOOD, Bob – A biblioteca pública como conhecimento público, Editorial Caminho, Lisboa, 1999, 212 p.

⁹ O autor é licenciado e mestre em História, professor no Ensino Secundário e autor de livros didáticos de História, estando a preparar o doutoramento sobre Leitura Pública – 1.^a República.

obras, ainda assim a um preço impossível para os mais pobres. Surge a biblioteca popular para os alfabetizados (em 1870 oficializa-se) com maior predominância a Norte. A elas se deve a origem das primeiras bibliotecas municipais do país.

Referiu-se que o gosto de ler é um desejo súbito que nasce e que se traduz pela paixão da leitura. Não interessa o que se lê, o que importa é ler. Assim, Camilo Castelo Branco em 1866 criticava negativamente as “obras do caminho-de-ferro”, ou seja, coleções baratas de livros que se vendiam nas gares de toda a Europa. Para ele ler devia ser um ato que permitisse aceder a fins superiores, e nunca a ler para matar o tempo. Esta passagem demonstra a grande mudança nos hábitos de leitura: deixa de ser uma leitura tradicional (intensiva, oral e repetitiva) para ser extensiva (diversificada e silenciosa). Até ao século XIX predominava a tradicional e a partir daqui alterou-se para a extensiva, que procurava a novidade para o entretenimento e a informação.

“Leitura Pública” é uma expressão usada durante este período para designar as leituras coletivas em voz alta, praticadas nas bibliotecas populares. Com o declínio desta prática a expressão cai e só volta a aparecer depois da 1.^a Grande Guerra. Como a leitura era um bem que se tinha de pagar e as poucas bibliotecas de então apenas serviam um público mais erudito, surgiram os “Gabinetes de Leitura”, cedendo obras a preços razoáveis para os que não tinham dinheiro para a sua compra. Isto passa-se ainda no século XIX.

Tendo em atenção que a evolução do gosto e das exigências do leitor obrigam à modernização dos espaços de leitura, surge em Portugal uma nova geração de bibliotecários profissionalizados que já nada têm a ver com os amadores, que ocupavam o cargo como complemento das suas atividades literárias. A grande mudança opera-se nesta situação: abandona-se o conceito de que o leitor tem de aceder aos livros em grandes e altas estantes antiquadas, subindo dezasseis degraus numa escada, cuja última fiada sobe a seis metros e seis centímetros de altura.

A alfabetização e o aumento da escolaridade com o incremento dos cursos noturnos para adultos, veio originar o desenvolvimento da imprensa. No entanto as bibliotecas não estavam ainda preparadas para receber o público popular.

Marcou-se que as bibliotecas populares foram legalmente criadas em 2 de Agosto de 1870, com a finalidade de combater a carência da leitura. Cada biblioteca devia ter mapas, globo, manuais para cada atividade tradicional, quadros, etc. Devia existir o empréstimo domiciliário, que para o público feminino “*é a biblioteca a entrar em casa*”. Seria a melhor maneira para a mulher ler, porque os hábitos portugueses não lho permitem com à vontade na ida à biblioteca, nem o seu trabalho lhe deixa a possibilidade de ter tempo disponível durante o dia para se dedicar à leitura.

O objetivo de criação das bibliotecas populares foi muito bem escolhido, mas os fundos documentais não eram pertinentes para os seus leitores – o povo. Com o tempo esse fosso não desaparece, muito pelo contrário, evolui para a crise da instituição biblioteca, a partir dos finais do séc. XIX.

No estudo realizado por MELO¹⁰ versando a época compreendida entre 1927 e 1986, refere-se a existência de vários tipos de bibliotecas no território nacional, a saber: municipais, da Gulbenkian, populares, eruditas, especiais, escolares, ambulantes, a Biblioteca Nacional, para citar as mais importantes. No entanto, o autor agrupa-as em três modelos principais de bibliotecas: do projeto nacional de bibliotecas de 1927, das bibliotecas itinerantes e fixas da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), e mais recente, do modelo de biblioteca pública da RNBP – Rede Nacional de Bibliotecas Públicas. O modelo da Fundação C. Gulbenkian teve um papel importantíssimo no desenvolvimento generalizado da cultura, ao longo de todo o país, assim como deu as bases para a criação de Rede Nacional de Leitura Pública e das Bibliotecas Públicas modernas.

¹⁰ MELO, Daniel – *A Leitura Pública no Portugal contemporâneo : 1926-1987*. Lisboa : Imprensa de Ciências Sociais, 2004. ISBN 972-671-137-1

O autor adianta, ainda, que o projeto de leitura e biblioteca da FCG era destinado a um público que não tinha hipótese de aceder a uma cultura letrada, o que se traduzia na maior parte da população do país.¹¹

Refere-se o autor Luís Cabral¹² enquanto questiona o sistema português de bibliotecas públicas, quanto à sua mudança, características, perspetivas de desenvolvimento e técnica sugerindo estratégias e métodos para mudar o sistema: a biblioteca pública, hoje, começa a ser entendida não como parente pobre das bibliotecas universitárias, mas sim como base de todo o sistema de bibliotecas.

Refere-se Briquet de Lemos¹³ enquanto defende a tese de que as características do sistema português das bibliotecas são as mesmas das sociedades em vias de desenvolvimento: a fraca leitura origina fraca produção de livros, a educação não está seduzida para a frequência das bibliotecas, não há seleção de livros, há muito tempo perdido em tarefas como a catalogação, além da enorme falta de coordenação e cooperação entre bibliotecas.

Selecionou-se como marco fundamental a década de 70 do séc. XX, porque a nível nacional existiam duas associações que resolviam, de algum modo, o papel inexistente do estado: a BAD que dava formação e alguma consultoria e a Fundação Calouste Gulbenkian, que tinha bibliotecas móveis e fornecia livros para algumas bibliotecas.

Esta situação mantém-se até à década de oitenta. A partir daí, segundo Manuela Barreto Nunes, surge a “nova biblioteca pública” *porque, apesar de as suas funções tradicionais se mantêm integralmente, a adaptação a uma sociedade na qual o conhecimento é um valor absoluto para o desenvolvimento económico e o lugar físico onde estão os documentos já não é determinante*

¹¹ <http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2004/WP1-2004.pdf> (acedido em 16 de setembro de 2015)

¹² Luís Cabral é licenciado em Filologia Românica, diplomado com o curso de Bibliotecário-Arquivista e Master of Arts in Librarianship desempenhando o cargo de director da Biblioteca Pública Municipal do Porto desde 1986.

¹³ LEMOS, A. A. Briquet - 1981 – *A portrait of librarianship. In developing societies*.s.l.:s.ed., 1981

para o seu acesso, (...) os suportes tradicionais já não são o único veículo de informação – e (...) a mobilidade da informação e a sua virtualidade são duas características do conteúdo das novas unidades de informação, às quais se juntam a interatividade e a transparência, com tudo o que isso significa de participação dos utilizadores na configuração dos serviços e atividades da biblioteca.”

Uma referência importante sobre a INTERNET: o público também está a mudar, pretendendo obter o máximo de informação no mais curto espaço de tempo. Um fator que gere esta mudança é o uso de computadores com o recurso INTERNET. Por esse motivo, foi referido que as grandes mudanças das bibliotecas se prendem com as novas características do público, os novos tipos de documentos e as novas maneiras de se aceder à informação.

Foi ponto assente que o novo modelo de biblioteca é o que melhor se adapta às novas exigências da nova realidade é a simbiose entre a biblioteca digital e a biblioteca física. O crescimento da informação digital e dos documentos eletrónicos fazem com que as bibliotecas digitais e as tradicionais se fundam, o que leva os bibliotecários a ter de se adaptar a novos métodos de passar e difundir a informação.

Reconhece-se um papel fundamental ao Manifesto da UNESCO sobre Bibliotecas Públicas, como sendo a voz da UNESCO a encorajar os países a criarem bibliotecas de carácter público e a ligá-las em redes. Essas bibliotecas terão como missão abrir as portas à informação, à literacia, à educação e à cultura, oferecendo os seus serviços de forma isenta, independente e gratuita.

Nesse sentido e no âmbito das suas atribuições, foi reconhecido que compete à Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB), planear e apoiar a criação e o desenvolvimento da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP).

Para o efeito, a DGLAB começou a apoiar técnica e financeiramente os Municípios na criação e instalação de Bibliotecas Municipais, desenvolvendo serviços para as bibliotecas e para os cidadãos em geral, com recurso às

tecnologias da informação e comunicação (TIC), a partir do “Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais”.

Um marco importante: este processo em 1987 com a criação, sob a alçada do Ministério da Cultura, e no seguimento de um relatório elaborado por um grupo de trabalho com a coordenação de Maria José Moura, do Programa da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas. Pretendia-se, assim, “dotar todos os concelhos do País de uma Biblioteca Pública, de acordo com os princípios e normas estabelecidos internacionalmente. Esse Programa estabelece uma parceria entre a administração central e a local (autarquias), mediante a assinatura de um protocolo que defina a instalação e modernização das bibliotecas públicas já existentes. A partir daí *“cada biblioteca integra secções diferenciadas para adultos e crianças e também espaços polivalentes para atividades de animação, colóquios, exposições, etc. No que respeita às coleções, para além de livros, jornais e revistas, as bibliotecas reúnem documentos áudio, vídeo e multimédia, de modo a acompanhar as correntes atuais da literatura, da ciência, das artes, etc. Disponibilizam ainda serviços baseados nas tecnologias de informação e comunicação, sendo o mais generalizado o de acesso à Internet.”*¹⁴

As características principais da nova biblioteca pública evitam que elas se tornem uma repetição do modelo tradicional. Ela deve ser planeada conforme a comunidade que sirva e deve ter em atenção o utilizador e não a conservação, embora haja uma secção de estudos locais para integrar os fundos históricos locais. Deve haver atividades dirigidas aos utentes e aos potenciais utentes, para satisfazer as suas atividades.

Devem adaptar-se os fundos da biblioteca aos leitores e às suas necessidades. A apresentação das coleções deve estar em livre aceso e o serviço de empréstimo, incluindo o empréstimo interbibliotecas, deve ter a prioridade. A estrutura do edifício tem de ser concebida, ou os edifícios readaptados caso não sejam feitos de raiz, para serem mais acessíveis, operacionais e acolhedores. O mobiliário tem de ser ergonómico. Os fundos têm de ser

¹⁴ Ibidem

pertinentes, selecionados para os utentes e renovados constantemente. Deve ter em atenção a criança criando espaços adequados ao seu perfil. A organização do espaço da biblioteca, incluindo acessos exteriores e interiores, devem respeitar a legislação relativa a pessoas portadoras de deficiência (Dec. Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto).

Estipula-se no já citado “Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais” da DGLAB, as bibliotecas são agrupadas em três programas-tipo: B.M.1, B.M.2, e B.M.3, caracterizadas da seguinte forma:

- B.M.1 : concelhos com população inferior a 20 000 habitantes
- B.M.2 : concelhos com população entre 20 000 e 50 000 habitantes
- B.M.3 : concelhos com população superior a 50 000 habitantes

Pretende-se, assim, que a biblioteca pública municipal seja o centro de uma rede concelhia, capaz de responder eficazmente a todas as necessidades do município, podendo, para tal, socorrer-se da criação de polos, de bibliotecas itinerantes ou outras entendidas como necessárias e ajustadas.

Existe, ainda, o Projeto BIBLIOPOLIS com a finalidade de apoiar bibliotecas em grandes centros urbanos onde já existam outras importantes unidades de informação incluindo bibliotecas universitárias, nomeadamente os municípios de Braga, Porto, Évora e Lisboa.

Paralelamente, para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira foram concebidos outros programas tendo em atenção as características próprias dessas regiões.

Ainda no referido “Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais” se atesta que os contratos-programa têm um período de vigência mínimo de cinco anos, e que é uma competência dos municípios criar a biblioteca e zelar pelo seu bom funcionamento, competindo à Administração Central o apoio técnico e financeiro que permita a sua criação e desenvolvimento. A comparticipação da Secretária de Estado da Cultura pode chegar até 50% dos custos

orçamentados para o projeto apresentado, tendo em conta os “honorários da equipa projetista, obra de construção civil, mobiliário e equipamento específico, fundos documentais e tecnologias da informação e Comunicação”¹⁵.

Aquando da Comemoração dos 20 anos da Rede nacional de Leitura Pública, surgiu um trabalho de Margarida Oleiro e Célia Heitor designado: “20 Anos da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas: Um balanço (possível) do grau de cumprimento do Programa”¹⁶.

O estudo foi realizado com base nas respostas ao questionário estatístico, fornecidas por 151 bibliotecas com um ou mais anos de funcionamento, entre 1993 e 2007. Desse estudo seguiram-se as seguintes conclusões, que passo a transcrever:

- Existe uma grande variabilidade na dimensão das coleções, ou seja, bibliotecas do mesmo tipo possuem coleções de dimensão muito diferente;
- À data de abertura ao público, a maioria das bibliotecas (mais de 60%) não atinge os valores do fundo documental mínimo recomendado pela DGLB;
- Existem bibliotecas que, após três ou mais anos de funcionamento, continuam a não possuir o fundo documental mínimo inicial aconselhado, quer de monografias, quer de “outros documentos”.
- No que respeita à coleção de monografias, verifica-se que, 3 ou mais anos após a sua abertura ao público, 25% das BM1, 32% das BM2 e 44% das BM3 não possuem ainda o fundo mínimo de instalação recomendado.
- No Programa da DGLB, o fundo documental mínimo recomendado é de: 14.000 monografias e 1.700 “outros documentos” para as BM1, 34.000 monografias e 3.000 “outros documentos” para as BM2, 47.000 monografias e 4.500 “outros documentos” para as BM3);
- Das bibliotecas que, na data da sua abertura, apresentavam uma coleção de monografias para o público adulto superior ao recomendado pela DGLB, muitas haviam incorporado documentos provenientes de outras bibliotecas (ex. Bibliotecas Gulbenkian) e outras haviam beneficiado de doações significativas

¹⁵ Ibidem, pág. 4

¹⁶ <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/157/150> [consultado a 12 de setembro de 2015]

e/ou do Depósito Legal. Explica-se, desta forma, o facto de nessas mesmas bibliotecas, a dimensão da coleção destinada ao público infantil, bem como a de “outros documentos”, não ser proporcional à da coleção de adultos;

- O número médio de documentos adquiridos desce significativamente após o primeiro ano de funcionamento das bibliotecas, ou seja, após a sua inauguração;
- Para o período analisado, a despesa anual com a aquisição de documentos representou, em média, cerca de 10% da despesa total da biblioteca;
- Na generalidade das bibliotecas, não é cumprido o número de aquisições anuais de monografias e de “outros documentos” recomendado no Programa da DGLB. Verifica-se, no entanto, que algumas bibliotecas adquirem consideravelmente mais documentos do que o recomendado;
- No Programa da DGLB, o número de documentos a adquirir anualmente para cada um dos tipos de biblioteca é de: 1.500 monografias e 200 “outros documentos” para as BM1, 3.000 monografias e 400 “outros documentos” para as BM2, e 4.000 monografias e 500 “outros documentos” para as BM3);
- Quanto aos recursos humanos, no período em análise, e em termos médios, na grande maioria das bibliotecas dos três tipos considerados, o número total de trabalhadores é inferior ao número mínimo recomendado;
- No Programa da DGLB, o número total de trabalhadores recomendado para cada um dos tipos de biblioteca é de: 10 para as BM1, 18 para as BM2 e 26 para as BM3;
- No período em causa, e na grande maioria das bibliotecas, o número médio de computadores existentes, tanto para uso interno como público, é inferior ao recomendado no Programa da DGLB;
- Para os três tipos de bibliotecas, a análise da média dos pedidos de empréstimo e das monografias emprestadas no conjunto dos anos respondidos, face à média registada no último ano respondido, parece evidenciar que não há uma redução significativa do empréstimo domiciliário;

Ouvindo, agora, como que a título de conclusão, a opinião de Luís Cabral¹⁷ expressa na já citada obra “As bibliotecas públicas portuguesas: problemas e propostas de desenvolvimento” como o panorama não se mostra razoável é necessário pensar no modelo legislativo (leis) que promova a mudança. Esse modelo legislativo só pode ser encontrado a partir do momento em que reúnam bibliotecários, autarcas, legisladores e associações profissionais. Somente depois de se fazer uma avaliação do sistema biblioteca pública se pode promover esse modelo legislativo.

Em Portugal as bibliotecas públicas não estão totalmente desenvolvidas, não tendo autonomia legislada. Por isso é necessário e urgente legislar sobre as bibliotecas, de modo a dotá-las de capacidade para se administrarem, inclusive, financeiramente. Só regendo as capacidades administrativa, financeira, e de autoridade adequadas a um padrão assumido e definido a nível nacional, se pode assegurar o desenvolvimento das bibliotecas.

É esta que deve ser a norma generalizada da futura lei das bibliotecas públicas portuguesas. A biblioteca pública tem de ter leis próprias, diferentes das outras bibliotecas, dos centros de documentação e dos arquivos, porque são realidades próprias e têm sistemas próprios.

A biblioteca pública tem de ser entendida como base do sistema de bibliotecas e não um tipo secundário de bibliotecas, embora todas devam estar em cooperação.

1.1.5 – O Projeto Rilp

Tendo as bibliotecas de ser eficientes no sector administrativo era imperioso dotá-las de condições logísticas necessárias a alcançar essa eficiência. Igualmente era necessário que conseguissem aceder rapidamente às fontes de

¹⁷ CABRAL, Luís – *As bibliotecas públicas portuguesas: problemas e propostas de desenvolvimento*. (Porto): Edições Afrontamento, 1999.

informação, quer se localizassem em Portugal ou no estrangeiro. Por esse motivo e, porque nos dias de hoje nada se faz sem informatização, foi preciso estruturar a informática na Rede Nacional de Leitura Pública.

Nesse ambiente aparece a PORBASE (Base Nacional de Dados Bibliográficos) cujo principal objetivo era promover a integração das bibliotecas municipais no sistema nacional de informação bibliográfica.

A título de complemento foi dado um destaque especial ao RILP (Rede Informática de Leitura Pública) que se assume como uma referência – a nível conceptual e metodológico - para a informatização da Rede de Leitura Pública. Estabelece a arquitetura da rede, as suas normas, as características do equipamento, as configurações informáticas, o tratamento e política da informação, descrevendo ainda as fases de implantação do projeto e a sua situação orçamental.

A filosofia subjacente ao Projeto RILP é de fornecer à rede mais uma ferramenta de trabalho que permita melhorar os serviços, aumentar a produtividade, atingindo um patamar mais elevado em relação à qualidade.

De acordo com o preconizado pela DGLAB, as bibliotecas têm de acompanhar o desenvolvimento tecnológico, o que resulta num impacto significativo na biblioteca pública transformando-a numa das portas de acesso à informação eletrónica na era digital.

1.1.7 – Recursos humanos

Segundo o “Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais”,: os recursos humanos são de importância vital no funcionamento da biblioteca. Para isso deve-se dotá-la de pessoal em número suficiente e com formação adequada, que saiba utilizar os recursos da biblioteca de forma eficiente.

Para além do pessoal qualificado na área das Bibliotecas e Documentação – técnicos superiores e assistentes técnicos – as bibliotecas públicas devem recrutar pessoal qualificado para o desempenho de funções específicas,

sempre que tal se justifique, como por ex.: informáticos, animadores culturais, formadores, etc.

O substantivo vem do latim *btbliothecarius*. Lembre-se que o sufixo ário forma outros substantivos de cunho erudito, com várias noções básicas, como, no caso de *bibliotecário*, a pessoa que exerce uma atividade em *biblioteca*.

Citou-se Ortega y Gasset enquanto convidado a proferir a conferência de abertura do 2º Congresso Internacional de Bibliotecas e Bibliografia, que teve lugar em Madrid em Maio de 1935, sobre o papel do bibliotecário. Acrescentou-se Bob Usherwood, referindo como o bibliotecário público reage em relação às políticas governamentais mas não toma nunca a decisão de propor nem de agir: o bibliotecário não tem consciência política. Contrapôs-se a posição da autora Anne sobre Ryder, Usherwood, quando se refere que o bibliotecário tem de conhecer o jogo político para adivinhar jogadas e negociar.

Porque tem de ser “agressivo”, o bibliotecário deve fazer-se sentir perigoso: as bibliotecas têm de ser defendidas, porque os seus serviços estão ameaçados pelos cortes orçamentais e a inflação tornam-se num inimigo mortal do serviço público e da administração das bibliotecas.

Segundo o autor com o desenrolar dos anos a luta das bibliotecas inglesas teve uma aproximação à esquerda enquanto a direita adiantava que não são os ricos que têm de pagar os serviços públicos. As bibliotecas públicas contribuem para transformar a informação em conhecimento. Usherwood refere ainda que os bibliotecários públicos têm uma responsabilidade grande quanto ao conceito de liberdade intelectual. A biblioteca pública deve ter liberdade para divulgar informação e ideias.

Seguidamente analisou-se a formação académica do bibliotecário e fez-se uma resenha da formação ao longo dos tempos.

Falar de bibliotecas é falar de documentação, de informação e, nesse contexto, relacionou-se a documentação à linguística, à sociologia, à psicologia, à lógica, à estatística, à economia, para citar apenas estas.

Abordou-se, neste ponto, a leitura em Portugal, frisando que sofreu grandes variações ao longo dos do tempo. Segundo Carlos Fortuna e Fernando Fontes¹⁸ ao nível de hábitos de leitura Portugal apresenta um dos mais baixos níveis da Europa.

	%	N.º de livros lidos por ano
Pequenos leitores	68,00%	De 1 a 5
Médios leitores	27,00%	De 6 a 20
Grandes leitores	5,00%	Mais de 20

A distribuição das bibliotecas públicas pelas regiões é desequilibrada e para se analisar bem o “caso biblioteca pública” tínhamos de o dividir em quatro categorias: as grandes bibliotecas, as pequenas bibliotecas, as bibliotecas rurais e as bibliotecas urbanas. Aqui residem as diferenças e as desigualdades do sistema.

No entanto o panorama alterou-se com a criação, em 1996 da RBE - Rede de Bibliotecas Escolares que vem mexer todo este sistema.

“O Programa Rede de Bibliotecas Escolares (PRBE) foi lançado em 1996, pelos Ministérios da Educação e da Cultura, com o objetivo de instalar e desenvolver bibliotecas em escolas públicas de todos os níveis de ensino, disponibilizando aos utilizadores os recursos necessários à leitura, ao acesso, uso e produção da informação em suporte analógico, eletrónico e digital.”¹⁹

¹⁸ FORTUNA, Carlos; FONTES, Fernando – *Leitura Juvenil: Vol. I – Hábitos e práticas do distrito de Coimbra*. Edição: Instituto Português do Livro e das Bibliotecas – Observatório das Actividades Culturais, Abril 1999.

¹⁹ <http://rbe.mec.pt/np4/programa.html> [consultado a 16 de setembro de 2015]

Este Programa é coordenado pelo Gabinete da Rede Bibliotecas Escolares (RBE), e opera associado a “*serviços do Ministério da Educação e Ciência (MEC), autarquias, bibliotecas municipais e outras instituições - universidades, centros de formação, fundações e associações nacionais e internacionais*”²⁰, com quem estabelece protocolo.

O elo de ligação entre o Gabinete da RBE, as escolas e as diferentes parcerias locais é estabelecido pelos Coordenadores Interconcelhios das bibliotecas escolares. O Professor Bibliotecário é outra figura que nasceu nesta rede, tendo o seu suporte legal na Portaria nº 756/2009²¹. O projeto RBE – Rede de Bibliotecas Escolares acolheu e desenvolve-se e estimula o gosto pela leitura de acordo com o PNL – Plano Nacional de Leitura.

“*O Plano Nacional de Leitura é uma iniciativa do Governo, da responsabilidade do Ministério da Educação, em articulação com o Ministério da Cultura e o Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares.*”²²

É objetivo primeiro do PNL estimular a leitura, criar hábitos enraizados de Leitura, para elevar Portugal ao nível dos melhores países europeus.

Sobre a qualidade nas bibliotecas, referiu-se que as bibliotecas públicas são, por excelência, entidades que devem oferecer e qualidade nos serviços prestados a comunidade. Referiu-se, ainda, que se pode dar um contributo verdadeiramente importante às bibliotecas públicas municipais, aumentando a satisfação dos seus utilizadores. Quando se fala em qualidade/satisfação remetemos o assunto para uma sociedade cada vez mais exigente ao nível do desempenho, o que se vai traduzir num elevar dos índices de competitividade entre os serviços. Qualidade é sinónimo de eficácia e, quanto mais eficaz for o serviço mais hipóteses tem de vender os seus produtos, de satisfazer o público e, consequentemente, de vencer.

²⁰ Ibidem

²¹ Ibidem

²² <http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt/pnl/v/apresentacao.php?idDoc=2> [consultado a 16 de setembro de 2015]

Essa prática torna os seus serviços eficazes e acessíveis, sendo, por esse motivo, bastante frequentadas. Tal como em Portugal a obrigação de incrementar e desenvolver os serviços das bibliotecas públicas depende dos municípios, assim como os serviços são prestados de forma gratuita.

Sobre os trabalhos escritos referiu-se Carlos César Gonçalves sobre o problema, definição do tema, obtenção de dados, a realização de artigos de publicação periódica ou de um texto de publicação não periódica. Para o autor um trabalho deve ter uma redação simples e uma linguagem clara. Deve ser feito a partir de um rascunho e sofrer as revisões que se julguem necessárias. Todo o trabalho escrito é feito a partir de normas especiais.

Investigou-se, ainda, em relação á motivação, descrevendo-se o modelo (hierarquia) de Maslow como ordenadora das atividades motivacionais.

No segundo capítulo formulou-se o problema, citando-se Mário Bunge e Carlos Correia Gonçalves. Assim, pretende-se saber quem usa a biblioteca pública; saber se é uma minoria a usar a biblioteca pública; saber se é ou não satisfatório o sistema “*Leitura Pública*” no caso concreto analisado; caracterizar o sistema e ver se responde positivamente às questões e às necessidades da população.

A metodologia usada foi analisada no capítulo 3, salientando-se que um trabalho de investigação deve estar ao abrigo de um método que apoie na resolução dos problemas. Por método entende-se o caminho que nos leva a alcançar o nosso objetivo, de acordo com o previamente planeado. Citou-se, também, Umberto Eco quanto á compreensão da metodologia a adotar.

Resumindo: esta investigação foi iniciada com seleção da bibliografia e posterior leitura da mesma, realizando constantes análises comparativas entre os autores abordados, para recuperar dos seus textos a matéria mais adequada à realização e entendimento deste estudo. Foram desenvolvidas as problemáticas possíveis, até chegar à formulação final da problemática. A partir

daí relacionei hipóteses e conceitos e defini o público no tempo e no espaço. O passo seguinte foi conceber qual a tipologia de instrumentos de observação a adotar, tendo chegado à conclusão que seriam os Inquéritos anuais estatísticos da DGLAB a toda a Rede Nacional de Leitura Pública (questionários). Só me decidi pelo questionário da DGLAB depois de ter decidido os objetivos da investigação. De um modo geral, ele fornece oficialmente todos os dados que pretendo analisar por serem os únicos que me permitem desenvolver este trabalho. Seria impossível, a alguns anos já de distância do objeto do estudo, conseguir aceder a esses dados, a não ser através de um inquérito oficial deste tipo, pese embora com as limitações que ele apresente. Foi enviado um ofício e um e-mail, embora distantes no tempo, a todas as câmaras municipais dos concelhos a que pertencem as bibliotecas da Rede de Leitura Pública alvo deste estudo – solicitando autorização para a DGLAB me cedesse os Inquéritos respeitantes a todos os seus anos de funcionamento desde a abertura até ao ano 2014 (inclusive). Seguiu-se a descrição e preparação dos dados para análise, o relacionar das variáveis, a comparação dos resultados observados com os resultados esperados e a procura do significado das diferenças. A análise estatística analisa os dados obtidos através dos questionários tais como, frequência dos utilizadores na biblioteca, tipos de leitura, avaliação de custos e receitas, aquisição de fundos, animação, recursos económicos e humanos, etc. Por fim procedi às conclusões pondo em evidência os novos conhecimentos assim como as consequências práticas.

Como esta investigação pretende-se fazer uma análise do funcionamento das bibliotecas da RNLP, a partir este Inquérito que é, por excelência, a garantia da veracidade, validade e objetividade deste assunto.

O tratamento da informação, nomeadamente o processamento de texto, foi feito através do processador de texto MICROSOFT WORD for MAC 2011, que também possibilitou a análise e tratamento de dados, o tratamento estatístico, assim como a respetiva construção de gráficos comprovativos.

As hipóteses formuladas foram as seguintes:

-
- A maior parte dos documentos foram adquiridos apenas para a abertura das bibliotecas;
 - Os documentos existentes não ultrapassam os valores médios preconizados pelo IPLB para a organização do fundo inicial (necessário para a abertura);
 - Os documentos adquiridos anualmente não são suficientes para a atualização do fundo documental;
 - O critério utilizado para a seleção dos documentos a serem adquiridos prende-se com o facto de ser necessário incentivar os utilizadores a frequentarem as bibliotecas;
 - Há classes (CDU) de documentos com representação pouco significativa nas bibliotecas;
 - A existência de periódicos (jornais diários, semanários e revistas) nas bibliotecas é pouco significativa.
 - O quadro de pessoal ao serviço nas bibliotecas é muito reduzido;
 - O quadro de pessoal não obedece ao contingente indicado pela DGLAB;
 - O quadro de pessoal, em grande parte das situações, não tem a formação adequada.
 - As despesas das bibliotecas referem-se, sobretudo, a despesas correntes (pessoal, serviços e consumíveis);
 - O maior investimento para aquisição de documentos foi feito para a abertura da biblioteca;
 - As bibliotecas, na maioria dos casos, investem pouco na aquisição de documentos.
 - A principal atividade desenvolvida pelos utilizadores na biblioteca é a consulta local para a realização de trabalhos;
 - A secção infantojuvenil é mais frequentada que a secção de adultos.
 - A consulta local de documentos audiovisuais é muito solicitada.
 - O empréstimo domiciliário é maior na secção infantojuvenil.
 - Não é permitido o empréstimo domiciliário de material audiovisual, na maior parte dos casos.
 - O empréstimo domiciliário de documentos de fundo local não é permitido, na maior parte dos casos.
 - O serviço de reprografia é muito requisitado.
 - O serviço de reprografia é muito útil nas bibliotecas.

- As atividades de animação cultural atraem muitos utilizadores.
- Tanto os utilizadores adultos como os infantojuvenis apreciam atividades de animação cultural.
- Não há computadores suficientes para os utilizadores.
- Não há computadores suficientes para o serviço interno.
- O parque informático está obsoleto.

Houve o estabelecimento das variáveis no capítulo 5, tendo sido selecionadas as seguintes:

VARIÁVEIS QUALITATIVAS

- Identificação da Biblioteca
- Redes a que pertence
- Caracterização do público
- Categorias profissionais dos recursos humanos
- Identificação das bases de dados que utiliza

VARIÁVEIS QUANTITATIVAS

- Quantidade de computadores ao serviço
- Número de documentos livro existentes no espólio
- Número de documentos não livro existentes no espólio
- Número de utentes registados
- Quantidade de funcionários ao serviço na biblioteca
- Financiamento
- Despesas

VARIÁVEIS INDEPENDENTES

- Idiomas em que se apresentam os documentos
- Classes CDU usadas na classificação

VARIÁVEIS DEPENDENTES

- Difusão da informação
- Serviço de referência e informação
- Intercâmbio/parcerias com outras bibliotecas

- Sistema Informático
- Tipo de público

VARIÁVEIS INTERVENIENTES

- Idiomas em que se apresentam os documentos
- Identificação a instituição
- Sistema Informático

VARIÁVEIS DE BLOQUEIO

- Classificação
- Financiamento

VARIÁVEIS CONTÍNUAS

- Documentos livro existentes no espólio
- Documentos não livro existentes no espólio

Para melhor poder estabelecer as variáveis no desenvolvimento do trabalho, entendi, por bem, codificar as mesmas, do que resultou este quadro:

Variáveis antecedentes.	V1
Variáveis de bloqueio	V2
Variáveis continuas	V3
Variáveis dependentes	V4
Variáveis estatísticas	V5
Variáveis independentes	V6
Variáveis intervenientes	V7
Variáveis qualitativas	V8
Variáveis quantitativas	V9

Para que houvesse uma leitura mais fácil, criei este quadro onde se estabelece a relação entre os assuntos e as variáveis

A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)

ASSUNTO	V1	V2	V3	V4	V5	V6	V7	V8	V9
Identificação da instituição							▲	▲	
Redes a que pertence								▲	
Caraterização do público								▲	
Categorias profissionais dos recursos humanos								▲	
Identificação das bases de dados que utiliza								▲	
Quantidade de computadores ao serviço									▲
Documentos livro existentes no espólio			▲						▲
Documentos não livro existentes no espólio			▲						▲
Número de utentes registados									▲
Quantidade de funcionários ao serviço na biblioteca									▲
Financiamento		▲							▲
Despesas									▲
Idiomas em que se apresentam os documentos						▲	▲		
Classes CDU mais usadas na classificação						▲			
Difusão da informação				▲					
Serviço de referência e informação				▲					
Empréstimo domiciliário				▲					
Programa informático				▲			▲		
Tipo de público				▲					
Classificação		▲							

No capítulo 6 refere-se o cronograma e a sua justificação.

No capítulo 7 faz-se o tratamento dos dados estatísticos, ano após ano e retiram-se as conclusões.

De uma forma muito genérica, as principais conclusões são as seguintes:

- Em relação ao fundo documental, o mesmo não atinge os valores mínimos preconizados pela DGLAB, nem é atualizado de maneira aceitável.
- O primeiro ano de funcionamento de uma biblioteca é aquele em que mais fundo se adquire. A partir do segundo ano, as aquisições não são relevantes.
- Em relação aos recursos humanos, o quadro de pessoal conta com a maior parte dos profissionais com formação BAD, embora número total de trabalhadores esteja abaixo do recomendado pela DGLAB.
- O número médio de microcomputadores é mais baixo que o recomendado pela DGLAB.
- Em relação ao empréstimo, nota-se que houve, em algumas bibliotecas, uma redução do empréstimo domiciliário.

A grande conclusão deste trabalho é que é necessário um envolvimento muito grande da parte dos técnicos das bibliotecas, dos autarcas, dos legisladores, das associações, de maneira a realizar uma avaliação exata do sistema de leitura pública. É urgente promover o seu conhecimento e adotar as dinâmicas adequadas que ajudem a tirar o máximo partido dos recursos existentes, em prol da literacia, operando com qualidade e servindo de forma pertinente o público que lhe está destinado.

SIGLAS, ABREVIATURAS, ACRÓNIMOS E SEU SIGNIFICADO

ALA – American Library Association

BAD – Associação dos Bibliotecários, arquivistas e Documentalistas

BM1 – Biblioteca Municipal de tipologia 1

BM2 – Biblioteca Municipal de tipologia 2

BM3 – Biblioteca Municipal de tipologia 3

CDU - Classificação Decimal Universal

DGLAB – Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas

FCG – Fundação Caloust Gulbenkian

FIAB – Federação Internacional de Associações de Bibliotecários

FID – International Federation for Information and Documentation

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPLB – Instituto Português do Livro e das Bibliotecas

ISBD - International Standard Book Description

ISBN – International Standard Book Number.

ISO - International Standards Organization

NP – Norma Portuguesa

PNL – Plano Nacional de Leitura

PORBASE – Base Nacional de Dados Bibliográficos

RBE – Rede de Bibliotecas Escolares

RNLP – Rede Nacional de Leitura Pública

RILP – Rede Informática de Leitura Pública

UNESCO – United Nations of Information System in Science and Technology

UNISIST – Systeme Mondial d'Information Scientifique et Technologique

UFOD – Union Française des Organismes de Documentation

V – Variável

0 - INTRODUÇÃO

*“As bibliotecas agregam toda a produção do trabalho intelectual e os meios para aumentar a dita produção. São por sua vez os depósitos, os laboratórios e os instrumentos da ciência. Do ponto de vista do ensino e da transmissão dos conhecimentos, elas são as aliadas e os complementos da Escola e da Universidade, e devem funcionar como elementos próprios da organização da educação da Comunidade”.*²³

Paul Otlet

Para iniciar este trabalho de investigação sobre bibliotecas selecionei esta citação de Paul Otlet. Embora remonte aos anos 20 do século passado, mantém-se atual, levando-nos ao cerne da questão e dando as linhas mestras de orientação da pesquisa que nos propomos fazer.

Pilar Arnau Rived²⁴ afirma que são as bibliotecas quem, desde sempre, guardou religiosamente a informação em todos os seus suportes. É precisamente por essa informação (documentação) ter sido preservada, que hoje podemos conhecer a nossa evolução histórica e cultural.

²³ OTLET, Paul - *Manuel de la Bibliothèque Publique*. Bruselas: Union de las Villes et Comunes Belgues, Publ. núm. 17, 1923, página 41.

²⁴ ARNAU RIVED, Pilar - *Documentación: Hitos Históricos – Precedentes – Dewey – Otlet – Fid*. Madrid: Mundarnau Edición, 1999, 373 p.

A autora dá um ênfase tão grande ao papel das bibliotecas que defende acerrimamente que o esplendor ou a decadência histórica das sociedades dependem da criação ou não de bibliotecas. Afirmar também que as bibliotecas são mais eficazes que as flechas, as espadas e as armas, sendo mais forte do que um exército.

Um pouco por todo o lado, nos dias de hoje, organismos e associações das mais diversas índoles (culturais, financeiras, industriais...) criaram bibliotecas, arquivos, centros de documentação, bases de dados, entre uma diversidade mais de organismos documentais para seu proveito próprio e, em alguns casos, da própria comunidade. A biblioteca aparece assim, como fundamental para o desenvolvimento da sociedade. A partir deste momento valoriza-se e reconhece-se como muito importante o papel que a biblioteca assume no conhecimento humano: um pressuposto imprescindível para o seu desenvolvimento.

Antes do século XX, a informação circulava – quando circulava - quase exclusivamente em suporte de papel (livros, revistas, jornais). As bibliotecas, por necessidade óbvia, estavam preparadas apenas para receber esses materiais. Somente a partir de meados do século XX, fruto do desenvolvimento científico, novos suportes de documentais apareceram por esta ordem cronológica: os discos, a fita magnética e a videocassete, os CDs, as fitas cassete, os slides, para apenas citar os mais conhecidos. E estes suportes criaram novas formas de estar no mundo, novas atividades e vivências.

Este desenvolvimento dos suportes trouxe consigo uma nova necessidade: a sua integração no espólio das bibliotecas. Foi deste modo que as bibliotecas deram um salto quantitativo e qualitativo, de maneira a servir de forma atualizada e pertinente a comunidade.

Foi a explosão de informação e o grande desenvolvimento tecnológico que não permitiu às bibliotecas ficarem indiferentes à mudança. Como diz Carlos Fortuna e Fernando Fontes: “a *Biblioteca Pública acessível a todos, sem distinção de cor ou credo, de idade, sexo ou local de residência e defensora de*

uma conceção dinâmica e ampla de informação é hoje uma instituição crucial para o desenvolvimento sociocultural.”²⁵

O Manifesto da Unesco relativo às Bibliotecas Públicas diz o seguinte:

“A biblioteca pública - porta de acesso local ao conhecimento - fornece as condições básicas para uma aprendizagem contínua, para uma tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais. Este Manifesto proclama a confiança que a UNESCO deposita na Biblioteca Pública, enquanto força viva para a educação, a cultura e a informação, e como agente essencial para a promoção da paz e do bem - estar espiritual nas mentes dos homens e das mulheres. Assim, a UNESCO encoraja as autoridades nacionais e locais a apoiar ativamente e a comprometerem-se no desenvolvimento das bibliotecas públicas.

A biblioteca pública é o centro local de informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os géneros. Os serviços da biblioteca pública devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social. Serviços e materiais específicos devem ser postos à disposição dos utilizadores que, por qualquer razão, não possam usar os serviços e os materiais correntes, como por exemplo minorias linguísticas, pessoas deficientes, hospitalizadas ou reclusas. Todos os grupos etários devem encontrar documentos adequados às suas necessidades. As coleções e serviços devem incluir todos os tipos de suporte e tecnologias modernas apropriados, assim como fundos tradicionais. É essencial que sejam de elevada qualidade e adequadas às necessidades e condições locais. As coleções devem refletir as tendências atuais e a evolução da sociedade, bem como a memória da humanidade e o produto da sua imaginação. As coleções e os serviços devem ser isentos de qualquer forma de censura ideológica, política ou religiosa e de pressões comerciais.”²⁶

²⁵ FORTUNA, Carlos; FONTES, Fernando - Sobre a Leitura: Bibliotecas Públicas, utilizadores e comunidades: o caso da Biblioteca Municipal António Boto. 2000, p. 17

²⁶ MANIFESTO DA UNESCO RELATIVO ÀS BIBLIOTECAS PÚBLICAS – [Em linha] [Consultado a 22 de julho de 2015]. Disponível em WWW:<URL:

<http://www.bpb.uminho.pt/Default.aspx?tabid=4&pageid=35&lang=pt-PT>

Hoje, uma biblioteca da Rede Nacional de Leitura Pública tem como objetivos:

- A aprendizagem da leitura;
- O domínio dessa competência (literacia);
- A criação e o desenvolvimento do prazer de ler e a aquisição de hábitos de leitura;
- A capacidade de selecionar informação e atuar criticamente perante a quantidade e diversidade de fundos e suportes que hoje são postos à disposição das pessoas;
- O desenvolvimento de métodos e de investigação autónoma;
- O aprofundamento da cultura cívica, científica, tecnológica e artística.

Usando as palavras de Galheta Mendes²⁷, “*as bibliotecas públicas (...) desempenham (ou deveriam desempenhar) um papel bastante importante a vários níveis: no combate à infoexclusão; na formação ao longo da vida; no acesso à educação não formal; na questão do abandono escolar; na promoção da leitura; na partilha de conhecimentos; entre muitas outros fatores que contribuem para a criação de uma sociedade mais informada, igualitária e esclarecida e consequentemente para o exercício pleno da cidadania.*”

²⁷ Mendes, Ana Sofia Galhetas - A gestão de qualidade nas bibliotecas públicas portuguesas: implementação do sistema segundo a norma NP EN ISO 9001:2008, tese de mestrado, pág. 1 [consultado a 11 de setembro de 2015]

Segundo o relatório do “Estudo Transeuropeu para aferir as perceções dos utilizadores sobre os benefícios das TIC nas bibliotecas públicas” levado a cabo pela fundação Bill e Melinda Gates, em outubro de 2012 estavam registadas, em Portugal, 510 bibliotecas públicas o que equivalia a 0,5 bibliotecas por 10 000 habitantes, em comparação com uma média, nos 17 países da UE, de 1,3 bibliotecas por 10 000 habitantes. O número de 510 bibliotecas baseia-se em dados oficiais da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, e inclui bibliotecas centrais e bibliotecas anexas. As bibliotecas dividem-se deste modo:²⁸

- 194 bibliotecas centrais da RNBP „
- 168 bibliotecas anexas da RNBP „
- 105 bibliotecas centrais não pertencentes à RNBP „
- 43 bibliotecas anexas não pertencentes à RNBP

0.1 – SOBRE ESTE TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO

Esta abertura de mentalidades vai ser a origem de toda essa grande necessidade de tratamento da informação. É precisamente desse grande desafio que vamos tratar neste trabalho de investigação. Vamos realizá-lo estudando as bibliotecas de leitura pública do distrito de Coimbra, desde o aparecimento da Rede de Leitura Pública em 1987 até ao ano 2014, a partir dos indicadores das estatísticas anuais da DGLAB. Os indicadores oficiais que possibilitam esta análise são objeto dos Inquéritos Estatísticos da Rede de Leitura Pública anualmente preenchidos pelas bibliotecas integrantes da Rede.

Foi escolhido estudar o distrito de Coimbra por ser um distrito composto por diversas realidades sócio-geográfico-económicas, apresentando bibliotecas no

²⁸http://rcbp.dglb.pt/pt/ServProf/Documentacao/Documents/PORTUGAL_EstudoTranseuropeu.pdf[consultado a 11 de setembro de 2015]

interior, no litoral e num dos centro cosmopolitas mais intelectuais de Portugal. A análise da leitura pública no distrito de Coimbra será uma amostra do que é a leitura pública na generalidade da leitura pública em Portugal.

De referir que a grelha de recolha de dados do referido Inquérito, ao longo dos anos, foi sofrendo alterações, adaptando-o a novas situações, o que veio a originar um problema na uniformização do tratamento dos dados.

0.2 - BREVE CARACTERIZAÇÃO DAS BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DO DISTRITO DE COIMBRA

De forma muito breve caraterizar-se-ão as bibliotecas do distrito de Coimbra integrantes da Rede de Leitura Pública, que são as seguintes:

Biblioteca Municipal de Arganil, Biblioteca Municipal de Cantanhede, Biblioteca Municipal de Condeixa-a-Nova, Biblioteca Municipal de Góis, Biblioteca Municipal de Lousã, Biblioteca Municipal de Mira, Biblioteca Municipal de Miranda do Corvo, Biblioteca Municipal de Montemor-o-Velho, Biblioteca Municipal de Oliveira do Hospital, , Biblioteca Municipal de Pampilhosa da Serra, Biblioteca Municipal de Penacova, Biblioteca Municipal de Penela, Biblioteca Municipal de Tábua e Biblioteca Municipal de Vila Nova de Poiares.

Pelo fato de pertencerem à Rede de Leitura Pública e, de acordo com o contrato-programa estabelecido entre o governo e as autarquias, estas bibliotecas possuem em comum as mesmas valências, que desenvolvem e incrementam de acordo com o perfil da comunidade que servem, as opções políticas da gestão dos autarcas, assim como do perfil do bibliotecário que as dirige.

Deste modo as bibliotecas são compostas por diversas áreas de utilização pública para leitura, audição e visionamento, a saber:

Secção de Adultos composta de zonas para empréstimo, consulta local e leitura de periódicos.

Secção Infantil organizada com espaços delineados de acordo com os grupos etários, dispondo de uma área reservada aos mais pequenos, que inclui uma

sala do conto para as atividades em grupo, a animação da leitura, a dramatização, a visita de escritores, a bebeteca, etc.

Sala Polivalente ou Auditório que é um espaço destinado á realização de atividades de animação cultural como colóquios, debates, encontros com escritores, dirigidas a públicos diversificados.

Galeria de exposições onde se apresentam trabalhos de artes plásticas, artesanato, documentais ou outras.

Nas salas de leitura o espólio documental dispõe-se em estantes de livre acesso, sendo que as coleções se organizam por assunto, de acordo com a CDU. Através da adoção destas medidas facilita-se ao leitor a escolha das obras pretendidas para consulta local ou domiciliária, uma vez que as duas opções são possíveis. A consulta e o empréstimo domiciliário são gratuitos, o que contribuiu para uma democratização da leitura.

A constituição das coleções desta biblioteca obedece a critérios de seleção de obras, em diferentes suportes (livros, periódicos, cassetes vídeo, DVD's, CD's e CD-ROM) que de forma equilibrada e coerente é suposto cobrirem as diferentes áreas do conhecimento.

Com o desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação, além da automatização das funções tradicionais nas bibliotecas, tornou-se possível a disponibilização do catálogo, a informação do empréstimo domiciliário, assim como um leque excecional de novos serviços aos utilizadores, como a informação à comunidade e a autoformação, o acesso a comunidades on-line, a participação em redes sociais, sempre com base na ferramenta que veio alterar o quotidiano destas instituições: a INTERNET.

A caraterização das bibliotecas do distrito será apresentada, preferencialmente, de acordo com os textos publicados nas páginas dos municípios ou outros que as apresentem.

0.2.1 – Biblioteca Municipal de Arganil

“A Biblioteca Municipal de Arganil²⁹ resulta do protocolo assinado em Dezembro de 1988, entre a Câmara Municipal de Arganil e o Instituto Português do Livro.

A Biblioteca veio a ser inaugurada no dia 4 de Dezembro de 1996. Em 2002 passou a ter como patrono o poeta Miguel Torga. Conta atualmente com 2794 utilizadores, número que cresce de dia para dia, prova do interesse que a Biblioteca desperta nas crianças, jovens e adultos, não só do Concelho de Arganil, mas também de outros concelhos.
Horário: Segunda a Sexta-Feira: das 9h00 às 18h30
Sábado: das 9h30 às 13h00”.

0.2.2 - Biblioteca Municipal de Cantanhede

“A Biblioteca Municipal de Cantanhede³⁰ teve origem numa doação feita pelo Arcebispo D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa, que em testamento deixou à Câmara Municipal 3.000 volumes, conforme refere o ofício camarário dirigido à Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, em 27 de Maio de 1892. Esse legado comporta atualmente apenas 2.300 títulos, o que se fica a dever à falta de instalações indispensáveis ao seu adequado acondicionamento e, também, ao facto de não ter sido ainda possível garantir a sua total catalogação.

(...) No dia 26 de Dezembro de 1988, no âmbito de um contrato-programa celebrado entre o Instituto Português do Livro e da Leitura e a Câmara Municipal, Presidida pelo Dr. Albano José Garrido Pais de Sousa, foi estabelecido um acordo de cooperação para construção de um novo edifício da Biblioteca Municipal de Cantanhede, (...) que viria a ser inaugurado em 25 de Julho de 1992.

²⁹ http://www.cm-arganil.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=786&Itemid=517 (acedido em 15 de setembro de 2015)

³⁰ <http://www.cm-cantanhede.pt/mcsite/Content/?MID=7&ID=1740&MIID=288> (acedido em 15 de setembro de 2015)

(...) Desde então abriu a Biblioteca na Praia da Tocha (1 de Julho de 1998) - durante a época balnear - e inaugurou a Biblioteca Itinerante (23 de Abril de 1999), que está ao serviço das escolas, jardins-de-infância e instituições de solidariedade social de todo o Município.

Horário de Funcionamento: Segunda a Sexta das 09:00 às 19:30 Sábado das 10:00 às 13:00 a das 14:00 às 18:00 - Acesso gratuito à Internet”

0.2.3 - Biblioteca Municipal de Condeixa-a-Nova

A Biblioteca Municipal de Condeixa³¹ encontra-se instalada num edifício novo, apetrechado com as adequadas tecnologias de informação.

O seu espólio é, de momento, constituído por cerca de 26 000 documentos (monografias, CD's, DVD's e periódicos) podendo os mesmos ser consultados localmente ou através da Base de Dados Documental da Biblioteca Municipal.

O mesmo poderá ser utilizado presencialmente ou através de empréstimo domiciliário.

A Biblioteca Municipal de Condeixa para além de promover a difusão da informação, desempenha um papel de complementaridade na política cultural do concelho, pretendendo ser a porta de acesso local ao conhecimento.

Para tal, procura facultar uma programação cultural transversal (espetáculos, ateliers, conferências, exposições, encontros literários, sessões de contos, etc) de modo a acolher todos os tipos de público e todas as faixas etárias, tendo em conta os seus interesses.”

0.2.4 - Biblioteca Municipal da Lousã

Também designada por Biblioteca Municipal Comendador Montenegro.³²

³¹ <http://www.cm-condeixa.pt/rbcondeixa/index.php/rede-de-bibliotecas/parceiros-da-rede> (acedido em 15 de setembro de 2015)

“Situada junto ao edifício dos Paços do Concelho, disponibiliza o seguinte:

Sala de Adultos - Organizada por assuntos e alfabetada pelo apelido do autor, oferece livros sobre diversos temas.

- Hemeroteca – dispõe de jornais diários e semanários e tem também revistas para leitura exclusivamente presencial. É possível consultar algumas coleções, mediante solicitação. Exemplos de jornais atualmente disponíveis: Comarca de Arganil, Correio da Manhã, Diário As Beiras, Despertar, Diário de Coimbra, Diário de Notícias, Diário Económico, Jornal de Notícias, O Mirante, Público, Trevim.

- Leitura de presença – espaço de estudo, leitura e utilização de obras de consulta local (dicionários, gramáticas, etc.).

Sala Infantil e Juvenil - Dividida em diversos espaços tais como: “3 aos 5”, leitura BD, leitura de presença, artes plásticas, zona audiovisual. Exemplos de atividades regulares: “Hora do Conto” com dois livros diferentes por mês, mostra “Autor do Mês”, trabalhos manuais “As oficinas da Mena”, “Festas do Pijama”, “Conhece a biblioteca”, entre outras.

Espaço Internet – Oito computadores ligados à Internet para utilização gratuita durante 45mn ou mais tempo, caso não haja utilizadores à espera. Possibilidade de imprimir e digitalizar documentos. Outros serviços: bilheteira do Cineteatro da Lousã (diariamente até cerca das 17h). O seu horário nem sempre coincide com o da Biblioteca Municipal: de 2.^a a 5.^a Feira das 11h às 20h; 6.^a das 10h às 22h, sábado das 10h30 às 20h30; domingo das 14h às 18h (horário reduzido no período de verão).

Auditório – Sala com capacidade para cerca de 80 pessoas, que pode ser alugada ou emprestada, mediante solicitação. Equipada com recursos tecnológicos, como quadro interativo, datashow e retroprojektor.

³² http://www.cm-lousa.pt/biblioteca_municipal?m=c41 (acedido em 15 de setembro de 2015)

Centro de Recursos – Espaço com materiais educativos que é possível requisitar com o Cartão de Leitor da biblioteca. Exemplos: instrumentos musicais (guitarras, teclados, percussões); materiais científicos (microscópios, torsos), jogos (tácteis, sonoros, tradicionais).

Sala de Reservados - Espaço onde se encontram obras consideradas de valia cultural e provenientes de doações. Espólio cultural de figuras ilustres como o Comandante Fernandes Costa, João Luso e o Comendador Montenegro.

Arquivo Histórico Municipal – Espaço onde se guardam os documentos relativos à história da Lousã. Acesso reservado onde é permitida consulta de documentos na presença de funcionário.

Gabinetes técnicos – Serviço de referência, tratamento documental do fundo bibliotecário da Biblioteca Municipal e das Bibliotecas Escolares do 1.º Ciclo, entre outros.

Pátio Interior – Espaço multifunções, acessível através da Sala Infantil e Juvenil e do Auditório da Biblioteca.

Átrio – Espaço de exposições temporárias e de dinamização de atividades diversas, onde se encontra o balcão de atendimento.

Informações:

- Cartões de Leitor – Emitidos na Biblioteca Municipal, estão disponíveis em duas modalidades: utilizador individual e utilizador coletivo. Podem ser requeridos gratuitamente: o primeiro, mediante a apresentação do Bilhete de Identidade ou Cartão do Cidadão; o segundo, mediante articulação com a entidade que requer o Cartão de Leitor Coletivo.

- Empréstimo de Livros – Gratuito durante 15 dias consecutivos, sendo possível renovar a requisição telefónica ou pessoalmente na biblioteca, ou através do e-mail biblioteca@cm-lousa.pt (indicando a biblioteca onde requisitou, número de leitor e título que pretende renovar).

- *Empréstimo Áudio e Vídeo – Gratuito por 2 dias, sendo possível renovar a requisição pessoalmente.*

- *Horário – No verão de 2.^a a 6.^a Feira das 9h às 12h30 e das 14h às 17h30; no inverno de 2.^a a 6.^a Feira das 9h às 12h30 e das 14h às 19h; sábados das 10h às 13h e das 15h às 18h30. O horário de inverno coincide com o início do período letivo.”*

0.2.5 – Biblioteca Municipal de Mira

“A Biblioteca Municipal de Mira³³ define-se como um serviço cultural público da Câmara Municipal de Mira, com funções de caráter informativo, educativo e cultural, com a finalidade da promoção do livro e da leitura, assim como a defesa dos princípios patentes no Manifesto da UNESCO para as bibliotecas públicas.

A Biblioteca integra a Rede de Leitura Pública, na tipologia BM1 e o seu projeto de criação em parceria com a Secretaria de Estado da Cultura e o Instituto Português do Livro e da Leitura data de 16 de novembro de 1987, tendo sido inaugurada em 16 de julho de 1995.

O acervo da Biblioteca é formado por 19.060 documentos, destinados ao público adulto e infantil e proporciona o livre acesso à informação a toda a comunidade.

A Biblioteca tem desenvolvido um constante trabalho ao nível do tratamento documental e à disponibilização dos fundos documentais ao público, promovendo o livro e a leitura a partir de diversas atividades, das quais se distinguem conferências, recitais poéticos e musicais, ateliers, exposições, ações de formação, atividades infantis, entre outras.

Como é uma preocupação constante da Biblioteca melhorar a cada dia a qualidade dos seus serviços, abraçou o desafio de colaborar numa rede

³³ <http://rbm.cm-mira.pt/parceiros/2012/06/18/cfae-beira-mar.html> (acedido em 15 de setembro de 2015)

concelhia em cooperação com a rede escolar, servindo a população com a dedicação e o empenho sempre demonstrados.”

0.2.6 – Biblioteca Municipal de Miranda do Corvo

Também designada por Biblioteca Municipal Miguel Torga.

“A Biblioteca Municipal Miguel Torga³⁴ foi inaugurada em Outubro de 1997 e pretendia dotar o concelho de Miranda do Corvo de um equipamento cultural, destinado a promover a educação, a informação, a formação, a cultura e o lazer de todos os munícipes, de acordo com os princípios enunciados pelo Manifesto da UNESCO para as Bibliotecas Públicas.

Integrada na Rede de Leitura Pública esta Biblioteca pertence à tipologia BM1, tem como missão melhorar o nível de vida da população e dar um forte contributo para a democratização da sociedade em geral, através da oferta de informação em diferentes formatos e da criação de iguais oportunidades no acesso à educação e à cultura e para a defesa de uma cidadania activa e eficiente.

Horário de funcionamento: 2ª a 6ª feira – 09h30/13h00-14h00/19h00 e sábado – 09h30/13h00-14h00/17h30”.

0.2.7 – Biblioteca Municipal de Montemor-o-Velho

“Situada na Rua Conselheiro Doutor João de Alarcão, a nova Biblioteca Municipal de Montemor-o-Velho³⁵ ocupa o renovado Solar dos Alarcões, edifício histórico do século XVII.

Os Munícipes podem consultar os livros nas salas de leitura (adultos e infantil), viajar na Internet, ler jornais e até fazer uma visita guiada à nova infraestrutura. A Biblioteca disponibiliza ainda um serviço de apoio a cegos e amblíopes, propiciando apoio no acesso à informação aos utilizadores portadores de

³⁴ http://rb.mirandadocorvo.com/index.php?option=com_content&view=article&id=61&Itemid=59
(acedido em 10 de setembro de 2015)

³⁵ http://www.cm-montemorvelho.pt/biblioteca_municipal.htm -(acedido em 15 de agosto de 2015)

deficiência visual através de material informático adaptado. Estes recursos tecnológicos permitem fornecer serviços e materiais específicos para cidadãos com dificuldades que não podem usar os materiais correntes.

Para além dos Serviços Educativos e das Visitas Guiadas – mediante marcação –, os utilizadores podem requisitar livros para levar para casa, bastando, para isso, requerer o cartão de leitor, apresentando duas fotografias, cópia do bilhete de identidade e de um comprovativo de morada. Os menores de idade têm de apresentar uma proposta de admissão de Leitor Estudante preenchida pelo encarregado de educação.

Horário: segunda a sexta das 10h00 às 18h00; sábado e domingo: Encerrada.”

0.2.8 – Biblioteca Municipal de Penacova

“A primeira referência à Biblioteca Municipal de Penacova³⁶ remonta a 28 de Junho de 1902, quando o Presidente da Câmara Municipal (Daniel da Silva) propôs a criação de uma biblioteca, porque estava preocupado com a "instrução das pessoas". Dias depois, o Jornal de Penacova louvou aquela iniciativa e mencionou que esta biblioteca ia funcionar numa sala dos Paços do Concelho.

Em 1930 numa ata camarária fala-se que a Biblioteca Municipal ia mudar de instalações para uma sala "mais ampla e mais própria e adequada".

Em 1964 a Fundação Calouste Gulbenkian, enviou um ofício à Câmara Municipal de Penacova, relacionado com a instalação de uma biblioteca fixa. Estas duas entidades estabeleceram normas e regras de convivência que permitiram fixar no concelho a Biblioteca Fixa n.º 106, que se instalou na Rua Conselheiro Alberto Leitão, numa sala onde funciona atualmente a Junta de Freguesia.

³⁶ <http://www.cm-penacova.pt/rbp/index.php/16-parceiros/14-parceiros> (acedido em 10 de setembro de 2015)

Com o aumento do número de leitores e documentos existentes, surge novamente a necessidade de mudança para um outro espaço, de maiores dimensões, mais central e amplo, instalando-se assim, em 1982 na Rua da Eirinha. A biblioteca passa para o piso superior do edifício do mini mercado, com uma localização favorável relativamente aos percursos principais da vila e numa zona habitacional em estudo próximo do centro.

Em Dezembro de 2002 a Fundação Calouste Gulbenkian doou o espólio da Biblioteca Fixa 106 à Câmara Municipal. Atualmente todas as aquisições são suportadas pela autarquia.

Com o objetivo de criar e fortalecer os hábitos de leitura nas crianças assinou a 8 de Julho de 2010, um acordo de cooperação com a Rede Nacional de Bibliotecas Escolares.

Hoje, graças aos esforços da Câmara Municipal, o espaço físico da Biblioteca funciona desde 23 de Maio de 2011, no Centro Cultural oferecendo-se ao leitor um ambiente mais aprazível, onde encontra à sua disposição, com empréstimo gratuito e domiciliário, um acervo bibliográfico de aproximadamente 18 000 volumes, abrangendo todos os ramos do conhecimento.

A Biblioteca Municipal de Penacova é um serviço público, cujos objetivos se enquadram dentro dos princípios e missões preconizados e defendidos pela UNESCO para as Bibliotecas de Leitura Pública, nomeadamente:

A Informação: assegurar o acesso de todos os cidadãos a todos os tipos de informação local, nacional e internacional, com profundidade e pertinência.

A Educação: promover e apoiar a educação individual e da comunidade local, e a autoformação, assim como a educação formal a todos os níveis.

A Cultura: assumir o seu papel imprescindível como centro da vida cultural de Penacova, promovendo o conhecimento sobre a herança cultural, o apreço pelas artes e pelas realizações e inovações científicas.

O Lazer: converter-se num espaço privilegiado de lazer, encorajando o aproveitamento construtivo dos tempos livres.”

0.2.9 – Biblioteca Municipal de Penela

“A Biblioteca Municipal de Penela³⁷ (...) é hoje inaugurada (29/9/2006), numa cerimónia que contará com a presença da ministra da Cultura, Isabel Pires de Lima. (...) inclui uma sala polivalente com 150 lugares que funcionará simultaneamente como sala de cinema e como auditório para diversas conferências.

O equipamento cultural situa-se na zona nova de Penela, uma área central que alberga um Polo Educativo. (...) Para além da sala que funcionará como cinema e sala de congressos, a nova infraestrutura, que conta com dois parques de estacionamento, terá uma sala de estudo, uma sala para crianças, onde decorrerá a iniciativa Hora do Conto, uma sala de leitura, um espaço multimédia e ainda um miniauditório.

A biblioteca foi construída de raiz e custou cerca de um milhão e 500 mil euros. Foi financiada em 50 por cento pelo Instituto do Livro e das Bibliotecas, cabendo o restante à Câmara Municipal de Penela, responsável também pela gestão do espaço. As funções de administração e de programação do espaço serão repartidas por uma equipa constituída por uma bibliotecária, responsável pelo edifício, pelo técnico superior de Cultura e do Património da autarquia, (...), e pelo presidente da câmara, (...) que assume também o pelouro da Cultura.

O auditório - sala de cinema e de congressos - tem duas entradas, uma interior, pela biblioteca, e outra exterior, independente. Funcionará como cinema às sextas e sábados, às 21h30, e aos domingos, às 16h30, com filmes da distribuidora Lusomundo. Nos restantes dias, o auditório servirá para acolher a realização de seminários, congressos e outros eventos similares. (...) Contudo, como faz parte da rede educacional de bibliotecas públicas, era

³⁷ <http://www.publico.pt/local-centro/jornal/biblioteca-de-penela-abre--as-portas-com-15-mil-livros-99921>-(acedido em 15 de agosto de 2015)

necessário obedecer a alguns requisitos prévios antes da sua abertura ao público, como, por exemplo, disponibilizar 15 mil livros aos futuros utentes.”

0.2.10 – Biblioteca Municipal de Soure

Foi inaugurada a 7 de Maio de 1998.

Biblioteca com um vasto acervo documental e alguns meios tecnológicos ao dispor dos utentes. Dispõe ainda de um espaço para exposições.

Integra a Rede de Bibliotecas de Soure, juntamente com as bibliotecas escolares do Agrupamento de Escolas de Soure.

Horário de funcionamento da Biblioteca:

Segunda a Sexta-feira - 10h00/18h00

Quarta-feira - 13h00/18h00

Sábado-13h00/19h00

0.2.11 – Biblioteca Municipal de Tábua

Também designada por Biblioteca Municipal João Brandão.³⁸

“Facilita um acesso igualitário e gratuito a um grande número de meios de informação e de entretenimento, aproveitando as novidades tecnológicas mais recentes. Coopera ativamente com todos os níveis do sistema educativo, por forma a garantir o papel da biblioteca pública enquanto centro de aprendizagem permanente. Permite a utilização das tecnologias de informação para melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

É função da Biblioteca desenvolver alguns dos princípios expressos no manifesto da UNESCO para esta área de intervenção cultural: Criar e fortalecer

³⁸ [http://www.cm-tabua.pt/?lop=conteudo&op=03c6b06952c750899bb03d998e631860&id=fb7b9ffa5462084c5f4e7e85a093e6d7-\(acedido em 15 de agosto de 2015\)](http://www.cm-tabua.pt/?lop=conteudo&op=03c6b06952c750899bb03d998e631860&id=fb7b9ffa5462084c5f4e7e85a093e6d7-(acedido em 15 de agosto de 2015))

os hábitos de leitura na criança, desde a primeira infância; apoiar a educação individual e a auto formação, assim como a educação global a todos os níveis; assegurar a cada pessoa os meios para evoluir de forma criativa; estimular a imaginação e a criatividade das crianças e dos jovens; promover o conhecimento sobre a herança cultural (local e nacional), o apreço pela arte e pelas realizações e inovações científicas; facilitar o desenvolvimento da capacidade de utilizar a informação e a informática.

Através destes equipamentos culturais de acesso fácil e gratuito por parte de todos os utilizadores, pretendemos criar um polo dinamizador de informação, lazer e educação, onde não faltarão, para além de um acervo rico de documentos (do livro ao CD-ROM), as exposições, ciclos de cinema e conferências, para além de muita animação para os mais pequenos.

Serviços prestados: Leitura presencial de jornais e revistas, empréstimo de livros (3), serviço de fotocópias, internet, hora do conto e animação.

A Biblioteca Municipal é constituída pelas seguintes áreas funcionais: Átrio/Receção, Sala de Audiovisuais, Serviços Técnicos, Zona de Periódicos, Sala de Leitura de Adultos, Sala de Leitura Infantojuvenil, Sala do Conto, Auditório/Sala Polivalente.

Horário: Segunda–Feira - 14.00h – 19.00h; terça a Quinta–Feira - 10.30h – 12.30h 14.00h – 19.00h; Sexta–Feira - Manhã 10.30h – 12.30h, Tarde 14.00h – 19.00h, Noite 21.00h – 23.00h; Sábado - 15.00h – 19.00h.”

0.2.12 – Biblioteca Municipal de Vila Nova de Poiares

“O Centro Cultural de Poiares é uma das obras mais importantes para o desenvolvimento da cultura em Vila Nova de Poiares. Situado bem no centro da Sede de Concelho, alberga nos três pisos a Biblioteca, Auditório / Cineteatro, Núcleo Museológico, Sala de Congressos e Salão de Festas, com todas as valências e apoios inerentes ao seu funcionamento. (...) No Piso 0, acesso principal ao CCP, está situada a Biblioteca Municipal de Vila Nova de

Poiares)³⁹ e o Auditório / Cineteatro. A Biblioteca está dividida em diversas áreas distintas: Secção Infantil, Sala do Conto,, Secção de Adultos , Espaço Internet, Sala Polivalente , Sala do Livro Antigo, bar, diversas salas de apoio e hall de entrada que alberga, para além do balcão de atendimento, um espaço que permite acolher exposições. Já o Auditório / Cineteatro, com cerca de 280 lugares, apresenta-se como o palco principal de espetáculos do Município, proporcionando um ambiente de requinte, sobriedade e bem-estar.

Horários: 9h às 18h (de 2ª a 6ª) e 10h às 12h30 (sábados) “

0.3. - DEFINIÇÃO DOS OBJECTIVOS

Citando Marconi e Lakatos⁴⁰ e adequando esta opinião à necessidade pesquisa, ela responde às questões para quê? e para quem?

Na sequência desta opinião é possível definir os objetivos deste trabalho:

- Medir o grau de conhecimento dos utilizadores dos serviços da biblioteca;
- Medir o grau de utilização dos serviços disponíveis na biblioteca;
- Avaliar o grau de satisfação dos utilizadores da biblioteca;
- Definir quais os suportes de informação mais utilizados;
- Relacionar os vários serviços, comparando-os uns com os outros, e definir os que são mais solicitados pelos utentes;
- Apurar até que ponto a biblioteca responde às necessidades dos seus utentes;
- Definir em relação ao quadro de pessoal a categoria e as habilitações literárias;
- Apurar quem frequenta mais a biblioteca por sexo, idade e habilitações literárias;

³⁹ <http://www.cm-vilanovadepoiares.pt/?mostra=cultura> -(acedido em 15 de agosto de 2015)

⁴⁰ MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria - *Metodologia do trabalho científico*. 6ª ed. São Paulo: Editora Atlas SA, 2001. p. 102.

- Apurar que tipo de suporte documental é mais pretendido.

0.4. - DIFICULDADES E LIMITAÇÕES ENCONTRADAS

As principais limitações e dificuldades que encontrei em relação ao meu trabalho foram as seguintes:

- Estive doente na altura em que preparava a tese, o que me condicionou bastante e me forçou a abandonar o projeto durante alguns anos.
- Falta de tempo para a estruturação e desenvolvimento do trabalho já que as coletas que tive de efetuar acabaram por se apresentar muito mais vastas do que inicialmente tinha previsto;
- Impossibilidade de encontrar os elementos que precisava, atempadamente, prejudicaram o desenvolvimento do trabalho;
- Conciliação deste trabalho com a vida profissional e familiar. Muitas vezes dedicando-me a este trabalho, fazia-o pensando no que tinha, por outro lado que fazer, mas, por uma questão de capricho, punha sempre o trabalho de investigação à frente;
- Ter de terminar a tese em tempo record devido às imposições legais para apresentação e defesa da mesma;
- As dificuldades inerentes ao preparar uma tese de doutoramento em Madrid, quando vivo em Portugal.

0.5. - DEFINIÇÃO DE CONCEITOS

Para se compreender melhor o que está escrito irei definir alguns conceitos que utilizei, seguindo os princípios por mim aceites.

Acervo - Conjunto de documentos de uma biblioteca

Biblioteca popular⁴¹ - Biblioteca que serve, em princípio, uma comunidade local ou regional, gratuitamente ou mediante uma quotização. Nesta categoria há que distinguir as bibliotecas que funcionam como organismos públicos (municipais ou regionais) e que são financiadas, na totalidade ou na maior parte, com fundos públicos, quer se dirijam ao público em geral ou a certas categorias de público, como se as crianças, os membros das forças armadas, os doentes dos hospitais, os presos das cadeias, os operários e os empregados e as bibliotecas que funcionam como organismos privados e que desempenham funções análogas às mencionadas na alínea anterior.

Documentação, segundo o IIB (1931) - Processo que consiste em reunir, classificar e distribuir os documentos de todos os géneros no domínio da atividade humana. Segundo George Boutry o fim da documentação é de transformar em probabilidade suficiente a possibilidade de todo o homem poder obter no tempo desejado a informação que lhe interessa.

Estatística de leitura⁴² - Elementos estatísticos que permitem avaliar o movimento de leitores numa biblioteca e o número e tipo de obras consultadas.

Multa⁴³ - Sanção imposta, em várias bibliotecas, aos leitores por não devolverem o material bibliográfico emprestado, apesar de haver vencido o prazo de empréstimo. Penalidade incorrida por ter retido livros ou outros

⁴¹ GONÇALVES, Carlos César Correia – Glossário de termos relacionados com partes do conhecimento: Lisboa: Universidade Lusófona, 2000. 843 p.

⁴² Ibidem.

⁴³ Ibidem.

documentos além do tempo permitido, na condição do montante reverter para a biblioteca, o centro de documentação e informação, ou o artigo.

Profissionais de Biblioteca – Segundo o Instituto Nacional de Estatística, o profissional de biblioteca é o pessoal ao serviço que recebeu uma formação especializada em biblioteconomia ou em ciências documentais e que exerce funções adequadas a essa formação.

1 – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A revisão bibliográfica tem como objetivo promover a fundamentação documental do meu trabalho. Com esse intuito foram desenvolvidas as pesquisas bibliográficas e posterior tratamento dos resultados dessas pesquisas (seleção e interpretação), o que permitiu extrair a informação pertinente a este estudo.

É a partir deste primeiro passo, deste tomar de consciência do ponto da situação do conhecimento nesta área específica, que se alicerça o trabalho de investigação. A partir daqui a investigação ganha corpo, adquire sentido e começam a definir-se as linhas orientadoras que darão origem à tese, propriamente dita.

A seleção das obras faz-se a partir da análise do seu conteúdo, depois de verificada a pertinência do seu contributo e a sua importância para o desenrolar da investigação.

Neste caso específico a revisão bibliográfica incidiu sobre a temática investigada (bibliotecas e leitura pública), sobre o modo como se processa a investigação científica e a apresentação de um trabalho escrito de investigação.

1.1 – EM RELAÇÃO ÀS BIBLIOTECAS PÚBLICAS

1.1.1 - A biblioteca – análise terminológica

Não se pode entender o verdadeiro valor de um termo, se não se proceder à sua análise etimológica.

A palavra biblioteca vem do grego *bibliothéke*.⁴⁴ A primeira (*biblion*) significa livro. *Théke*, é qualquer estrutura que forma um invólucro protetor, cofre, estojo, caixa, estante, edifício ou outro qualquer objeto em que se guardam os livros.

1.1.2 – Nova conceção de biblioteca

A nova conceção de biblioteca é apresentada não como biblioteca mas sim como bibliotecas, porque há vários tipos de bibliotecas, tendo cada um deles objetivos diferentes: uma biblioteca pública é diferente de uma biblioteca nacional do mesmo modo que uma biblioteca escolar é diferente de uma biblioteca especializada. Assim sendo há uma diversidade de tipos de biblioteca e cada tipo tem objetivos diferentes.

É o desenvolvimento do conhecimento que opera estas diferenças: começou por ser o recetáculo de ofertas, doações e até heranças, sem critérios de fundos documentais temáticos; nos dias de hoje tem um papel preponderante nos meios de comunicação de massas.

Hoje, planifica-se uma biblioteca e ela obedece a um plano de formação de coleções segundo um critério rigoroso: a grande novidade é que a seleção é feita tendo em atenção o perfil do utilizador, conforme cada tipo de biblioteca. Ortega y Gasset foi especialmente feliz quando imaginou o bibliotecário do futuro como um filtro entre o utilizador e a produção livreira⁴⁵.

⁴⁴ Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira / Prof. Dr. António Mendes Correia ...[et. al]. - Lisboa : Editorial Enciclopédia. - IV vol., 1983 .p.648

⁴⁵ ORTEGA Y GASSET, José – *Misión del bibliotecario y otros ensayos afines*. 2ª ed. Madrid: Revista Occidente, 1967

Esse filtro terá como substância a crítica, segundo a opinião de Jorge Luís Borges⁴⁶.

1.1.3 – Breve história das bibliotecas

As principais fases de aparecimento dos tipos individualizados de bibliotecas são:

- Antiguidade: bibliotecas reais;
- Idade Média: bibliotecas monásticas e universitárias;
- Século XIX: bibliotecas nacionais;
- Século XX: bibliotecas públicas e especializadas.

Hoje, a biblioteca reveste-se de uma nova roupagem: deixou de ser uma coleção de livros tratados para se tornar num local de orientação seletiva de leitores. Para tal é necessário conhecer o perfil desses utentes. O documento é menos relevante que o indivíduo (postura antropobibliocêntrica), o documento serve o indivíduo.

Se é importante saber quando apareceram os diferentes tipos de bibliotecas, tão ou mais importante se torna distinguir entre os tipos de utilizadores que tornaram possíveis o aparecimento dessas diferenciadas instituições.

1.1.3.1 - Bibliotecas públicas

Em português a expressão *public library* perde grande parte do seu sentido: os governos municipais e a burocracia do governo central fazem com que a biblioteca pública da maior parte dos países nada tenha a ver com a chamada biblioteca pública anglo-americana.

⁴⁶ BORGES, Jorge Luis - *Elogio de la sombra*.. Buenos Aires: Emecê, 1974.

Citando Jesse H. Shera, na já citada obra *Introduction to library science* é no início do século XIX que surge a ideia de biblioteca pública, com os ideais de Horace Mann e Henry Barnard de que todos os cidadãos têm direito a ter acesso à educação e à cultura. Para estes pensadores a biblioteca pública era "a glória suprema de nossas escolas publicas"⁴⁷. Só a partir do momento em que fossem criadas estas bibliotecas é que o sistema educativo nacional estaria completo.

Até cerca de 1990 os melhores bibliotecários eram recrutados a peso de ouro para as bibliotecas especializadas, devido ao já referido desenvolvimento científico e tecnológico, sendo as empresas a custear todo este processo. No entanto, há outros países mais desenvolvidos a apoiar as bibliotecas públicas, como por exemplo, os países do norte da Europa. Um conceituado bibliotecário inglês de nome Bany Totterdell apresenta os objetivos das bibliotecas públicas: educação, informação, cultura e lazer⁴⁸..

Deve ser realçado o importante papel em prol da alfabetização de adultos e da educação permanente (tão proclamadas pela UNESCO) que as bibliotecas públicas têm desempenhado ao longo dos tempos.

Conforme dizem os ingleses em sintonia com Barri Totterdell, na biblioteca pública há tudo para todos. Qualquer tipo de biblioteca é importante, qualquer uma é a mais importante para o seu público, qualquer uma é um elo fundamental num sistema nacional de informação. No entanto a biblioteca pública revela-se com uma importância diferente, porque além de cumprir os seus objetivos serve ainda de complemento dos objetivos e serviços dos outros tipos de bibliotecas. Pode mesmo afirmar-se como substituta das bibliotecas

⁴⁷ SHERA, Jesse H. – *Introduction to library science ; basic elements of library service*. Liteleton: Libraries Unlimited, 1976. p.37.

⁴⁸ TOTTERDELL, Barry - *Public library purpuse, a reader*. Londres: Clive Bingley: Linnet Book, 1978.

escolares especializadas e infantis, quando estas forem inexistentes, sem que se sinta alguma diferença nos serviços prestados a esse público.

Para Bob Usherwood⁴⁹ importa realçar o papel muito importante da Biblioteca Pública quanto à preservação do direito dos cidadãos à informação e às ideias. Defende a formação de bibliotecas públicas financiadas pelo Estado em vez de pagas pelos utilizadores.

Na sua obra “A biblioteca pública como conhecimento público”⁵⁰, Usherwood analisa o papel importante que os profissionais de bibliotecas públicas têm para o mundo da informação e do conhecimento público, com todas as implicações sentidas no plano social. Segundo Usherwood, podemos distinguir os seguintes considerandos sobre bibliotecas públicas:

- A biblioteca pública é um departamento da administração local, que tem deveres a cumprir para a satisfação das necessidades dos seus munícipes. Deve zelar pelo bem-estar dos seus cidadãos e, nesse sentido, a biblioteca tem de ser empenhada.
- As bibliotecas públicas são o espírito e a memória coletiva da sociedade, porque conservam e preservam a documentação.
- A biblioteca pública tem serviços de literacia (clubes de leitura, serviços de referência, fornecimento de material de leitura adequado). A iliteracia é o maior obstáculo ao crescimento e desenvolvimento dos povos.

O autor refere, ainda, a importância das novas tecnologias, que mais não são do que o reflexo da evolução do conhecimento. Daí que a biblioteca pública se deva também moldar, adaptar, crescer, modernizar, a este nível.

⁴⁹ Bob Usherwood é conferencista e professor na Faculdade de Informação da Universidade de Sheffield em Inglaterra.

⁵⁰ USHERWOOD, Bob – A biblioteca pública como conhecimento público, Editorial Caminho, Lisboa, 1999, 212 p.

Hoje cada vez mais as bibliotecas públicas têm um dever, um papel recreativo e cultural a defender. A cultura é, assim, vista num sentido muito amplo, englobando diversas aceções: cultura de massas, cultura pop, cultura da comunidade local e alta cultura, ou seja, cultura da comunidade científica.

A biblioteca pública deve, cada vez mais, assumir a sua posição, deixando de ser neutra: deve, então, promover a igualdade, a satisfação das carências, a educação, o acesso à informação e à livre expressão de ideias.

Para Usherwood há ainda outro ponto importante: cabe à biblioteca pública disciplinar e “*enriquecer culturalmente as pessoas que têm menos instrução*”⁵¹.

As bibliotecas públicas devem oferecer o livre e gratuito acesso à informação, propósito esse que deve ser adotado e generalizado em todo o mundo. Se o serviço de informação fosse pago, deixaria de ser um direito e passaria a ser uma mercadoria.

A maneira de fazer face às despesas de manutenção desse serviço público seria, de maneira mais económica e eficaz, através de taxas e impostos. No entanto, os custos reais das bibliotecas públicas não são elevados, devendo essa avaliação ser feita mediante o valor do contributo dos serviços que essa biblioteca presta à comunidade.

Por outro lado a biblioteca pública também é empregadora porque cria emprego direto no seu quadro de pessoal e, entre outros locais, nas editoras, nas distribuidoras, nas transportadoras, nos serviços de publicidade e divulgação, para citar apenas alguns mais visíveis.

Deve-se referir, ainda, que os serviços das bibliotecas públicas são ainda dos únicos serviços que permitem a livre e gratuita divulgação das ideias e da informação. Se a informação for privatizada só funcionará dirigida a planos sociais lucrativos e não a todas as camadas sociais: pobres, rurais, deficientes

⁵¹ Ibidem

e idosos serão os que mais cedo serão postos de parte.

Há bibliotecas que vendem publicações, alugam auditórios e salas de reunião, fotocópias, guias e folhetos turísticos. Elas são encorajadas e aproveitadas a render comercialmente, mas será que respondam pertinentemente às necessidades daqueles que as frequentam e têm dificuldades financeiras? No entender do autor deve defender-se a biblioteca pública a funcionar com dinheiros públicos, o que a tornará mais isenta porque, ainda noutro prisma, a manterá afastada de interesses privados.

Enveredar por um serviço privado de bibliotecas pode conduzir a um sentido descendente de valor dos serviços. Pretender-se-á vender produtos, independentemente da qualidade, olhando somente ao lucro. Enquanto instituições locais as bibliotecas públicas devem satisfazer as necessidades culturais dos locais que servem. As autarquias locais podem ser um grande auxílio na divulgação da informação ao público através da biblioteca Pública.

A nova tecnologia pode trazer informação, mas falta-lhe a localização histórico-social para ela se tornar conhecimento. Não basta hardware e software, é preciso liveware (recursos humanos). São as bibliotecas públicas quem pode ajudar a desenvolver a sociedade, fornecendo saídas para todos, porque a sua frequência é gratuita. Mas isto não é o suficiente, porque as pessoas precisam ter condições de vida iguais que lhe permitam usufruir qualidade.

As bibliotecas públicas existem num determinado ambiente político que determina a sua atuação. O bibliotecário é afetado pelas decisões do poder político local e central que afetam e ditam o funcionamento e prioridades dos serviços.

1.1.3.2 – O caso português das bibliotecas públicas

Carlos Alberto Rebelo⁵² fala-nos da revolução da leitura: inicialmente a leitura oral, intensiva e depois a leitura silenciosa (extensiva), já maioritária no século XIX. A leitura era cara e alugavam-se obras, ainda assim a um preço impossível para os mais pobres. Surge a biblioteca popular para os alfabetizados (em 1870 oficializa-se) com maior predominância a Norte. A elas se deve a origem das primeiras bibliotecas municipais do país.

A esse propósito é autor de um livro⁵³ cujo objetivo é dar a conhecer o ambiente do aparecimento das bibliotecas populares e a sua evolução.

Segundo a sua opinião expressa nessa obra, às bibliotecas modernas atribui-se a grande mudança dos hábitos culturais. Oferecendo o livro a mais pessoas, elas passam a conhecer novas ideias e novos horizontes. Com o incremento das bibliotecas públicas qualquer pessoa pode aceder à informação, ao conhecimento. O resultado óbvio da criação das bibliotecas públicas foi a rotura de costumes e a tradição. A burguesia democratizou o livro e a leitura. O livro torna-se um instrumento de leitura e de poder.

O autor explica a diferença entre livraria e biblioteca, assim como refere a confusão no uso do termo livraria para designar biblioteca, ainda em meados do séc. XIX. Chamava-se leitura pública (bibliotecas populares) porque se destinavam às classes populares recém-alfabetizadas. Ao mesmo tempo compara a terminologia francesa e inglesa: francês: *bibliothèque et librairie*; inglês: *Library*.

No entanto, em Portugal não há ainda estudos rigorosos que permitam um conhecimento profundo da realidade do ensino nesta época, no séc. XIX. Foi exatamente nessa altura que se implantou o método Castilho (Visconde de

⁵² O autor é licenciado e mestre em História, professor no Ensino Secundário e autor de livros didáticos de História, estando a preparar o doutoramento sobre Leitura Pública – 1.^a República.

⁵³ REBELO, Carlos Alberto – *A difusão da Leitura Pública: as bibliotecas populares (1870-1910)*. Porto: Campo das Letras, 2002, 230 p.

Castilho), o que muito veio a contribuir para a alfabetização (1840). Aparece, ainda, João de Deus com a “Cartilha Maternal”, que tem o mesmo impacto e importância (1877). A “Voz do Operário” também tem um lugar de relevo (1883).

O gosto de ler é um desejo súbito que nasce e que se traduz pela paixão da leitura. Não interessa o que se lê, o que importa é ler. Assim, Camilo Castelo Branco em 1866 criticava negativamente as “obras do caminho-de-ferro”, ou seja, coleções baratas de livros que se vendiam nas gares de toda a Europa. Para ele ler devia ser um ato que permitisse aceder a fins superiores, e nunca a ler para matar o tempo. Esta passagem demonstra a grande mudança nos hábitos de leitura: deixa de ser uma leitura tradicional (intensiva, oral e repetitiva) para ser extensiva (diversificada e silenciosa). Até ao século XIX predominava a tradicional e a partir daqui alterou-se para a extensiva, que procurava a novidade para o entretenimento e a informação.

Mas a leitura, segundo Feliciano de Castilho, era também muito boa enquanto meio alternativo à taberna e ao jogo: ficava-se em casa, com amigos, a ler uma obra, sendo uma boa ocupação para os tempos livres. No século XIX há a leitura oral (em voz alta) nos meios burgueses, rurais e operários, sobretudo entre homens. Em voz baixa liam mais as mulheres, nas classes mais altas dos meios urbanos.

“Leitura Pública” é uma expressão usada durante este período para designar as leituras coletivas em voz alta, praticadas nas bibliotecas populares. Com o declínio desta prática a expressão cai e só volta a aparecer depois da 1.^a Grande Guerra. Como a leitura era um bem que se tinha de pagar e as poucas bibliotecas de então apenas serviam um público mais erudito, surgiram os “Gabinetes de Leitura”, cedendo obras a preços razoáveis para os que não tinham dinheiro para a sua compra. Isto passa-se ainda no século XIX.

O alargamento da rede de leitura pública e a diversificação do público leitor são as principais características da evolução das Bibliotecas a partir do Antigo Regime.

A evolução do gosto e das exigências do leitor obrigam à modernização dos espaços de leitura. Assim, em Portugal aparece uma nova geração de bibliotecários profissionalizados que já nada têm a ver com os amadores, que ocupavam o cargo como complemento das suas atividades literárias. A grande mudança opera-se nesta situação: abandona-se o conceito de que o leitor tem de aceder aos livros em grandes e altas estantes antiquadas, subindo dezasseis degraus numa escada, cuja última fiada sobe a seis metros e seis centímetros de altura.

Resumindo: A criação da leitura pública em Portugal aplica-se às leituras coletivas em voz alta, à semelhança de outros países. Como este tipo de animação de leitura caiu em desuso, só depois da 1.^a Grande Guerra volta a aparecer o conceito “Leitura Pública”, designando agora o ato de ler nas bibliotecas públicas. A conjuntura política do século XIX não foi muito boa para a difusão da Rede de Leitura Pública, embora após a Revolução Liberal de 1820 tivessem surgido no país muitas associações cívicas, nomeadamente em Lisboa e no Porto, que tinham por objetivo a instrução popular e a difusão da leitura.

A maior parte das bibliotecas tiveram dificuldades na abertura ao público, devido à inexistência de hábitos de consulta e do agravamento nas despesas dos municípios. Alguns distritos não tinham mesmo obras para fundar a biblioteca, porque na altura da tomada dos conventos ou foram roubadas ou queimadas. Disto é exemplo o distrito de Santarém, cujo concelho de Tomar destruiu o espólio bibliográfico dos conventos, do mesmo modo que Aveiro, Abrantes e Bragança.

Houve uma mudança de perspetiva no que respeita às potencialidades educativas da biblioteca pública: no início, as bibliotecas públicas eram vistas como um instrumento que permitia o acesso do povo à cultura das classes privilegiadas. É exatamente a partir daí que a biblioteca pública dá instrução e serve para formar as pessoas para o seu trabalho. Assim, passam a ser entendidas não só como um fator de coesão social, mas também como

progresso económico. A alfabetização e o aumento da escolaridade com o incremento dos cursos noturnos para adultos, veio originar o desenvolvimento da imprensa. No entanto as bibliotecas não estavam ainda preparadas para receber o público popular.

É neste ambiente que aparecem as bibliotecas populares, dando ao povo o acesso à imprensa e ao livro didático: esta era uma biblioteca pública destinada ao público mais humilde. Em Portugal falou-se pela primeira vez em bibliotecas populares no ano de 1851, no escrito de Henriques Nogueira “Estudos sobre a Reforma em Portugal”⁵⁴, em que adiantava que a biblioteca popular era um apoio que seria dado ao trabalhador estudante dos cursos noturnos e era composta de livros baratos fornecidos pelo estado e de algumas publicações periódicas semanais ou anuais, com sentido de instruir e formar a moral. Os registos da primeira biblioteca popular remontam ao ano de 1863, em Marvila (Lisboa) e insere-se bem nesta caracterização de Henriques Nogueira.

As bibliotecas populares foram legalmente criadas em 2 de Agosto de 1870, com a finalidade de combater a carência da leitura. Como disse D. António Costa, “o povo aprende pouco a ler, mas lê ainda menos do que aprende”. As bibliotecas populares deviam ter no seu espólio obras que correspondessem ao conhecimento geral e a cada profissão em particular. Cada biblioteca devia ter mapas, globo, manuais para cada atividade tradicional, quadros, etc. Devia existir o empréstimo domiciliário, que para o público feminino “*é a biblioteca a entrar em casa*”. Seria a melhor maneira para a mulher ler, porque os hábitos portugueses não lho permitem com à vontade na ida à biblioteca, nem o seu trabalho lhe deixa a possibilidade de ter tempo disponível durante o dia para se dedicar à leitura.

O objetivo de criação das bibliotecas populares foi muito bem escolhido, mas os fundos documentais não eram pertinentes para os seus leitores – o povo. Com o tempo esse fosso não desaparece, muito pelo contrário, evolui para a crise da instituição biblioteca, a partir dos finais do séc. XIX.

⁵⁴NOGUEIRA, José Félix Henriques, 1823-1848 – Estudos sobre a reforma em Portugal / por J.F. Henriques Nogueira. – Lisboa: Typ. Social, 1851, 2v; 14 cm

No estudo realizado por MELO⁵⁵ versando a época compreendida entre 1927 e 1986, refere-se a existência de vários tipos de bibliotecas no território nacional, a saber: municipais, da Gulbenkian, populares, eruditas, especiais, escolares, ambulantes, a Biblioteca Nacional, para citar as mais importantes. No entanto, o autor agrupa-as em três modelos principais de bibliotecas: do projeto nacional de bibliotecas de 1927, das bibliotecas itinerantes e fixas da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), e mais recente, do modelo de biblioteca pública da RNBP – Rede Nacional de Bibliotecas Públicas. O modelo da Fundação C. Gulbenkian teve um papel importantíssimo no desenvolvimento generalizado da cultura, ao longo de todo o país, assim como deu as bases para a criação de Rede Nacional de Leitura Pública e das Bibliotecas Públicas modernas.

Este estudo está organizado da seguinte maneira: “[I]análise de estatísticas sobre as bibliotecas portuguesas (especialmente quanto aos movimentos de leitura), bem como o seu confronto com o movimento de alfabetização (...); [II] baseada no inventário crítico dos problemas que afetavam as bibliotecas, bem como das suas propostas bibliográficas (...); [III] análise crítica dos estudos e inquérito existentes sobre bibliotecas e leituras (...); [IV] do estudo do caso que serviu para abordar o contributo das bibliotecas da FCG para a leitura pública”.⁵⁶

O autor adianta, ainda, que o projeto de leitura e biblioteca da FCG era destinado a um público que não tinha hipótese de aceder a uma cultura letrada, o que se traduzia na maior parte da população do país.⁵⁷

Luís Cabral⁵⁸ põe em questão o sistema português de bibliotecas públicas, quanto à sua mudança, características, perspetivas de desenvolvimento e técnica sugerindo estratégias e métodos para mudar o sistema.

⁵⁵ MELO, Daniel – *A Leitura Pública no Portugal contemporâneo : 1926-1987*. Lisboa : Imprensa de Ciências Sociais, 2004. ISBN 972-671-137-1

⁵⁶ Ibidem, pág. 22

⁵⁷ <http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2004/WP1-2004.pdf> (acedido em 16 de setembro de 2015)

⁵⁸ Luís Cabral é licenciado em Filologia Românica, diplomado com o curso de Bibliotecário-Arquivista e Master of Arts in Librarianship desempenhando o cargo de diretor da Biblioteca Pública Municipal do Porto desde 1986.

Para o autor⁵⁹ o sistema atual de bibliotecas públicas portuguesas é disfuncional e urge mudá-lo, orientando-o para o utente e tentando estabelecer uma cobertura do país. É conveniente alimentar uma discussão nacional sobre o que é a biblioteca pública, sobre como funciona o seu sistema. A biblioteca pública, hoje, começa a ser entendida não como parente pobre das bibliotecas universitárias, mas sim como base de todo o sistema de bibliotecas.

Para analisar o sistema de biblioteca pública em Portugal, o autor vai ter em conta três pontos de vista: desenvolvimento global, o político-institucional e o histórico local. Sobre o ponto de vista do desenvolvimento global, Portugal apresenta-se como um país em vias de desenvolvimento com uma inflação alta e uma economia estagnada, necessidade de especialização técnica e profissional e falta de verbas para a cultura, que é o elemento decorativo dos discursos oficiais. Ao mesmo tempo apresenta um grande desequilíbrio em termos de região: norte/sul; litoral/interior, sendo o sul mais rico e o litoral com mais concentração de população.

Portugal é um país antigo herdeiro de uma peculiar herança cultural e o modelo mais adequado seria o de um sistema compatível com as nossas raízes históricas e culturais, decerto não terceiro-mundistas nem europeias desenvolvidas. Em relação ao ponto de vista político/institucional temos um sistema burocrático separado da realidade da nossa sociedade e o reflexo vê-se nas bibliotecas que são um exemplo do centrismo, isolamento, rotina e consequente aversão à mudança de hábitos.

A grande questão deste ponto de vista reside no facto de ser impossível ter bibliotecas funcionando em pleno, se o país, ao nível de poder local, pelo menos, ainda não encontrou um ponto de equilíbrio. Por este motivo torna-se impossível pensar em fusão ou associação administrativa. Isto é o reflexo da

⁵⁹ CABRAL, Luís – *As bibliotecas públicas portuguesas: problemas e propostas de desenvolvimento*. (Porto): Edições Afrontamento, 1999. 77 p.

problemática, tão em voga, regionalização/descentralização. É preciso encontrar urgentemente um modelo de biblioteca pública que posteriormente se adeque às mudanças que o país venha a sofrer.

Em relação ao ponto de vista histórico/cultural, não pode ser medido com exatidão o modo como esse panorama de identidade histórica e cultural afeta o desenvolvimento das bibliotecas.

Na origem das primeiras bibliotecas públicas portuguesas está uma transferência de propriedade de bibliotecas religiosas para o estado, caracterizadas pela sua erudição (e, portanto, diferentes daquilo que o “povo” precisava e compreendia). Não houve uma consequência direta do desenvolvimento e da alfabetização (como no modelo anglo-saxónico), mas sim o aproveitar de um espólio que já existia noutra instituição (igreja) e que foi nacionalizado.

Com o nascimento da 1.^a República apareceram tentativas de criar as “bibliotecas públicas” e entre 1926 e 1974 tentou-se criar bibliotecas populares (e não públicas, há diferenças), ambas só tiveram um papel muito marginal. A partir de 1974 apareceram bibliotecas em autarquias e associações e nada vigorou porque não havia política estável, nem recursos humanos, nem dinheiro, nem planeamento, nem coordenação.

Briquet de Lemos⁶⁰ defende a tese de que as características do sistema português das bibliotecas são o mesmo das sociedades em vias de desenvolvimento: a fraca leitura origina fraca produção de livros, a educação não está seduzida para a frequência das bibliotecas, não há seleção de livros, há muito tempo perdido em tarefas como a catalogação, além da enorme falta de coordenação e cooperação entre bibliotecas.

Segundo o autor, tudo isto porque o sistema educativo português é da responsabilidade do governo e não das autarquias. Porque as bibliotecas

⁶⁰ LEMOS, A. A. Briquet - 1981 – *A portrait of librarianship. In developing societies*.s.l.:s.ed., 1981

pertencem às autarquias e são coordenadas pelo ministério da Administração Interna. A falta de organização deve-se ao facto de não haver um responsável pela coordenação global do sistema. Em última análise e ao mais alto nível as bibliotecas públicas são pertença ao departamento de bibliotecas, arquivos e serviços de documentação, do Instituto Português do Património Cultural, organismo da Secretaria de Estado da Cultura.⁶¹

O autor critica também o Depósito Legal existente em 14 bibliotecas, sendo 5 delas em Lisboa. Metade das que o recebem têm sérias dificuldades em proceder ao tratamento das publicações que, além disso, não têm uso local. Apropriadas pelo poder local há bibliotecas que regularmente vão pedindo o Depósito Legal, sem consciência do que é esse tratamento como encargo para uma instituição. Além de não ter coordenação, o sistema não cobre todo o território nacional nem há serviços regionais de bibliotecas.

Na década de 70 do séc. XX, a nível nacional existiam duas associações que resolviam, de algum modo, o papel inexistente do estado: a BAD que dava formação e alguma consultoria e a já citada Fundação Calouste Gulbenkian que tinha bibliotecas móveis e fornecia livros para algumas bibliotecas⁶².

A biblioteca típica portuguesa é muito diferente da anglo-americana ou da escandinava mas não deve ser igual a ela apenas porque essas é que estão certas: a biblioteca pública portuguesa não deve ter, exatamente, as características das outras. Luís Cabral afirma que só com uma base legislativa é possível planear um bom sistema de bibliotecas.

No entanto, apesar das características que tornam a biblioteca pouco atraente, ela tem muitos utentes, devido ao facto de não haver alternativa e eles terem muita necessidade dela e de já estarem habituados a esse ambiente.

⁶¹ Ainda hoje, em 2015, esta é a realidade vigente. As bibliotecas públicas continuam a ser dependentes da DGLAB – Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, que por sua vez depende da Secretaria de Estado da Cultura.

⁶² Referência extraída da obra MELO, Daniel – *A Leitura Pública no Portugal contemporâneo : 1926-1987*. Lisboa : Imprensa de Ciências Sociais, 2004. ISBN 972-671-137-1, citada já neste capítulo.

Citando BARRETO NUNES⁶³ “De uma forma sem precedentes desde o século XIX, quando os primeiros sistemas modernos de bibliotecas públicas começaram a desenvolver-se, diferentes meios de prestação dos serviços bibliotecários estão a ser postos à disposição destas organizações: o desafio é determinar como utilizá-los e fazer deles uma forma eficaz de cumprir e ampliar os objetivos e missões das bibliotecas públicas.”

Esta situação mantém-se até à década de oitenta. A partir daí, segundo a autora, surge a “nova biblioteca pública”. Passo a citar⁶⁴:

“Disse “nova biblioteca pública” porque, apesar de que as suas funções tradicionais se mantêm integralmente, a adaptação a uma sociedade na qual o conhecimento é um valor absoluto para o desenvolvimento económico e o lugar físico onde estão os documentos já não é determinante para o seu acesso, mas antes a capacidade de mediatizar, de intermediar esses documentos, fazem com que ela transforme o seu “ser b́iblio” – os suportes tradicionais já não são o único veículo de informação – e também o seu “ser teca”, pois a mobilidade da informação e a sua virtualidade são duas características do conteúdo das novas unidades de informação, às quais se juntam a interatividade e a transparência, com tudo o que isso significa de participação dos utilizadores na configuração dos serviços e atividades da biblioteca.”

O público também está a mudar, pretendendo obter o máximo de informação no mais curto espaço de tempo. Um fator que gere esta mudança é o uso de computadores com o recurso INTERNET. Por esse motivo, as grandes mudanças das bibliotecas prendem-se com as novas características do público, os novos tipos de documentos e as novas maneiras de se aceder à informação. São, a partir de agora, necessárias novas abordagens e novas competências.⁶⁵

⁶³ <http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/616/1/93-97FCHS2004-11.pdf> [consultado a 8 de agosto de 2015]

⁶⁴ Ibidem

⁶⁵ <http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/616/1/93-97FCHS2004-11.pdf> [consultado a 15 de setembro de 2015]

O novo modelo de biblioteca é o que melhor se adapta às novas exigências da nova realidade é a simbiose entre a biblioteca digital e a biblioteca física. O crescimento da informação digital e dos documentos eletrónicos fazem com que as bibliotecas digitais e as tradicionais se fundam, o que leva os bibliotecários a ter de se adaptar a novos métodos de passar e difundir a informação.⁶⁶

1.1.4 – Em relação à Rede de Leitura Pública

O Manifesto da UNESCO sobre Bibliotecas Públicas é a voz da UNESCO a encorajar os países a criarem bibliotecas de carácter público e a ligá-las em redes. Essas bibliotecas terão como missão abrir as portas à informação, à literacia, à educação e à cultura, oferecendo os seus serviços de forma isenta, independente e gratuita.

Segundo o Manifesto:⁶⁷ *“Os serviços da biblioteca pública devem, por princípio, ser gratuitos. A biblioteca pública é da responsabilidade das autoridades locais e estatais. Deve ser objeto de uma legislação específica e financiada pelos governos nacionais e locais. Tem de ser uma componente essencial de qualquer estratégia a longo prazo para a cultura, o acesso à informação, a literacia e a educação. Para assegurar a coordenação e cooperação das bibliotecas, a legislação e os planos estratégicos devem ainda definir e promover uma rede nacional de bibliotecas, baseada em padrões de serviço previamente acordados. A rede de bibliotecas públicas deve ser criada em relação com as bibliotecas nacionais, regionais, de investigação e especializadas, assim como com as bibliotecas escolares e universitárias”.*

No âmbito das suas atribuições, compete à Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB), planear e apoiar a criação e o desenvolvimento da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP).

⁶⁶ ARMS, M. Y. (2000) – *Digital Libraries*. Cambridge, London, The MIT Press, p.85

⁶⁷ Sítio da internet da Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas e das Bibliotecas <http://www.dglb.pt/sites/DGLB/Portugues/bibliotecasPublicas/Paginas/manifestoUnescoBibliotecasPublicas.aspx> [consultado a 11 de setembro de 2015]

Para o efeito, a DGLAB apoia técnica e financeiramente os Municípios na criação e instalação de Bibliotecas Municipais e desenvolve serviços para as bibliotecas e para os cidadãos em geral, com recurso às tecnologias da informação e comunicação (TIC), a partir do “Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais”.⁶⁸

Iniciou-se este processo em 1987 com a criação, sob a alçada do Ministério da Cultura, e no seguimento de um relatório elaborado por um grupo de trabalho com a coordenação de Maria José Moura, do Programa da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas. Pretendia-se, assim, “dotar todos os concelhos do País de uma Biblioteca Pública, de acordo com os princípios e normas estabelecidos internacionalmente. Tratava-se de uma tarefa que, à partida, se revelava difícil, uma vez que em Portugal não existiam praticamente bibliotecas que funcionassem de acordo com esses princípios: serviços diversificados para adultos e crianças, coleções abrangentes e em diferentes suportes, empréstimo domiciliário, livre acesso às estantes, etc.”⁶⁹.

Esse Programa estabelece uma parceria entre a administração central e a local (autarquias), mediante a assinatura de um protocolo que defina a instalação e modernização das bibliotecas públicas já existentes. A partir daí “*cada biblioteca integra secções diferenciadas para adultos e crianças e também espaços polivalentes para atividades de animação, colóquios, exposições, etc. No que respeita às coleções, para além de livros, jornais e revistas, as bibliotecas reúnem documentos áudio, vídeo e multimédia, de modo a acompanhar as correntes atuais da literatura, da ciência, das artes, etc. Disponibilizam ainda serviços baseados nas tecnologias de informação e comunicação, sendo o mais generalizado o de acesso à Internet.*”⁷⁰

⁶⁸ Portugal, Direção-Geral dos Livros, dos Arquivos e das Bibliotecas - *Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais*. Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura, 2009, pág. 2

⁶⁹ Sítio da internet da Direção Geral do Livros e das Bibliotecas - <http://www.iplb.pt/SITES/DGLB/PORTUGUES/BIBLIOTECASPUBLICAS/Paginas/bibliotecasPublicas.aspx> [consultado a 3 de setembro de 2011]

⁷⁰ Ibidem

De acordo com a opinião de Galheta Mendes, “a realidade das bibliotecas públicas em Portugal tem vindo a progredir desde 1987, encontrando-se, atualmente, uma boa parte das mesmas, bem dotadas de equipamentos e de recursos. Neste sentido, importa, portanto, continuar a investir nestas organizações, como porta aberta ao conhecimento e à informação, dotando-as de serviços de qualidade e transformando-as em locais agradáveis, de socialização, de cultura e lazer, indo cada vez mais ao encontro das necessidades dos seus clientes.”⁷¹

Foi apenas em 1996, com a criação de um Grupo de Trabalho nomeado expressamente para esse efeito que se preparou e apresentou um *Relatório sobre as Bibliotecas Públicas em Portugal*⁷²., Nesse relatório ficou visível a necessidade de uma reflexão sobre o contexto – nacional e internacional – e para que se criassem novos princípios orientadores para a criação da futura Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, a promover pelo IPLB, cuja lei orgânica aguardava publicação.

As características principais da nova biblioteca pública evitam que elas se tornem uma repetição do modelo tradicional. Ela deve ser planeada conforme a comunidade que sirva e deve ter em atenção o utilizador e não a conservação, embora haja uma secção de estudos locais para integrar os fundos históricos locais. Deve haver atividades dirigidas aos utentes e aos potenciais utentes, para satisfazer as suas atividades.

Devem adaptar-se os fundos da biblioteca aos leitores e às suas necessidades. A apresentação das coleções deve estar em livre acesso e o serviço de empréstimo, incluindo o empréstimo interbibliotecas, deve ter a prioridade. A estrutura do edifício tem de ser concebida, ou os edifícios readaptados caso não sejam feitos de raiz, para serem mais acessíveis, operacionais e acolhedores. O mobiliário tem de ser ergonómico. Os fundos têm de ser

⁷¹MENDES, Ana Sofia Galheta - *A gestão de qualidade nas bibliotecas públicas portuguesas: implementação do sistema segundo a norma NP EN ISO 9001:2008*, tese de mestrado [consultado a 11 de setembro de 2015]

⁷² MOURA, Maria José (coord.) - *Relatório sobre as bibliotecas públicas em Portugal*. Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura, 1996

pertinentes, selecionados para os utentes e renovados constantemente. Deve ter em atenção a criança criando espaços adequados ao seu perfil. A organização do espaço da biblioteca, incluindo acessos exteriores e interiores, devem respeitar a legislação relativa a pessoas portadoras de deficiência (Dec. Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto).

Estipula-se no já citado “Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais” da DGLAB, as bibliotecas são agrupadas em três programas-tipo: B.M.1, B.M.2, e B.M.3, caracterizadas da seguinte forma:

- B.M.1 : concelhos com população inferior a 20 000 habitantes
- B.M.2 : concelhos com população entre 20 000 e 50 000 habitantes
- B.M.3 : concelhos com população superior a 50 000 habitantes

Pretende-se, assim, que a biblioteca pública municipal seja o centro de uma rede concelhia, capaz de responder eficazmente a todas as necessidades do município, podendo, para tal, socorrer-se da criação de polos, de bibliotecas itinerantes ou outras entendidas como necessárias e ajustadas.

De acordo com a tipologia acima referida, cada programa tipo deve obedecer às seguintes características:⁷³

⁷³ Portugal, Direção-Geral dos Livros, dos Arquivos e das Bibliotecas - *Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais*. Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura, 2009, págs. 15-17

A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)

BIBLIOTECA MUNICIPAL 1			
Pontos fixos de serviço:	Central:	752 m ² (área útil) 1 053 m ² (área bruta)	
	Polos (a definir)		
Documentos (Biblioteca Central): (Fundo mínimo inicial)	- Secção de Adultos:	10 000 monografias 1 200 sonoros, audiovisuais e eletrónicos	
	- Secção Infantil:	4 000 monografias 500 sonoros, audiovisuais e eletrónicos	
Aquisições anuais:	- 1 500 monografias - 200 documentos não livro		
Numero de funcionarios: (mínimo)	10 funcionarios, dos quais:		
	- 1 Técnico Superior (com formação específica na área das bibliotecas e documentação) - 4 Assistentes Técnicos (com formação específica na área das bibliotecas e documentação)		
PROGRAMA	Equipamento	Lugares sentados	Áreas
Átrio			
Balcão	2 PC	2	60 m ²
Secção de Adultos			
Zona de Empréstimo Domiciliário		6	
Zona de Consulta local e referencia	10 PC + 2 TV	30	240 m ²
Zona de Periódicos		6	
Zona de Autoformação		2	
Zona de Atendimento	1 PC	1	
Secção Infantil			
Zona de Empréstimo Domiciliário e de Consulta Local	4 PC + 1 TV	24	170 m ²
Área de Animação (25 m ²)	1 TV	25	
Arrumos (5 m ²)			
Zona de Atendimento	1 PC	1	
Sala Polivalente		60	
Arrumos (10 m ²)			70 m ²
Sanitários			35 m ²
TOTAL SERVIÇO PÚBLICO			575 m²
Gabinetes / Áreas de Trabalho		7	70 m ²
Sala de reuniões			15 m ²
Receção e Manutenção de Documentos		1 a 2	20 m ²
Deposito de documentos (Central)		1	40 m ²
Sanitários do Pessoal			12 m ²
Sala de Informática		1	10 m ²
Arrumos			10 m ²
TOTAL SERVIÇO INTERNO (*)			177 m²
TOTAL ÁREA ÚTIL			752 m²

(*) um PC por cada posto de trabalho

A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)

PROGRAMA TIPO (20 000 a 50 000 habitantes)			
BIBLIOTECA MUNICIPAL 2			
Pontos fixos de serviço:	Central: 1 345 m ² (área útil) 1 883 m ² (área bruta) Polos (a definir)		
Documentos (Biblioteca Central): (Fundo mínimo inicial)	- Secção de adultos: 25 000 monografias 2 000 sonoros, audiovisuais e eletrónicos - Secção infantil: 9 000 monografias 1 000 sonoros, audiovisuais e eletrónicos.		
Aquisições anuais:	- 3 000 monografias - 400 documentos não livro		
Número de funcionários: (mínimo)	18 funcionários, dos quais: - 2 Técnicos Superiores (com formação específica na área das bibliotecas e documentação) - 8 Assistentes Técnicos (com formação específica na área das bibliotecas e documentação)		
PROGRAMA	Equipamento	Lugares sentados	Área
Átrio			120 m ²
Balcão	2 PC	2	
Secção de Adultos			430 m ²
Zona de Empréstimo Domiciliário		12	
Zona de Consulta local e referência	13 PC + 3 TV	50	
Zona de Periódicos		8	
Zona de Autoformação		3	
Zona de Atendimento	2 PC	2	
Secção Infantil			290 m ²
Zona de Empréstimo Domiciliário e de Consulta Local	6 PC + 2 TV	44	
Espaço para os mais pequenos			
Área de animação (30 m ²)	1 TV	30	
Arrumos (5 m ²)			
Atendimento	1 PC	1	
Sala Polivalente		100	115 m ²
Arrumos (15 m ²)			
Sanitários			50 m ²
TOTAL SERVIÇO PÚBLICO			1 005 m²
Gabinetes / Áreas de Trabalho		13	130 m ²
Sala de reuniões			20 m ²
Sala de pessoal			10 m ²
Recepção e Manutenção de Documentos		2 a 3	30 m ²
Depósito de documentos (Central)		1	110 m ²
Sanitários do Pessoal			15 m ²
Sala de Informática		1	10 m ²
Arrumos			15 m ²
TOTAL SERVIÇO INTERNO (*)			340 m²
TOTAL ÁREA ÚTIL			1 345 m²

(*) um PC por cada posto de trabalho

A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)

PROGRAMA TIPO (mais de 50 000 habitantes)			
BIBLIOTECA MUNICIPAL 3			
Pontos fixos de serviço:	Central:	1 900 m ² (área útil) 2 660 m ² (área bruta)	
	Polos (a definir)		
Documentos (Biblioteca Central): (Fundo mínimo inicial)	- Secção de adultos:	35 000 monografias 3 000 sonoros, audiovisuais e eletrónicos	
	- Secção infantil:	12 000 monografias 1 500 sonoros, audiovisuais e eletrónicos	
Aquisições anuais:	- 4 000 monografias - 500 documentos não livro		
Número de funcionários: (mínimo)	26 funcionários, dos quais: - 3 Técnicos Superiores (com formação específica na área das bibliotecas e documentação) - 12 Assistentes Técnicos (com formação específica na área das bibliotecas e documentação)		
PROGRAMA	Equip.	Lug. sentados	Área
Átrio			150m ²
Balcão	2 PC	2	
Secção de Adultos			
Zona de Empréstimo Domiciliário		16	
Zona de Consulta Local e Referência	17 PC + 4 TV	60	
Zona de Periódicos		12	
Zona de Autoformação		5	
Sala de trabalho (facultativo)		12	
Atendimento	2 PC	2	
Secção Infantil			
Zona de Empréstimo Domiciliário e de Consulta Local	8 PC + 2 TV	75	
Espaço para os mais pequenos			
Área de animação (30 m ²)	1 TV	30	
Arrumos (5 m ²)			
Atelier de expressão (30 m ²)			
Atendimento	2 PC	2	
Sala Polivalente		120	
Arrumos (20 m ²)			
Sanitários			70 m ²
TOTAL SERVIÇO PÚBLICO			1 430 m²
Gabinets / Áreas de Trabalho		20	200 m ²
Sala de reuniões			20 m ²
Sala de pessoal			10 m ²
Recepção e Manutenção de Documentos		3 a 4	40 m ²
Depósito de documentos (Central)		1	150 m ²
Sanitários do Pessoal			20 m ²
Sala de Informática		1	10 m ²
Arrumos			20 m ²
TOTAL SERVIÇO INTERNO (*)			470 m²
TOTAL ÁREA ÚTIL			1 900 m²

(*) um PC por cada posto de trabalho

Existe, ainda, o Projeto BIBLIOPOLIS com a finalidade de apoiar bibliotecas em grandes centros urbanos onde já existam outras importantes unidades de informação incluindo bibliotecas universitárias, nomeadamente os municípios de Braga, Porto, Évora e Lisboa.

Paralelamente, para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira foram concebidos outros programas tendo em atenção as características próprias dessas regiões.

Ainda no referido “Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais” se atesta que os contratos-programa têm um período de vigência mínimo de cinco anos, e que é uma competência dos municípios criar a biblioteca e zelar pelo seu bom funcionamento, competindo à Administração Central o apoio técnico e financeiro que permita a sua criação e desenvolvimento. A comparticipação da Secretária de Estado da Cultura pode chegar até 50% dos custos orçamentados para o projeto apresentado, tendo em conta os “honorários da equipa projetista, obra de construção civil, mobiliário e equipamento específico, fundos documentais e tecnologias da informação e Comunicação”⁷⁴.

Aquando da Comemoração dos 20 anos da Rede nacional de Leitura Pública, surgiu um trabalho de Margarida Oleiro e Célia Heitor designado: “20 Anos da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas: Um balanço (possível) do grau de cumprimento do Programa”⁷⁵.

O estudo foi realizado com base nas respostas ao questionário estatístico, fornecidas por 151 bibliotecas com um ou mais anos de funcionamento, entre 1993 e 2007. Desse estudo seguiram-se as seguintes conclusões, que passo a transcrever:

- Existe uma grande variabilidade na dimensão das coleções, ou seja, bibliotecas do mesmo tipo possuem coleções de dimensão muito diferente;

⁷⁴ Ibidem, pág. 4

⁷⁵ <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/157/150> [consultado a 12 de setembro de 2015]

-
- À data de abertura ao público, a maioria das bibliotecas (mais de 60%) não atinge os valores do fundo documental mínimo recomendado pela DGLB;
 - Existem bibliotecas que, após três ou mais anos de funcionamento, continuam a não possuir o fundo documental mínimo inicial aconselhado, quer de monografias, quer de “outros documentos”.
 - No que respeita à coleção de monografias, verifica-se que, 3 ou mais anos após a sua abertura ao público, 25% das BM1, 32% das BM2 e 44% das BM3 não possuem ainda o fundo mínimo de instalação recomendado.
 - No Programa da DGLB, o fundo documental mínimo recomendado é de: 14.000 monografias e 1.700 “outros documentos” para as BM1, 34.000 monografias e 3.000 “outros documentos” para as BM2, 47.000 monografias e 4.500 “outros documentos” para as BM3);
 - Das bibliotecas que, na data da sua abertura, apresentavam uma coleção de monografias para o público adulto superior ao recomendado pela DGLB, muitas haviam incorporado documentos provenientes de outras bibliotecas (ex. Bibliotecas Gulbenkian) e outras haviam beneficiado de doações significativas e/ou do Depósito Legal. Explica-se, desta forma, o facto de nessas mesmas bibliotecas, a dimensão da coleção destinada ao público infantil, bem como a de “outros documentos”, não ser proporcional à da coleção de adultos;
 - O número médio de documentos adquiridos desce significativamente após o primeiro ano de funcionamento das bibliotecas, ou seja, após a sua inauguração;
 - Para o período analisado, a despesa anual com a aquisição de documentos representou, em média, cerca de 10% da despesa total da biblioteca;
 - Na generalidade das bibliotecas, não é cumprido o número de aquisições anuais de monografias e de “outros documentos” recomendado no Programa da DGLB. Verifica-se, no entanto, que algumas bibliotecas adquirem consideravelmente mais documentos do que o recomendado;
 - No Programa da DGLB, o número de documentos a adquirir anualmente para cada um dos tipos de biblioteca é de: 1.500 monografias e 200 “outros documentos” para as BM1, 3.000 monografias e 400 “outros documentos” para as BM2, e 4.000 monografias e 500 “outros documentos” para as BM3);

-
- Quanto aos recursos humanos, no período em análise, e em termos médios, na grande maioria das bibliotecas dos três tipos considerados, o número total de trabalhadores é inferior ao número mínimo recomendado;
 - No Programa da DGLB, o número total de trabalhadores recomendado para cada um dos tipos de biblioteca é de: 10 para as BM1, 18 para as BM2 e 26 para as BM3;
 - No período em causa, e na grande maioria das bibliotecas, o número médio de computadores existentes, tanto para uso interno como público, é inferior ao recomendado no Programa da DGLB;
 - Para os três tipos de bibliotecas, a análise da média dos pedidos de empréstimo e das monografias emprestadas no conjunto dos anos respondidos, face à média registada no último ano respondido, parece evidenciar que não há uma redução significativa do empréstimo domiciliário;

Ouvindo, agora, como que a título de conclusão, a opinião de Luís Cabral⁷⁶ expressa na já citada obra “As bibliotecas públicas portuguesas: problemas e propostas de desenvolvimento” como o panorama não se mostra razoável é necessário pensar no modelo legislativo (leis) que promova a mudança. Esse modelo legislativo só pode ser encontrado a partir do momento em que reúnam bibliotecários, autarcas, legisladores e associações profissionais. Somente depois de se fazer uma avaliação do sistema biblioteca pública se pode promover esse modelo legislativo.

Em Portugal as bibliotecas públicas não estão totalmente desenvolvidas, não tendo autonomia legislada. Por isso é necessário e urgente legislar sobre as bibliotecas, de modo a dotá-las de capacidade para se administrarem, inclusive, financeiramente. Só regendo as capacidades administrativa, financeira, e de autoridade adequadas a um padrão assumido e definido a nível nacional, se pode assegurar o desenvolvimento das bibliotecas.

⁷⁶ CABRAL, Luís – *As bibliotecas públicas portuguesas: problemas e propostas de desenvolvimento*. (Porto): Edições Afrontamento, 1999.

É esta que deve ser a norma generalizada da futura lei das bibliotecas públicas portuguesas. A biblioteca pública tem de ter leis próprias, diferentes das outras bibliotecas, dos centros de documentação e dos arquivos, porque são realidades próprias e têm sistemas próprios.

A biblioteca pública tem de ser entendida como base do sistema de bibliotecas e não um tipo secundário de bibliotecas, embora todas devam estar em cooperação.

1.1.5 – O Projeto Rilp

Tendo as bibliotecas de ser eficientes no sector administrativo era imperioso dotá-las de condições logísticas necessárias a alcançar essa eficiência. Igualmente era necessário que conseguissem aceder rapidamente às fontes de informação, quer se localizassem em Portugal ou no estrangeiro. Por esse motivo e, porque nos dias de hoje nada se faz sem informatização, foi preciso estruturar a informática na Rede Nacional de Leitura Pública.

Nesse ambiente aparece a PORBASE (Base Nacional de Dados Bibliográficos) cujo principal objetivo era promover a integração das bibliotecas municipais no sistema nacional de informação bibliográfica.

O Projeto RILP (Rede Informática de Leitura Pública) assume-se como uma referência – a nível conceptual e metodológico - para a informatização da Rede de Leitura Pública. Estabelece a arquitetura da rede, as suas normas, as características do equipamento, as configurações informáticas, o tratamento e política da informação, descrevendo ainda as fases de implantação do projeto e a sua situação orçamental.

A filosofia subjacente ao Projeto RILP é de fornecer à rede mais uma ferramenta de trabalho que permita melhorar os serviços, aumentar a produtividade, atingindo um patamar mais elevado em relação à qualidade. Deste modo os recursos humanos podem dedicar mais tempo às tarefas de

gestão das bibliotecas, criando mais atividades de animação e oferecendo um melhor atendimento aos utentes.

A informatização da Rede de Leitura Públicas tem por objetivo também a sua implementação num sistema de informação de cariz nacional. Pretende assim proporcionar condições para se aceder, a partir das novas tecnologias da informação e comunicação, à gestão da informação, cooperação e permuta da informação, troca de informação local, regional e nacional, através das INTRANET.

1.1.6 – Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)

De acordo com o preconizado pela DGLAB, as bibliotecas têm de acompanhar o desenvolvimento tecnológico: “As rápidas mudanças ocorridas nos últimos anos no domínio das tecnologias da informação e comunicação, nomeadamente as possibilidades oferecidas pela Internet, alteraram o modo como a informação é produzida, coligida, apresentada e consultada.

Este novo paradigma tem um impacto significativo na biblioteca pública, instituição que tem como finalidade básica o fornecimento de informação. Transformar a biblioteca pública numa das portas de acesso à informação eletrónica na era digital constitui uma prioridade que obriga a mudanças ao nível da sua organização e da prestação de serviços ao cidadão”⁷⁷

Através da DGLAB - Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, a Fundação Bill e Melinda Gates convidou dezassete (17) países europeus⁷⁸, entre os quais Portugal, a participar no “Estudo Transeuropeu para aferir as perceções dos utilizadores sobre os benefícios das TIC nas bibliotecas

⁷⁷ Portugal, Direção-Geral dos Livros, dos Arquivos e das Bibliotecas Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais. Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura, 2009, pág. 13

⁷⁸ O estudo foi realizado em dezassete países: Alemanha, Bélgica, Bulgária, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Itália, Letónia, Lituânia, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Checa e Roménia.

públicas”⁷⁹. O objetivo do estudo era o de compreender o impacto que as bibliotecas públicas da UE têm na vida dos seus utilizadores. O trabalho de inquérito foi realizado em outubro e novembro de 2012.

Do Relatório Final do citado Estudo, apresentado em março de 2013, apresentou-se o seguinte resultado, estritamente do caso português:

- De acordo com a pesquisa documental, estima-se que existam 510 bibliotecas públicas em Portugal, o que equivale a 0,5 bibliotecas por 10 000 habitantes, um valor bastante abaixo da média de 1,3 bibliotecas por 10 000 habitantes na UE.
- O acesso à Internet é, nesta data, disponibilizado em cerca de 93% das bibliotecas públicas em Portugal.
- Em termos da oferta de TIC, as bibliotecas municipais portuguesas estão bastante bem equipadas em comparação com as suas congéneres europeias. Mais de 90% das bibliotecas públicas possui computadores ligados à Internet, e mais de 60% das mesmas tem Wi-Fi disponível.
- A despesa pública anual nas bibliotecas em Portugal de 5,5 euros per capita é muito baixa em comparação com outros países da UE,
- Estima-se que 1 milhão de adultos em Portugal, cerca de um em cada oito adultos (12%), tenha utilizado uma biblioteca pública nos últimos 12 meses, em comparação com pouco menos de um quarto (23%) de todos os adultos na Europa. „
- Estima-se que 0,5 milhões de adultos, o equivalente a 6% de todos os adultos em Portugal, tenham usado uma biblioteca pelo menos uma vez por mês, um número muito inferior à média da UE de 14%.

1.1.7 – Recursos humanos

Citando, ainda, o “Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais”: “Os recursos humanos são de importância vital no funcionamento da biblioteca. Para

⁷⁹ http://rcbp.dglb.pt/pt/ServProf/Documentacao/Documents/PORTUGAL_EstudoTranseuropeu.pdf
[consultado a 11 de setembro de 2015]

fornecer o melhor serviço à comunidade é indispensável dotá-la de pessoal em número suficiente e com formação adequada, que saiba utilizar os recursos da biblioteca de forma eficiente.

Para além do pessoal qualificado na área das Bibliotecas e Documentação – técnicos superiores e assistentes técnicos – as bibliotecas públicas devem recrutar pessoal qualificado para o desempenho de funções específicas, sempre que tal se justifique, como por ex.: informáticos, animadores culturais, formadores, etc.

Uma vez que as necessidades terão que ser identificadas caso a caso, é indicado nos programas tipo em anexo, de acordo com a dimensão da biblioteca, o número mínimo de funcionários de que esta deve dispor, quantificando-se apenas o número de técnicos com formação específica na área das bibliotecas e documentação: técnicos superiores e assistentes técnicos.”⁸⁰

1.1.7.1 – O bibliotecário

O substantivo *bibliotecário* (em alemão *Bibliothekar*, em francês *bibliothécaire*, em inglês *librarian*, igual ao vernáculo em espanhol e italiano) vem do latim *btbliothecarius*. Lembre-se que o sufixo *ário* forma outros substantivos de cunho erudito, com várias noções básicas, como, no caso de *bibliotecário*, a pessoa que exerce uma atividade em *biblioteca*. Supõe-se, mas não está explícito, que tal pessoa tenha conhecimentos de biblioteconomia. Utiliza-se também o termo biblioteconomista para definir o especialista em biblioteconomia. Esta, entretanto, é muito pouco usada, nomeadamente em Portugal, permanecendo a ambiguidade do termo *bibliotecário*, que, durante muito tempo, designou tanto o que dirige ou trabalha em biblioteca como o que é diplomado por um curso de biblioteconomia.

⁸⁰ Idem, p. 14

Em algumas realidades fora de Portugal, os responsáveis pelas bibliotecas – porque estas pertencem à administração pública – são considerados diretores ou diretores gerais. Disto é exemplo a Biblioteca do Congresso em que a direção é da responsabilidade do *Librarian of Congress* (bibliotecário do Congresso) assessorado por bibliotecários auxiliares, enquanto a chefia das divisões e outros serviços pertence ao diretor.

1.1.7.1.1 – O papel do bibliotecário

Para a posteridade ficou a participação de Ortega y Gasset enquanto convidado a proferir a conferência de abertura do 2º Congresso Internacional de Bibliotecas e Bibliografia, que teve lugar em Madrid em Maio de 1935. Nessa participação realça que ao longo dos tempos há três fases que definem e sintetizam o papel do bibliotecário e que se situam no Renascimento, no século XIX e na época contemporânea. Em cada uma dessas fases o livro representa também um papel importante como necessidade social.

No Renascimento o bibliotecário tinha a difícil tarefa de procurar o livro, objeto raro existente em pequena quantidade. Essa exigência originou o aparecimento da imprensa com caracteres móveis.

No século XIX o livro já tem o seu lugar na sociedade e por isso o bibliotecário deve procurar seduzir para a consulta de livros, para a leitura.

Na época contemporânea o livro existe em grandes quantidades tornando-se impossível conhecê-los todos e consultá-los todos. Foi a ciência e o desenvolvimento tecnológico que promoveu este aparecimento desenfreado de livros. O bibliotecário aparece como o filtro existente entre o livro e o homem.

Tem também duas profecias: uma que a ciência já se encarregou concretizar e que foi o aparecimento de um filtro novo - os computadores participando na pesquisa bibliográfica⁸¹. A outra, inconcretizável, porque é impossível prender a

⁸¹ Esta profecia, de 1935, somente se concretizaria ano década de sessenta, com os índices de citações criados por Eugene Garfield, no Instituto de Informação *Científica de Filadélfia. Ao Science citations*

cadeado a imaginação e a criatividade humanas: seria o bibliotecário a decidir o que devia por necessidade ser escrito, acabando-se assim com o “ruído” das publicações. Impossível de concretizar, também, pelo nível dos bibliotecários que não permite uma tarefa desta envergadura. J. Ortega y Gasset tinha como medida de bibliotecário Lasso de la Vega, um bibliotecário de nível bastante elevado.

Um bibliotecário além de amar os livros deve amar os leitores. Ao longo dos tempos houve casos caracterizados de um modo muito rocambolesco e a imagem do bibliotecário foi criticada na pintura, na literatura (Anatole France, Victor Hugo, entre outros).

Para o já citado Bob Usherwood, o bibliotecário público reage em relação às políticas governamentais mas não toma nunca a decisão de propor nem de agir: o bibliotecário não tem consciência política.

Citando a autora Anne Ryder, Usherwood refere que o bibliotecário tem de conhecer o jogo político para adivinhar jogadas e negociar.

Na Inglaterra o bibliotecário não se envolve na política partidária, é um neutro. No ponto de vista do autor esta posição está errada, pois o bibliotecário deve lutar por melhorar a sua situação e a situação também de negociação e planificação do sector cultural público.

Porque tem de ser “agressivo”, o bibliotecário deve fazer-se sentir perigoso.

As bibliotecas têm de ser defendidas, porque os seus serviços estão ameaçados: os cortes orçamentais e a inflação tornam-se num inimigo mortal do serviço público e da administração das bibliotecas.

Segundo o autor com o desenrolar dos anos a luta das bibliotecas inglesas teve uma aproximação à esquerda enquanto a direita adiantava que não são os

index, publicado a partir de 1963, seguiram-se o *Social sciences citation index* (a partir de 1931 e o *Arts & humanities citation index* (iniciado em 1978).

ricos que têm de pagar os serviços públicos. As bibliotecas públicas contribuem para transformar a informação em conhecimento. E biblioteca é um centro de entendimento internacional.

A biblioteca pública isenta de partido, está ao serviço da paz e da democracia. A democracia depende da igualdade de aceder à informação. Por este motivo o bibliotecário deve ter um lugar de destaque neste serviço.

As autarquias são, na maioria dos casos, quem possui as bibliotecas públicas. Os bibliotecários são funcionários públicos e, como tal, responsáveis pelos serviços perante a comunidade. Ao mesmo tempo é responsável perante o eleitorado, o partido, a comunidade, e a biblioteca que controla.

Usherwood refere ainda que os bibliotecários públicos têm uma responsabilidade grande quanto ao conceito de liberdade intelectual. A biblioteca pública deve ter liberdade para divulgar informação e ideias.

São necessários os conhecimentos dos bibliotecários para organizar a informação de modo a poder ser recuperada. O controlo e a organização bibliográfica são seus problemas. O bibliotecário tem conhecimentos que permitem traduzir o pedido expresso em linguagem natural para a linguagem técnica. Para o autor é necessário reavaliar e julgar os serviços das bibliotecas públicas; é necessário desenvolver o campo da biblioteconomia e da ciência da informação.

Do mesmo modo a biblioteca pública não deve ser analisada em termos de livro – como uma mercearia – mas em termos da sua utilidade. A biblioteca pública não fornece serviço a troco de dinheiro, mas precisa de dinheiro para fornecer serviços. Ela tem de avaliar o perfil e as necessidades dos utilizadores.

1.1.7.1.2 – A formação do bibliotecário

Antes de iniciar esta explicação é conveniente precisar que o termo *library education* deve ser traduzido em português por formação do bibliotecário e não por educação do bibliotecário, como por vezes erradamente aparece. Em Espanha a tradução usual é também enganosa devendo ter a mesma tradução da língua portuguesa.

Será conveniente dignificar a imagem do bibliotecário dando-lhe uma formação adequada ao nível da pós-graduação. Assim, após uma licenciatura pode o aluno tirar uma pós-graduação na área da biblioteconomia que lhe abrirá posteriormente o acesso a outros graus. H. Shera afirma que se deve evitar ao máximo alcançar títulos de formação tirados por correspondência ou outros que não tenham reconhecimento ou rigor científico.

Em 1821 surge pela primeira vez, em Paris, uma escola de biblioteconomia chamada École Nationale des Chartes, de orientação erudita. Em 1887 fundada por Melvil Dewey aparece pela primeira vez, nos Estados Unidos (Universidade da Colômbia em Nova York), uma escola de biblioteconomia designada School of Library Economy, , de orientação técnica. Hoje podemos dizer que o ideal era conciliar na formação estas duas vertentes, dando conhecimentos fundamentais nestas duas. Mas foi apenas no século XX que surge a ALA - American Library Association – que conseguiu congrega essas duas vertentes, submetê-las a estudos, debates e críticas e procedendo a uma atualização constante das normas biblioteconómicas, sendo o seu ensino destinado aos Estados Unidos e só posteriormente ao Canadá. Em meados da segunda década do século XX a Universidade de Chicago cria a Graduate Library School segundo esses conceitos, com amplitude internacional e apoio da FIAB e da FID.

Segundo a opinião de Luís Cabral⁸² é preciso haver alterações ao nível de pessoal e a formação dos bibliotecários e a do profissionalismo são um ponto fundamental a ter em conta. A mudança do sistema deve operar-se através dos

⁸² CABRAL, Luís – *op. cit.*

profissionais formados pela Especialização de Ciências Documentais. A BAD deverá ser uma associação profissional e não um substituto do Estado para formar profissionais.

De acordo com o autor haverá um estado de frustração nos bibliotecários, provocado pelo contraste dos valores que tentarão levar à prática e o contexto burocrático em que terão de funcionar. Há um conflito de funções que se centra na organização burocrática das bibliotecas e a capacidade criativa do bibliotecário. Uma grande parte dos bibliotecários é burocrata porque são inseridos numa organização burocrática. Outra parte é administrativa, porque a estrutura autárquica pede-lhe que seja apenas técnico administrativo superior. Apenas uma pequena parte deles é realmente profissional, tem sentido da profissão e comunica com o público o seu sentido de desilusão.

É esta situação que é urgente mudar, deve tornar-se o bibliotecário num profissional. O bibliotecário deve ter um certo envolvimento na comunidade a fim de conseguir a mudança. Esse é o novo profissionalismo. Este será o melhor meio de mudar as bibliotecas, a médio prazo, porque é difícil haver uma reforma vinda do topo do sistema tão cedo. O sistema de bibliotecas criado na mudança tem de ser adequado à realidade das bibliotecas públicas portuguesas, conforme a região, as autarquias e as bibliotecas públicas em concreto. Será, sobretudo, um meio de se começar a fazer a mudança. Esta é a biblioteca pública que deve ser gradualmente introduzida no país.

Segundo a opinião de Bob Usherwood⁸³, o curso de bibliotecário não é um curso de tecnologia de informação.

O bibliotecário público do futuro deve ser formado com novos conhecimentos organizativos e uma grande formação ao nível da ética profissional. Deve também privilegiar-se a formação de gestão. Deve estar familiarizado com o contexto sociopolítico geral e com a política de informação em particular.

⁸³ USHERWOOD, Bob – *op. cit*

1.2 – EM RELAÇÃO À DOCUMENTAÇÃO

López Yepes⁸⁴ aborda o fenómeno da documentação e da informação de forma genérica, prestando relevo especial à sua componente histórica. Aborda, ainda, as ciências da documentação, referindo Paul Otlet. Apresenta-nos várias definições de documentação, o que se manifesta um grande contributo para o estudo destas questões.

Acrescenta, ainda, que a definição de uma política nacional de informação e documentação se deve basear na análise das necessidades de informação dos membros que integram a sociedade, de maneira a apoiar a decisão e a satisfação das necessidades informativas.

Izquierdo Arroyo⁸⁵ ocupa-se da problemática da documentação, fazendo uma análise minuciosa do documento, sob variados pontos de vista (tipos de documento, sua evolução, os elementos que o compõem, etc.), sem deixar de lado o fenómeno da documentação enquanto ciência.

Estabelece, ainda, uma relação entre os documentos e os seus suportes. Estuda, também, a relação existente entre as diversas ciências e a documentação, nomeadamente a linguística, a sociologia, a psicologia, a lógica, a estatística, a economia, para citar apenas estas.

Maria Pinto Molina⁸⁶, analisa o documento nos seus suportes, fazendo ligação com vários aspetos do tratamento documental.

⁸⁴ LOPEZ YEPES, José - *Fundamentos de información y documentación*. 2ª Ed. Madrid: Eudema, 1990. 485 p. ISBN 84-7754-054-3

⁸⁵ IZQUIERDO ARROYO, José Maria - *La organización documental del conocimiento: el marco documental*. Madrid: Tecnicdoc, 1995. ISBN 84-920579-0-4

⁸⁶ PINTO MOLINA, Maria - *Análisis documental: fundamentos y procedimientos*. Prólogo a la primera edición de Georges Van Slype; prólogo a la segunda edición de José López Yepes. 2ª. Ed. Madrid: Ediciones de la Universidad Complutense, 1993. 270 p. ISBN 84-7754-070-5.

1.3 – EM RELAÇÃO AOS UTILIZADORES DESSAS BIBLIOTECAS

Um leitor é sempre um sujeito em construção. A leitura em Portugal sofreu grandes variações ao longo dos do tempo. A escolaridade obrigatória de quatro anos data de 1836 e foi alargada para 6 anos a partir de 1964 e para 9 anos em 1986. Apesar disso há uma elevada taxa de analfabetismo na população portuguesa: em 1960 havia 40% de analfabetos e em 1991 a taxa tinha sido reduzida para 15%⁸⁷, por motivo do falecimento dos idosos analfabetos.

Segundo Carlos Fortuna e Fernando Fontes⁸⁸ ao nível de hábitos de leitura Portugal apresenta um dos mais baixos níveis da Europa.

	%	N.º de livros lidos por ano
Pequenos leitores	68,00%	De 1 a 5
Médios leitores	27,00%	De 6 a 20
Grandes leitores	5,00%	Mais de 20

Luís Cabral afirma haver um erro que deve ser evitado, que é a separação entre bibliotecas populares (pequenas, com poucos fundos e pouco pessoal, mal financiadas) e as bibliotecas públicas (dos centros urbanos, de conservação e pseudo-académicas). Estes dois tipos de biblioteca são o resultado de uma conceção do passado em que se distinguia entre “cultura popular” e “alta cultura”, e que ainda se faz na nossa sociedade. Daí a biblioteca ainda ser para o estudante, para aquele que lê, porque só uma minoria das pessoas usa a biblioteca pública. Só quando esta mentalidade mudar podemos ter realmente um sistema eficaz de bibliotecas públicas.

⁸⁷ BARRETO, António (org), *A Situação Social em Portugal, (1960-1995)* Lisboa, Instituto das Ciências Sociais.

⁸⁸ FORTUNA, Carlos; FONTES, Fernando – *Leitura Juvenil: Vol. I – Hábitos e práticas do distrito de Coimbra*. Edição: Instituto Português do Livro e das Bibliotecas – Observatório das Actividades Culturais, Abril 1999.

A distribuição das bibliotecas públicas pelas regiões é desequilibrada e para se analisar bem o “caso biblioteca pública” tínhamos de o dividir em quatro categorias: as grandes bibliotecas, as pequenas bibliotecas, as bibliotecas rurais e as bibliotecas urbanas. Aqui residem as diferenças e as desigualdades do sistema.

De modo a agravar o problema das bibliotecas há o facto de elas terem de servir a população escolar, porque as bibliotecas da escola não funcionam. Daí os utentes serem quase sempre os estudantes.

No entanto o panorama alterou-se com a criação, em 1996 da RBE - Rede de Bibliotecas Escolares que vem mexer todo este sistema.

“O Programa Rede de Bibliotecas Escolares (PRBE) foi lançado em 1996, pelos Ministérios da Educação e da Cultura, com o objetivo de instalar e desenvolver bibliotecas em escolas públicas de todos os níveis de ensino, disponibilizando aos utilizadores os recursos necessários à leitura, ao acesso, uso e produção da informação em suporte analógico, eletrónico e digital.”⁸⁹

Este Programa é coordenado pelo Gabinete da Rede Bibliotecas Escolares (RBE), e opera associado a “serviços do Ministério da Educação e Ciência (MEC), autarquias, bibliotecas municipais e outras instituições - universidades, centros de formação, fundações e associações nacionais e internacionais⁹⁰”, com quem estabelece protocolo.

O elo de ligação entre o Gabinete da RBE, as escolas e as diferentes parcerias locais é estabelecido pelos Coordenadores Interconcelhios das bibliotecas escolares. São eles quem tem o papel de coordenar os grupos a definir pela RBE, em territórios (zonas) próprios, dando o apoio técnico e pedagógico necessário aos professores bibliotecários e às equipas das bibliotecas. O Professor Bibliotecário é outra figura que nasceu nesta rede, tendo o seu

⁸⁹ <http://rbe.mec.pt/np4/programa.html> [consultado a 16 de setembro de 2015]

⁹⁰ Ibidem

suporte legal na Portaria nº 756/2009⁹¹. *“Os professores bibliotecários asseguram na escola, o funcionamento e gestão das bibliotecas, as atividades de articulação com o currículo, de desenvolvimento das literacias e de formação de leitores. Compete-lhes gerir as bibliotecas do agrupamento enquanto espaços agregadores de conhecimento, recursos diversificados e implicados na mudança das práticas educativas, no suporte às aprendizagens, no apoio ao currículo, no desenvolvimento da literacia da informação, tecnológica e digital, na formação de leitores críticos e na construção da cidadania. Compete-lhes, ainda, garantir serviços de biblioteca a todas as escolas do agrupamento.”*⁹²

O projeto RBE – Rede de Bibliotecas Escolares acolheu e desenvolve-se e estimula o gosto pela leitura de acordo com o PNL – Plano Nacional de Leitura.

*“Lançado em 2006 pelo Ministério da Educação, sob o Alto Patrocínio do Presidente da República e em sintonia com os Ministérios da Cultura e dos Assuntos Parlamentares, o Plano Nacional de Leitura tem como missão fundamental promover os hábitos de leitura dos portugueses, de modo a melhorar os nossos níveis de literacia, cujos índices se situam aquém da média europeia.”*⁹³

*“O Plano Nacional de Leitura é uma iniciativa do Governo, da responsabilidade do Ministério da Educação, em articulação com o Ministério da Cultura e o Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares.”*⁹⁴

É objetivo primeiro do PNL estimular a leitura, criar hábitos enraizados de Leitura, para elevar Portugal ao nível dos melhores países europeus.

⁹¹ Ibidem

⁹² Ibidem

⁹³ http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt/pnl/v/uploads/balancos/relat_actividades_5_anos.pdf [consultado a 16 de setembro de 2015]

⁹⁴ <http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt/pnl/v/apresentacao.php?idDoc=2> [consultado a 16 de setembro de 2015]

PNL foi planificado em duas fases:

- 1.^a Fase do Plano Nacional de Leitura (2006 a 2011) – Em que se tomaram como referência os resultados da investigação e as iniciativas bem-sucedidas, quer em Portugal quer no estrangeiro e se estabeleceram e lançaram programas, metas, campanhas de comunicação, modelos de avaliação e regras de acompanhamento e coordenação.
- 2.^a Fase do Plano Nacional de Leitura (a partir de 2012) – Em que se definiram novas metas, novos estudos, novos programas em prol do desenvolvimento da literacia e dos hábitos de leitura.

1.4 – EM RELAÇÃO À QUALIDADE

A qualidade é um fator essencial para os serviços prestados por qualquer organização, por qualquer entidade. As bibliotecas públicas são, por excelência, entidades que devem oferecer e qualidade nos serviços prestados a comunidade.

Galhetas afirma: “Apesar da Gestão da Qualidade não ser um conceito recente, este encontra-se cada vez mais em voga, não apenas pelas suas vantagens ao nível do marketing e da imagem da organização, mas sobretudo porque pode, quando bem conduzido e verdadeiramente inserido na cultura organizacional, gerar mudanças profundas, quer ao nível da normalização dos procedimentos, quer ao nível da motivação, da qualidade dos serviços/produtos e consequentemente da satisfação dos clientes externos e internos.”⁹⁵

Tendo em atenção a questão da qualidade, pode-se dar um contributo verdadeiramente importante às bibliotecas públicas municipais, aumentando a satisfação dos seus utilizadores. Quando se fala em qualidade/satisfação remetemos o assunto para uma sociedade cada vez mais exigente ao nível do

⁹⁵ Mendes, Ana Sofia Galhetas - A gestão de qualidade nas bibliotecas públicas portuguesas: implementação do sistema segundo a norma NP EN ISO 9001:2008, tese de mestrado, pag. XII [consultado a 11 de setembro de 2015]

desempenho, o que se vai traduzir num elevar dos índices de competitividade entre os serviços. Qualidade é sinónimo de eficácia e, quanto mais eficaz for o serviço mais hipóteses tem de vender os seus produtos, de satisfazer o público e, conseqüentemente, de vencer.

A qualidade é estudada ao longo das épocas e o seu valor vai sendo apreciado de ano para ano, pois maiores são as exigências do público,

O próximo quadro⁹⁶ mostra como o conceito de qualidade se vem adequando e desenvolvendo ao longo dos tempos:

Quadro 1: Evolução do conceito da qualidade

		Período				
		1945 - 1949	1949 - 1951	1951 - finais dos anos 60	Finais dos anos 60 - 1980	1980 - até ao presente
Características	Definição de qualidade	Conformidade com standards e especificações técnicas	Conformidade com standards e especificações técnicas	Adequação ao uso	Conformidade com as exigências dos clientes	Alcance da máxima satisfação dos clientes
	Sistema de gestão	Inspecção da qualidade	Controlo estatístico da qualidade	Garantia da qualidade	Controlo da qualidade em toda a organização	TQM
	Parâmetro do sistema de gestão	Produto final	Produto final	Processo de produção	Necessidades dos clientes	Expectativas dos clientes
	Mudanças Tecnológicas	Produção em massa	Produção em massa (Fordismo)	Ciclos curtos da vida dos produtos	Economia do serviço	Economia de serviço
	Medida de qualidade	Conceito objectivo	Conceito objectivo	Conceito subjectivo	Conceito subjectivo	Conceito subjectivo e objectivo
	Dimensão temporal	Estática	Estática	Dinâmica	Dinâmica	Dinâmica

Fonte: Rocha, 2006: 17. Quadro de Loffler [2001] adaptado por Rocha.

Um exemplo a reter e ter em consideração sobre qualidade em bibliotecas públicas é o caso da Finlândia. Neste país as bibliotecas públicas são o serviço cultural mais acedido pelo público. Nos dias de hoje, internacionalmente, o

⁹⁶ Idem, pág. 20

sistema das bibliotecas públicas finlandesas é considerado muito avançado e. um dos melhores do mundo.⁹⁷ Cerca de 80% da população frequenta as bibliotecas públicas.

As bibliotecas públicas finlandesas estão perfeitamente organizadas numa rede interativa. Usam e abusam das mais avançadas tecnologias de informação e de comunicações. Essa prática torna os seus serviços eficazes e acessíveis, sendo, por esse motivo, bastante frequentadas. Tal como em Portugal a obrigação de incrementar e desenvolver os serviços das bibliotecas públicas depende dos municípios, assim como os serviços são prestados de forma gratuita.

Na Finlândia o Governo central atribui subsídios aos municípios que cobrem cerca de 40% das despesas das bibliotecas públicas que, por seu lado também obtêm subsídios de 25% a 50% dos custos para a construção de novas instalações. Citando o artigo acima referido: “Em 2000, a biblioteca de Helsínquia recebeu o primeiro prémio “Acesso à informação”, no valor de um milhão de dólares pelo Fundo Bill e Melinda Gates, como um reconhecimento pelo seu trabalho em fomentar a utilização da tecnologia de informação, por parte dos utilizadores de todas as idades.”

Qualquer biblioteca municipal finlandesa, de maior ou menor dimensão oferece uma “sala de estar” para a comunidade, informação e meios de a aceder de primeira qualidade e cria redes de serviços públicos e privados, assim como tem a obrigação de criar atividades e serviços culturais.

1.4.1 – Organização e racionalização do trabalho

Segundo Carlos César Correia Gonçalves⁹⁸ a organização pretende atingir uma melhoria das condições de trabalho, diminuindo os custos e o prolongamento dos prazos, contribuindo assim para a qualidade do trabalho realizado.

⁹⁷ <http://www.finlandia.org.br/public/default.aspx?contentid=124121> [consultado a 11 de setembro de 2015]

Para o autor uma boa organização pode ser relativamente mais fácil com a ajuda de um eficiente sistema de informação de apoio. É conseguida através de uma boa planificação, coordenação e integração do trabalho.

1.4.2 – A qualidade dos serviços

Carlos César Correia Gonçalves⁹⁹ debruça-se sobre o conceito de qualidade no trabalho segundo a ISO. Define-a como sendo um conjunto de características duma entidade que lhe conferem aptidão para satisfazer necessidades explícitas ou implícitas.

Analisa a origem dos principais problemas de qualidade e enuncia os que surgem desde a identificação dos utilizadores e das suas expectativas até à correção de um erro depois do trabalho estar concluído.

O autor refere vários modelos de qualidade: tradicional, Edward Deming, Juran e Crosby, acompanhados de um esquema ou uma explicação de cada. A garantia da qualidade é um fator que também não foi esquecido neste tema.

Explica o que é a qualidade total, analisa o enquadramento das pessoas na Qualidade total do trabalho, os fatores que devem ser considerados e a envolvente da qualidade. São discriminados os princípios na cultura da empresa, os benefícios de uma cultura de qualidade, exigências e barreiras a vencer para se alcançar essa qualidade.

O significado de sistema está na orientação do pensamento. Está na capacidade de atingir eficazmente um objetivo. Seguidamente o autor explica quais os objetivos de um sistema de qualidade, realça a abordagem sistemática adiantando que ajuda os gestores a clarificar, entender e gerir as

⁹⁸ GONÇALVES, Carlos César Correia – *Organização e simplificação administrativa*. Lisboa: COCITE, 1997.123p.

⁹⁹ GONÇALVES, Carlos César Correia – *Alguns dados para acabar com a burocracia*. Lisboa: ÁQUILA, 1998, 30p.

suas responsabilidades e tarefas e, simultaneamente, a ultrapassar os problemas mais complexos.

Correia Gonçalves refere, ainda, a documentação que um sistema deve conter, a matriz da gestão de qualidade, os elementos do sistema – focando os aspetos particulares do sistema, a necessidade de sistemas formais, as razões adicionais para um sistema de qualidade e as limitações ao conceito de sistema.

Para o autor um sistema de qualidade pode ser formatado por: manual de qualidade, responsabilidades da direção, sistema de qualidade, controlo da conceção, registos da qualidade, auditorias da qualidade, formação, assistência pós-implantação, métodos estatísticos e custos de qualidade. Exaustivamente explica cada uma destas orientações realçando o manual de qualidade como sendo o documento mais importante do sistema de qualidade e a etapa de controlo da conceção como a tarefa mais complexa e difícil. Das características anteriormente apresentadas, aquela que o autor considera que pode ser mais bem sentida pelo cliente é a assistência pós-implantação.

O próximo ponto a ser caracterizado é o processo de implantação de um programa de qualidade total através da explicação de cada uma das suas quatro características: dos objetivos de um programa de qualidade total, da fase de transição para uma cultura de qualidade total, os três pilares básicos – a estatística, o controlo da amostragem e o trabalho em grupo – e por fim, o modo como devem ser formados os grupos de resolução (regras e técnicas associadas).

Por último, em relação à certificação da qualidade é explicado como é efetuado o processo de avaliação da conformidade, como são feitos o processo de certificação e os respetivos benefícios resultantes da certificação.

1.5 - EM RELAÇÃO À ELABORAÇÃO DE TRABALHO ESCRITO

Carlos César Gonçalves¹⁰⁰ (de parceria com Maria Amélia Rocha de Paula Hungria) apresenta como elaborar, estruturar e apresentar os trabalhos escritos científicos¹⁰¹ e técnicos.

Segundo o Autor deve-se selecionar o tema para o desenvolvimento de um projeto de investigação. Uma vez definido o tema deve-se definir o problema, isto é, delimitar o seu âmbito e as suas dimensões.

Delinear-se-ão todos os seus aspetos e o possível alcance dos mesmos; avaliar-se-á cada um deles e medir-se-á a sua importância relativa, tendo em conta os fins do estudo.

Define-se o tema formulando uma série de perguntas completas e detalhadas que permitam:

- Estabelecer as áreas e os períodos de tempo;
- Averiguar os temas e subtemas do estudo;
- Explicar os pontos de vista, as semelhanças e as diferenças com outras áreas;
- Expor a finalidade do estudo;
- Descrever o método.

O autor refere-se também à obtenção de dados, que é feita somente depois da seleção e definição do tema. Torna-se necessário reunir toda a documentação para a elaboração do estudo. Esse processo será feito em quatro tempos, a saber:

- Pesquisa bibliográfica;
- Levantamento documental;

¹⁰⁰ GONÇALVES, Carlos César Correia; HUNGRIA, Maria Amélia Rocha de Paula - Guia de elaboração e apresentação de trabalhos escritos. in: *Actas Quinto Encontro dos bibliotecários Arquivistas e Documentalistas Portugueses*. Braga: Livraria Cruz; 1976. p 353-376.

¹⁰¹ GONÇALVES, Carlos César Correia – *Ideias para uma dissertação de mestrado e para uma tese de doutoramento*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2001.

- Pesquisa de campo;
- Pesquisa de laboratório.

Refere também quais as exigências para a realização de artigos de publicação periódica ou de um texto de publicação não periódica.

Na publicação não periódica a estrutura do trabalho tem três partes:

- Parte preliminar;
- Texto;
- Referências.

Podem-se acrescentar anexos colocados depois das referências e índices.

A parte preliminar terá página de título e sumário e, caso se justifique, uma chave de abreviaturas, siglas e acrónimos, frases, pensamento, dedicatória, resumo, prefácio, bem como uma ficha bibliográfica com os elementos de referência da publicação e as palavras-chave e frases-chave que são pertinentes retirar do texto.

O texto é o conjunto de páginas onde é tratado o assunto da obra e integra três pontos fundamentais: a introdução, o desenvolvimento e a conclusão.

As referências apresentam as fontes que contribuíram para a sua elaboração: bibliotecas, visitas de estudo, entrevistas, fichas, fotografias, diapositivos, videogramas, conferências, entre outras. Deve-se ter em atenção que devem ser agrupadas por ordem alfabética.

O índice numa publicação não periódica deve surgir depois das referências. Deve ser composto por palavras-chave ou frases-chave que mais se destaquem do trabalho, indicando as páginas onde essas palavras-chave ou frases-chave se localizam.

Os anexos devem aparecer no fim do trabalho (excetuando-se casos em que podem aparecer no índice) e servem para apresentar questionários, mapas,

plantas, fotografias, e outros tipos de documentos. Estes, devido ao seu formato e conteúdo, alteram a sequência do texto.

Por isso devem ser agrupados pela ordem que mais acharmos conveniente e numeram-se, para uma melhor leitura e esclarecimento.

Para Carlos Gonçalves um trabalho deve ter uma redação simples e uma linguagem clara. Deve ser feito a partir de um rascunho e sofrer as revisões que se julguem necessárias. Todo o trabalho escrito é feito a partir de normas especiais.

Para concluir a sua obra, aborda a apresentação do trabalho não periódico, a capa, a página de título, o sumário, o texto, onde refere o formato, a mancha e suas margens, as citações em pé de página, as transcrições; sempre exemplificando em cada um dos casos.

Para Carlos Gonçalves a informação reveste-se de um papel cada vez mais fundamental, uma vez que a concorrência torna o “*mercado*” mais exigente.

Assim, uma informação é útil quando for atual e pertinente. É nesse ponto que aparecem as novas tecnologias da informação, porque os procedimentos manuais já não respondem eficazmente. Contribuindo, desta forma, para a qualidade da informação fornecida, melhorando os serviços prestados pelas tecnologias da informação. Deste modo melhora-se também a qualidade dos serviços prestados.

Para o autor a investigação de qualidade gera a investigação de qualidade e frequentemente as questões interessantes surgem durante o próprio processo de investigação.

Segundo Gonçalves,¹⁰² Quando se faz um trabalho científico a originalidade está no conteúdo e não na forma. Com a apresentação de um trabalho

¹⁰² GONÇALVES, Carlos César Correia – *Processos de investigação, seus principais procedimentos*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2000. p.32.

científico pretende-se comunicar seletivamente os processos desenvolvidos e os resultados obtidos, sempre, dirigindo-se a um determinado leitor ou público.

O autor afirma que, dependendo dos objetivos, os relatórios de pesquisa ou de investigação podem ser feitos de várias formas, ou seja, além dos elementos que envolvem uma produção textual e que seguem a orientação da linguística aplicada, que respeita os estilos individuais de quem redige e expressa um pensamento carregado de significação, há os elementos objetivos, ligados à coerência lógica, coesão textual e normas técnicas padronizadas e convenções tradicionais que devem ser respeitadas.

Apresenta os vários tipos de relatórios (resumos, resenhas, ensaios, artigos, projetos de pesquisa, relatórios de pesquisa, monografias, dissertações e teses) desenvolvidos e apresentados em cursos de graduação, especialização, mestrado e doutoramento, e que são considerados relatórios de investigação científica.

Sublinha o termo "*científico*", atribuindo a ele a confusão entre cientificidade com o cumprimento das normas e padrões de sua estrutura e apresentação. Os trabalhos científicos têm algo em comum: todos são obrigatoriamente "*monográficos*", isto é, como relatos de pesquisas já efetuadas, investiga-se um problema (mono), e não dois ou vários.

1.6 - EM RELAÇÃO À MOTIVAÇÃO

Segundo Gonçalves¹⁰³ a motivação refere-se a fatores que proporcionam direção e energia ao comportamento dos seres humanos e de outros organismos e está relacionada com forças que dirigem para o futuro.

De acordo com a teoria do instinto da motivação, as pessoas e os animais nascem com padrões de comportamento pré-programados essenciais para a sua sobrevivência.

¹⁰³ GONÇALVES, Carlos César Correia – *A motivação face das emoções*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2004.

Os psicólogos não aceitam esta teoria do instinto e contrapõem uma alternativa que são as teorias da motivação sobre a redução do impulso.

Antes de mais torna-se necessário definir o que é impulso: é uma tensão que provoca energia ao comportamento, possibilitando a satisfação de uma necessidade. Existem impulsos primários quando se referem a necessidades biológicas e impulsos secundários quando não se referem a necessidades biológicas. Um impulso primário satisfaz-se reduzindo a necessidade que lhe está na base. Exemplo: se temos fome comemos, se temos calor procuramos um local mais fresco. Chama-se HOMEOSTASE ao fenómeno motivacional que permite ao organismo manter um funcionamento equilibrado.

Segundo o autor, a teoria da ativação procura explicar o comportamento cuja finalidade é a manutenção ou o aumento da excitação. Isto prova que cada um de nós tenta manter um determinado índice de ativação e de estimulação, havendo mesmo pessoas que procuram níveis elevados de estimulação propositadamente.

Mas também se funciona motivado pelo incentivo, não é só a necessidade interna que estimula. Os estímulos externos também dirigem o comportamento. Um exemplo: um indivíduo não ter fome e comer a sobremesa só pelo seu aspeto exterior apelativo.

Logo, a conclusão que se pode tirar é que impulsos e incentivos estão os dois interligados na motivação do comportamento.

Segundo a teoria cognitiva da motivação, os pensamentos, as expectativas e a compreensão do mundo têm um papel muito importante. De acordo com esta teoria o pensamento está por detrás da motivação.

À medida que as pessoas envelhecem procuram menos sensações fortes, estão menos motivadas para aventura.

Temos mais motivação para a realização de uma tarefa quando a tarefa nos dá prazer (é intrínseca). Também neste caso produzimos trabalho de mais qualidade.

Quando realizamos algo apenas a pensar numa recompensa, (motivação extrínseca) a motivação é menor e a tarefa com menos qualidade e menos gosto.

A Hierarquia de Maslow ordena as atividades motivacionais. Ordena as necessidades em forma de pirâmide com as primárias na base e as secundárias no topo. Apenas quando as necessidades primárias estiverem satisfeitas se passa para as do topo. Tem de se seguir a hierarquia: primeiro as fisiológicas e de segurança. Seguem-se as necessidades de amor e sentido de pertença, estima e realização pessoal. Só a realização pessoal permite que o indivíduo atinja plenamente o seu potencial. O importante é a pessoa estar satisfeita e usar plenamente o seu talento.

O modelo de Maslow é importante por duas razões: salienta a complexidade das necessidades humanas e realça a ideia de que precisamos de satisfazer as necessidades biológicas primárias antes de nos preocuparmos com as de nível superior (secundárias).

De acordo com as palavras de C. Gonçalves a vida seria monótona se não existisse o sentimento e a emoção. A emoção tem como funções: preparar-nos para a ação, ajudando-nos a criar respostas eficazes a várias situações. Por exemplo: vemos um cão enraivecido próximo de nós e afastamo-nos dele rapidamente; moldar o nosso comportamento, no sentido de registar situações semelhantes que aconteceram no passado e associá-las ao futuro ou ao presente, ajuda-nos a regular a interação social, porque são comunicadas através do comportamento verbal e não-verbal. Um exemplo disto é uma mãe ver o medo estampado na cara do filho de dois anos quando este vê uma imagem num livro e o procura logo ajudar a lidar com a situação.

2 – FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

De acordo com a teoria defendida por Gonçalves¹⁰⁴ a investigação inicia-se sempre num problema, que mais não é do que *“formulação ou enunciado de uma situação em que certos elementos, fatores ou condições são conhecidos ou desconhecidos, procurando-se descobrir os desconhecidos que integram a situação problemática”*.

Para este autor o problema¹⁰⁵ apresenta-se como uma dificuldade que não pode ser resolvida automaticamente, isto é, sem a realização de uma investigação.

Analisar um problema consiste em decompô-lo nas partes que o compõem, dividindo desta forma o problema em sub-problemas, facilitando-se, deste modo, a sua formulação.

Mário Bunge¹⁰⁶ é da mesma opinião e então problema *“designa uma dificuldade que não pode ser resolvida automaticamente, sem que se proceda a uma investigação, conceptual ou empírica”*.

No entanto, não é fácil formular um problema: é preciso ter em atenção alguns passos importantes.

¹⁰⁴ GONÇALVES, Carlos César Correia – *Terminologia da documentação, da investigação de informação: glossário de termos da documentação administrativa, científica e técnica, bem como da investigação, da informação e de ciências afins*. 3ª ed. L Lisboa: Aquilla, 1998. p.211.

¹⁰⁵ Ibidem.

¹⁰⁶ BUNGE, Mário – *La investigación científica: su estrategia y su filosofía*. Barcelona: Editorial Ariel, s.d. p.199.

Ainda de acordo com Gonçalves¹⁰⁷, o problema constitui uma incógnita ou dificuldade a resolver. Resolvê-lo passa por se ter de agir de acordo com um método, com regras precisas e coerentes.

Correia Gonçalves¹⁰⁸ apresenta-nos um conjunto de regras práticas para a formulação, que passo agora sucintamente a enumerar:

- O problema deve ser formulado como pergunta;
- O problema deve ser claro e preciso;
- O problema deve ser suscetível de resolução;
- O problema deve ser delimitado a uma dimensão viável.

2.1 – EM RELAÇÃO AO PROBLEMA

- Saber quem usa a biblioteca pública.
- Saber se é uma minoria a usar a biblioteca pública.
- Saber se é ou não satisfatório o sistema “*Leitura Pública*” no caso concreto analisado.
- Caracterizar o sistema e ver se responde positivamente às questões e às necessidades da população.

¹⁰⁷ GONÇALVES, Carlos César Correia - O stress em bibliotecas/ CDI, no ensino, na saúde, nas formas militares e militarizadas, na função pública e nas empresas. 1º vol. Lisboa: S.Ed. 1997. p. 70.

¹⁰⁸ GONÇALVES, Carlos César Correia – *Porque e como se faz uma investigação*. Lisboa: Universidade Lusófona, 2003, 82p.

3 - METODOLOGIA

Um trabalho de investigação deve estar ao abrigo de um método que apoie na resolução dos problemas. Por método entende-se o caminho que nos leva a alcançar o nosso objetivo, de acordo com o previamente planeado.

Umberto Eco¹⁰⁹ defende que é essencial e prioritário proceder-se à compreensão das tendências da metodologia da investigação atual.

Este estudo obedeceu a uma abordagem metodológica de natureza quantitativa/qualitativa, ou seja, de acordo com algumas teorias como um continuum entre as duas abordagens. Como escolha metodológica possível na pesquisa, optei pela realização de um estudo comparativo, por entender ser o tipo que melhor se adapta a esta investigação.

A metodologia adotada é objetiva, ou seja, não permite que o investigador controle os fatos estudados, que mais não são do que fenómenos contemporâneos. Assim a abordagem metodológica está próxima do estudo de caso. Concordante com esta teoria está Lessano-Hébert¹¹⁰ para quem o estudo de caso se destina a uma investigação real, limitada no tempo e no espaço.

¹⁰⁹ ECO, Umberto - *Como se faz uma tese em ciências humanas*. Lisboa: Ed.Presença, 1995. 231p.

¹¹⁰ LESSANO-HÉBERT, Michelle et al – *Investigação qualitativa – fundamentos e prácticas* . Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

Esta investigação foi iniciada com seleção da bibliografia e posterior leitura da mesma, realizando constantes análises comparativas entre os autores abordados, para recuperar dos seus textos a matéria mais adequada à realização e entendimento deste estudo.

Desenvolvi as problemáticas possíveis, até chegar à formulação final da problemática. A partir daí relacionei hipóteses e conceitos e defini o público no tempo e no espaço.

O passo seguinte foi conceber qual a tipologia de instrumentos de observação a adotar, tendo chegado à conclusão que seriam os Inquéritos anuais estatísticos da DGLAB a toda a Rede Nacional de Leitura Pública (questionários).

Seguiu-se a descrição e preparação dos dados para análise, o relacionar das variáveis, a comparação dos resultados observados com os resultados esperados e a procura do significado das diferenças.

Por fim procedi às conclusões pondo em evidência os novos conhecimentos assim como as consequências práticas.

3.1 – INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS UTILIZADOS

Optei por utilizar um questionário usado em âmbito nacional, por ser uma técnica que permite obter dados passíveis de análise crítica que conduzam a uma melhor compreensão da questão em estudo, tendo a vantagem de serem relativamente fáceis de aplicar e de analisar, traduzindo-se numa economia de tempo e custos.

A análise estatística analisa os dados obtidos através dos questionários tais como, frequência dos utilizadores na biblioteca, tipos de leitura, avaliação de custos e receitas, aquisição de fundos, animação, recursos económicos e humanos, etc.

Só me decidi pelo questionário da DGLAB depois de ter decidido os objetivos da investigação. De um modo geral, ele fornece oficialmente todos os dados que pretendo analisar por serem os únicos que me permitem desenvolver este trabalho. Seria impossível, a alguns anos já de distância do objeto do estudo, conseguir aceder a esses dados, a não ser através de um inquérito oficial deste tipo, pese embora com as limitações que ele apresente.

Foi enviado um ofício e um e-mail, embora distantes no tempo, a todas as câmaras municipais dos concelhos a que pertencem as bibliotecas da Rede de Leitura Pública alvo deste estudo – solicitando autorização para a DGLAB me cedesse os Inquéritos respeitantes a todos os seus anos de funcionamento desde a abertura até ao ano 2014 (inclusive).¹¹¹

Como esta investigação pretende-se fazer uma análise do funcionamento das bibliotecas da RNL, a partir este Inquérito que é, por excelência, a garantia da veracidade, validade e objetividade deste assunto.

3.2 - VALIDAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

De acordo com Lessano-Hébert¹¹² a validade levanta o problema de saber se o investigador “observa realmente aquilo que pensa estar a observar”. Por outras palavras saber se os dados ou medidas obtidos possuem valor de representação e se os fenómenos estão corretamente denominados ou, seja, se as variáveis que os identificam recebem as designações corretas.

O questionário que utilizei foi o que tem vindo a ser utilizado pela DGLAB, que é uma instituição que, a nível nacional, tem vindo a coordenar as ações das bibliotecas viradas para a leitura pública.

¹¹¹ Conforme Anexo 1

¹¹² Ibidem.

3.3 - ANÁLISE E TRATAMENTO DE DADOS

O tratamento da informação, nomeadamente o processamento de texto, foi feito através do processador de texto MICROSOFT WORD for MAC 2011, que também possibilitou a análise e tratamento de dados, o tratamento estatístico, assim como a respetiva construção de gráficos comprovativos.

4 – HIPÓTESES FORMULADAS

Segundo MARCONI,¹¹³ o problema é uma dificuldade sentida, compreendida e definida, necessitando de uma resposta, *“provável, suposta e provisória, ou seja, uma hipótese. A principal resposta deve ser considerada a hipótese básica.”*

No entanto existem diferentes formas de hipóteses básicas, a saber:

- As que afirmam, em cada situação, a presença ou ausência de certos fenómenos;
- As que se referem à natureza ou características de determinado fenómeno em situação específica;
- As que apontam a existência ou não de determinadas relações entre fenómenos;
- As que preveem variação concomitante, direta ou inversa, entre certos fenómenos.

Considera ainda que existem hipóteses secundárias, que mais não são do que afirmação complementar da hipótese principal e apresentam as seguintes características:

- Abarcar em detalhe o que a hipótese básica afirma em geral;
- Englobar aspetos não especificados na básica;
- Indicar relações deduzidas da primeira;
- Decompor em pormenores a afirmação geral;
- Apontar outras relações possíveis de serem encontradas.

¹¹³ MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria – *Metodologia do Trabalho Científico*, 6ª ed..São Paulo: Editora Atlas,-2001. p.104.

Segundo Gonçalves,¹¹⁴ hipótese é uma suposição de uma coisa possível ou impossível para ter-se dela a consequência.

Ainda para o mesmo autor, apresenta claramente a sua definição¹¹⁵ que a hipótese é a suposição de uma coisa, seja possível ou impossível, para sacar dela uma sequência. Declaração da existência de uma relação entre duas ou mais variáveis ou sucessos que se estão estudando ou examinando. Teoria das tentativas.

Seguidamente, enquadraremos as hipóteses em relação aos documentos, em relação ao pessoal, aos recursos financeiros, à utilização dos serviços, em relação à leitura, em relação às fotocópias, em relação à animação cultural e em relação ao material informático.

4.1. – EM RELAÇÃO AOS DOCUMENTOS

- A maior parte dos documentos foram adquiridos apenas para a abertura das bibliotecas;
- Os documentos existentes não ultrapassam os valores médios preconizados pelo IPLB para a organização do fundo inicial (necessário para a abertura);
- Os documentos adquiridos anualmente não são suficientes para a atualização do fundo documental;
- O critério utilizado para a seleção dos documentos a serem adquiridos prende-se com o facto de ser necessário incentivar os utilizadores a frequentarem as bibliotecas;
- Há classes (CDU) de documentos com representação pouco significativa nas bibliotecas;
- A existência de periódicos (jornais diários, semanários e revistas) nas bibliotecas é pouco significativa.

¹¹⁴ GONÇALVES, Carlos César Correia - *O estado dos suportes institucionais em Portugal*, 1ºvol. Tese de Doutoramento. Madrid: UCM, 1997. p. 178.

¹¹⁵ GONÇALVES, Carlos César Correia – *Glossário de termos relacionados com partes do conhecimento*. Lisboa: Universidade Lusófona, 2000.

4.2. – EM RELAÇÃO AO PESSOAL

- O quadro de pessoal ao serviço nas bibliotecas é muito reduzido;
- O quadro de pessoal não obedece ao contingente indicado pela DGLAB;
- O quadro de pessoal, em grande parte das situações, não tem a formação adequada.

4.3. – EM RELAÇÃO AOS RECURSOS FINANCEIROS

- As despesas das bibliotecas referem-se, sobretudo, a despesas correntes (pessoal, serviços e consumíveis);
- O maior investimento para aquisição de documentos foi feito para a abertura da biblioteca;
- As bibliotecas, na maioria dos casos, investem pouco na aquisição de documentos.

4.4 – EM RELAÇÃO À UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

- A principal atividade desenvolvida pelos utilizadores na biblioteca é a consulta local para a realização de trabalhos;
- Quem mais frequenta as bibliotecas são raparigas até ao 2º ciclo.
- Quem menos frequenta as bibliotecas são os rapazes adolescentes.
- A secção infantojuvenil é mais frequentada que a secção de adultos.

4.5 – EM RELAÇÃO À LEITURA

- Na consulta local as obras de referência (classe 0 da CDU) são as mais pretendidas.
- A consulta local de documentos audiovisuais é muito solicitada.
- O empréstimo domiciliário é maior na secção infantojuvenil.

- Não é permitido o empréstimo domiciliário de material audiovisual, na maior parte dos casos.
- No empréstimo domiciliário a classe 8 da CDU é a mais pretendida.
- O empréstimo domiciliário de documentos de fundo local não é permitido, na maior parte dos casos.

4.6 – EM RELAÇÃO ÀS FOTOCÓPIAS E IMPRESSÕES

- O serviço de reprografia é muito requisitado.
- O serviço de reprografia é muito útil nas bibliotecas.

4.7 – EM RELAÇÃO À ANIMAÇÃO CULTURAL

- As atividades de animação cultural atraem muitos utilizadores.
- Tanto os utilizadores adultos como os infantojuvenis apreciam atividades de animação cultural.

4.8 – EM RELAÇÃO AO MATERIAL INFORMÁTICO

- Não há computadores suficientes para os utilizadores.
- Não há computadores suficientes para o serviço interno.
- O parque informático está obsoleto.

5 – AS VARIÁVEIS

Segundo Gonçalves,¹¹⁶ variável é a qualidade, a magnitude, quantidade, característica ou traço que caracteriza a cada caso (tido como variável) e que pode variar de um para outro caso. Acrescenta, ainda, que variável é o aspeto ou dimensão de um fenómeno que tem como características a capacidade de assumir vários valores, propriedade que caracteriza algo qualificável ou quantificável e que varia.

O conceito das variáveis utilizadas no estudo, são de acordo com Gonçalves,¹¹⁷ as seguintes:

- Variável independente é a que influencia uma outra variável determinada dependente. Variável que já é conhecida e que aparece antes de se conhecer a variável dependente. Variável que se apresenta como causa e condição da variável dependente. E é manipulada pelo investigador.
- Variável interveniente é a que não pode ser controlada com precisão, por ser desconhecida ou por não estar diretamente relacionada com o fenómeno em questão. No entanto interfere com a relação da variável independente e a dependente. Aparece interposta entre a variável independente e ao relacionar-se as variáveis a sua intervenção é notória.

¹¹⁶ GONÇALVES, Carlos César Correia - *O estado dos suportes institucionais em Portugal*, 1ºvol. Tese de Doutoramento. Madrid: UCM, 1997. p. 178.

¹¹⁷ GONÇALVES, Carlos César Correia - *As pesquisas, as colectas e a investigação e os trabalhos científicos*. Lisboa: Universidade Lusófona, 2000. p.47.

- Variável qualitativa é aquela cujas características podem apresentar-se ou não nos indivíduos que constituem um conjunto. Variável em que as características ou propriedades podem apresentar-se em diversos graus ou densidade. Atributos ou propriedades que implicam o conceito de magnitude. Categorias ou valores que podem ordenar-se de acordo com o tamanho ou magnitude com participam do atributo.

- Variável quantitativa é aquela em que as características ou propriedades podem apresentar-se em diversos graus de intensidade mensuráveis. Atributos ou propriedades que implicam o conceito de magnitude. Categorias ou valores que podem ordenar-se de acordo com o tamanho ou magnitude com que participam do atributo.

- Variável estatística a que representa as probabilidades de um carácter que tem um número que varia de modalidade para modalidade.

5.1 – VARIÁVEIS E OS ASSUNTOS RELACIONADOS

Seguidamente enumeraremos as variáveis, identificando os assuntos a elas relacionados.

VARIÁVEIS QUALITATIVAS

- Identificação da Biblioteca
- Redes a que pertence
- Caracterização do público
- Categorias profissionais dos recursos humanos
- Identificação das bases de dados que utiliza

VARIÁVEIS QUANTITATIVAS

- Quantidade de computadores ao serviço
- Número de documentos livro existentes no espólio

- Número de documentos não livro existentes no espólio
- Número de utentes registados
- Quantidade de funcionários ao serviço na biblioteca
- Financiamento
- Despesas

VARIÁVEIS INDEPENDENTES

- Idiomas em que se apresentam os documentos
- Classes CDU usadas na classificação

VARIÁVEIS DEPENDENTES

- Difusão da informação
- Serviço de referencia e informação
- Intercâmbio/parcerias com outras bibliotecas
- Sistema Informático
- Tipo de público

VARIÁVEIS INTERVENIENTES

- Idiomas em que se apresentam os documentos
- Identificação a instituição
- Sistema Informático

VARIÁVEIS DE BLOQUEIO

- Classificação
- Financiamento

VARIÁVEIS CONTÍNUAS

- Documentos livro existentes no espólio
- Documentos não livro existentes no espólio

5.2 – CODIFICAÇÃO DAS VARIÁVEIS

Para melhor poder estabelecer as variáveis no desenvolvimento do trabalho, entendi, por bem, codificar as mesmas.

Assim, considere:

CODIFICAÇÃO DE VARIÁVEIS	
Variáveis antecedentes.	V1
Variáveis de bloqueio	V2
Variáveis continuas	V3
Variáveis dependentes	V4
Variáveis estatísticas	V5
Variáveis independentes	V6
Variáveis intervenientes	V7
Variáveis qualitativas	V8
Variáveis quantitativas	V9

5.3 – CORRELAÇÃO ENTRE AS VARIÁVEIS E OS ASSUNTOS

ASSUNTO	V1	V2	V3	V4	V5	V6	V7	V8	V9
Identificação da instituição							▲	▲	
Redes a que pertence								▲	
Caraterização do público								▲	
Categorias profissionais dos recursos humanos								▲	
Identificação das bases de dados que utiliza								▲	
Quantidade de computadores ao serviço									▲
Documentos livro existentes no espólio			▲						▲
Documentos não livro existentes no espólio			▲						▲
Número de utentes registados									▲
Quantidade de funcionários ao serviço na biblioteca									▲
Financiamento		▲							▲
Despesas									▲
Idiomas em que se apresentam os documentos						▲	▲		
Classes CDU mais usadas na classificação						▲			
Difusão da informação				▲					
Serviço de referência e informação				▲					
Empréstimo domiciliário				▲					
Programa informático				▲			▲		
Tipo de público				▲					
Classificação		▲							

6 – CRONOGRAMA

Estudar para realizar e defender a tese de doutoramento estava subjacente quando iniciei os estudos de doutorado.

Quando alcancei o DEA, a tese tornou-se o principal objetivo a atingir, estando já mentalizada do trabalho que se avizinhava. Na prática iniciei em outubro de 2005 o trabalho agora apresentado.

Por motivo de doença tive de interromper durante alguns anos, recomeçando em maio de 2015. Não contando com esse hiato de tempo em que não pude estudar, as etapas foram cumpridas com rigor e segurança, de acordo com os parâmetros pré-estabelecidos.

Devido ao fato de não trabalhar a tese durante um único período de tempo, foi necessário repetir algumas tarefas, a saber: revisão bibliográfica (que teve de ser atualizada e completada); pedido de autorização para consulta dos inquéritos estatísticos ao IPLB ou DGLAB (conforme o ano, visto que este organismo em 2005 era designado por IPLB e em 2015 passou a ser designado por DGLAB); estabelecimento de hipóteses e adequação do estudo das mesmas hipóteses (visto ter havido uma evolução no funcionamento das bibliotecas); tratamento dos inquéritos (porque foram recebidos inquéritos realizados depois de 2005); determinação de variáveis (porque estão dependentes do que pretendemos analisar e houve evolução do problema depois de 2005); redação do texto (o texto foi sendo escrito à medida que o estudo decorria, tendo sido retomado, alterado e completado nesta segunda fase de preparação da tese, já em 2015). A revisão do texto, as conclusões e a

entrega do trabalho foram as atividades desenvolvidas unicamente em 2015, conforme se pode observar no mapa seguinte:

ACTIVIDADES	2005 – 2007	2015
Revisão Bibliográfica	▲	▲
Pedido autorização de consulta dos inquéritos às autarquias	▲	▲
Resposta de autorização das autarquias	▲	▲
Pedido de entrega dos Inquéritos ao IPLB / DGLAB	▲	▲
Receção dos inquéritos do IPLB / DGLAB	▲	▲
Estabelecimento de hipóteses	▲	▲
Tratamento dos inquéritos	▲	▲
Determinação das variáveis	▲	▲
Redação do texto	▲	▲
Revisão do texto		▲
Conclusões		▲
Entrega do trabalho		▲

7 – TRATAMENTO DE DADOS E INTERPRETAÇÃO DOS ÍNDICES DE LEITURA

Anualmente, as bibliotecas integrantes da RNBP respondem a um inquérito que todos os anos lhes é dirigido¹¹⁸, no sentido de obter informação sobre os seus recursos e serviços, nomeadamente sobre o fundo documental, pessoal, utilizadores, atividades de promoção da leitura, etc.

Este documento, que é o retrato fidedigno e oficial da realidade das bibliotecas em estudo, vai ser a base do trabalho que me proponho realizar, porque é sobre ele que irei desenvolver a análise da leitura pública do distrito de Coimbra, desde a sua implementação em 1987 até 2014 (últimos inquéritos realizados).

Para possibilitar a sua consulta foram enviados pedidos autorização de cedência de dados da estatística anual da DGLAB a todas as autarquias do distrito de Coimbra detentores de bibliotecas municipais integrantes da Rede de Leitura Pública, a saber: Arganil, Cantanhede, Condeixa-a-Nova, Lousã, Mira, Miranda do Corvo, Montemor-o-Novo, Penacova, Penela, Soure, Tábua e Vila Nova de Poiares.

¹¹⁸ <http://dglab.gov.pt/dglab-divulga-relatorio-estatistico-2013-sobre-as-bibliotecas-publicas/>

Excetuando-se Arganil e Penacova, todas as restantes autarquias autorizaram a cedência dos dados estatísticos da DGLAB acima referidos que, prontamente, me foram enviados.

Os dados analisados referem-se aos seguintes anos: 1992, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014.

A partir da análise dos referidos Inquéritos estatísticos da DGLAB retirámos a seguinte informação, condensada e estruturada sob a forma de gráfico, de maneira a permitir representar e quantificar a realidade das bibliotecas de leitura pública do distrito de Coimbra. Posteriormente, será feita a análise dos gráficos e retiradas as devidas conclusões.

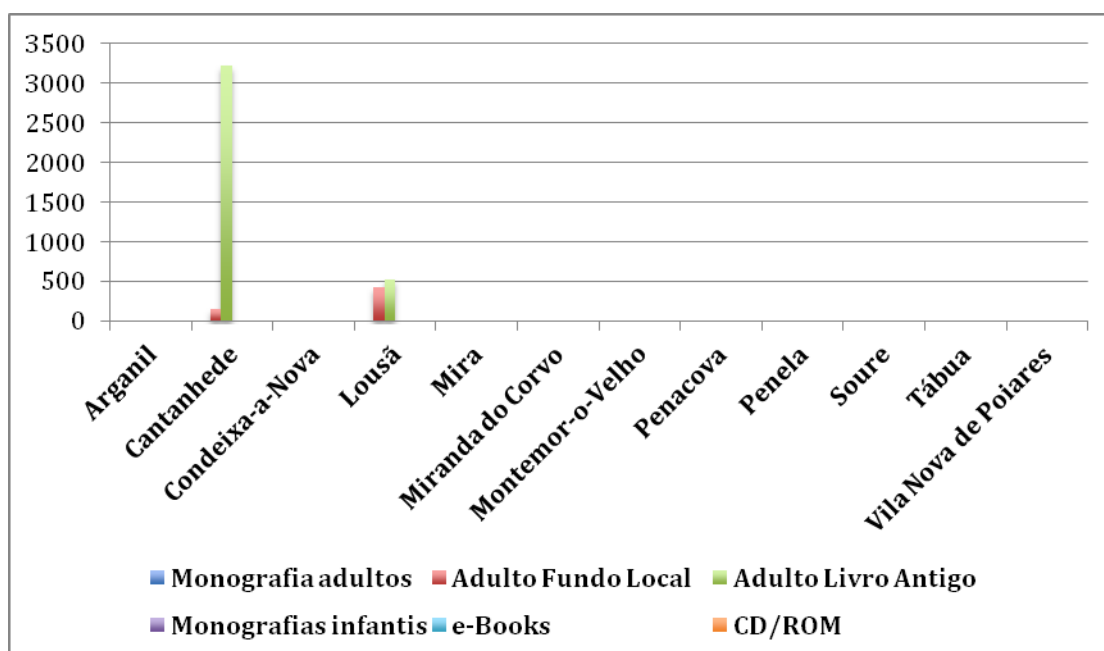
Dados referentes a:

RECURSOS

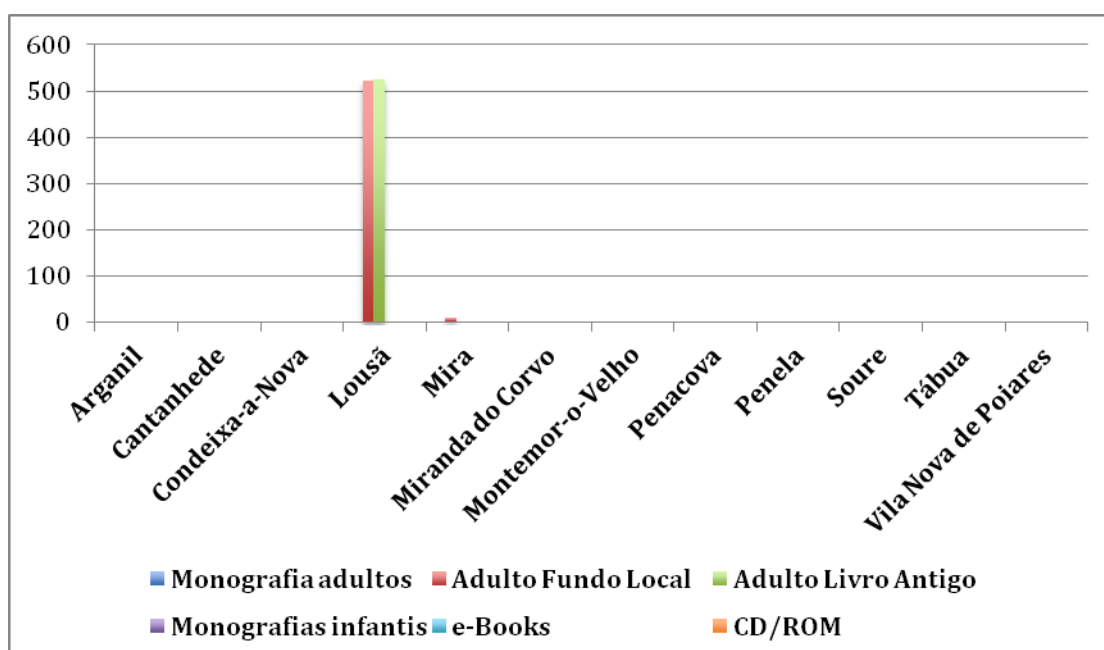
DOCUMENTOS

MONOGRAFIAS - EXISTENTES (VOLUMES)

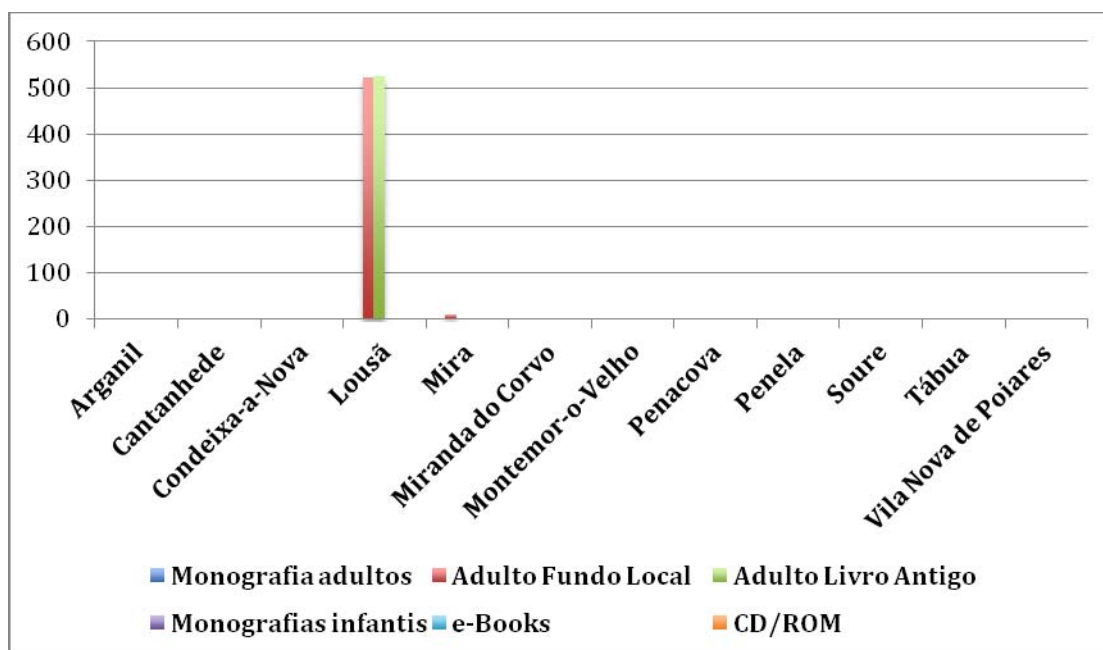
1994



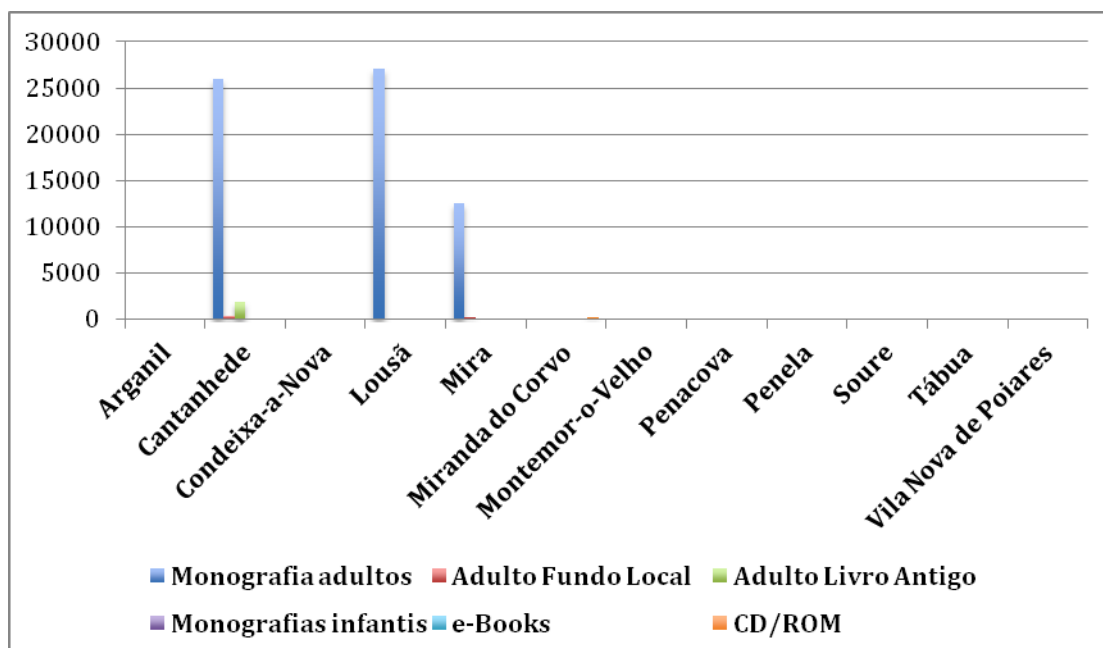
1996



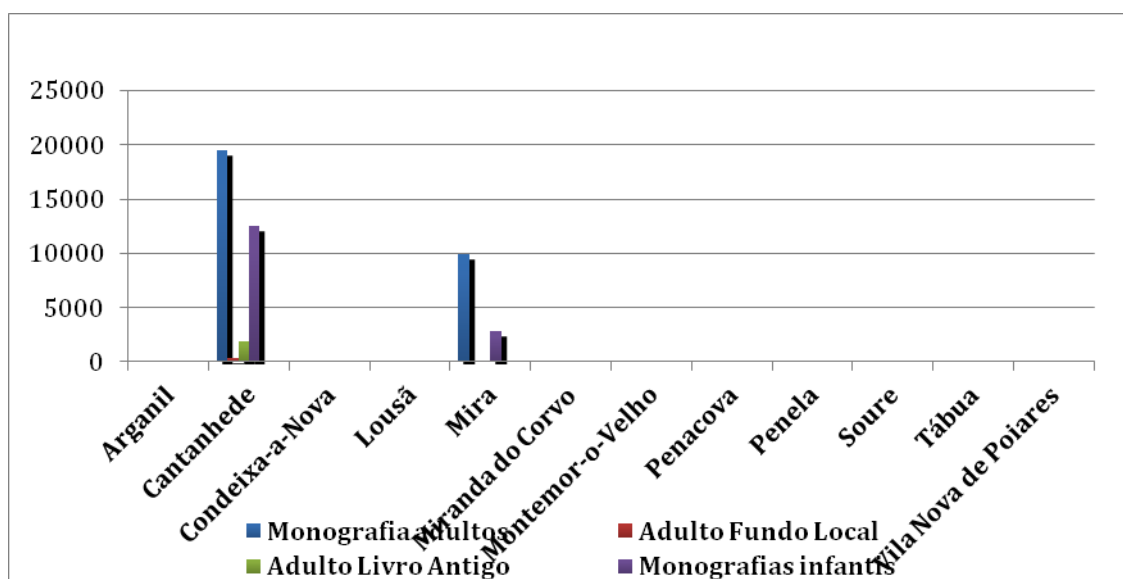
1997



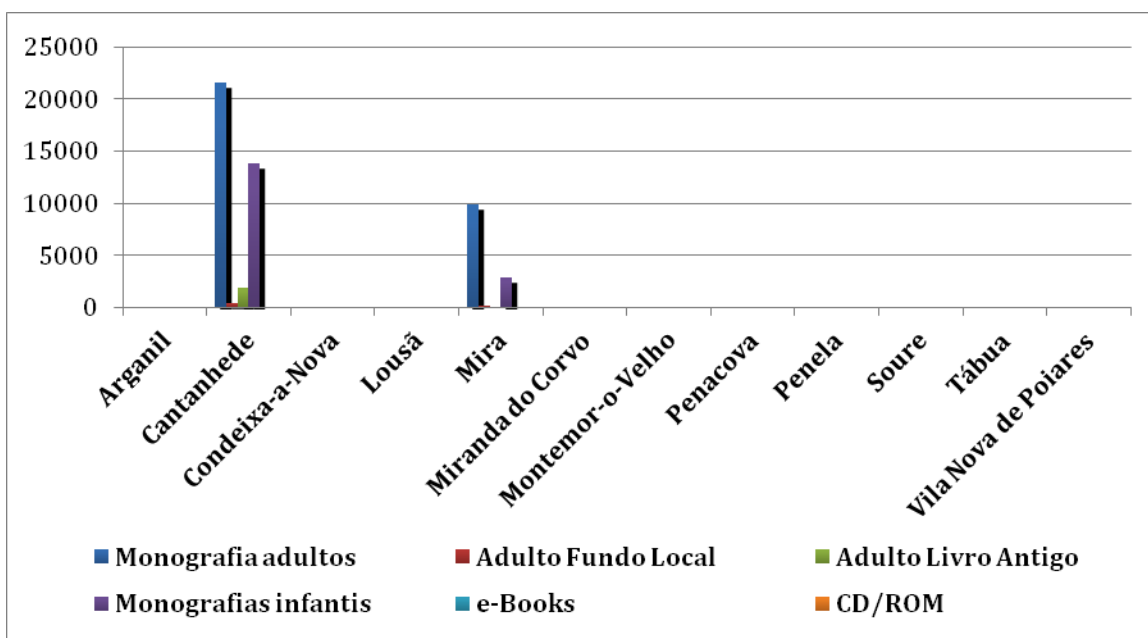
1998



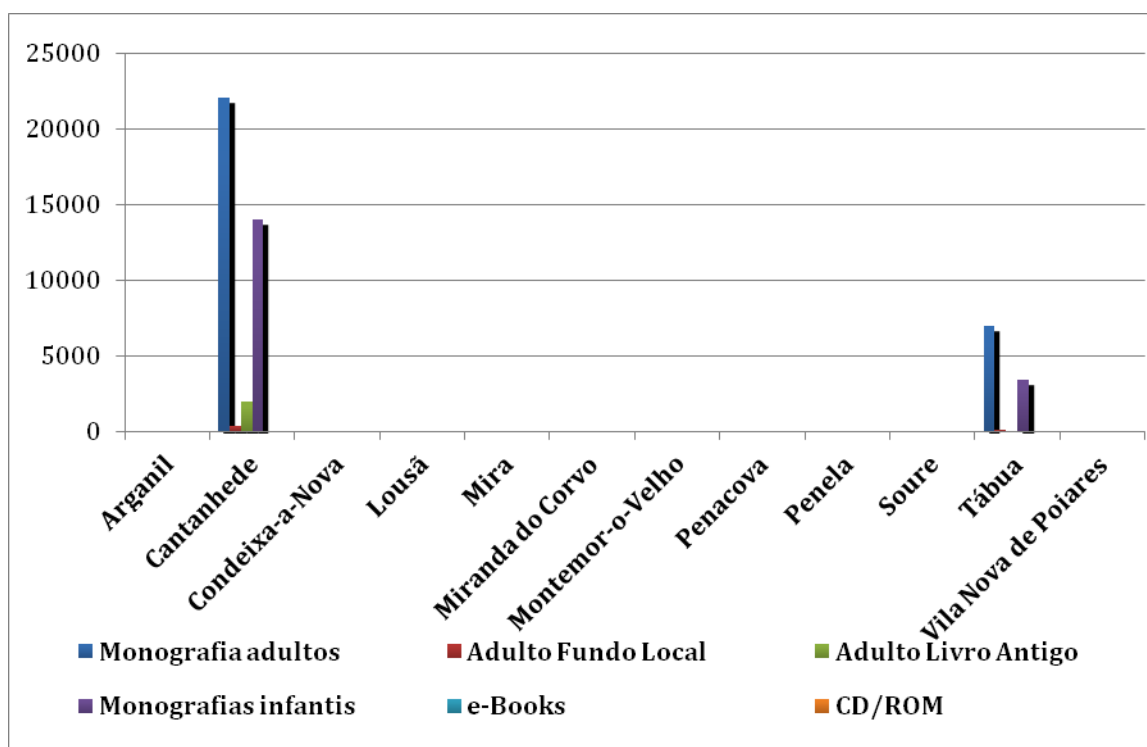
1999



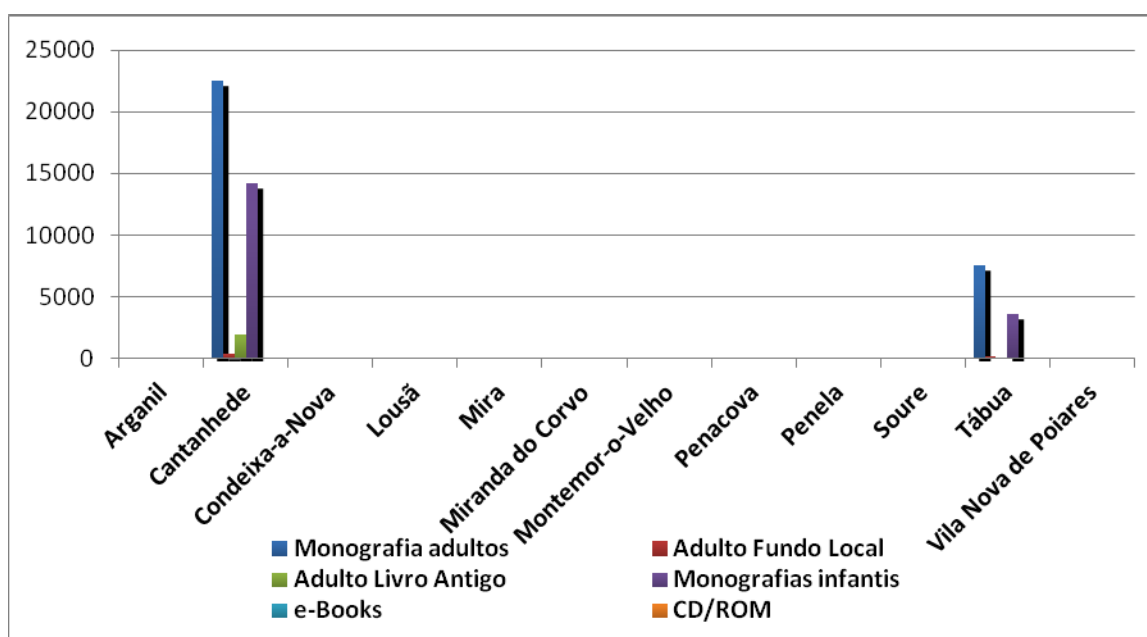
2001



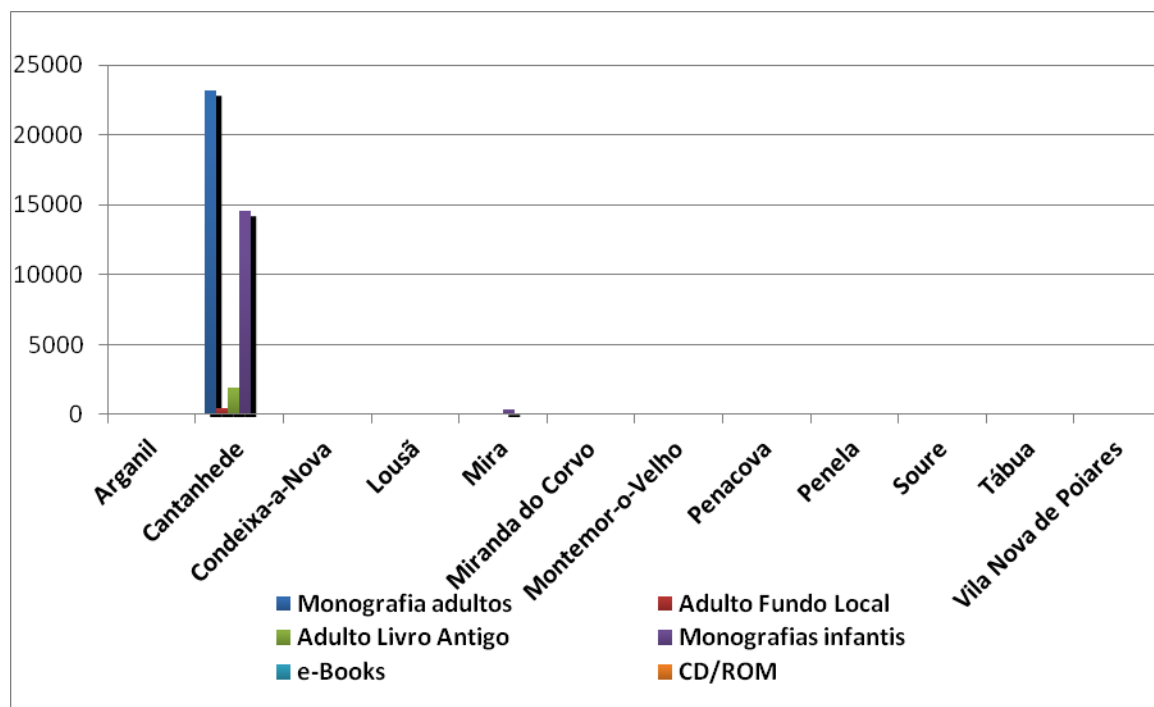
2002



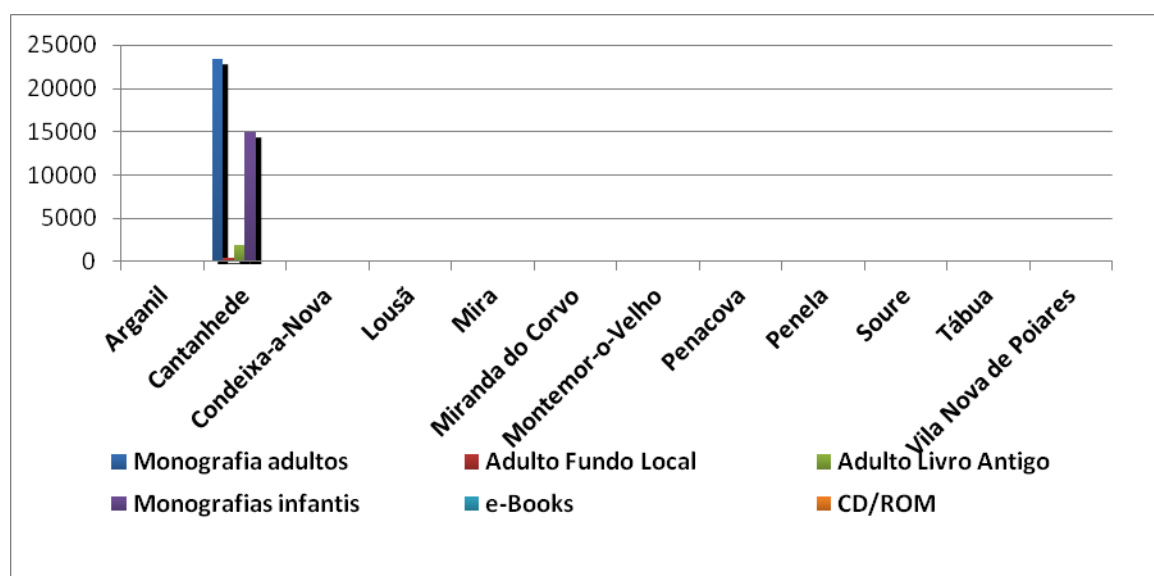
2003



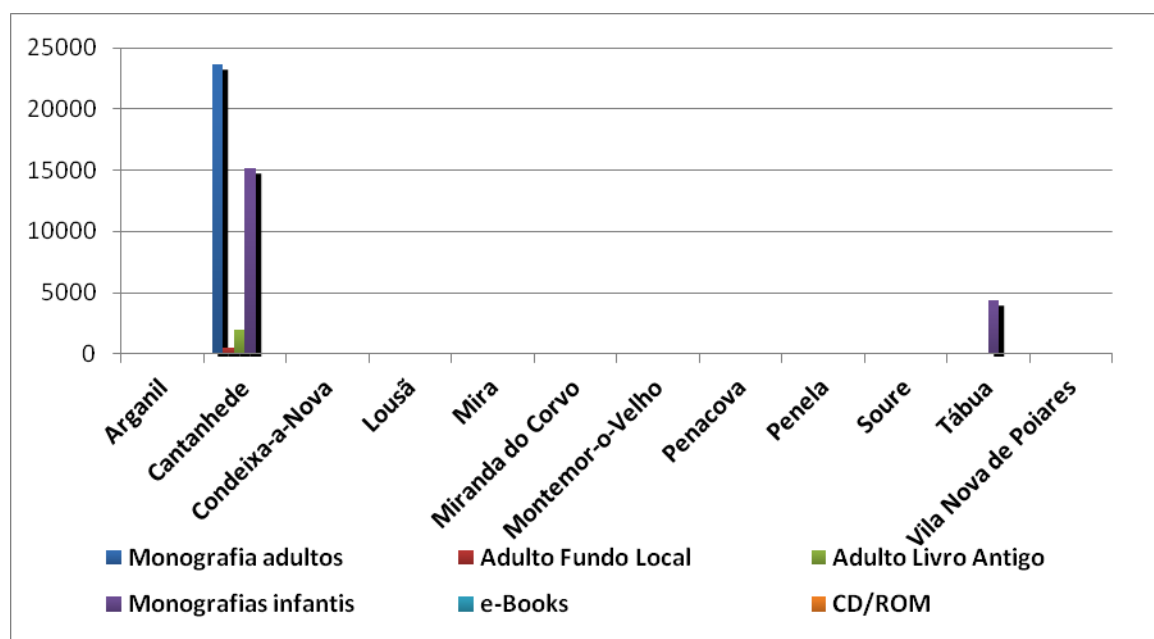
2004



2005

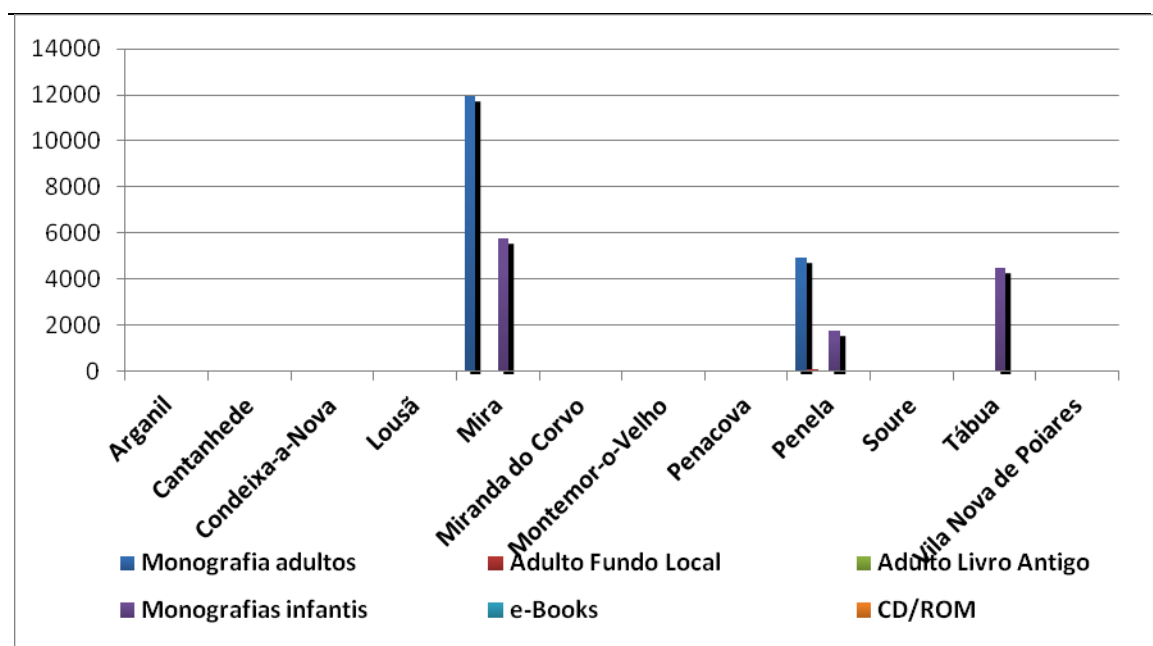


2006

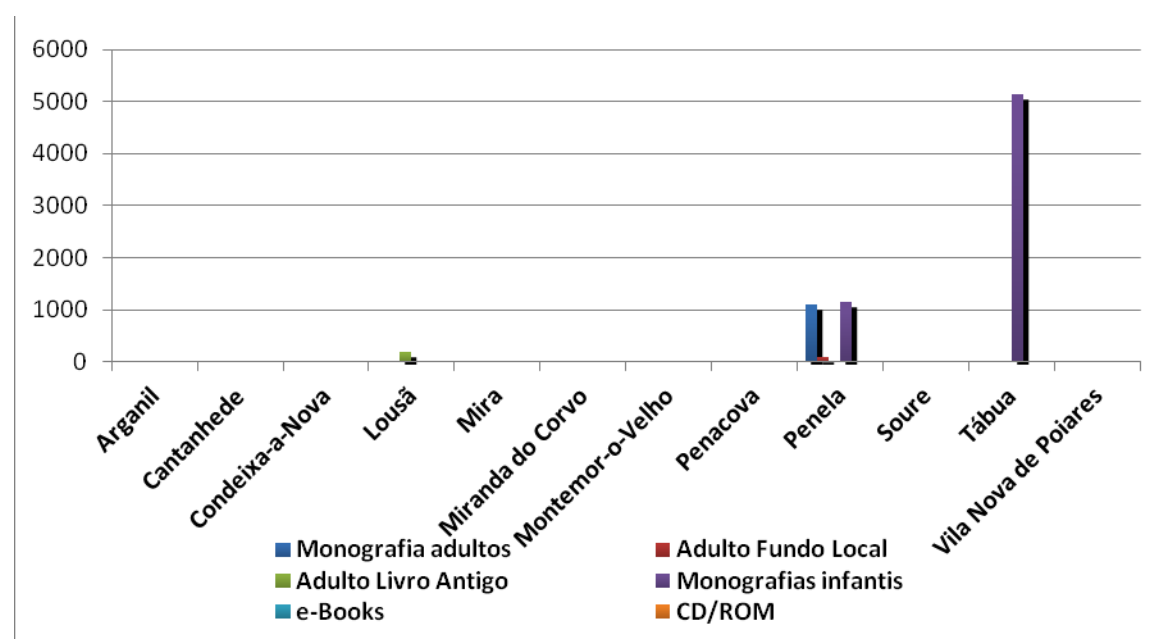


2007

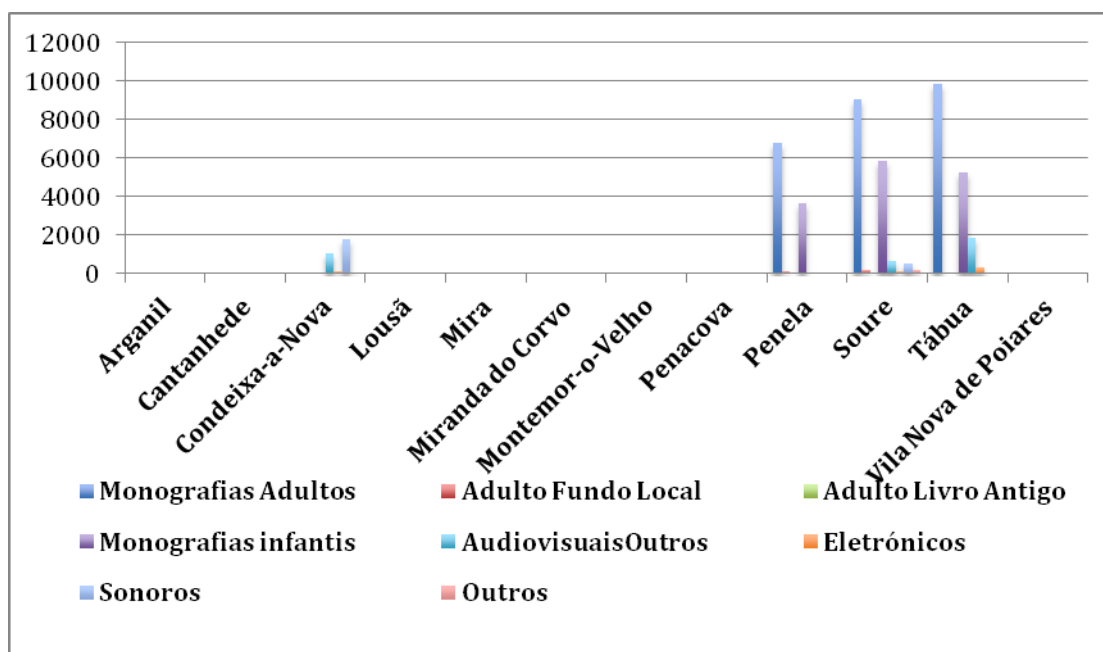
A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)



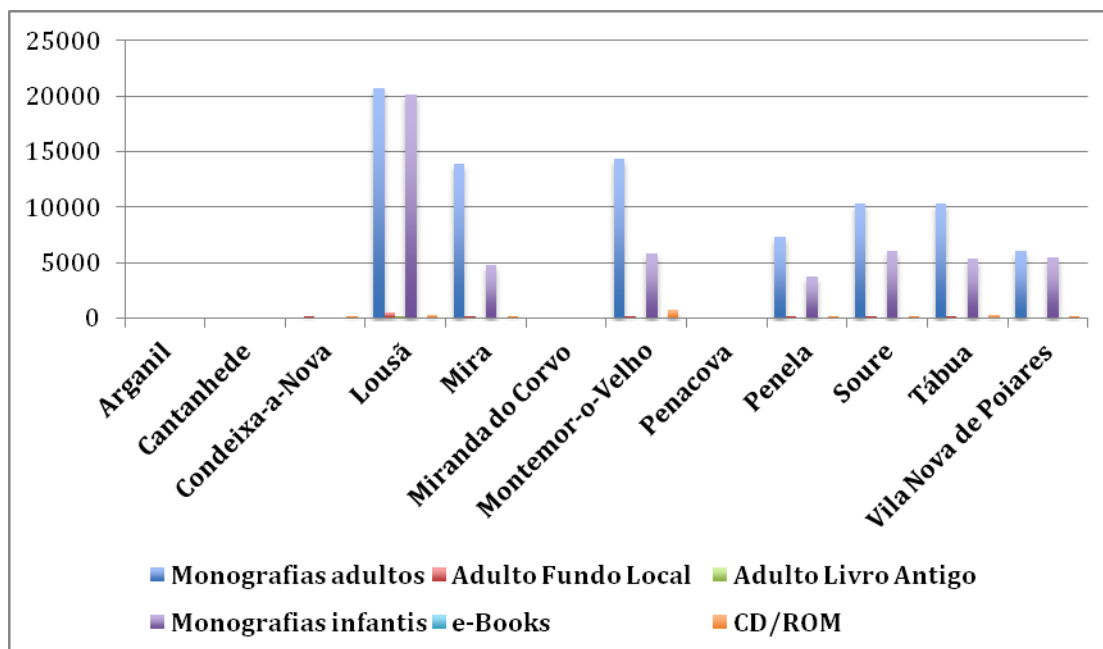
2008



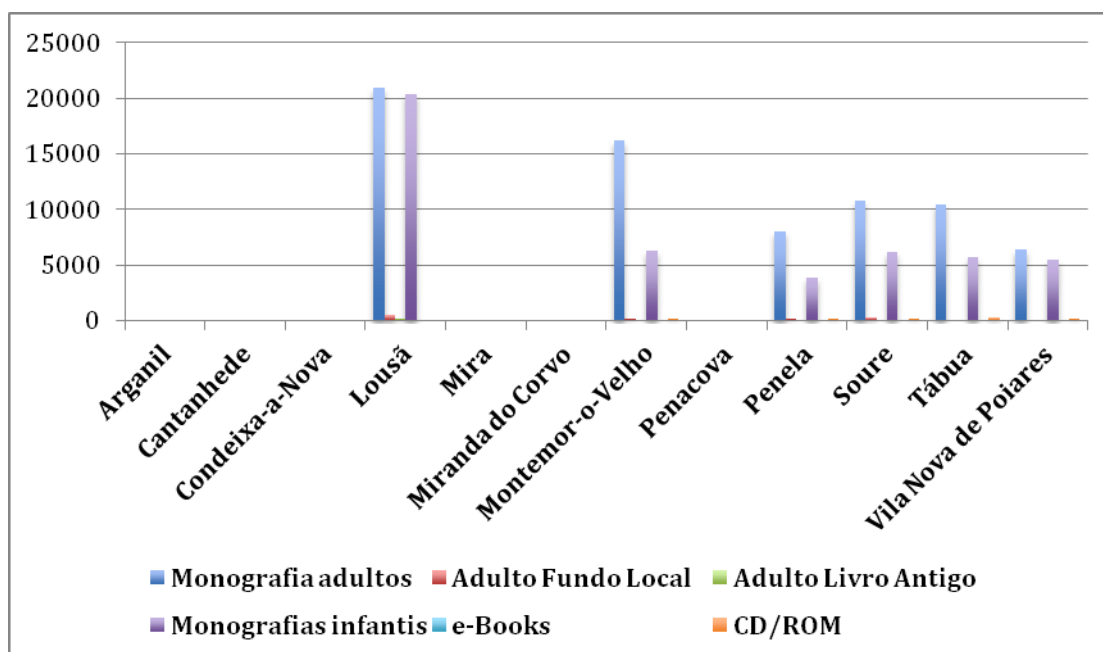
2009



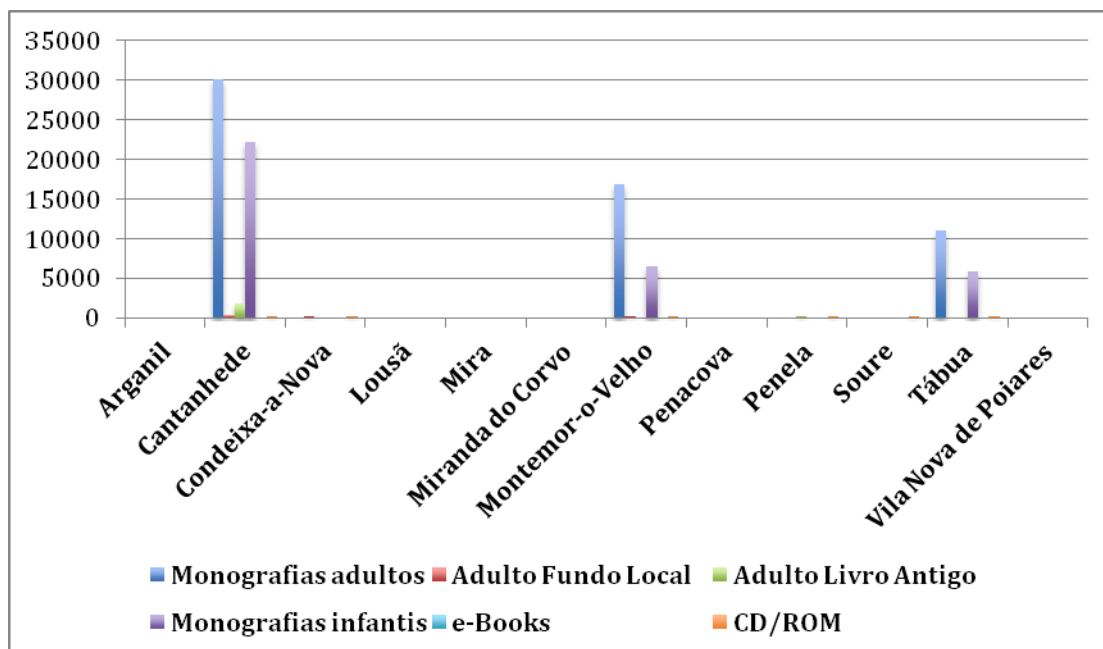
2010



2011

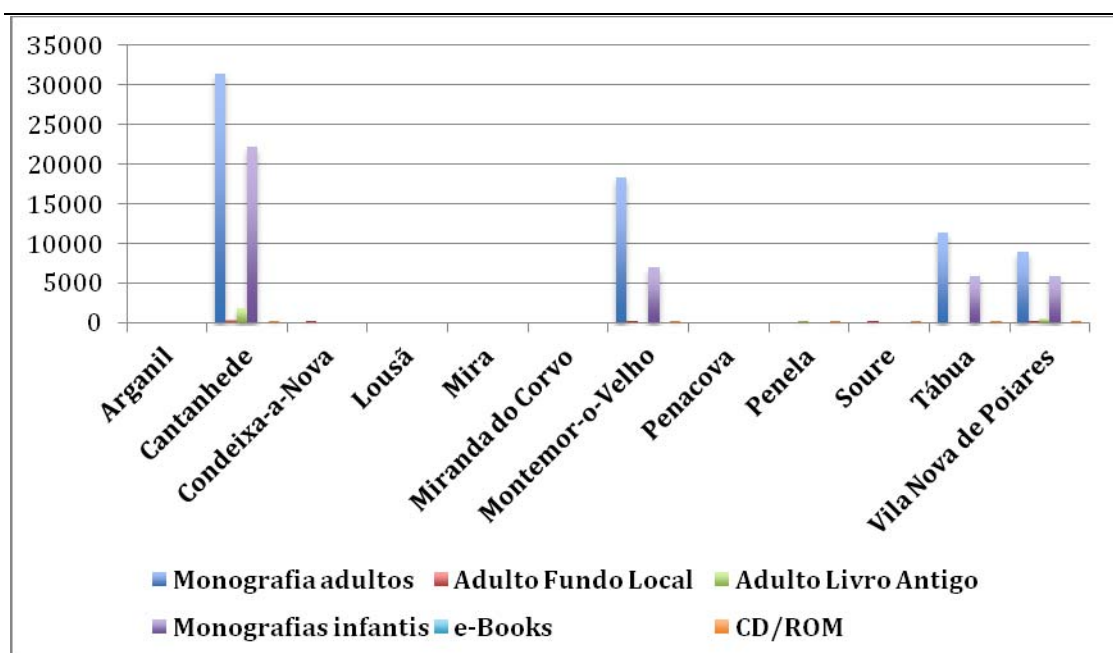


2012

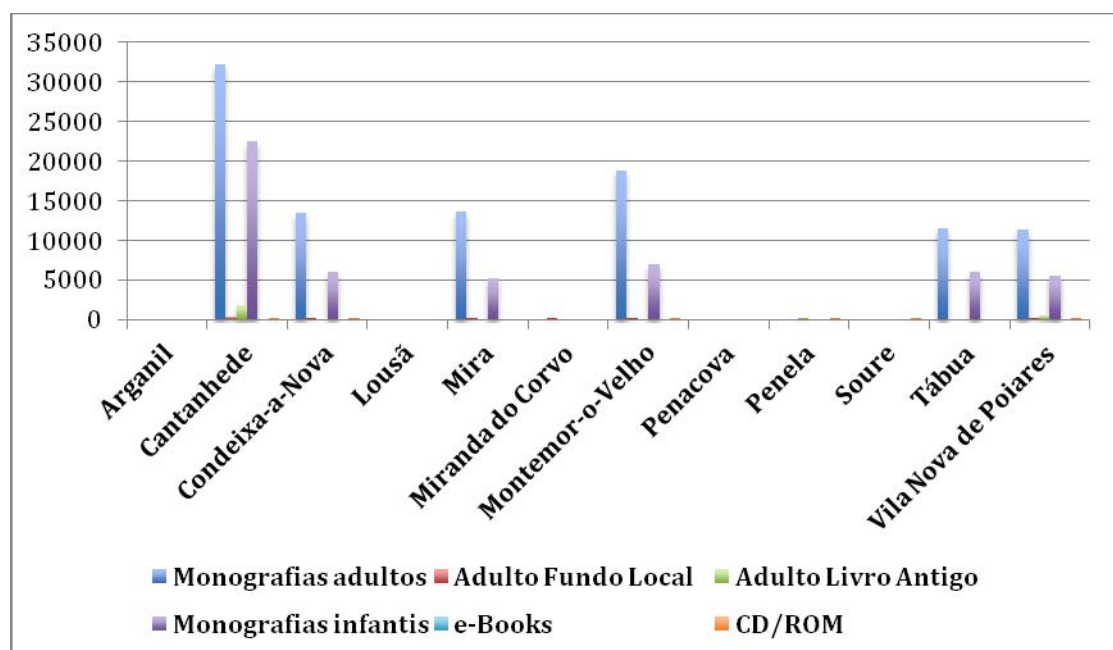


2013

A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)



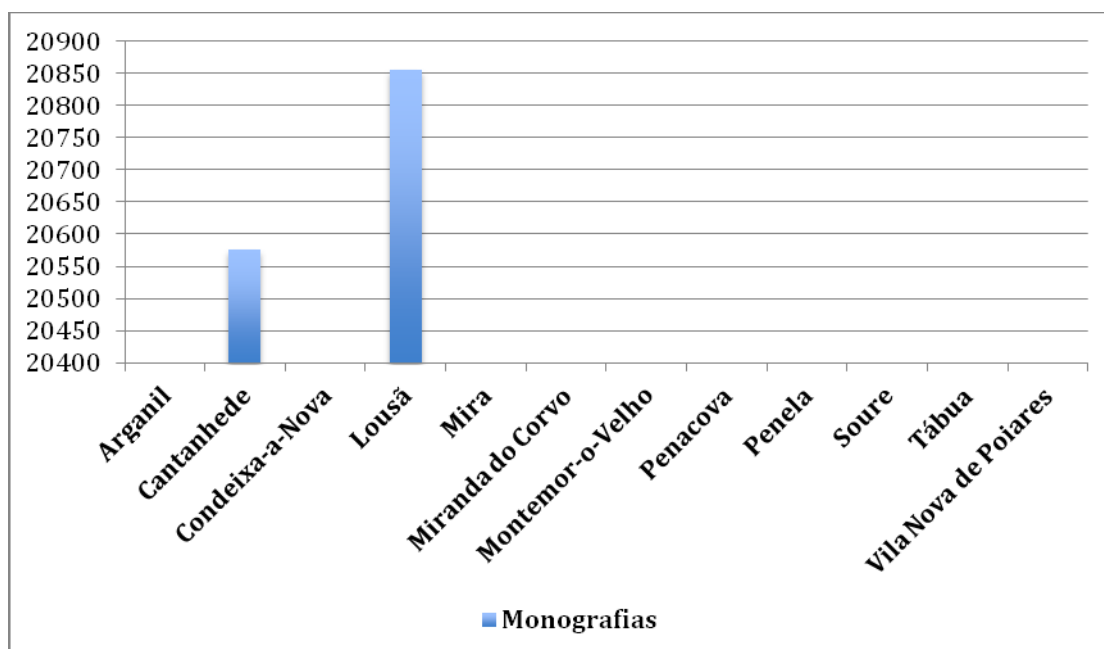
2014



Dados referentes a:

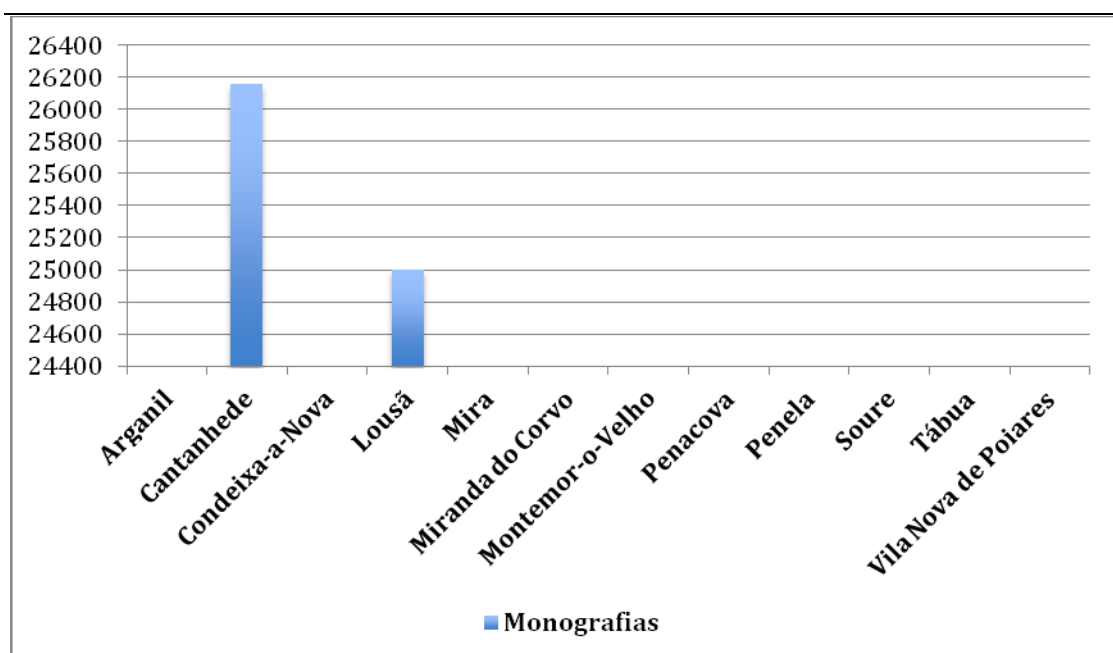
**TOTAL MONOGRAFIAS - EXISTENTES
(VOLUMES)**

1992

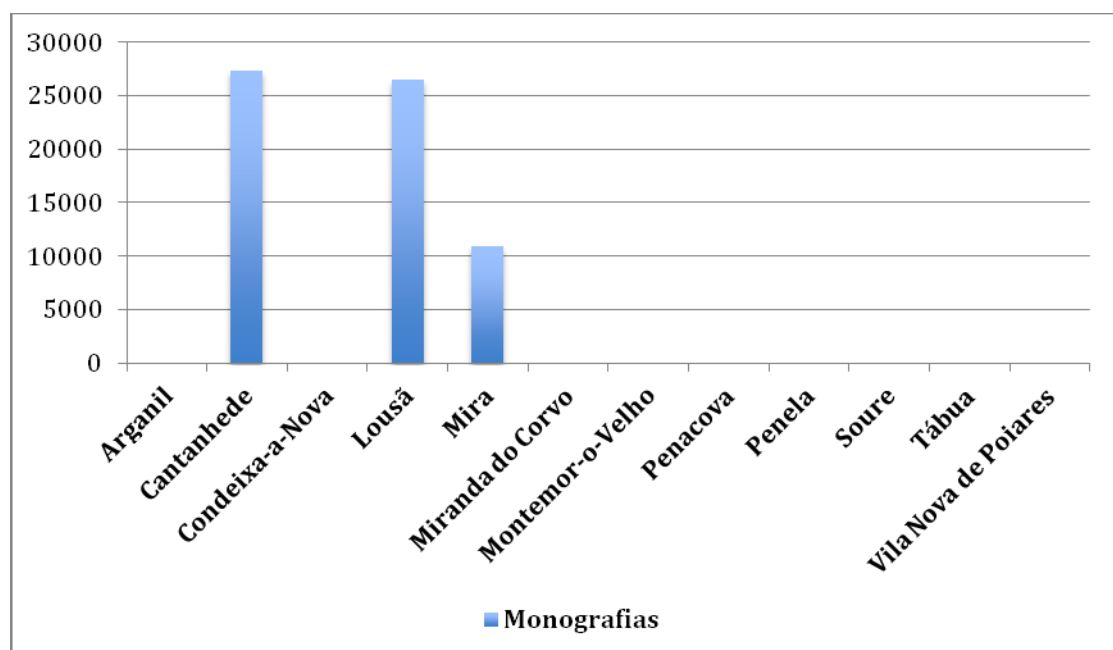


1994

A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)

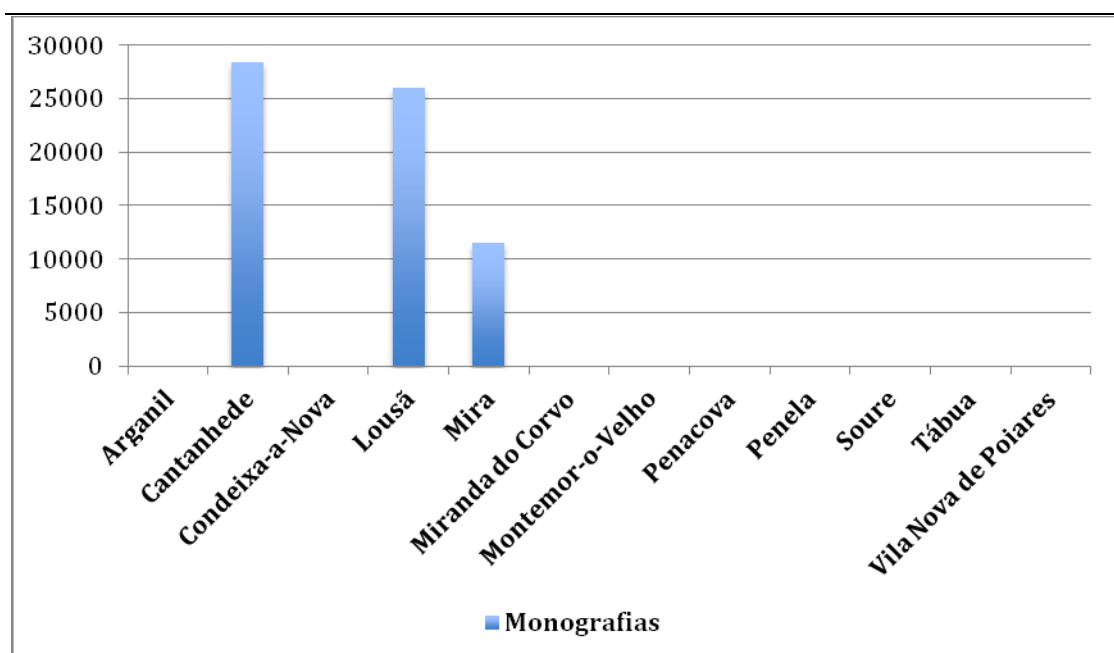


1995

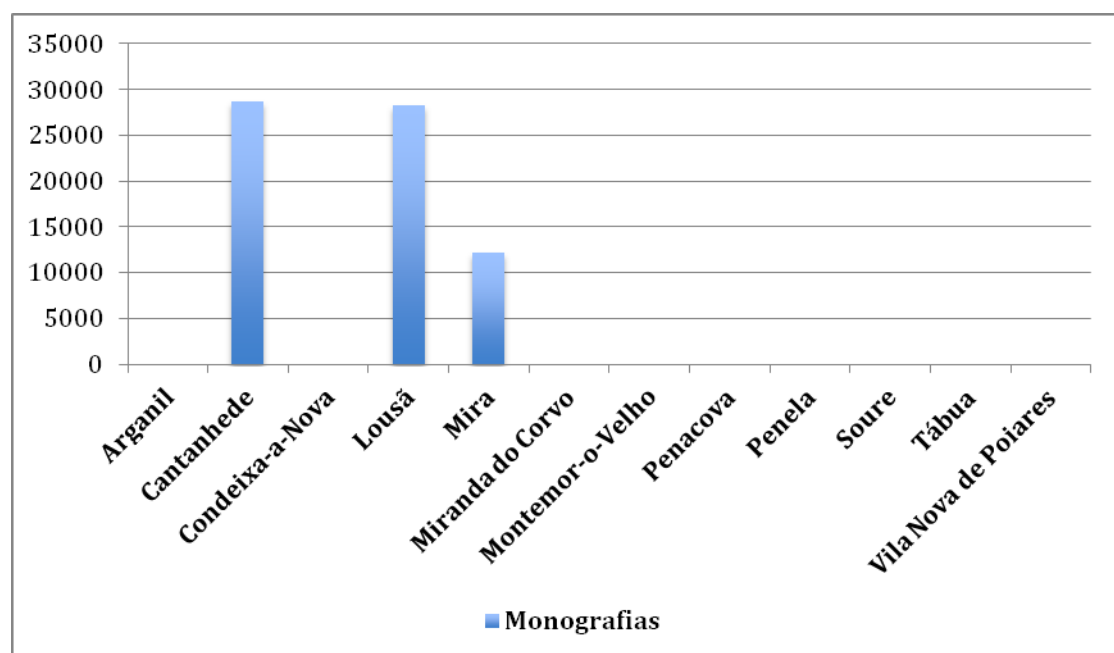


1996

A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)

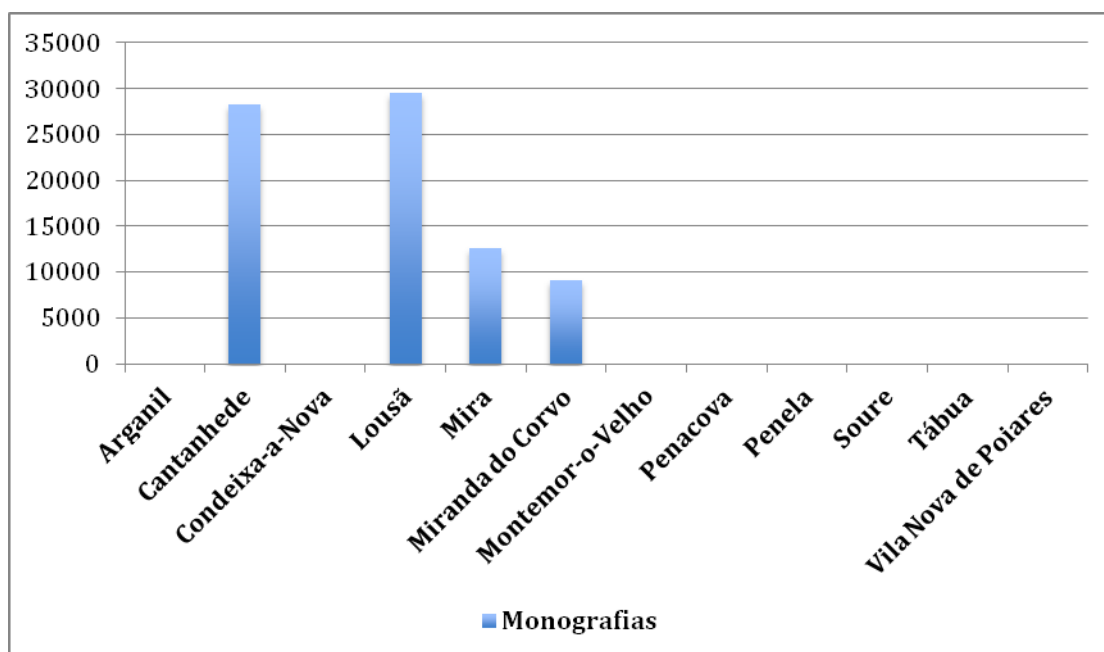


1997

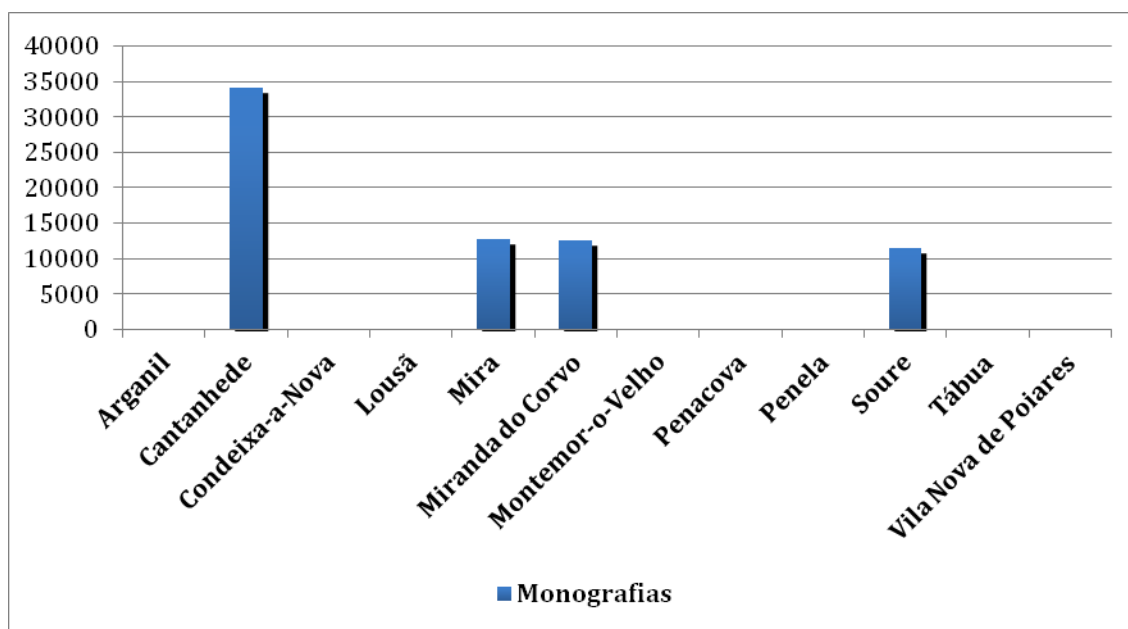


1998

A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)

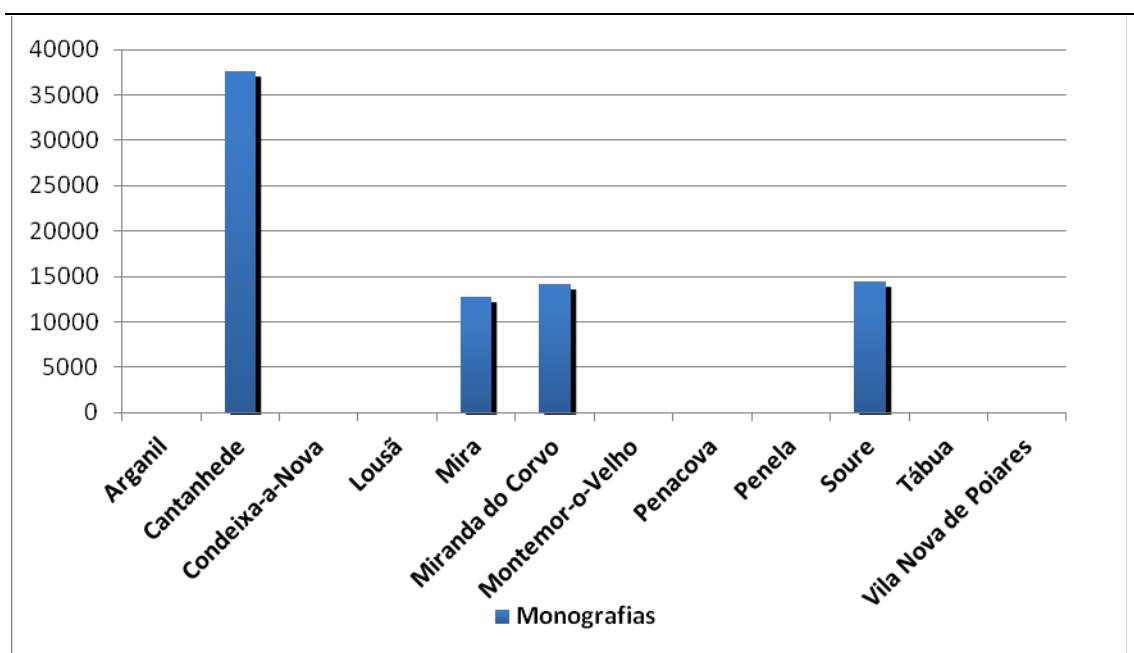


1999

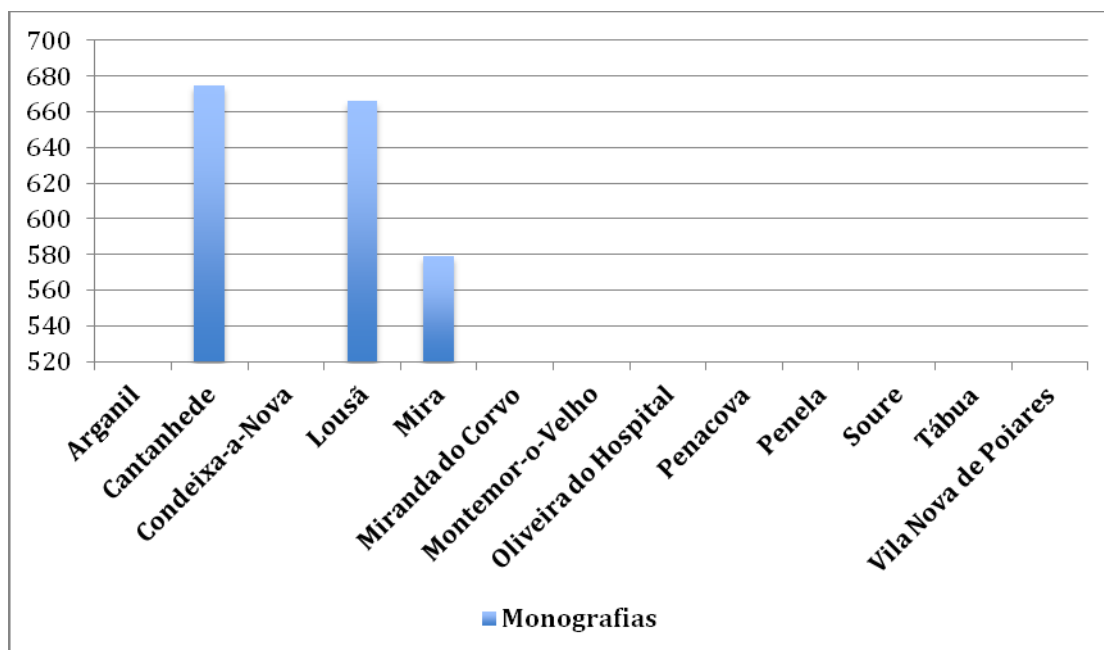


2000

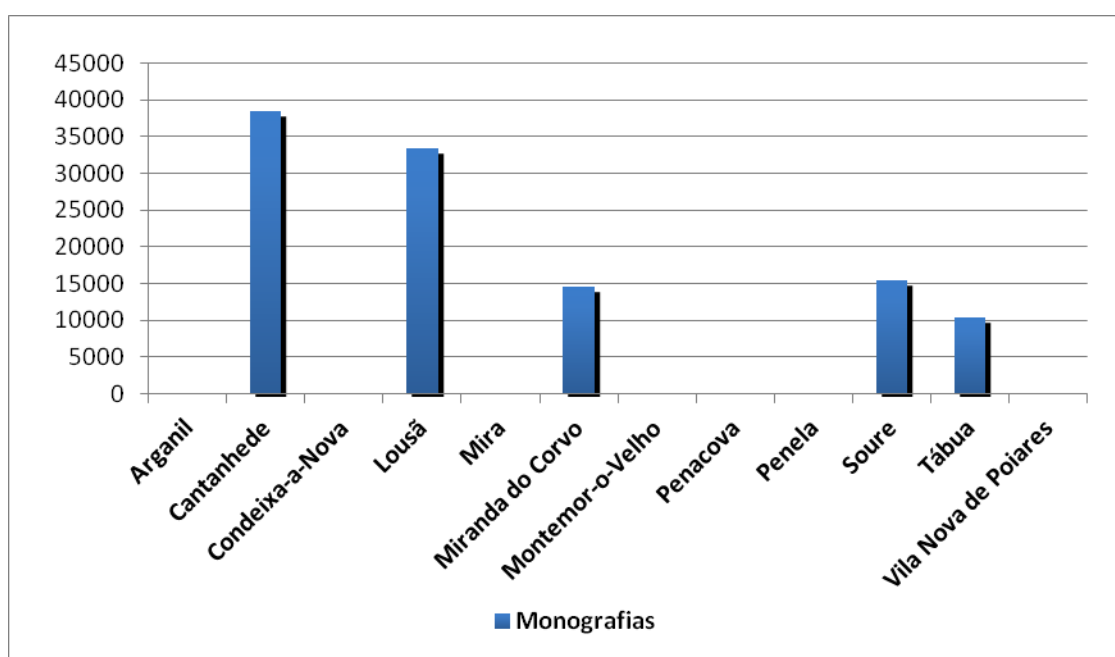
A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)



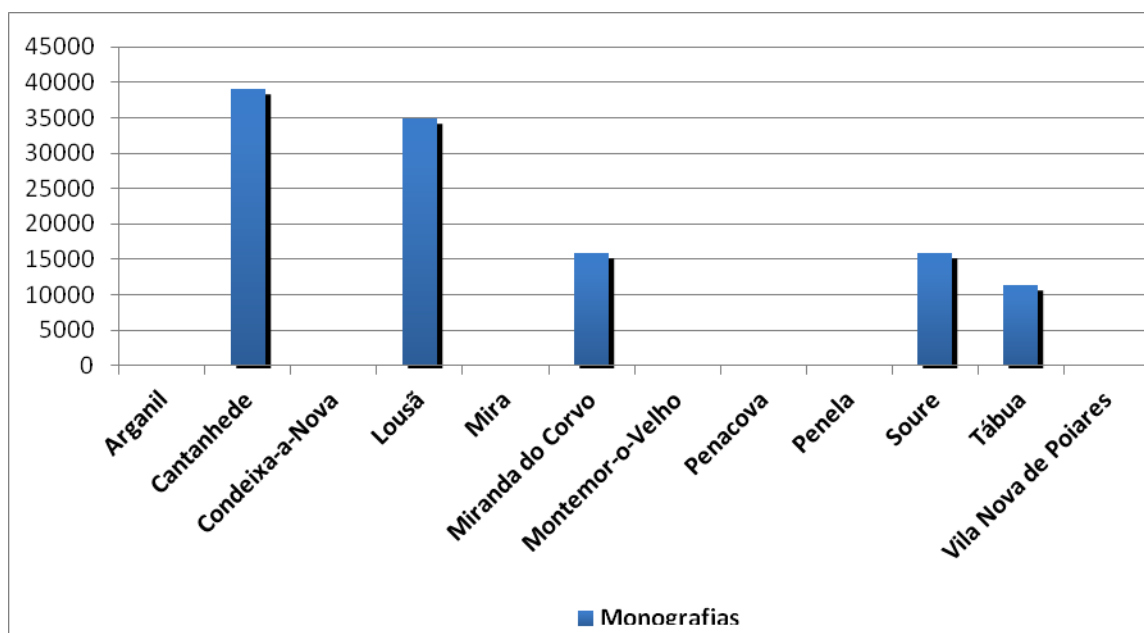
2001



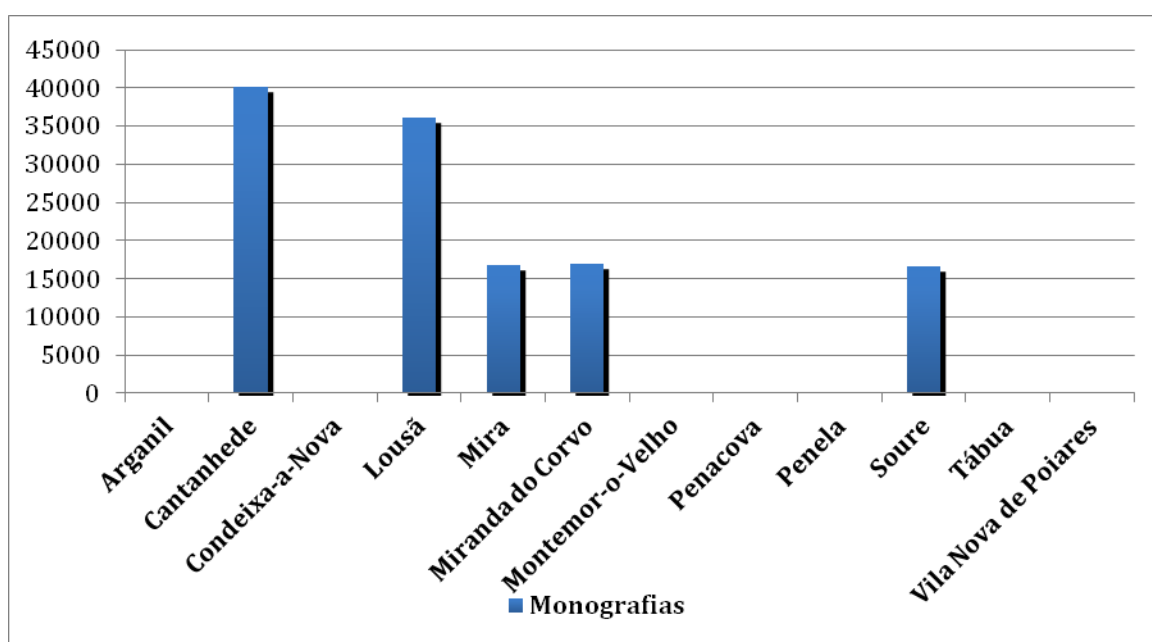
2002



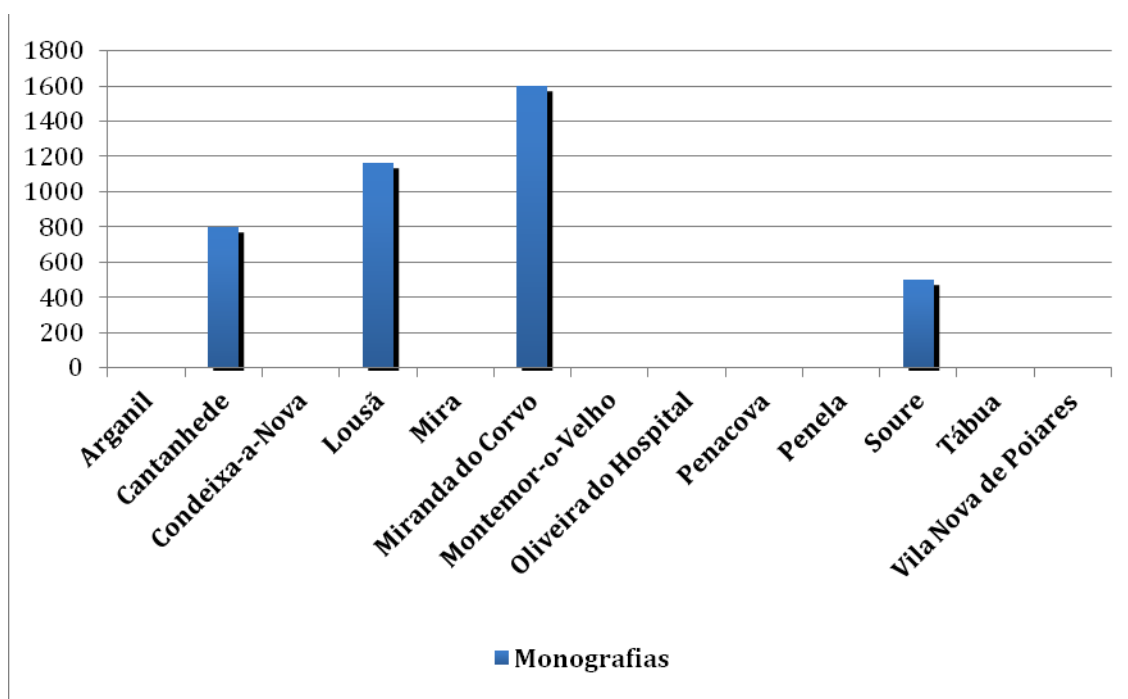
2003



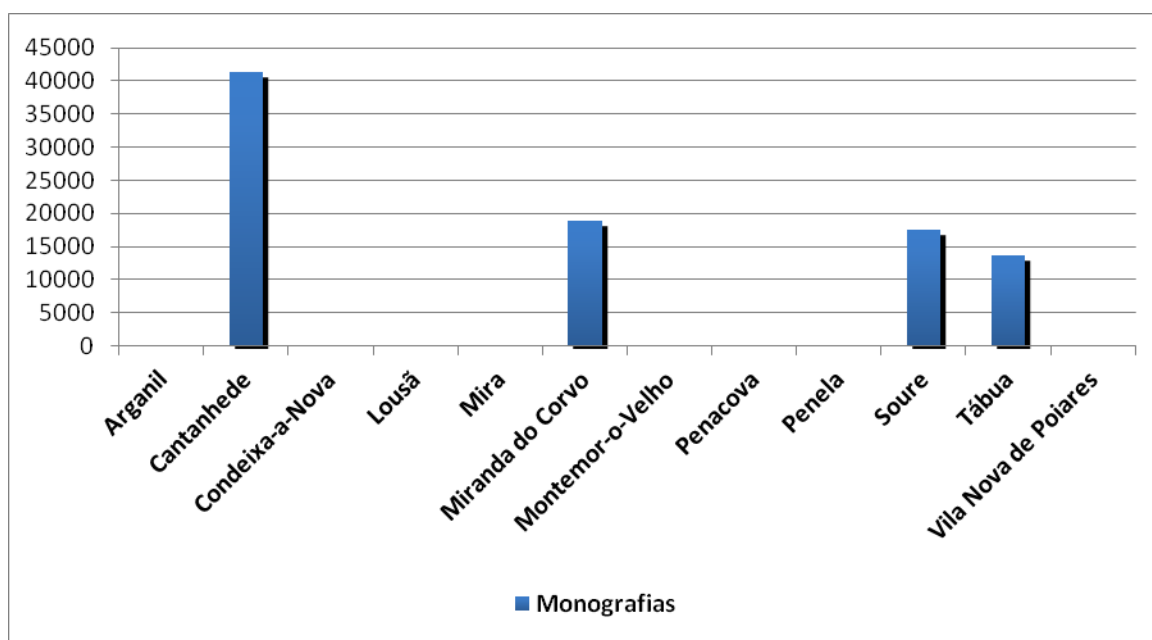
2004



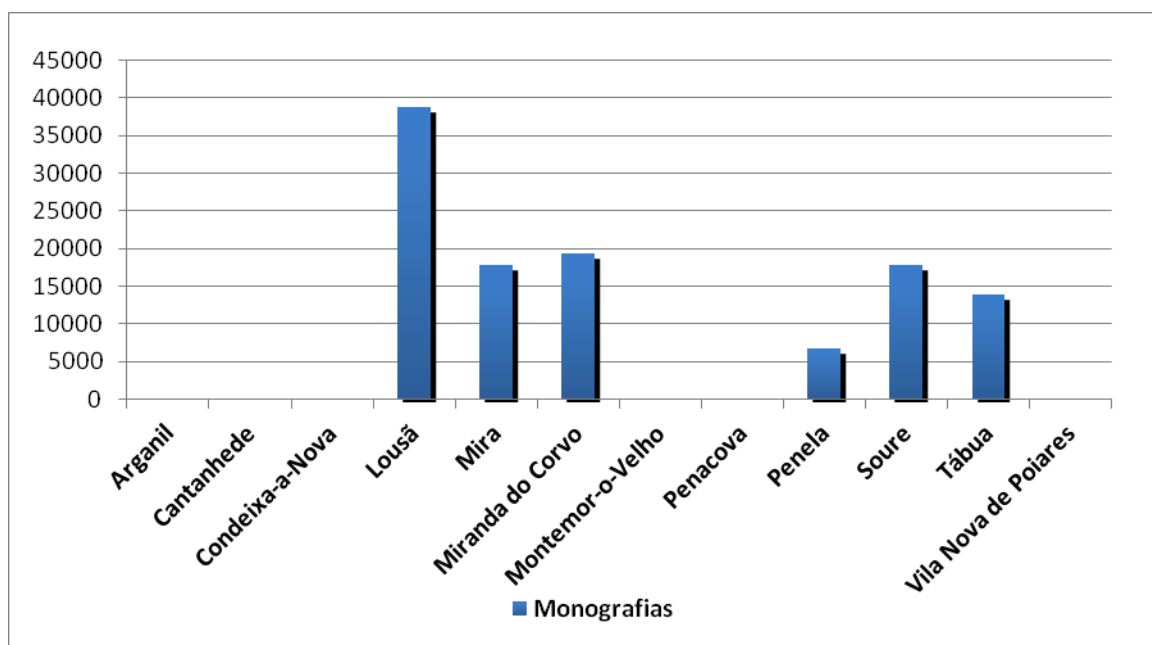
2005



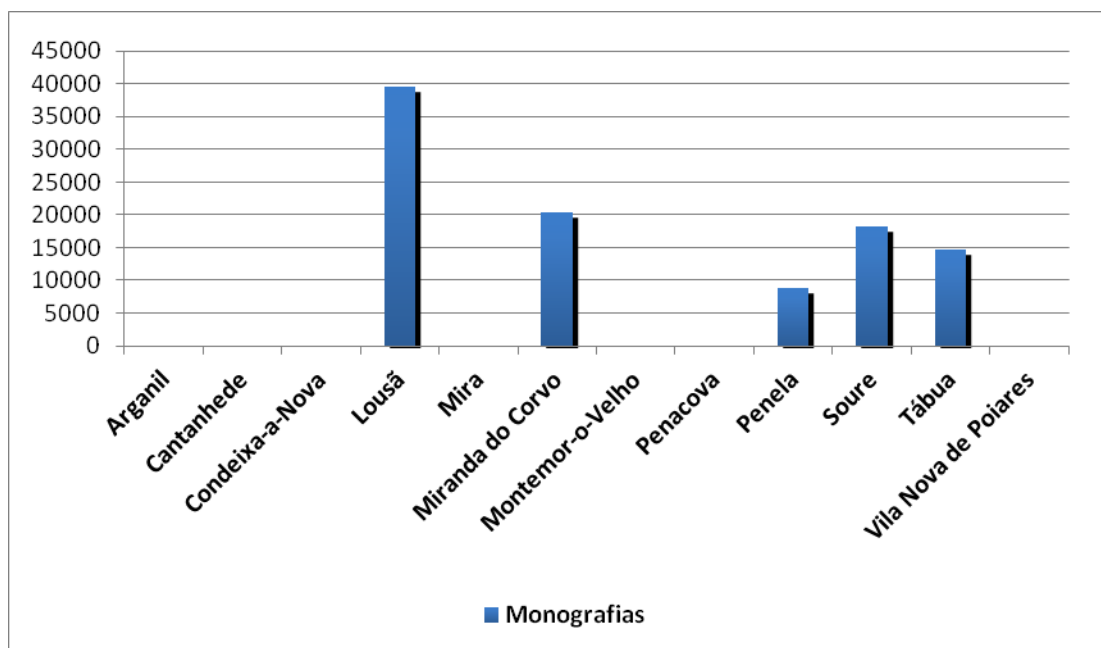
2006



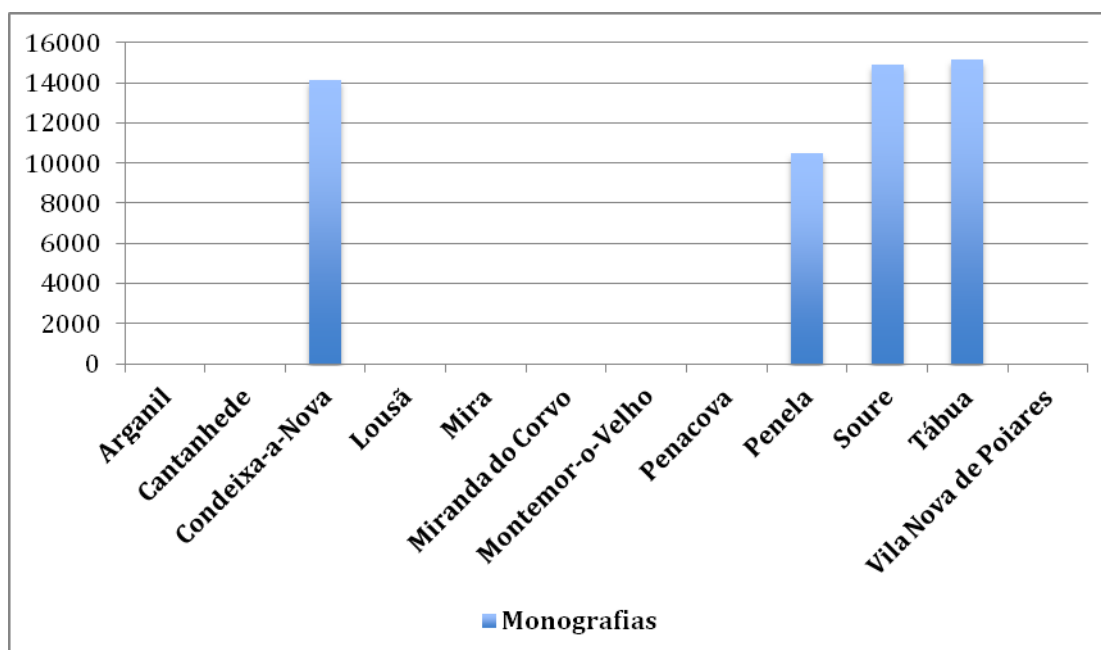
2007



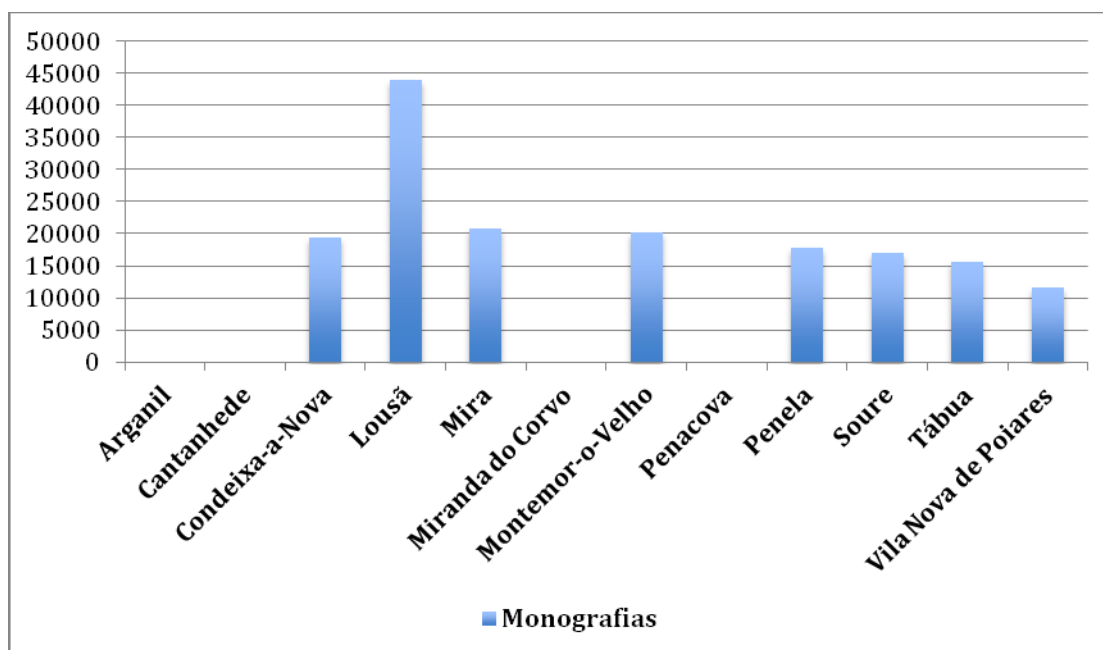
2008



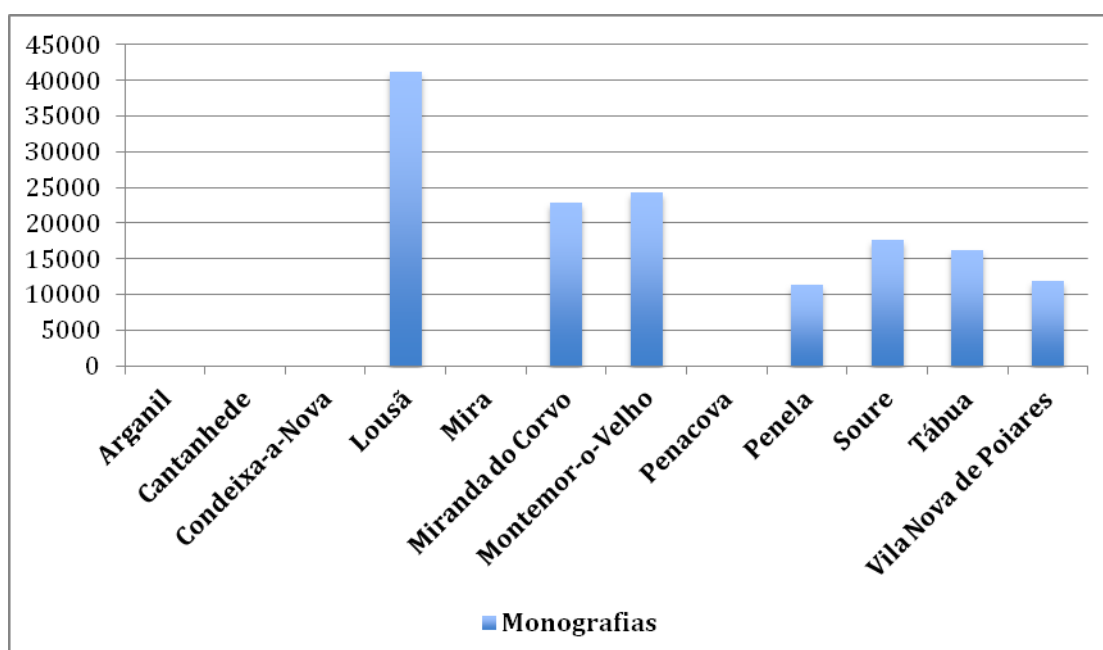
2009



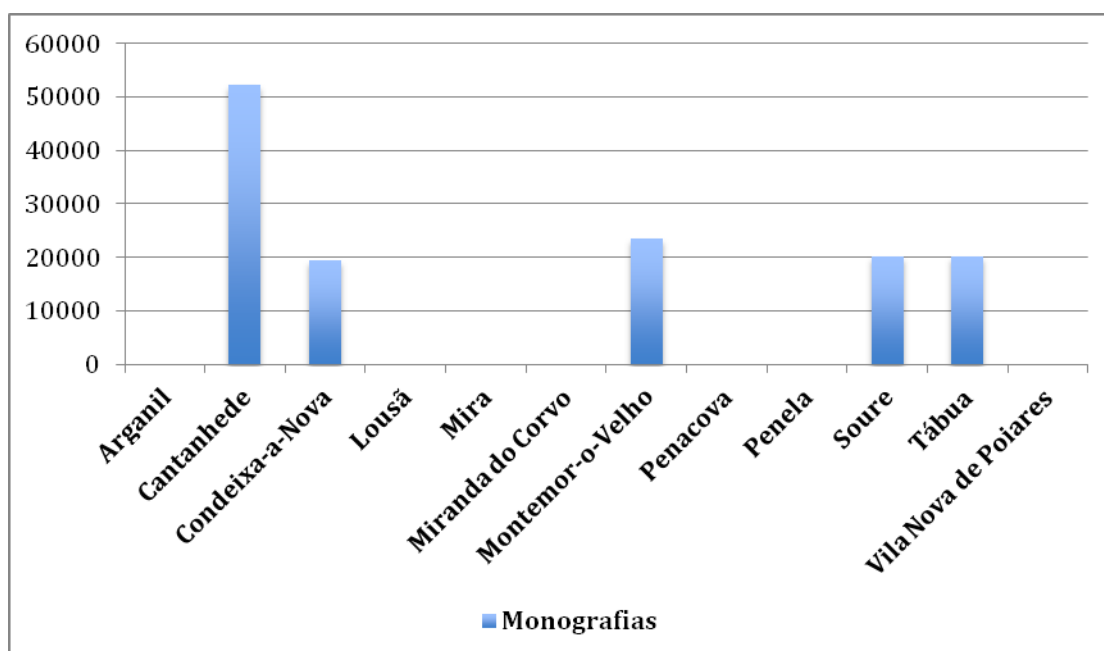
2010



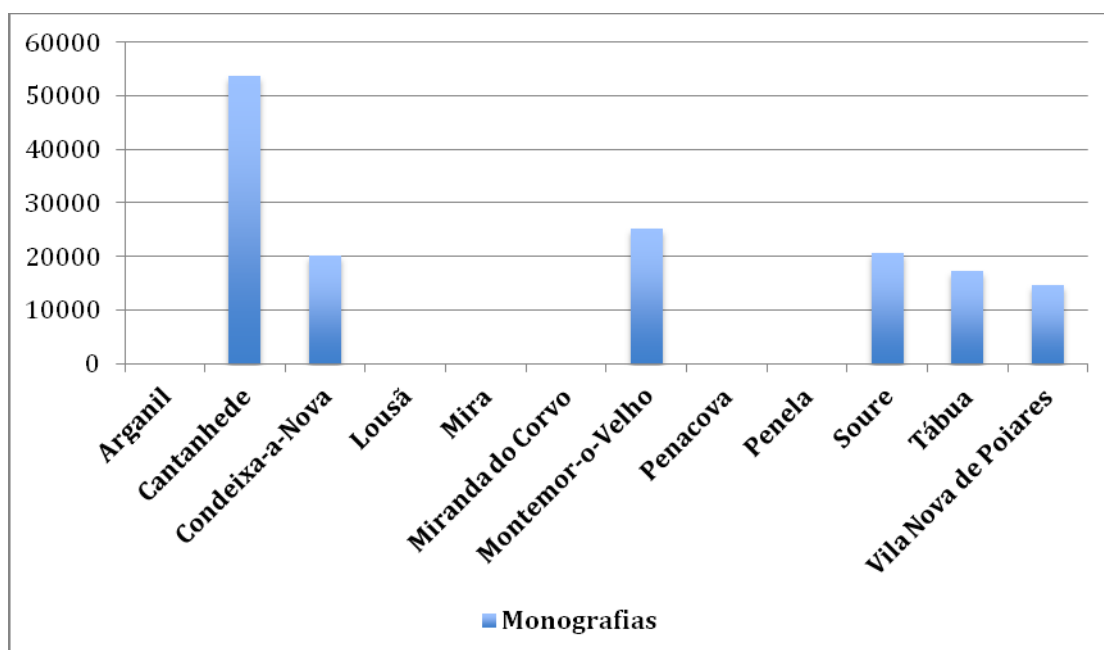
2011



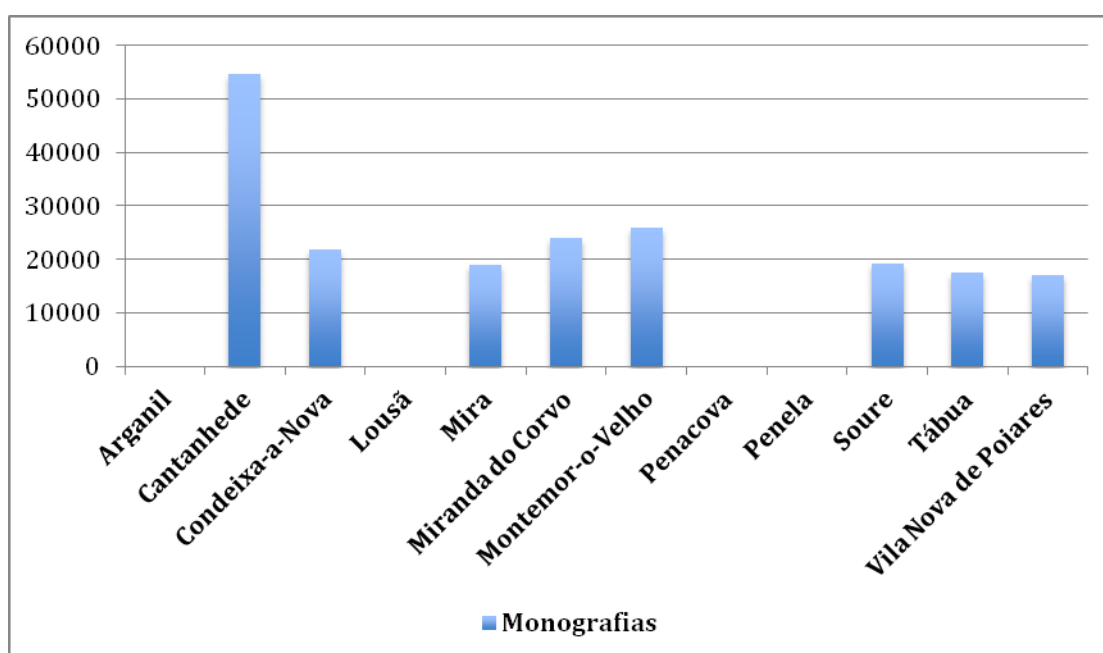
2012



2013



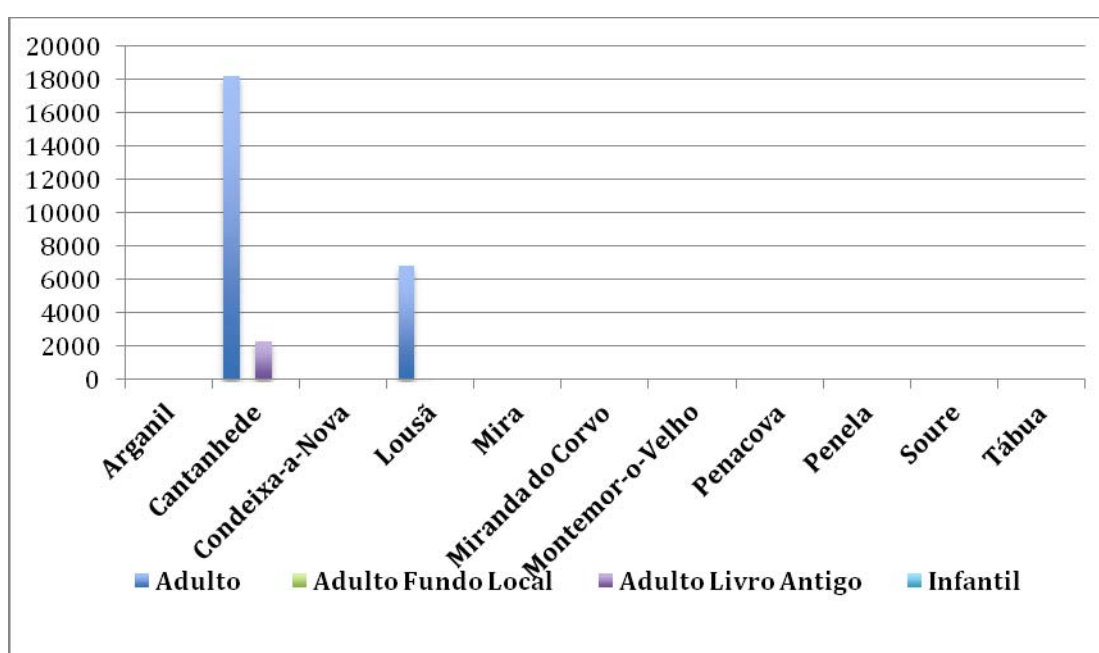
2014



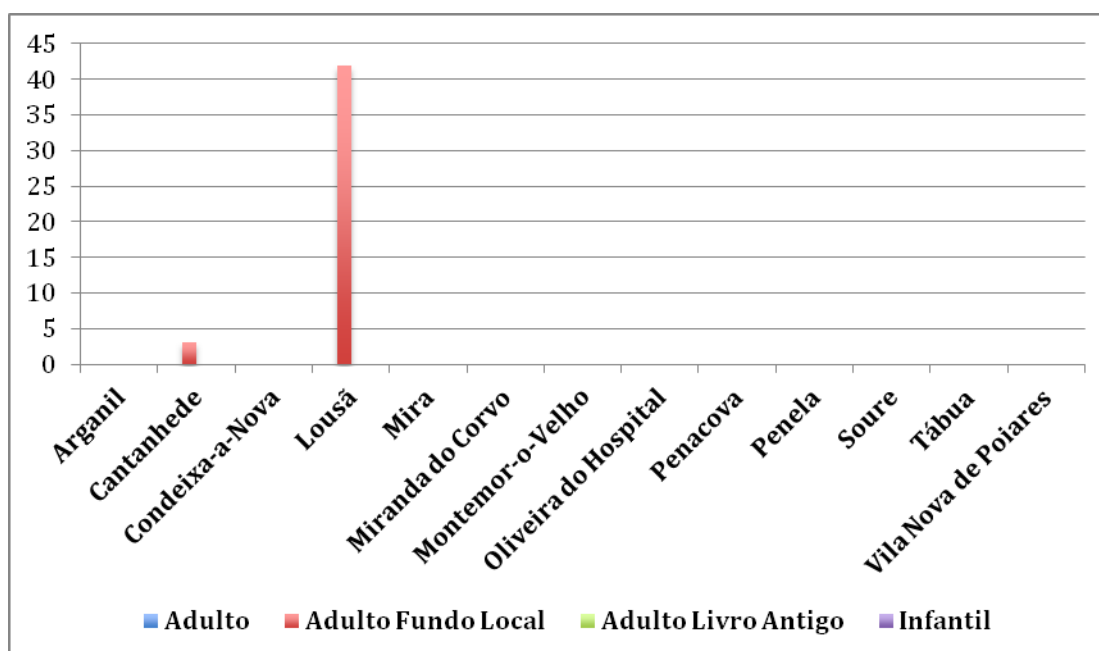
Dados referentes a:

MONOGRAFIAS - ADQUIRIDAS (VOLUMES)

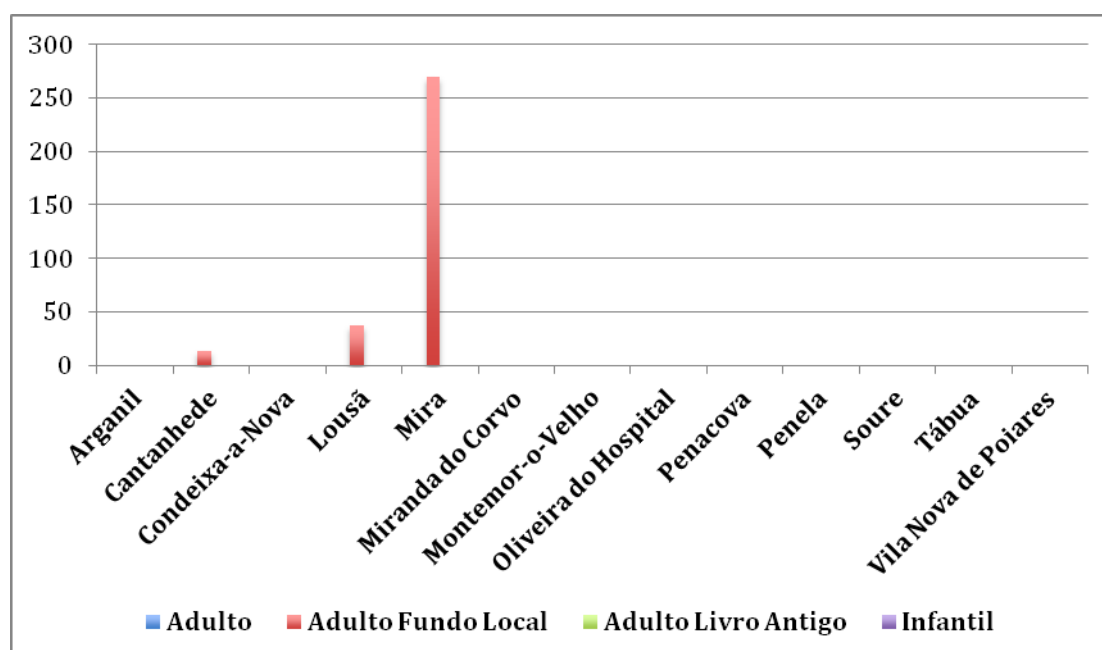
1992



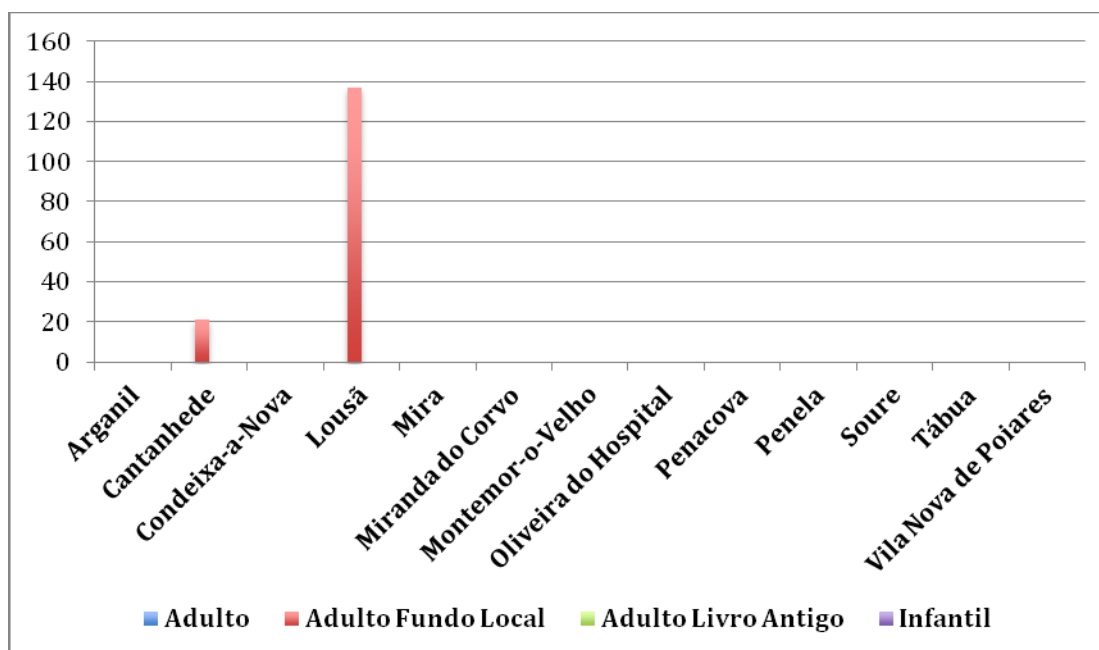
1994



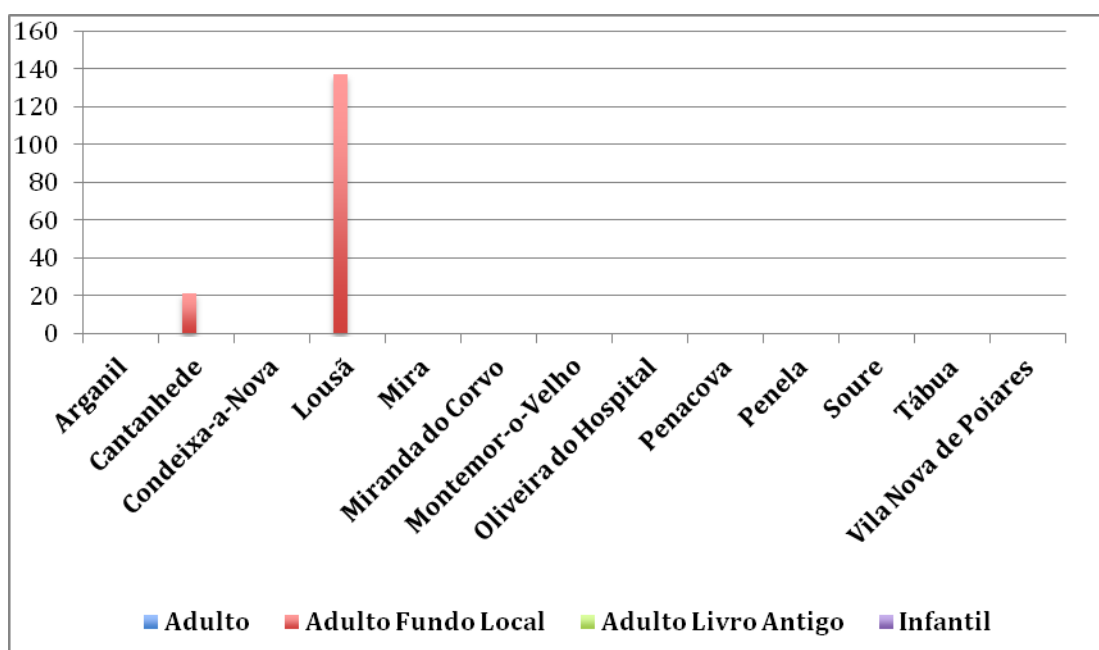
1995



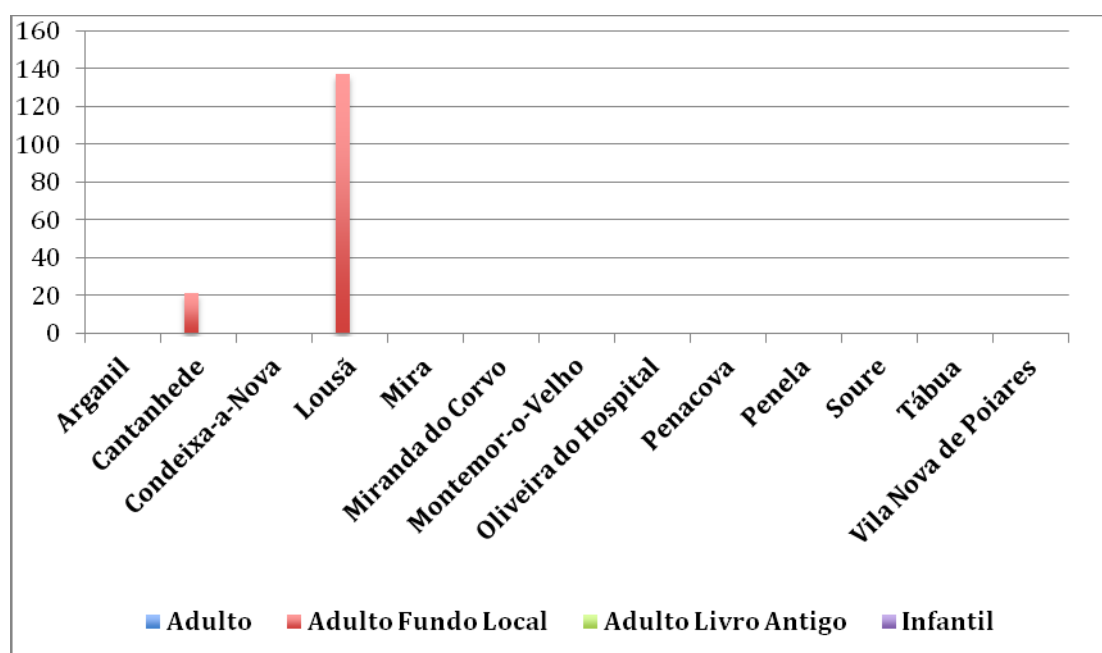
1996



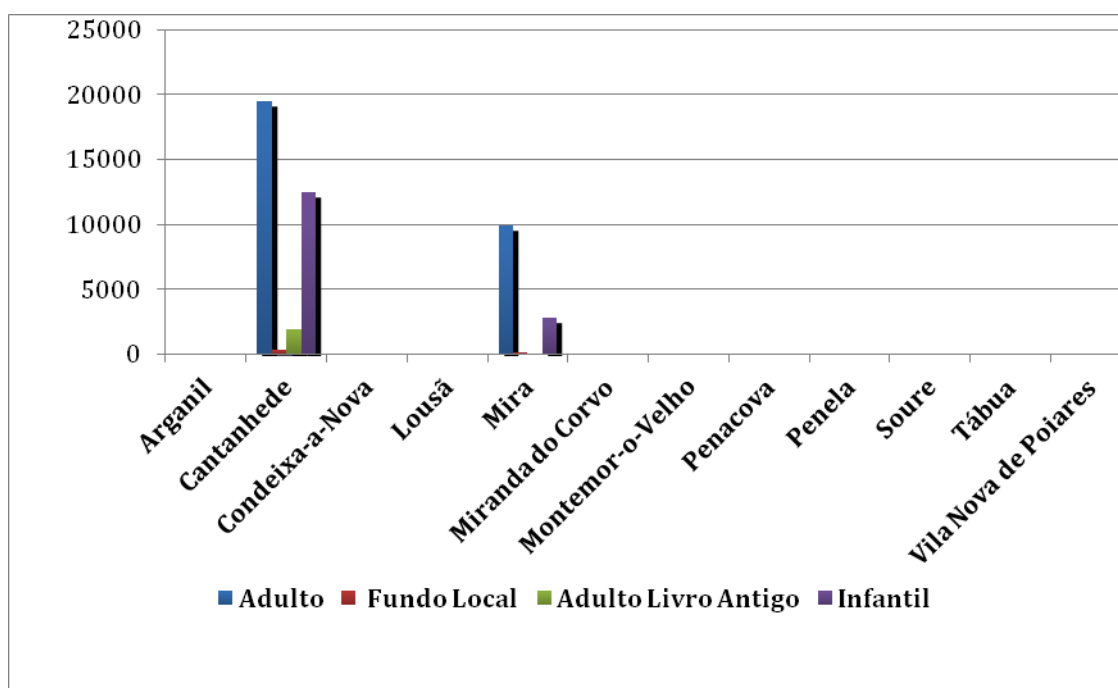
1997



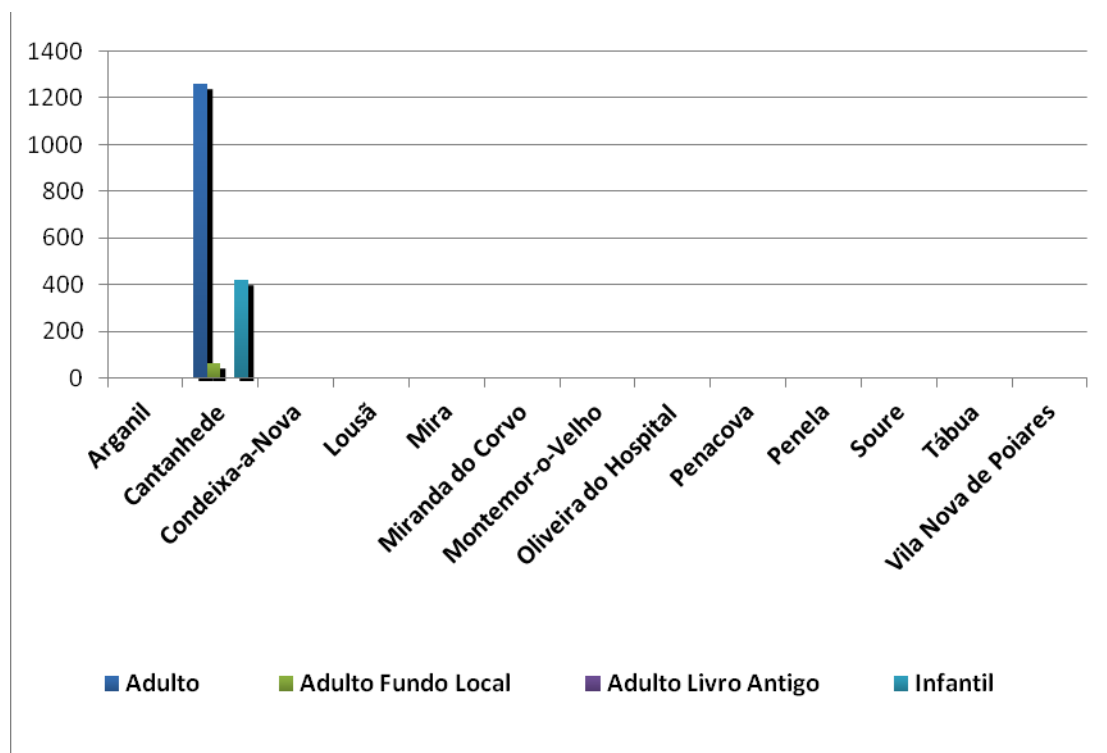
1998



1999

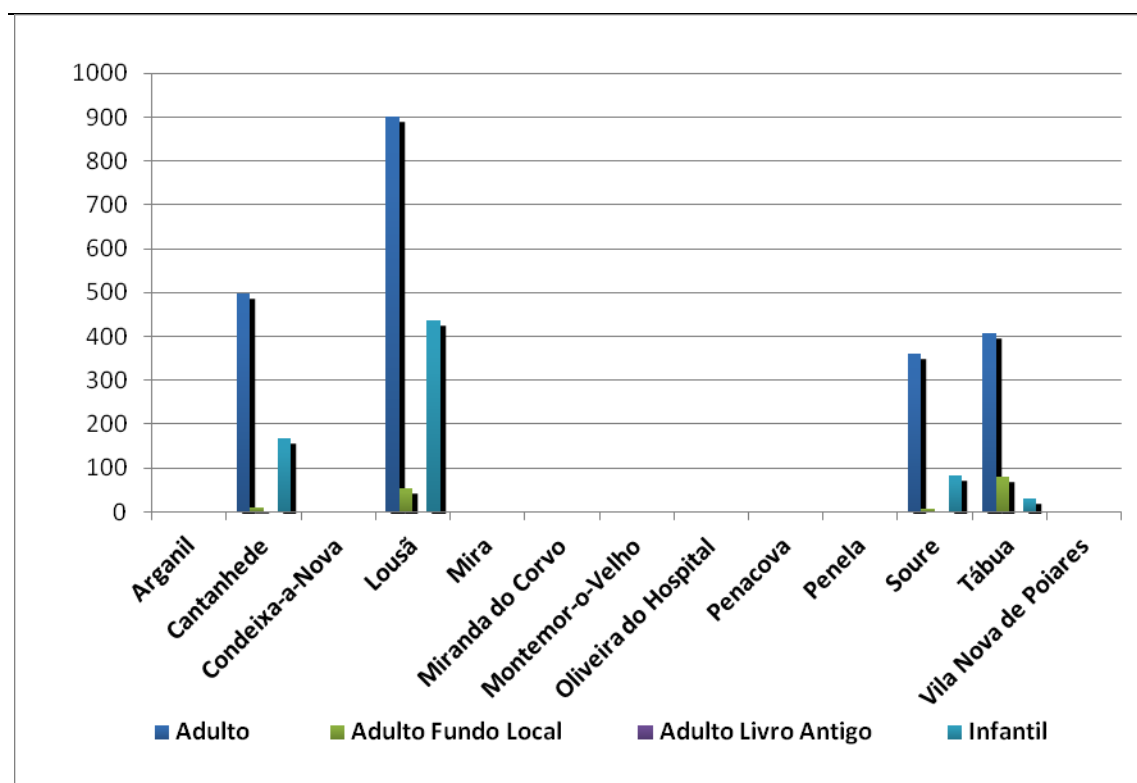


2001

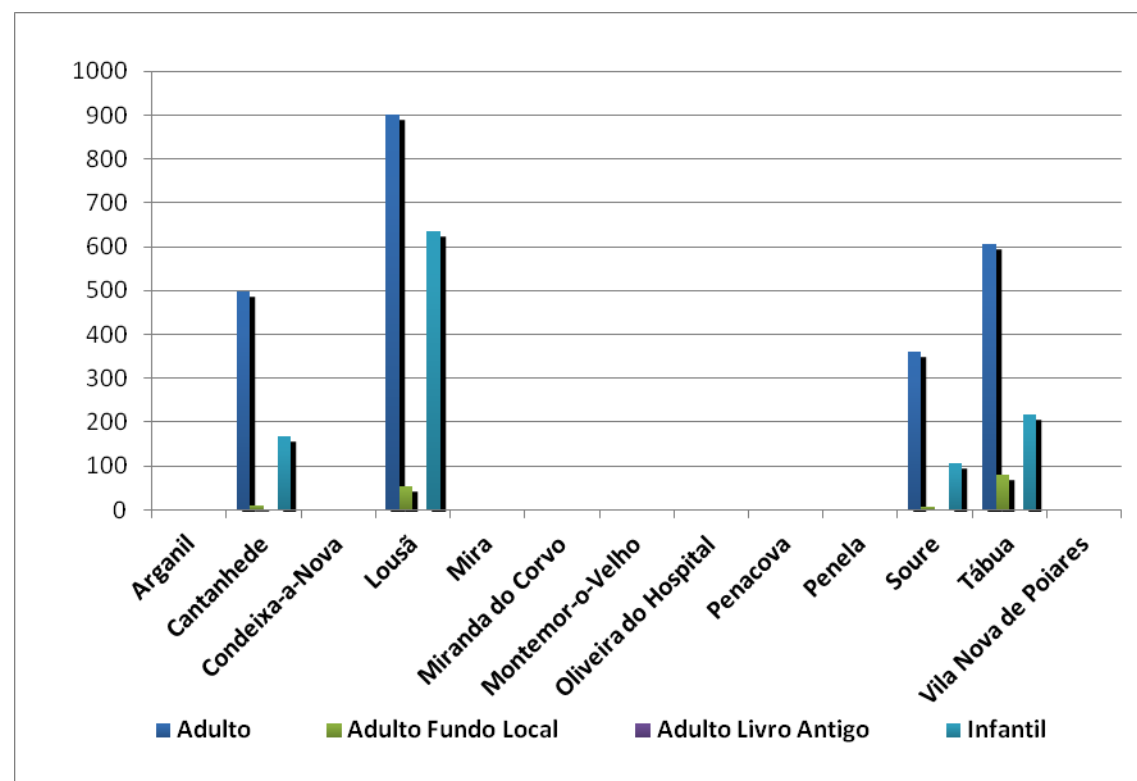


2002

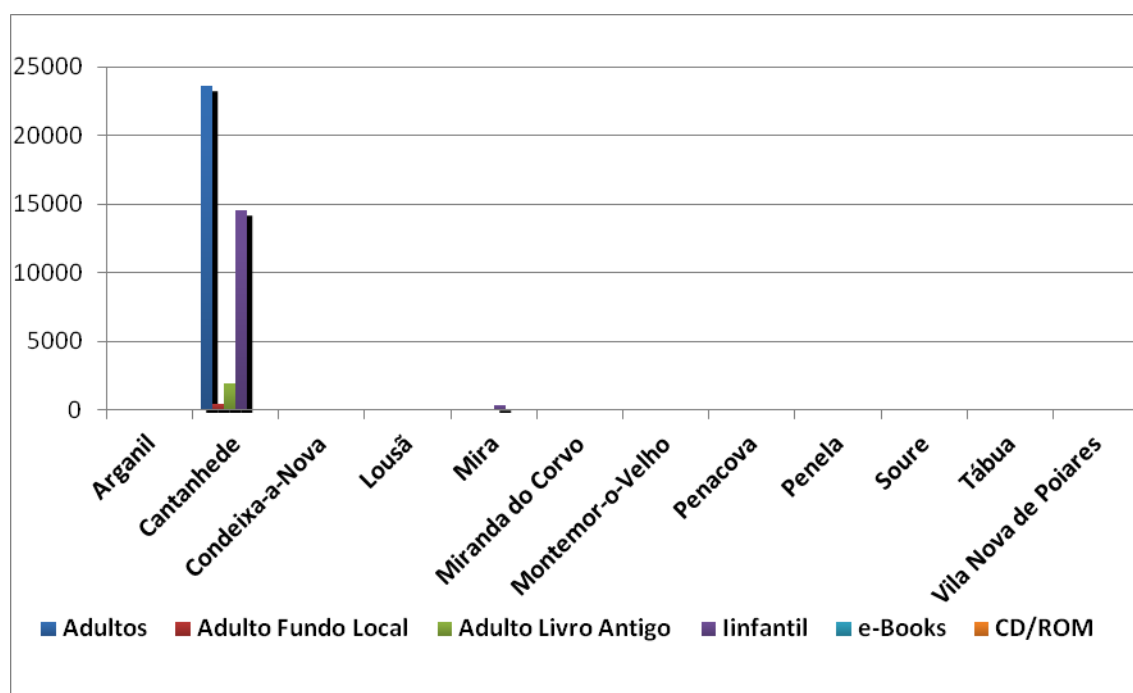
A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)



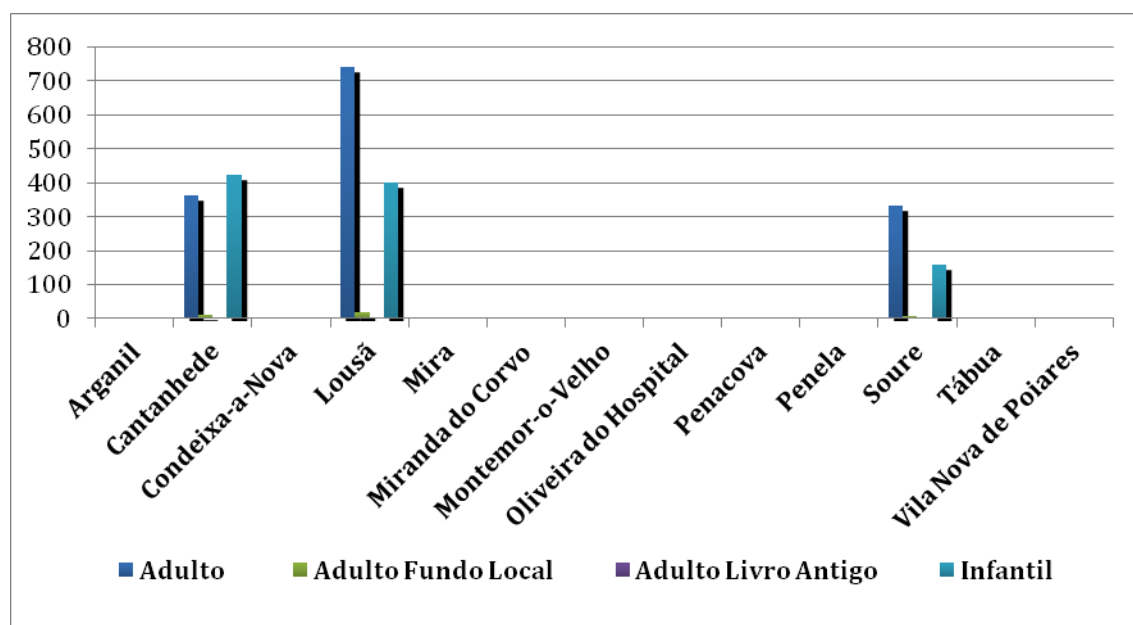
2003



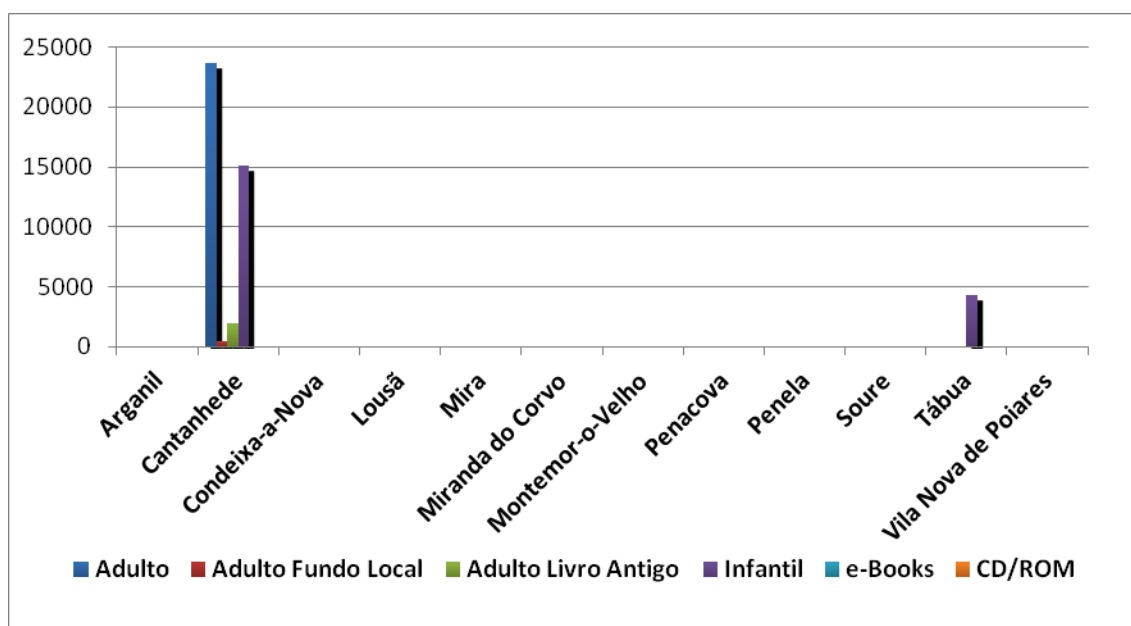
2004



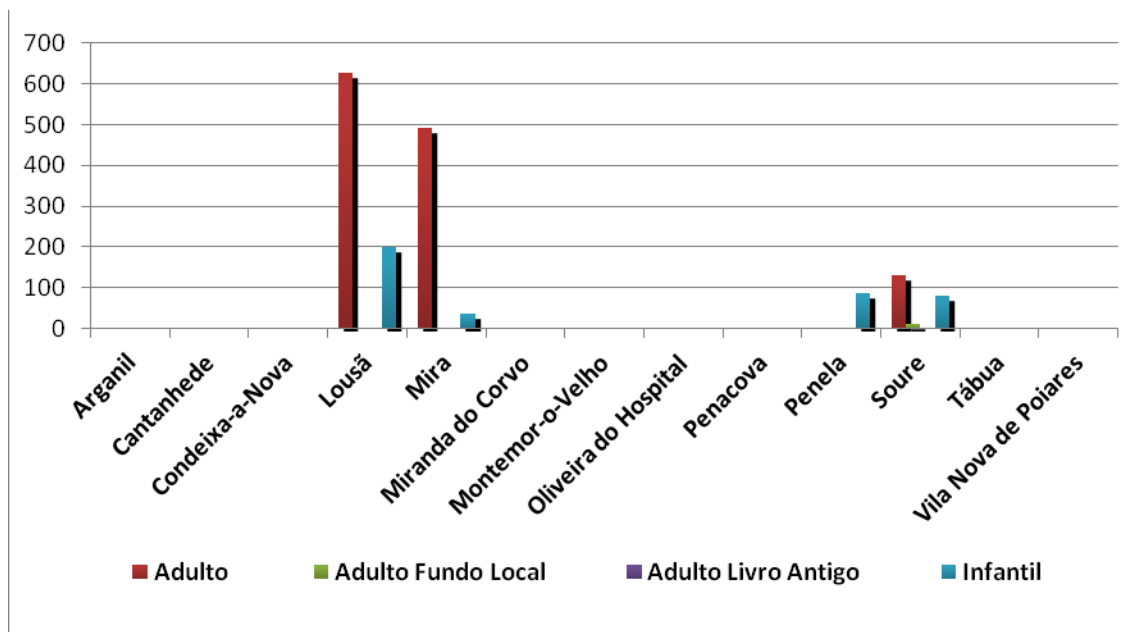
2005



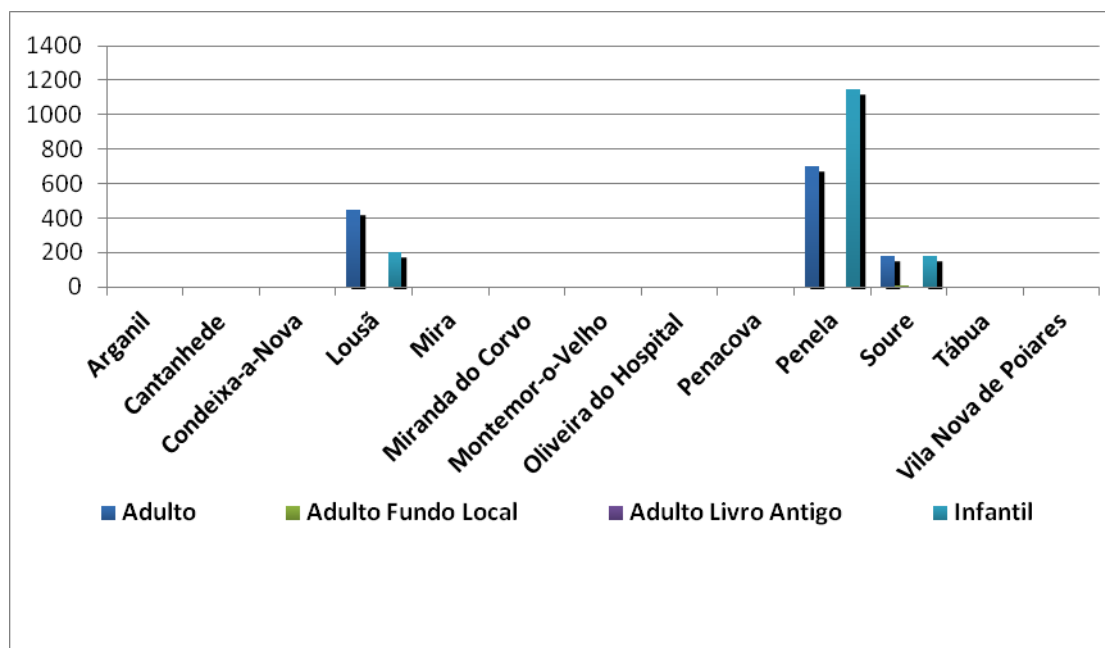
2006



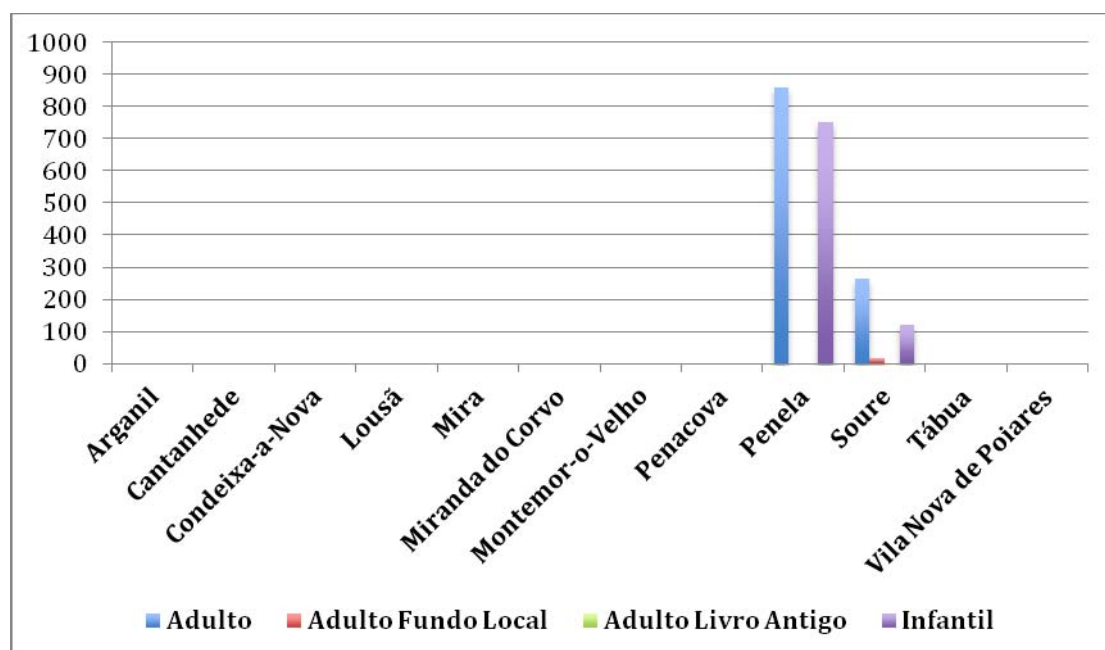
2007



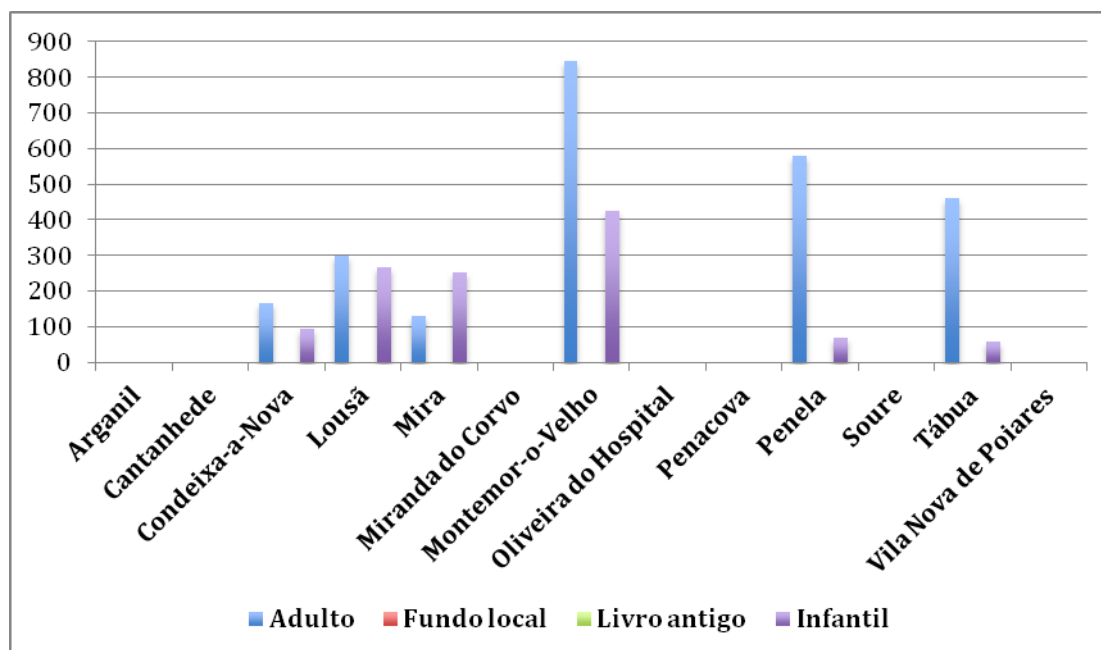
2008



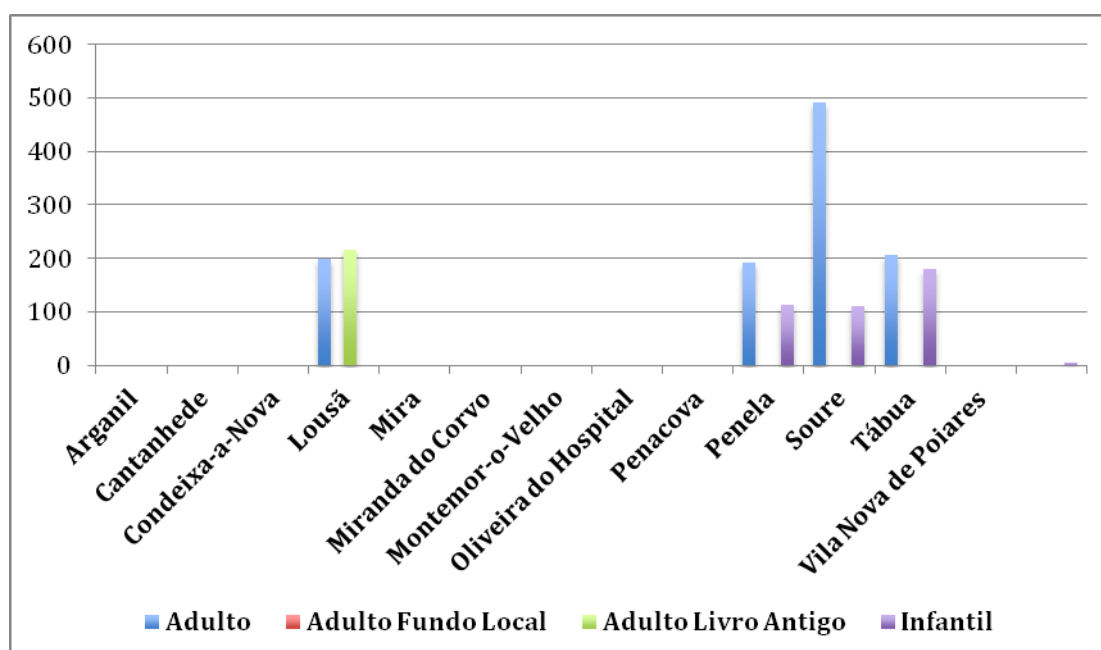
2009



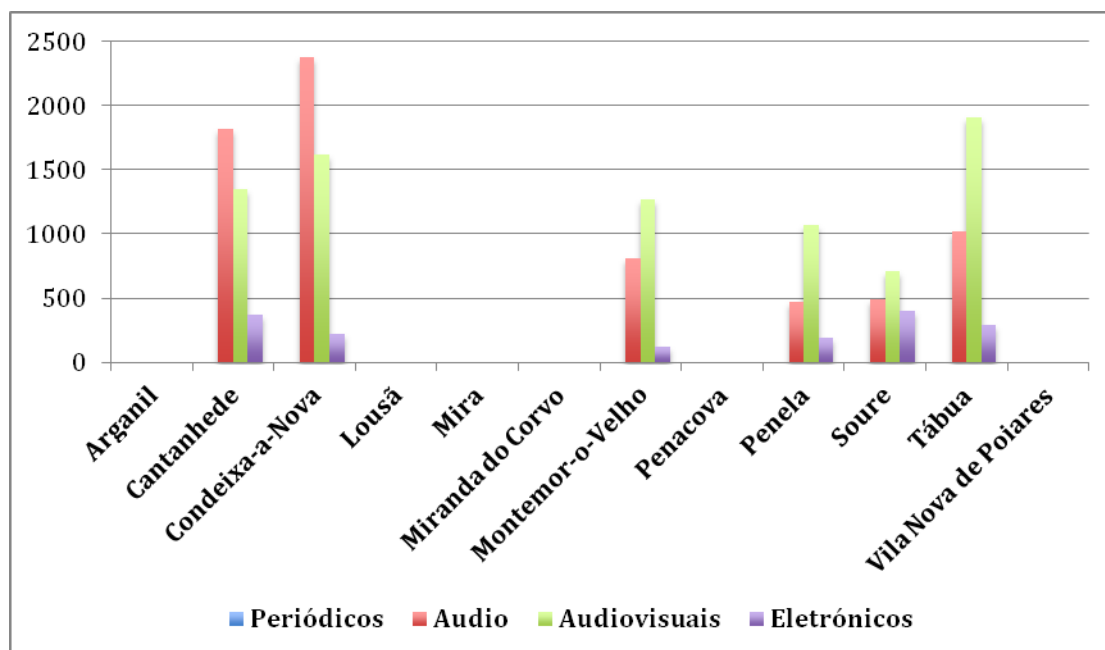
2010



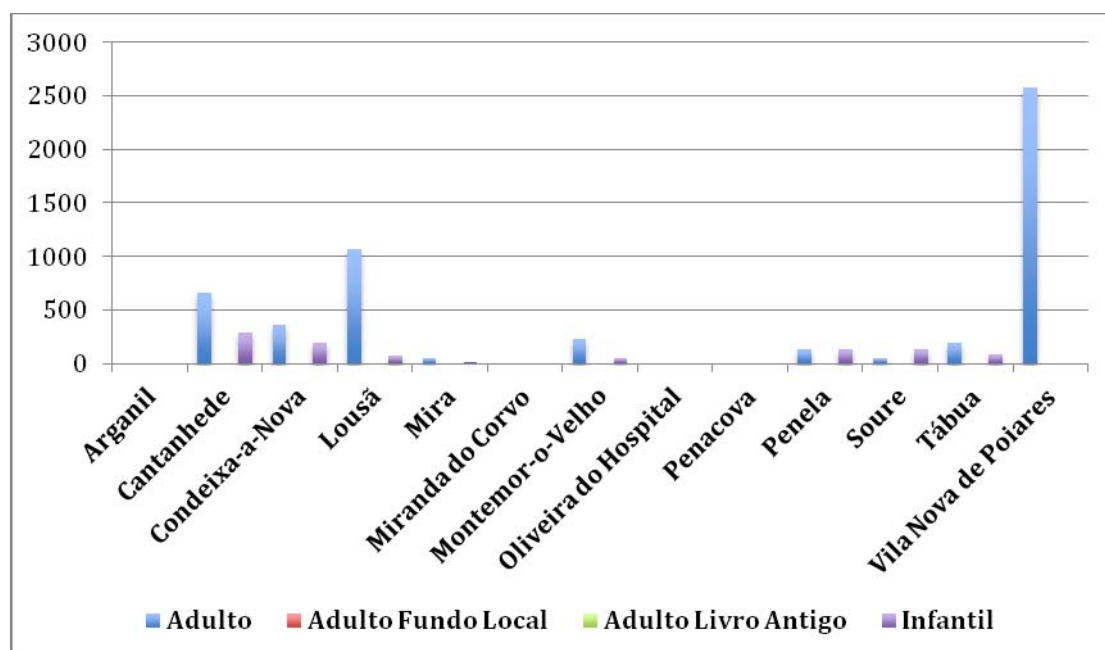
2011



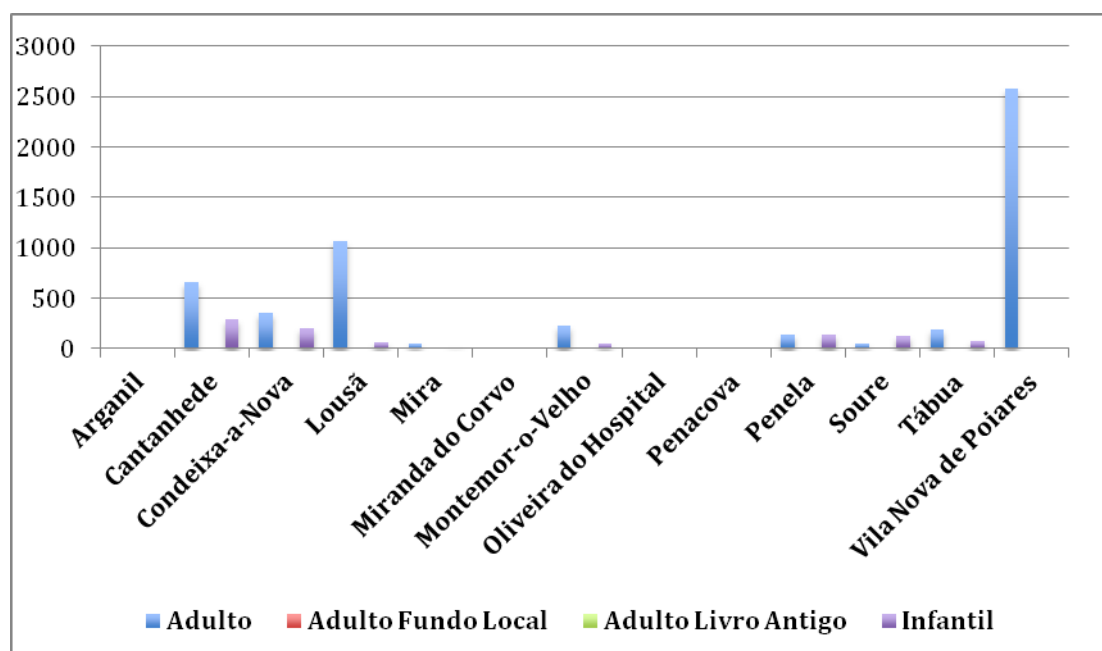
2012



2013



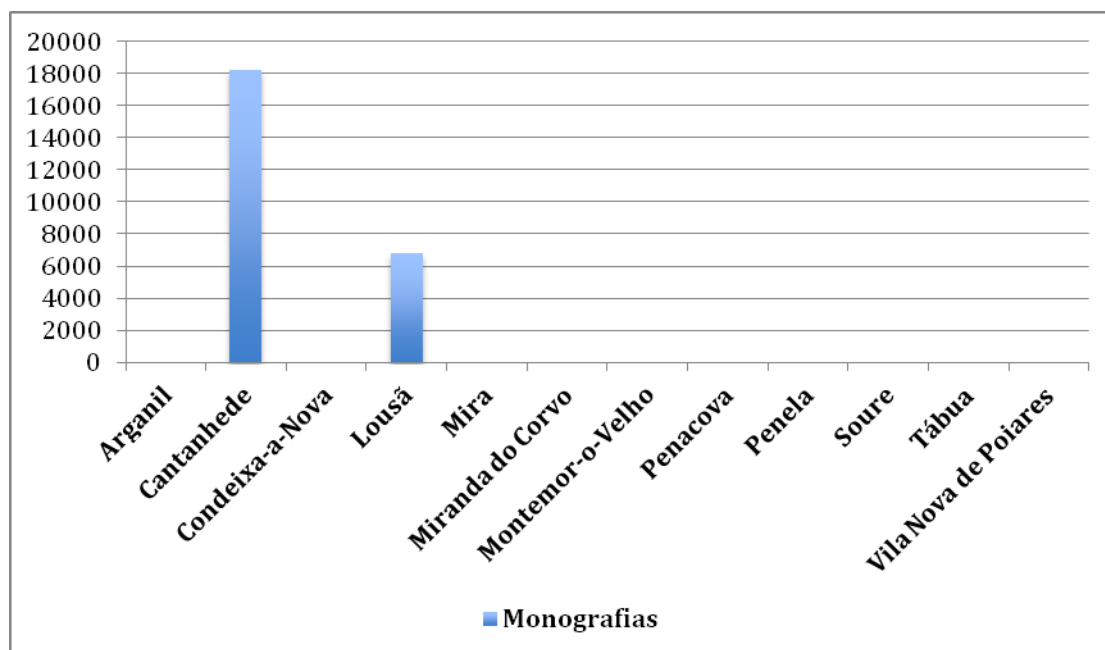
2014



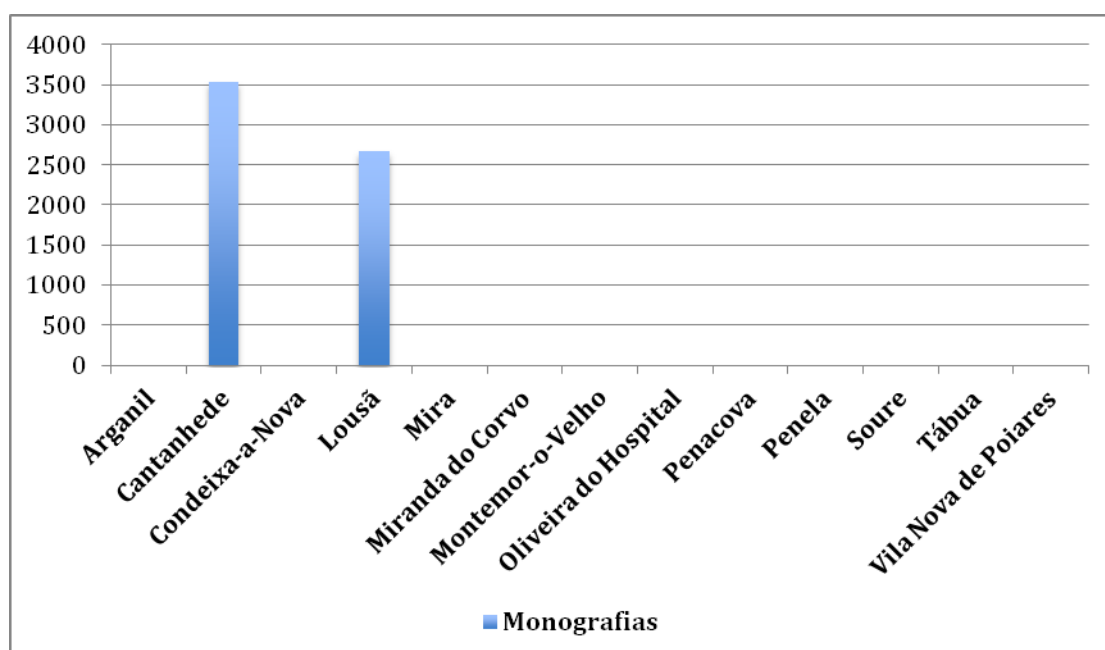
Dados referentes a:

TOTAL MONOGRAFIAS - ADQUIRIDAS (VOLUMES)

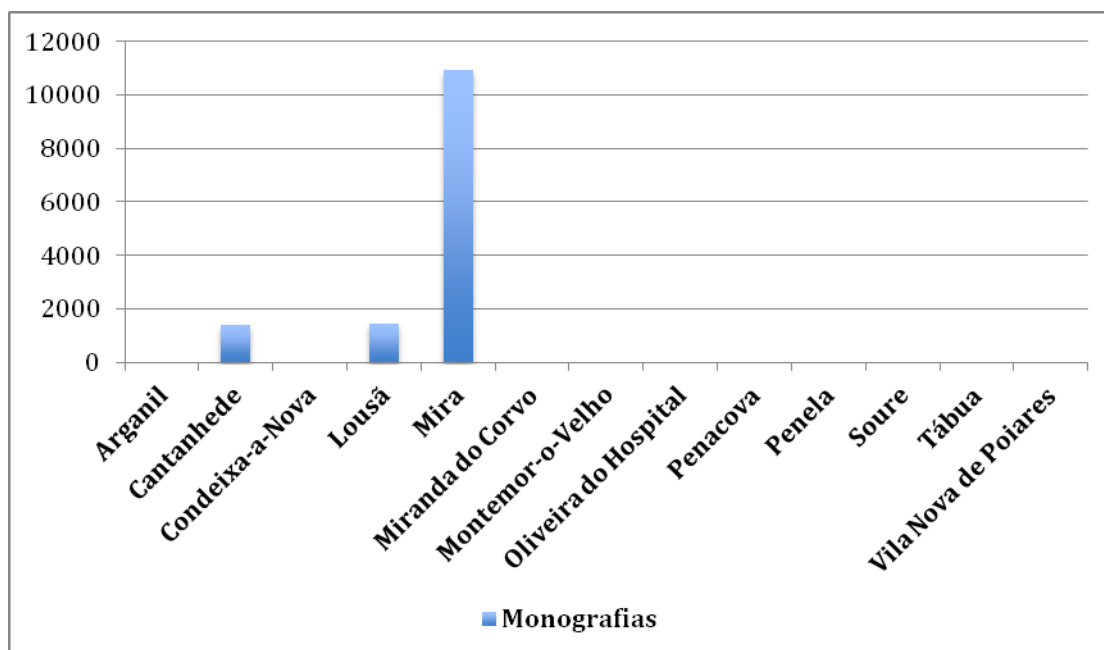
1992



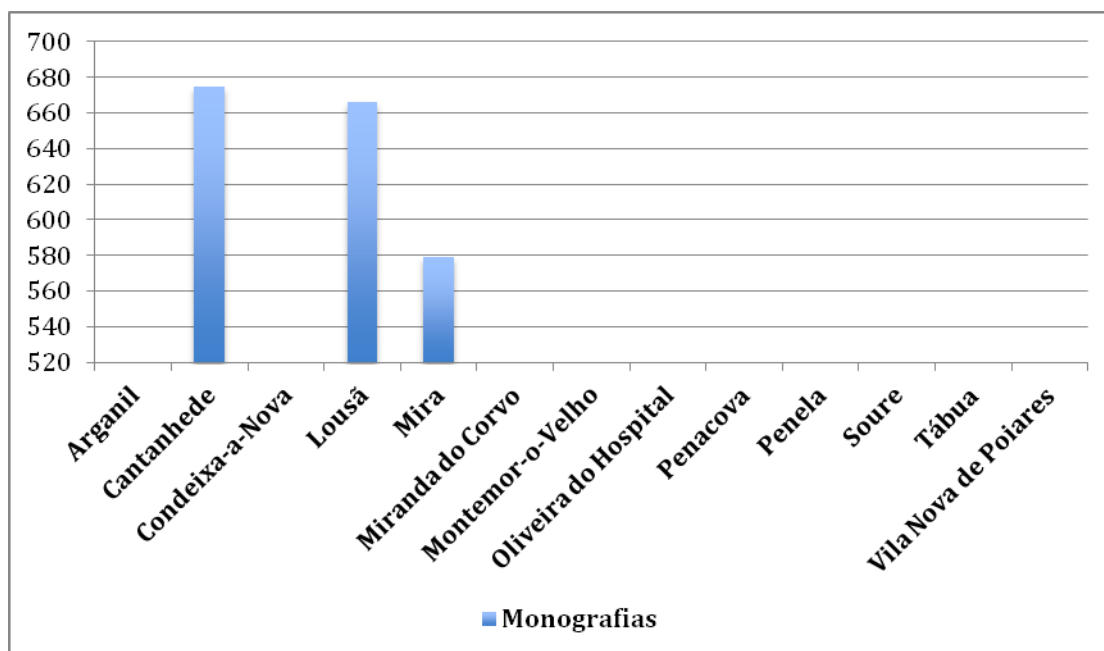
1994



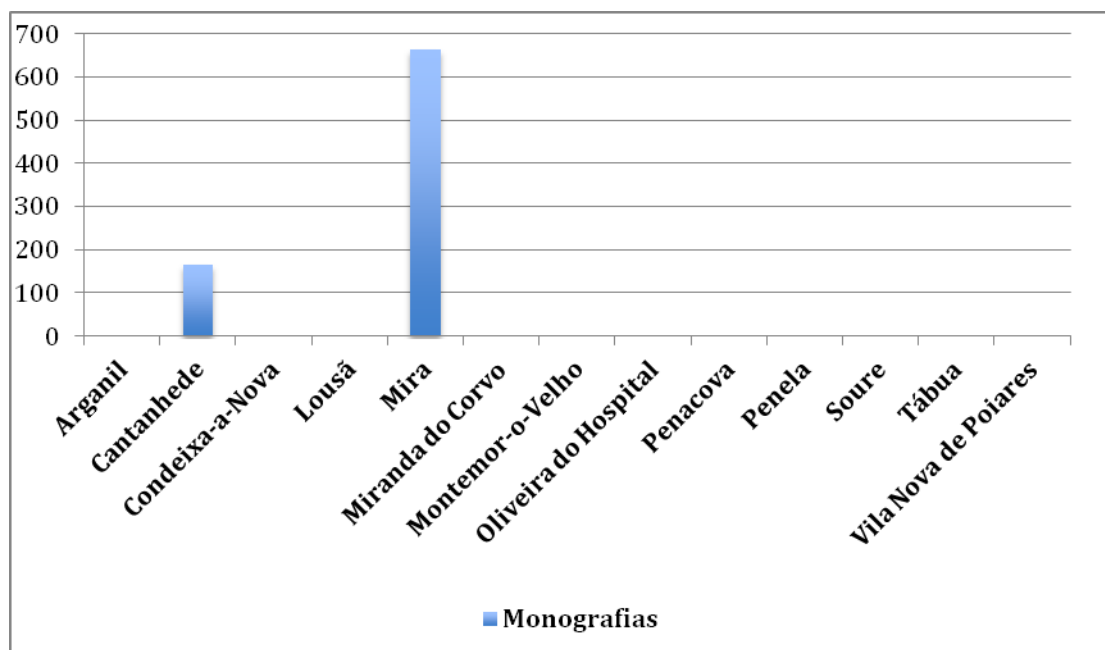
1995



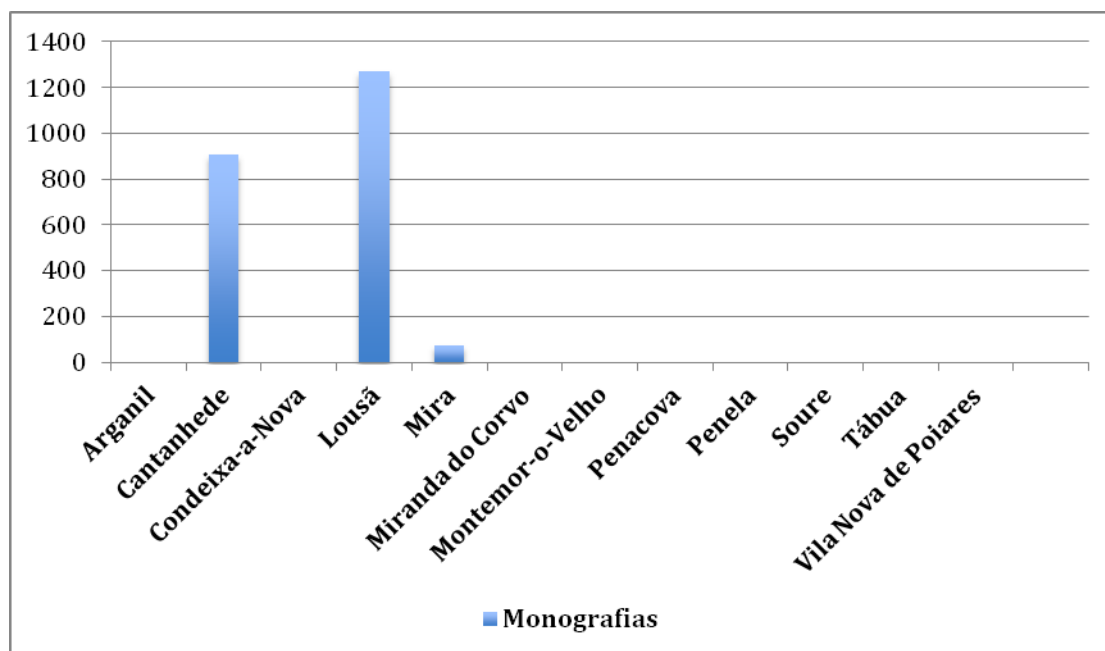
1996



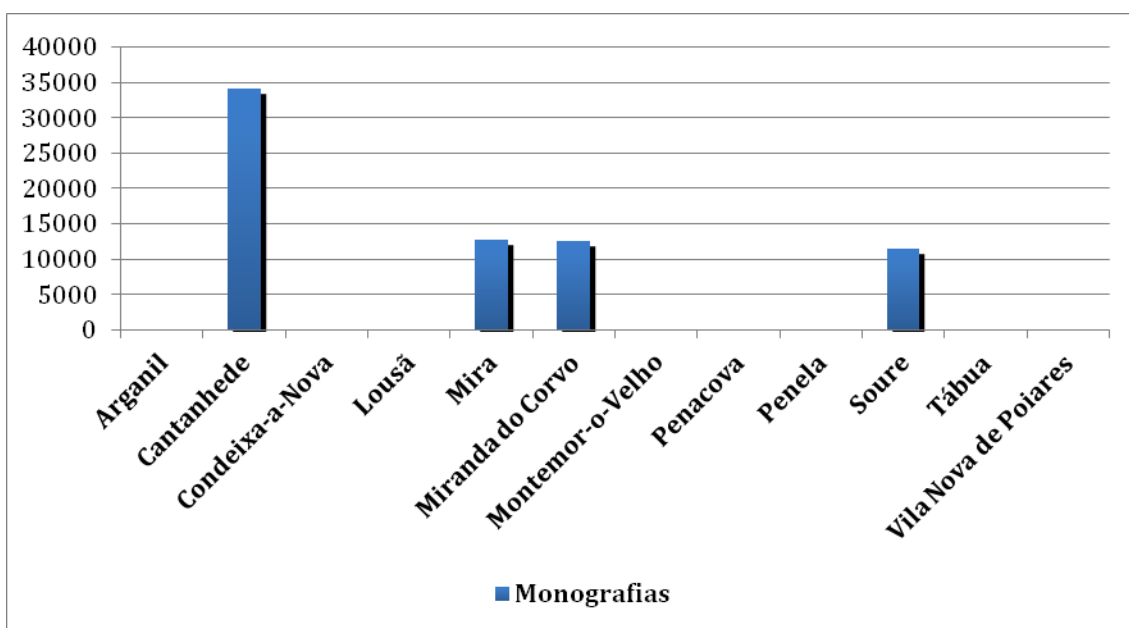
1997



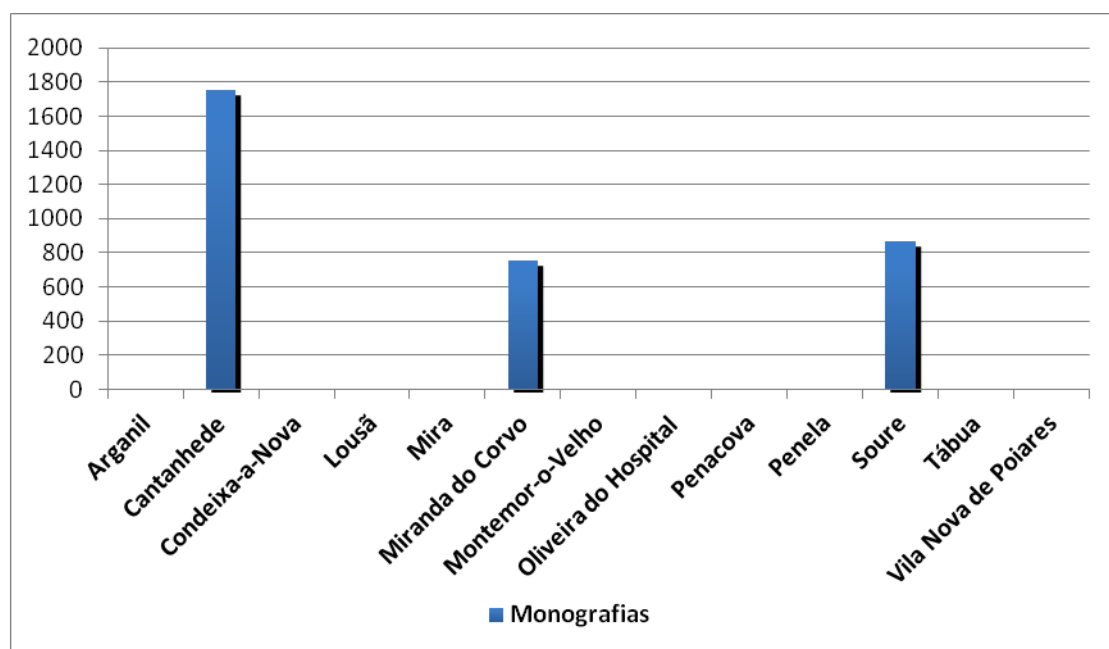
1998



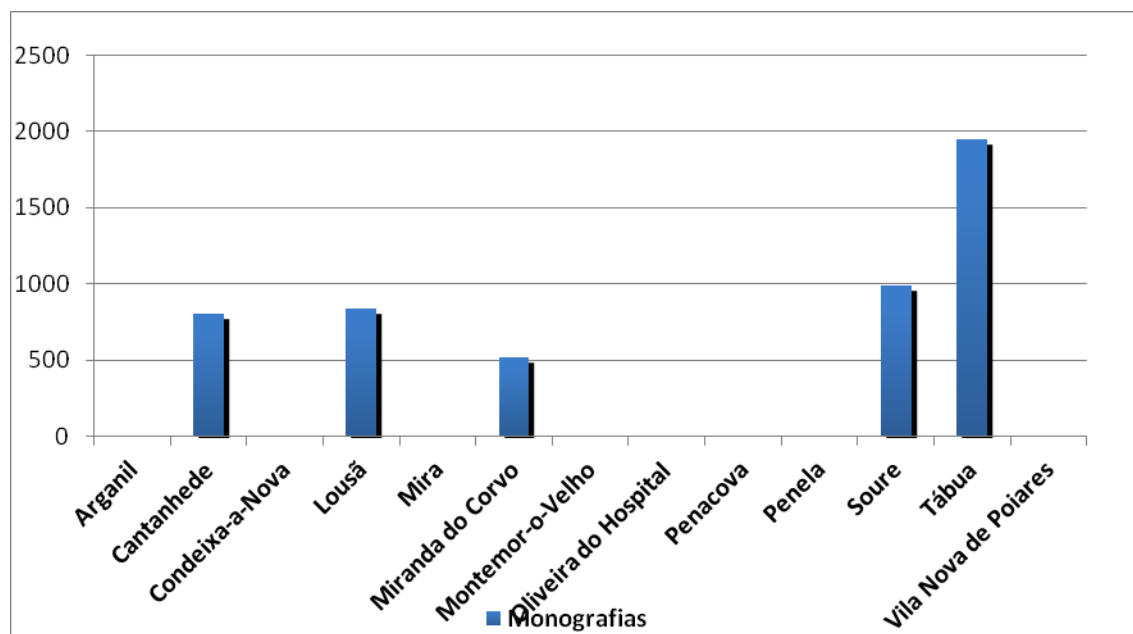
1999



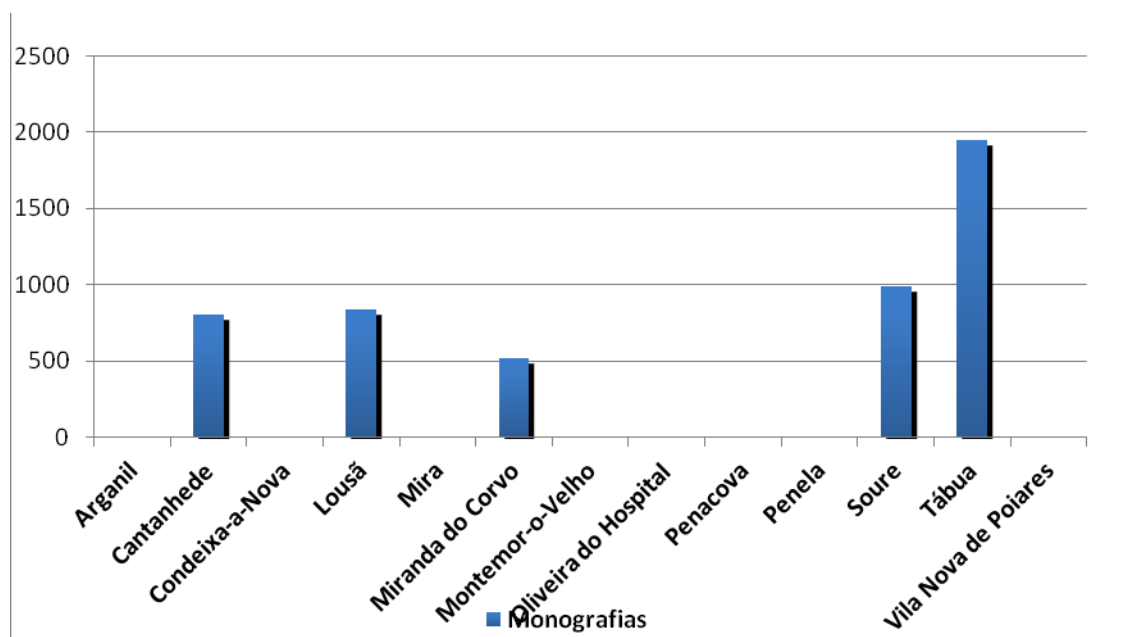
2001



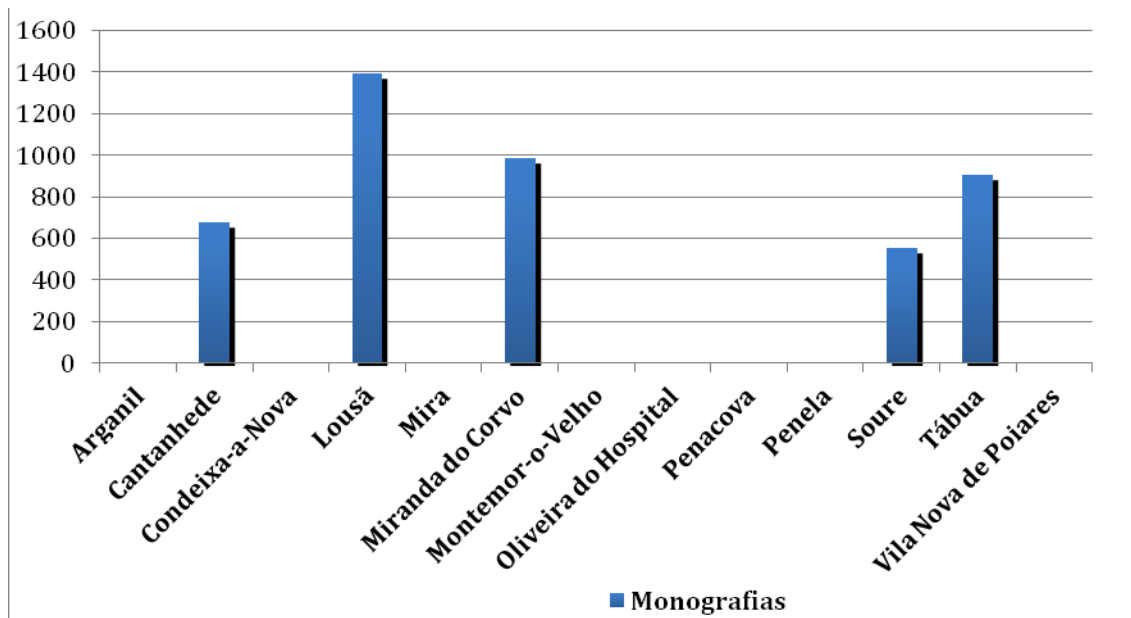
2001



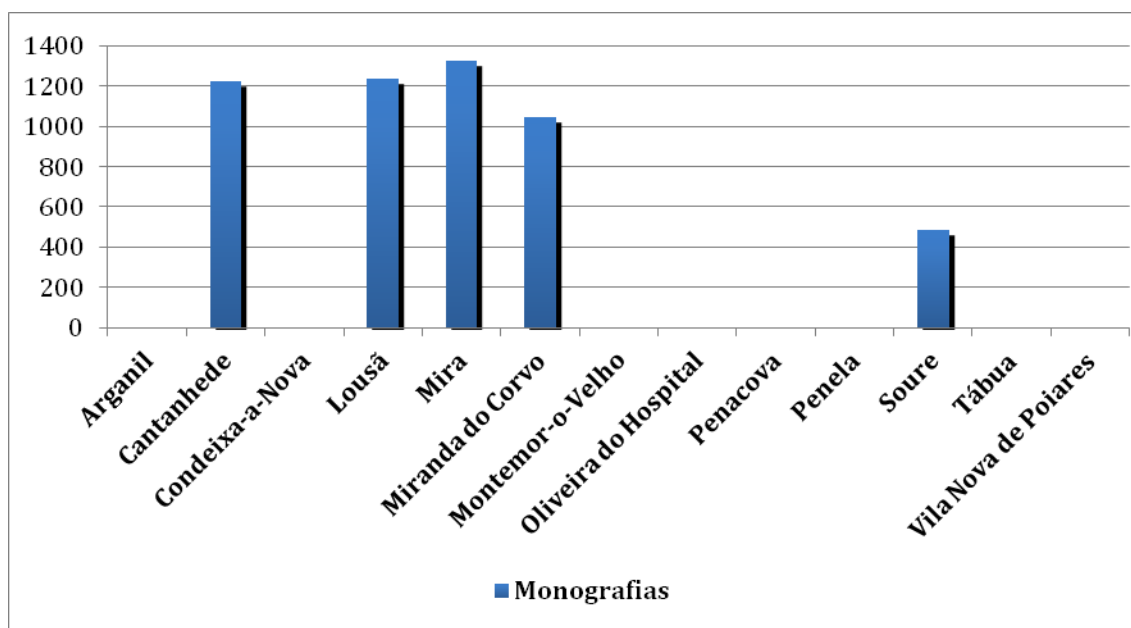
2002



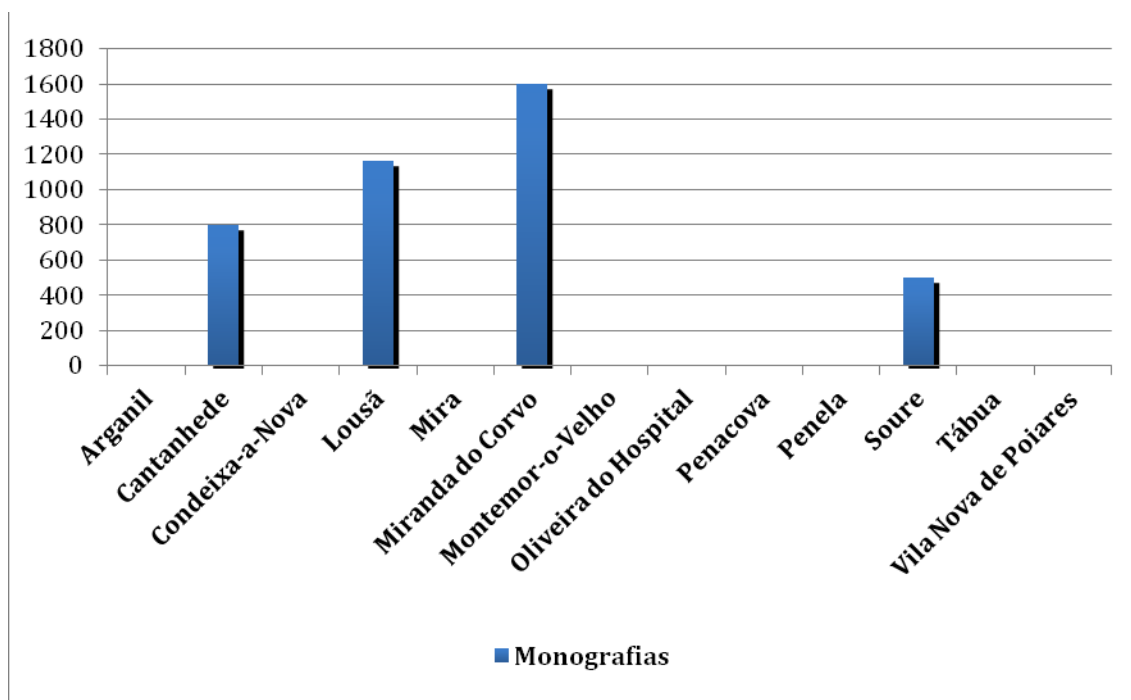
2003



2004

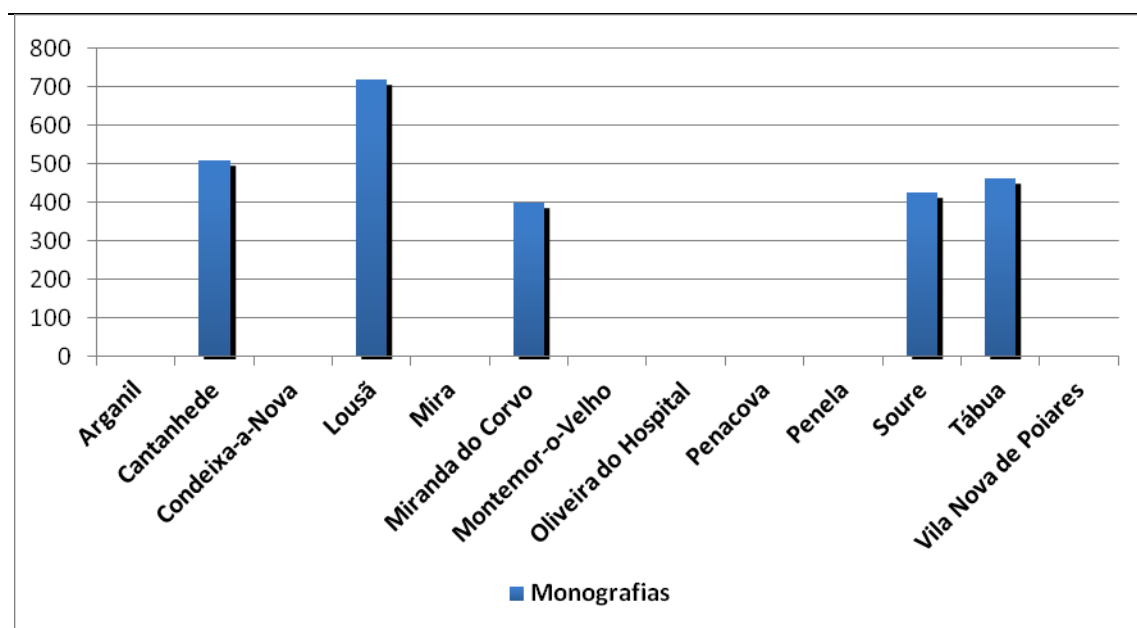


2005

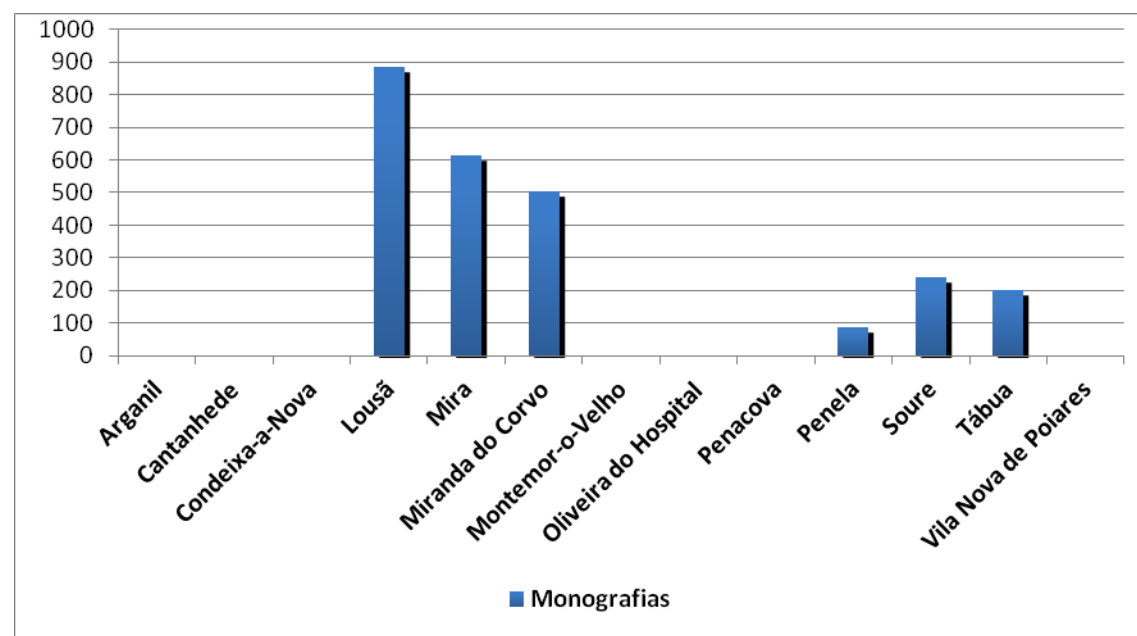


2006

A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)

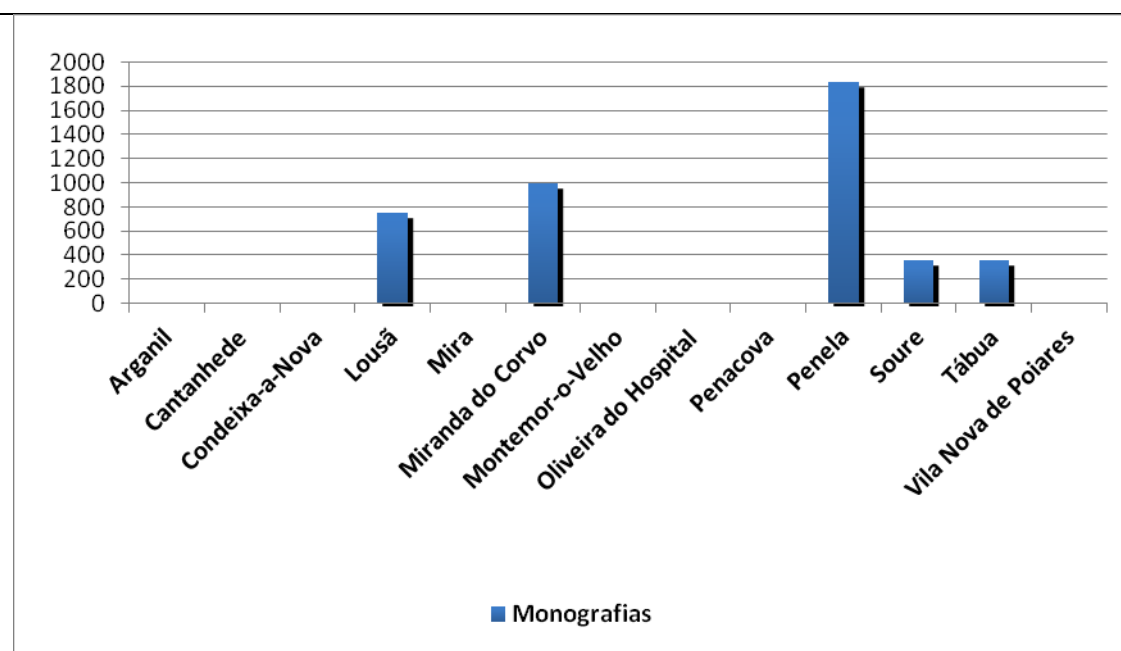


2007

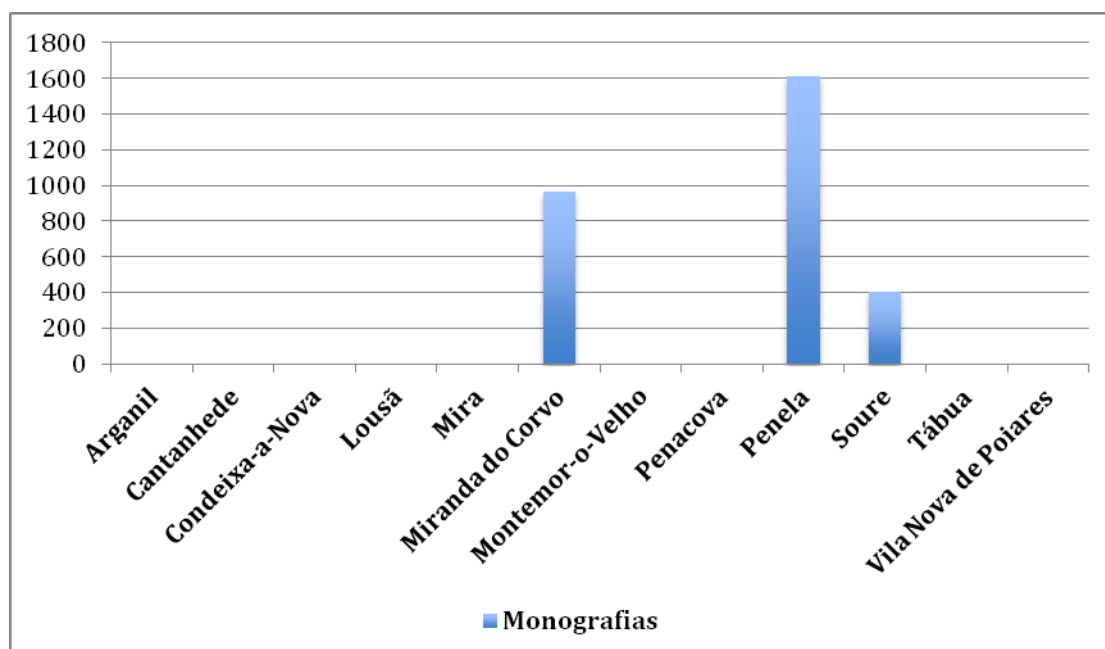


2008

A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)

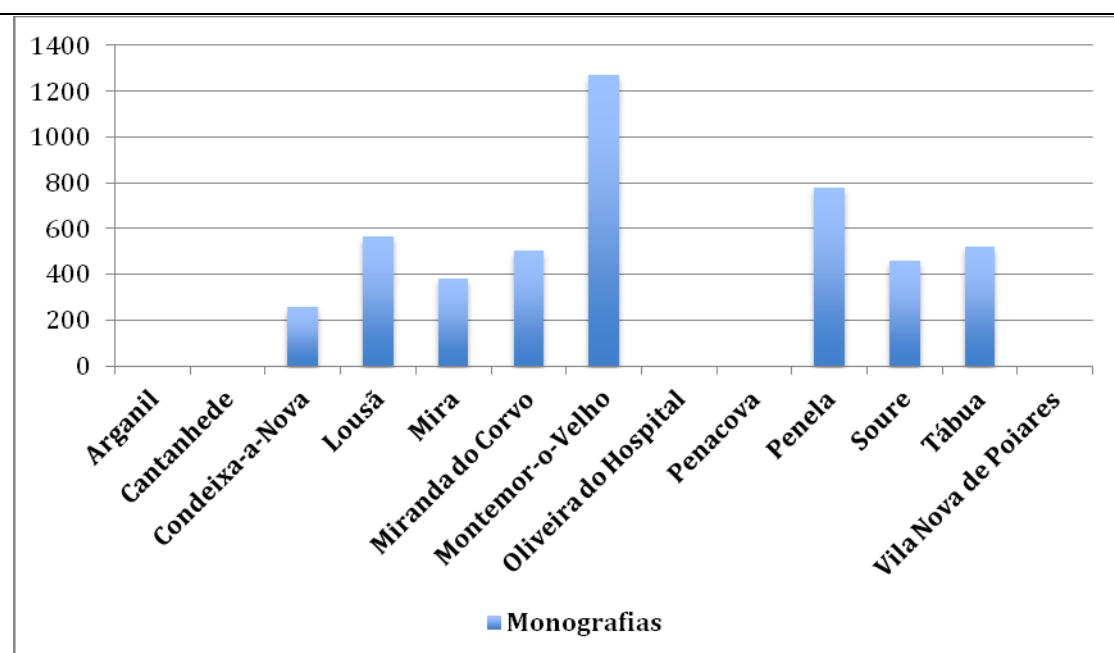


2009

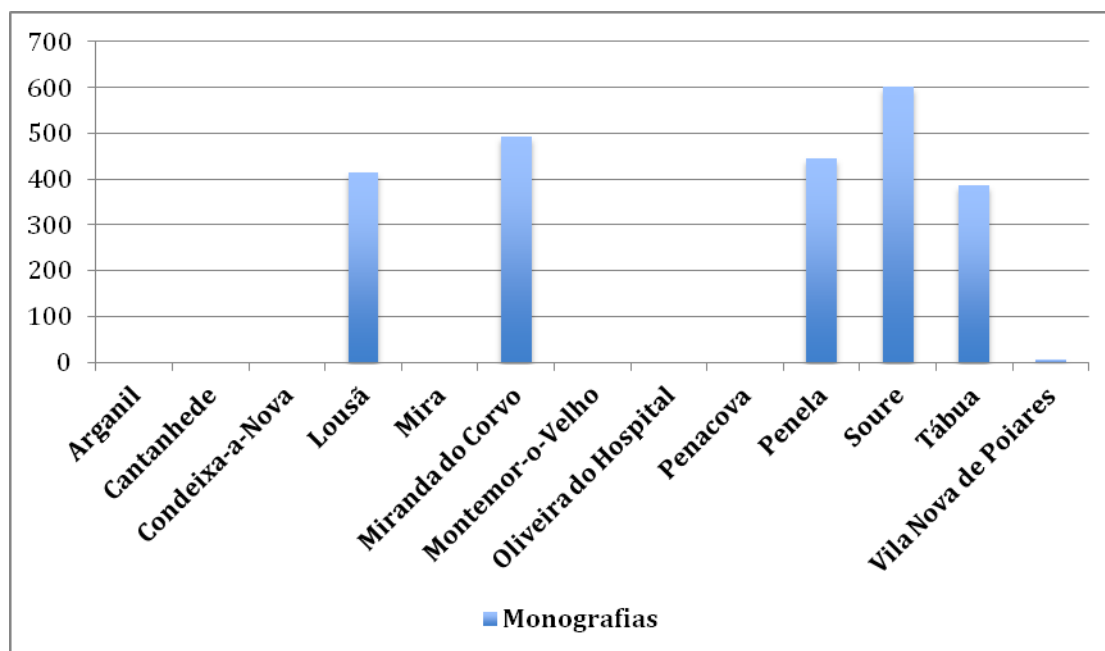


2010

A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)

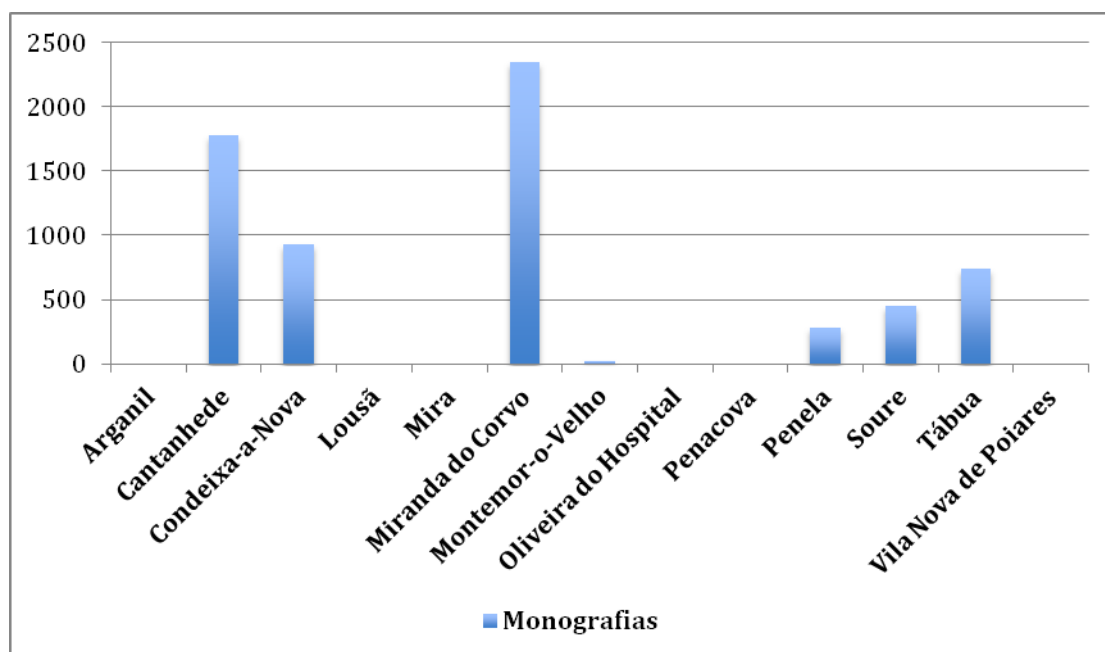


2011

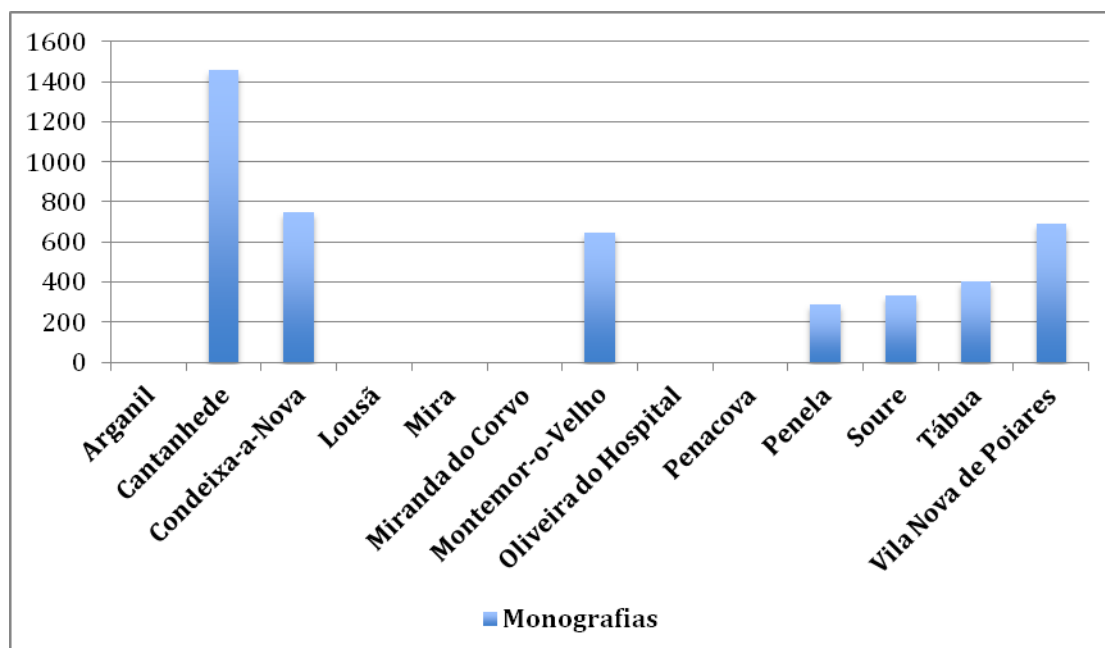


2012

A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)



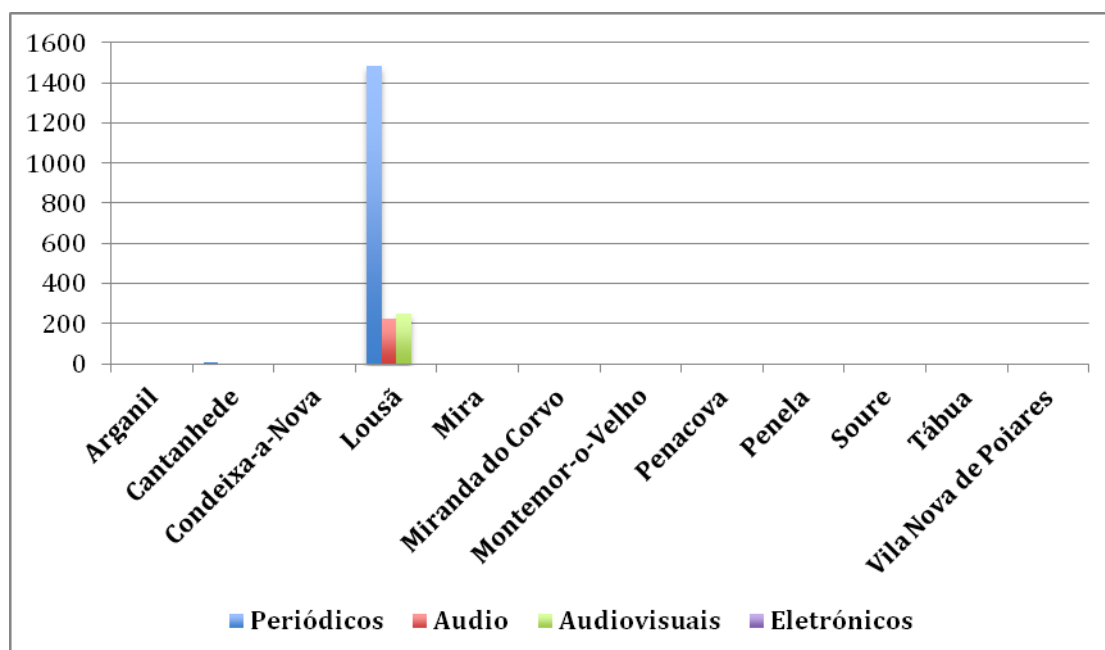
2013



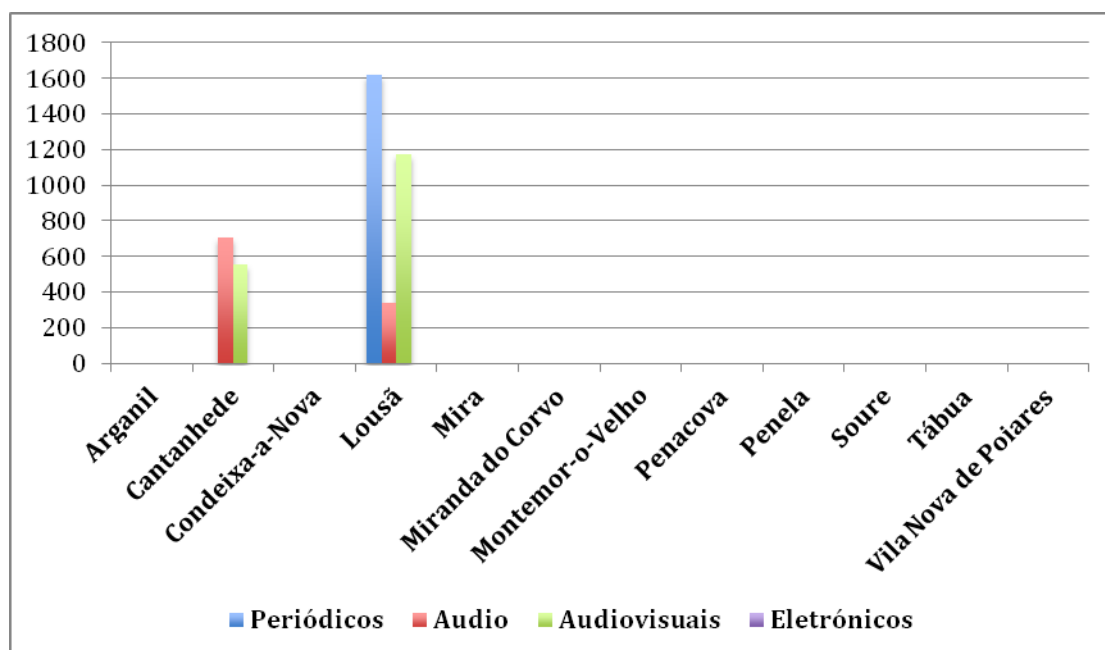
Dados referentes a:

OUTROS DOCUMENTOS - EXISTENTES (VOLUMES)

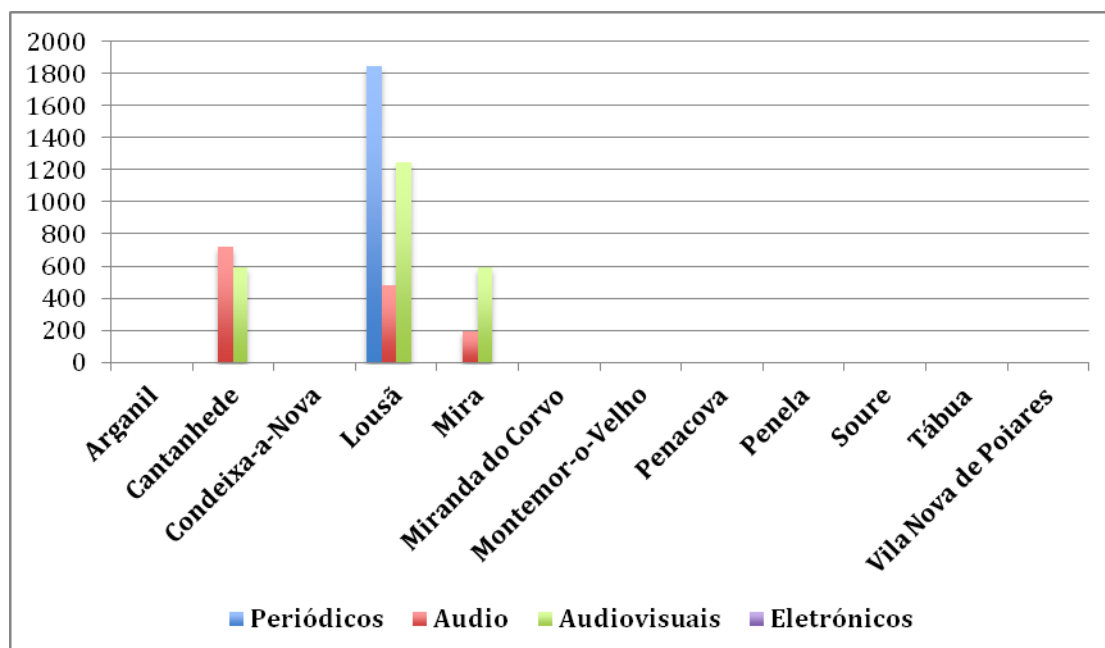
1992



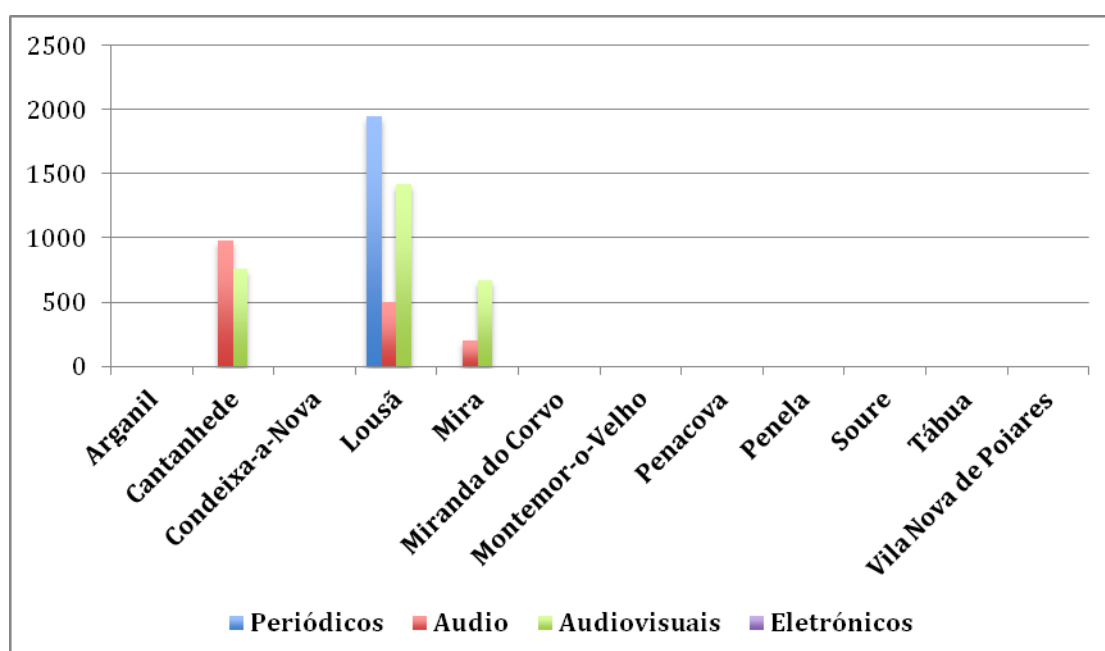
1994



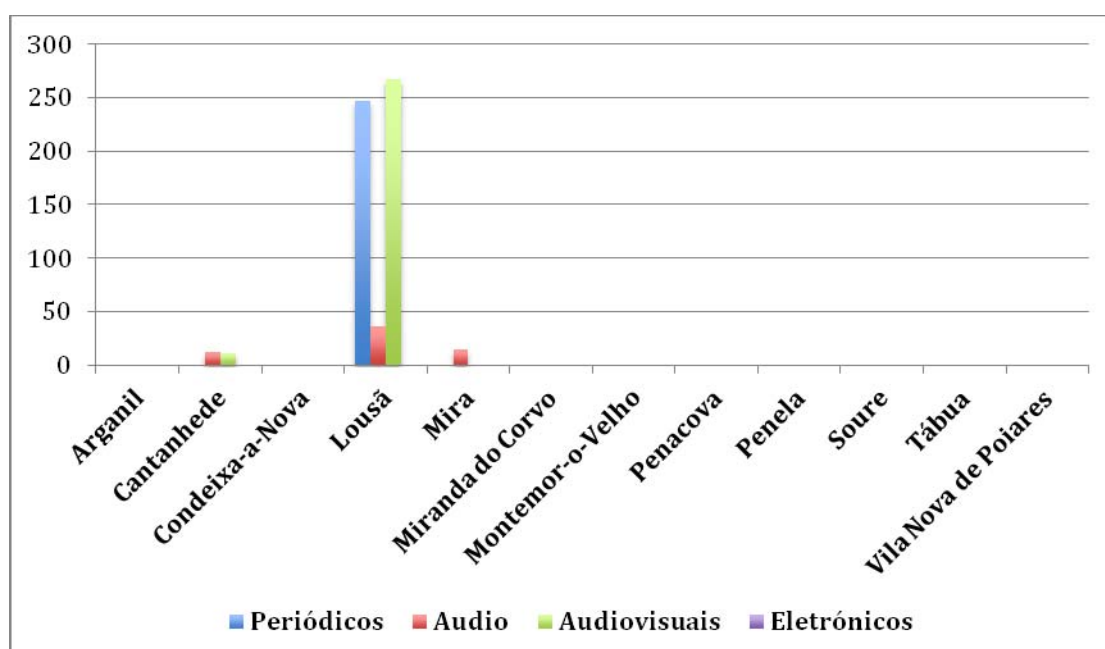
1995



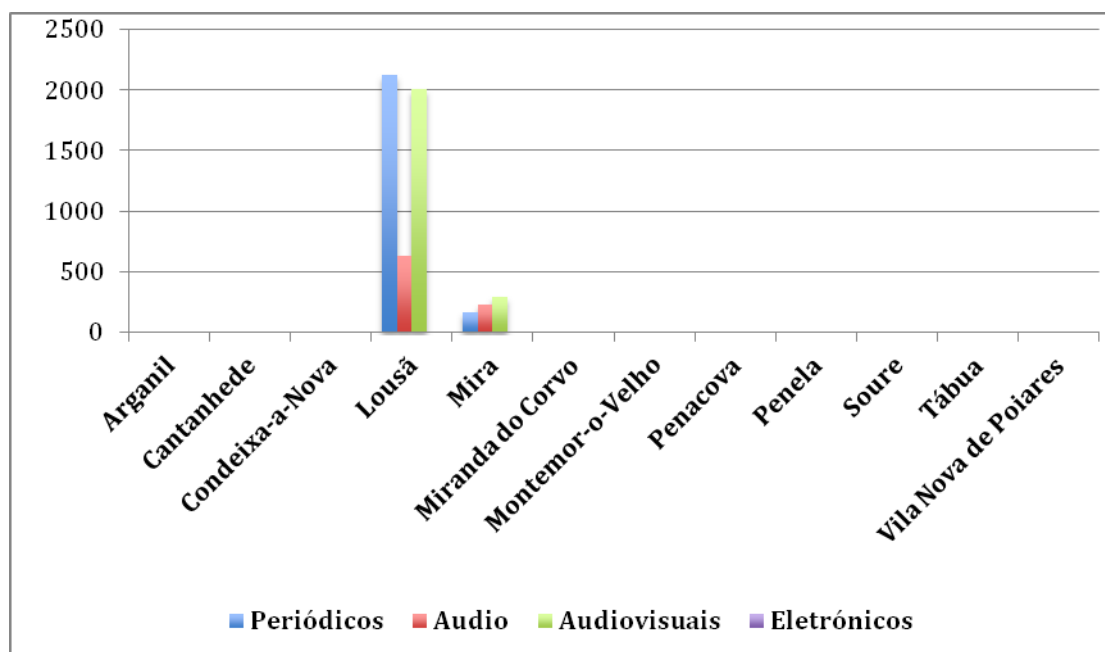
1996



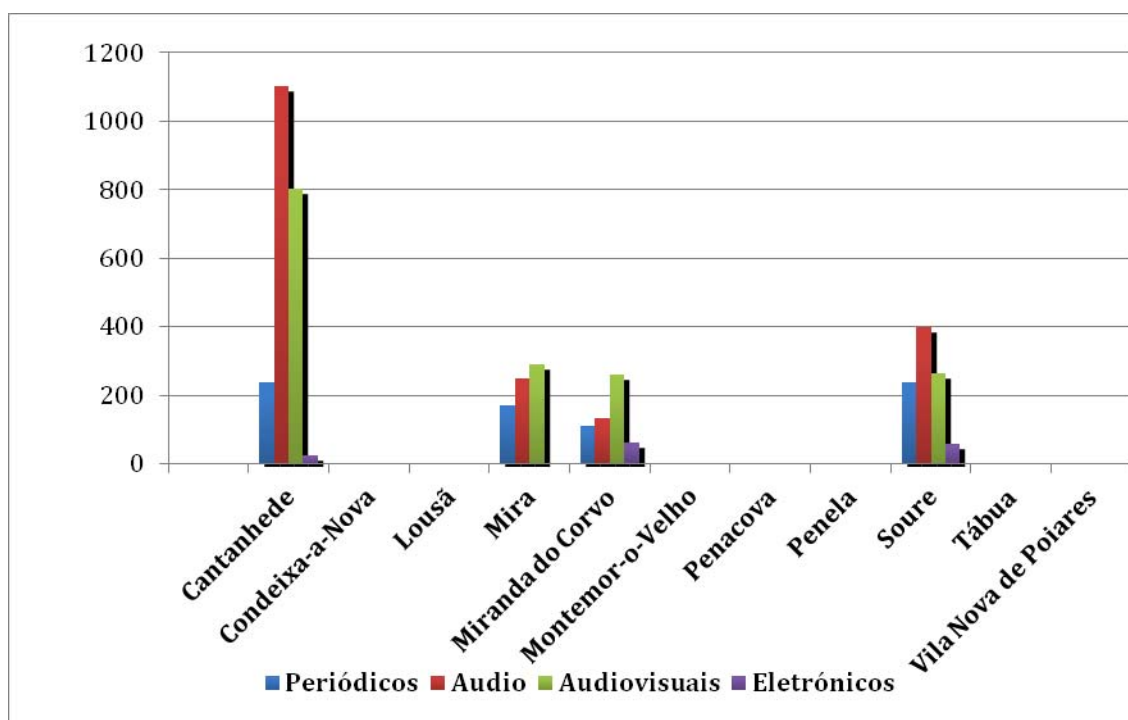
1997



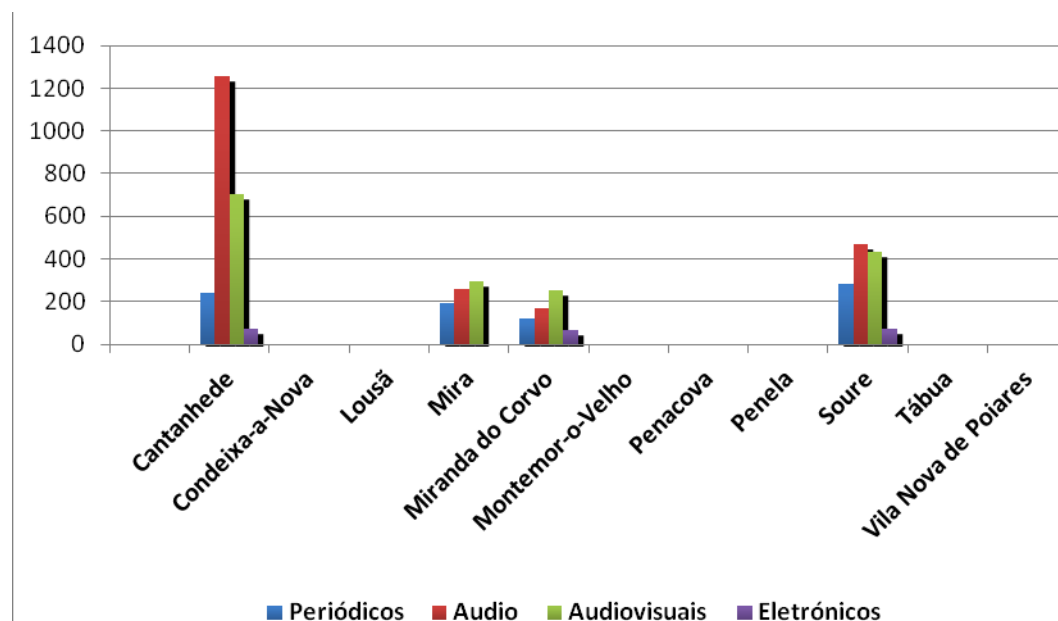
1998



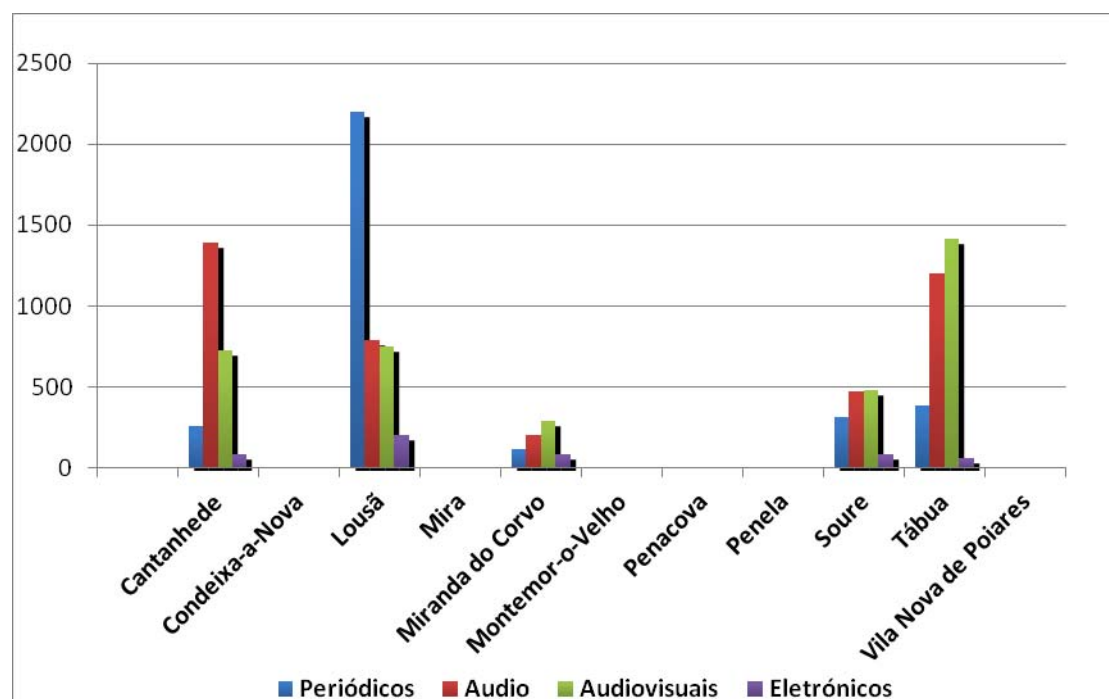
1999



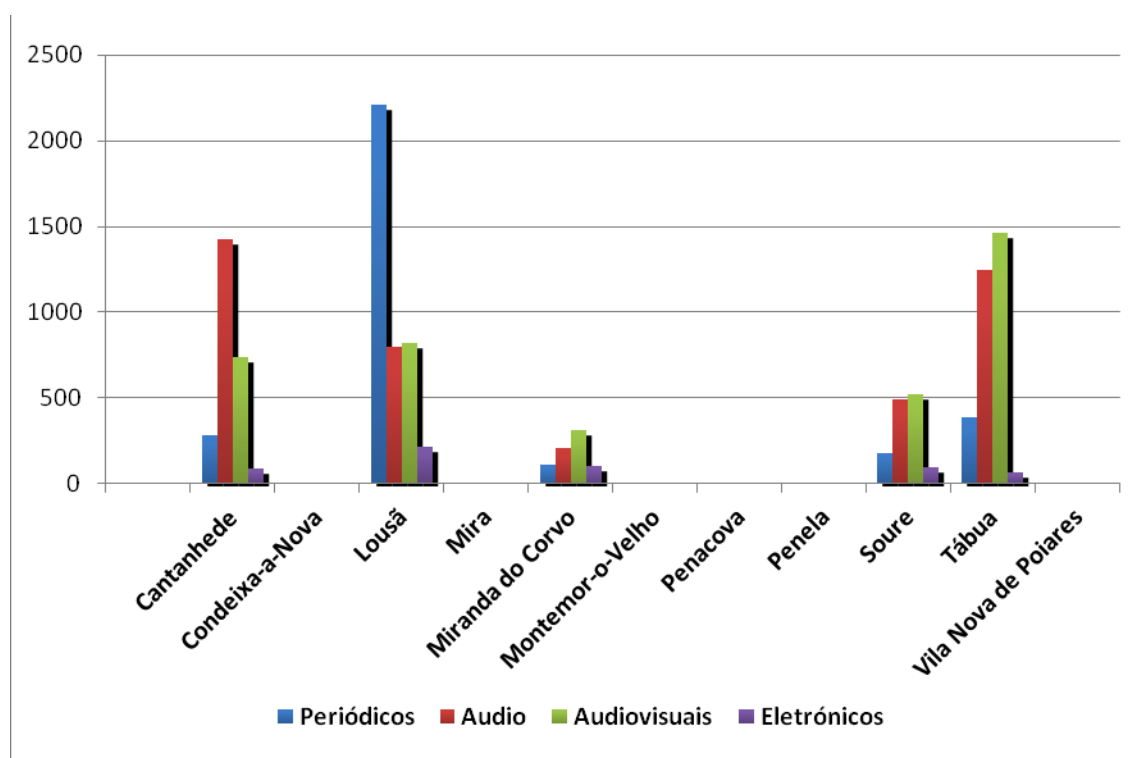
2001



2002

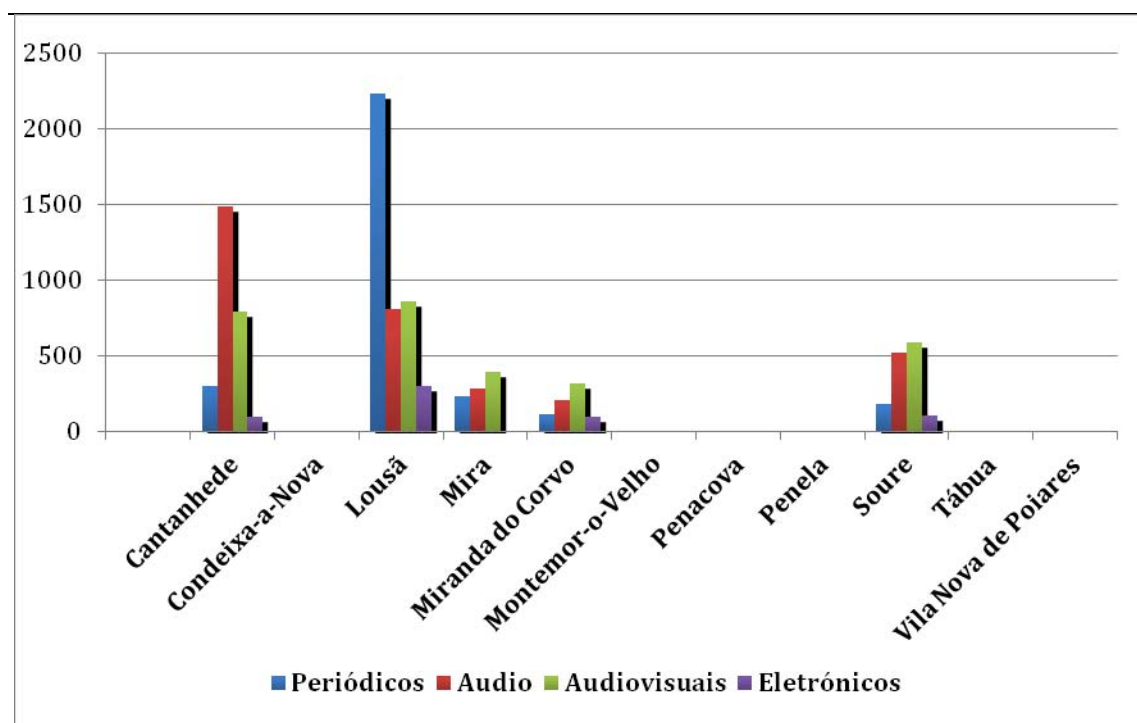


2003

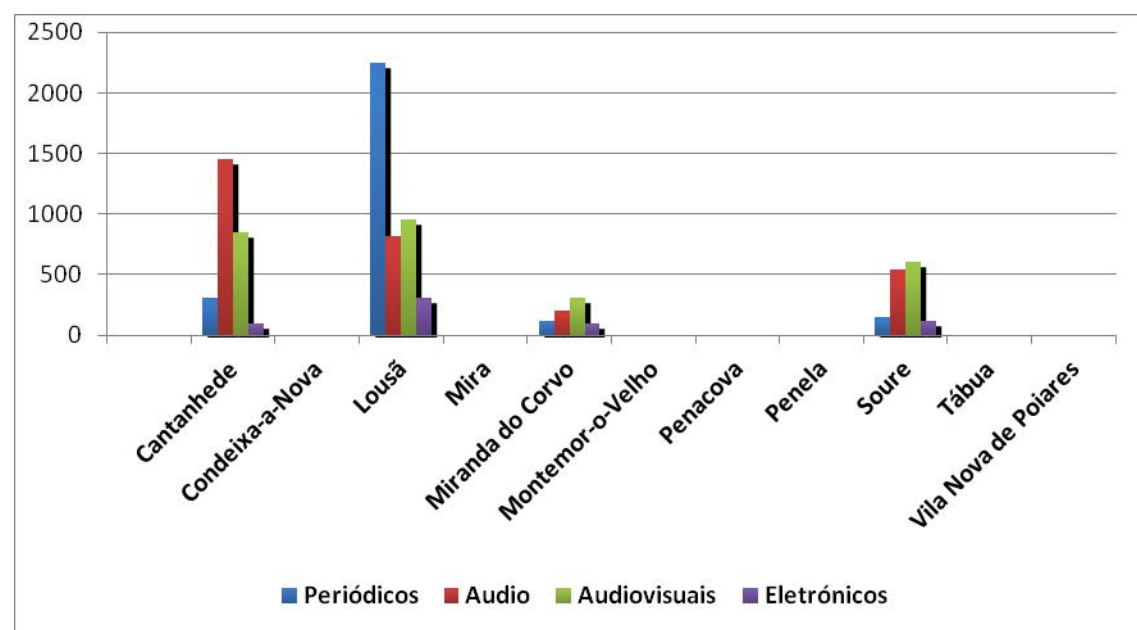


2004

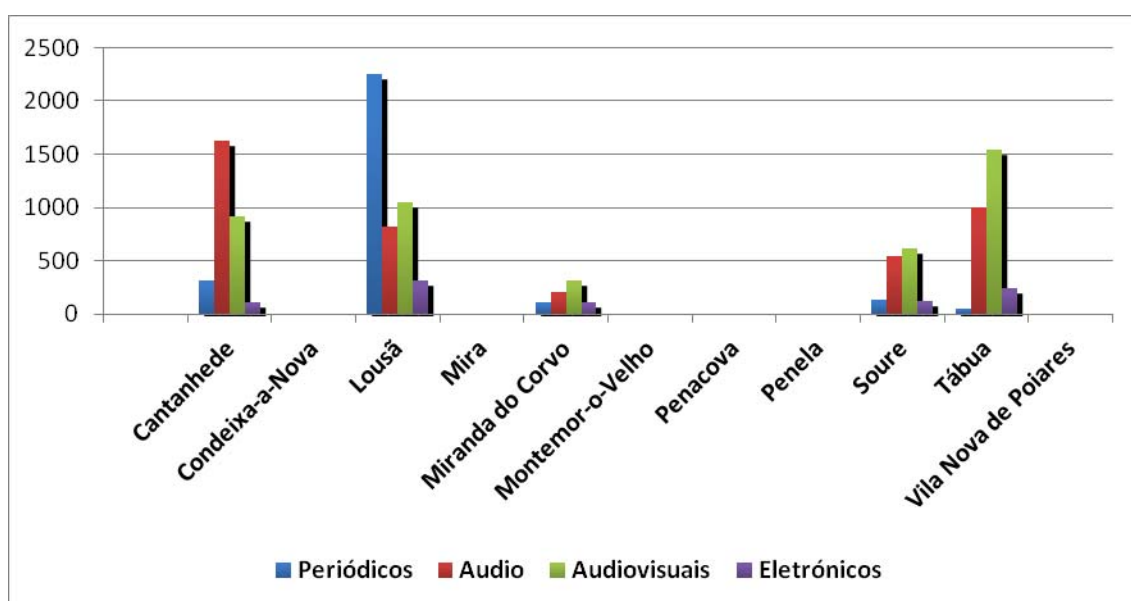
A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)



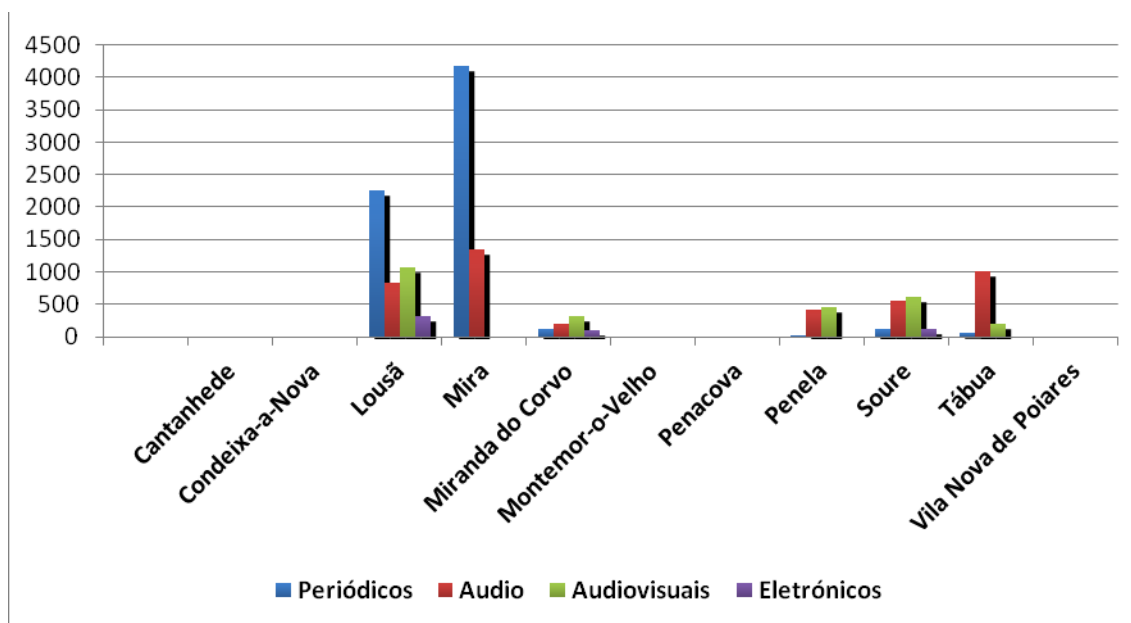
2005



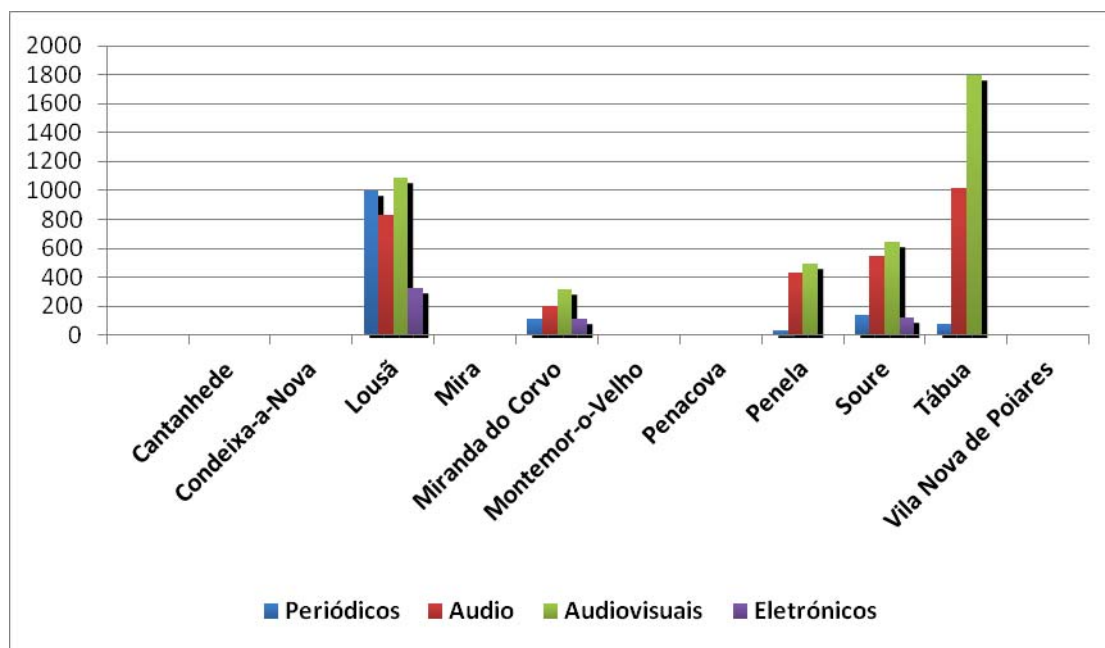
2006



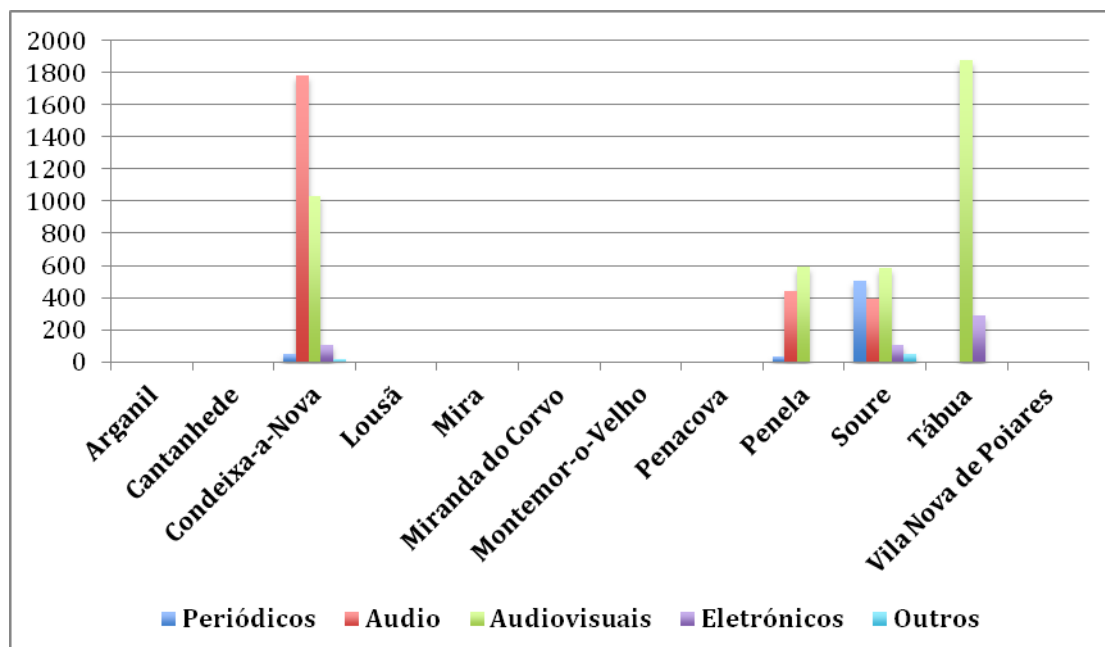
2007



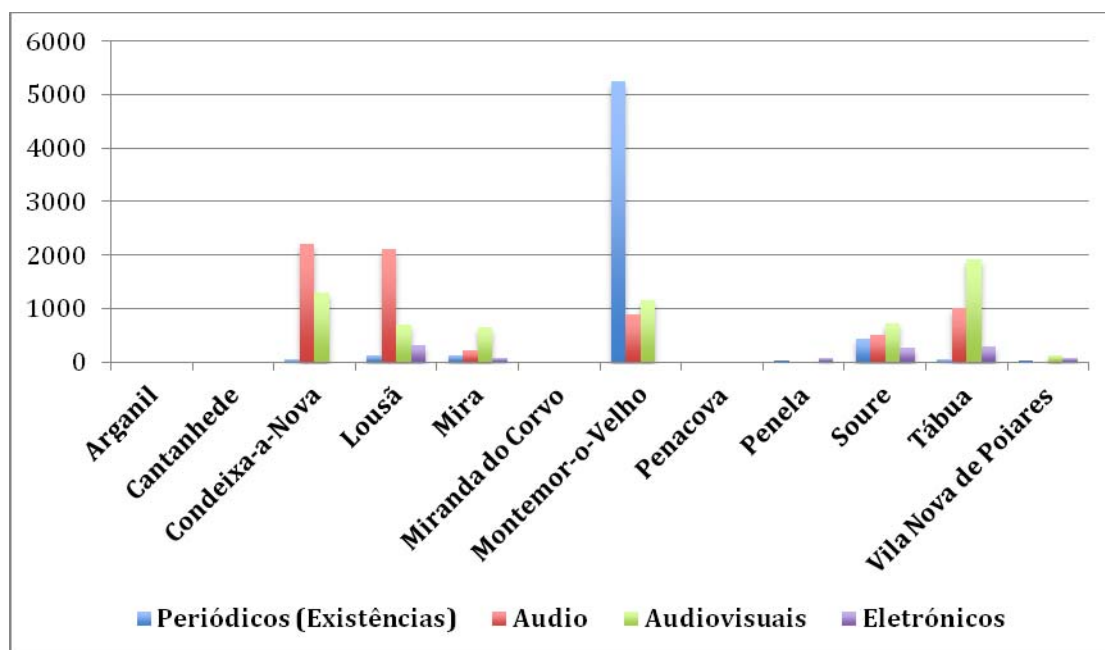
2008



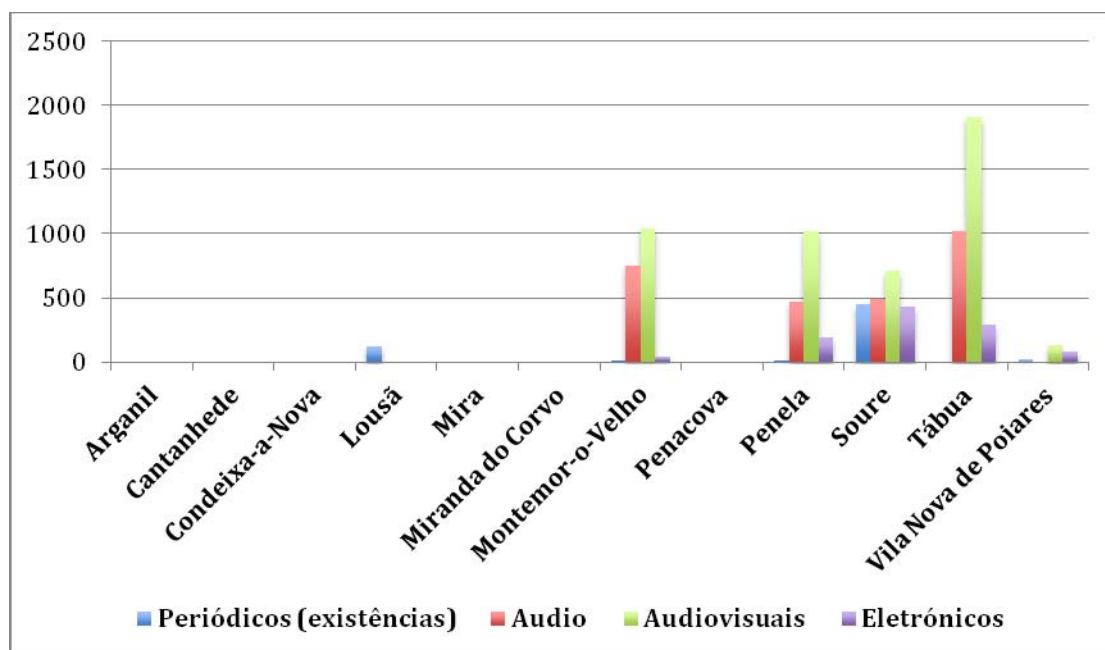
2009



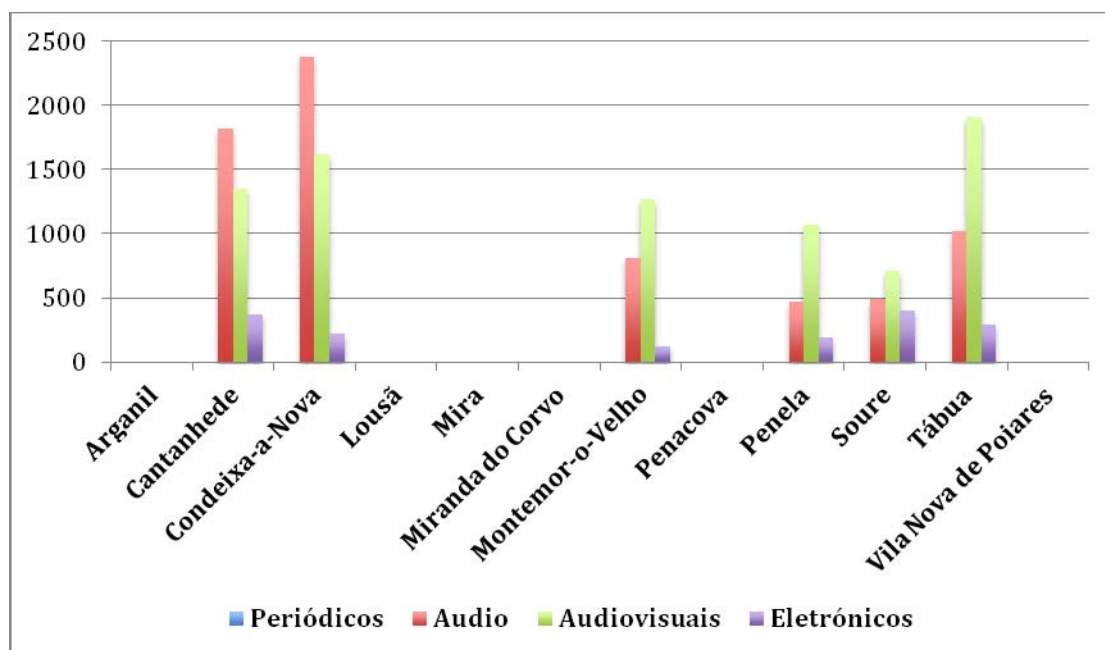
2010



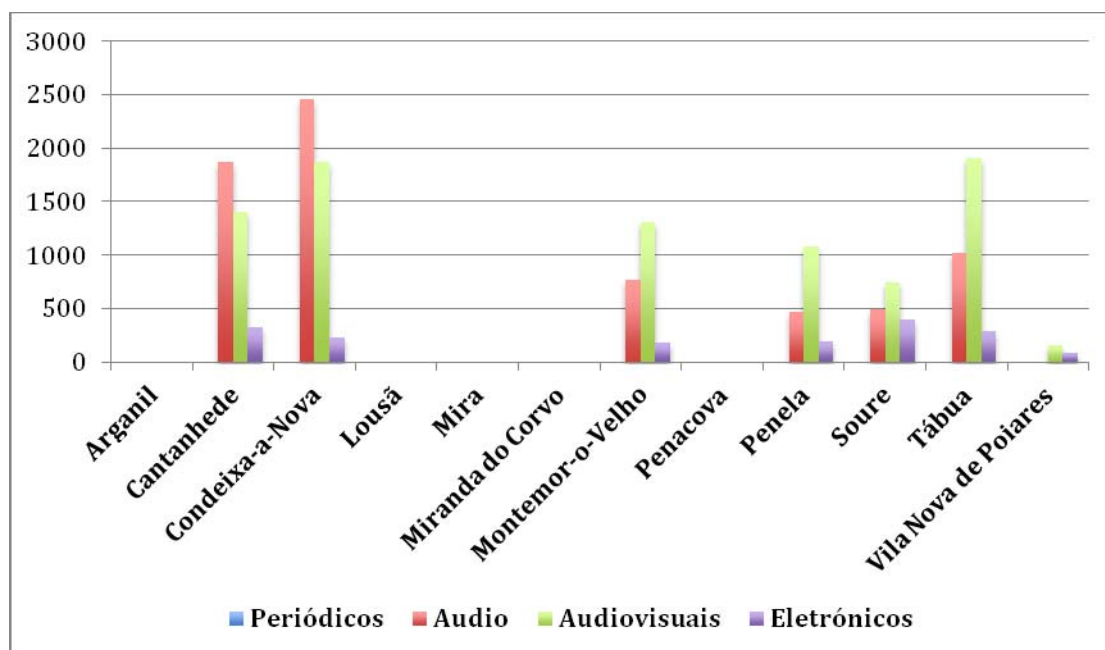
2011



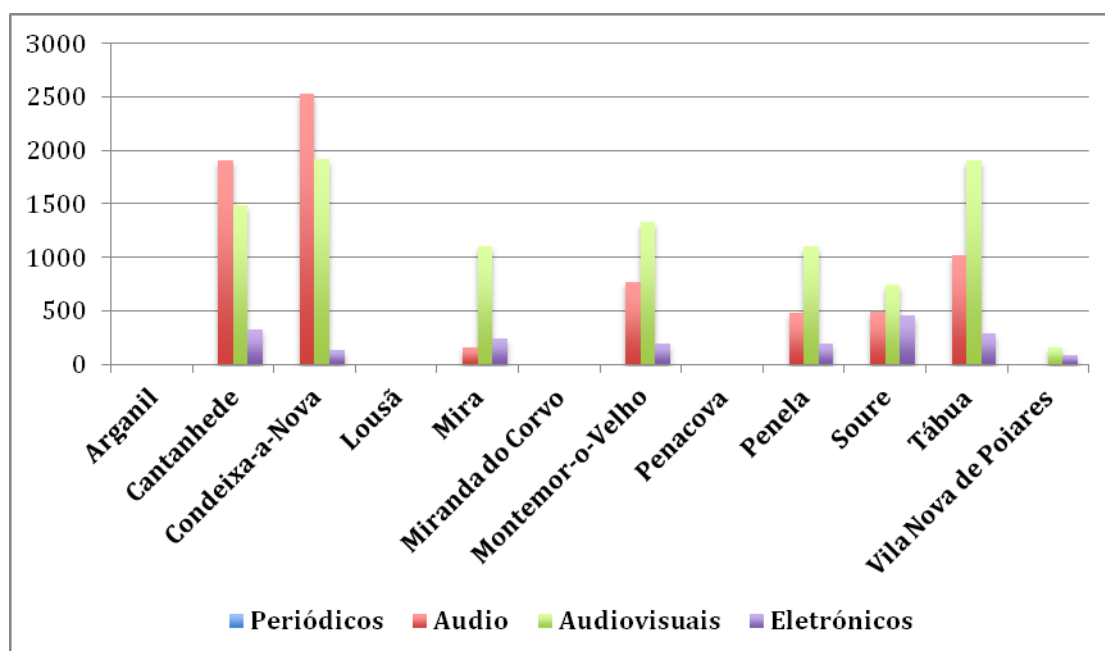
2012



2013



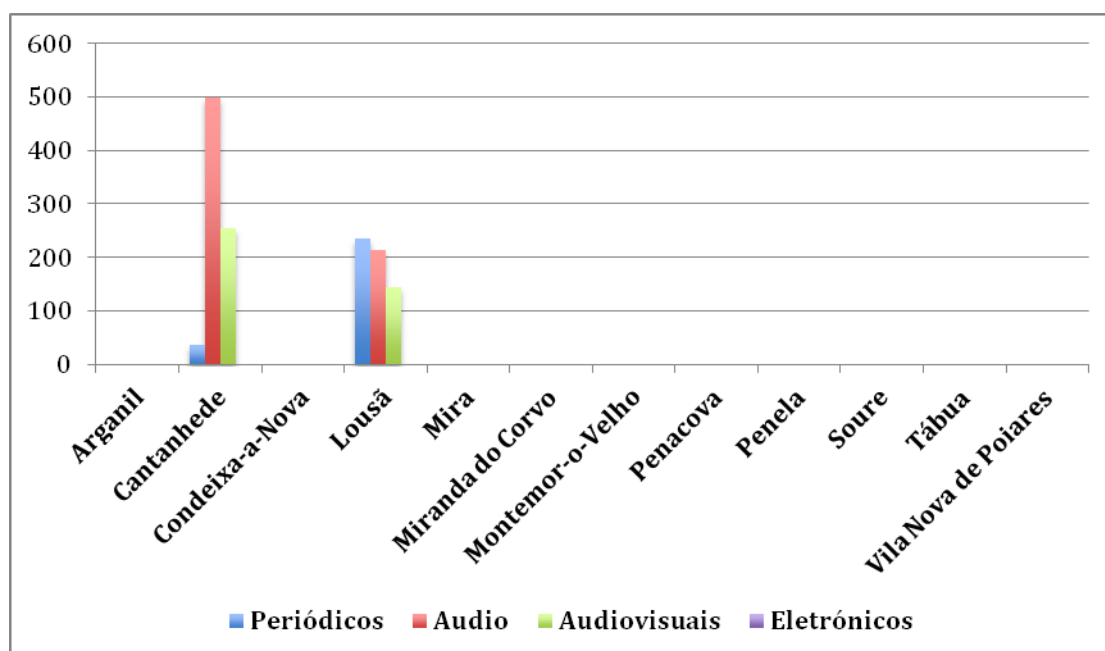
2014



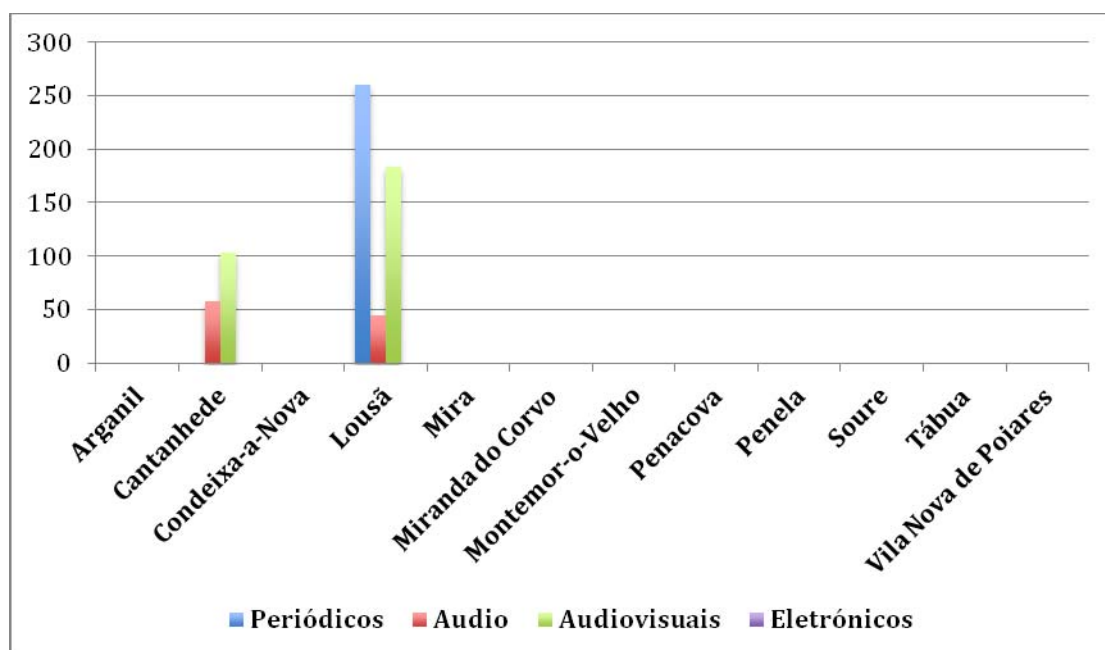
Dados referentes a:

OUTROS DOCUMENTOS - ADQUIRIDOS (VOLUMES)

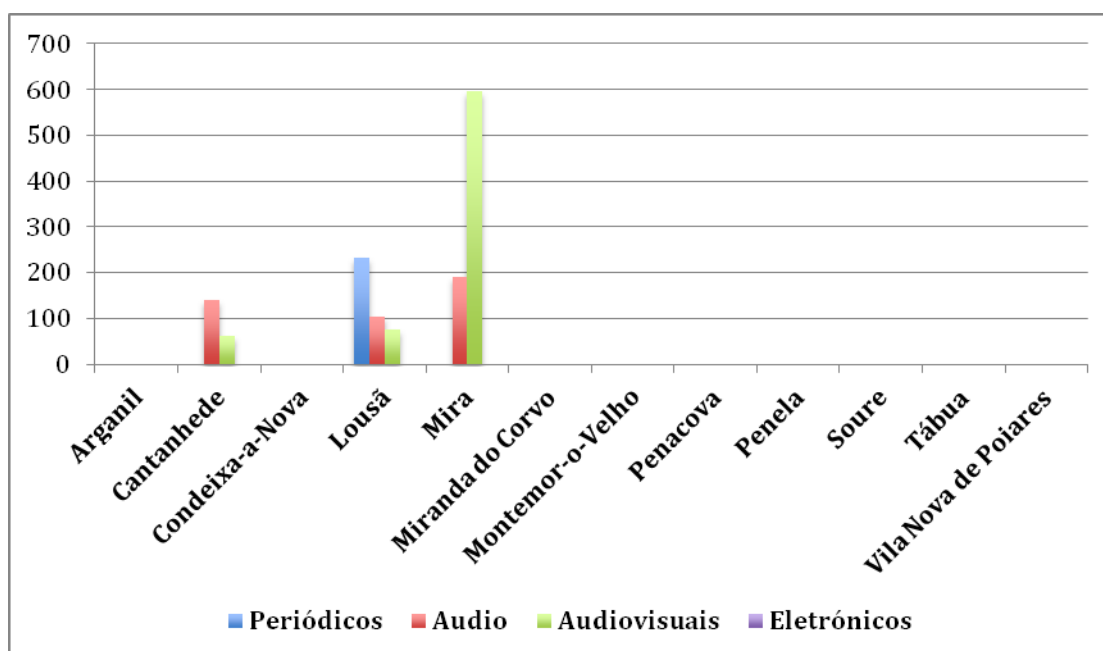
1992



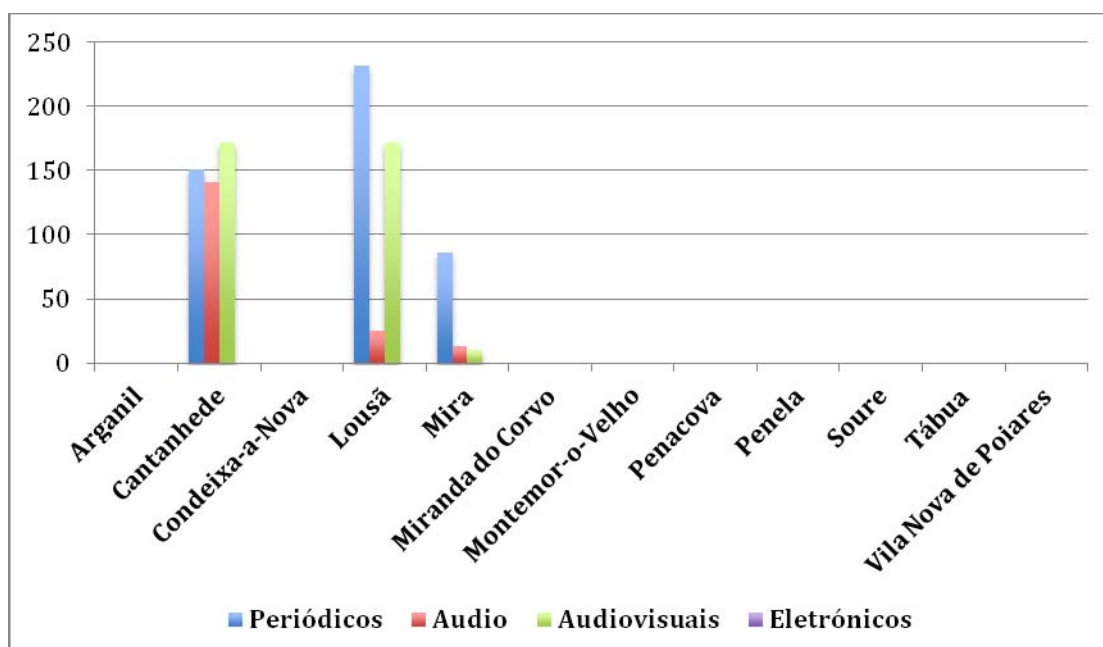
1994



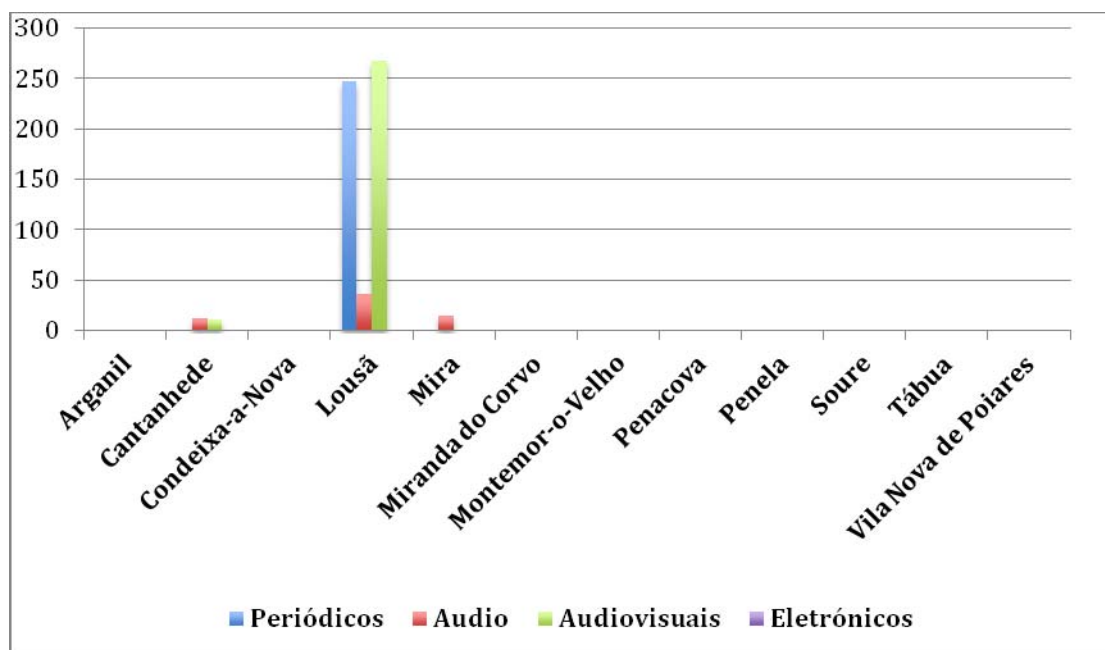
1995



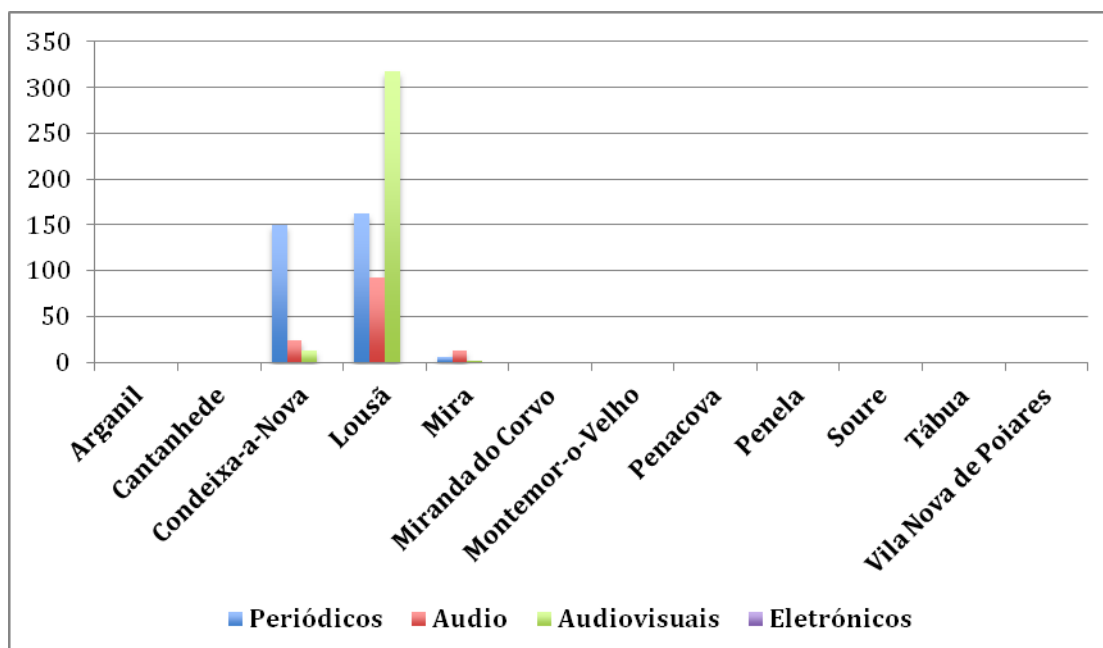
1996



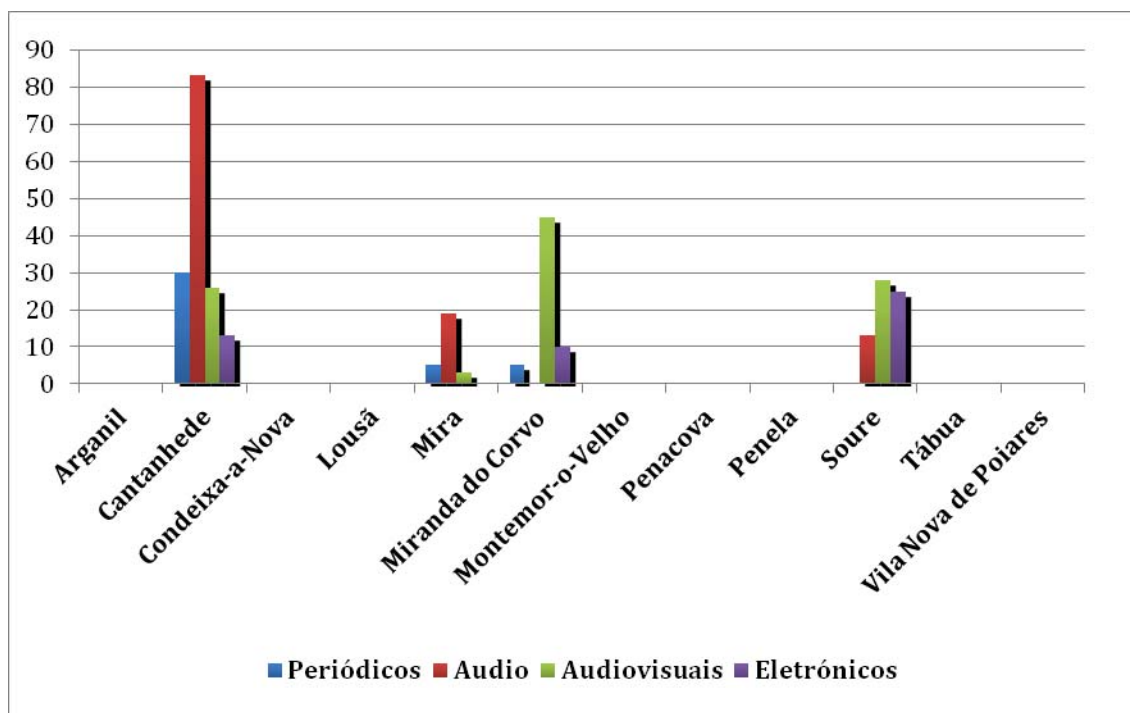
1997



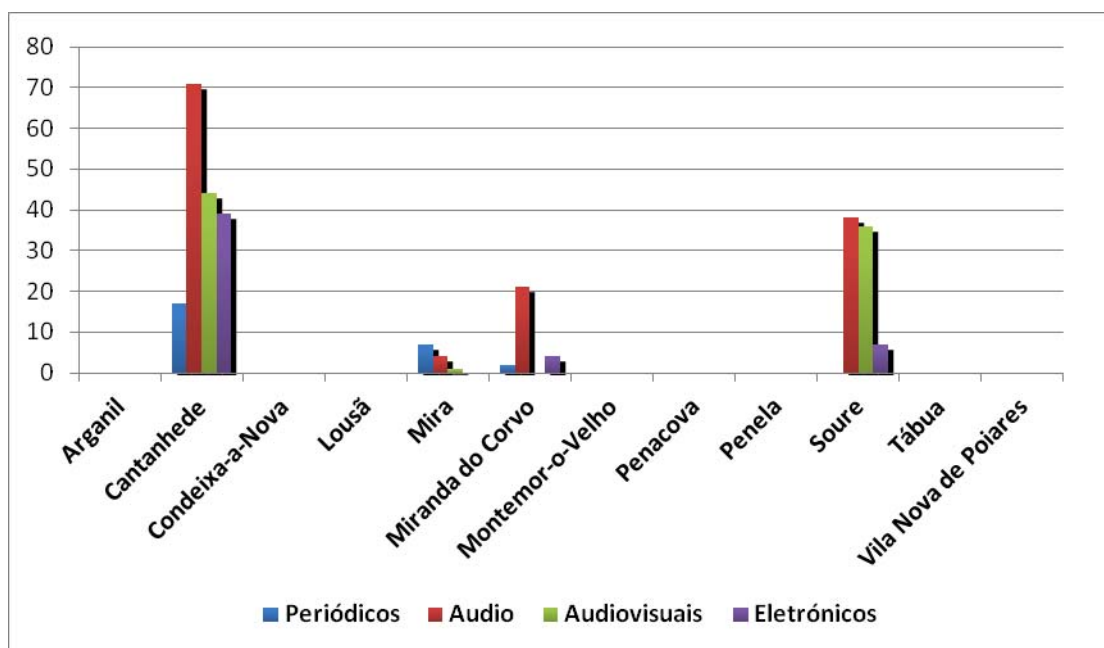
1998



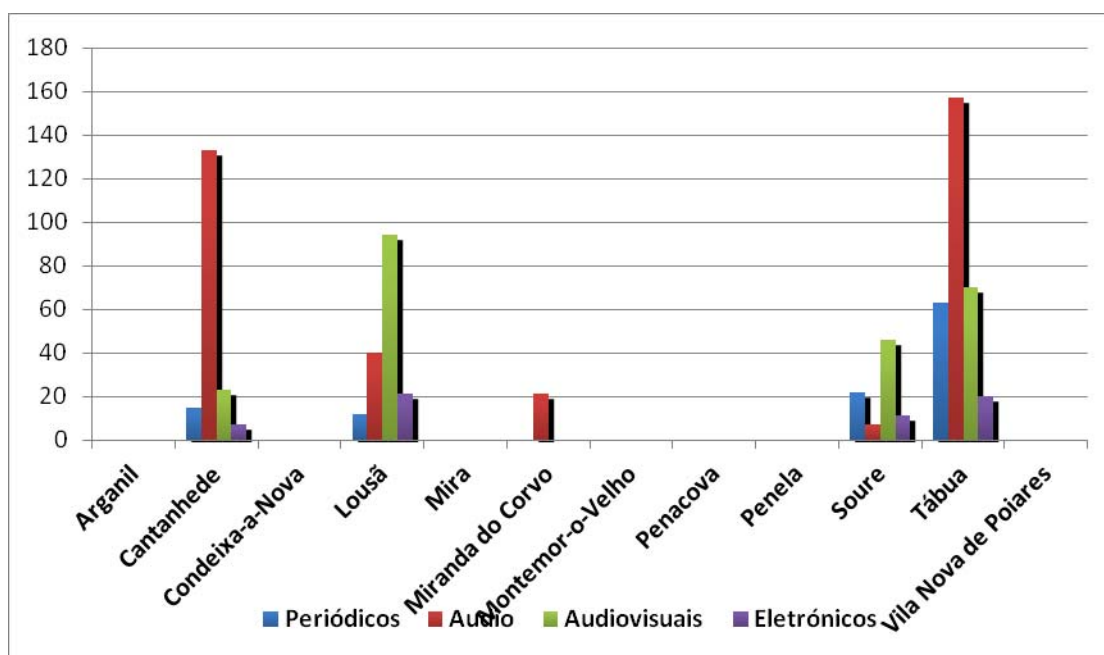
1999



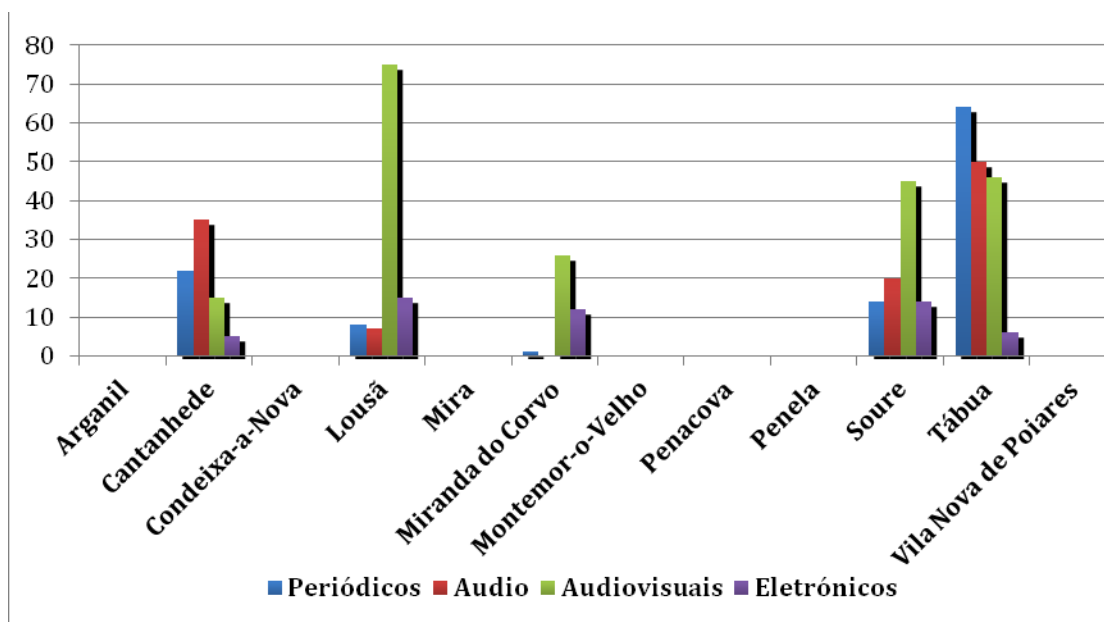
2001



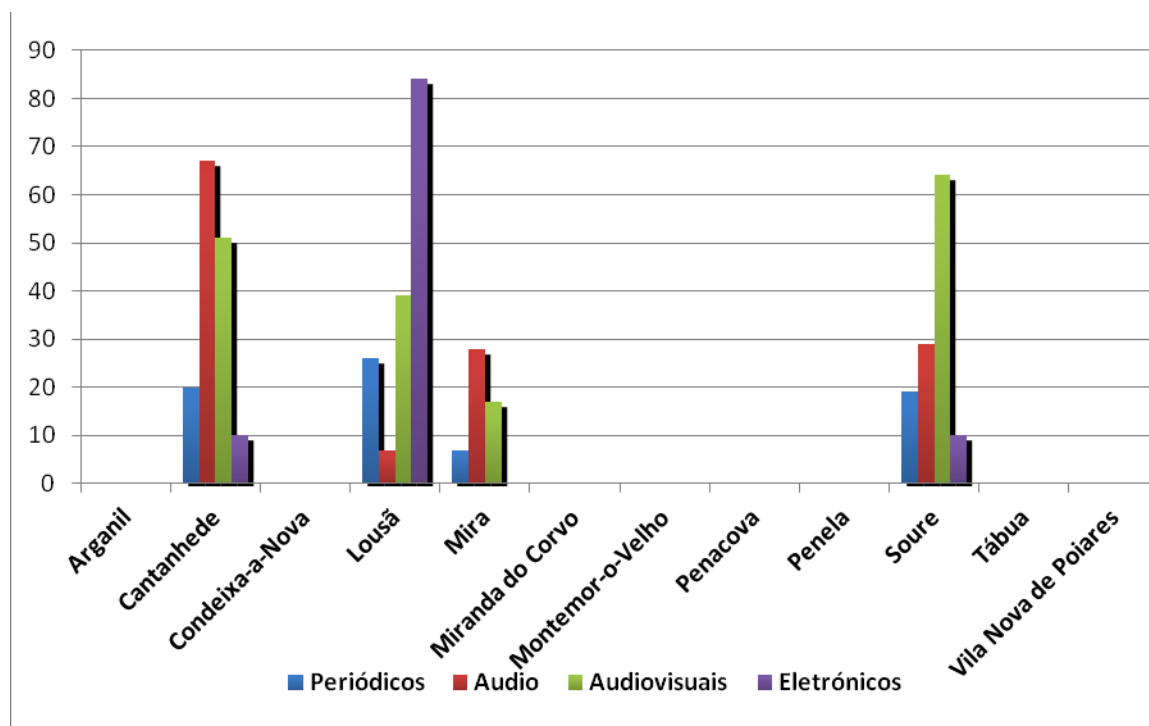
2002



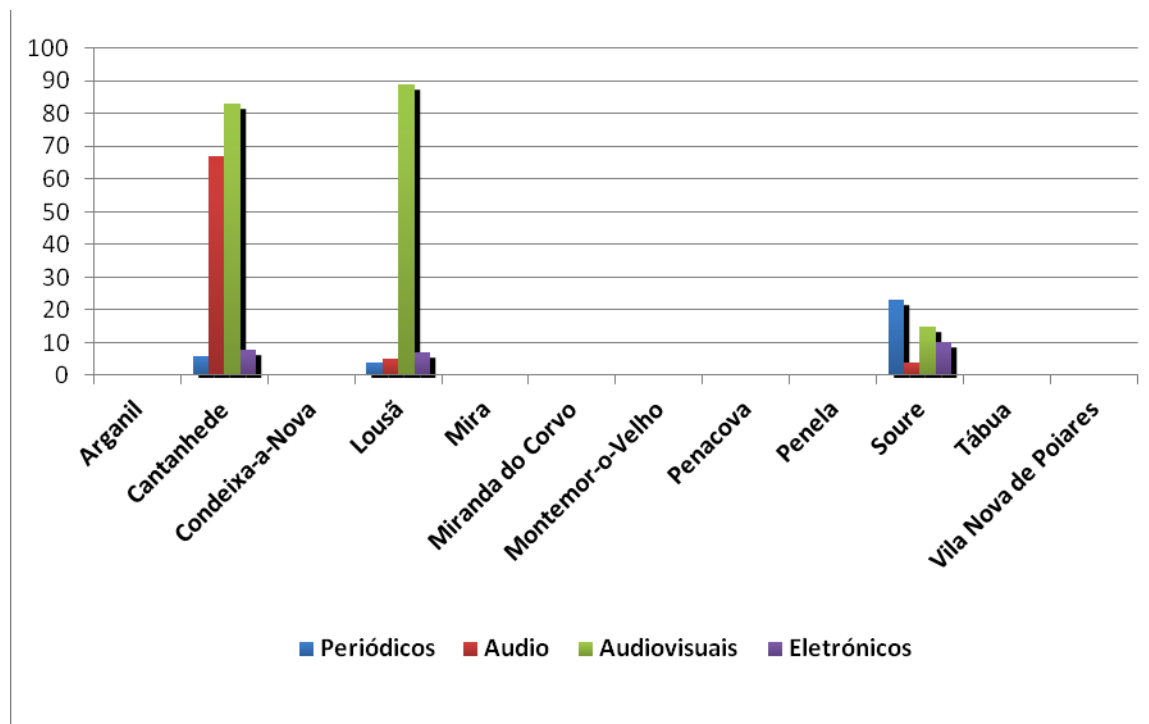
2003



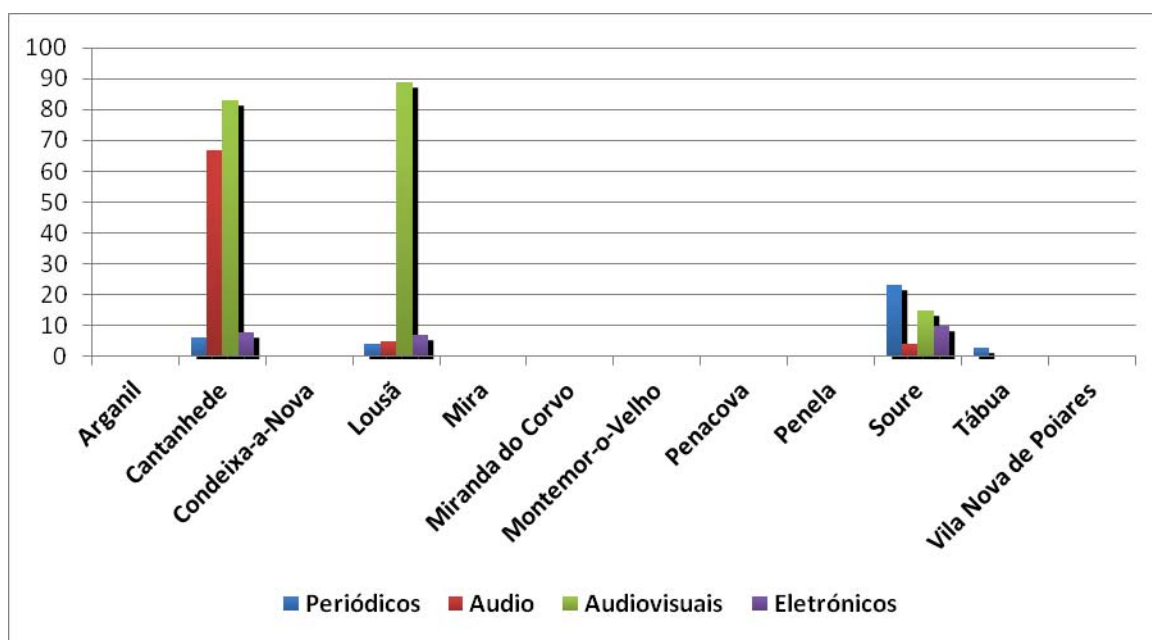
2004



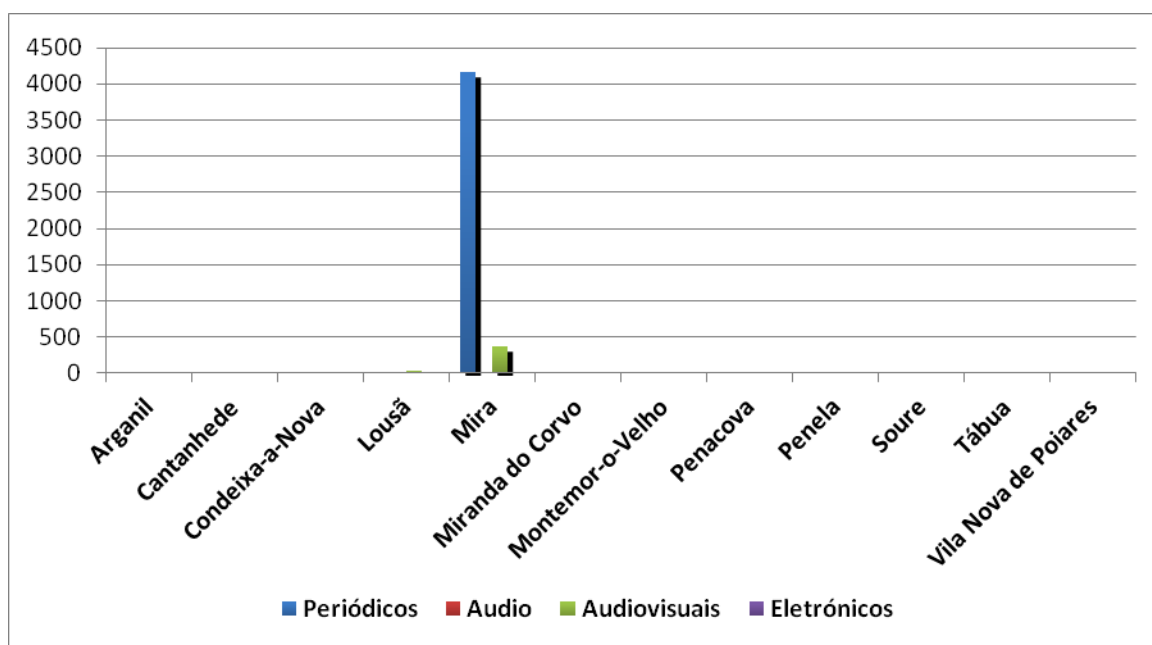
2005



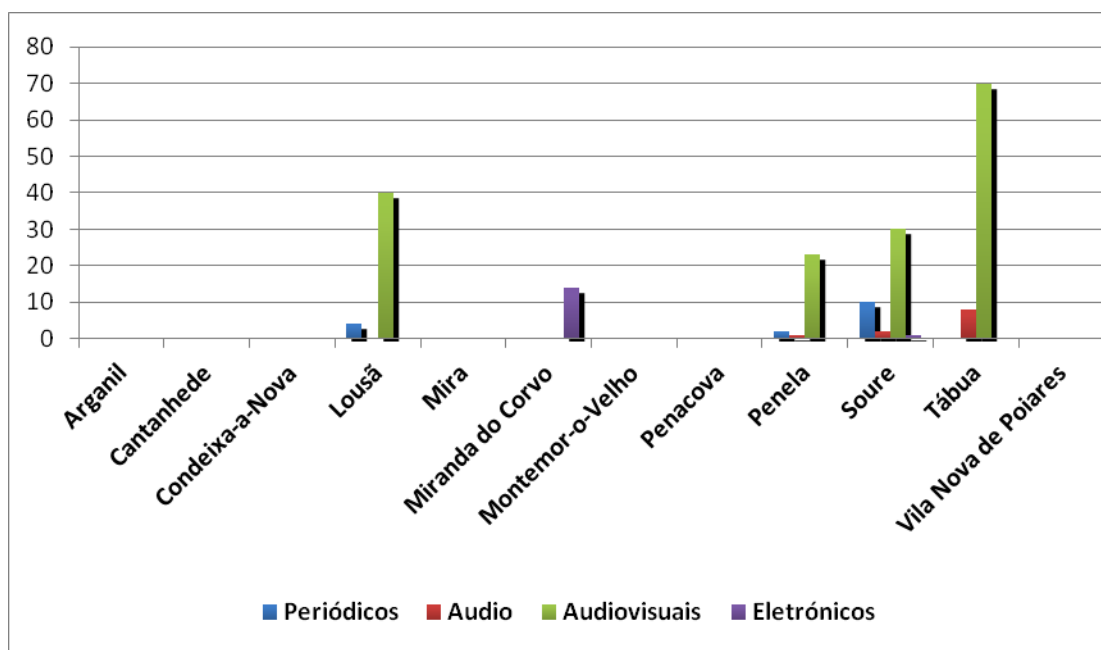
2006



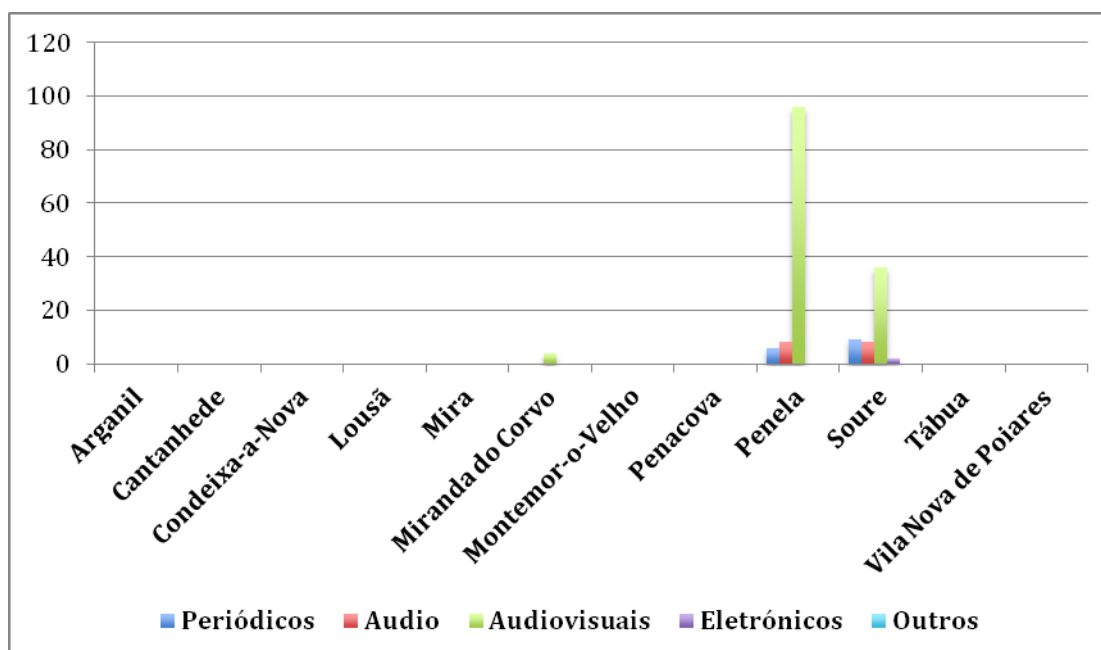
2007



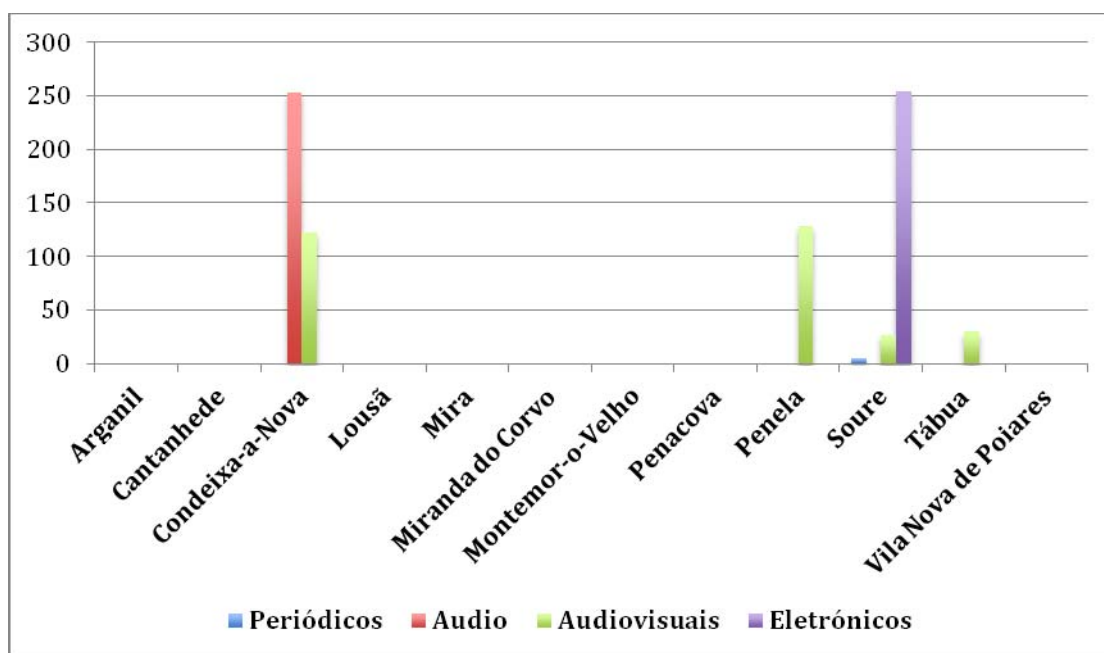
2008



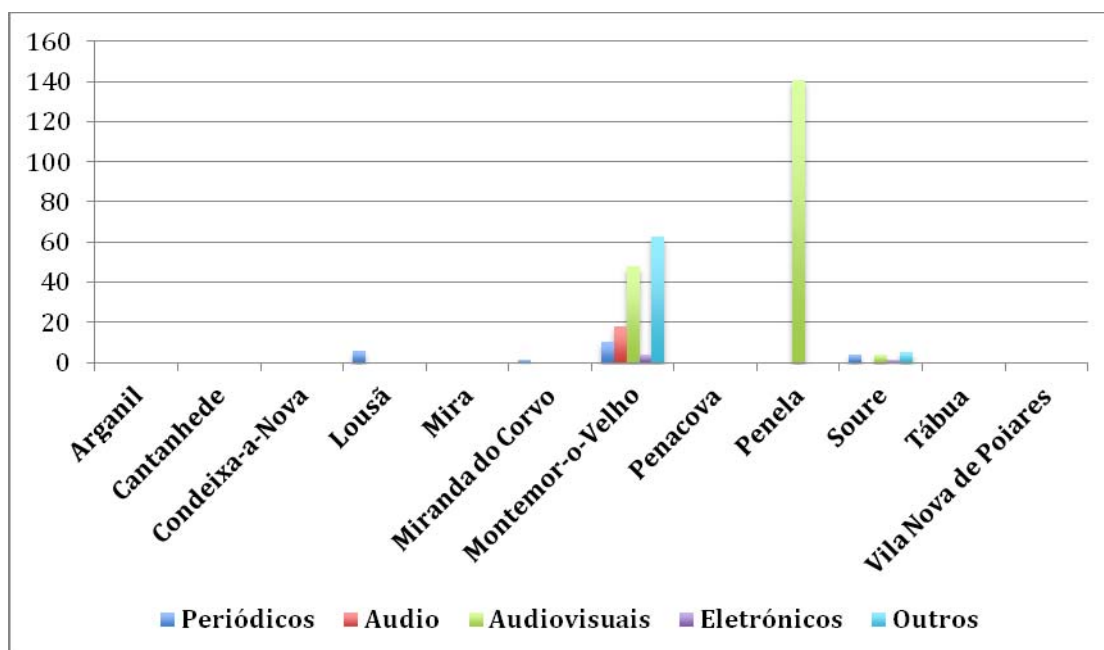
2009



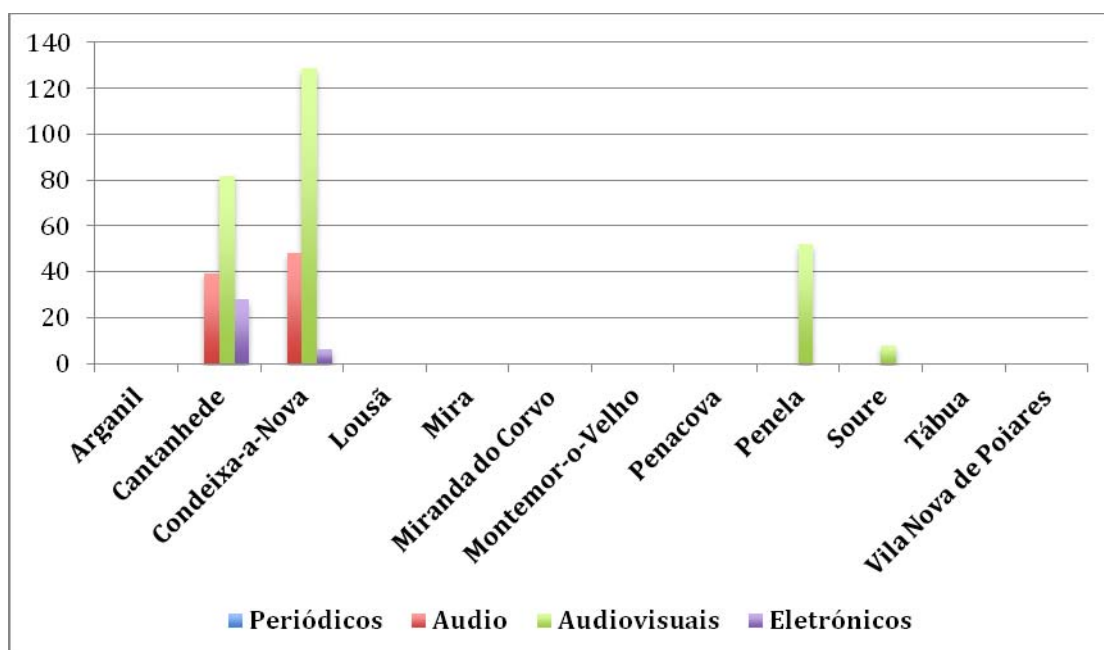
2010



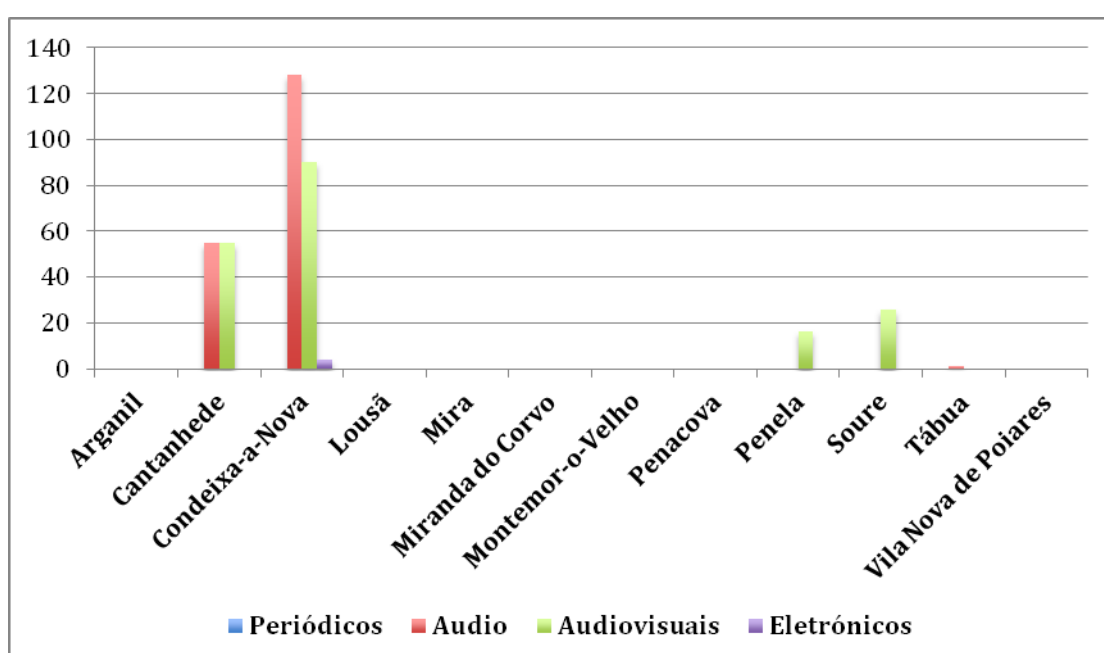
2011



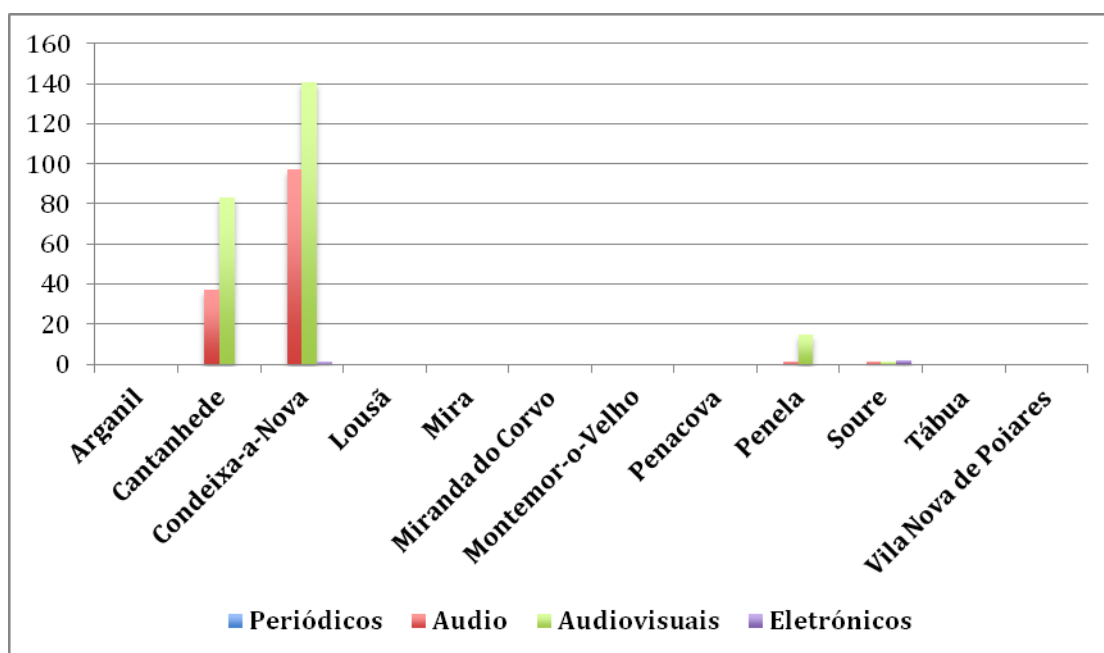
2012



2013



2014

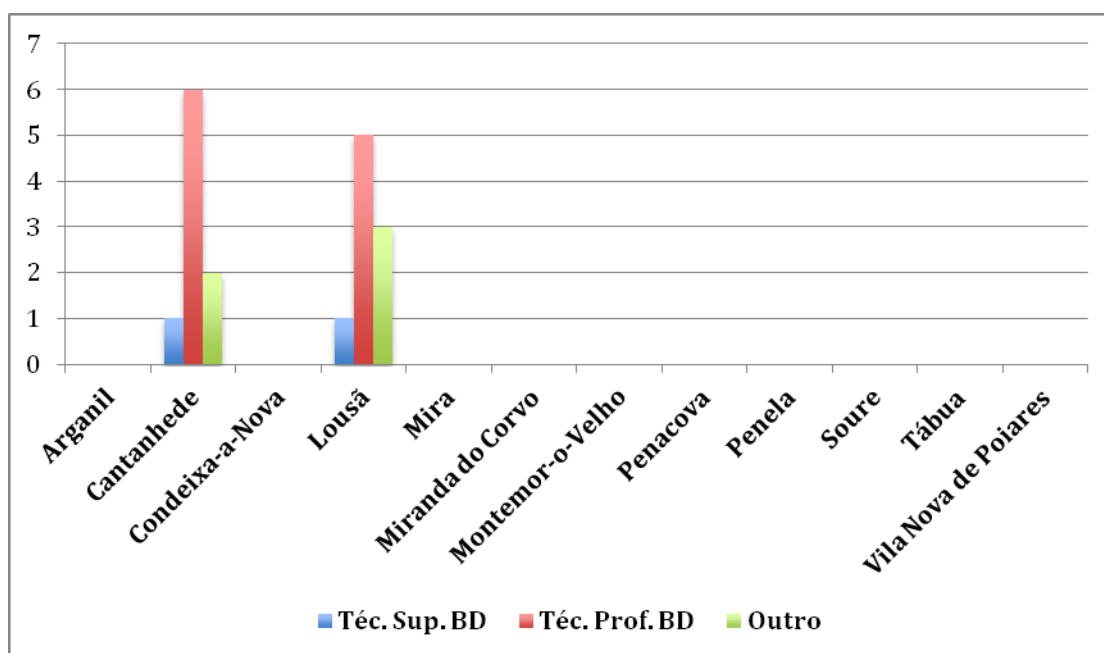


Dados referentes a:

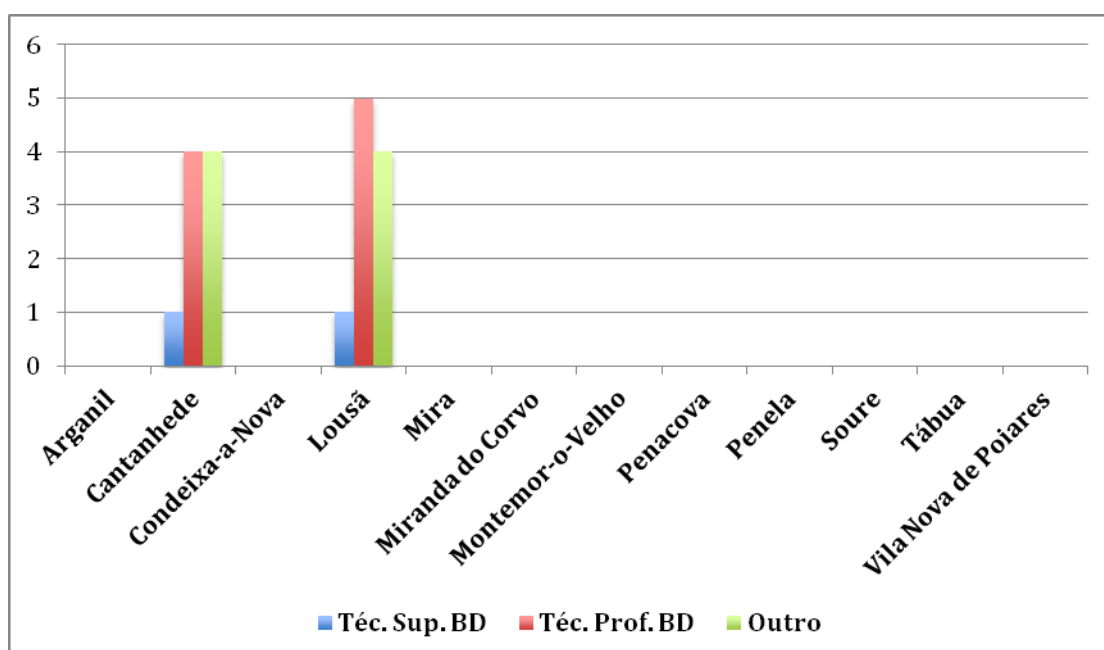
RECURSOS HUMANOS

PESSOAL

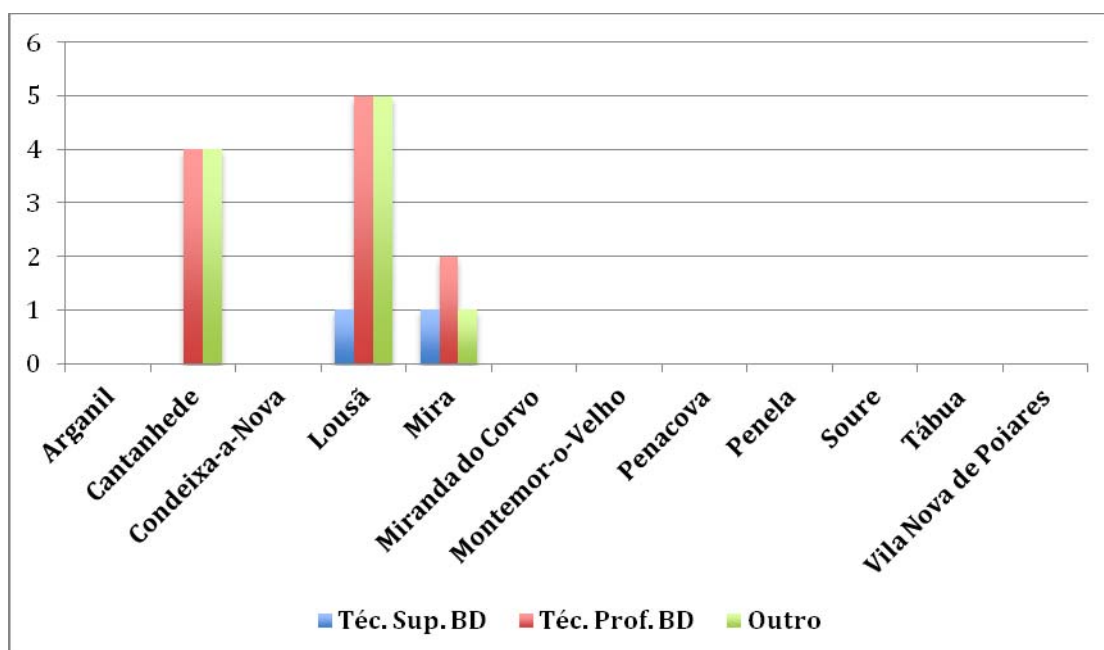
1992



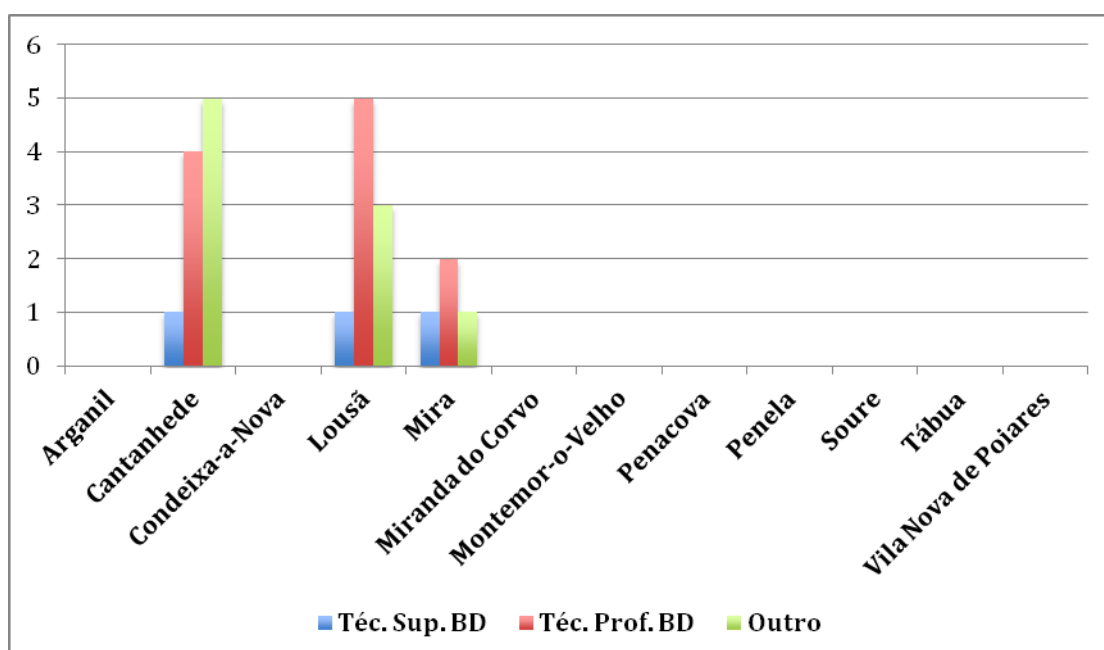
1994



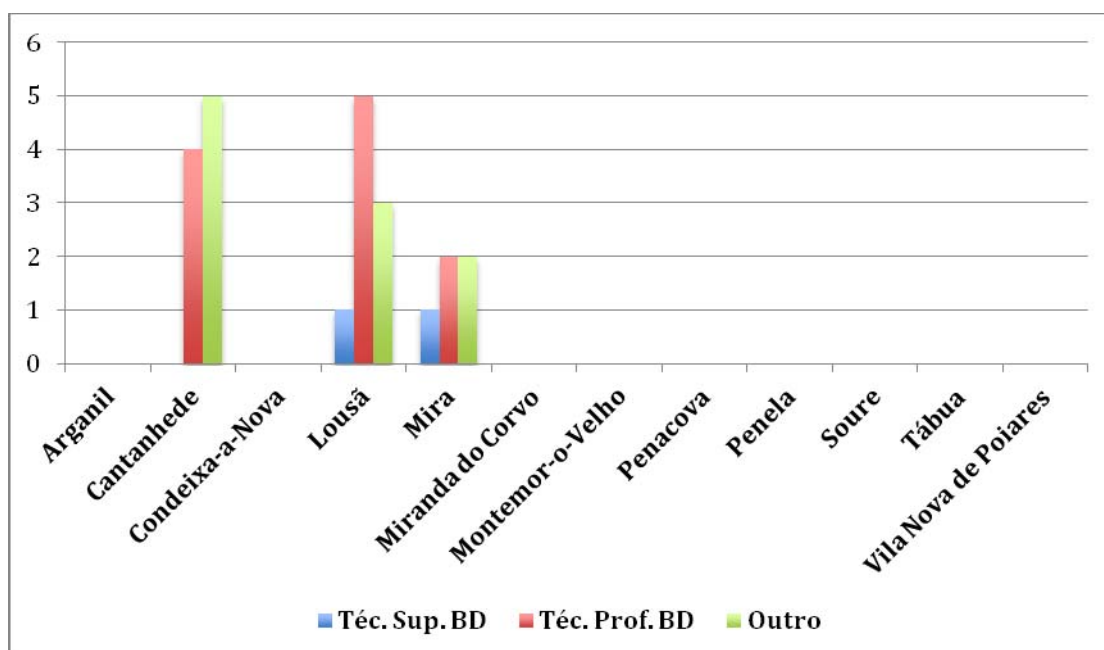
1995



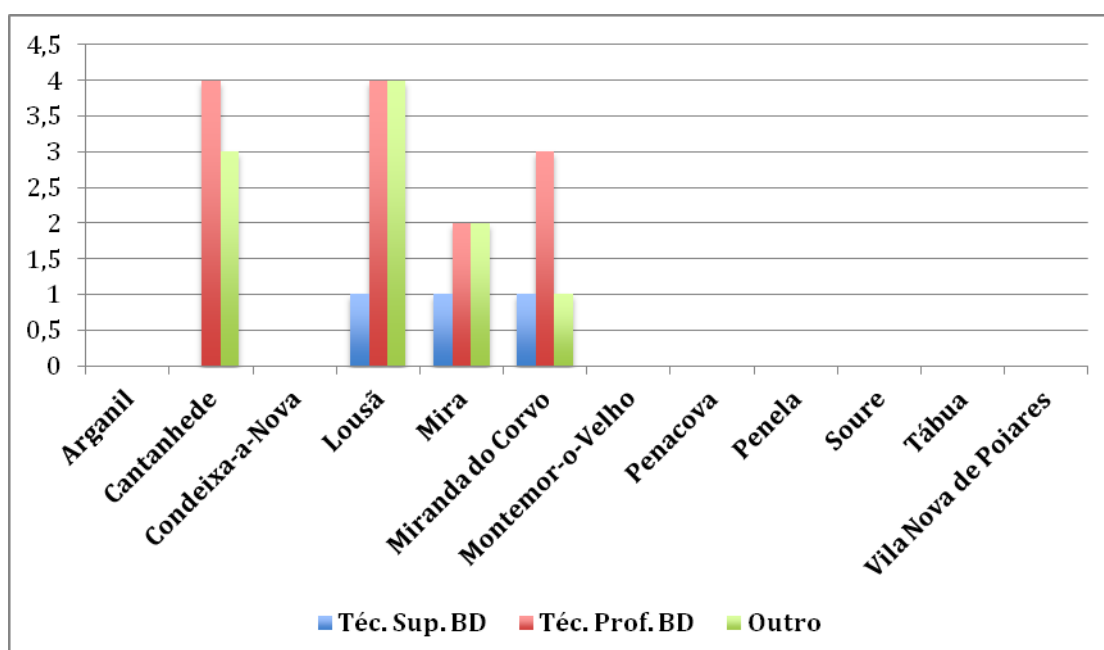
1996



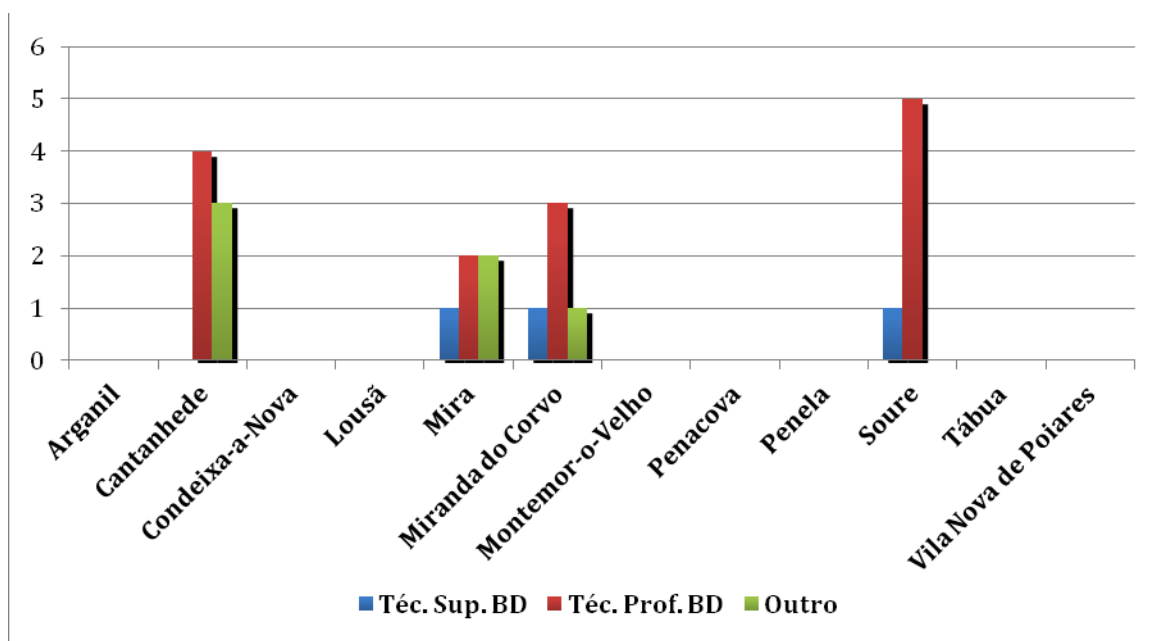
1997



1998

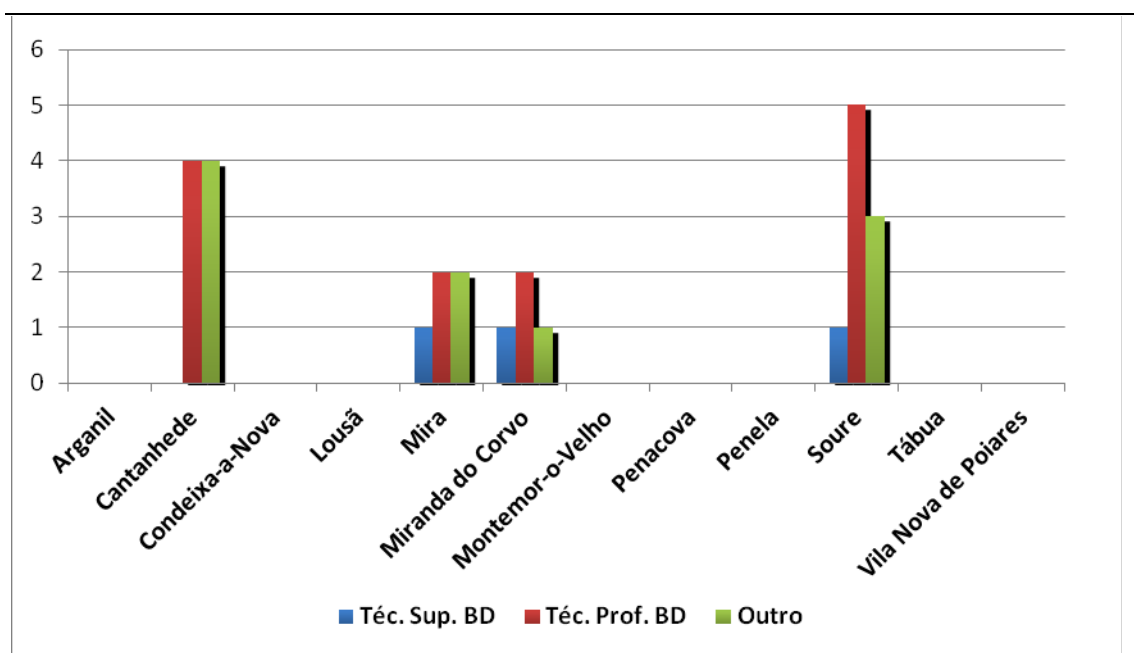


1999

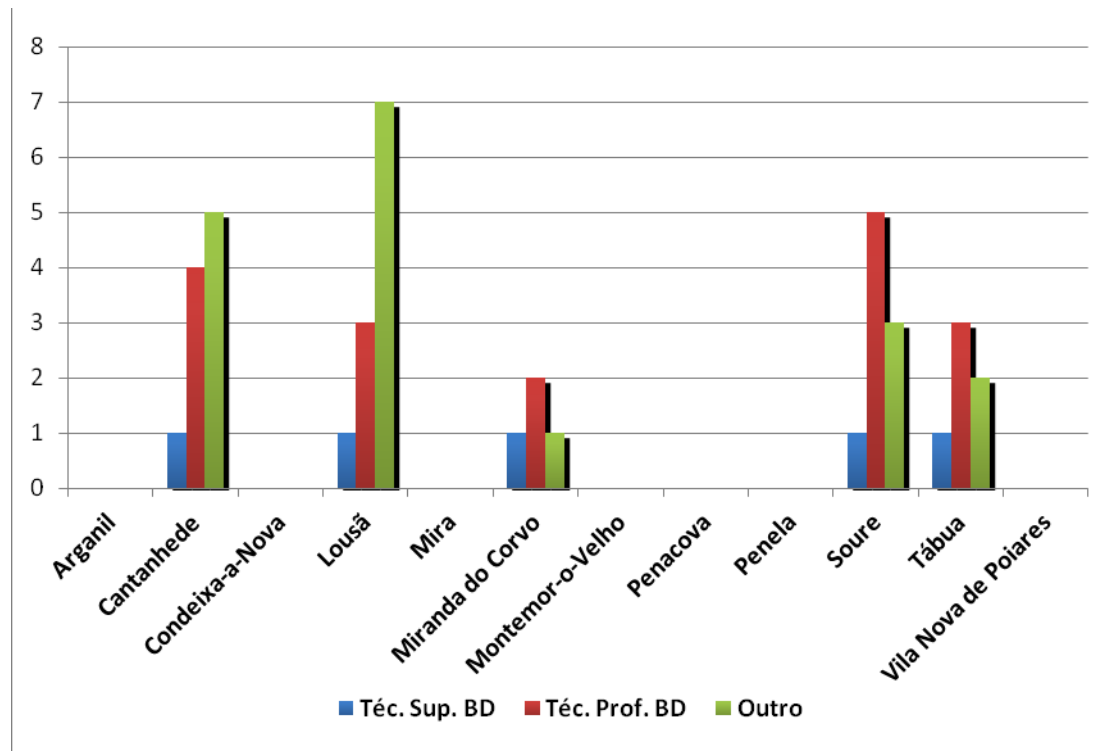


2001

A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)

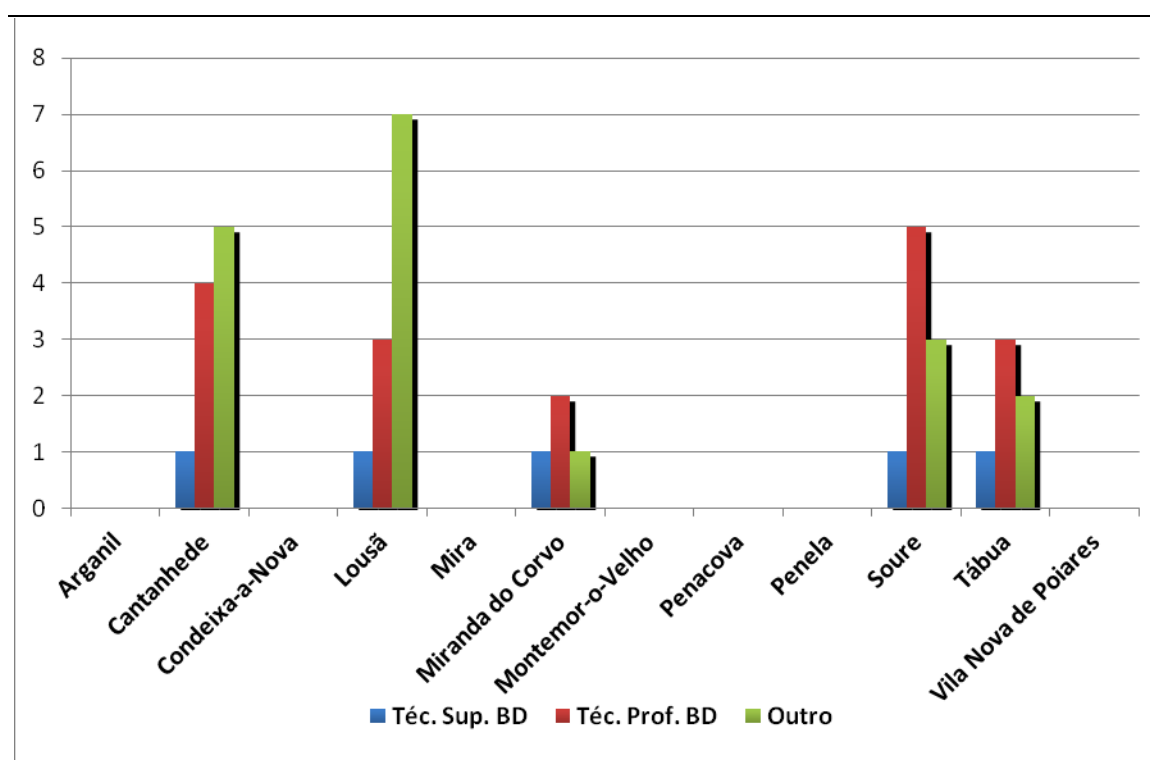


2002

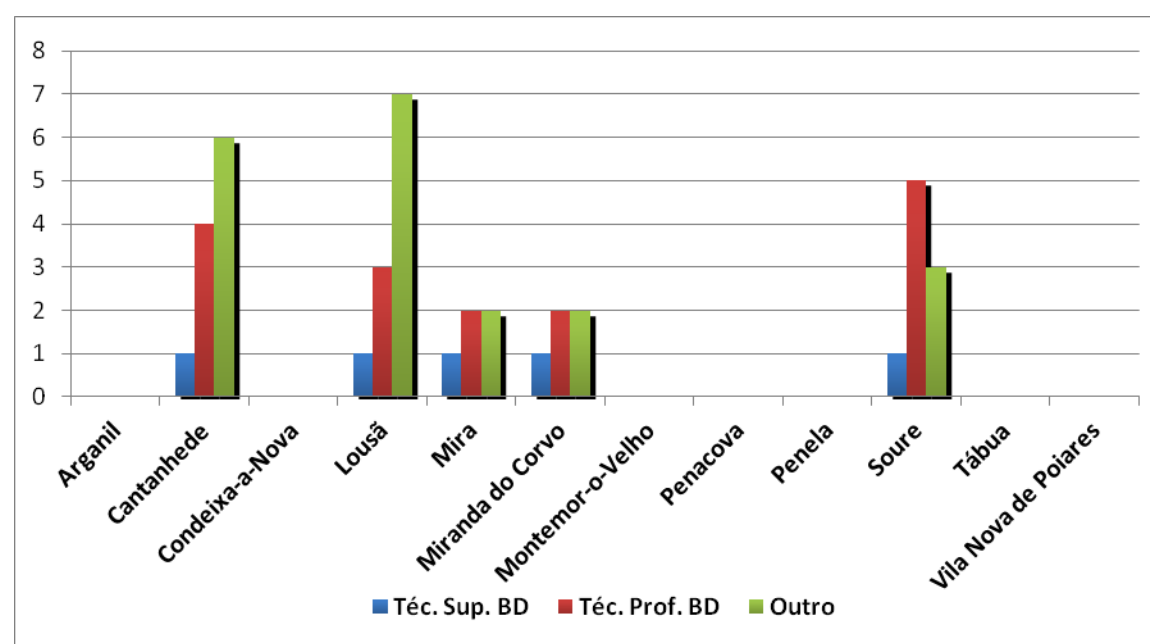


2003

A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)

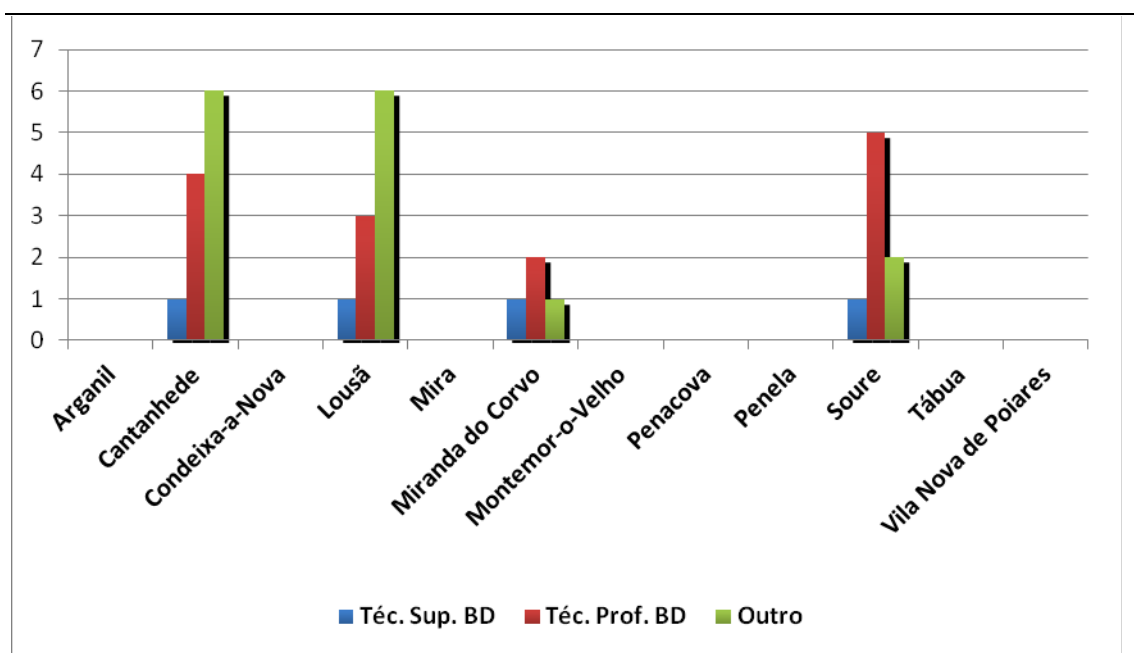


2004

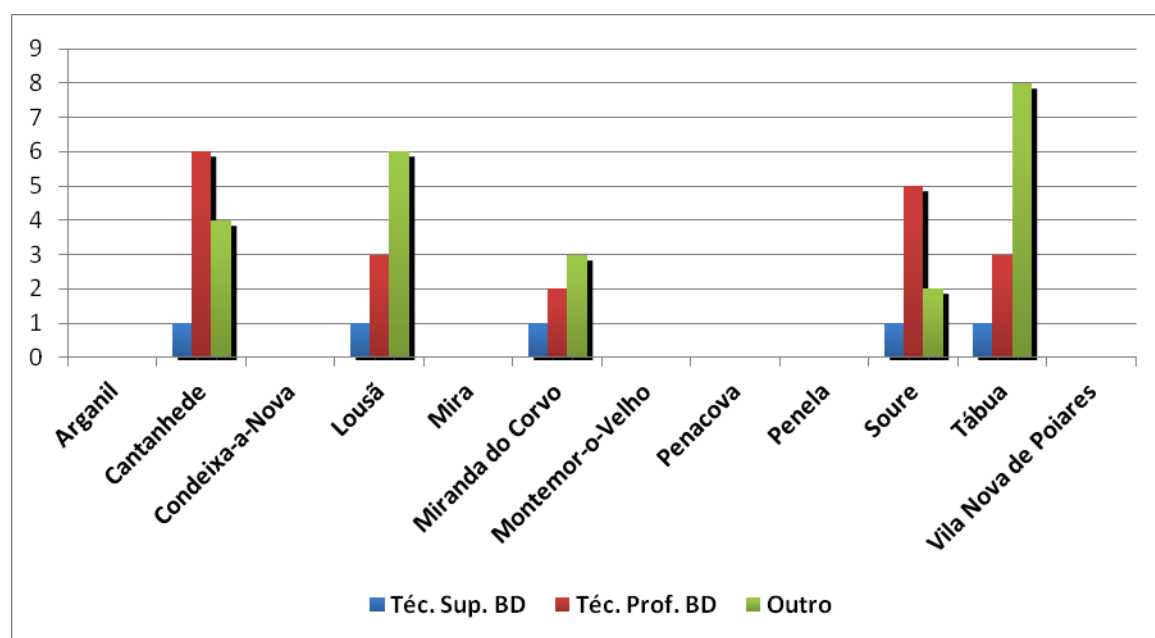


2005

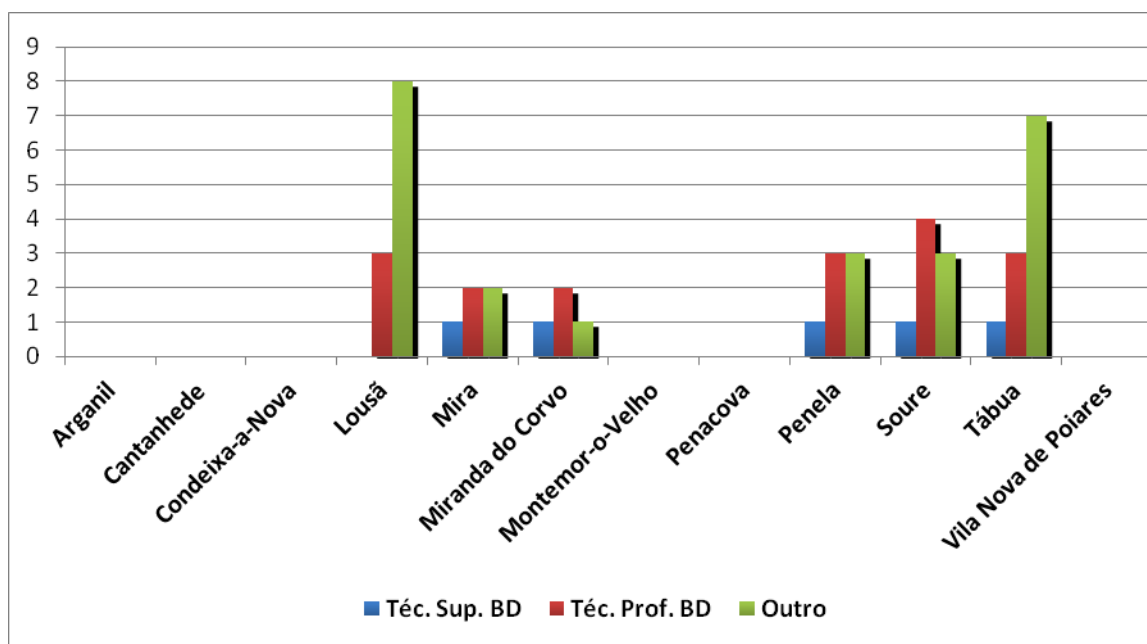
A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)



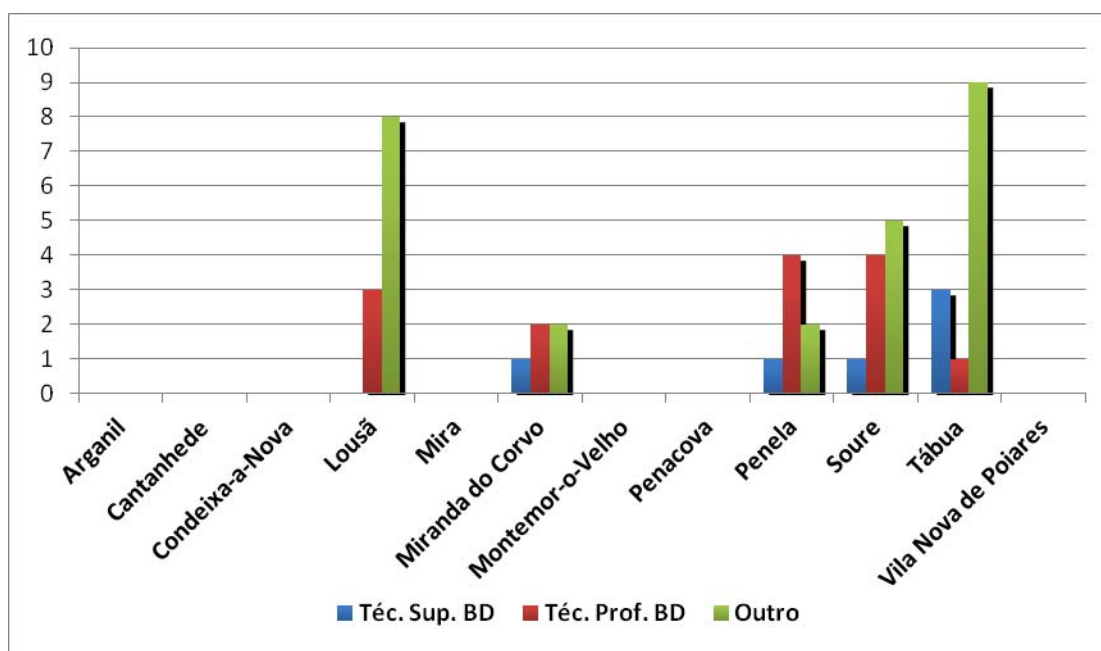
2006



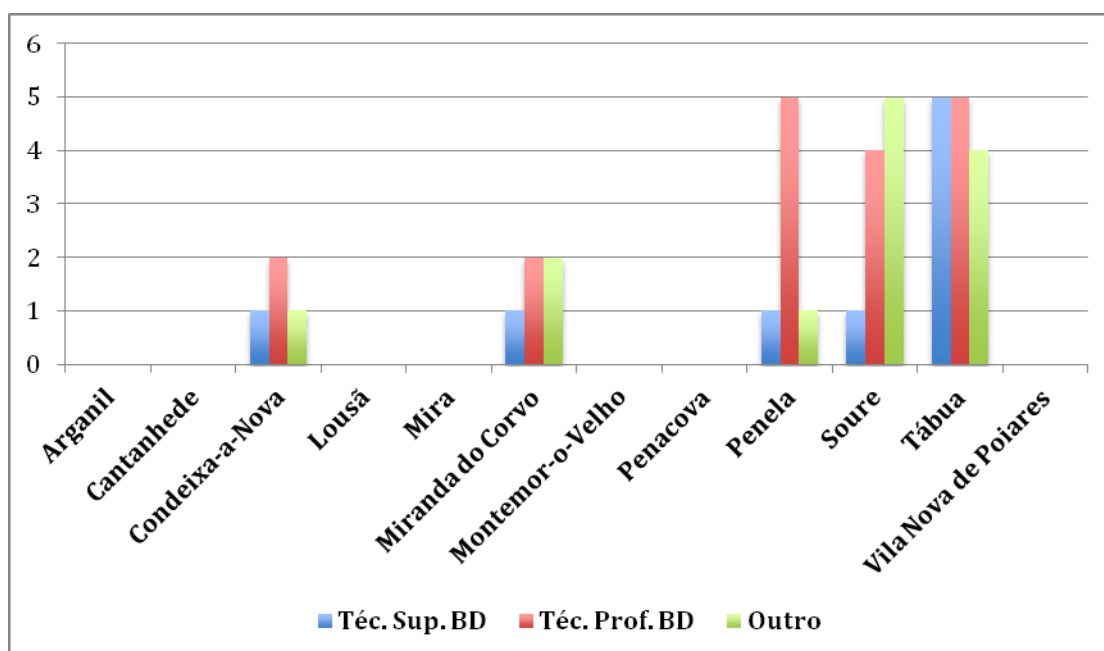
2007



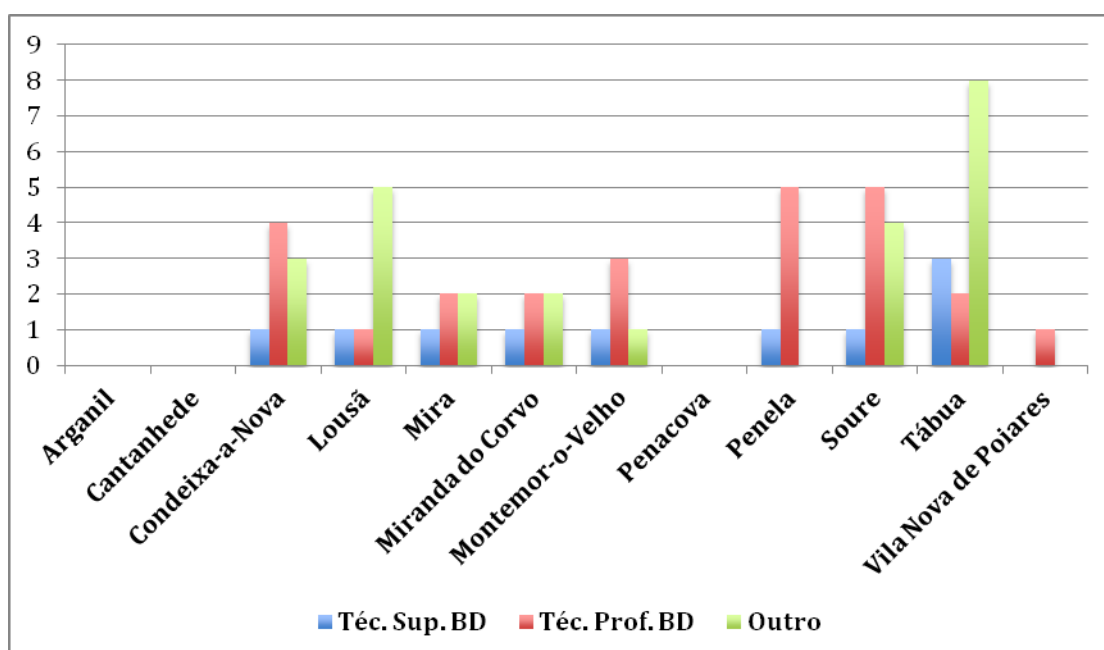
2008



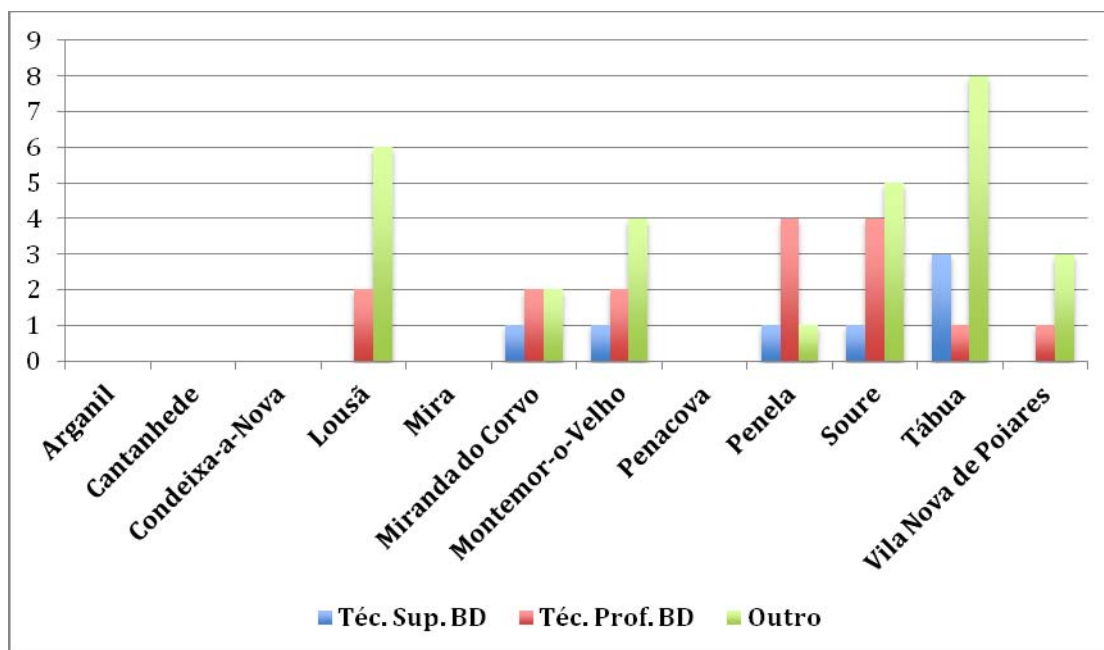
2009



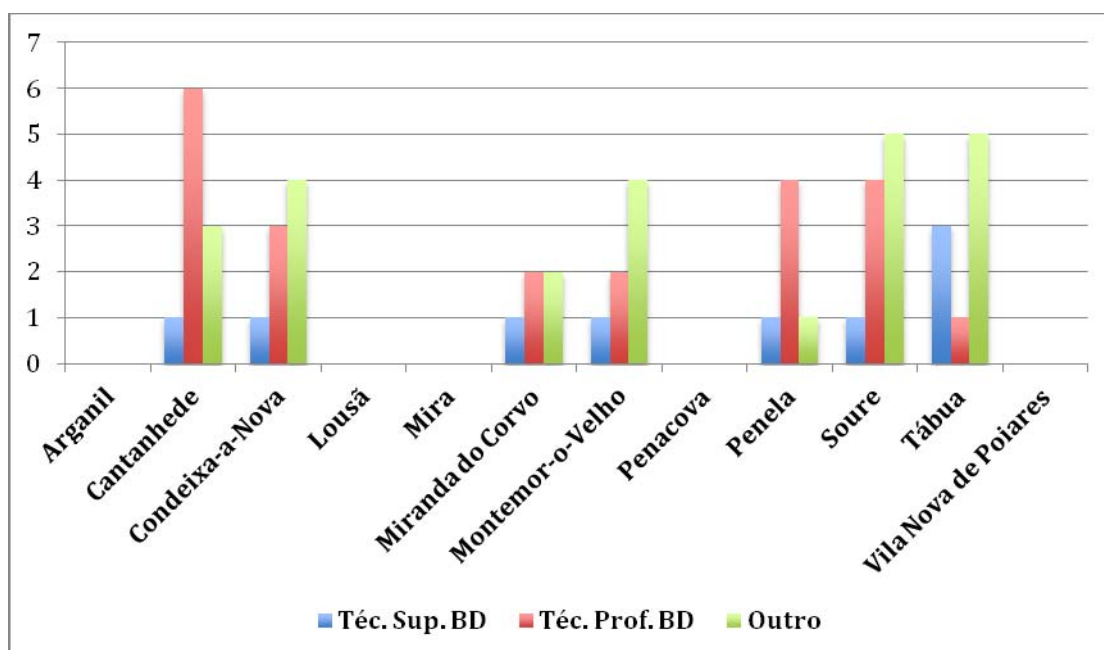
2010



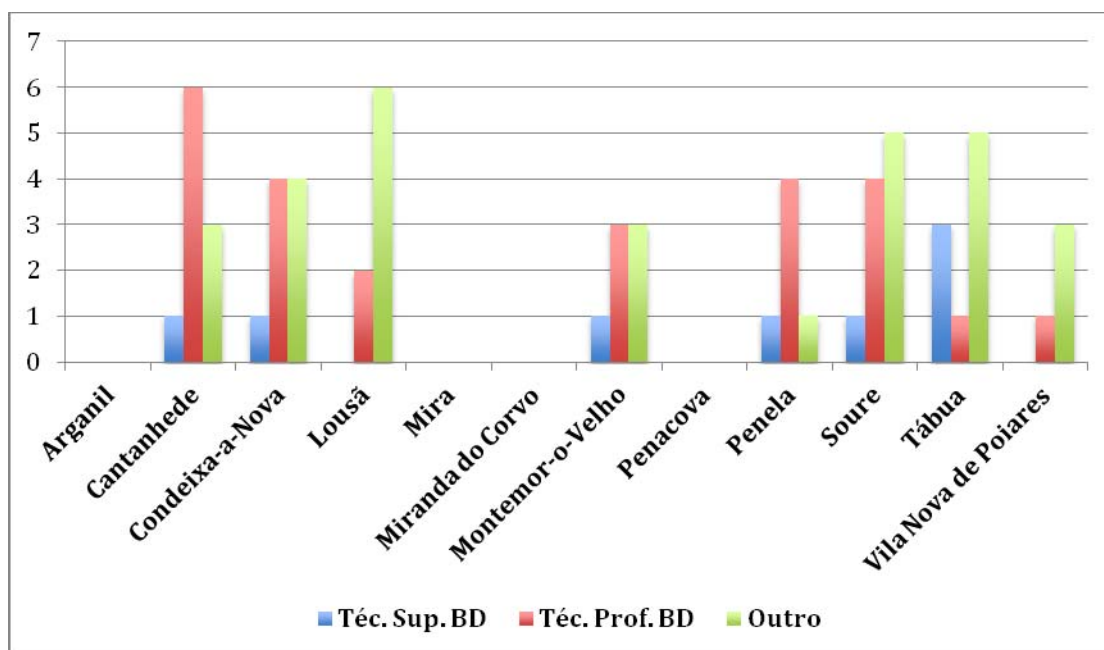
2011



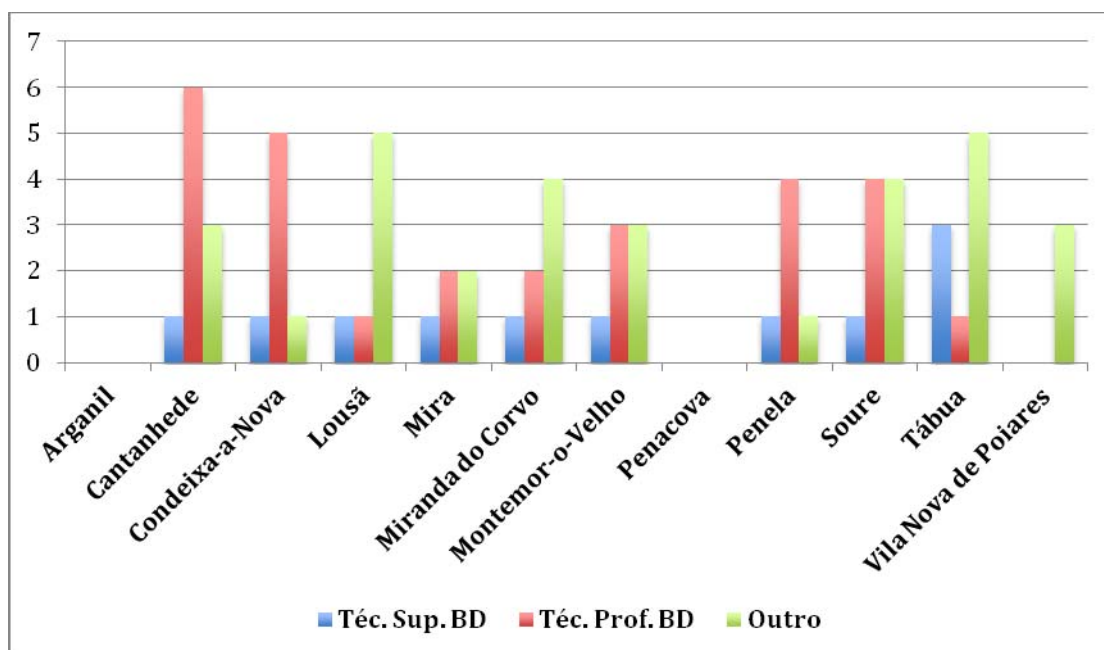
2012



2013



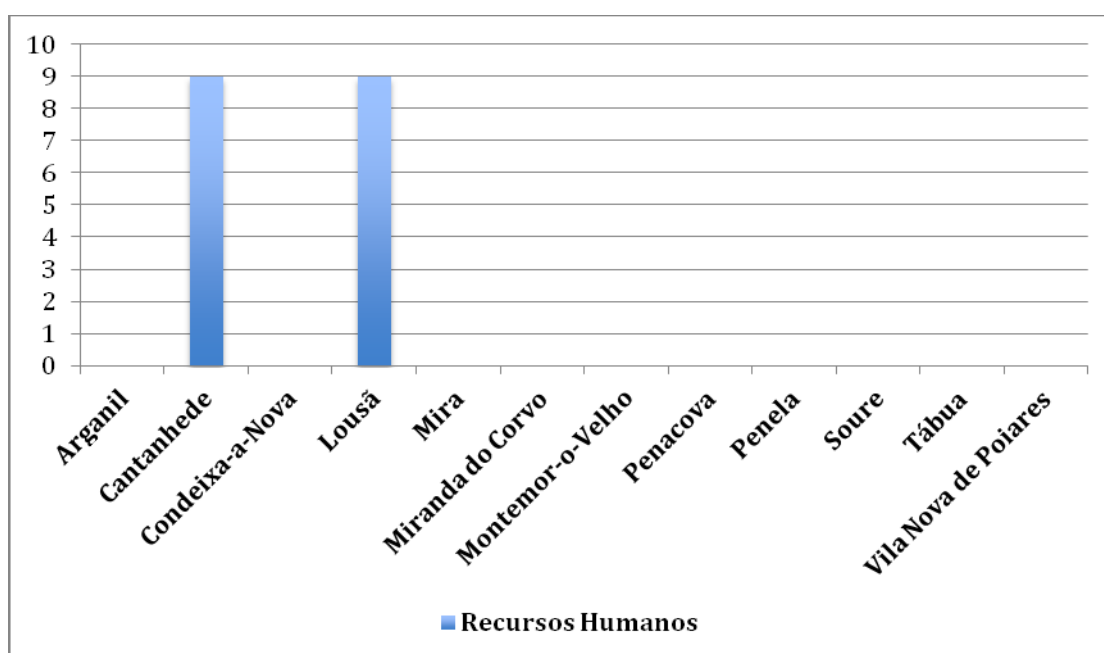
2014



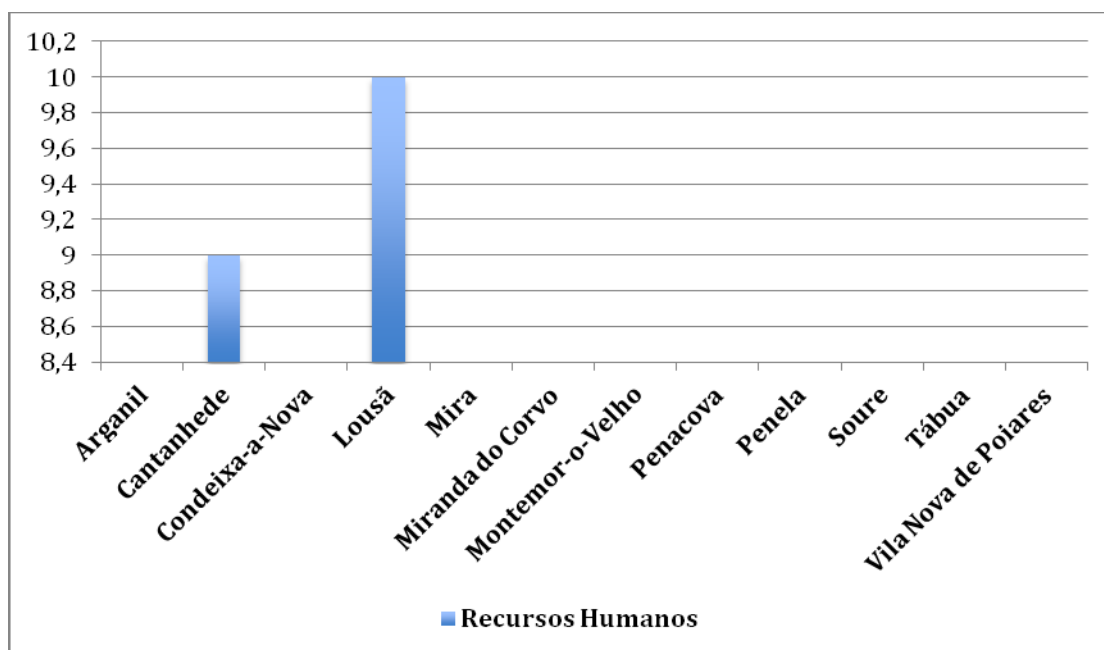
Dados referentes a:

TOTAL - PESSOAL

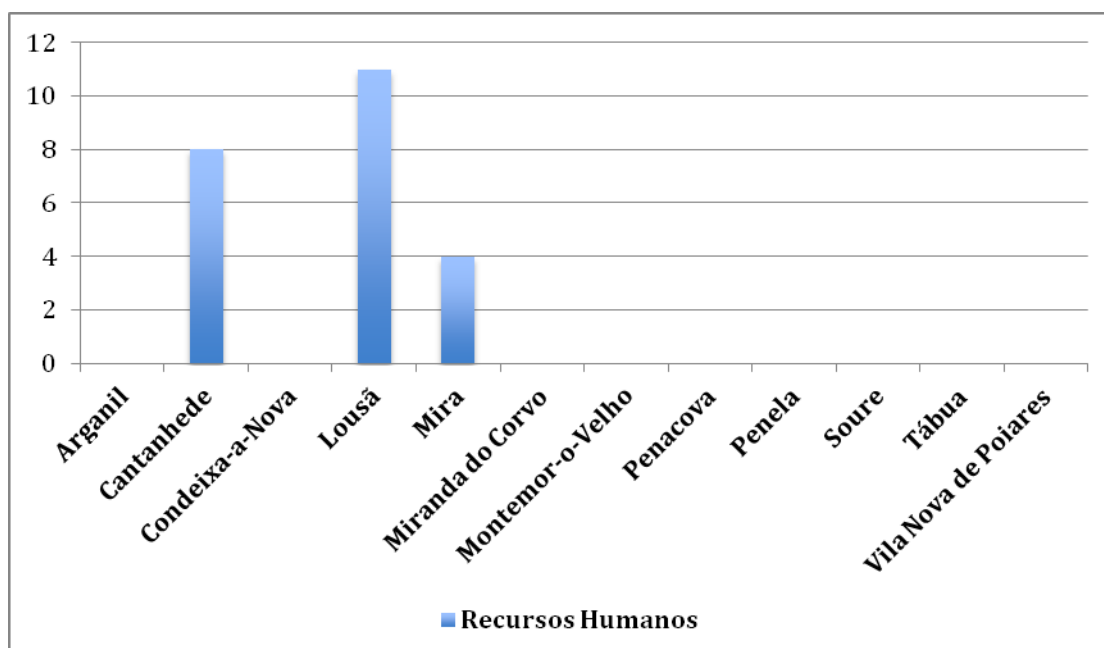
1992



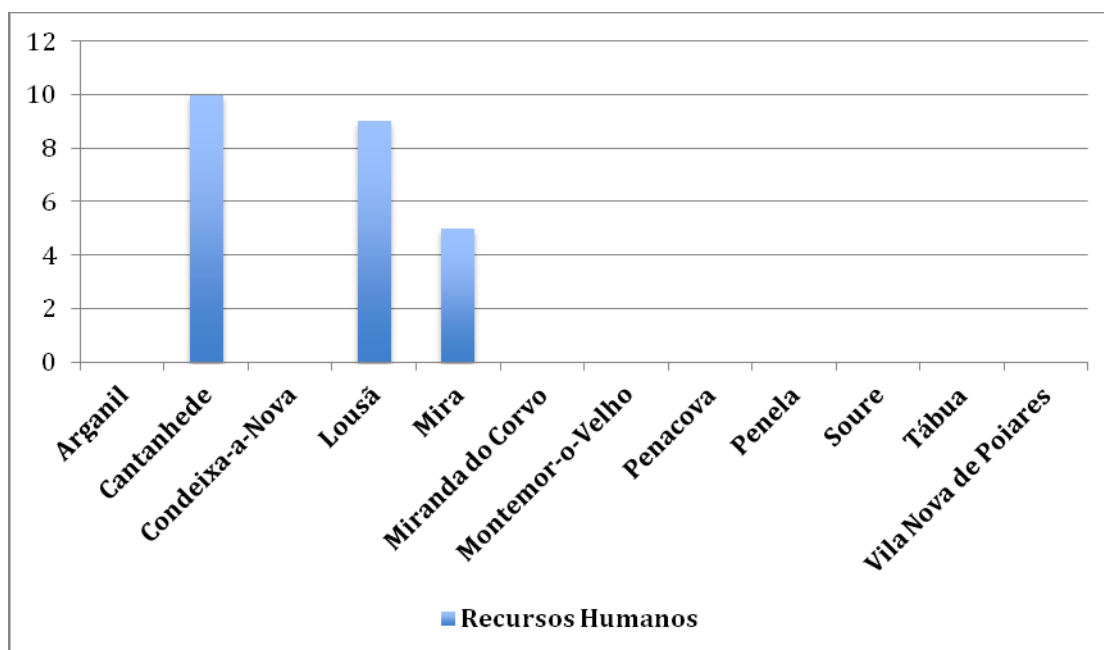
1994



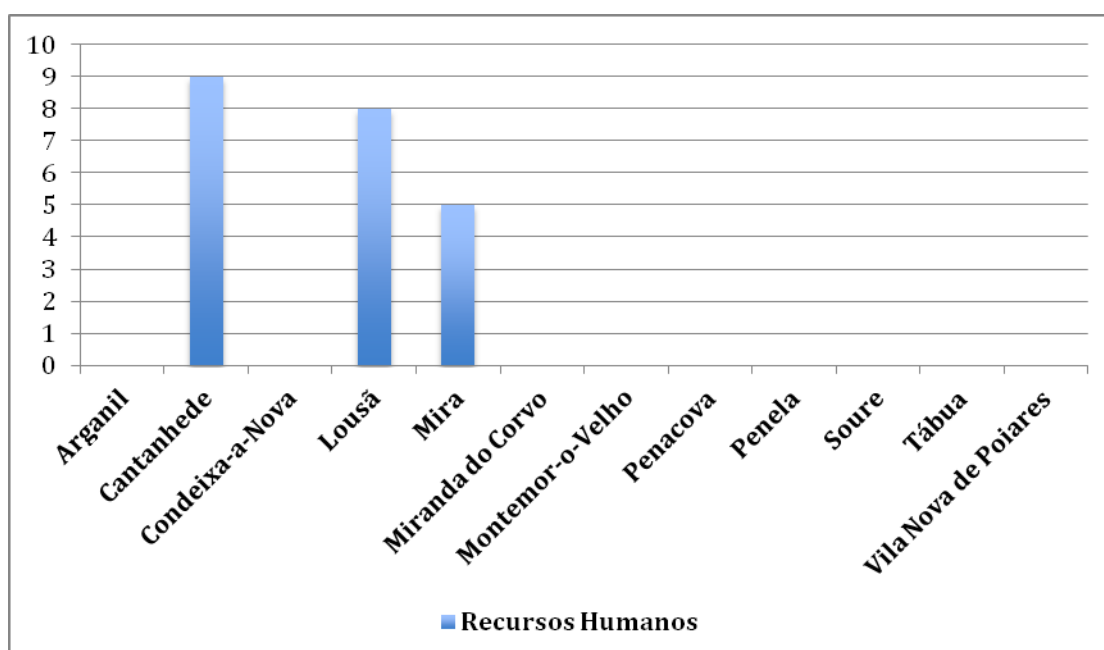
1995



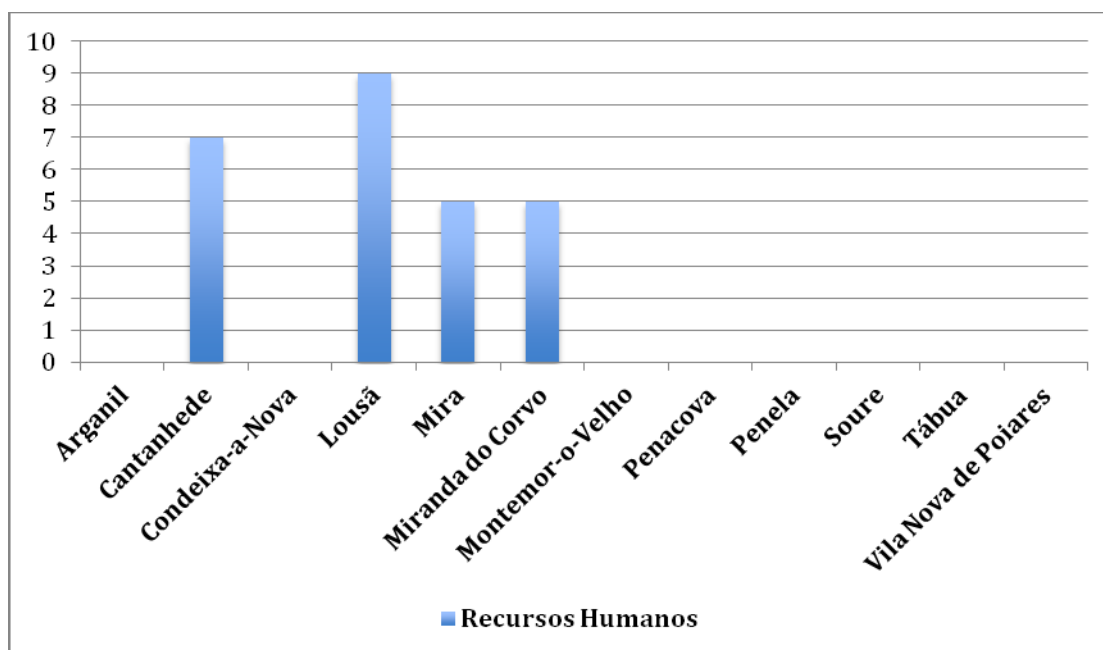
1996



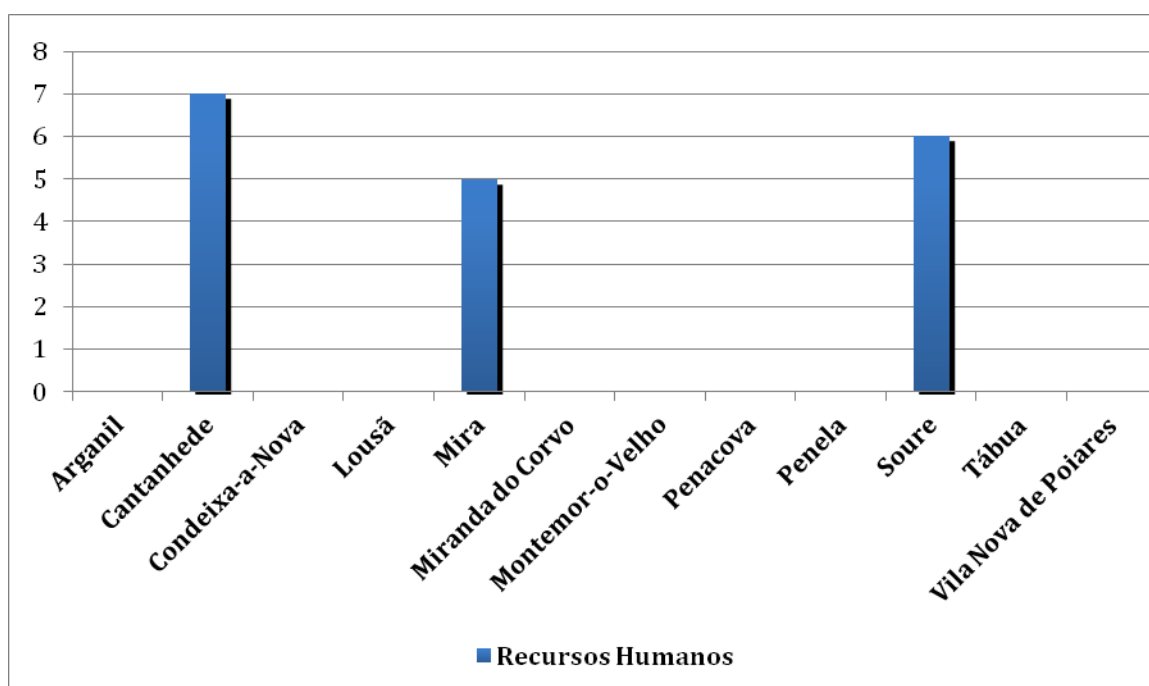
1997



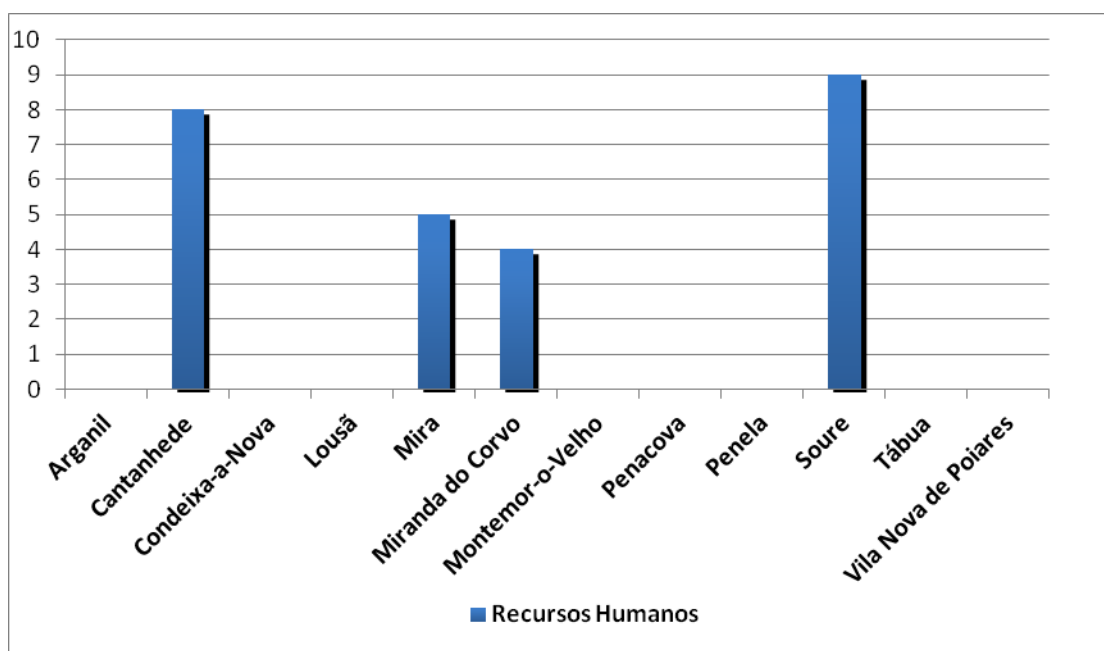
1998



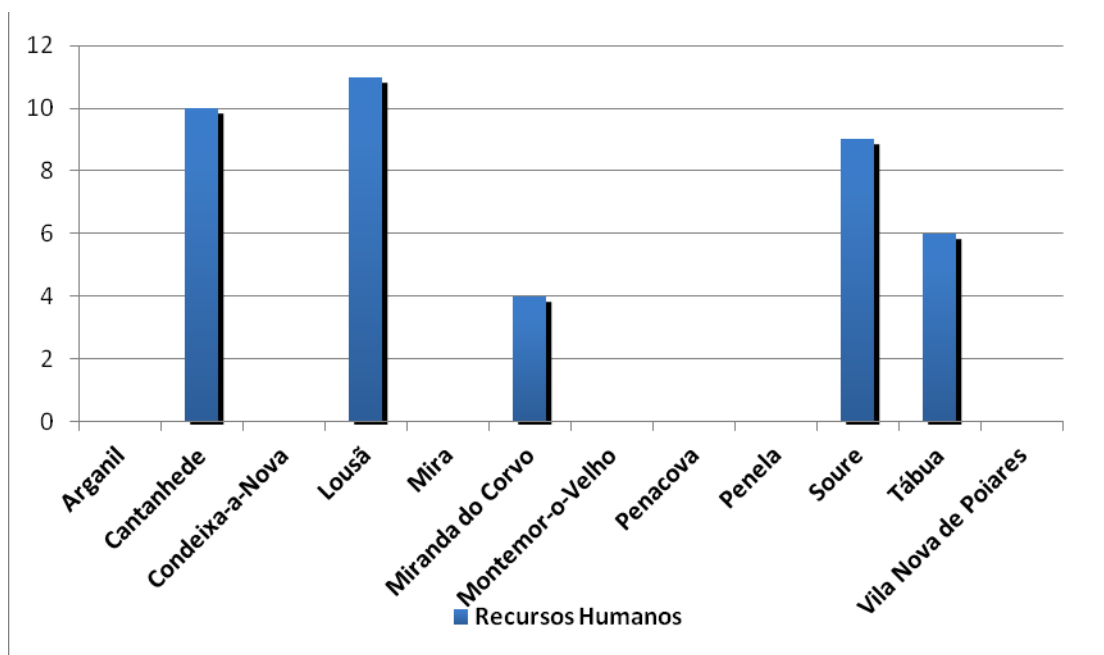
1999



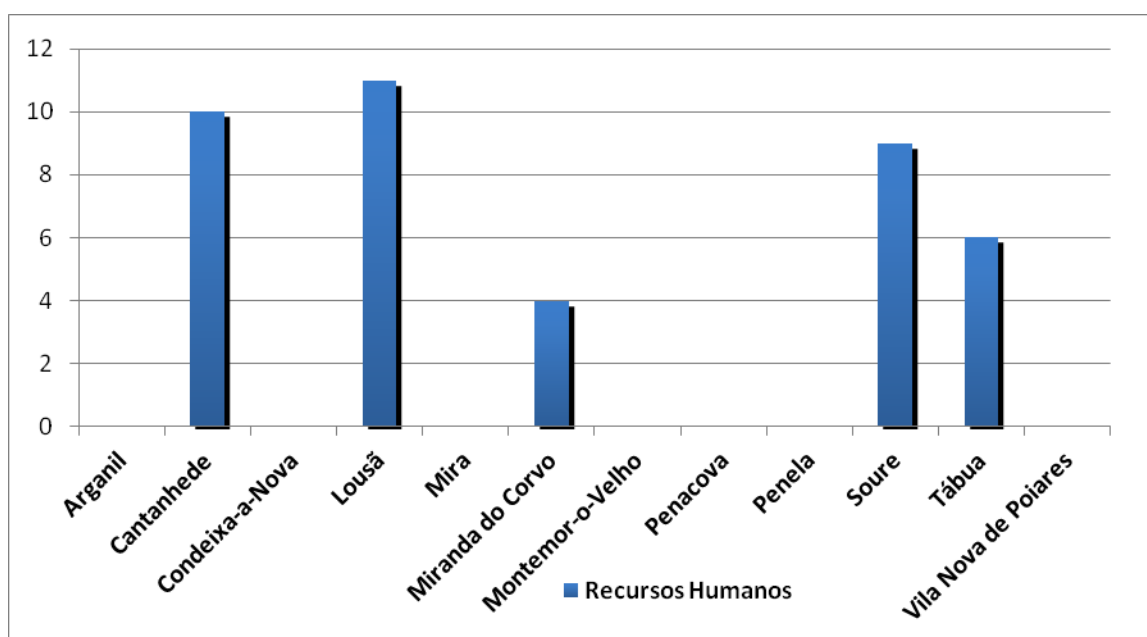
2001



2002

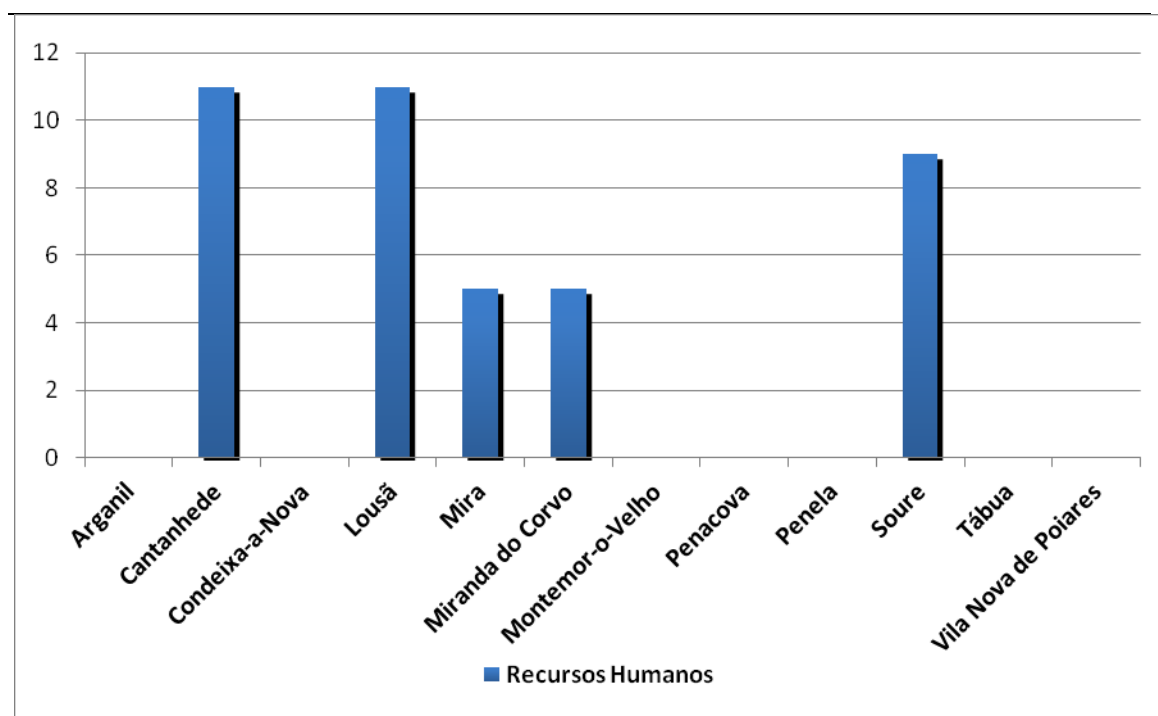


2003

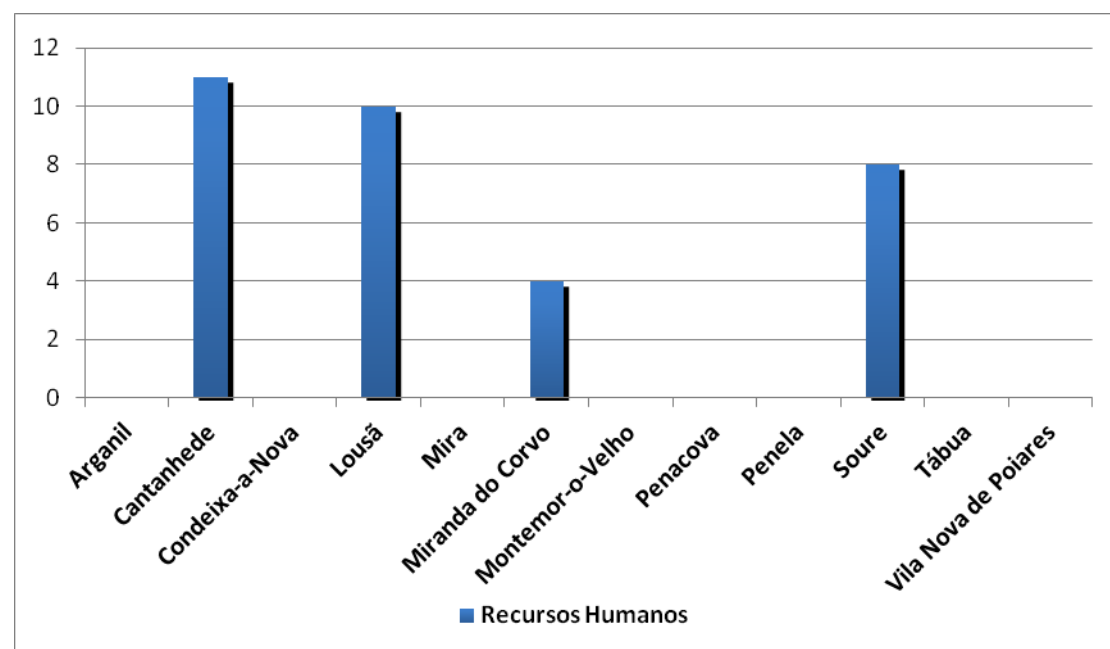


2004

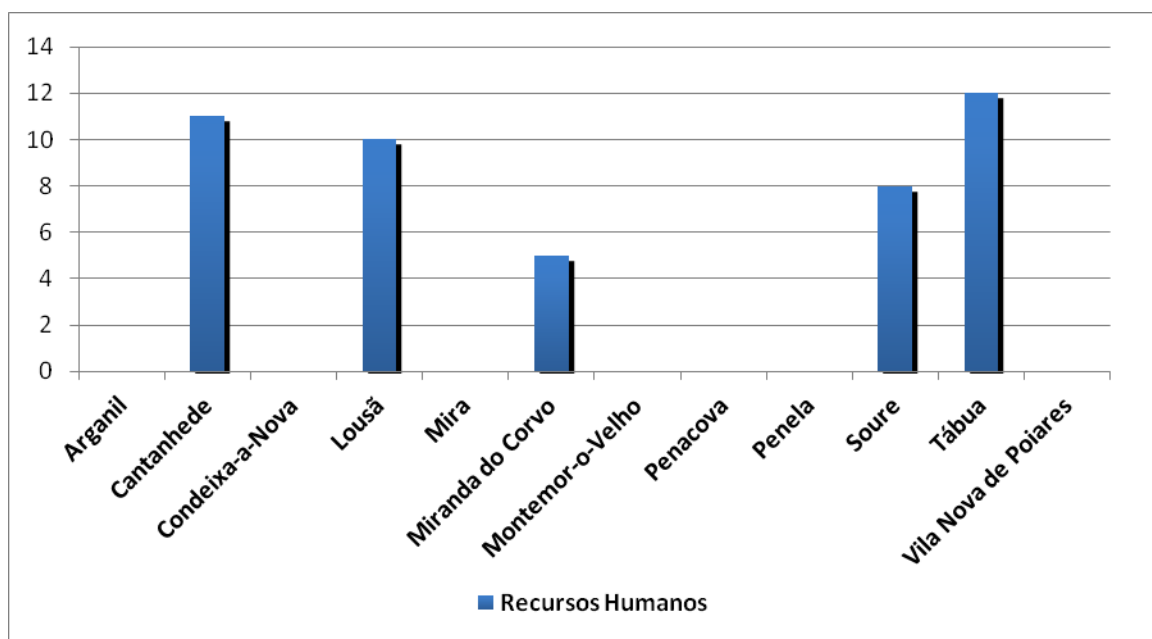
A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)



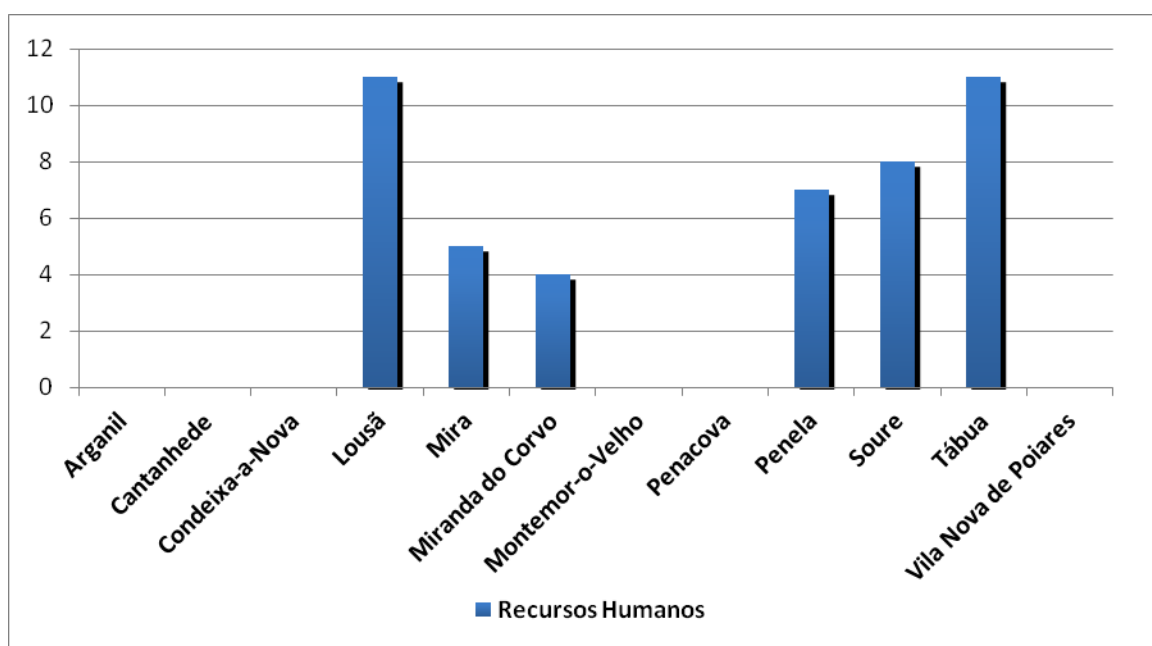
2005



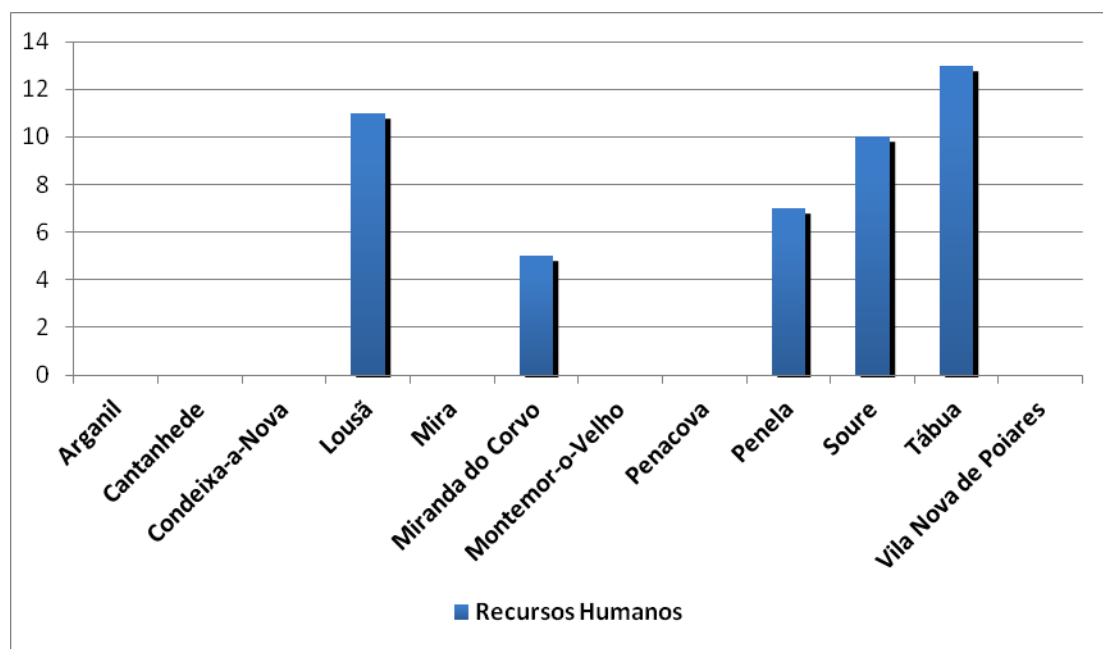
2006



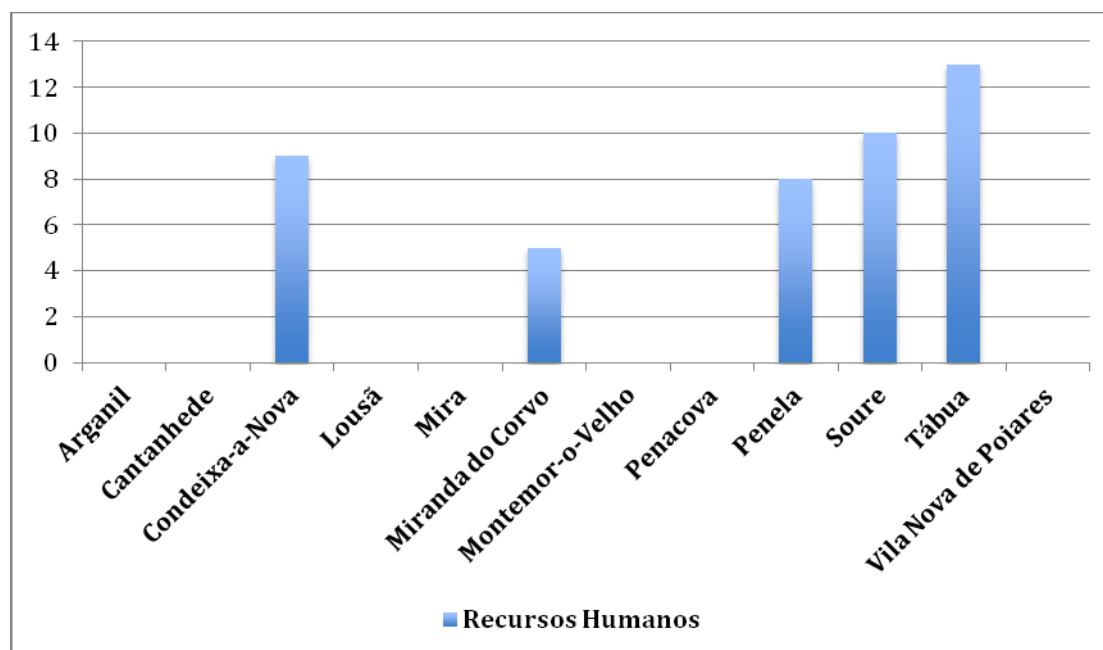
2007



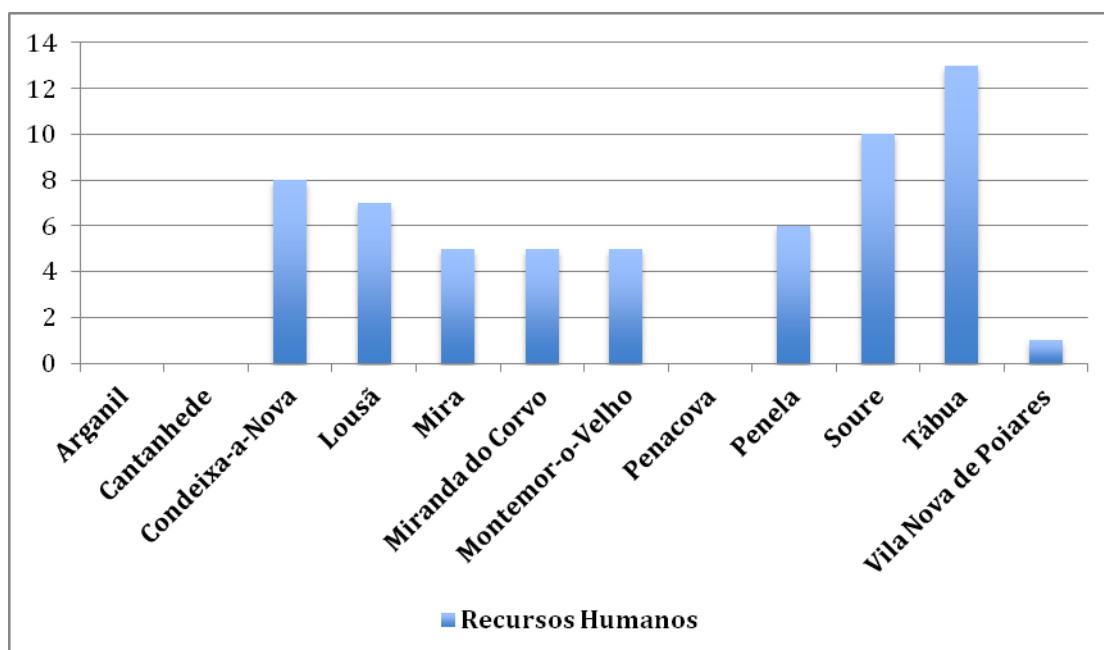
2008



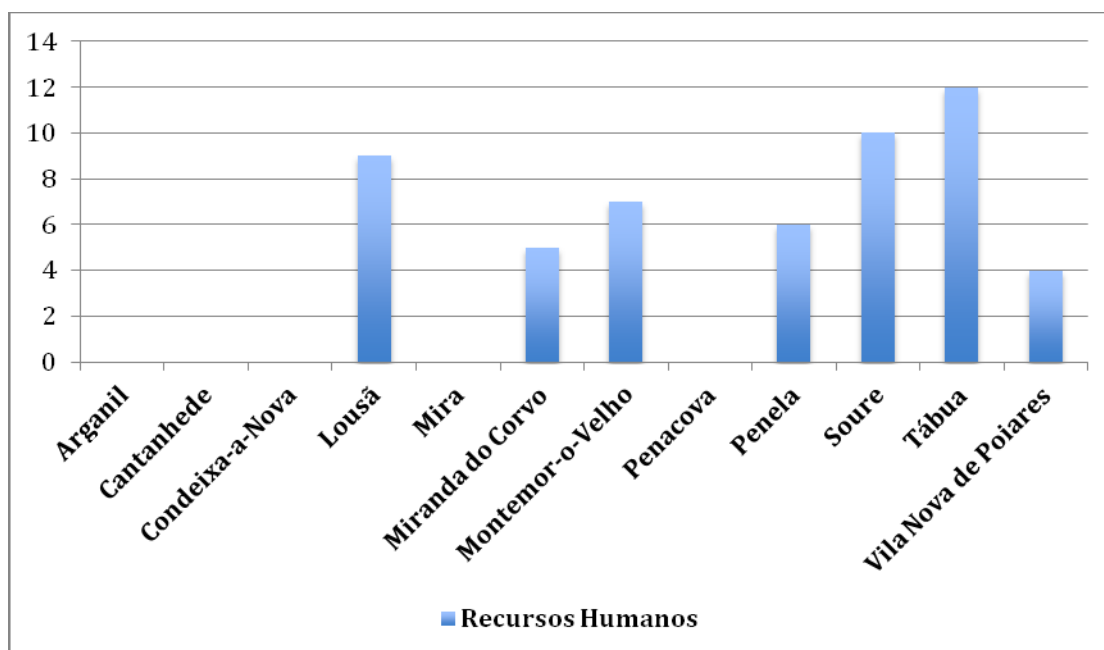
2009



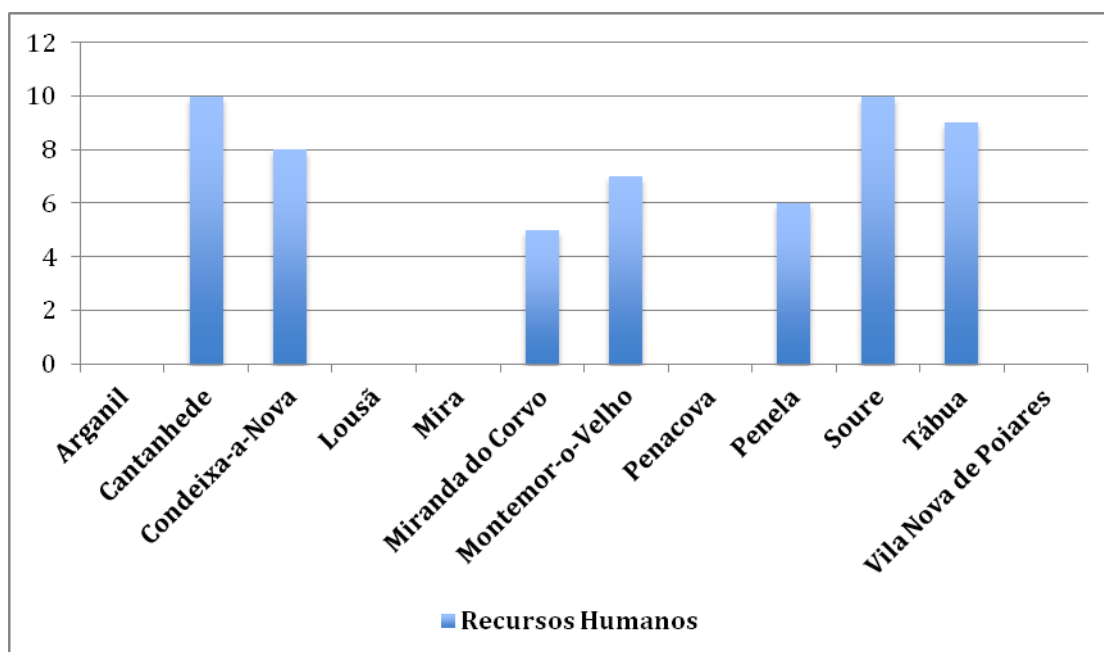
2010



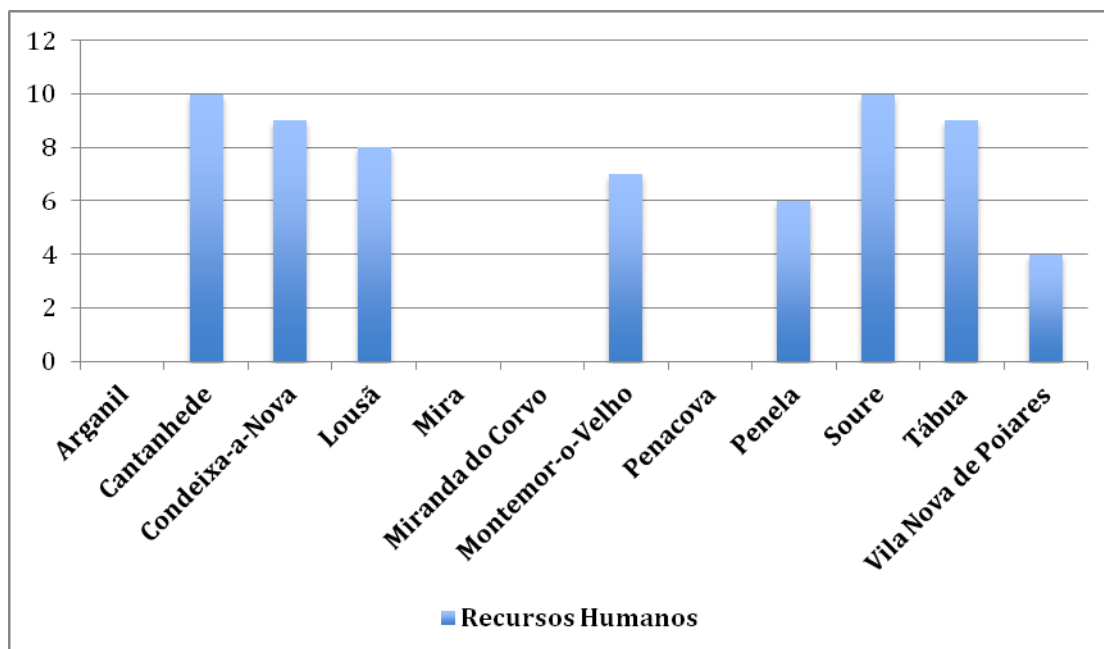
2011



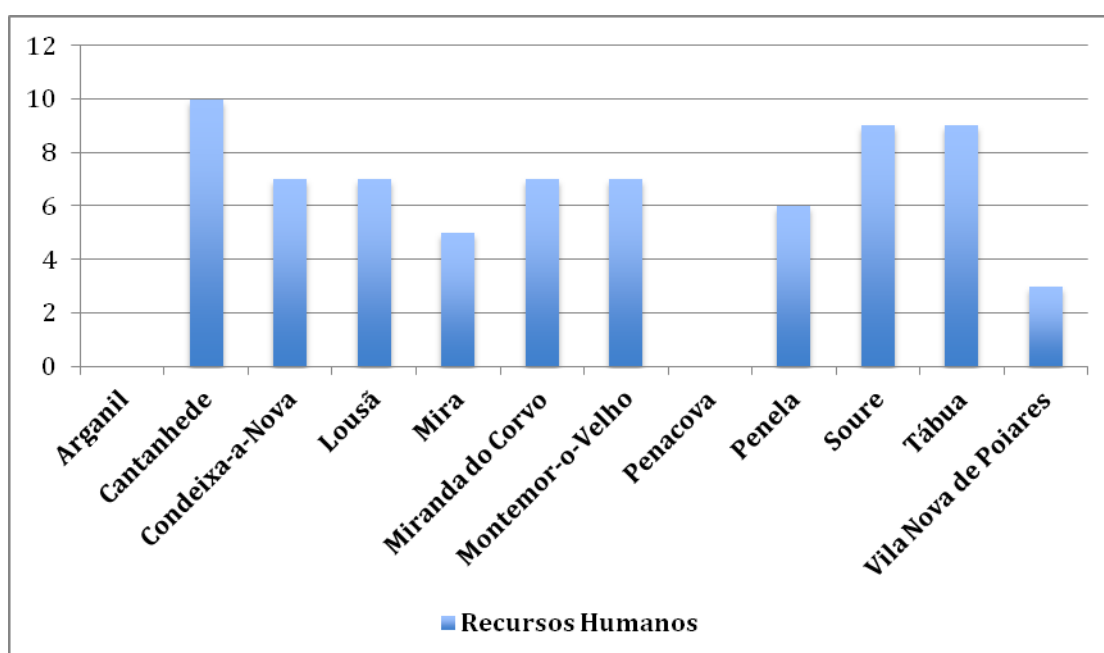
2012



2013



2014

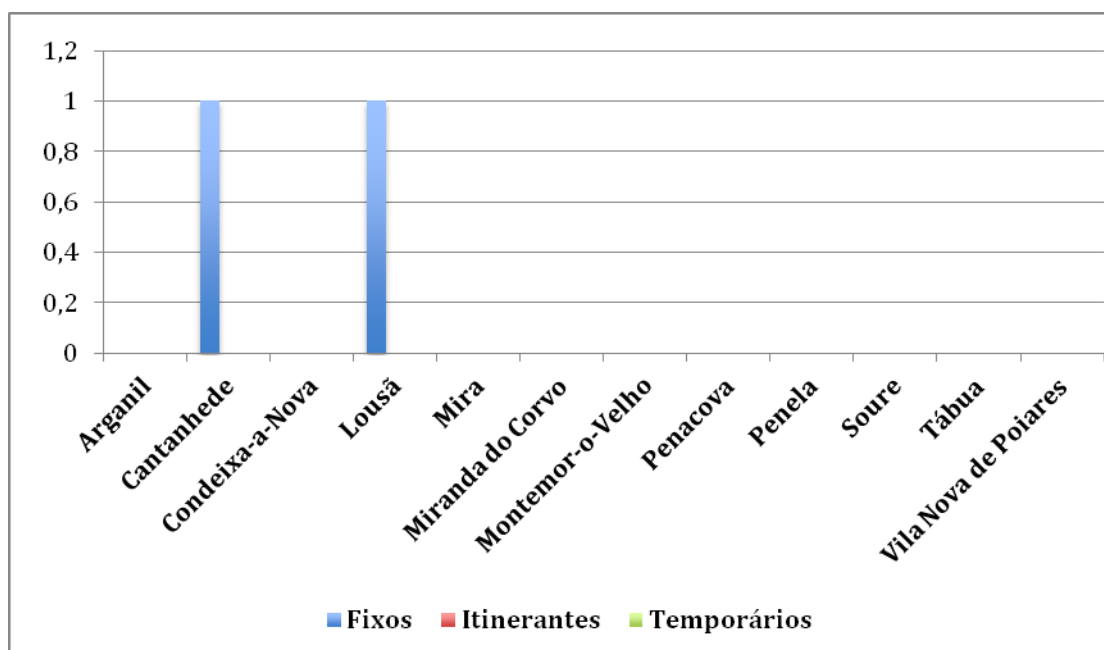


Dados referentes a:

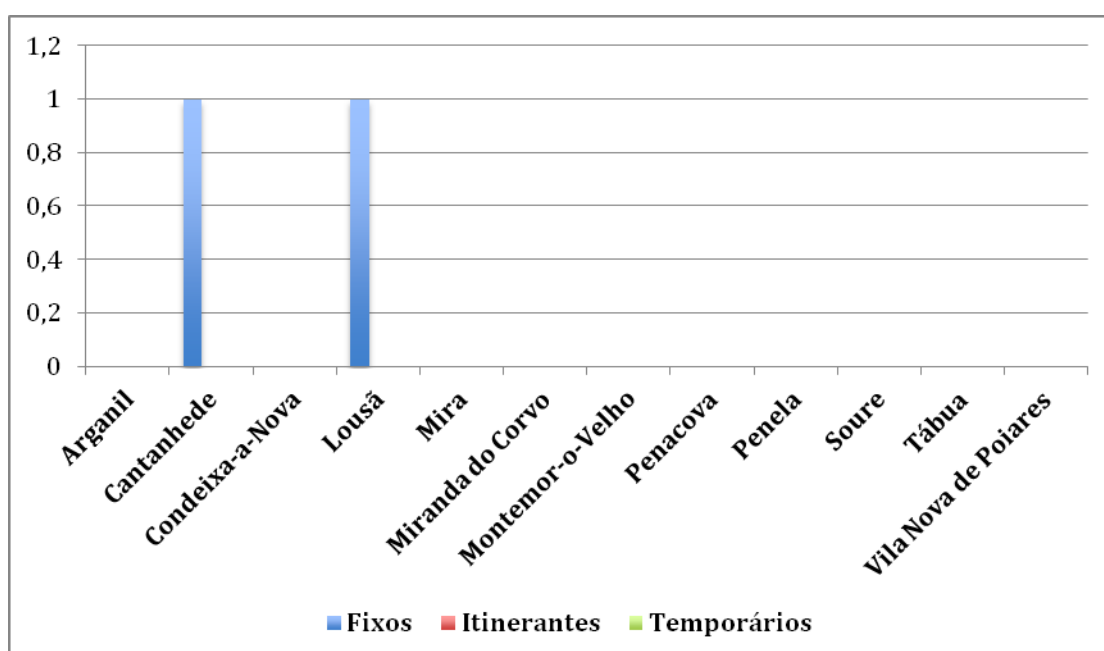
PONTOS DE SERVIÇO

QUANTIDADE DE PONTOS DE SERVIÇO

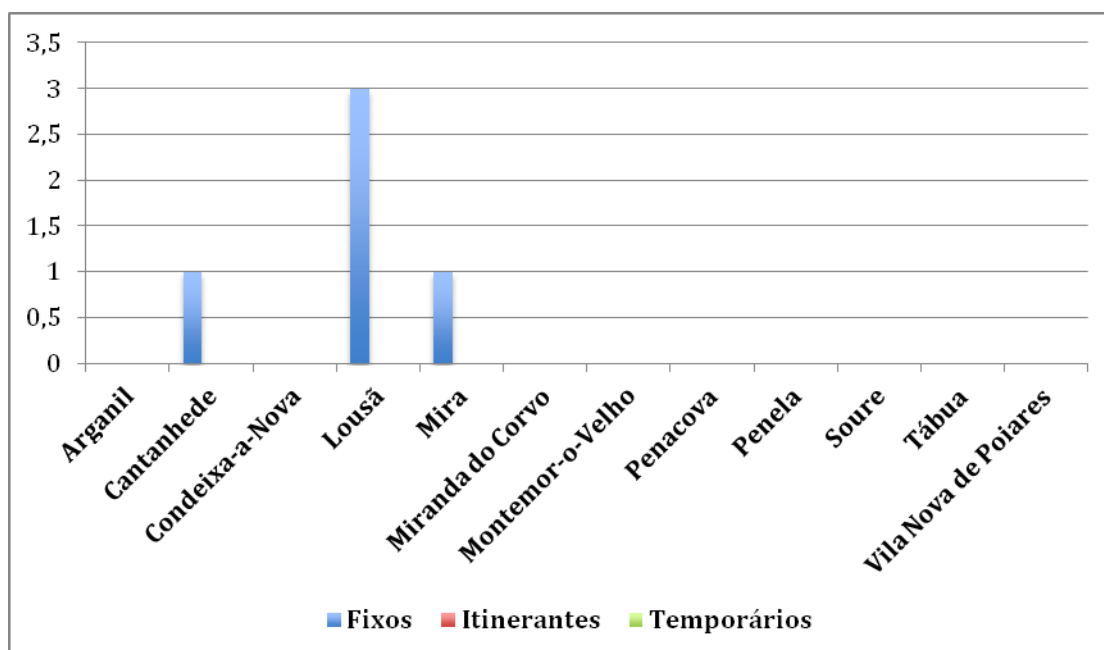
1992



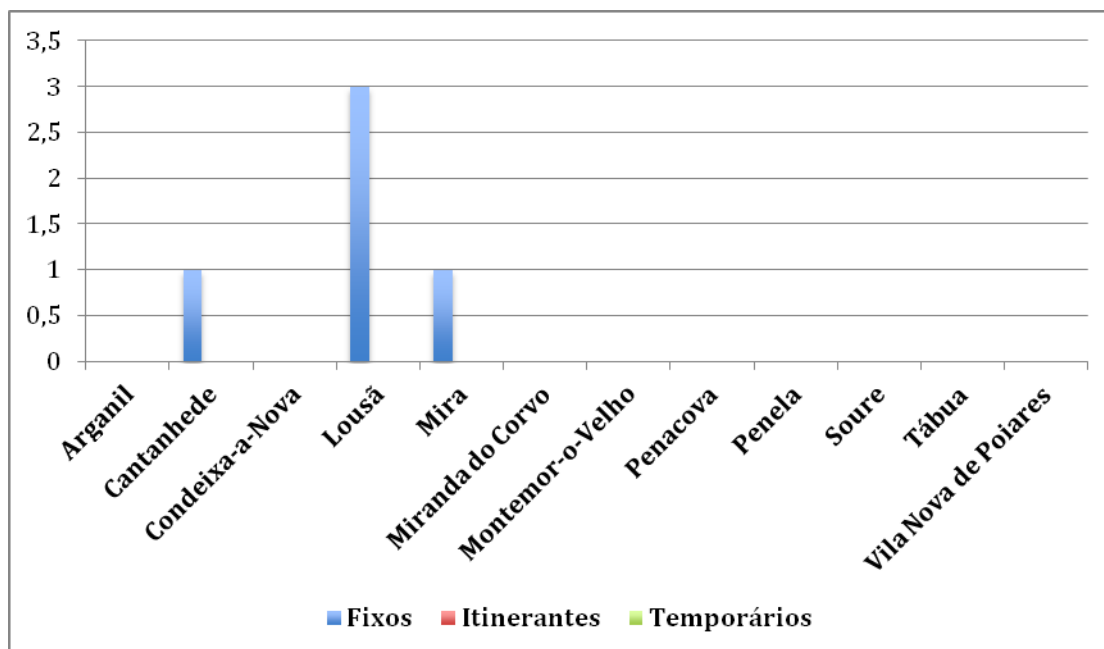
1994



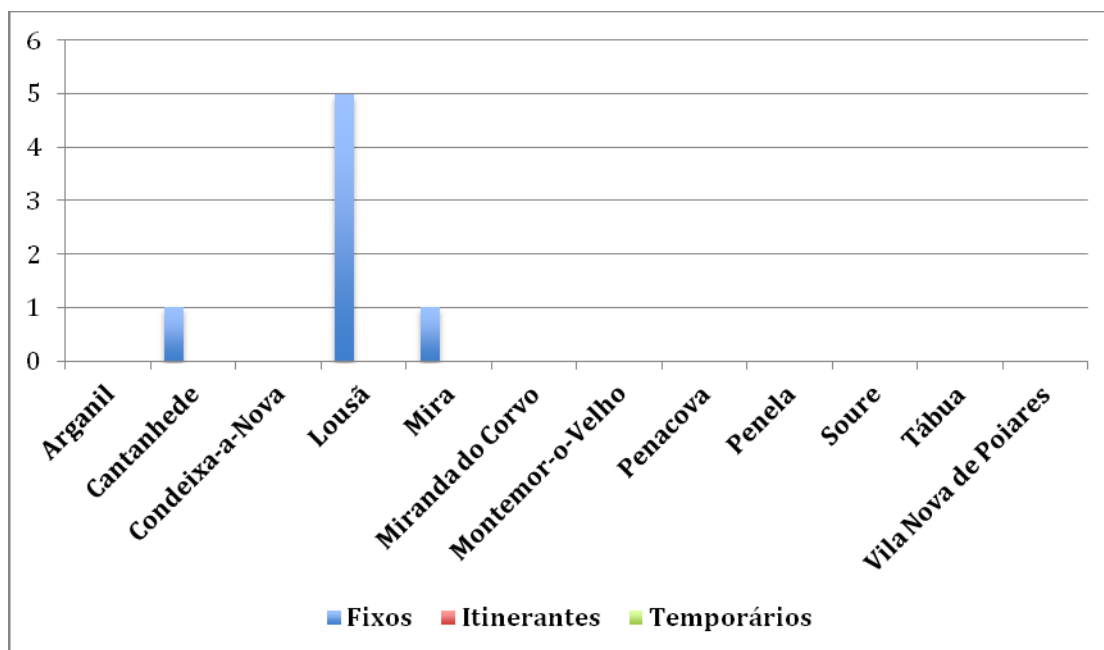
1995



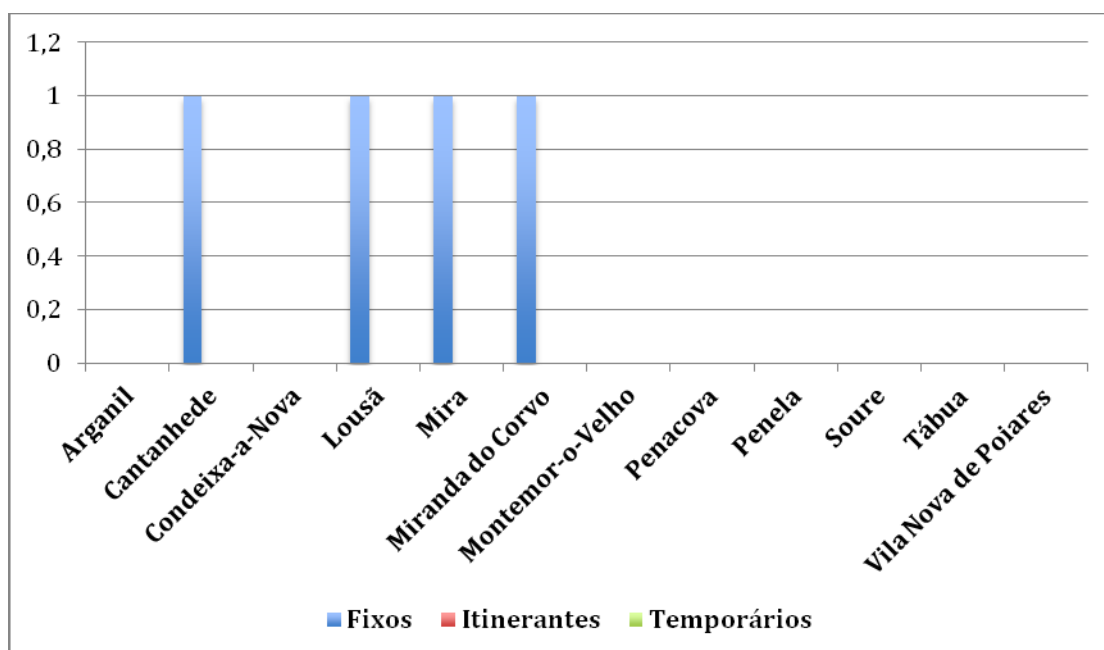
1996



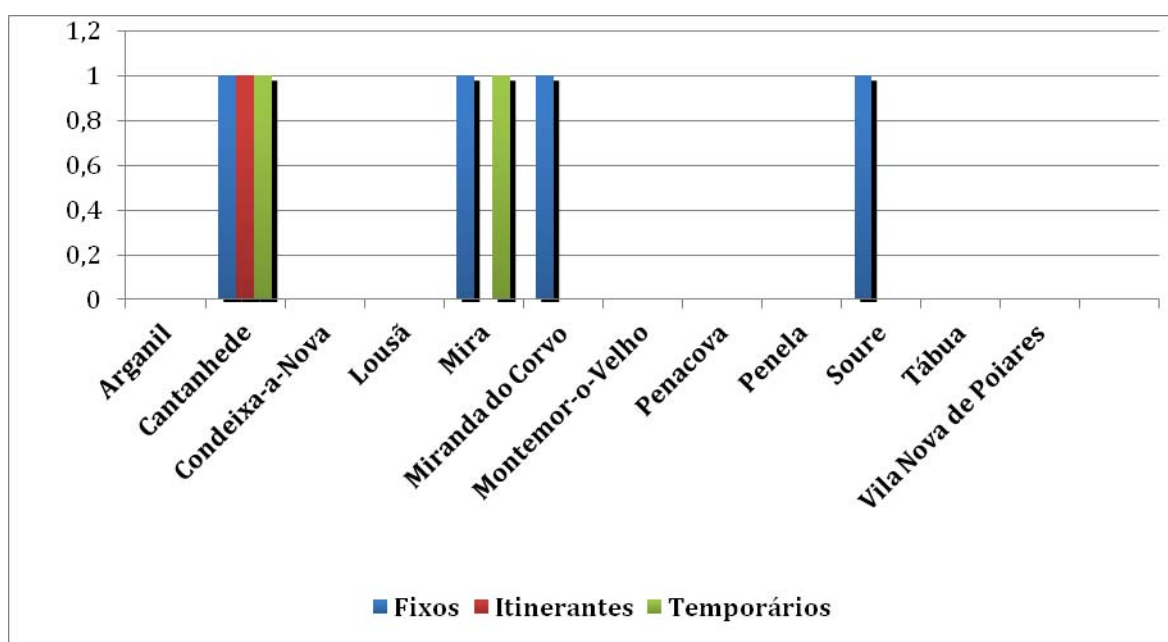
1997



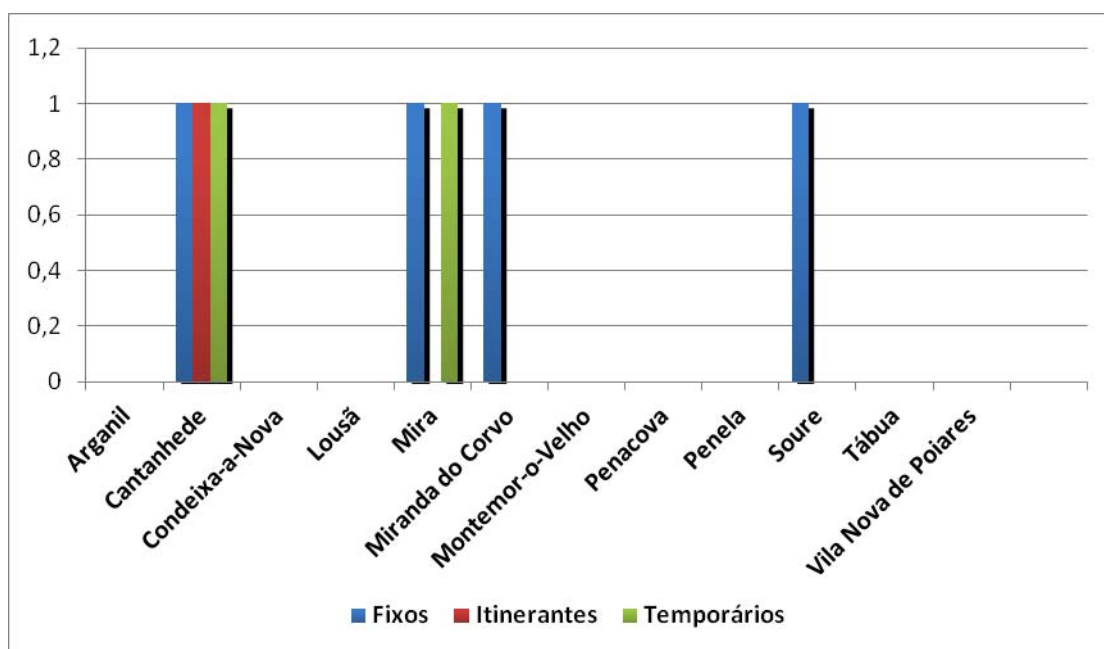
1998



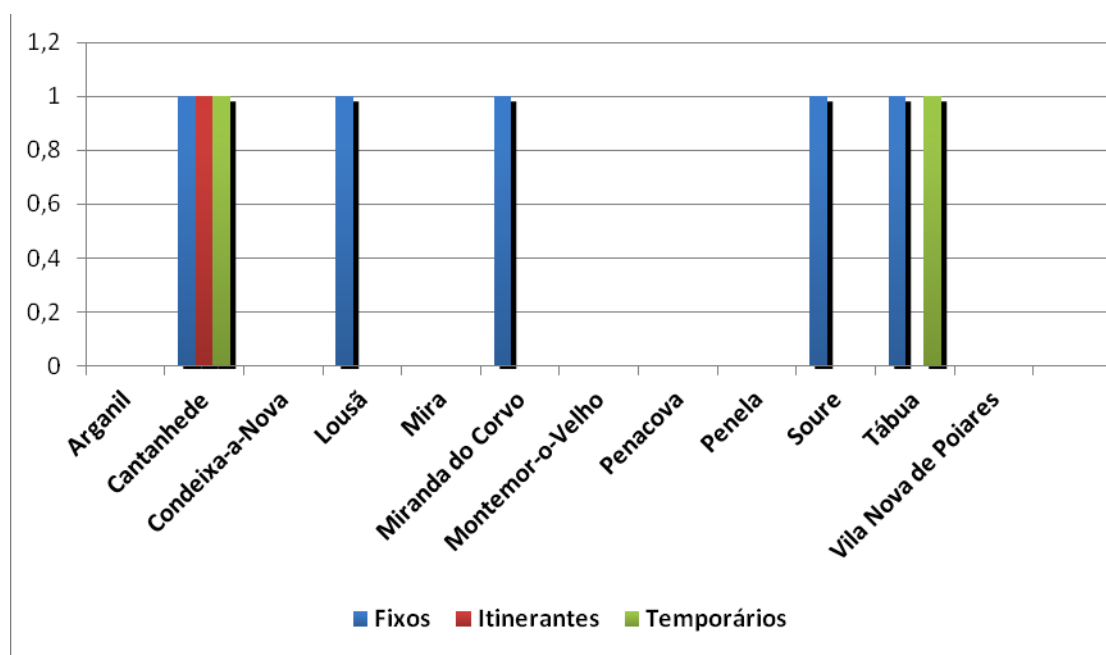
1999



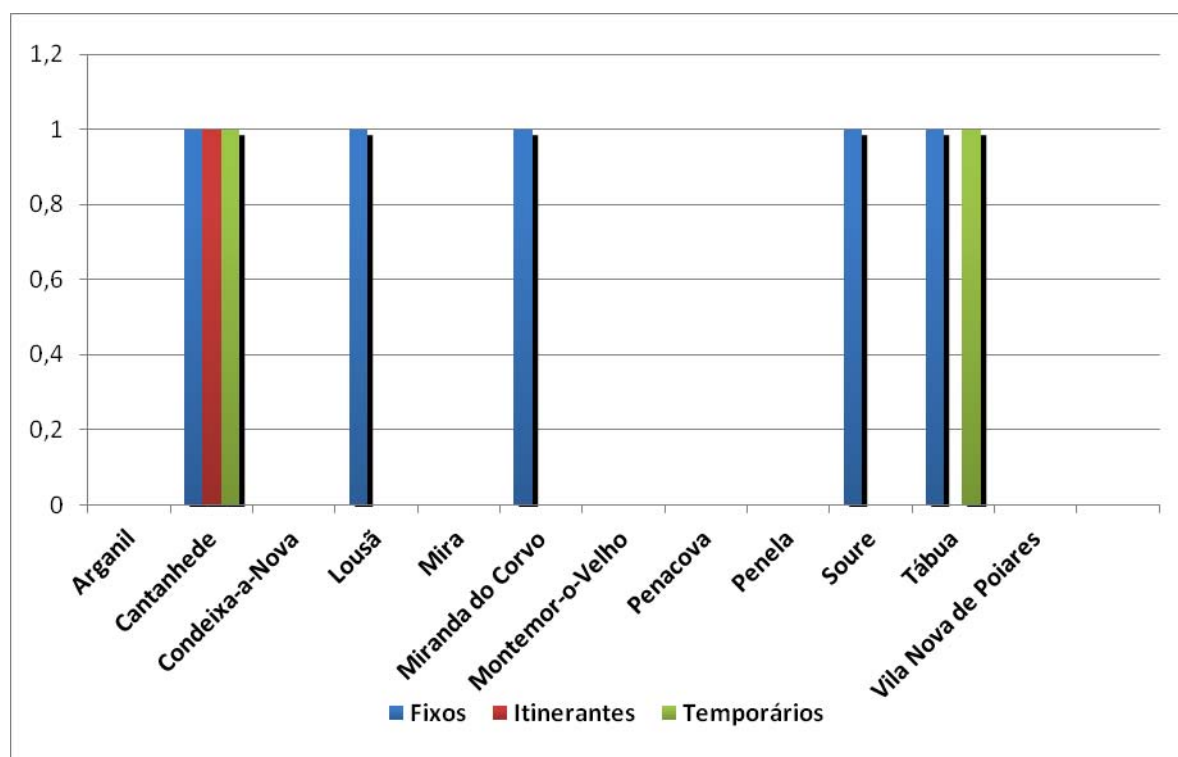
2001



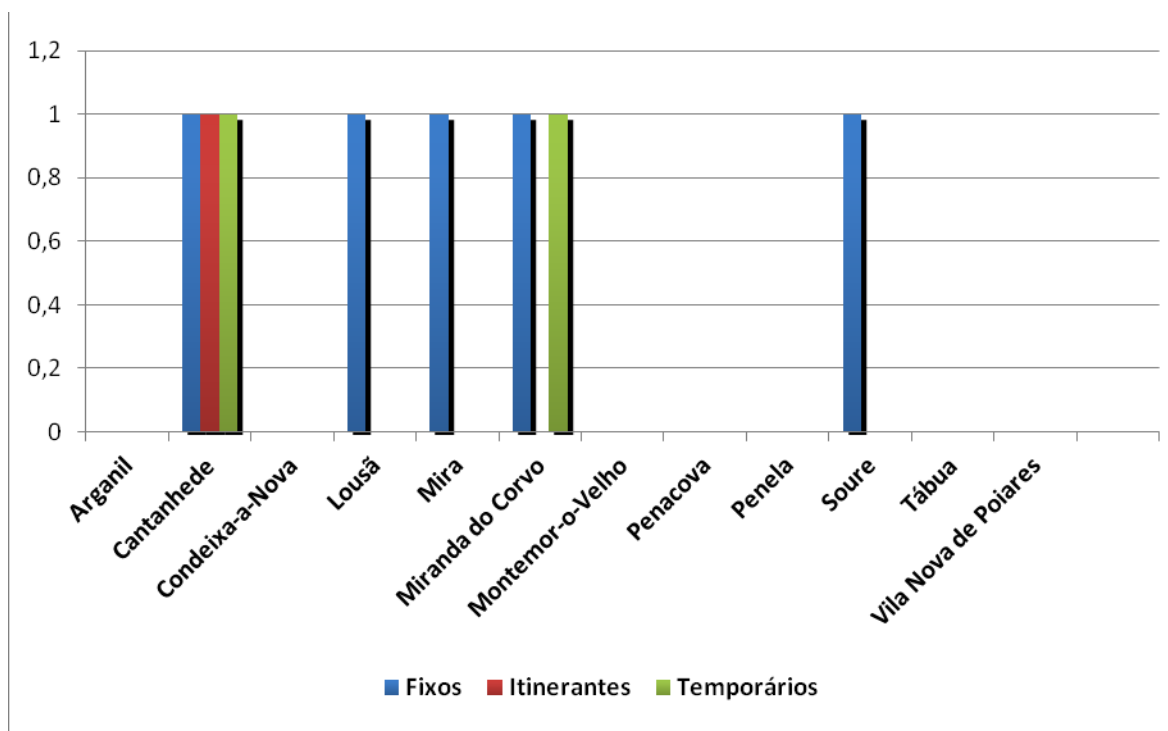
2002



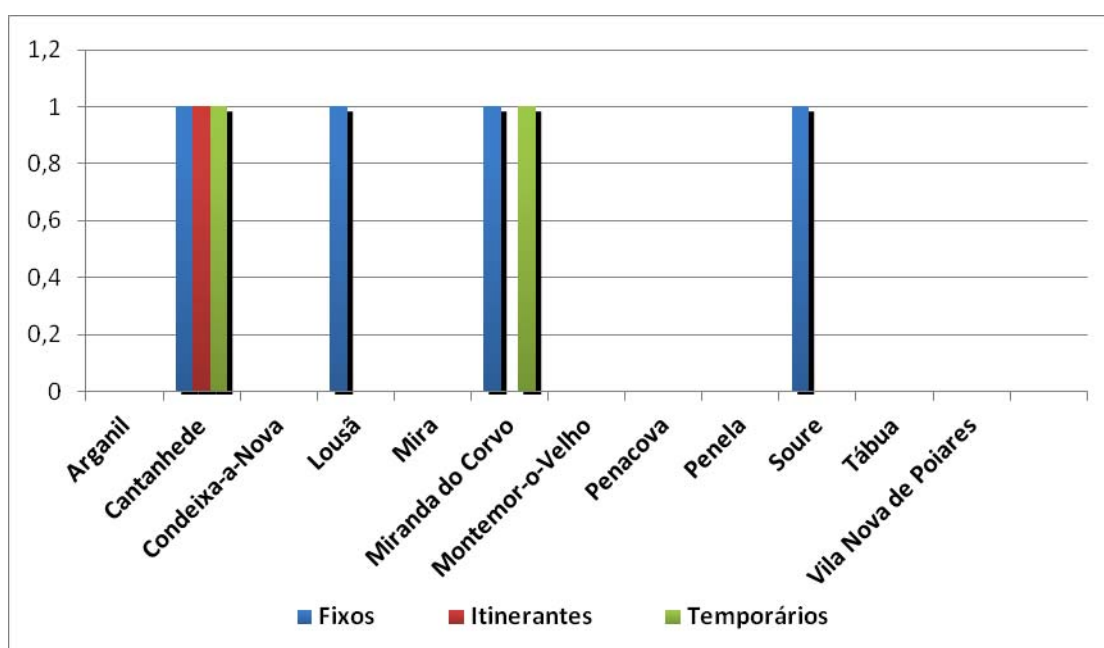
2003



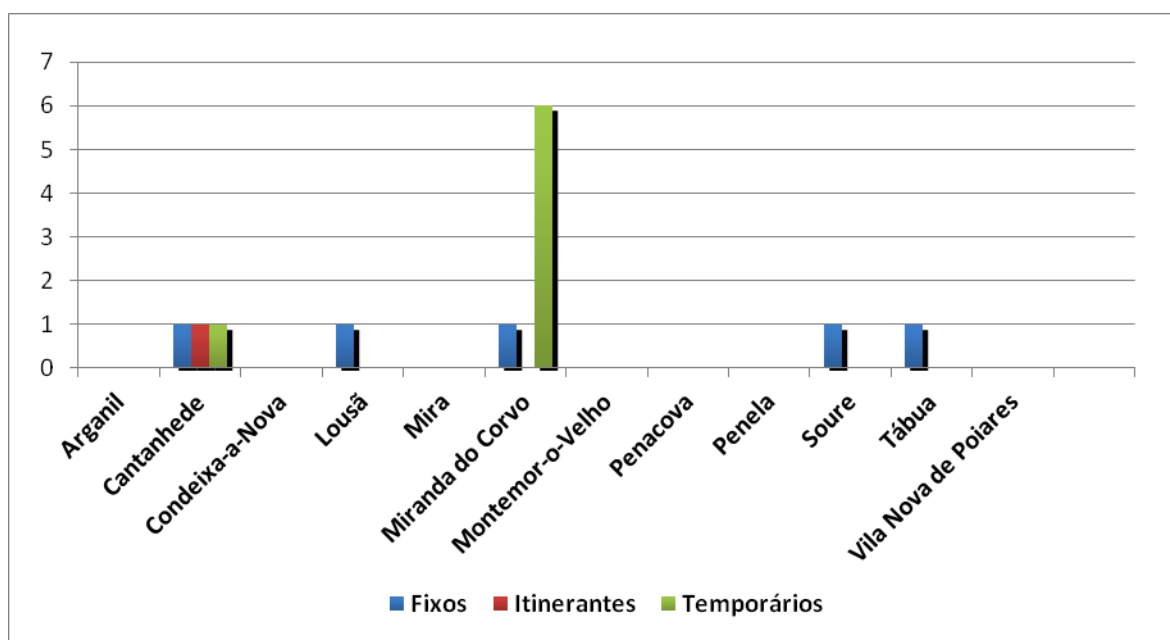
2004



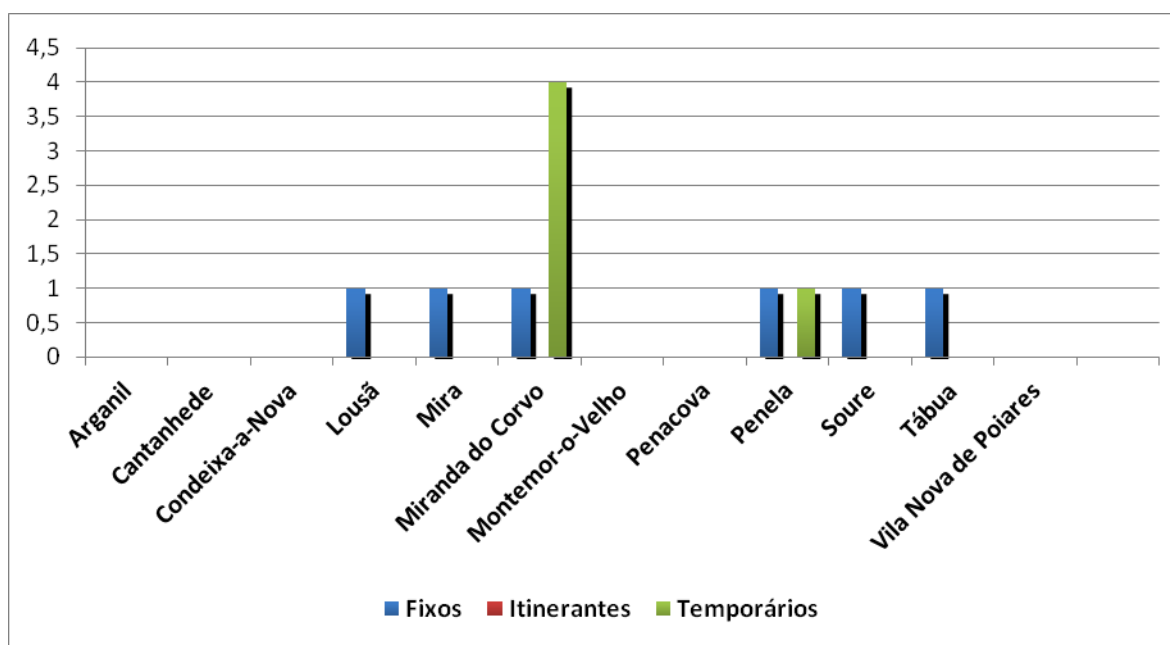
2005



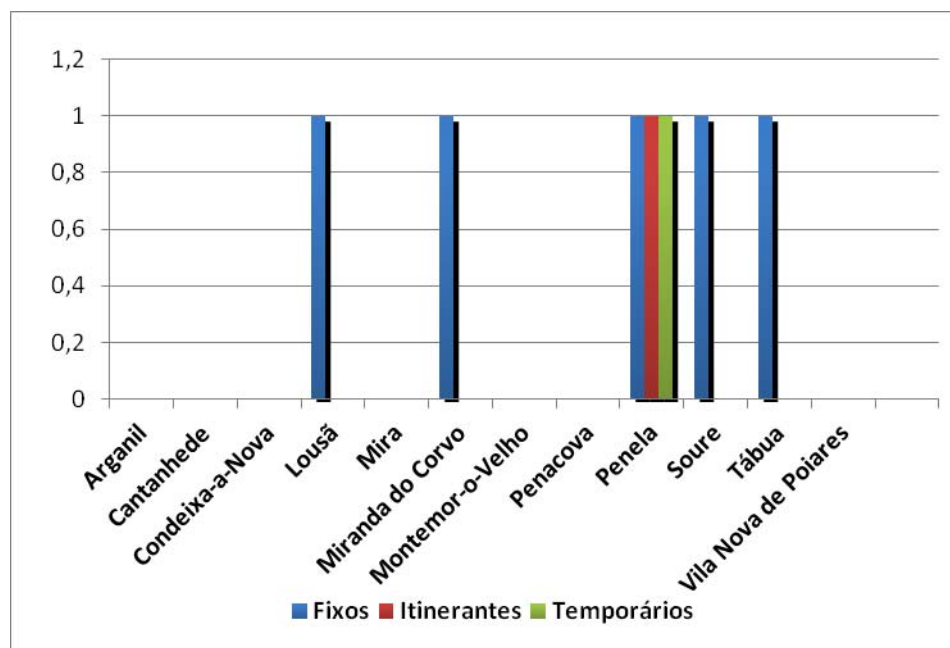
2006



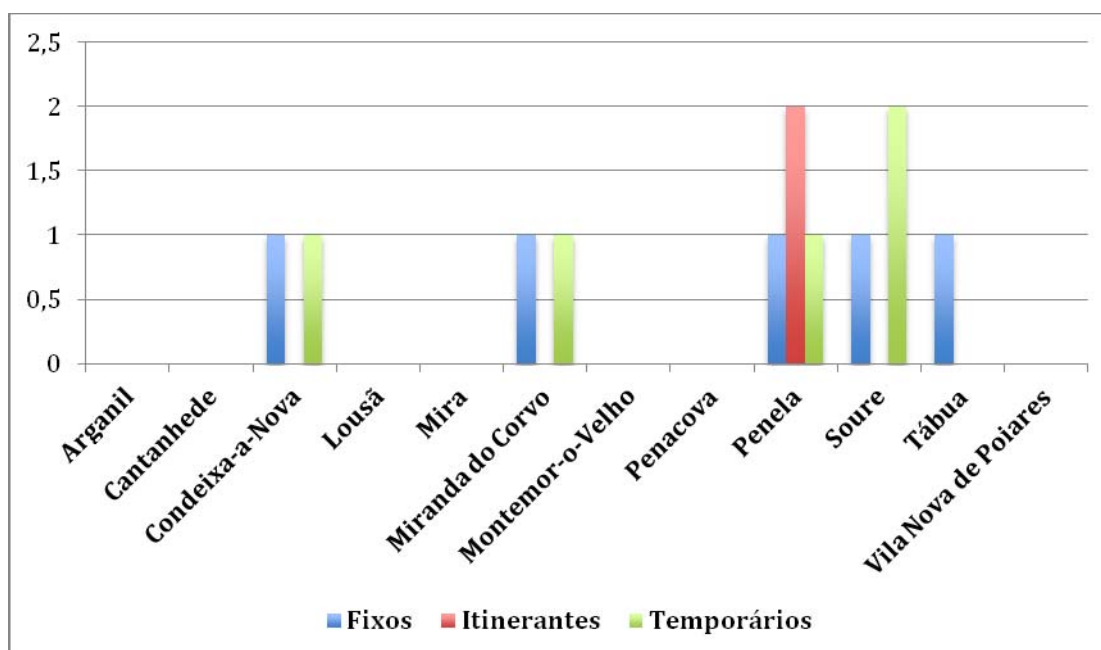
2007



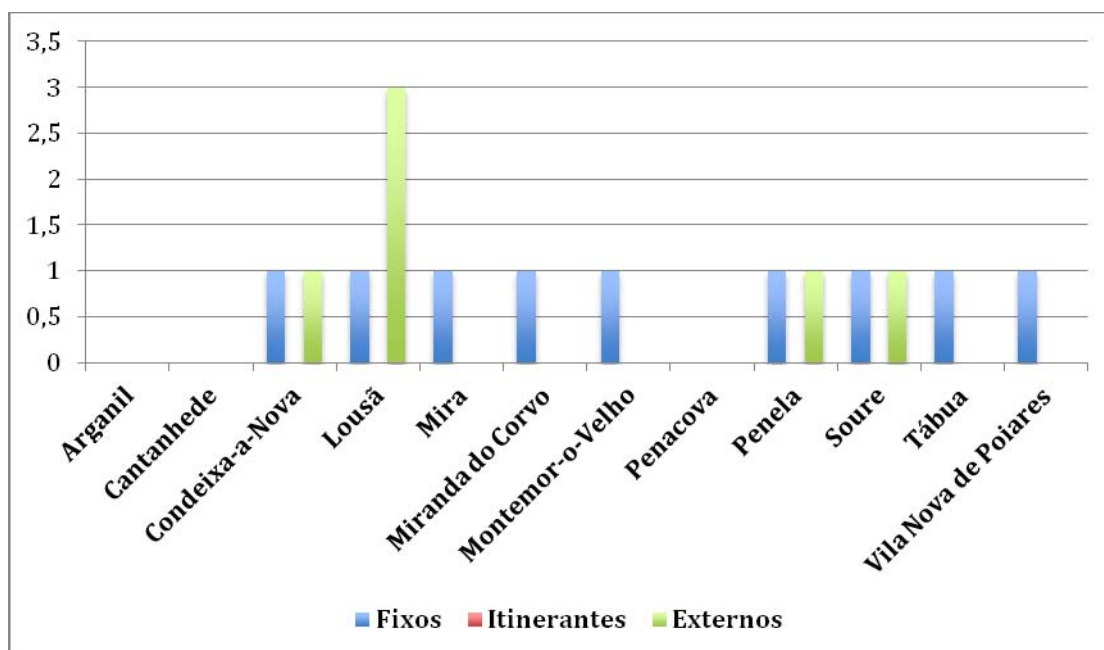
2008



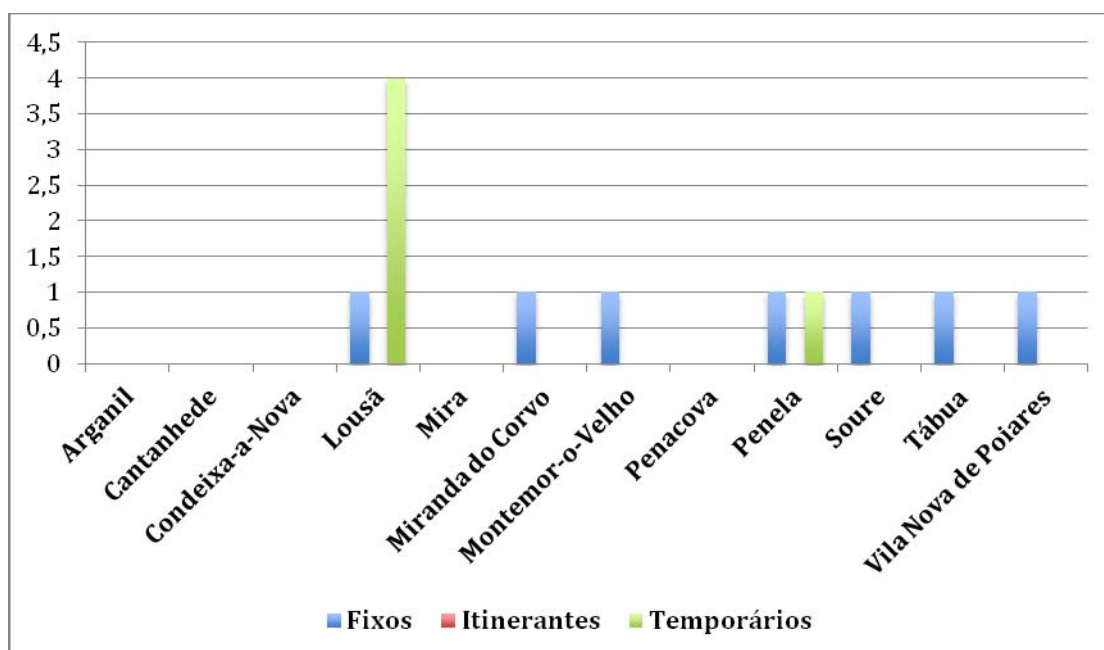
2009



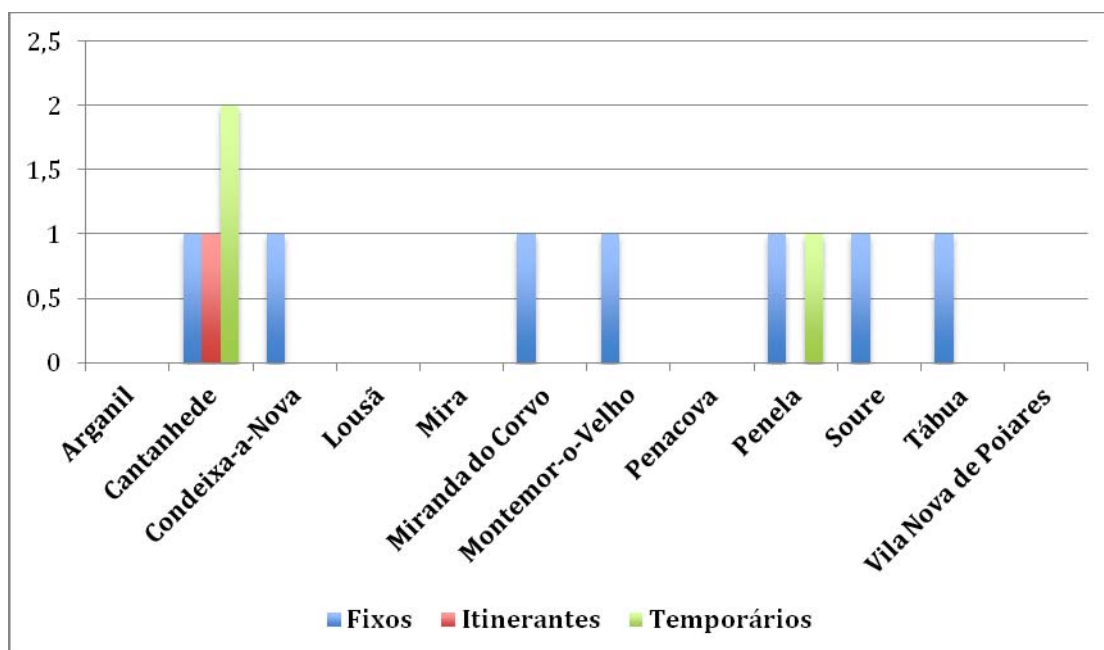
2010



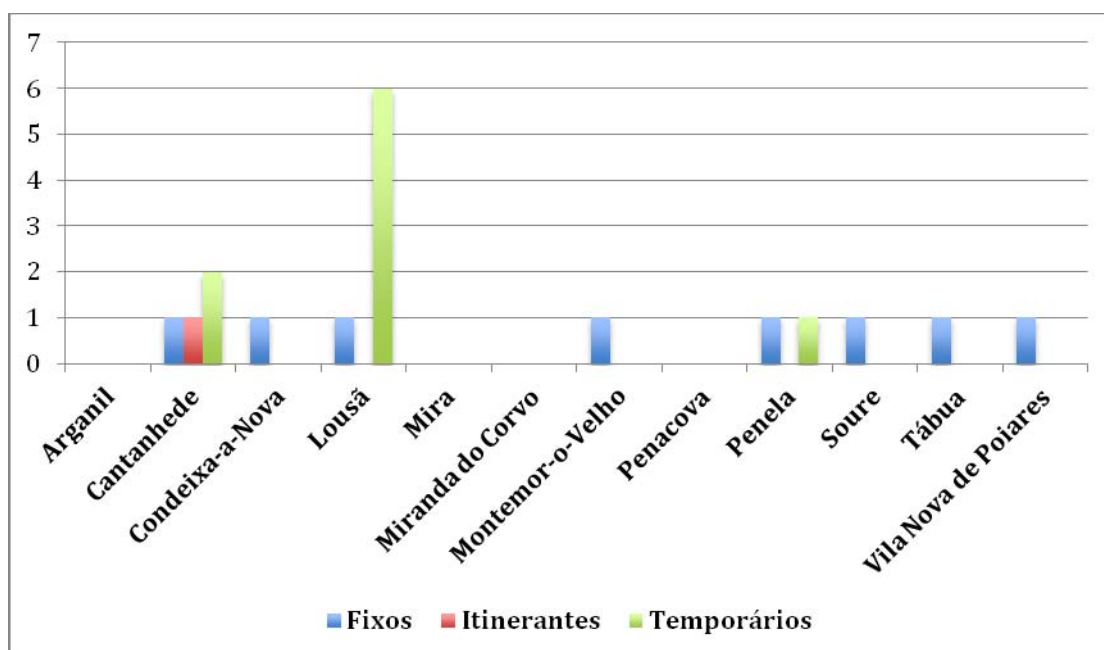
2011



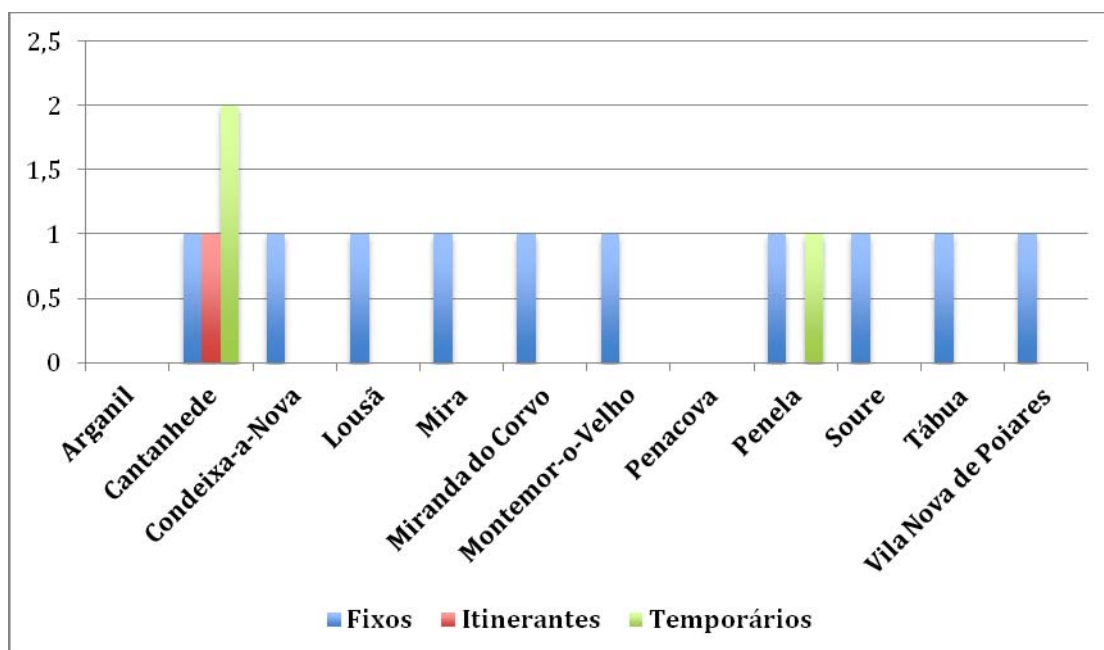
2012



2013



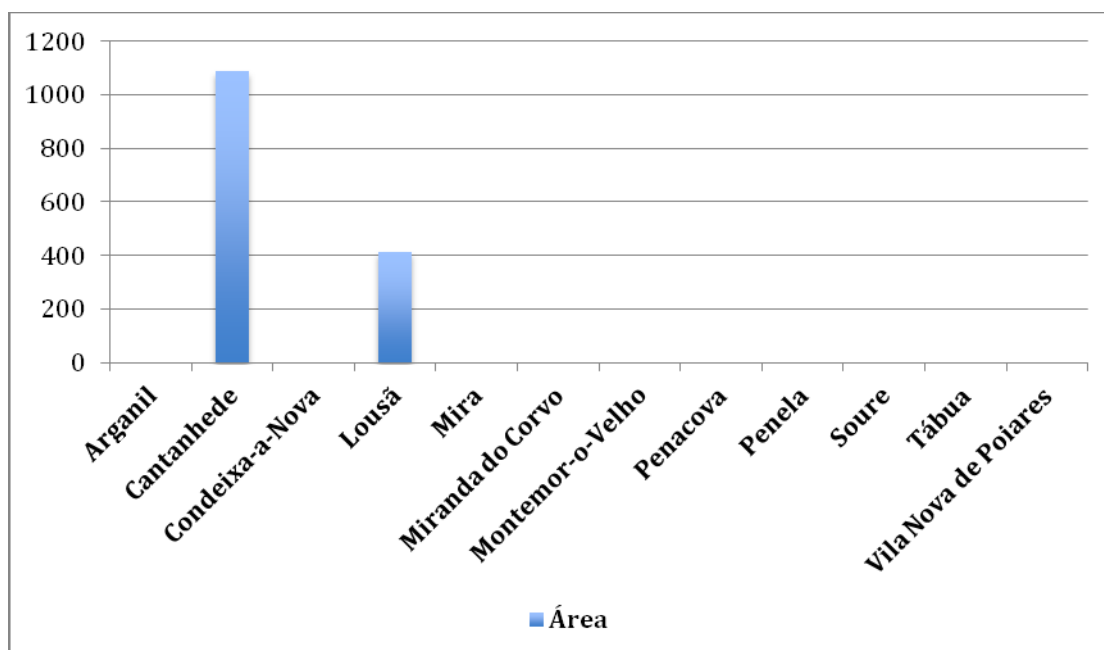
2014



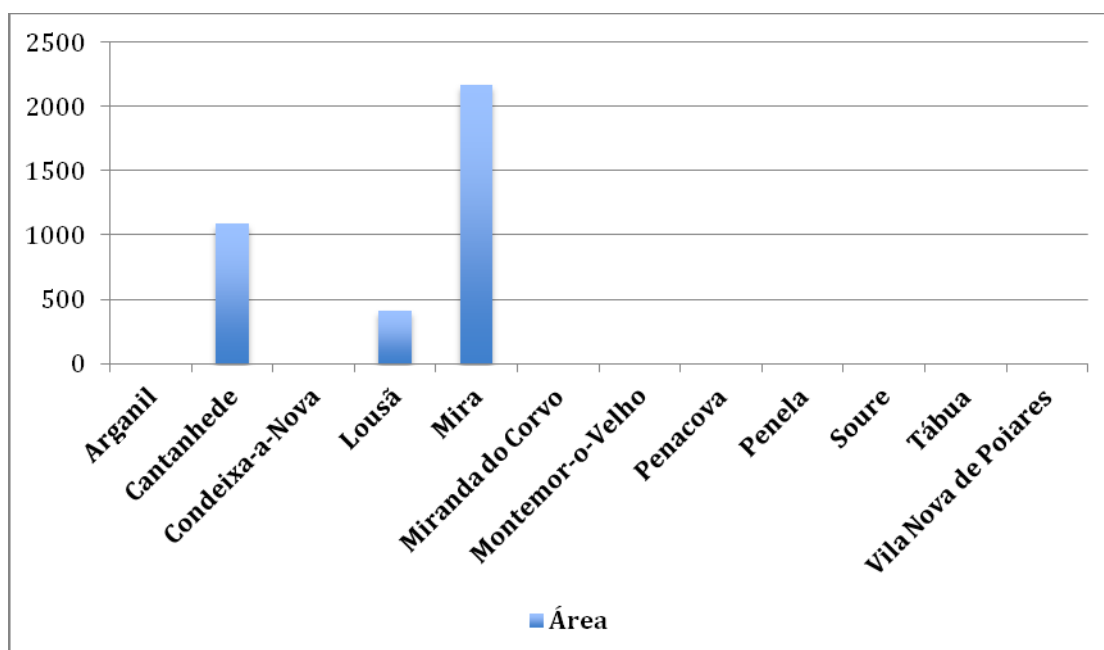
Dados referentes a:

ÁREAS FIXOS (ÚTIL M2)

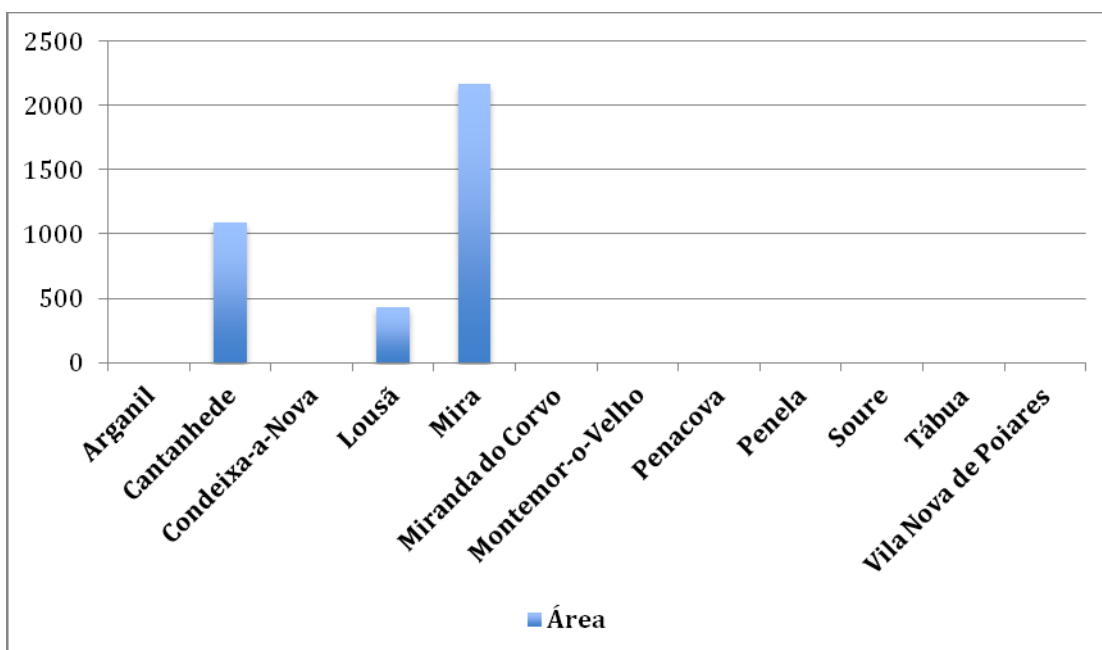
1995



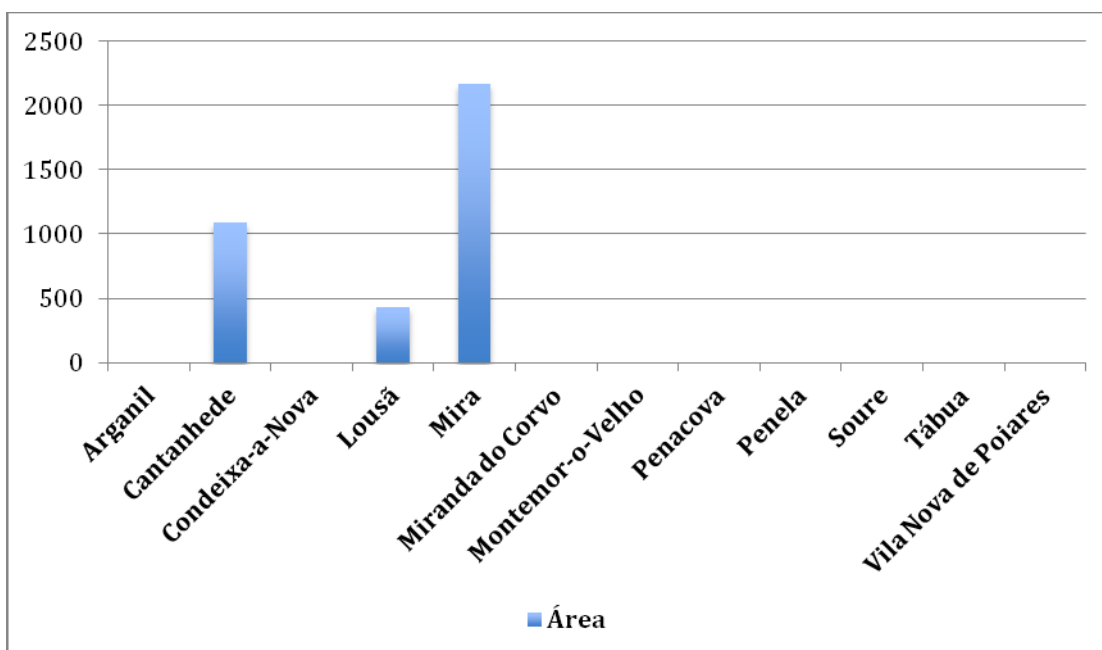
1996



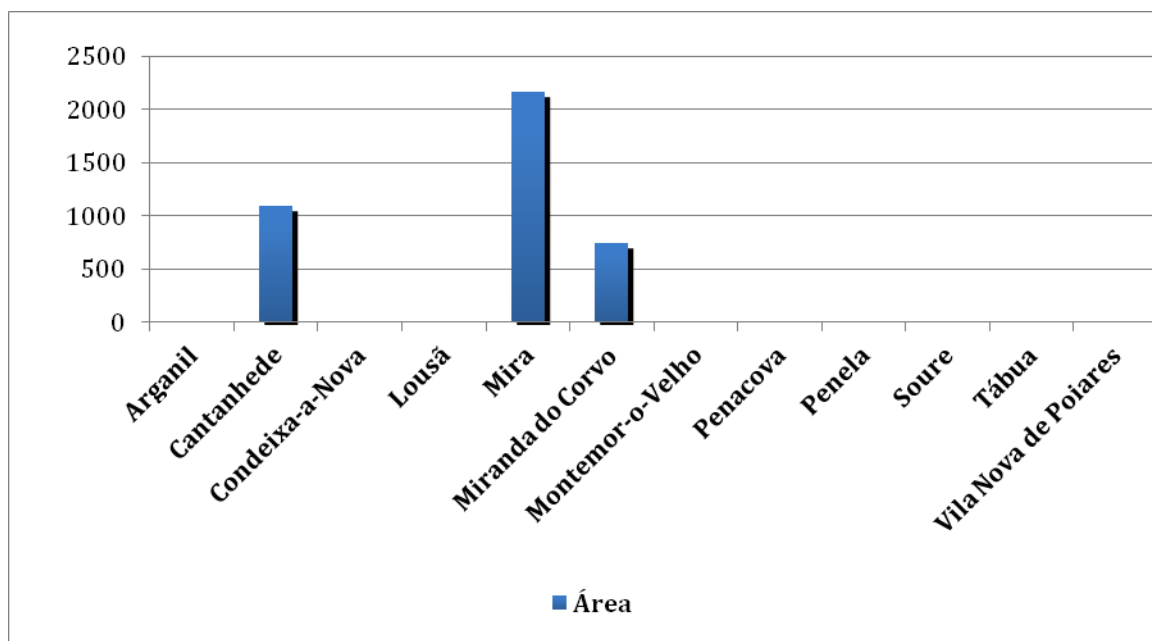
1997



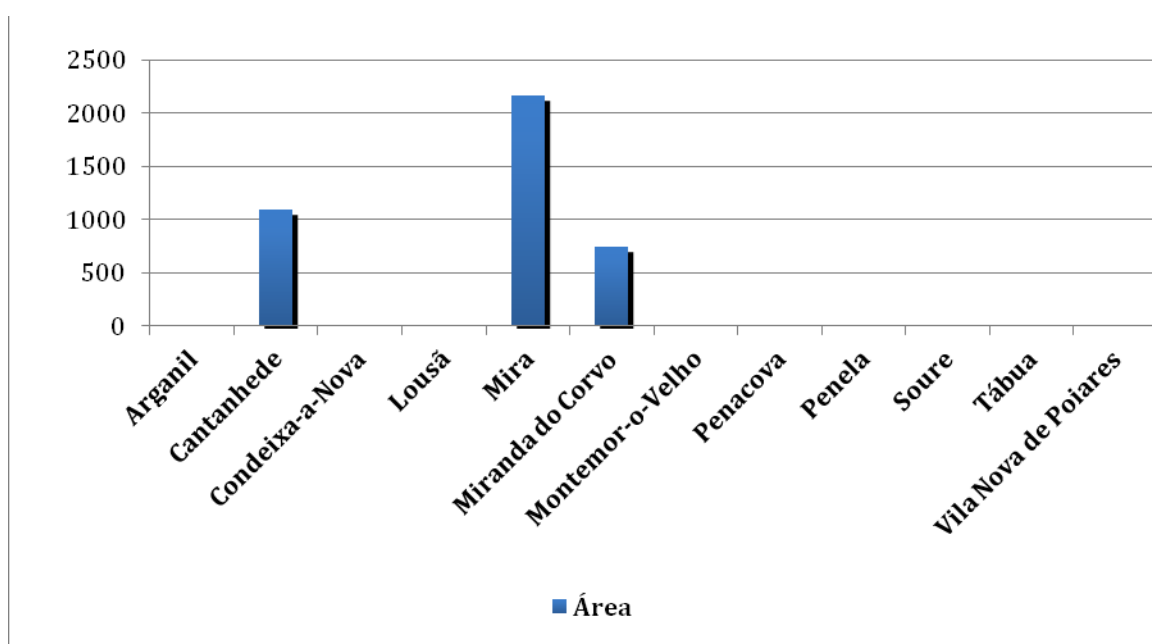
1998



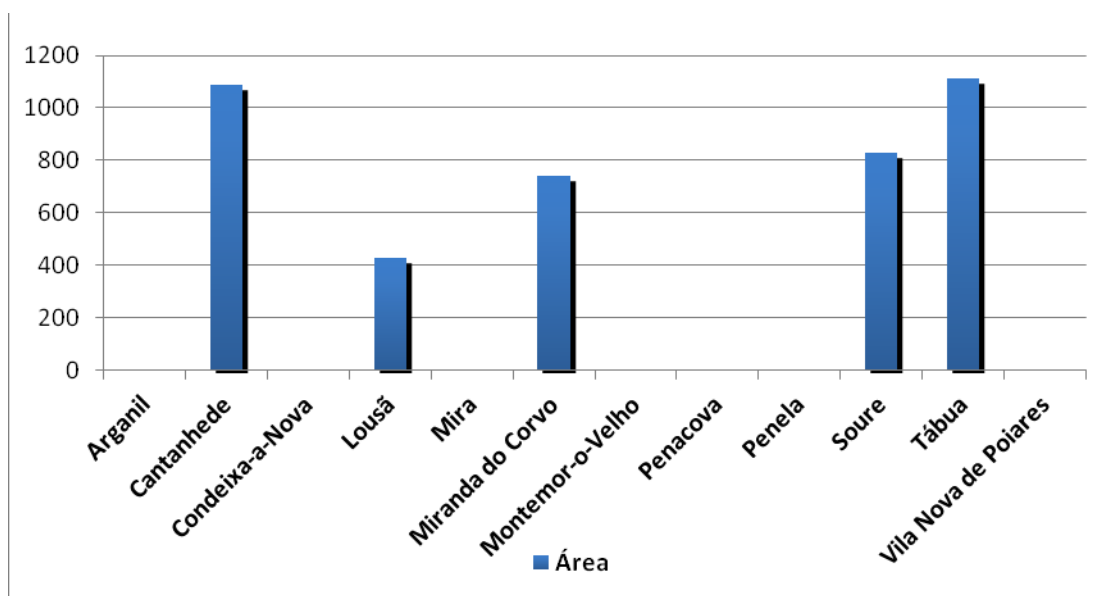
1999



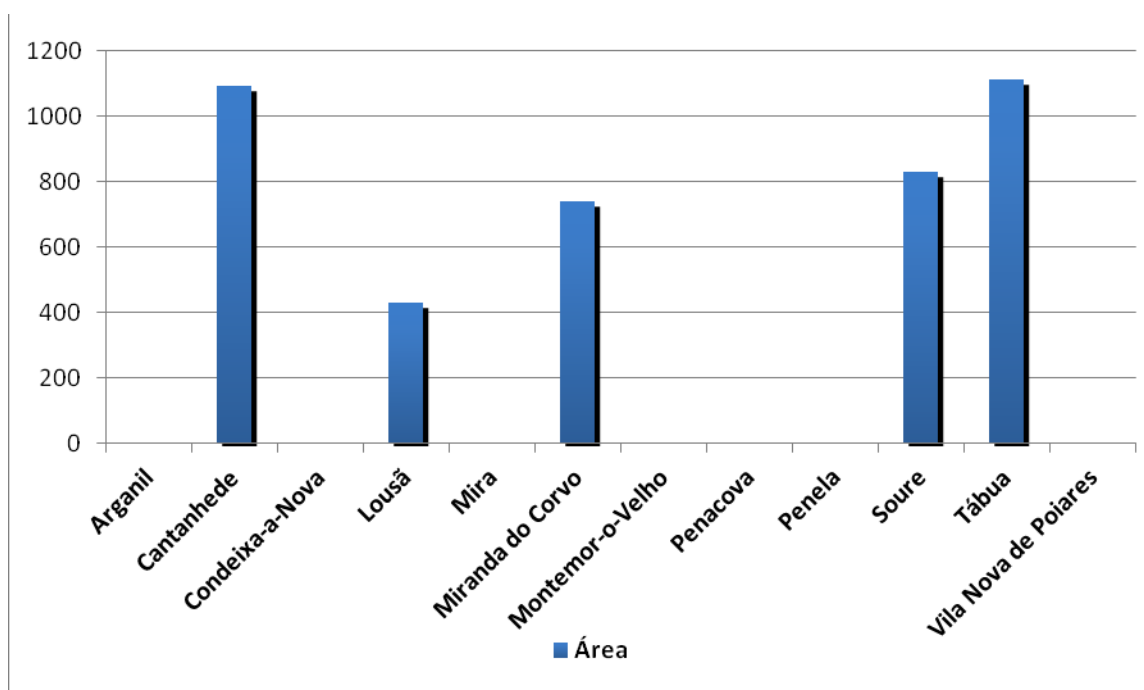
2001



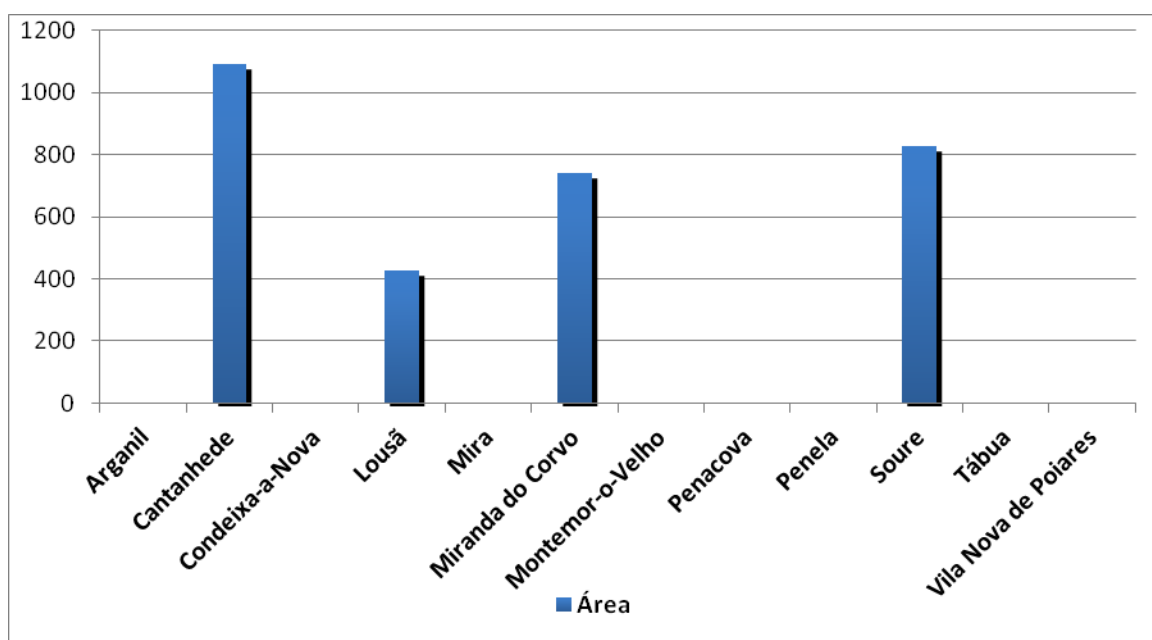
2002



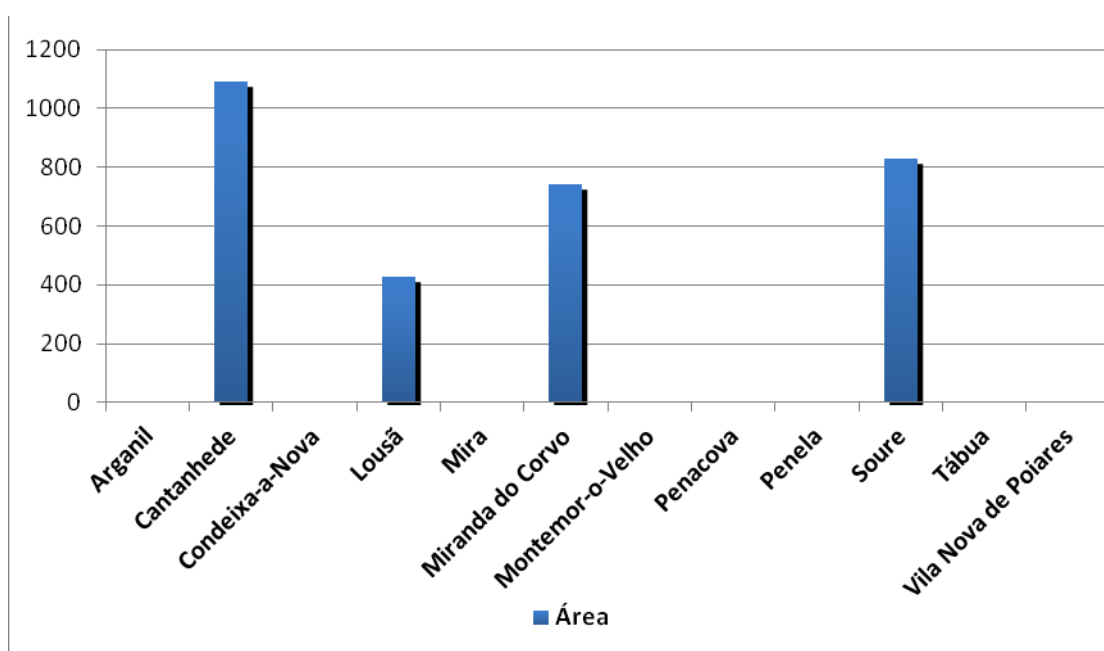
2003



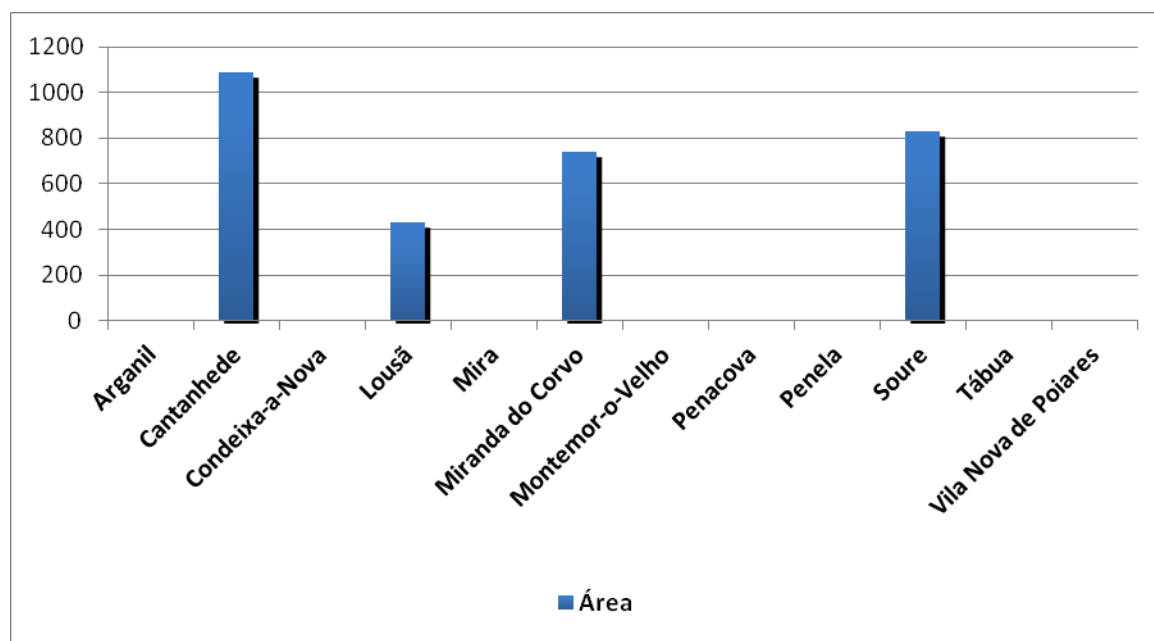
2004



2005

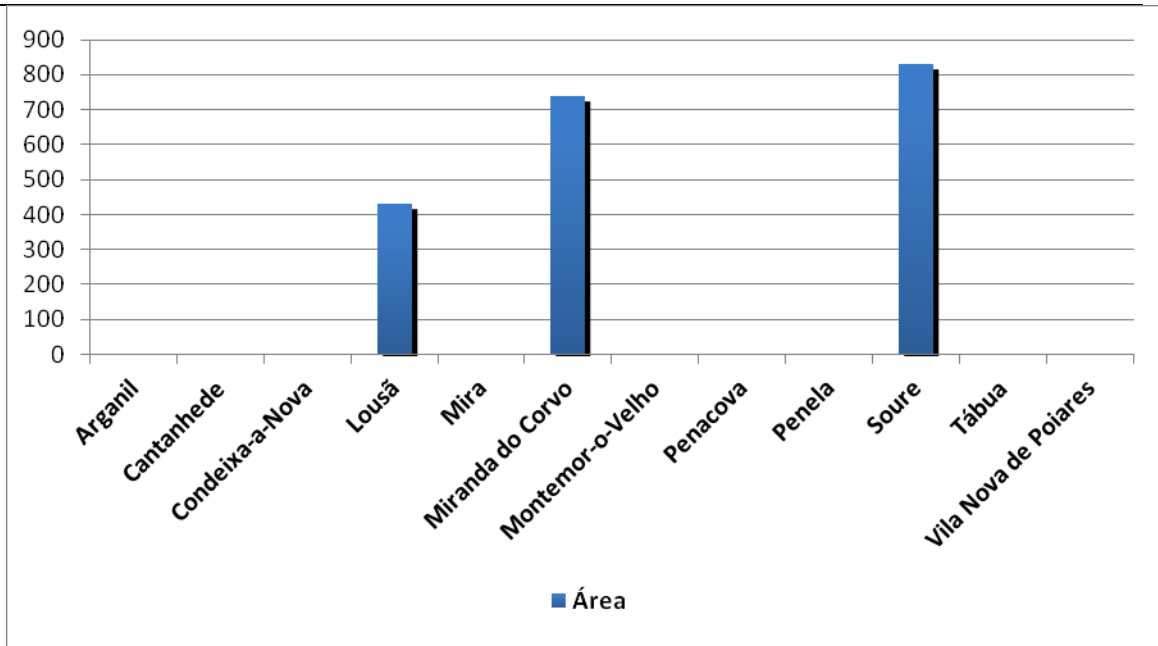


2006

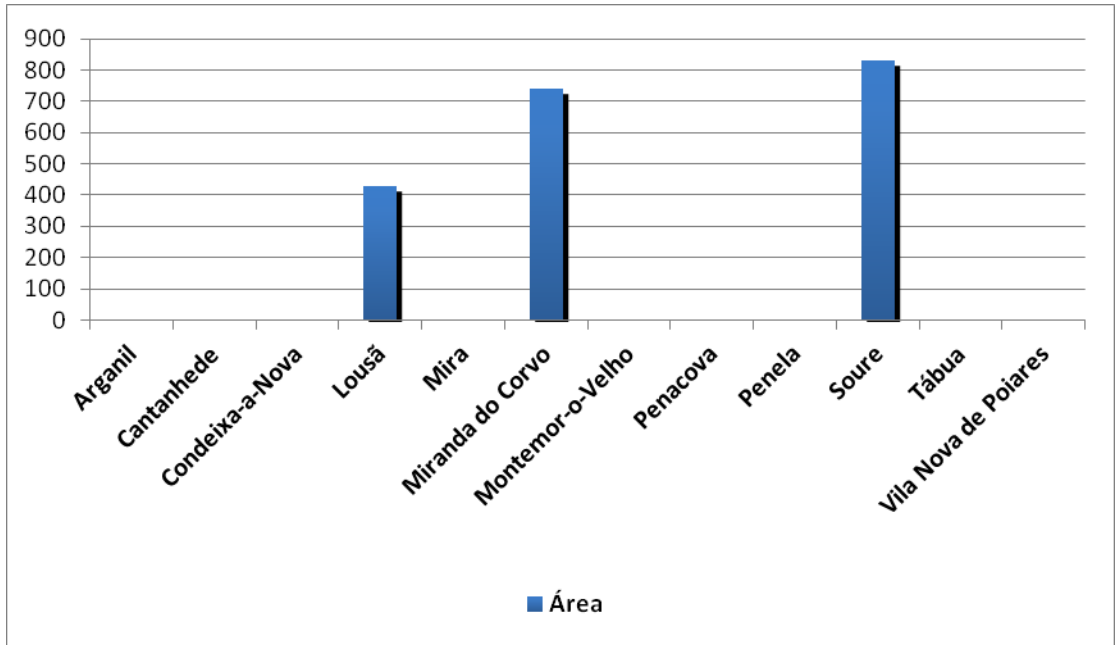


2007

A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)

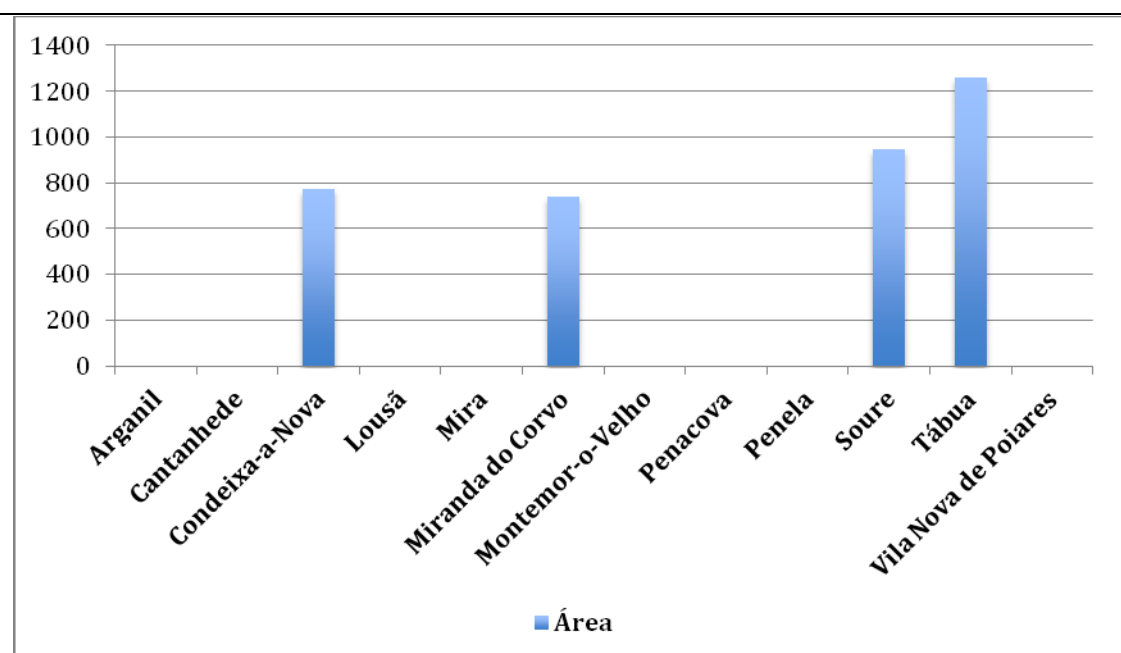


2008

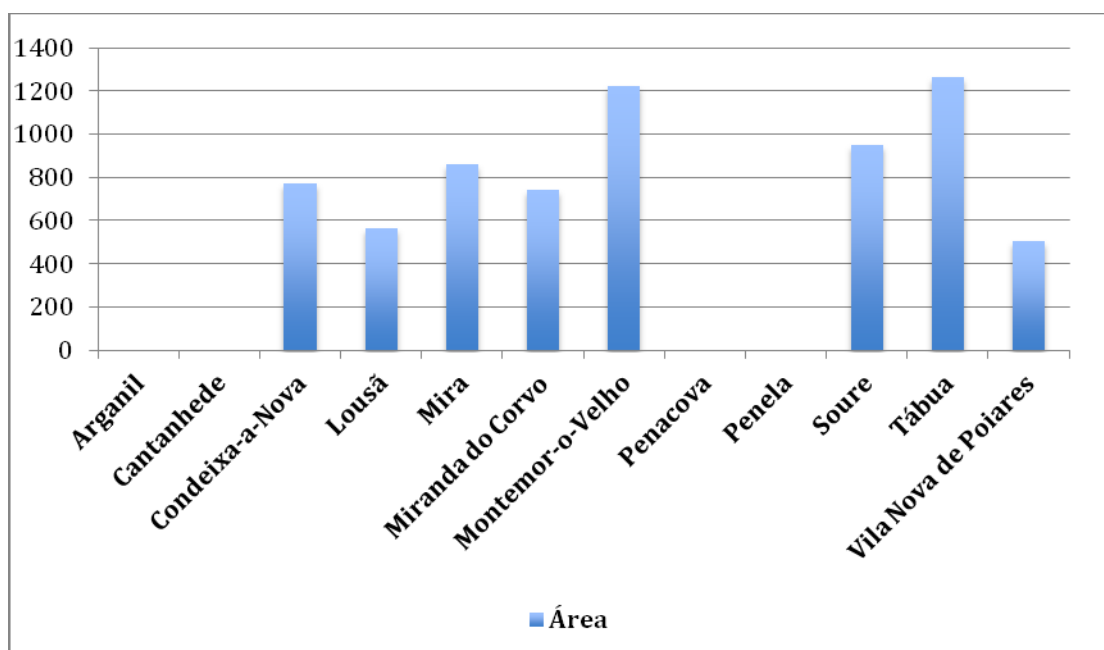


2009

A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)

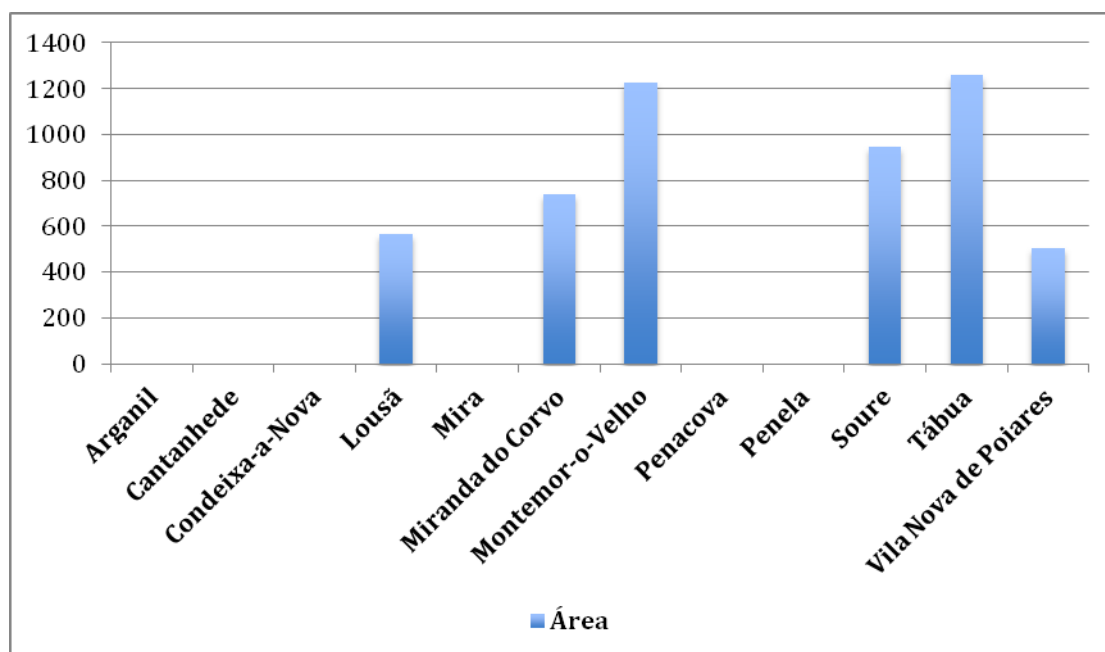


2010

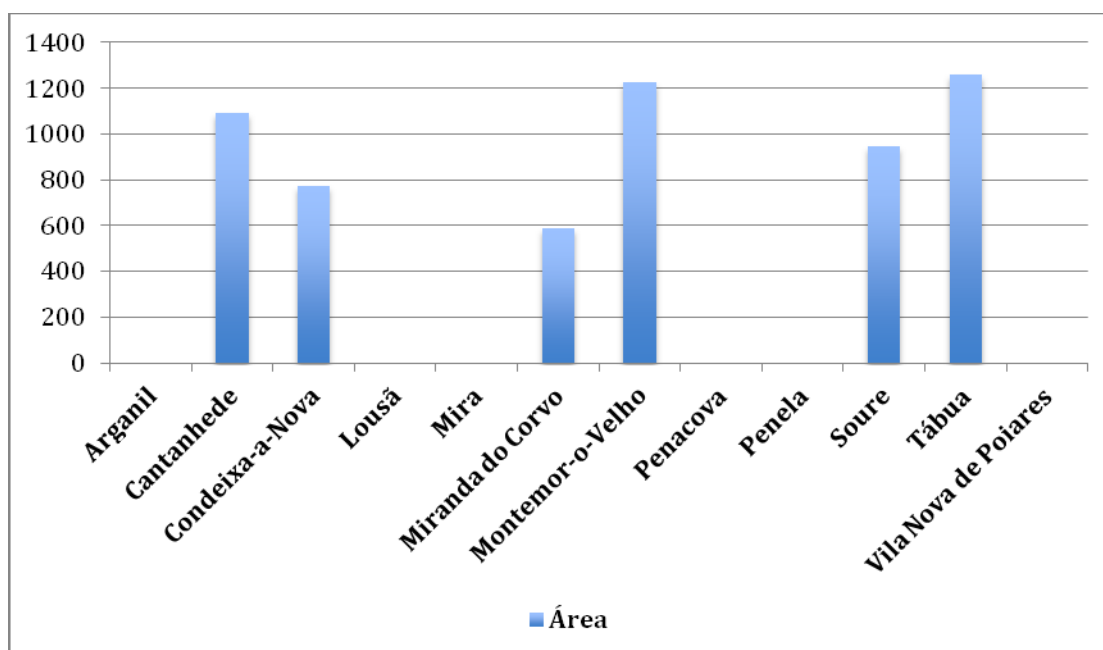


2011

A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)

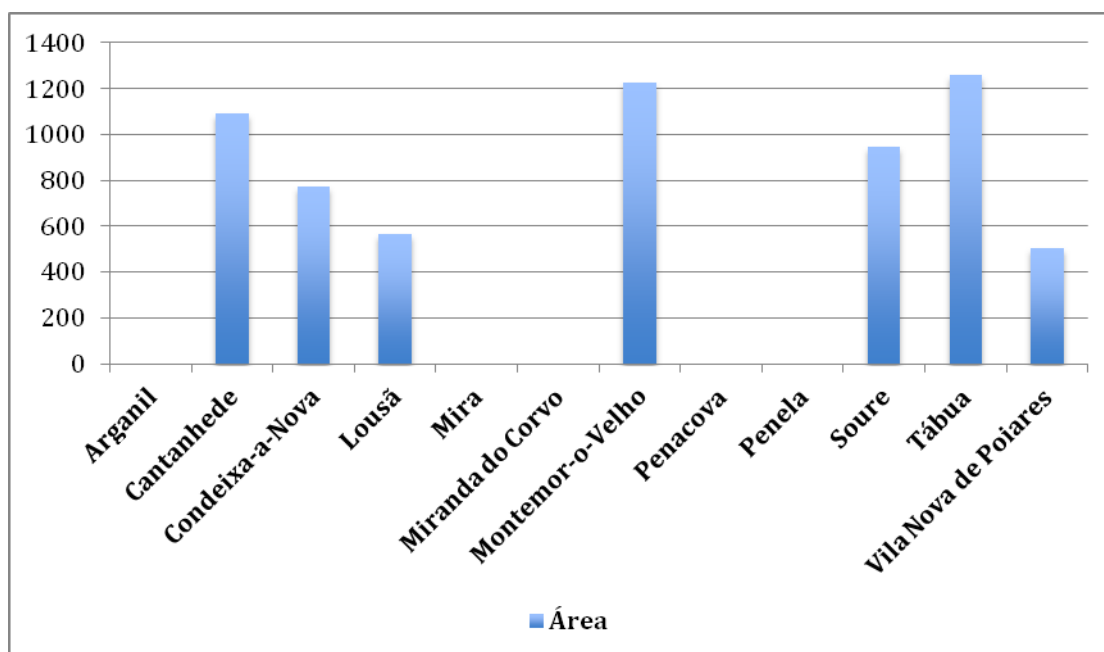


2012

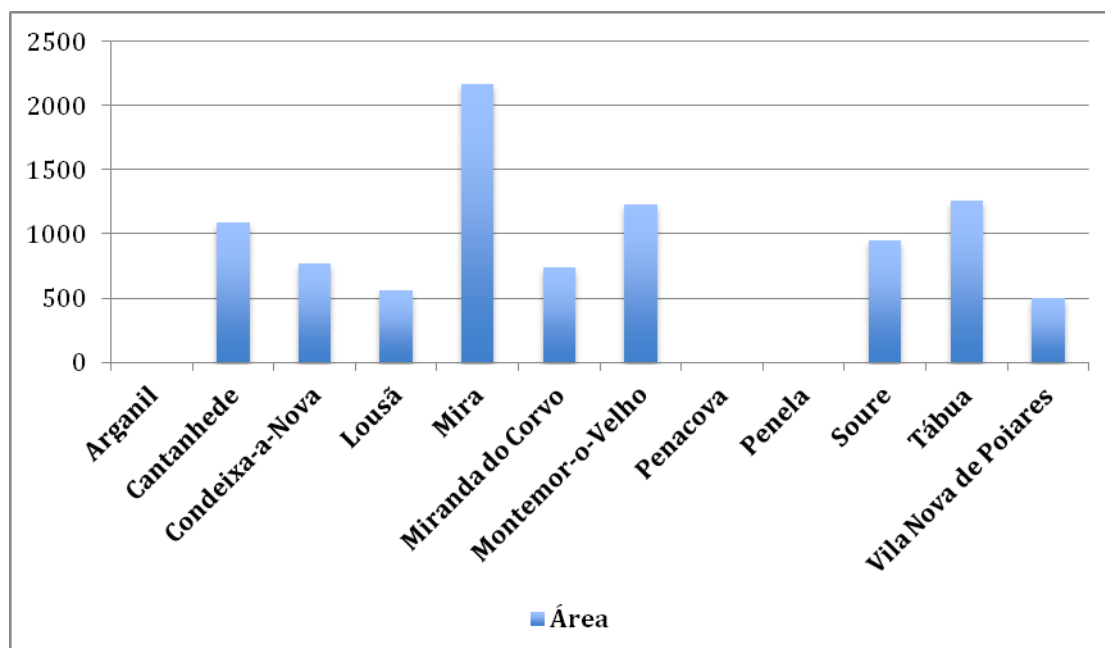


2013

A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)



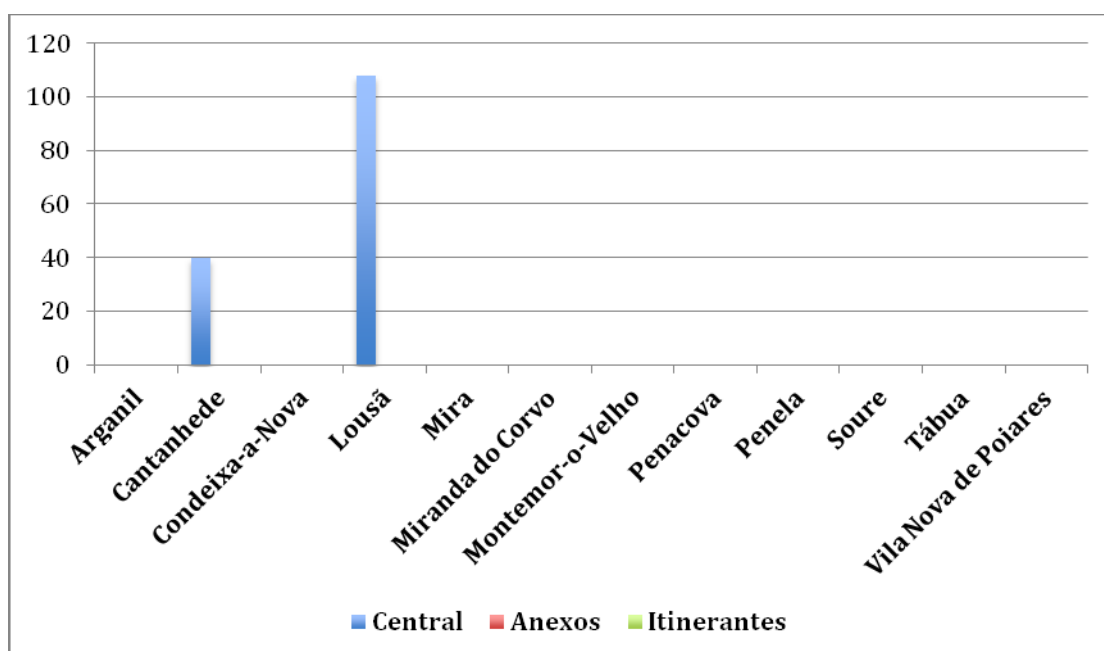
2014



Dados referentes a:

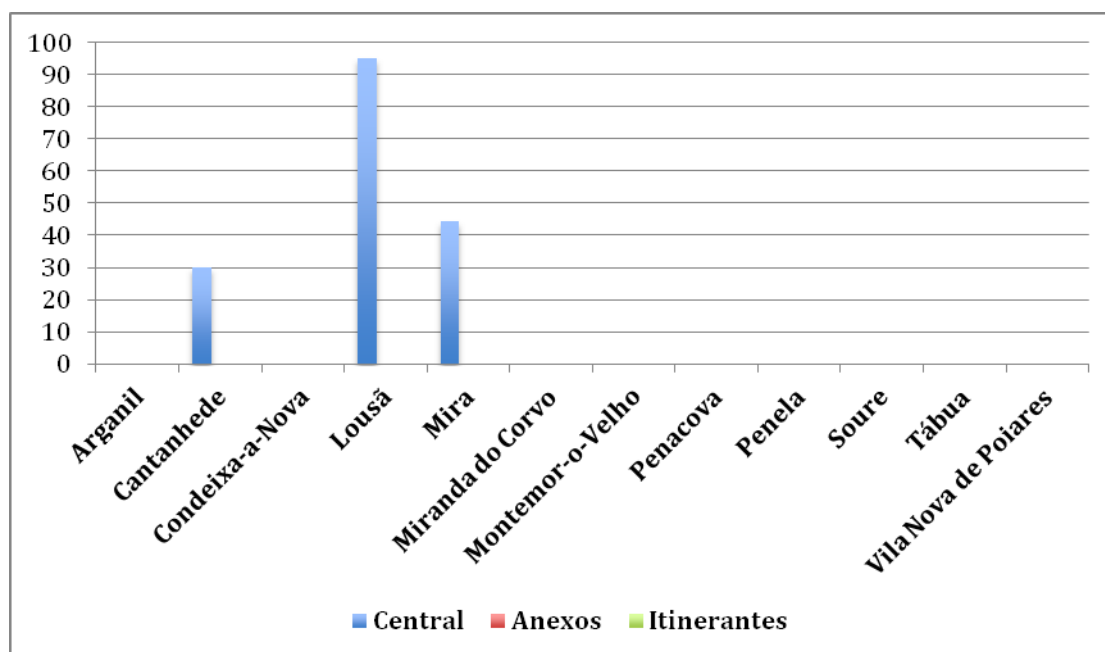
HORAS SEMANAIS DE ABERTURA AO PÚBLICO

1992

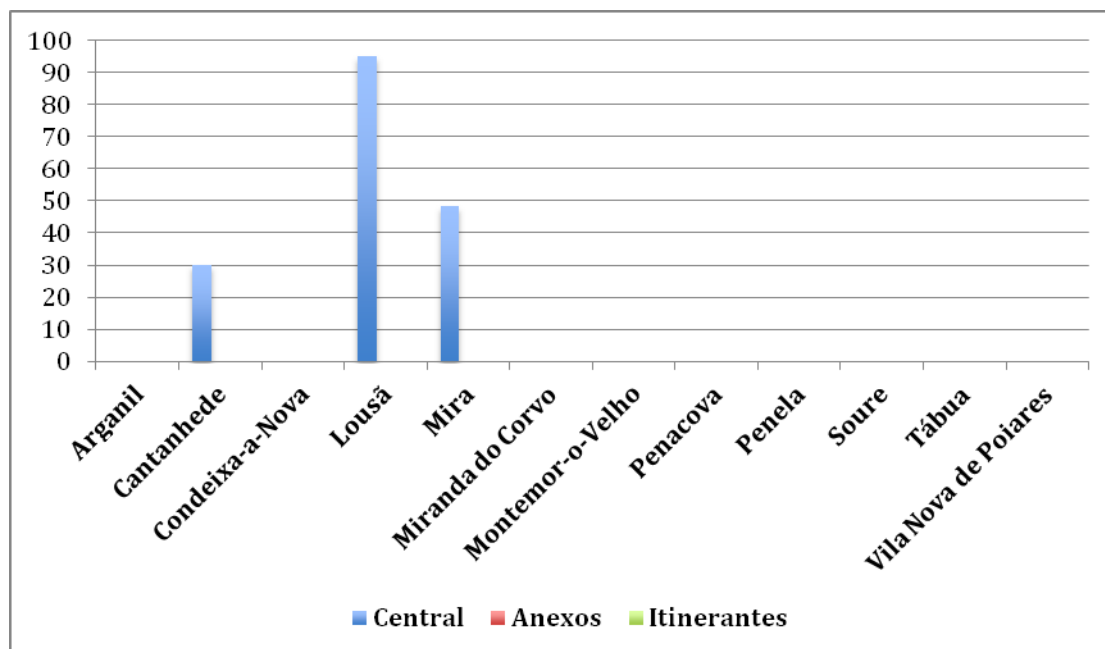


1995

A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)

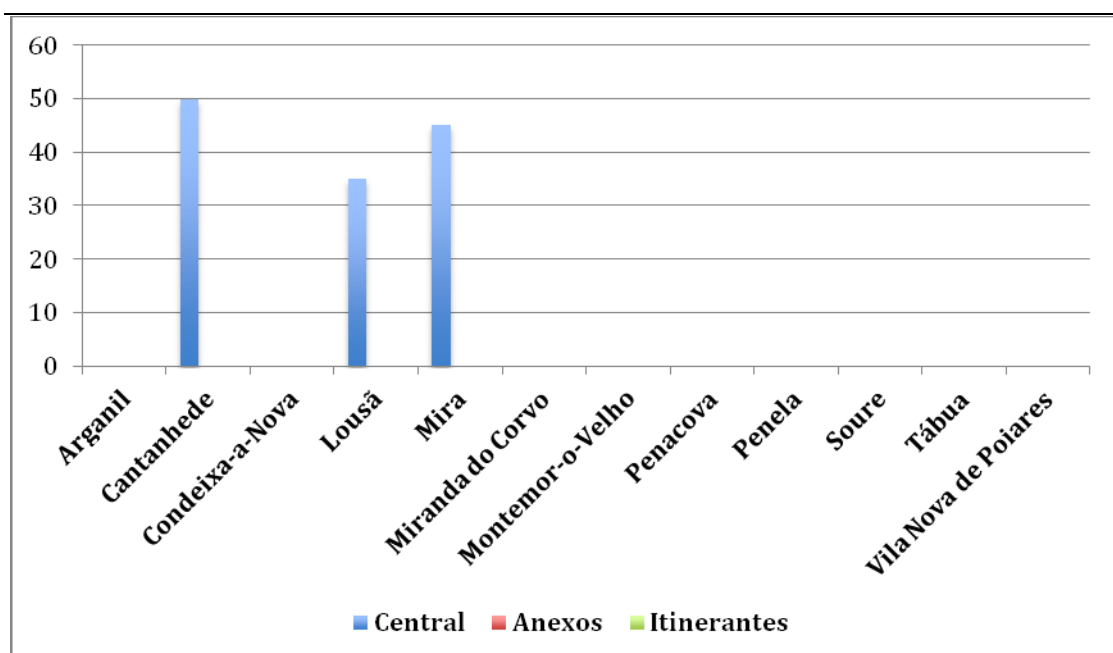


1996

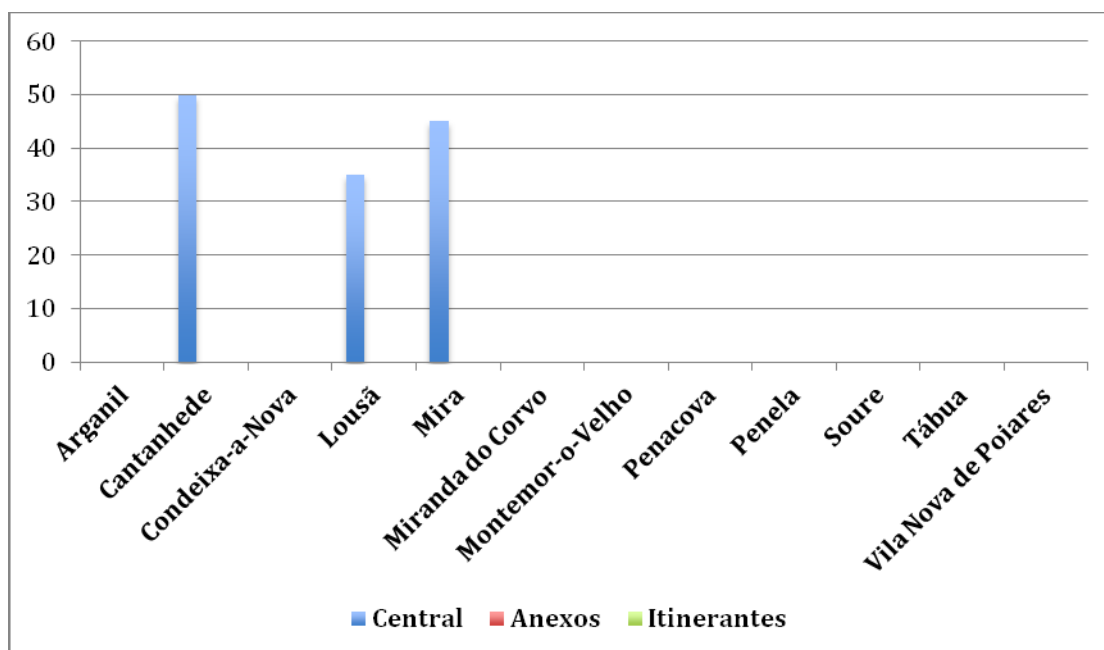


1997

A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)

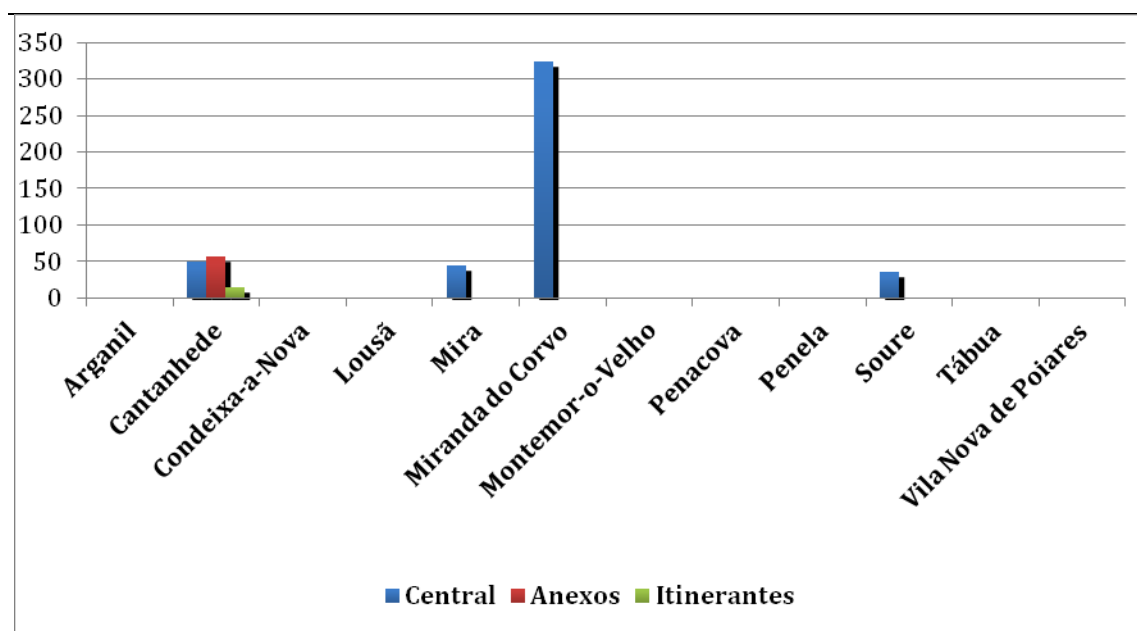


1998

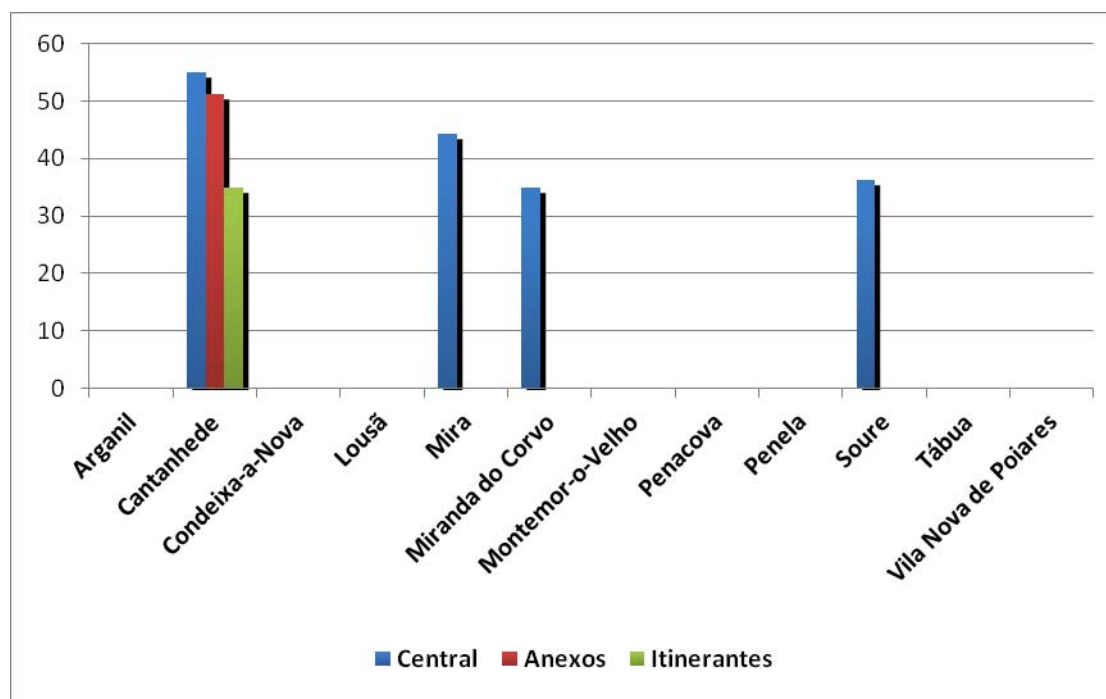


1999

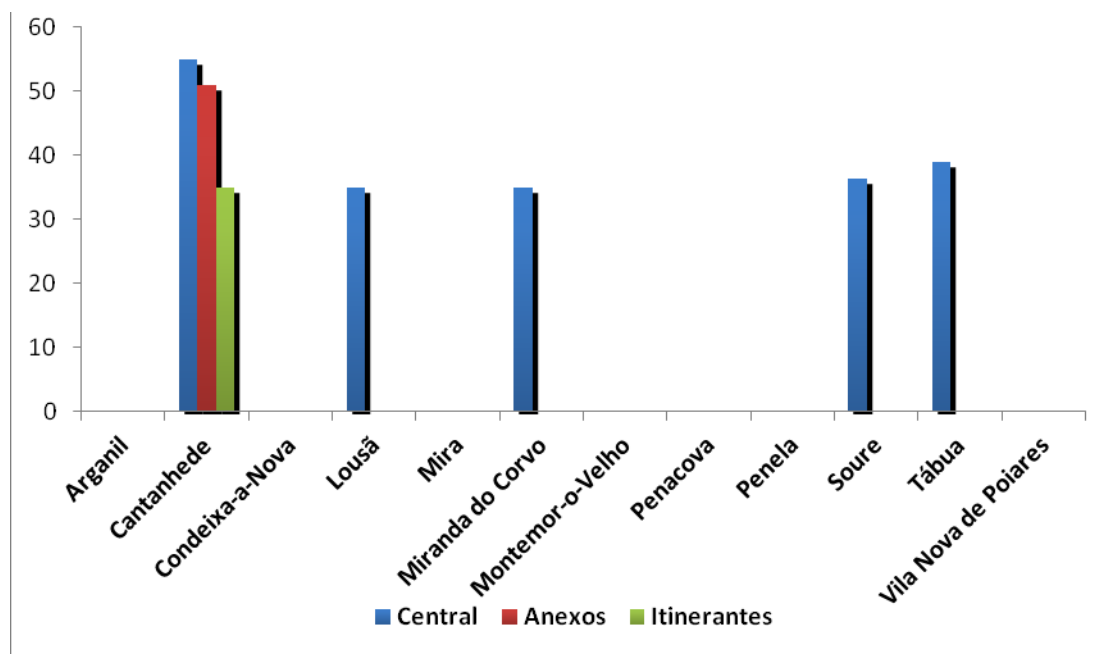
A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)



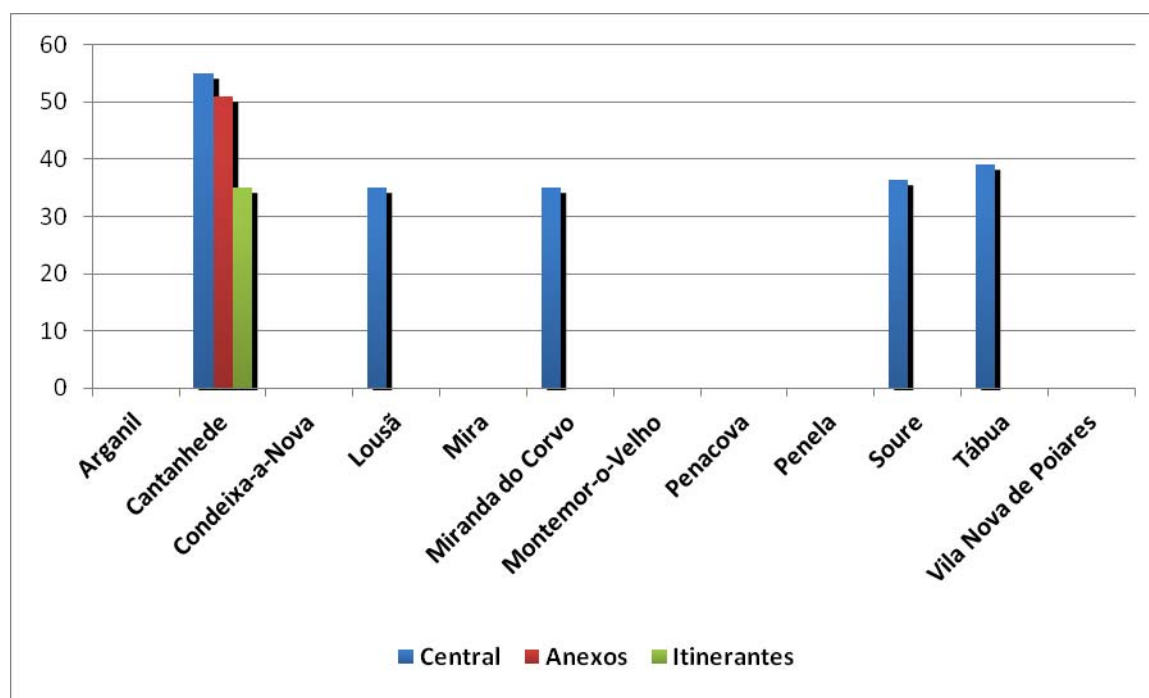
2001



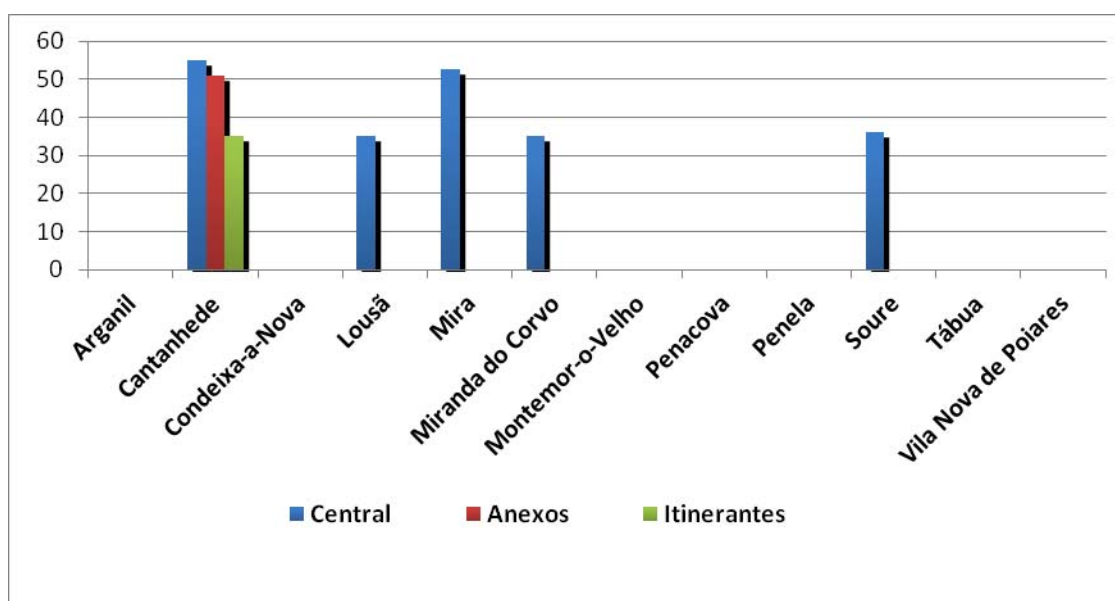
2002



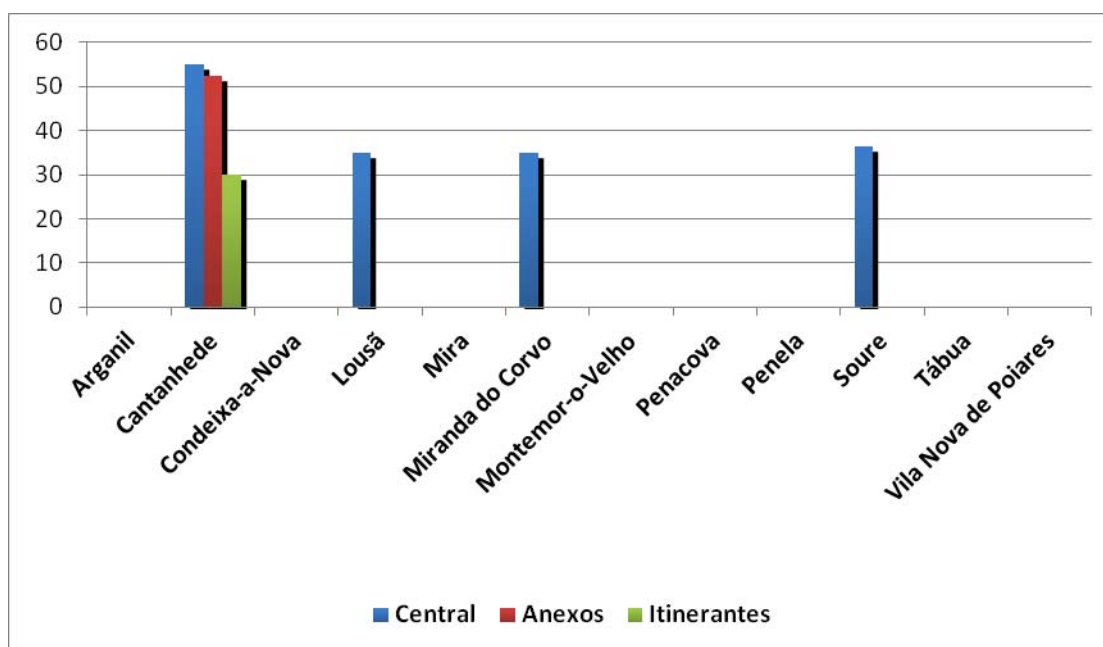
2003



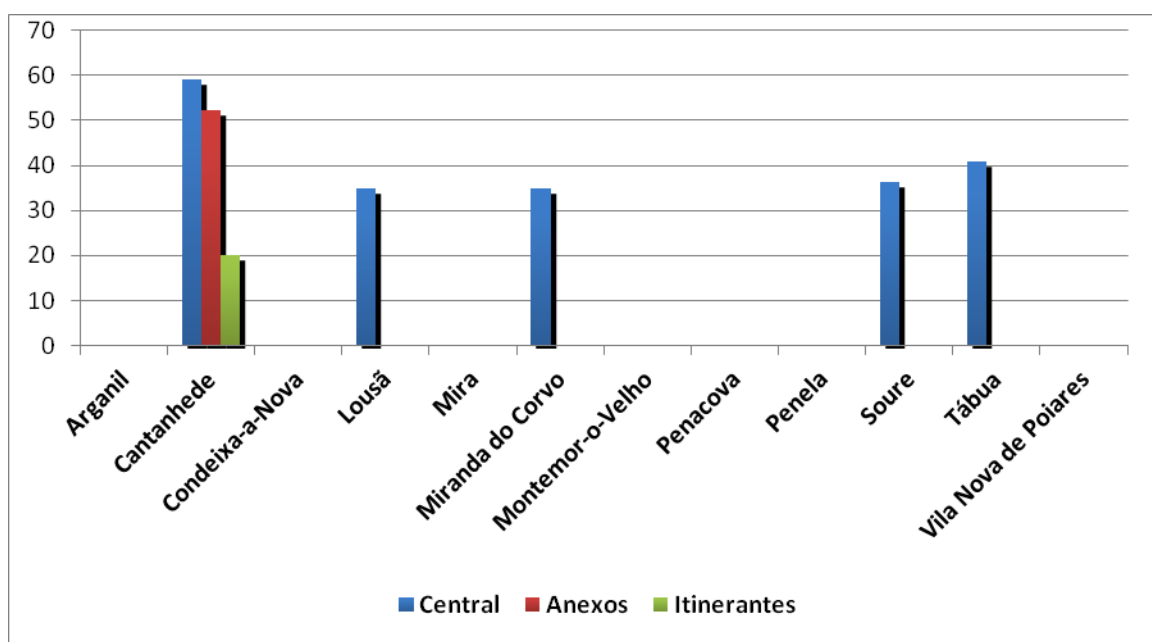
2004



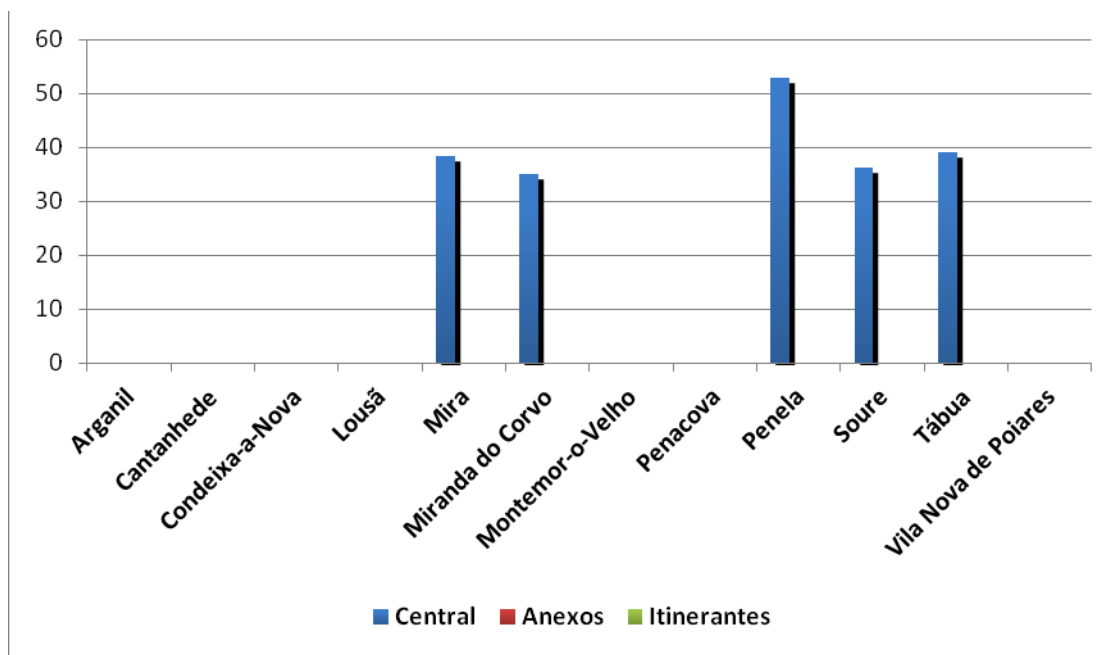
2005



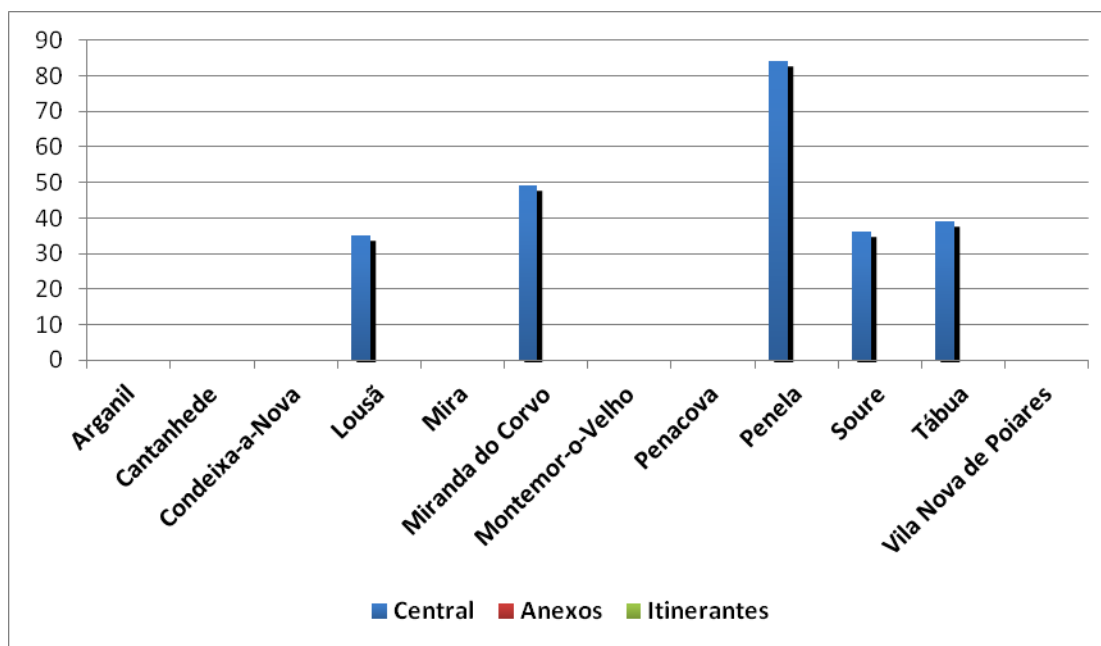
2006



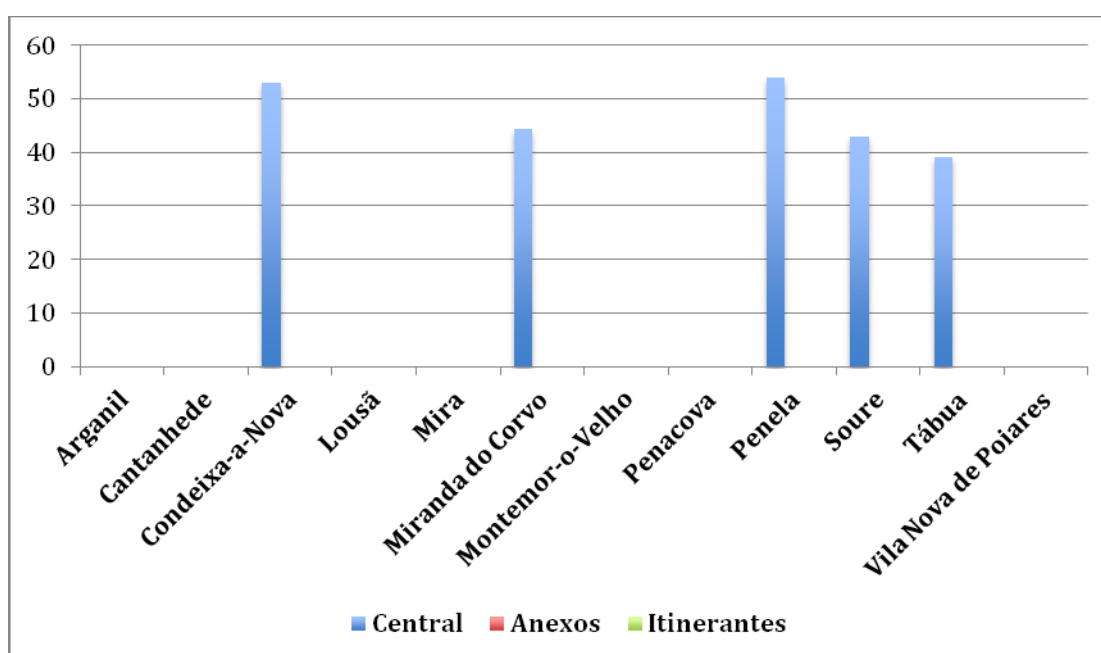
2007



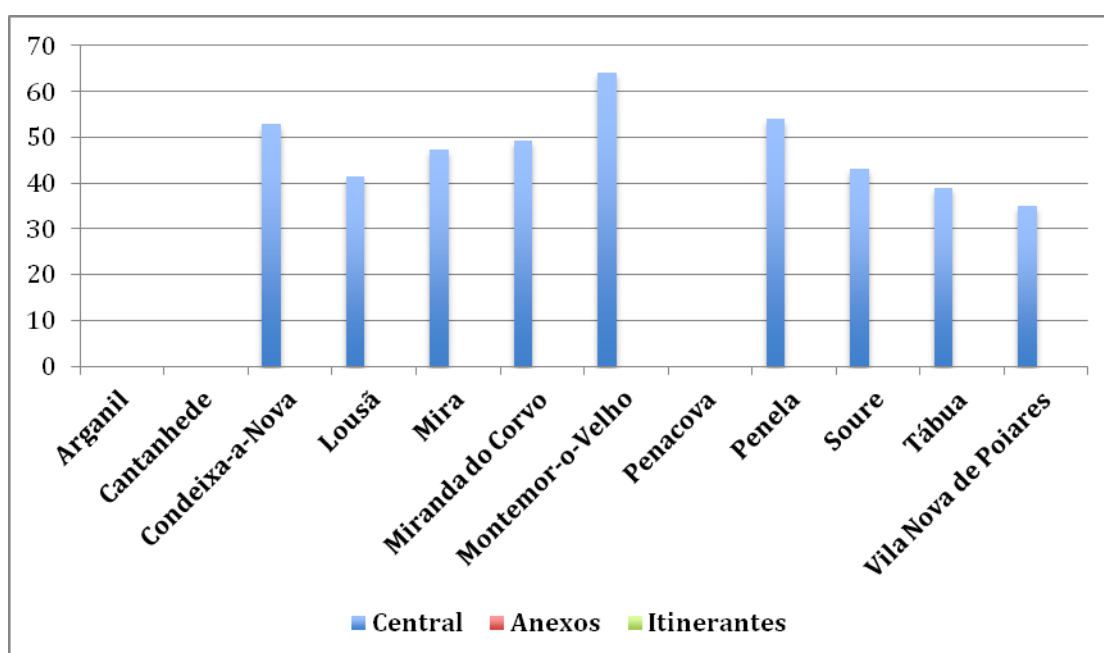
2008



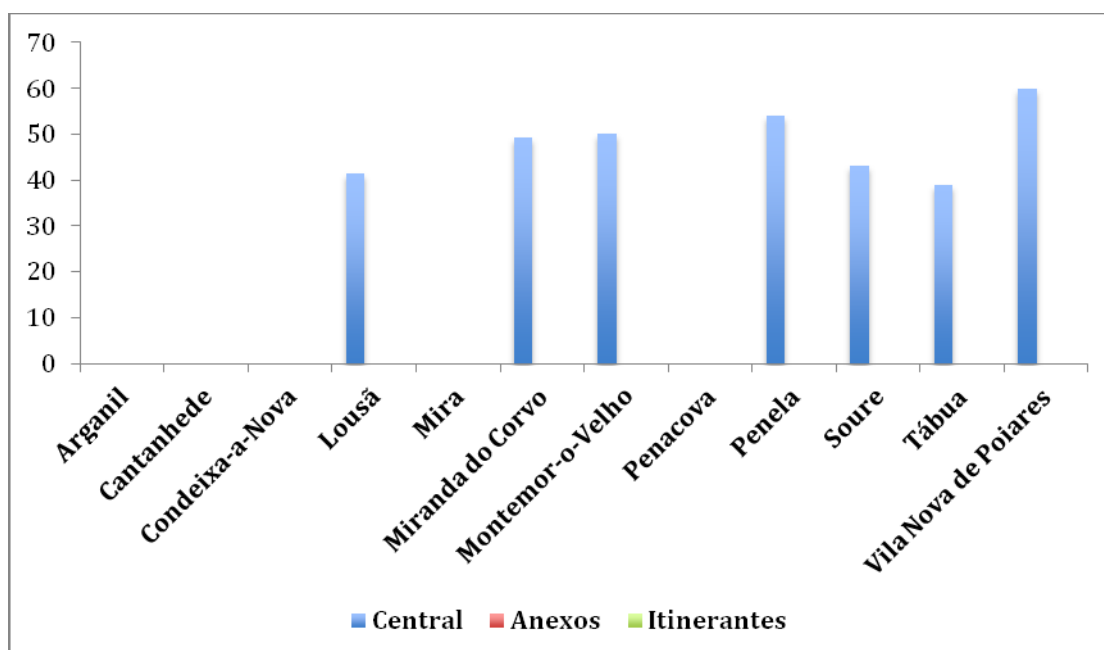
2009



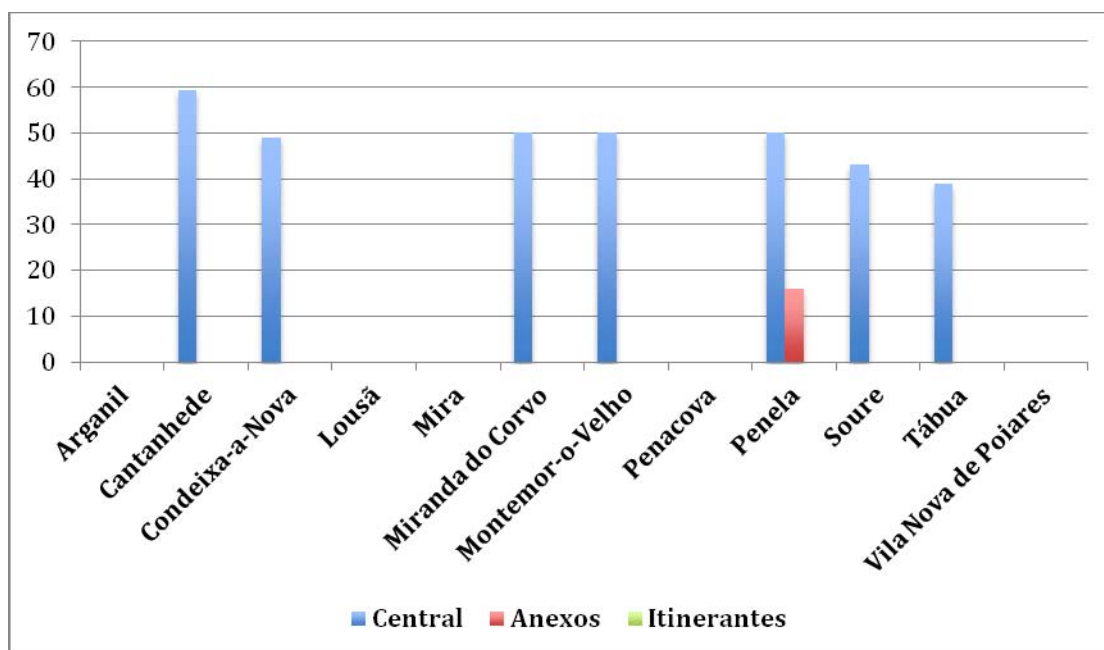
2010



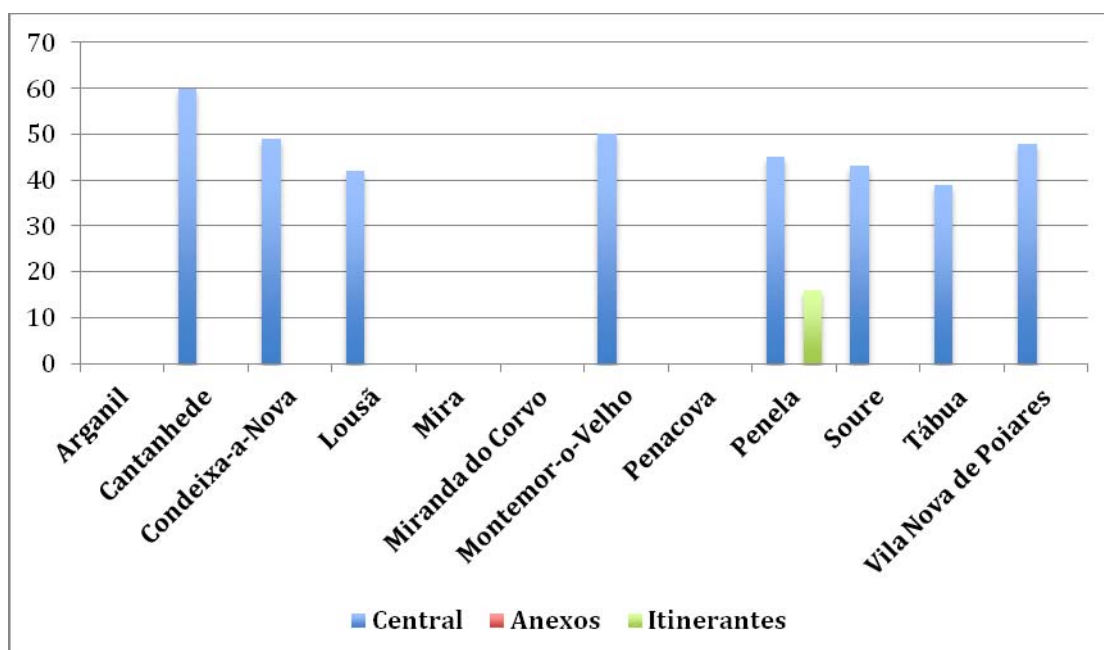
2011



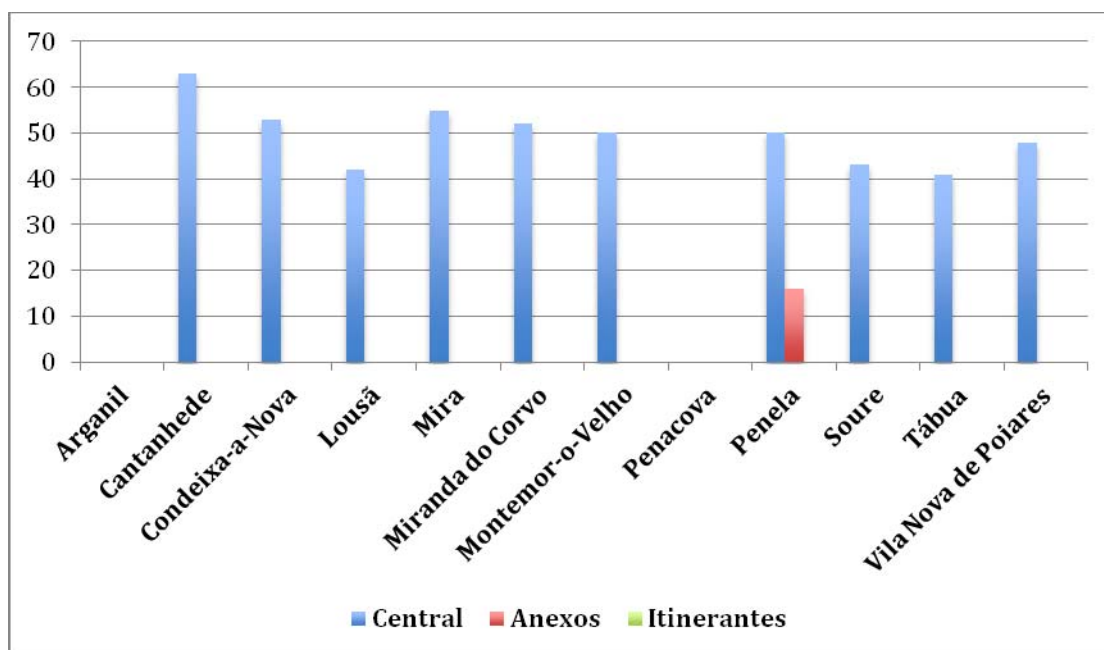
2012



2013

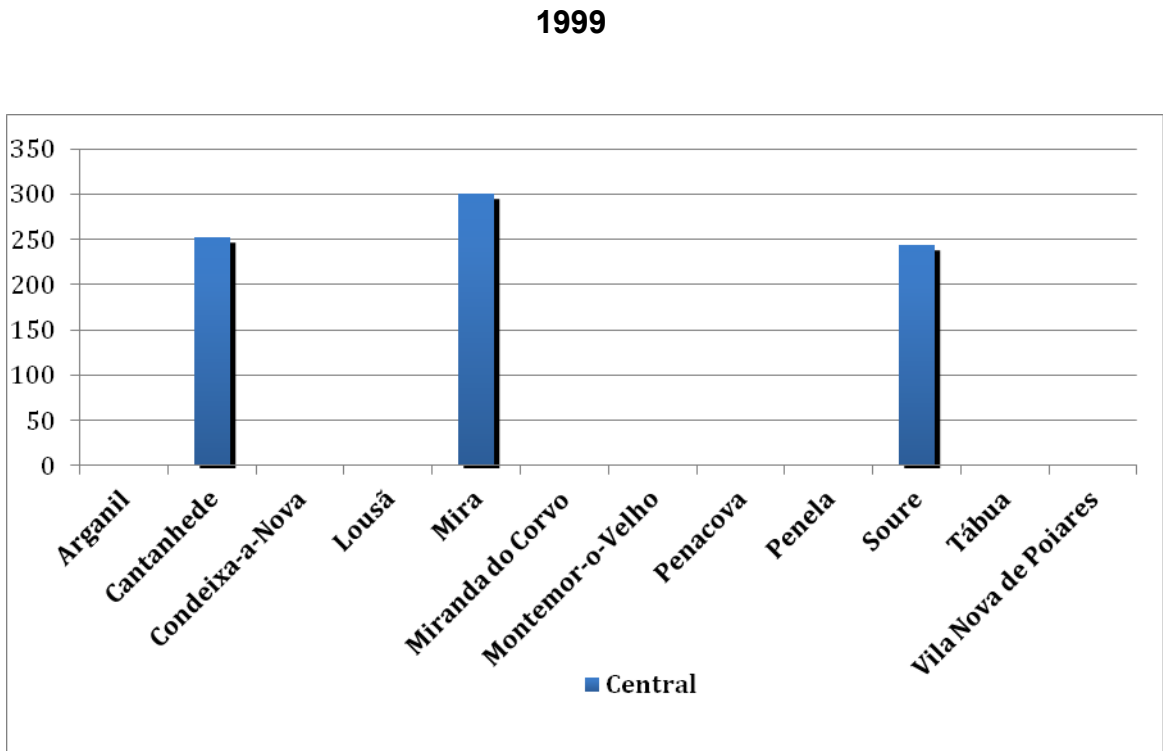


2014

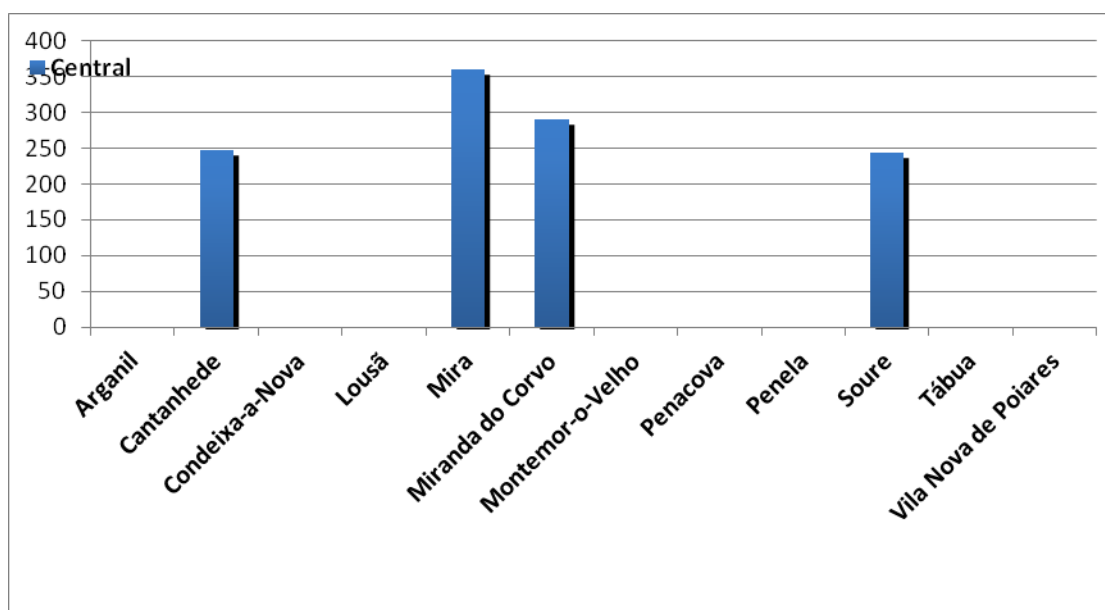


Dados referentes a:

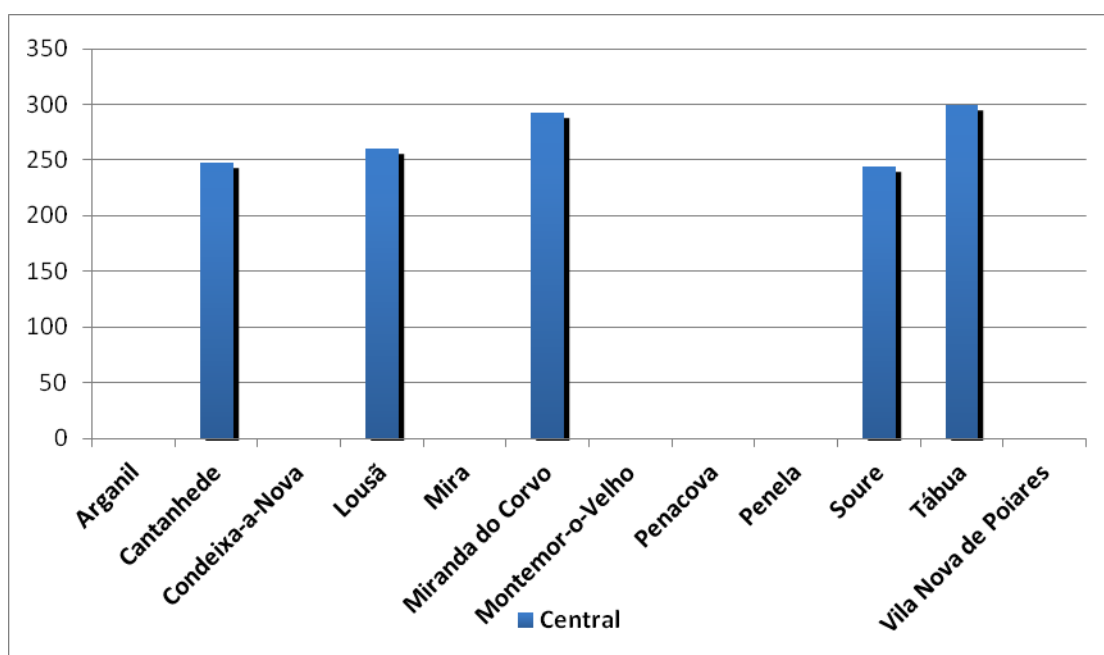
DIAS POR ANO DE ABERTURA AO PÚBLICO



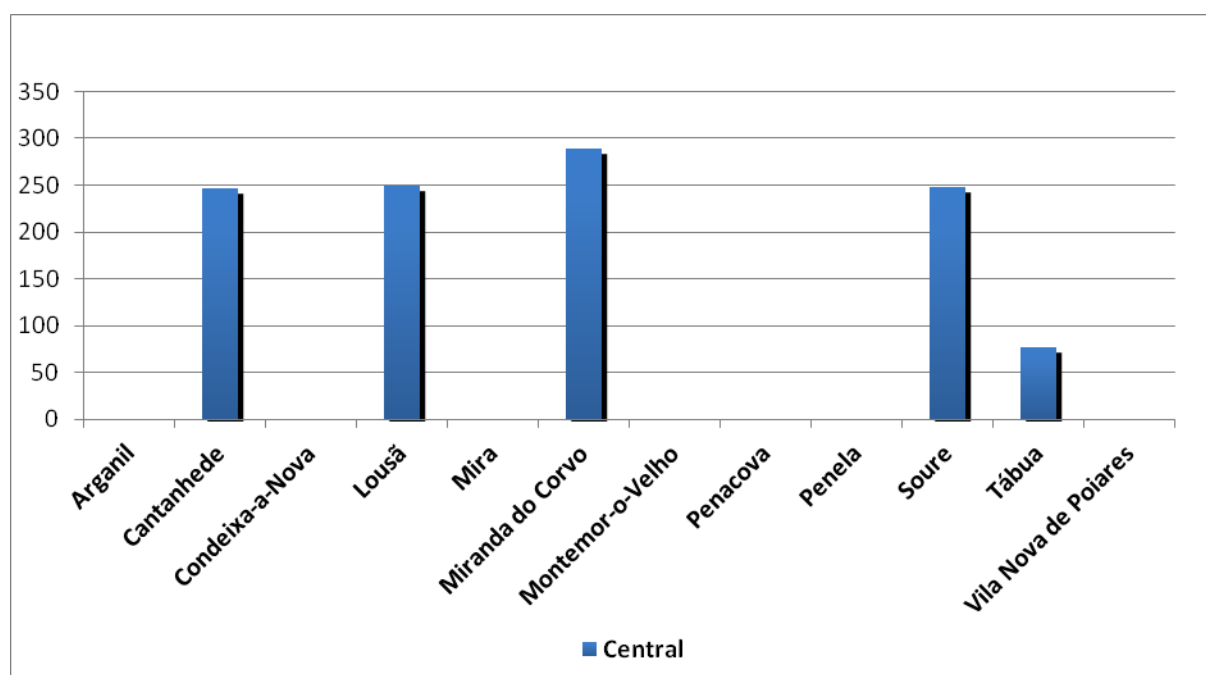
2001



2002

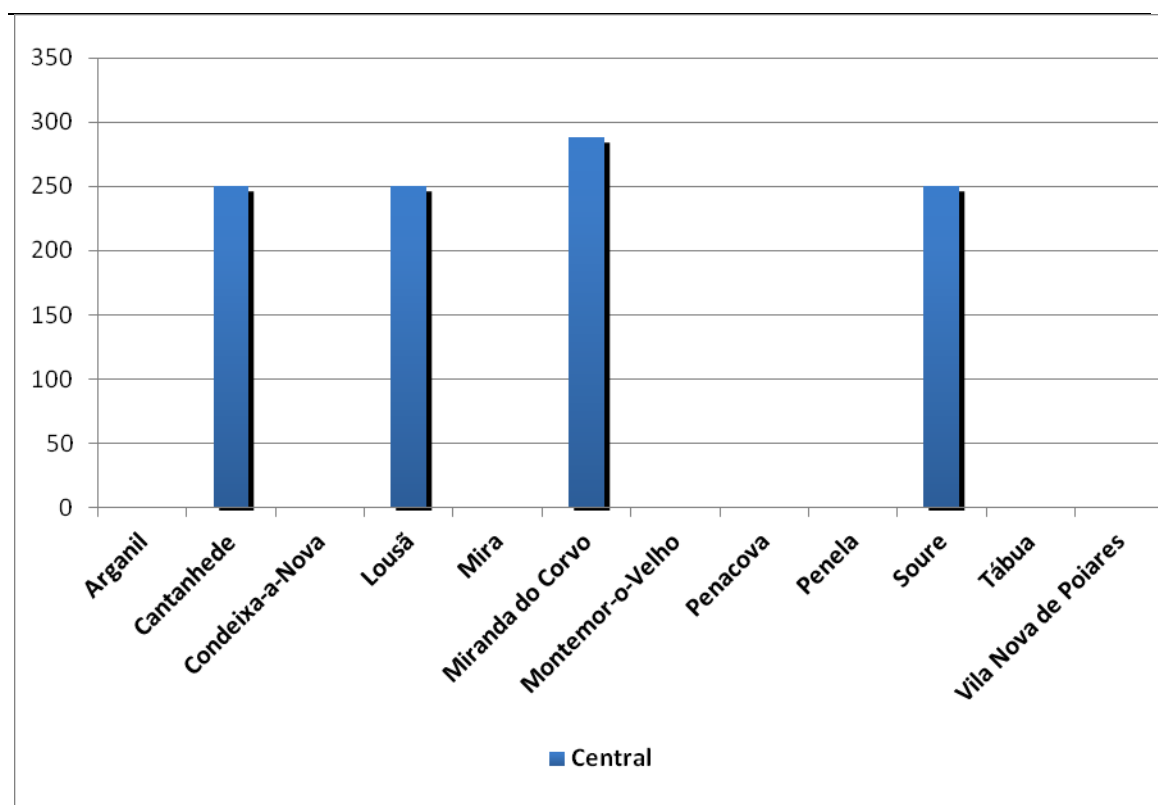


2003

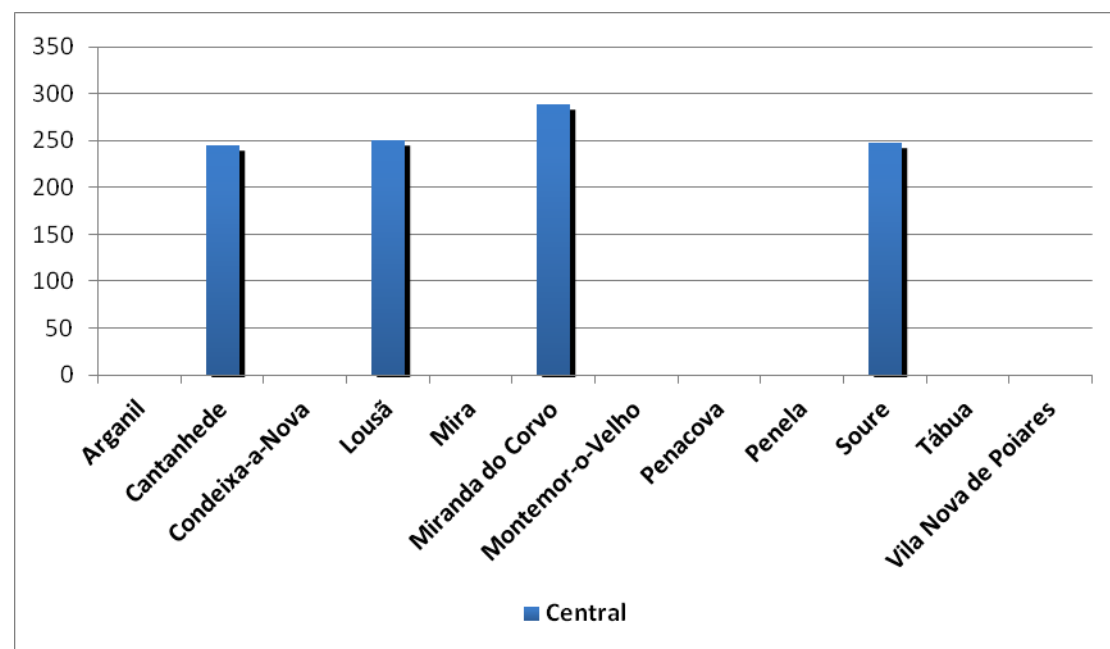


2004

A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)

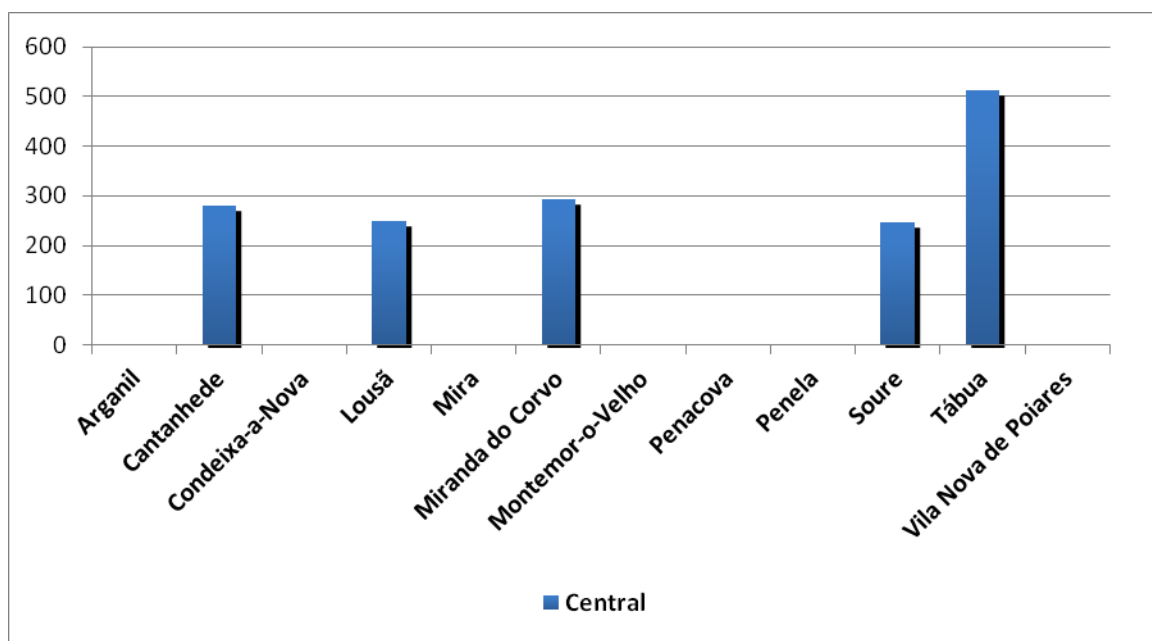


2005

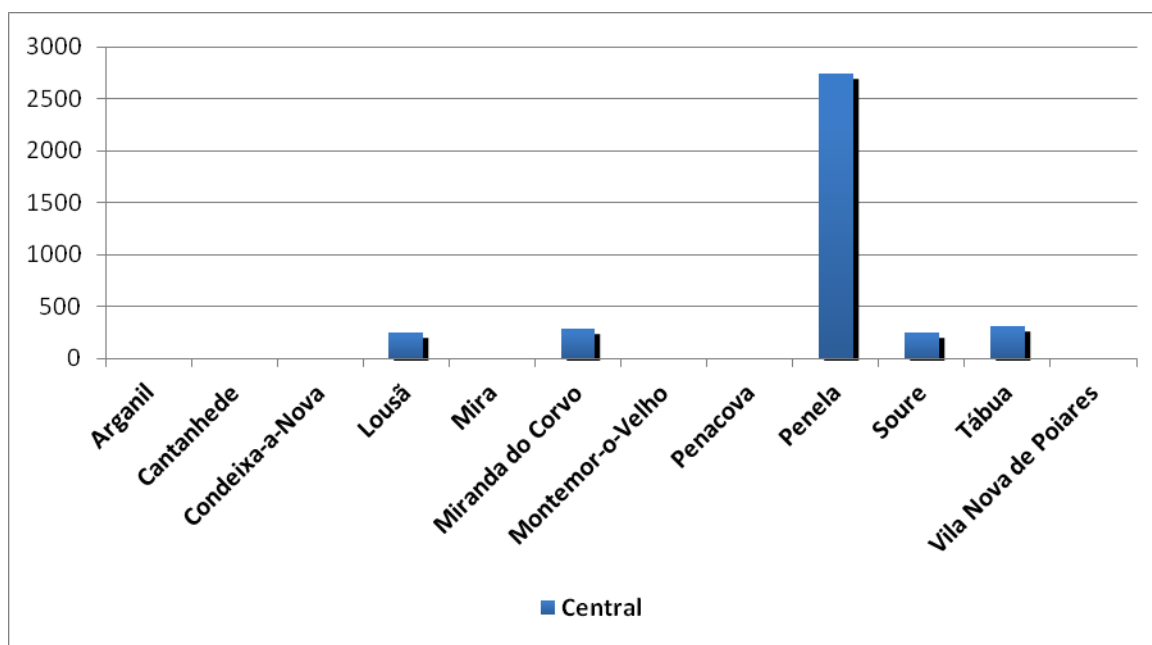


2006

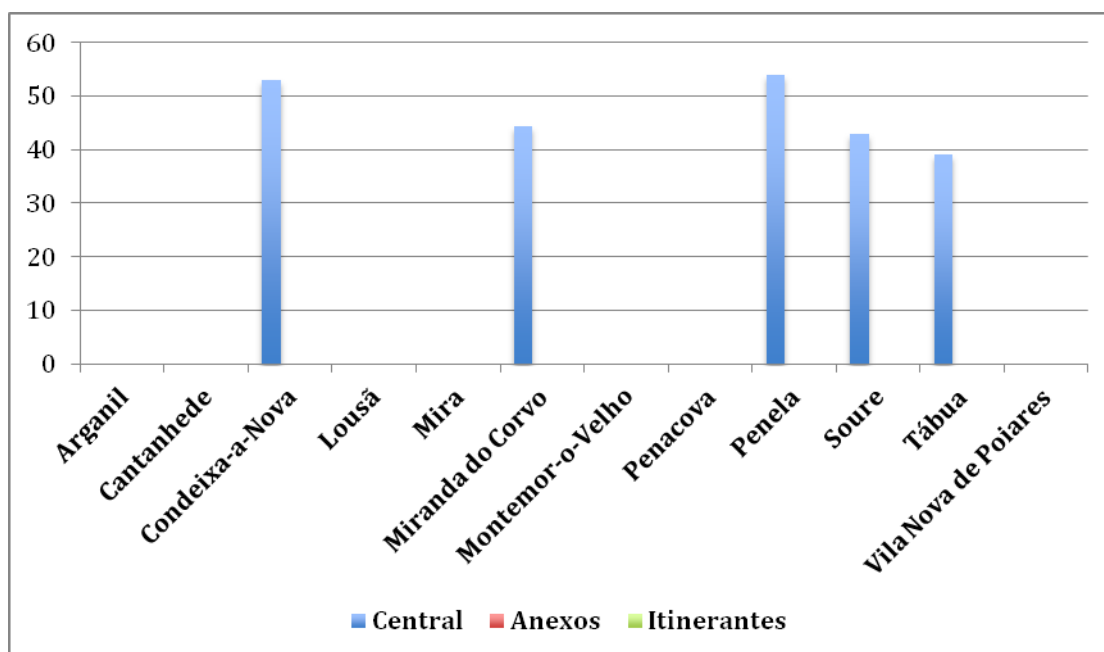
A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)



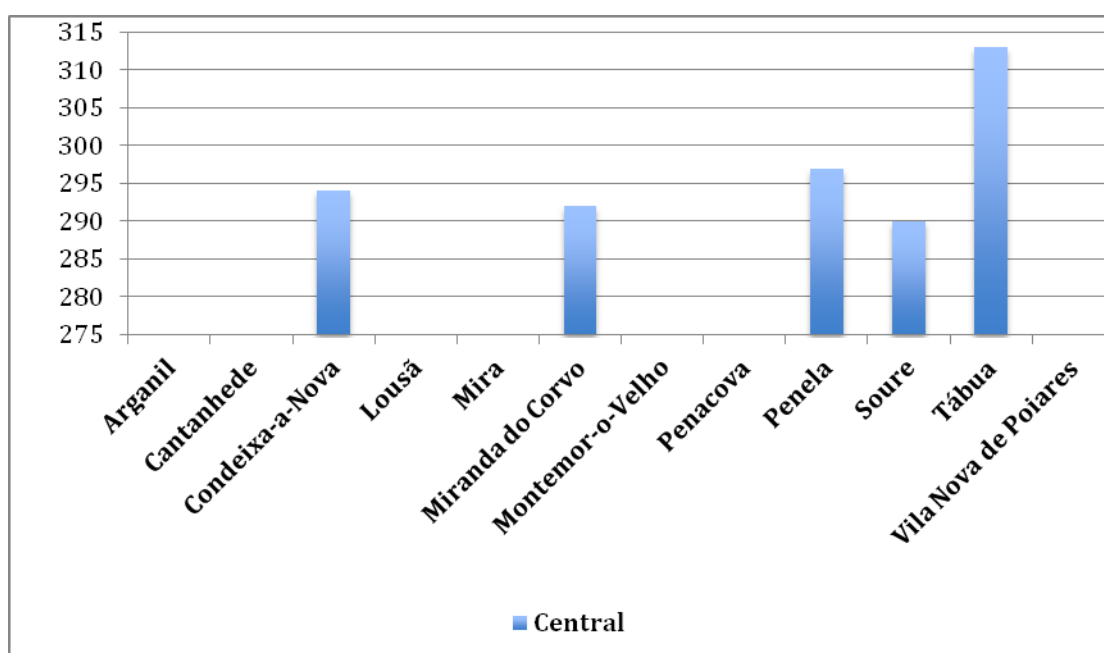
2007



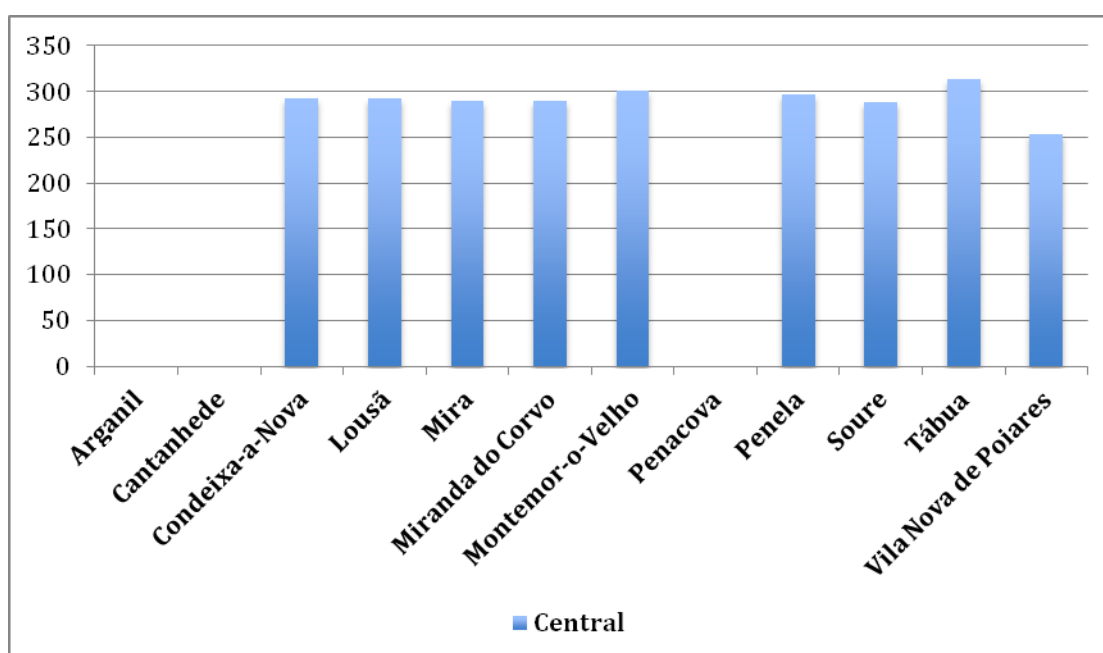
2008



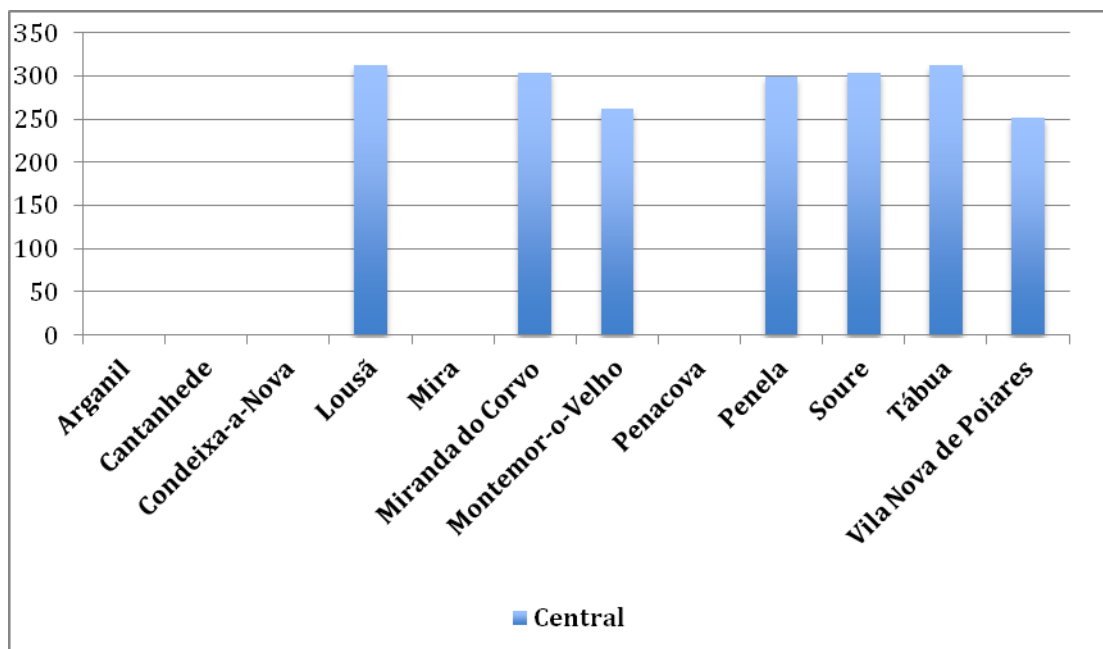
2009



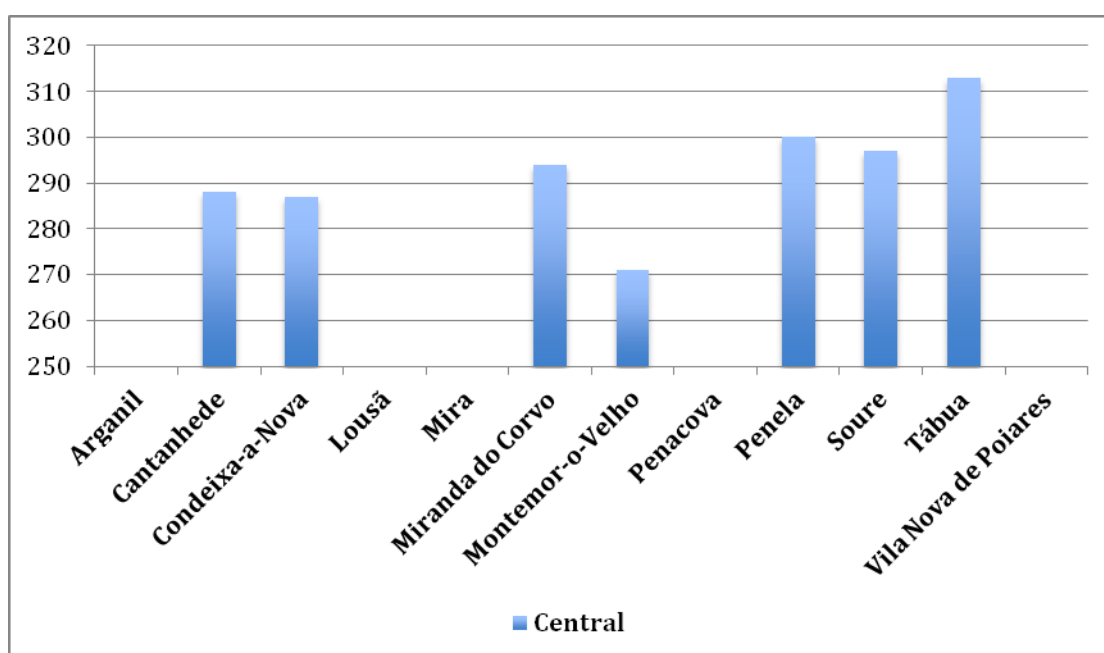
2010



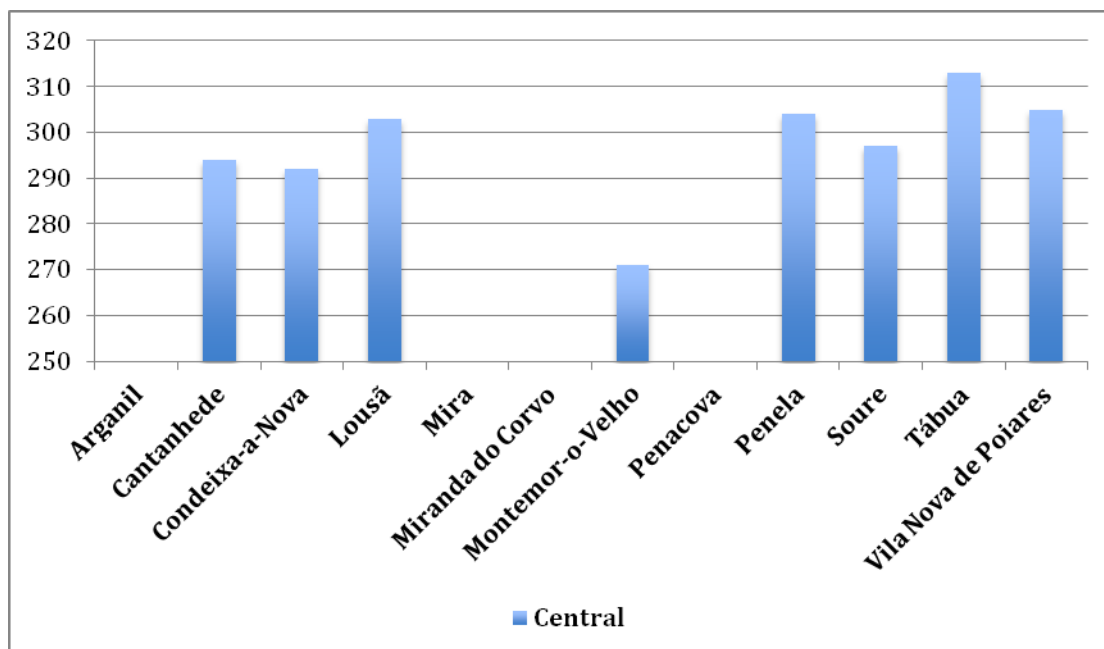
2011



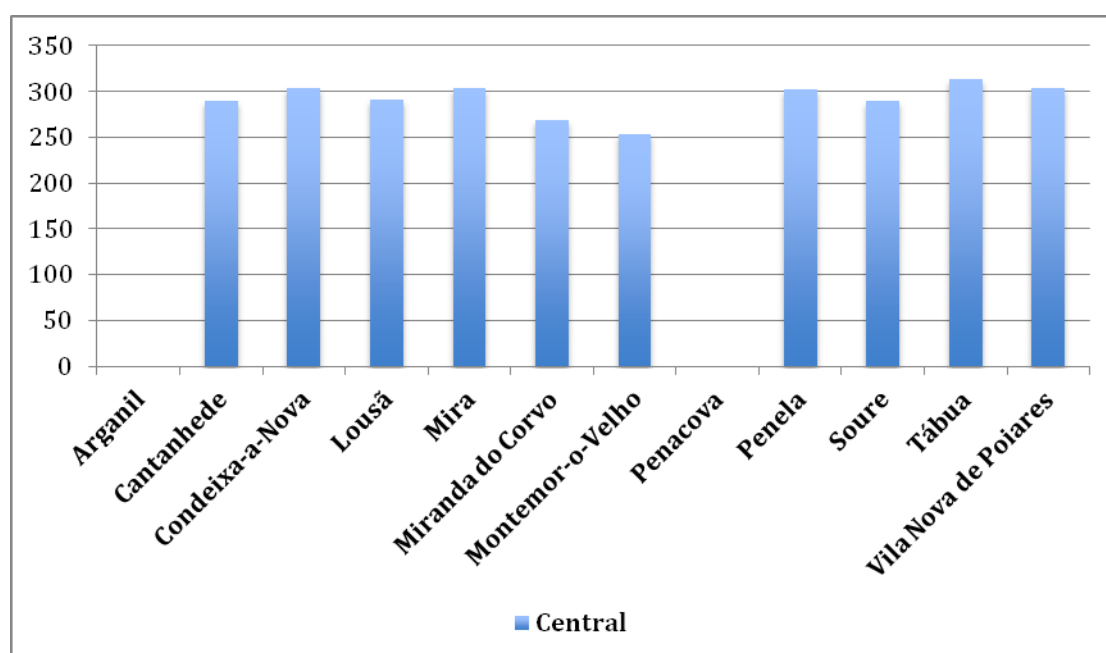
2012



2013



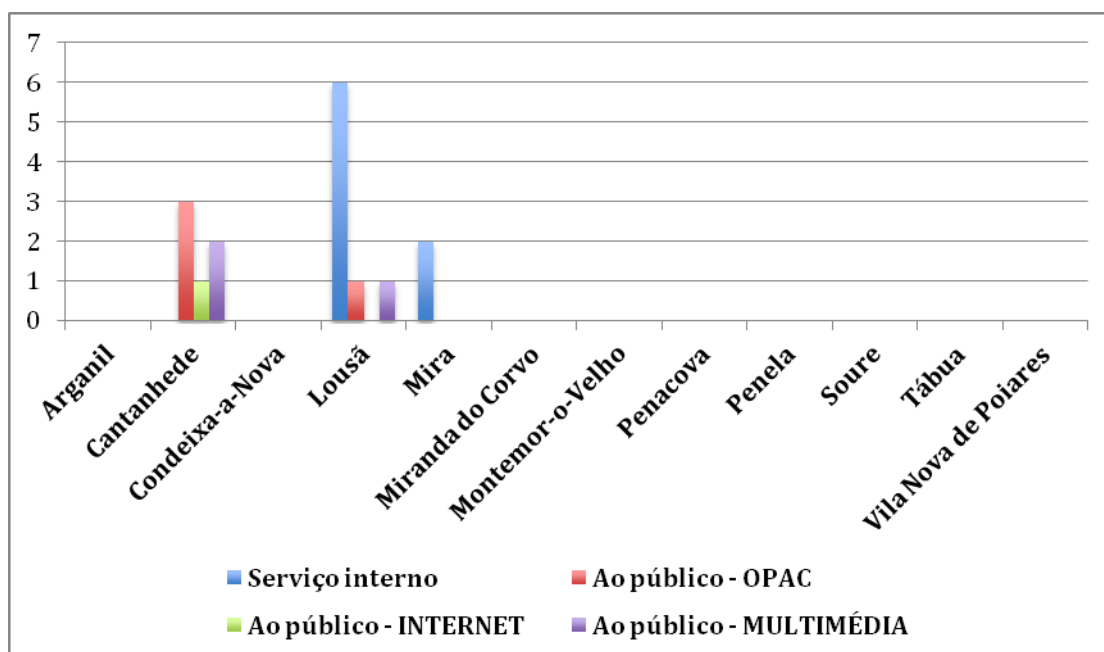
2014



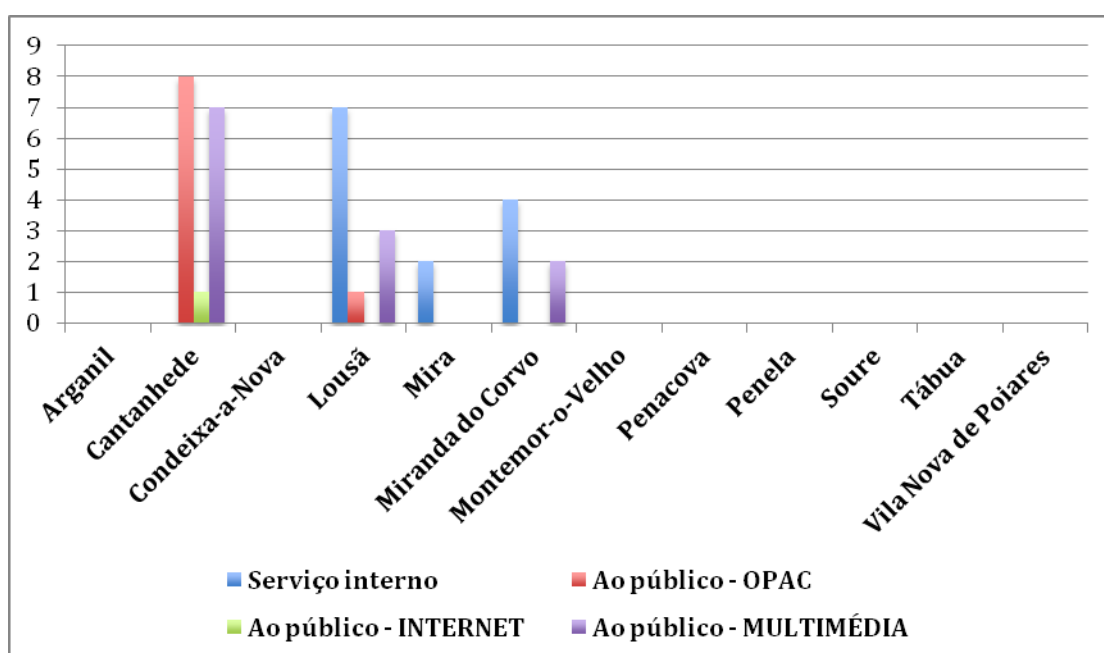
Dados referentes a:

MICROCOMPUTADORES TERMINAIS

1997

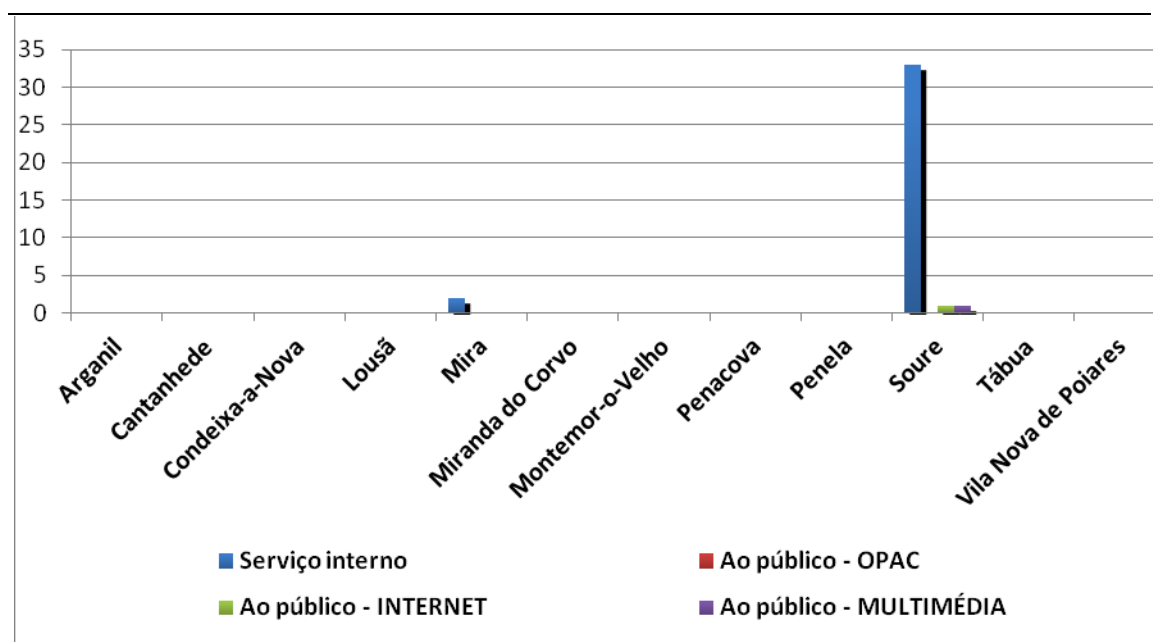


1998

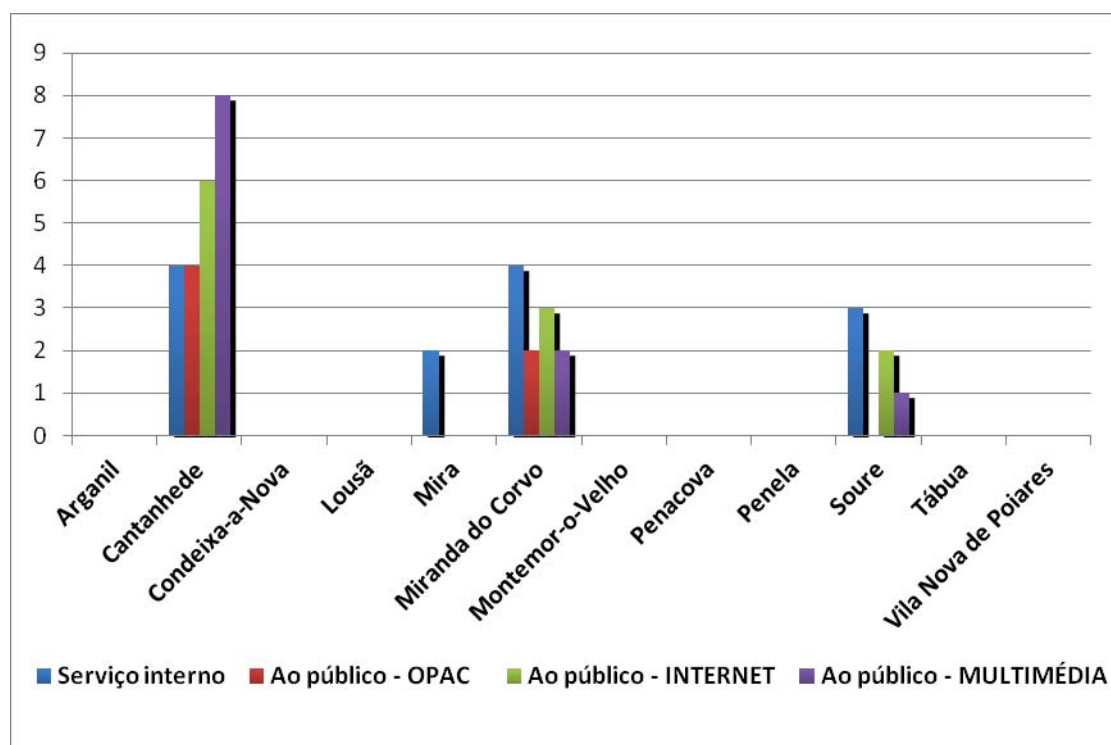


1999

A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)

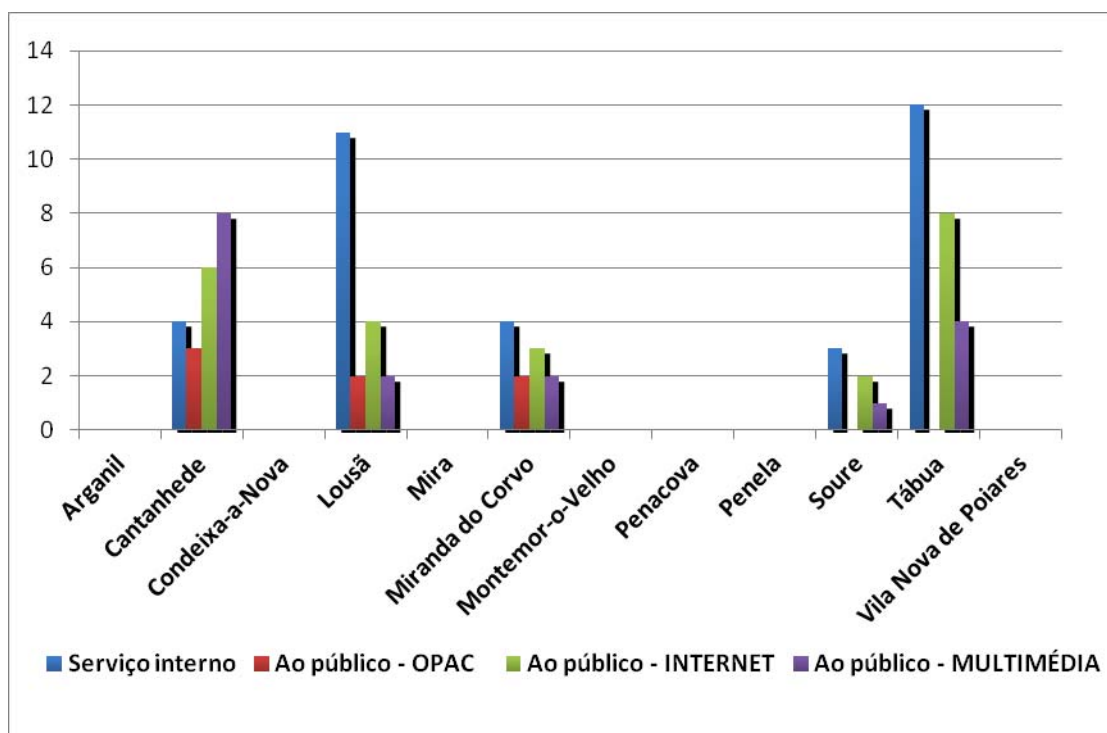


2001

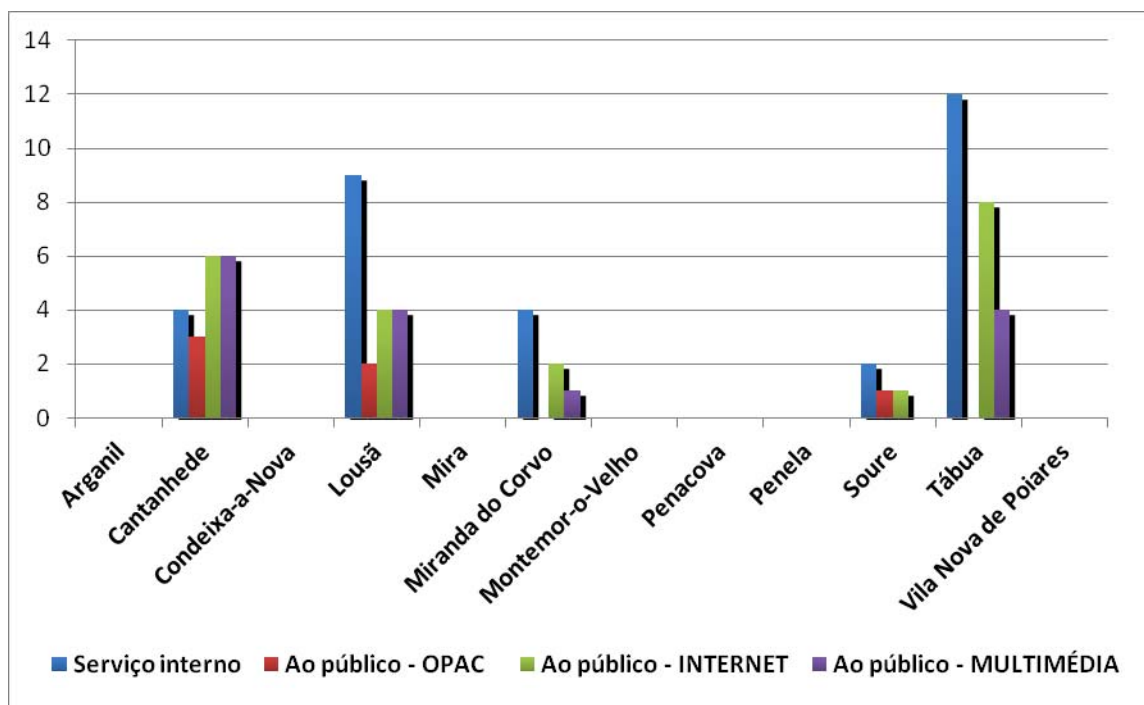


2002

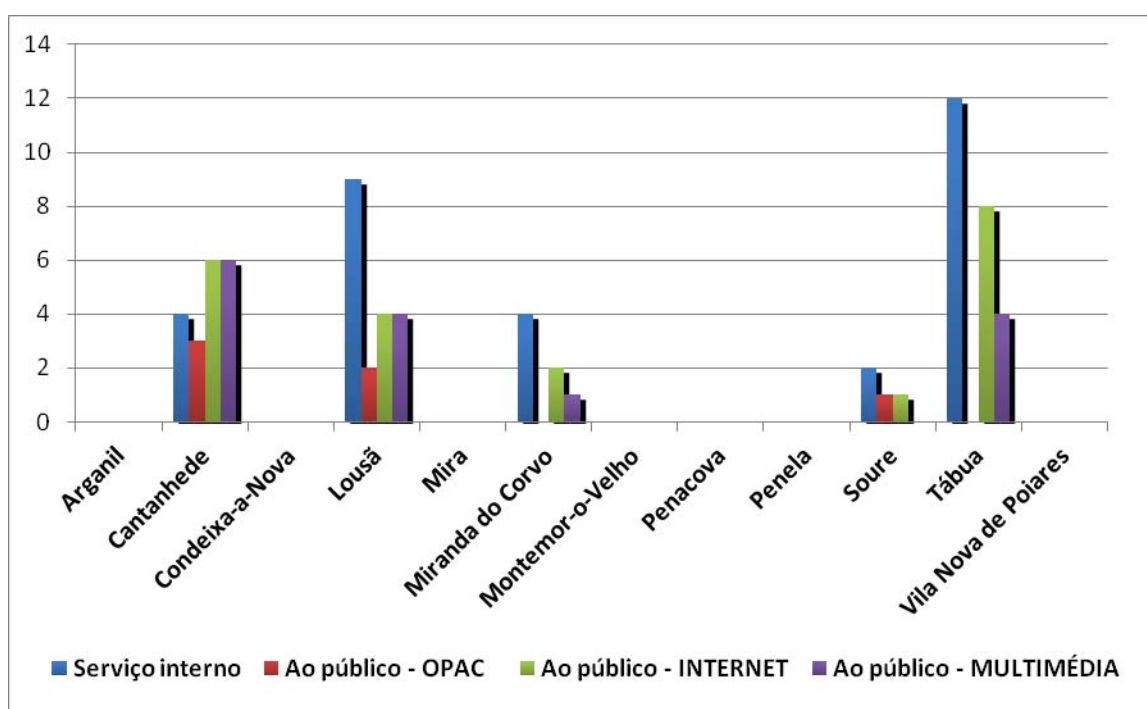
A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)



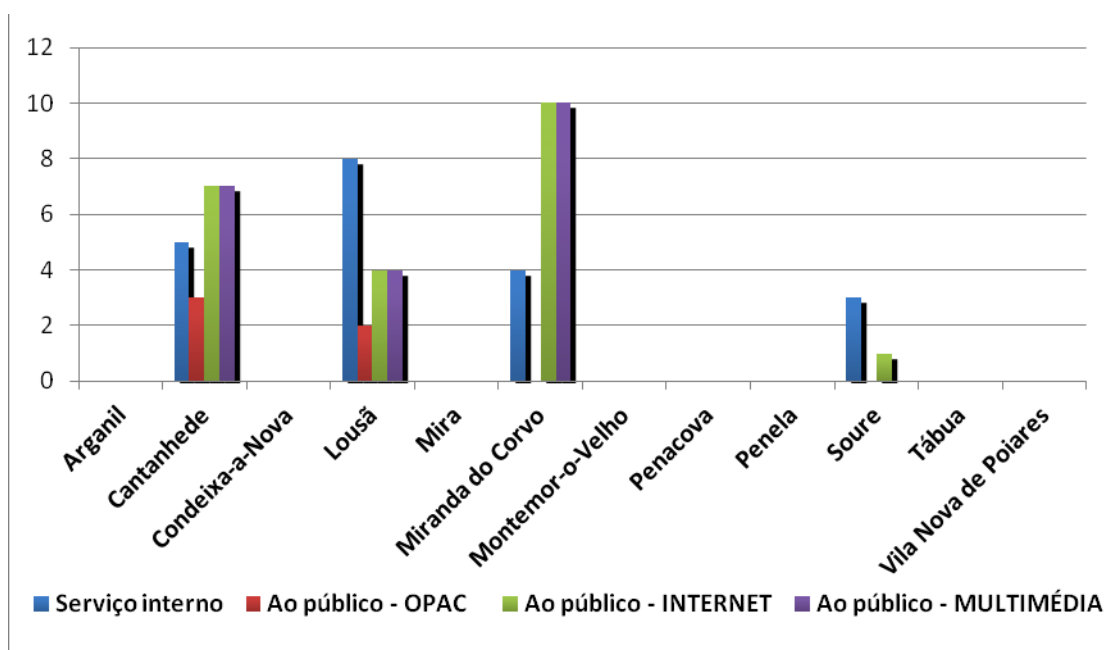
2003



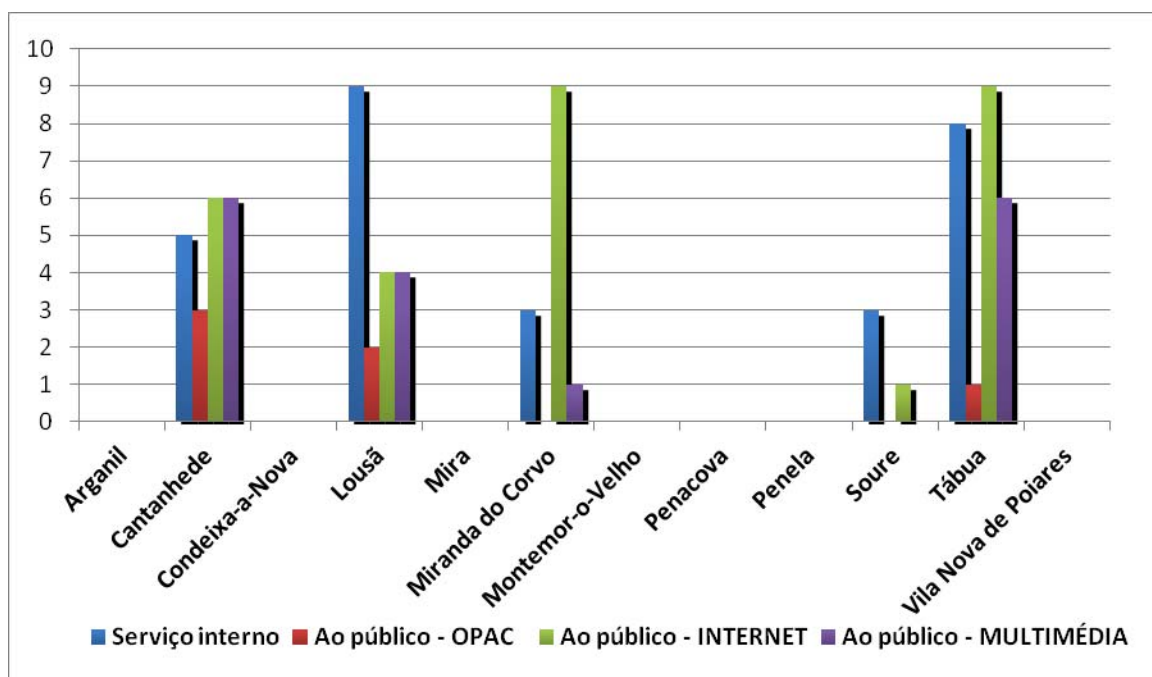
2004



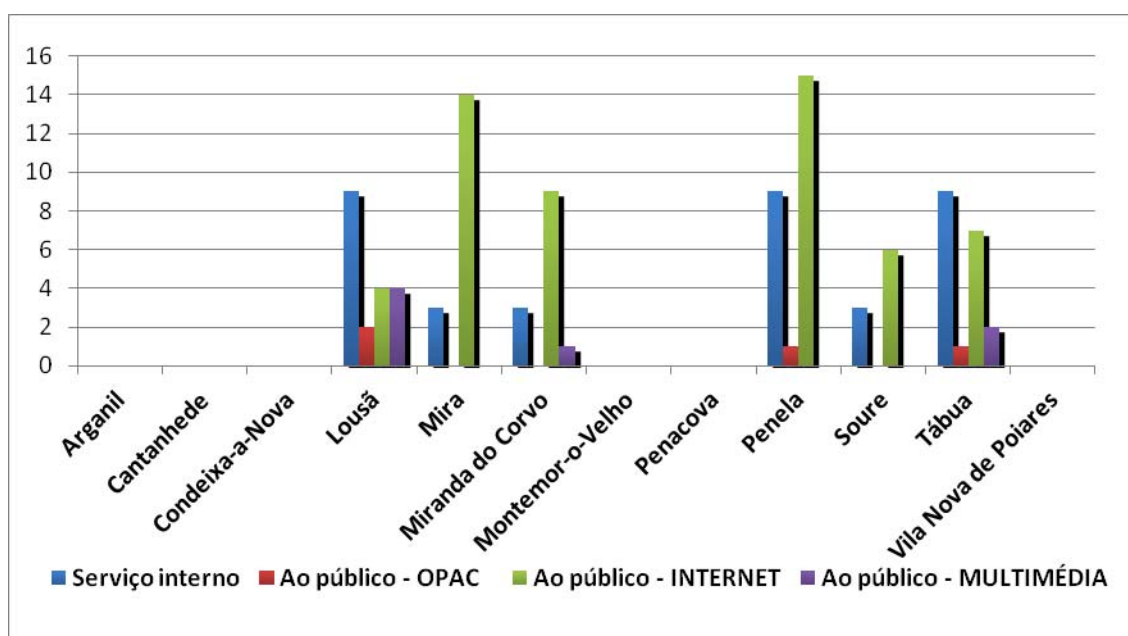
2005



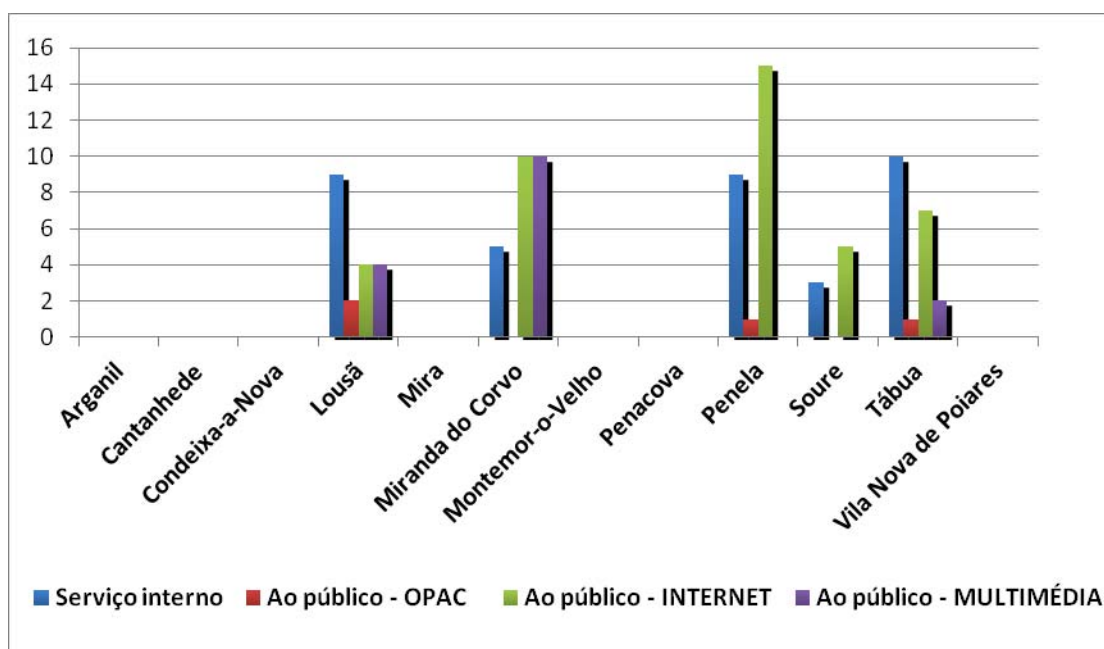
2006



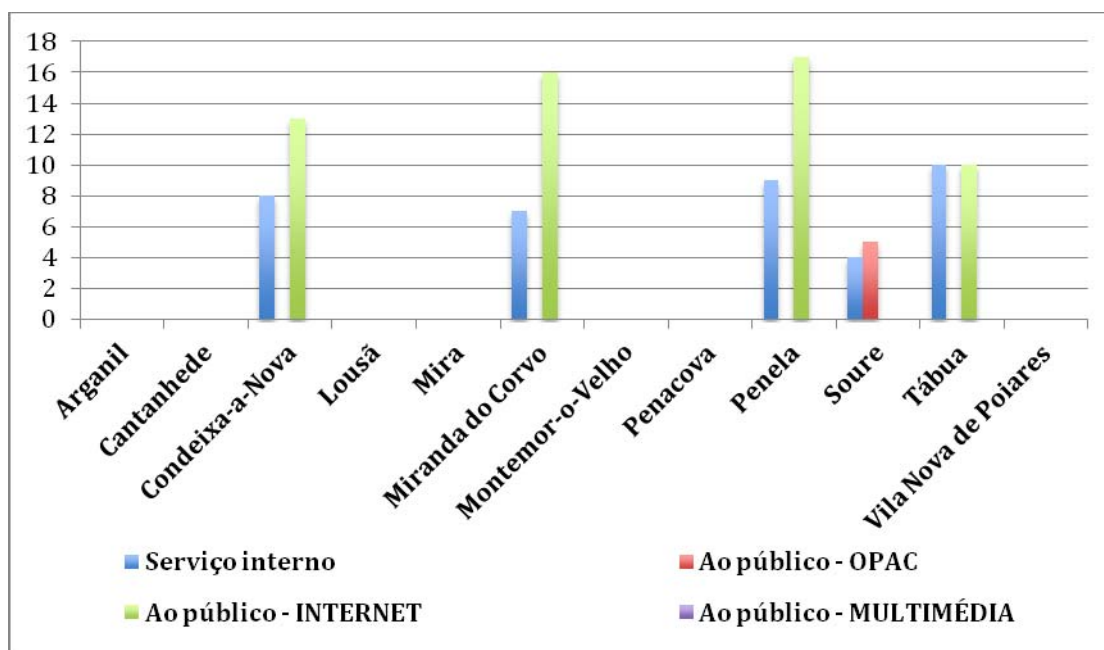
2007



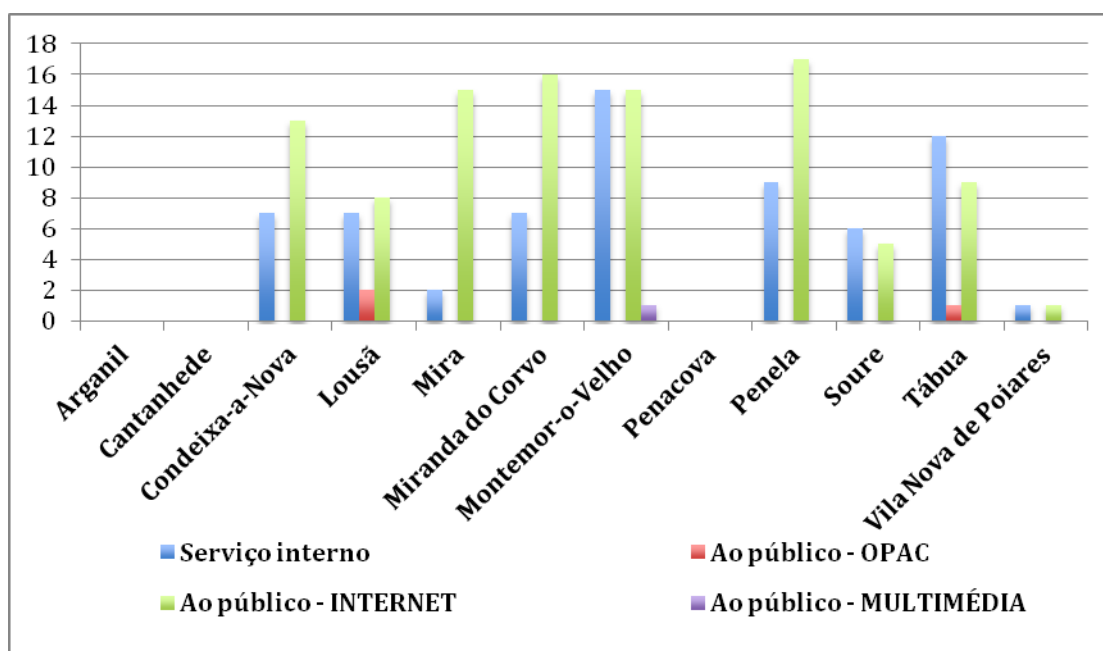
2008



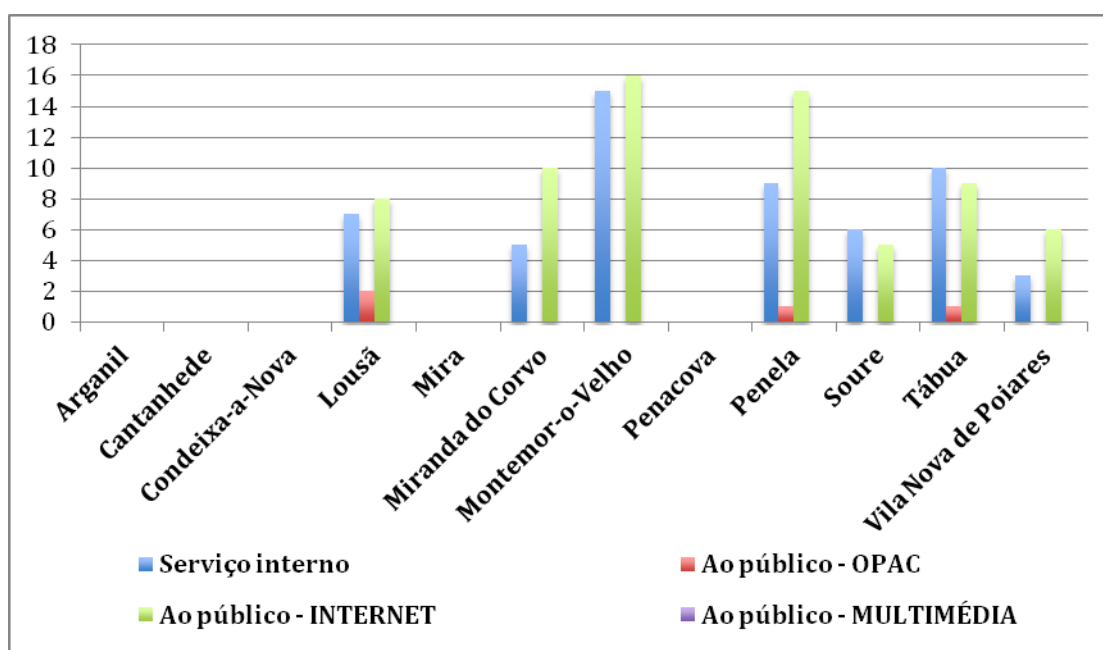
2009



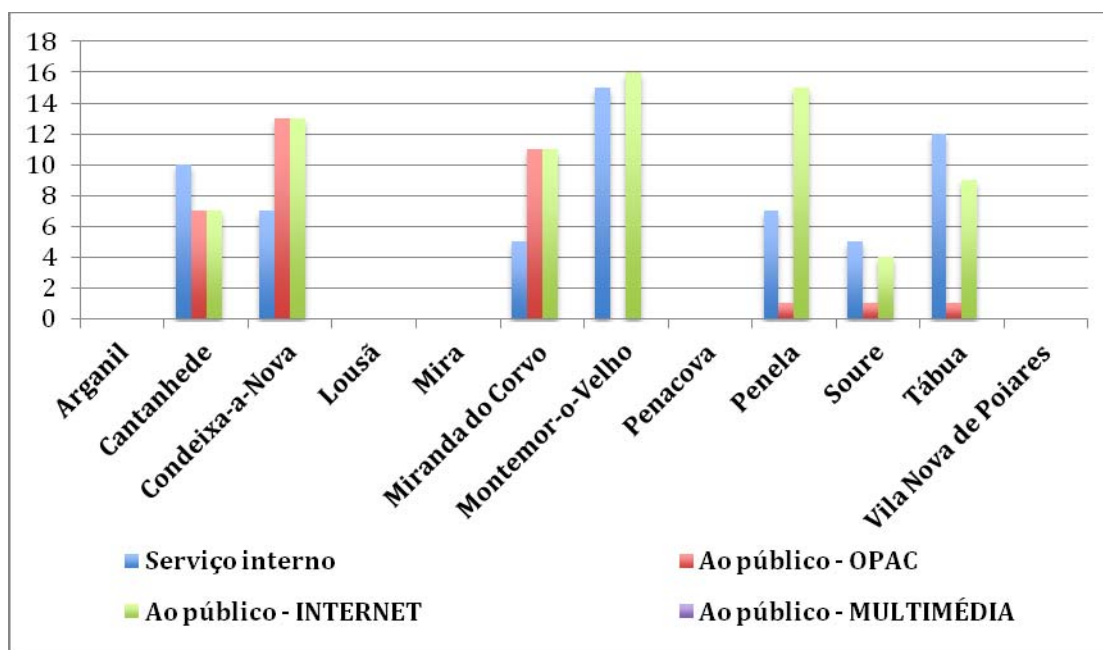
2010



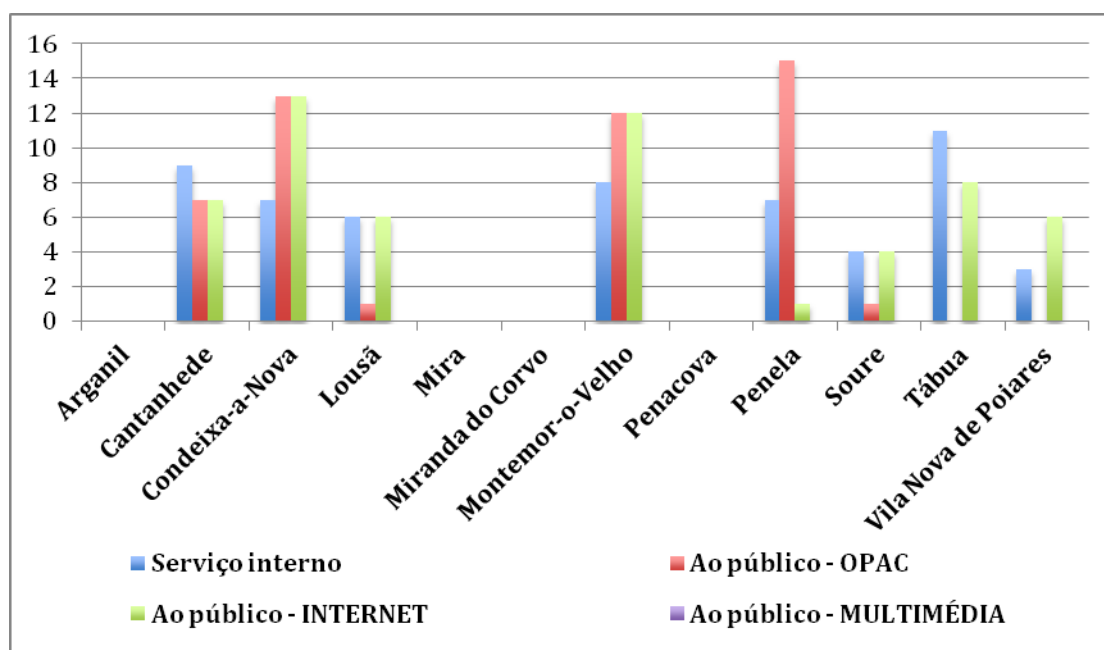
2011



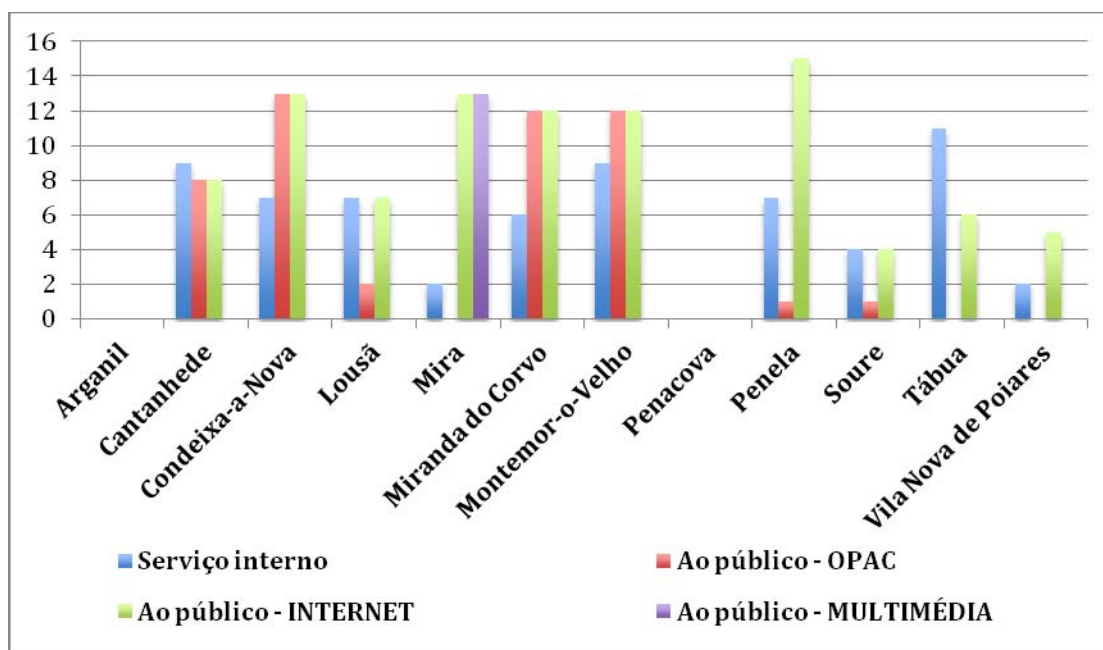
2012



2013



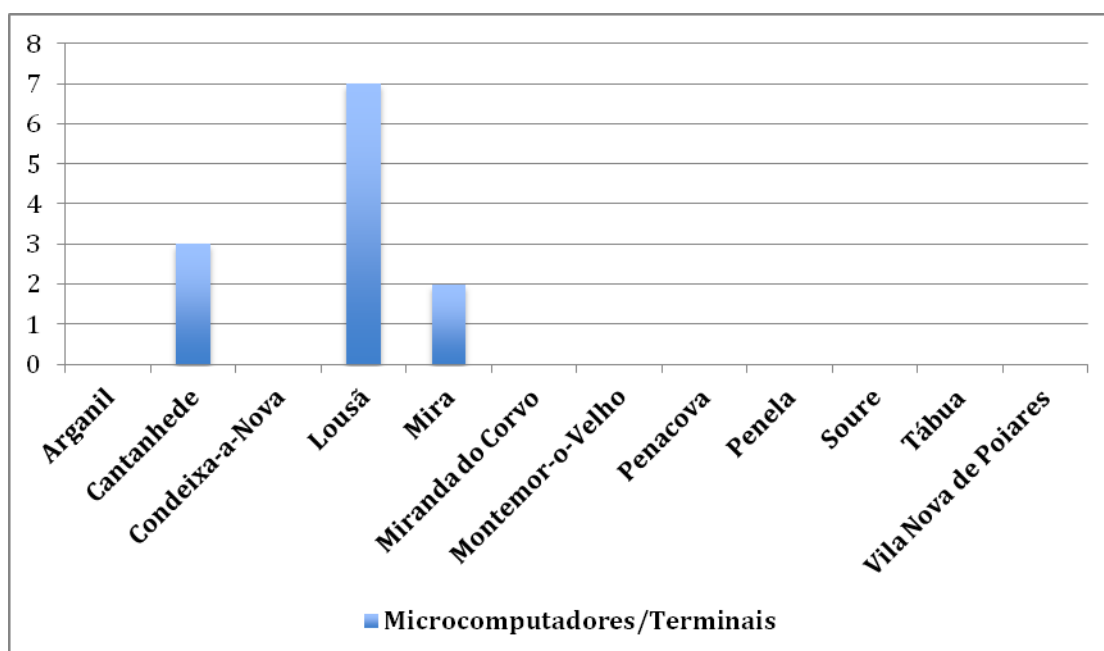
2014



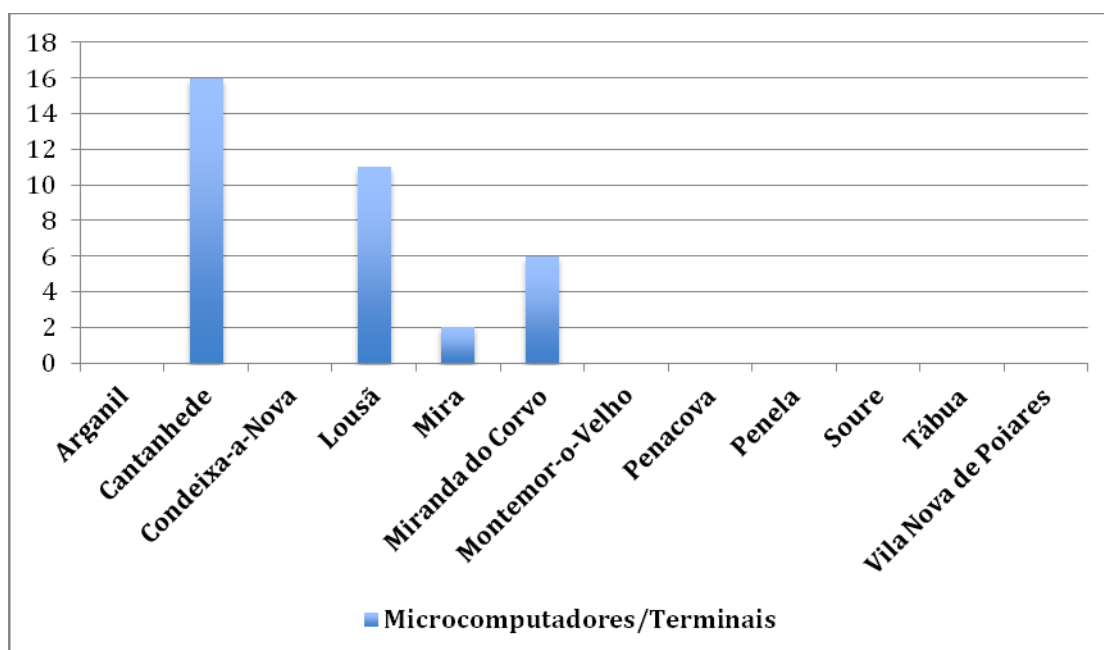
Dados referentes a:

TOTAL
MICROCOMPUTADORES / TERMINAIS

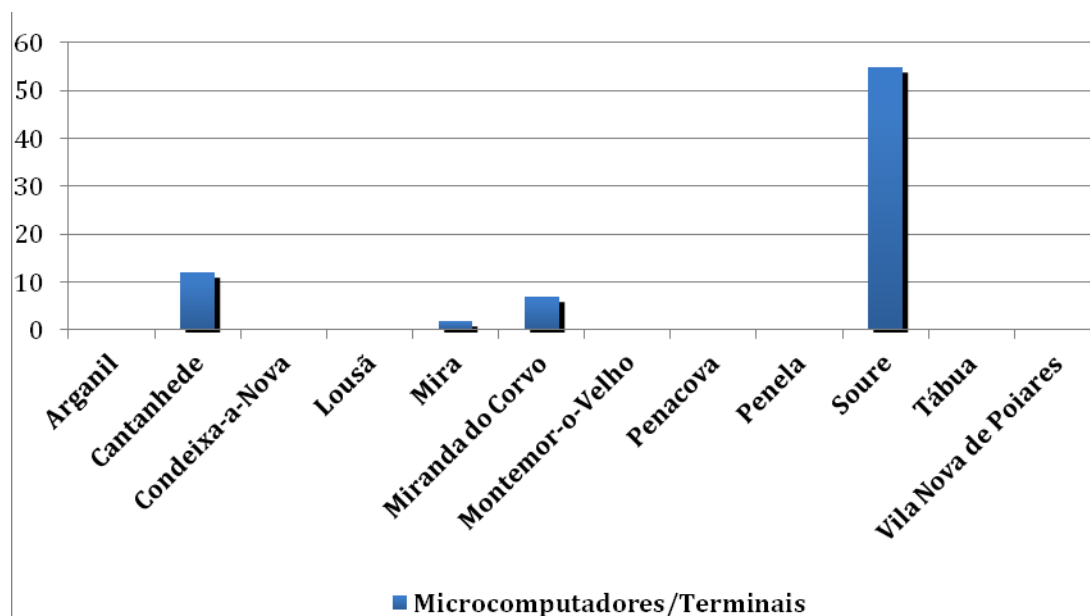
1997



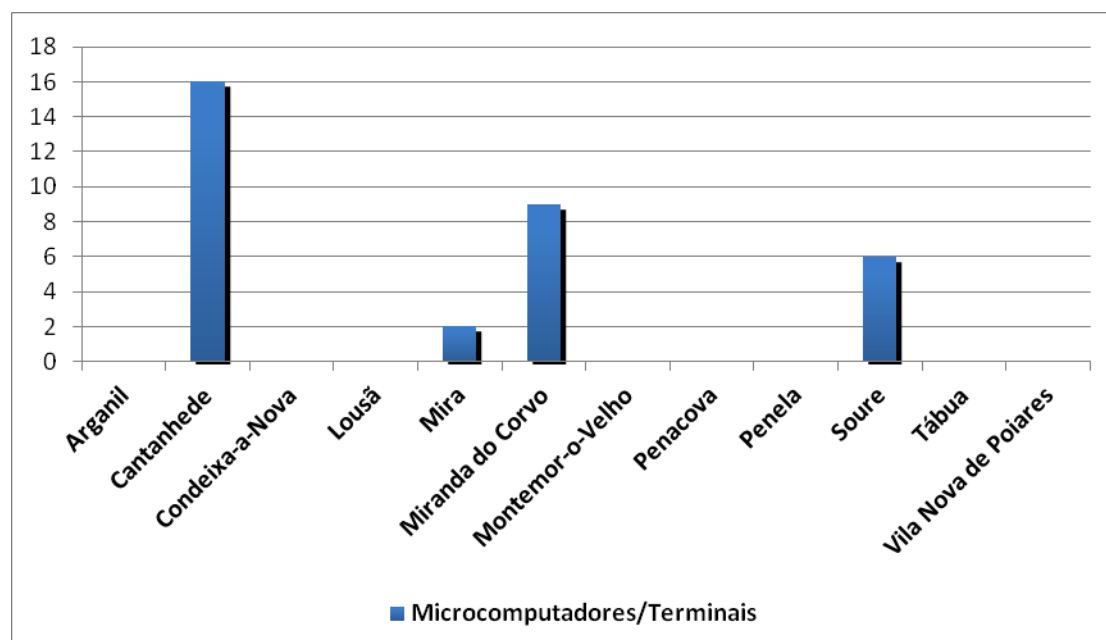
1998



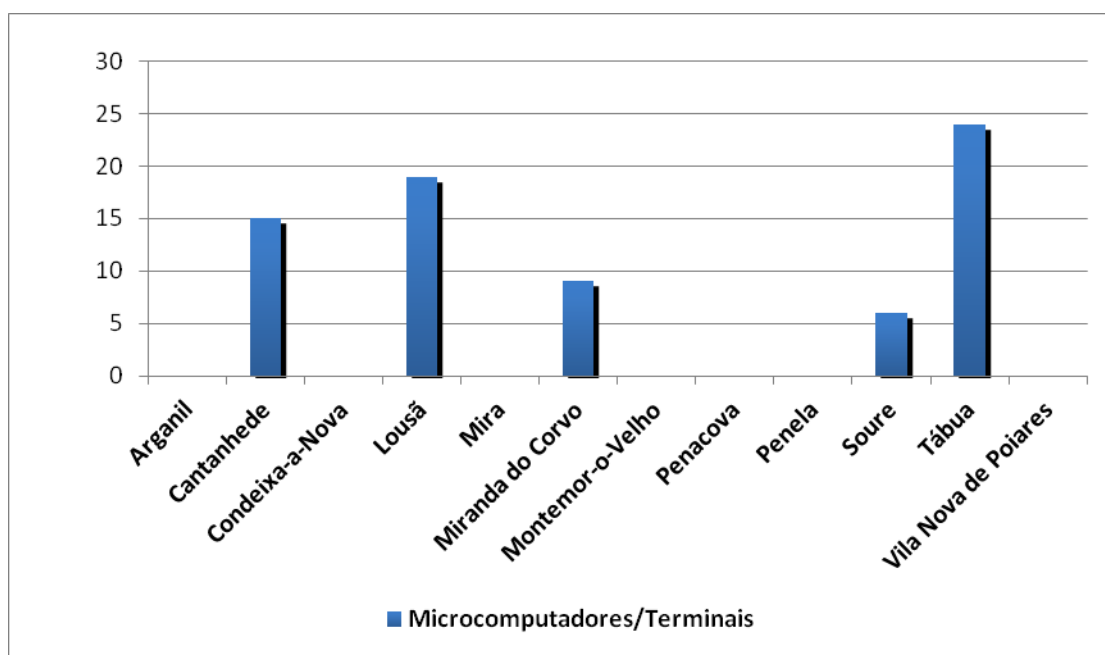
1999



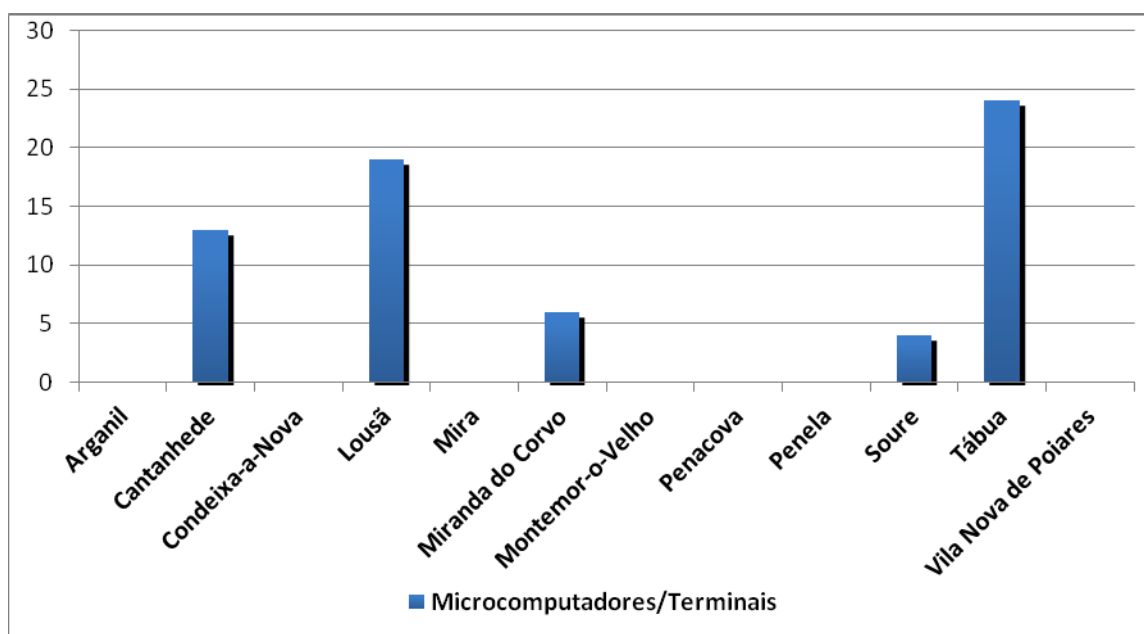
2001



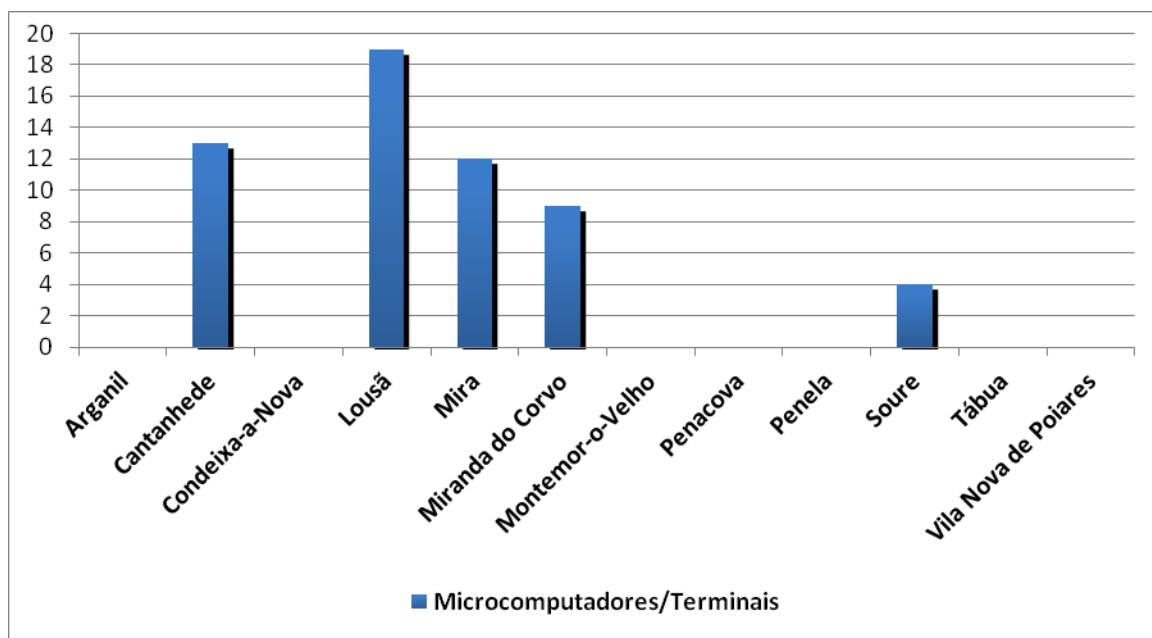
2002



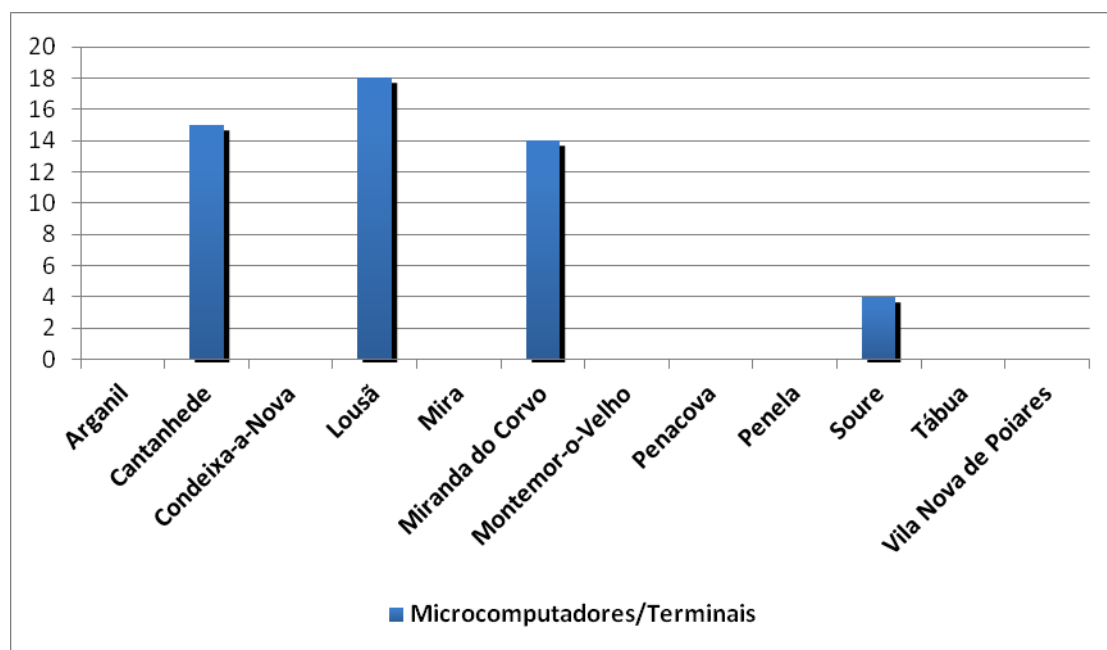
2003



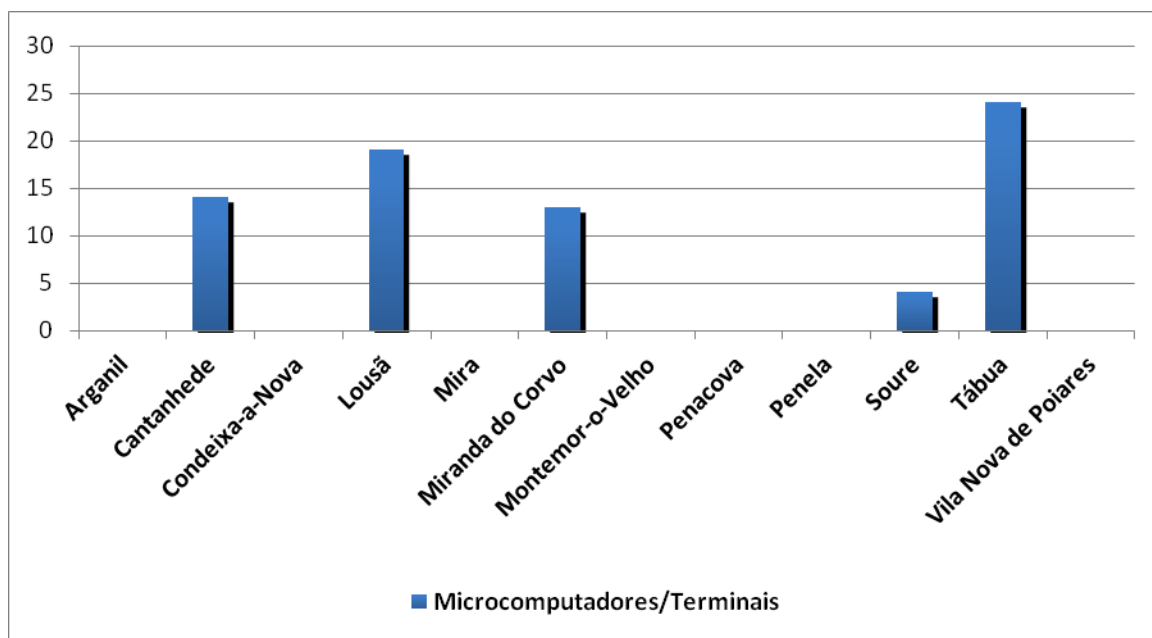
2004



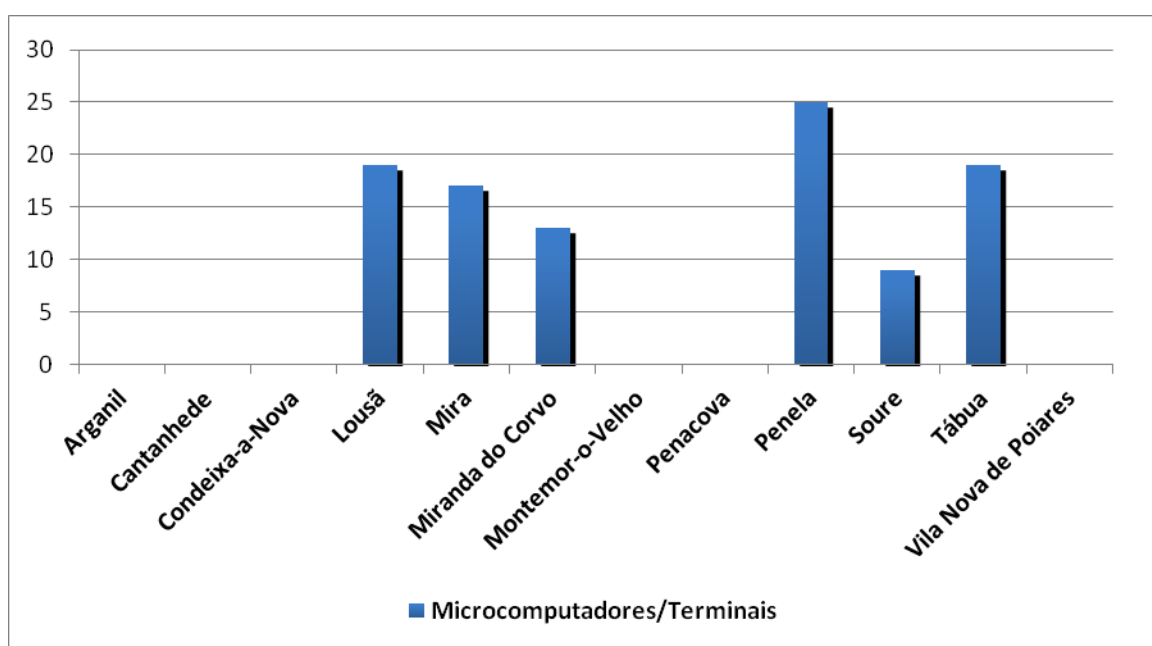
2005



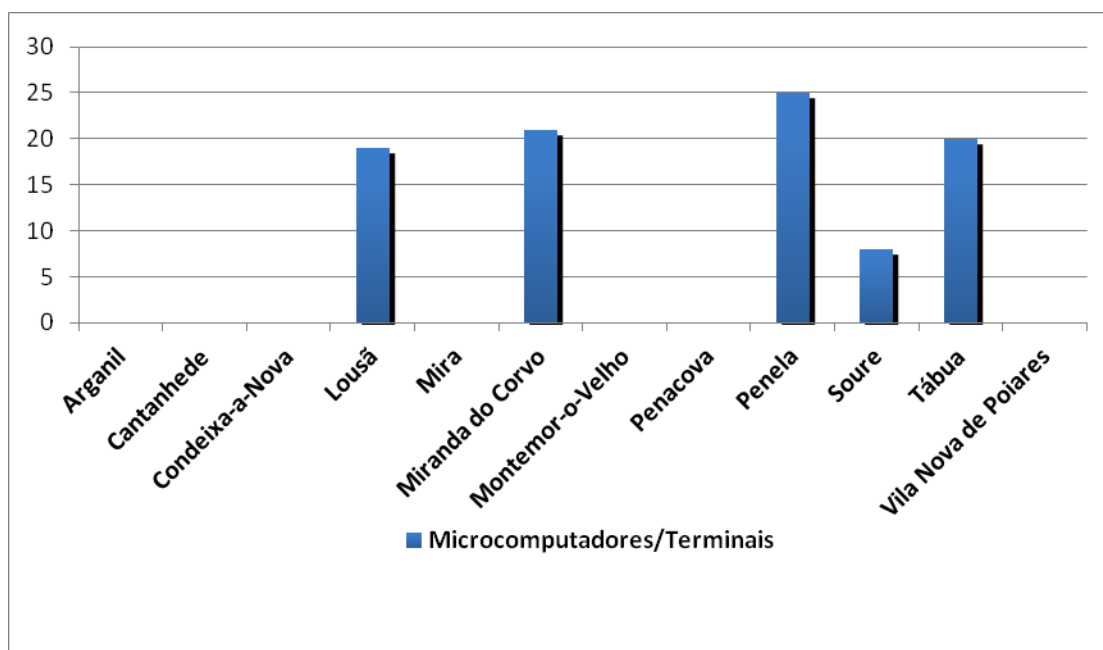
2006



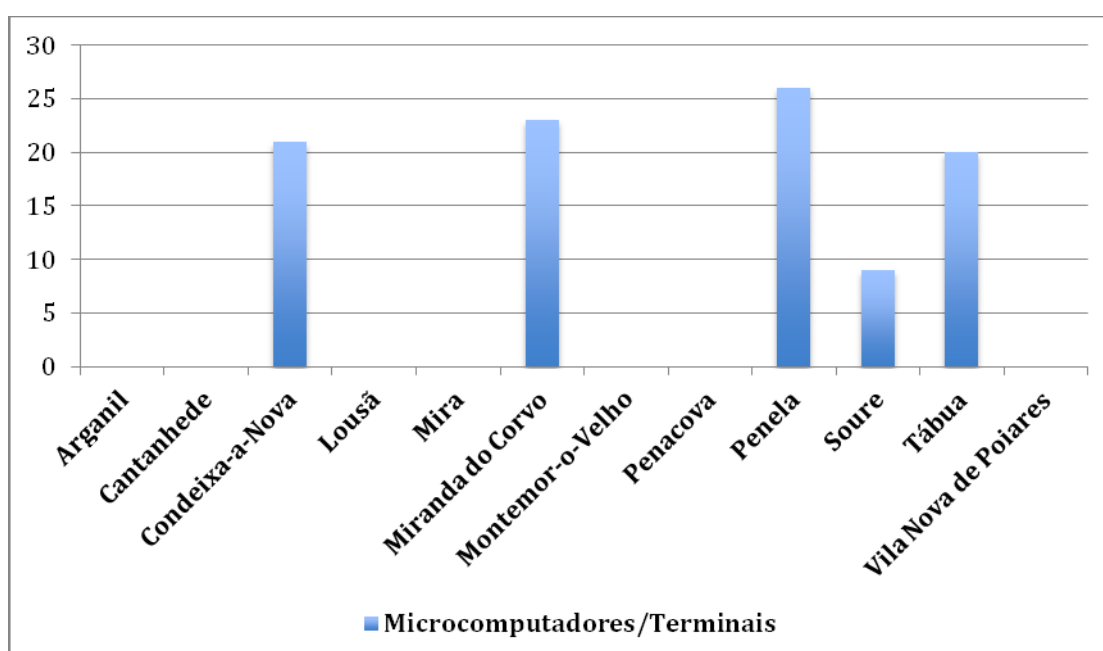
2007



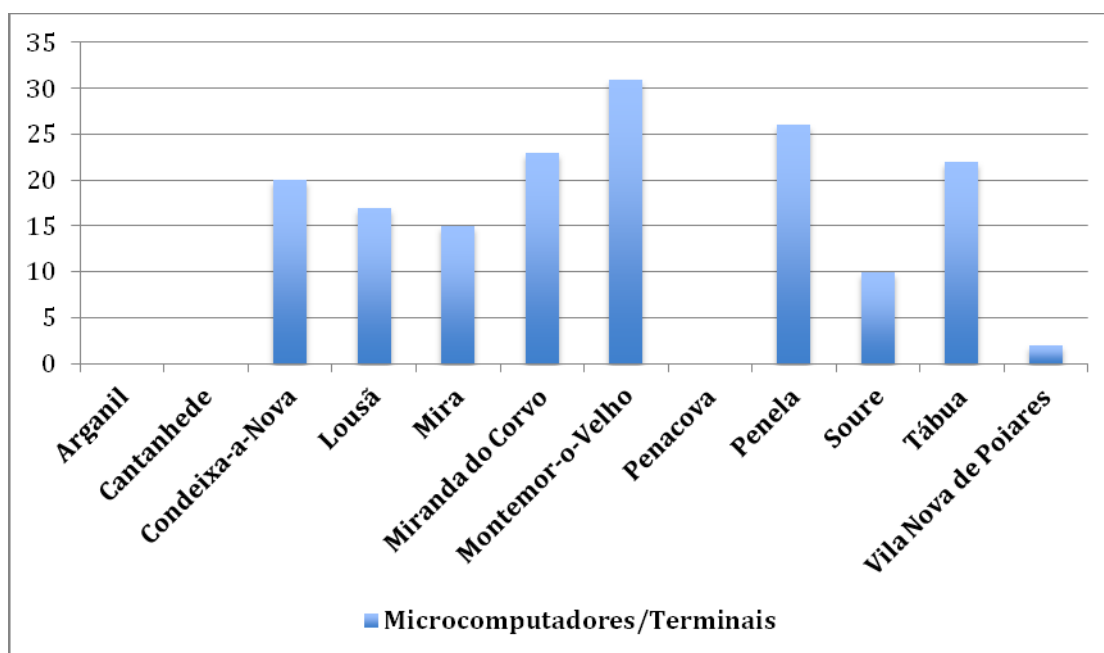
2008



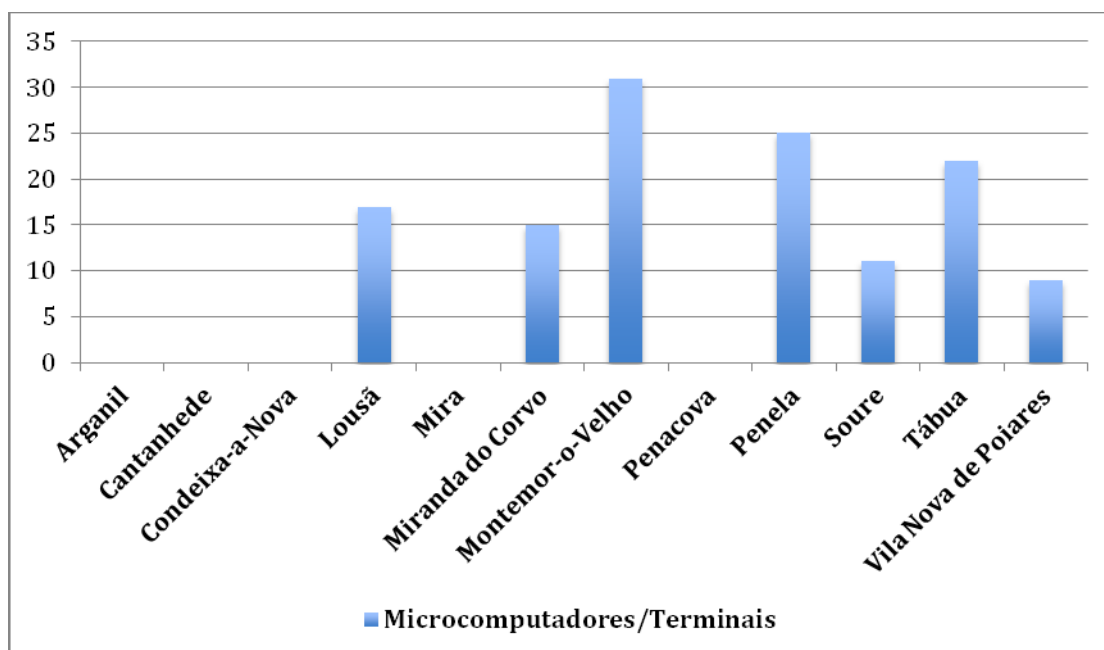
2009



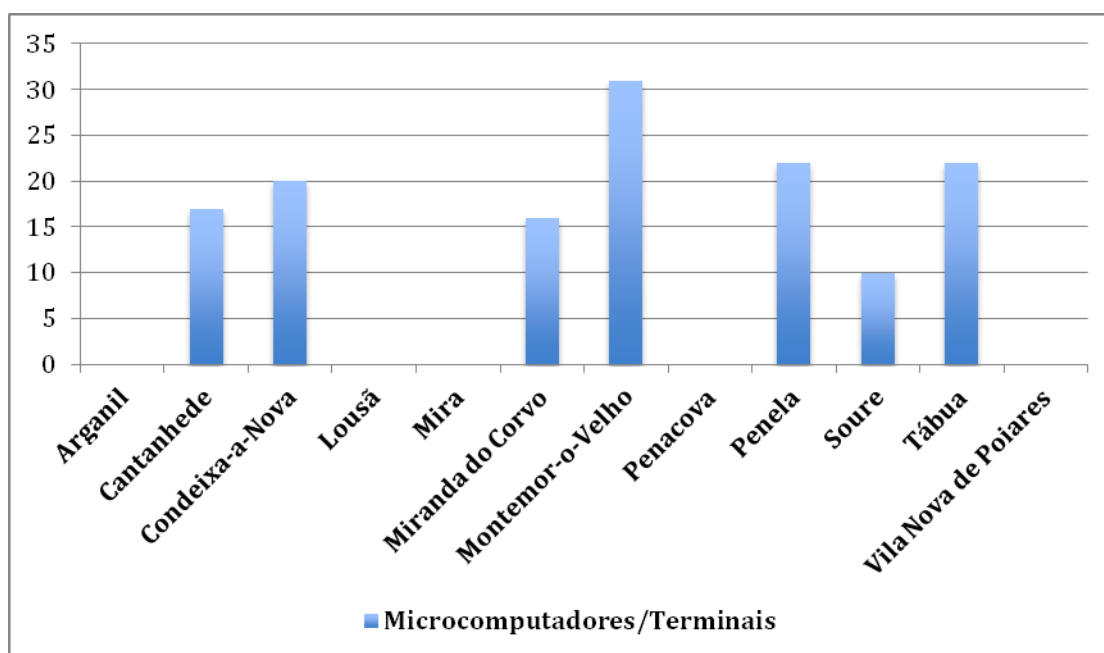
2010



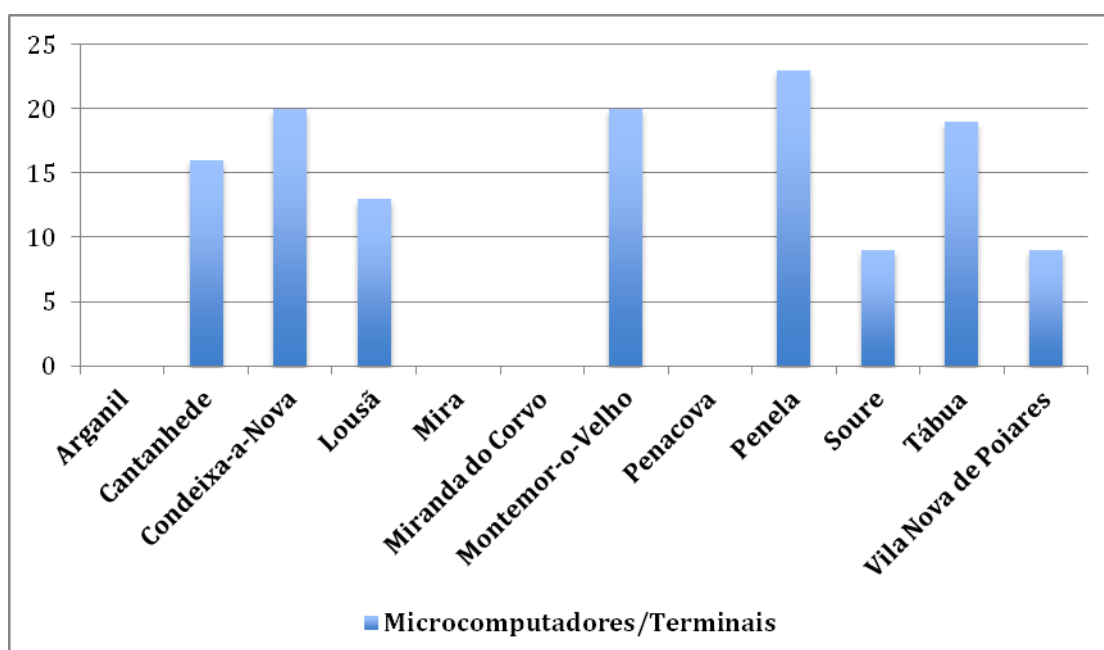
2011



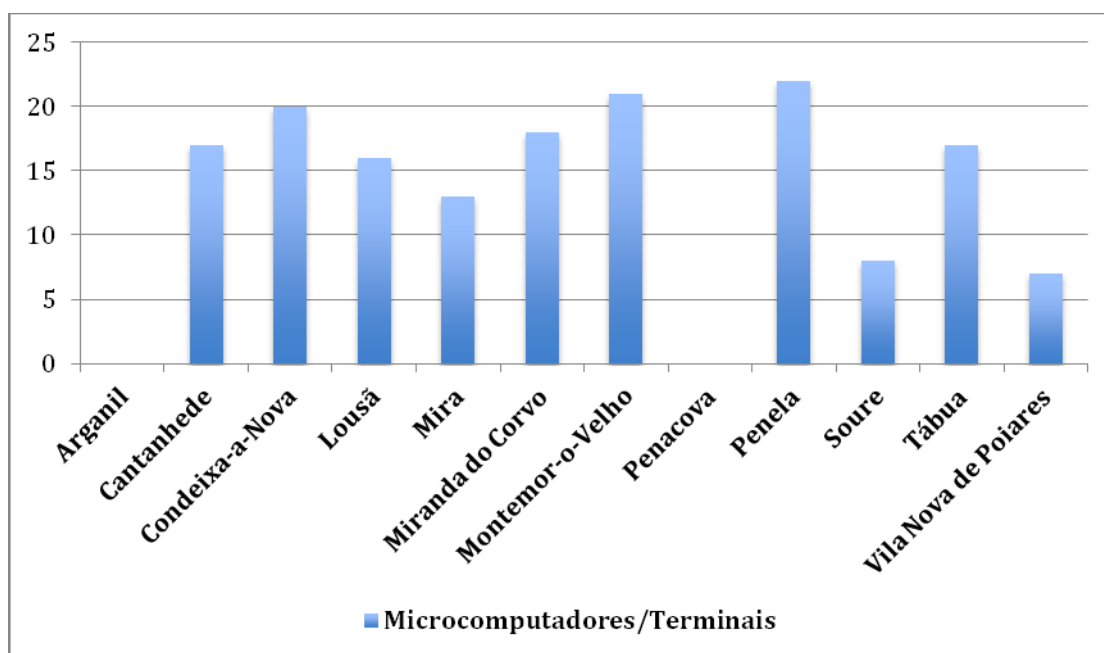
2012



2013



2014

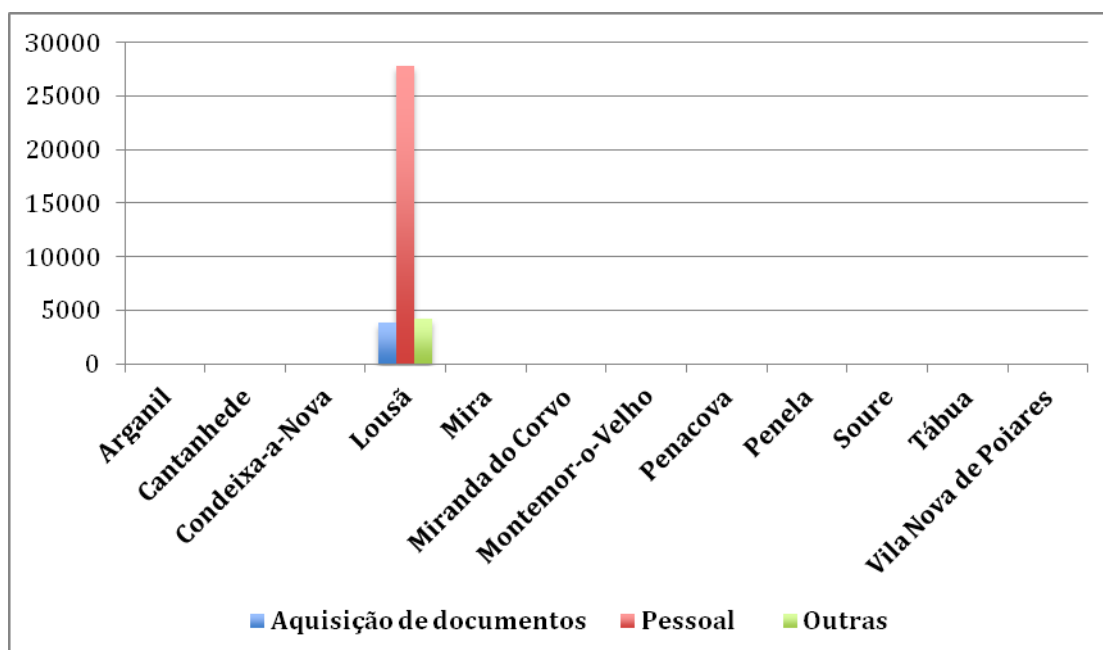


Dados referentes a:

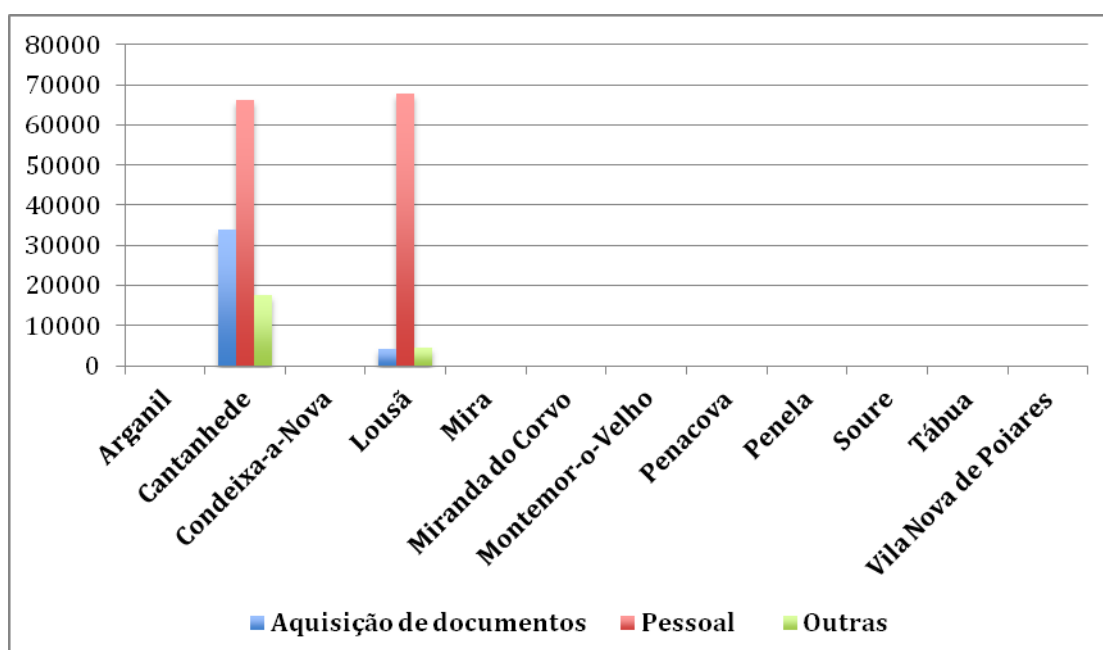
FINANÇAS

DESPESAS CORRENTES

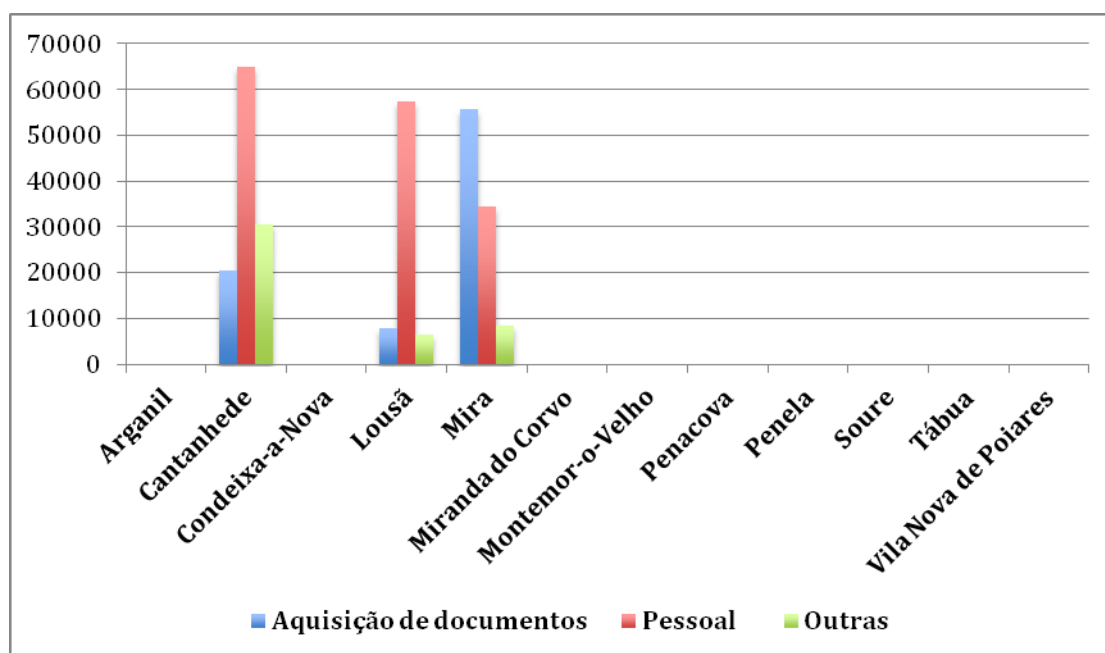
1992



1994

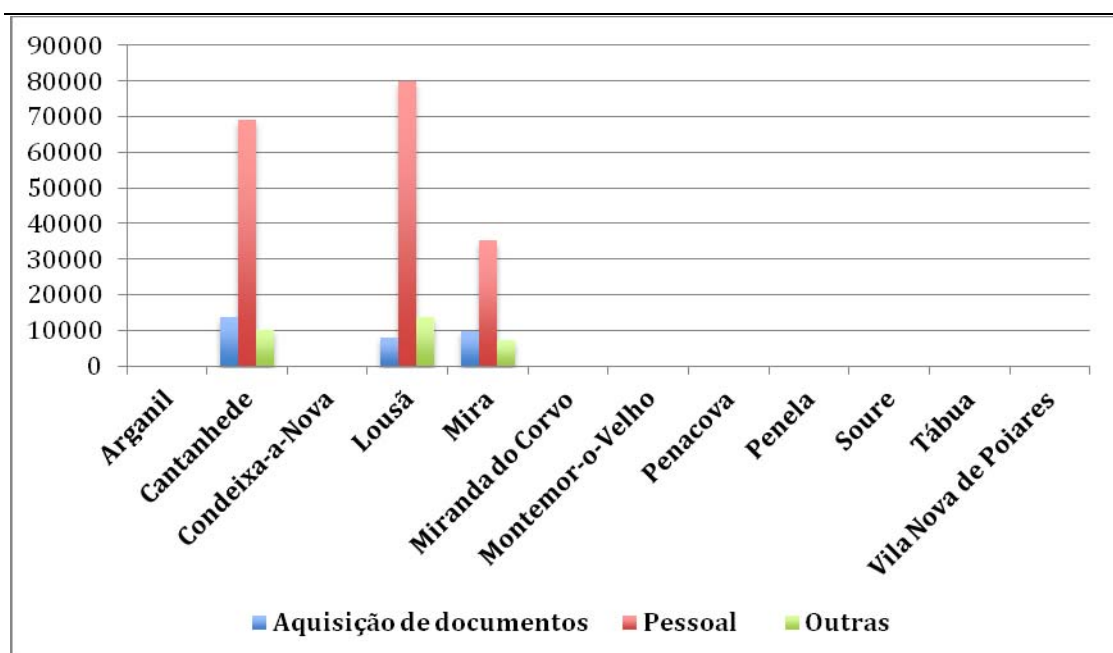


1995

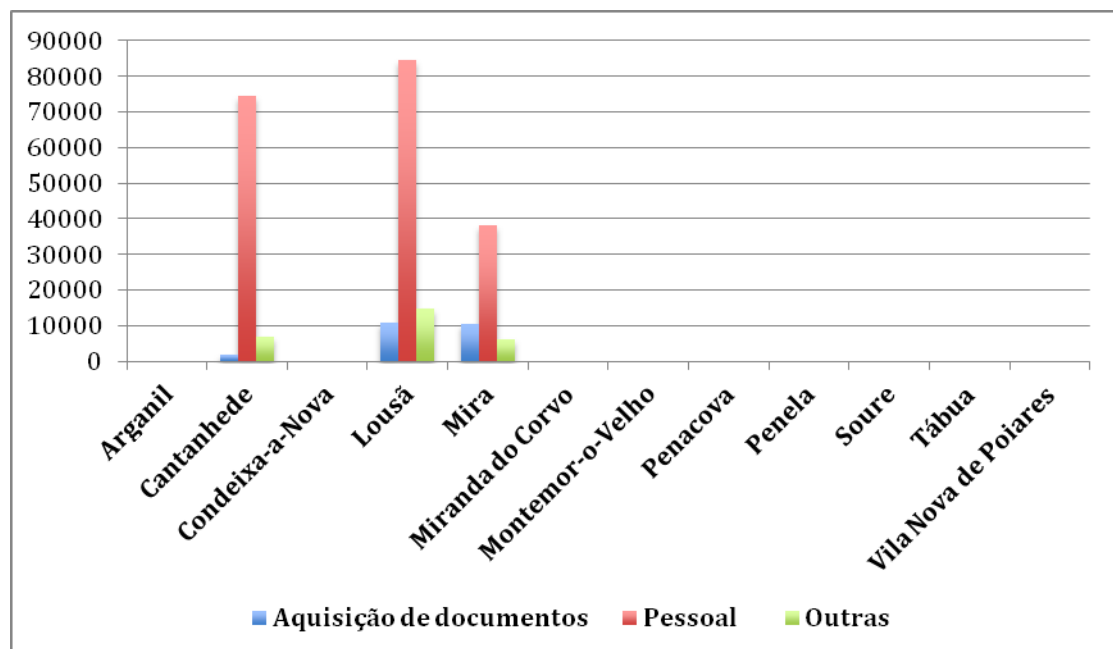


1996

A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)

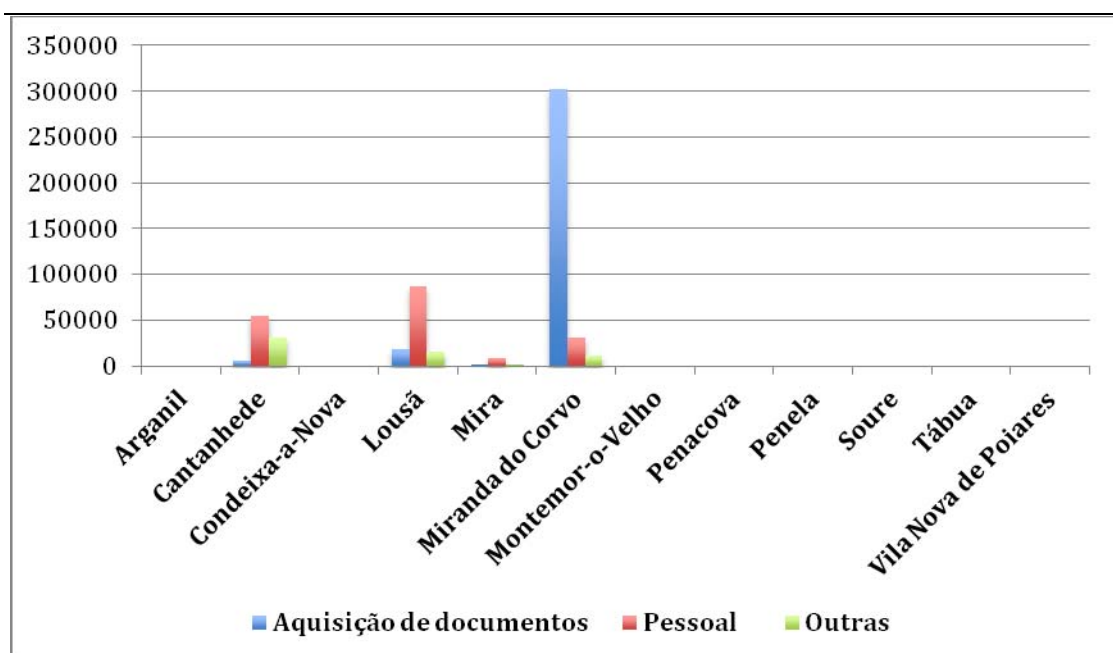


1997

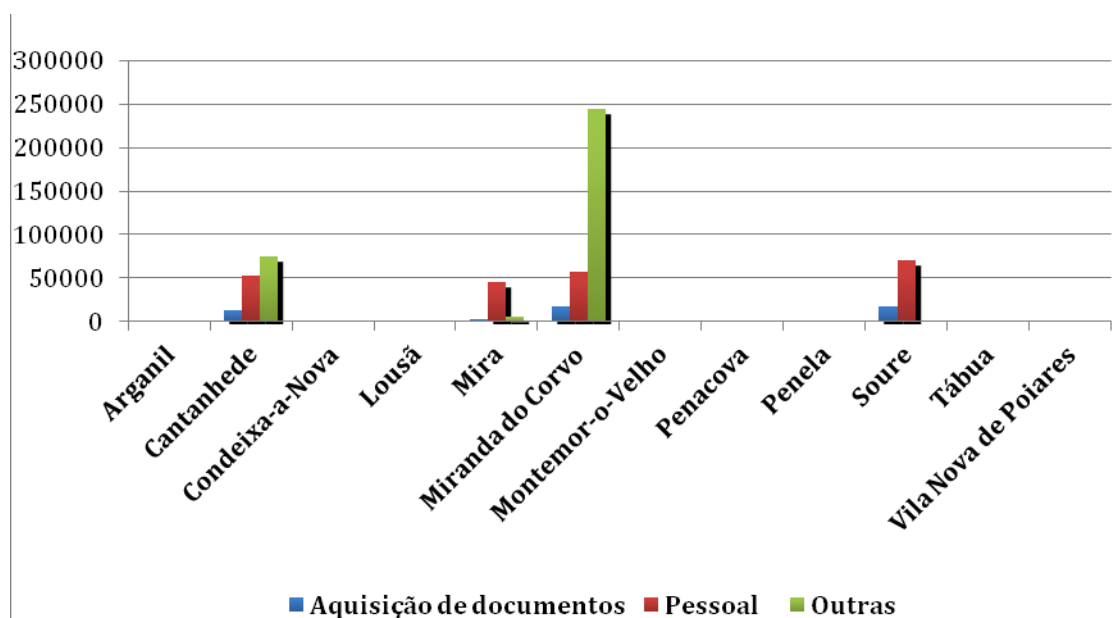


1998

A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)

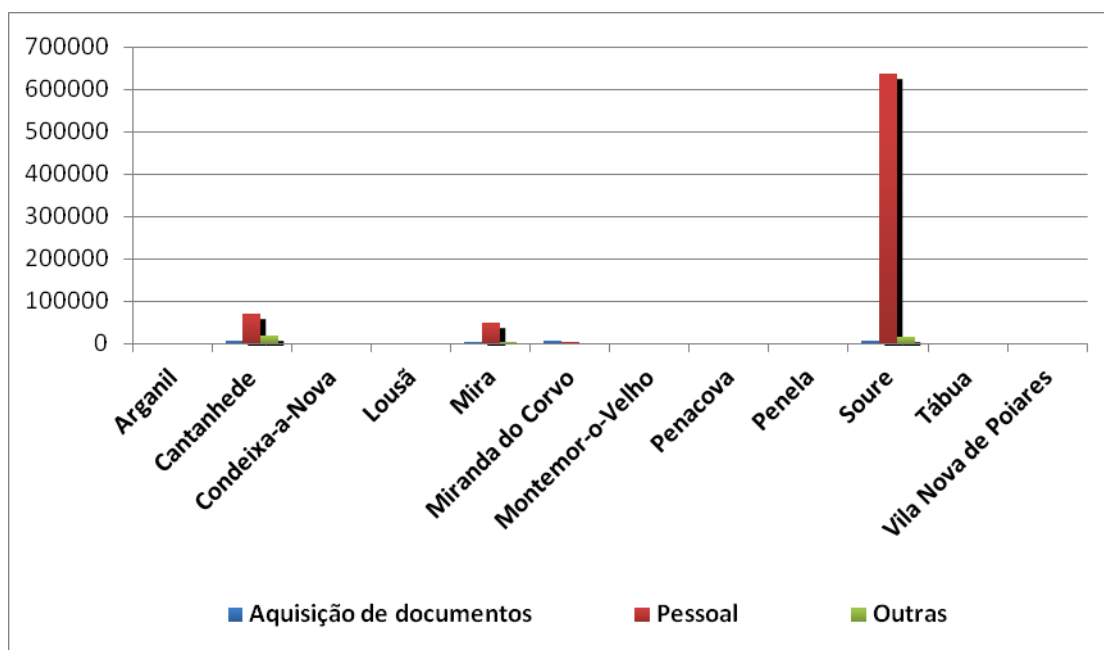


1999

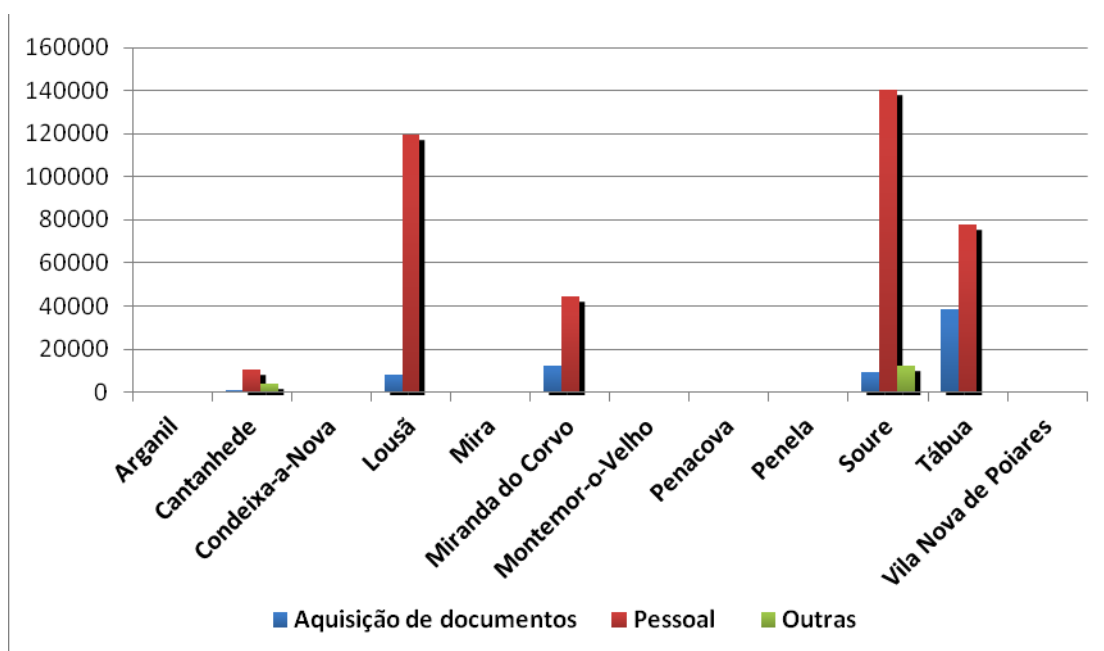


2001

A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)

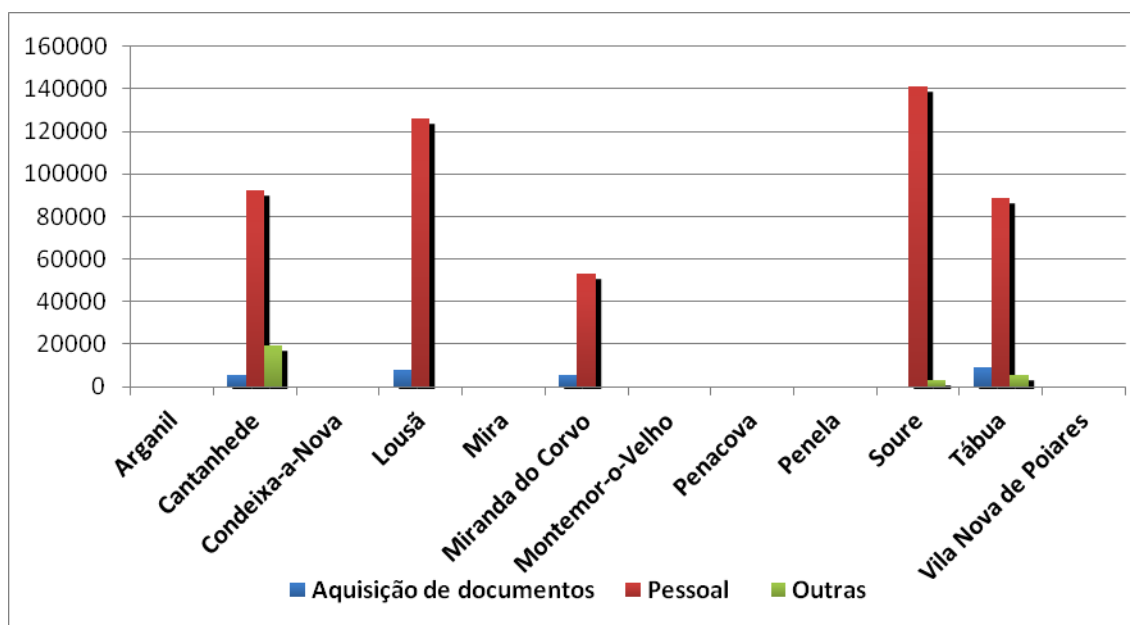


2002

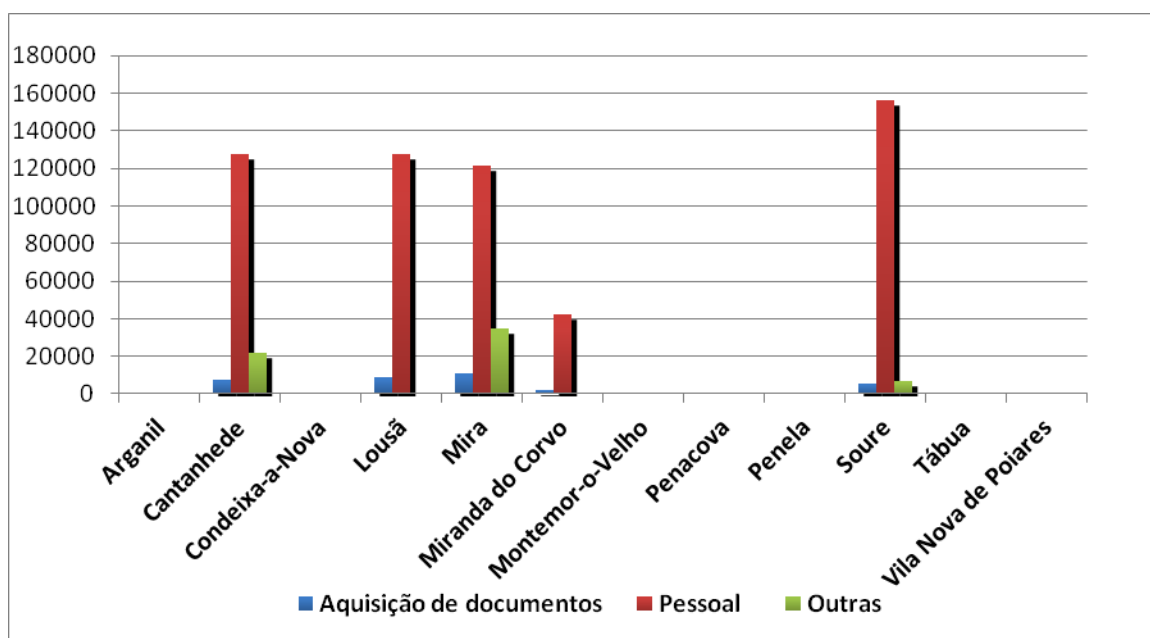


2003

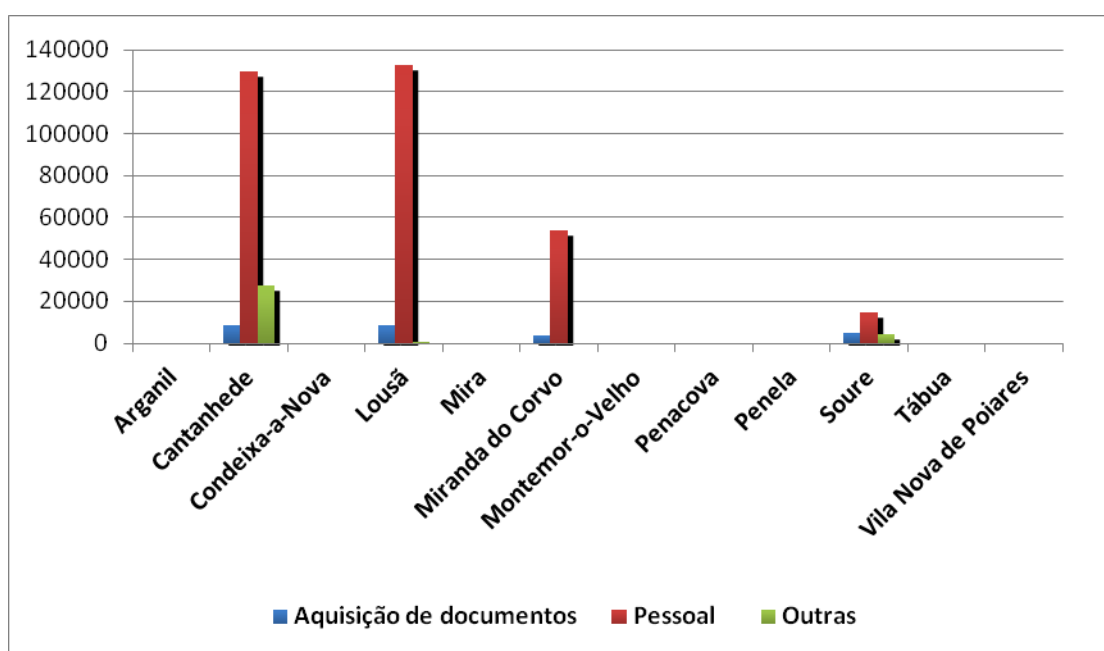
A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)



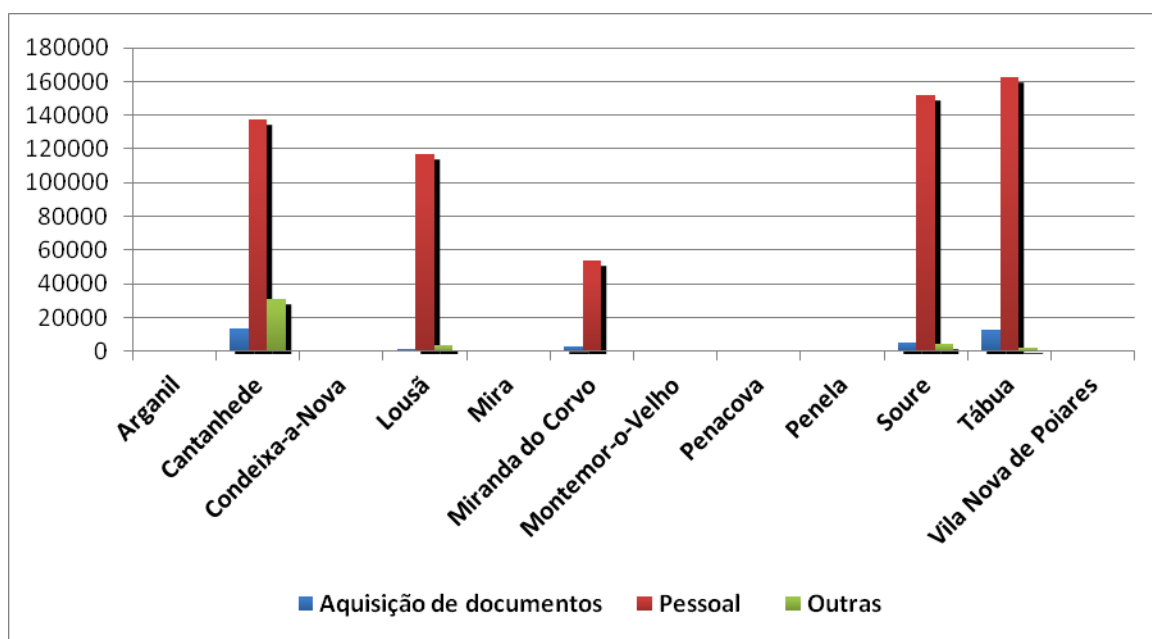
2004



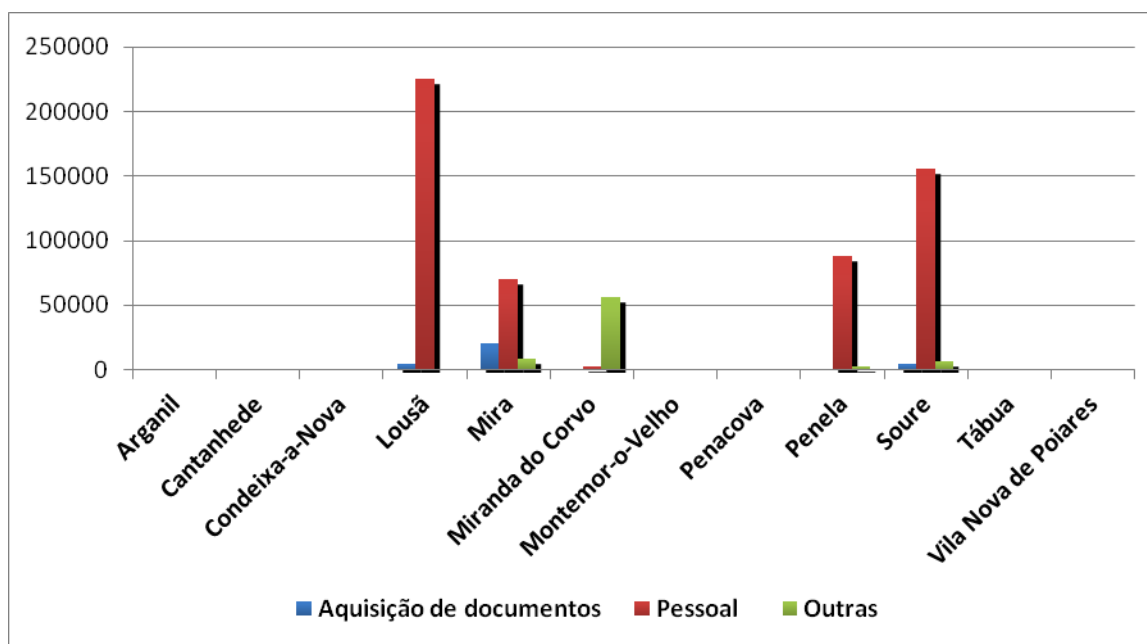
2005



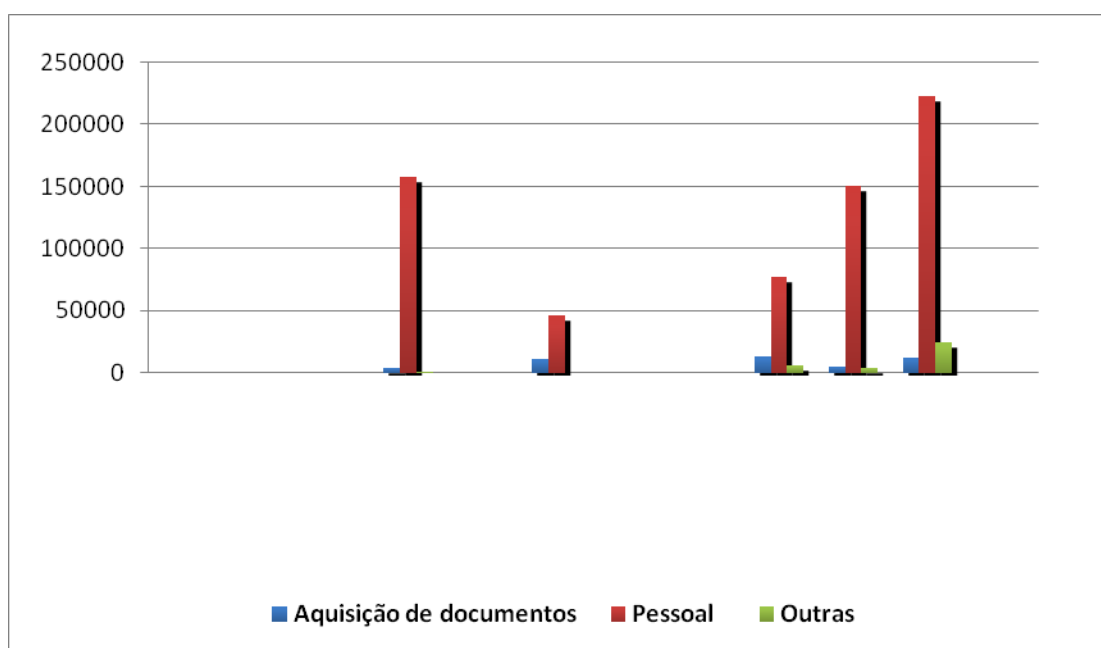
2006



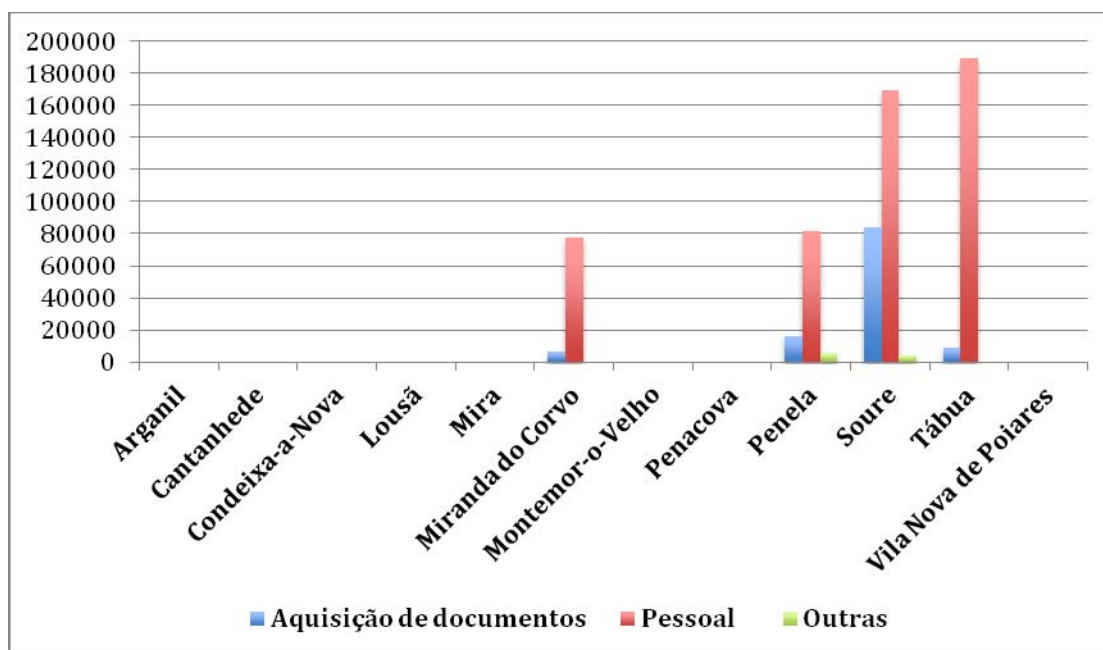
2007



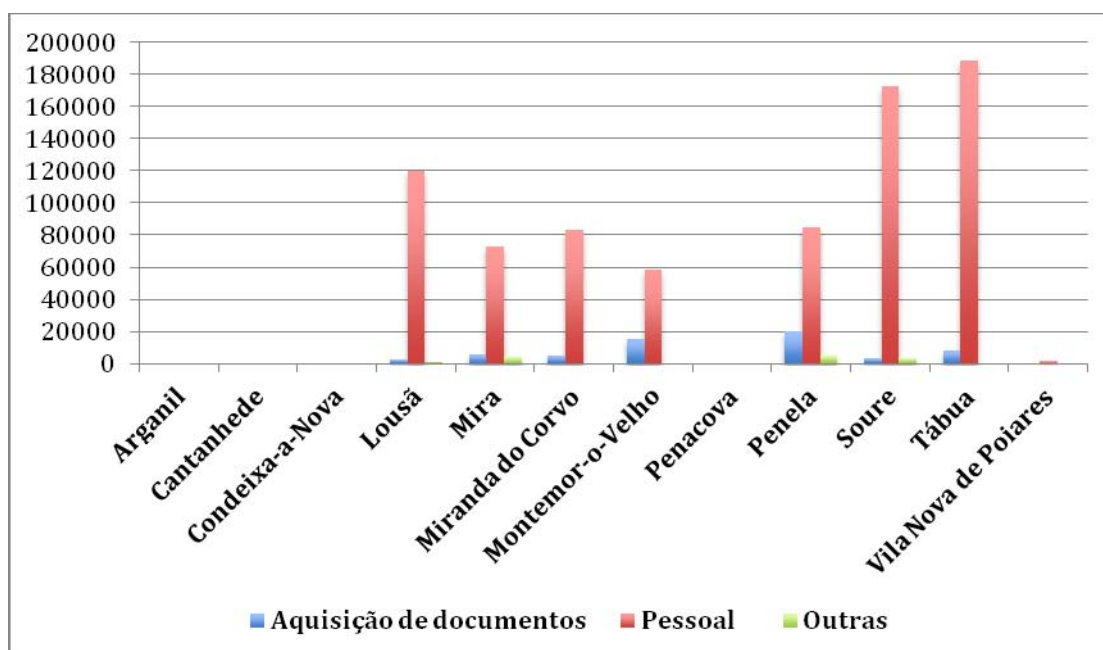
2008



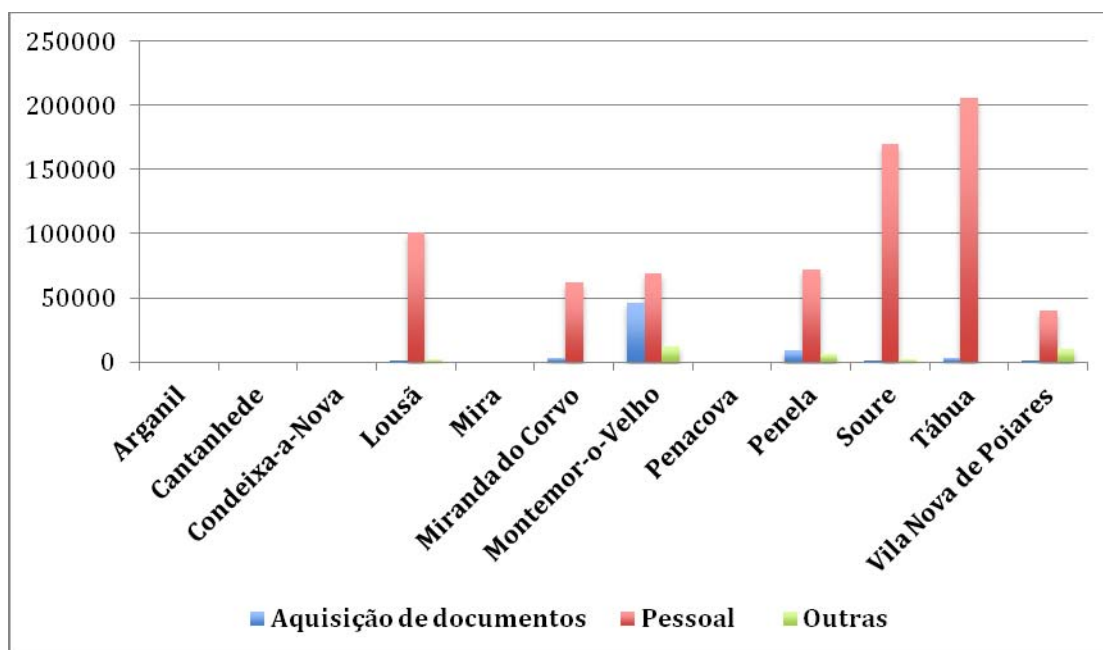
2009



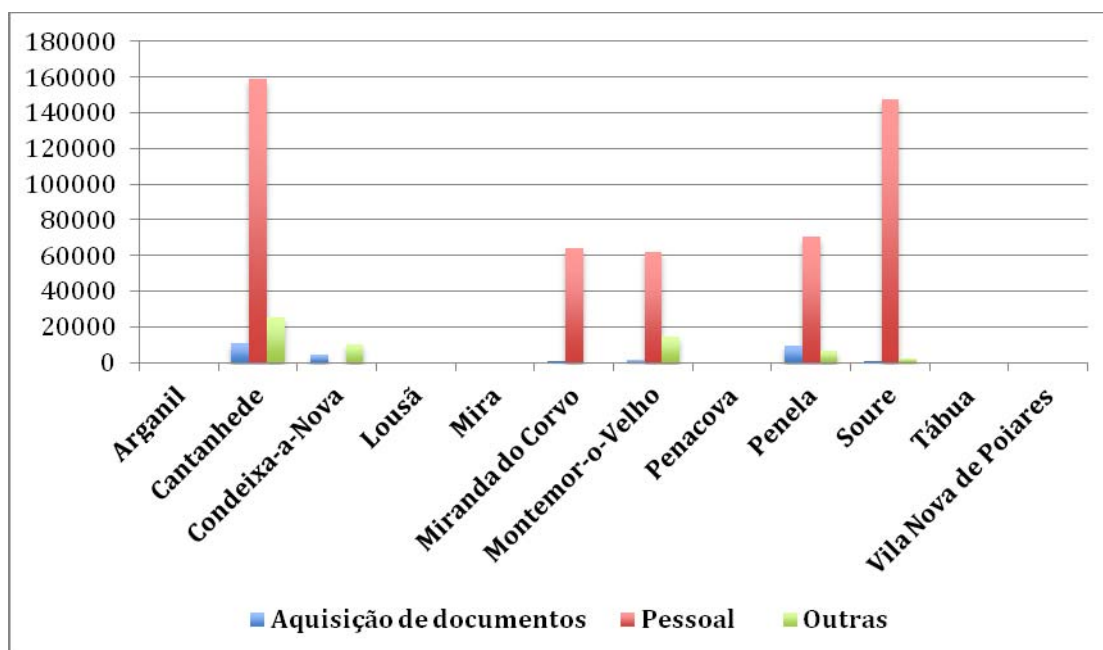
2010



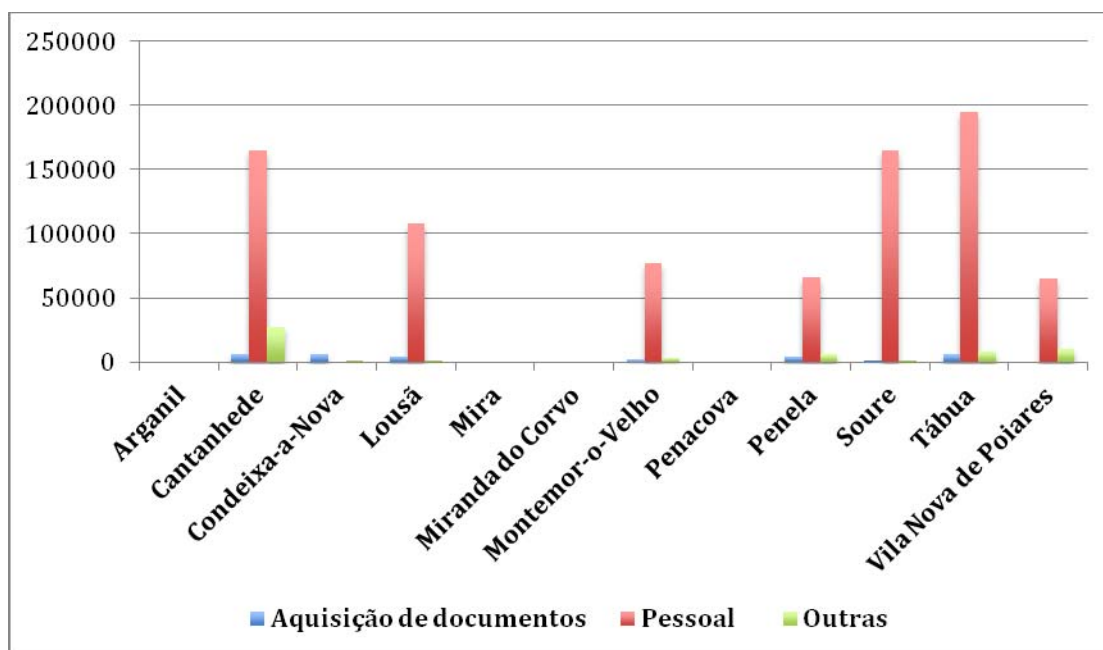
2011



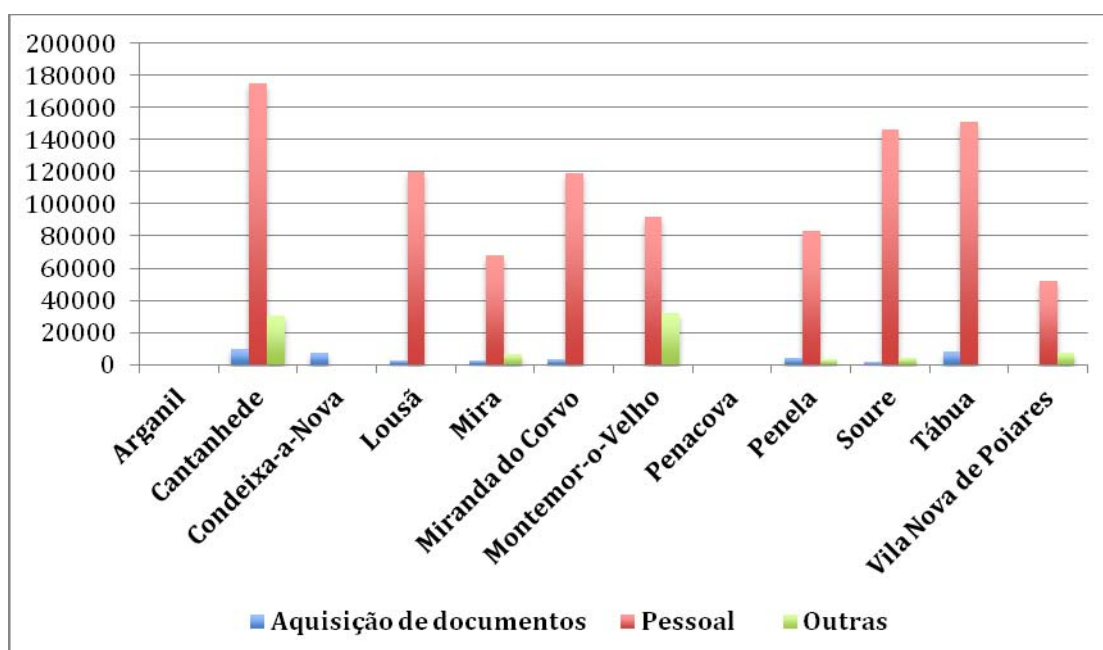
2012



2013



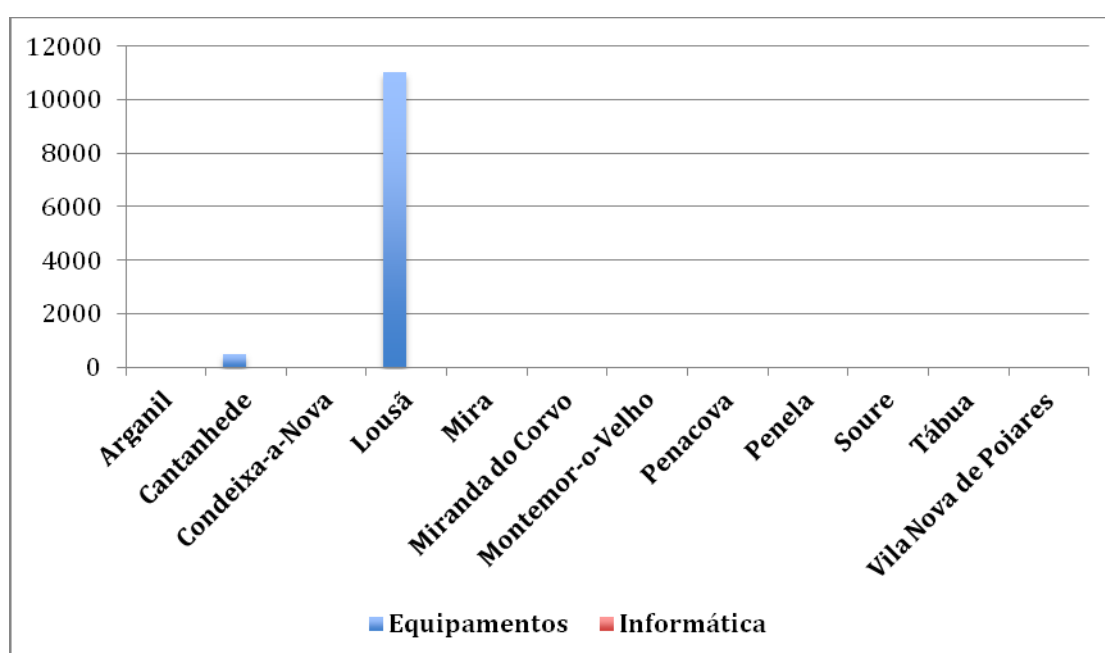
2014



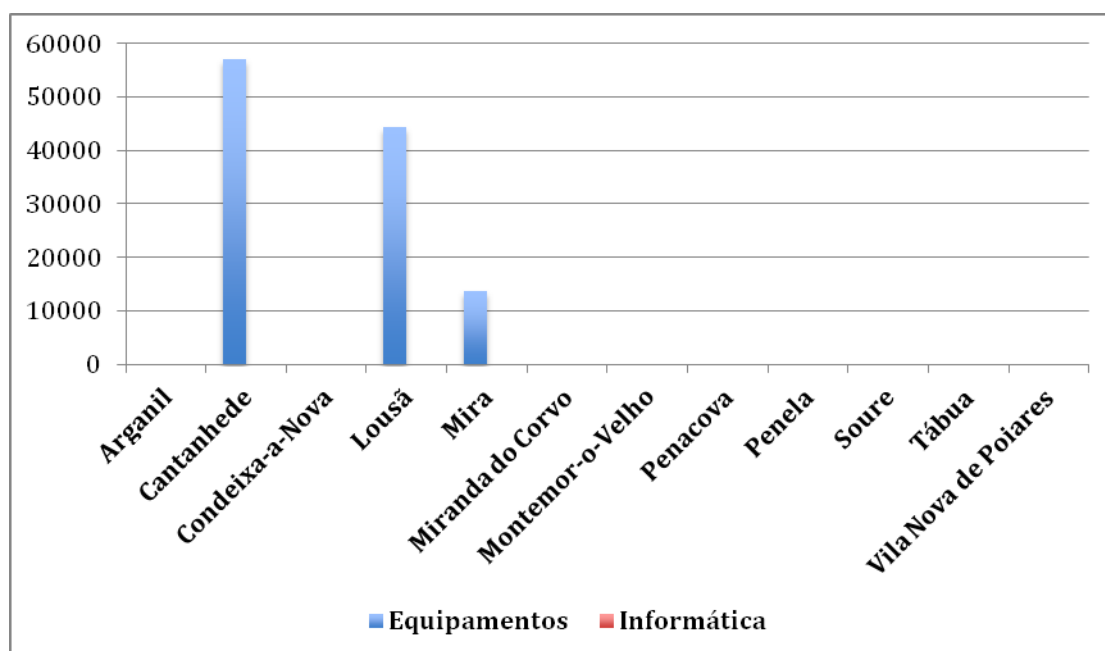
Dados referentes a:

DESPESAS COM CAPITAL

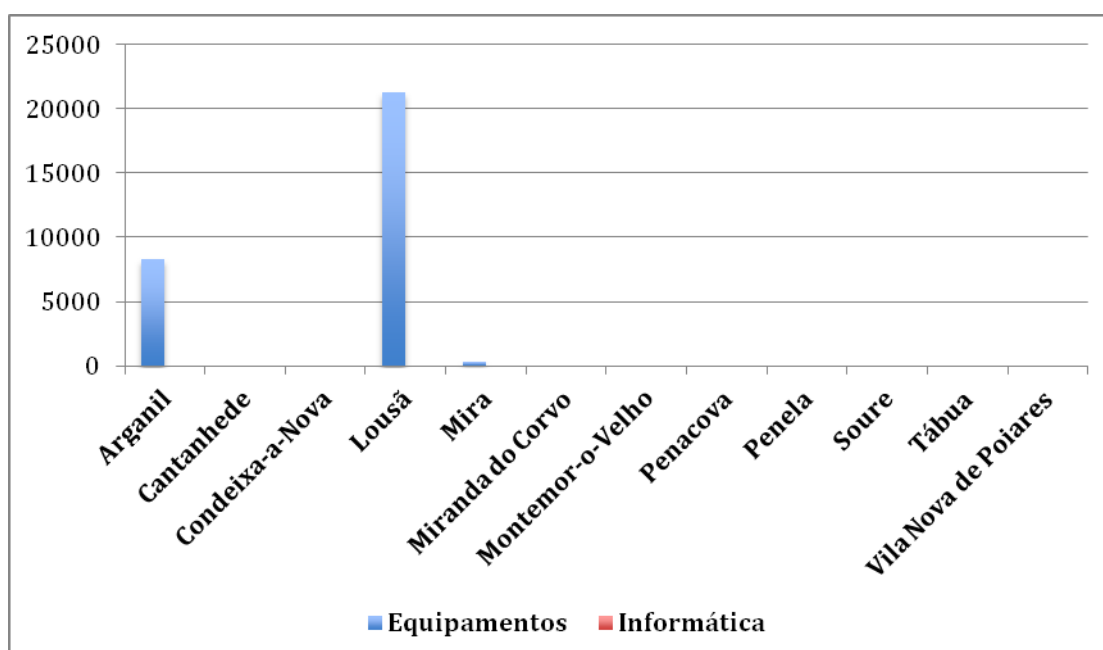
1994



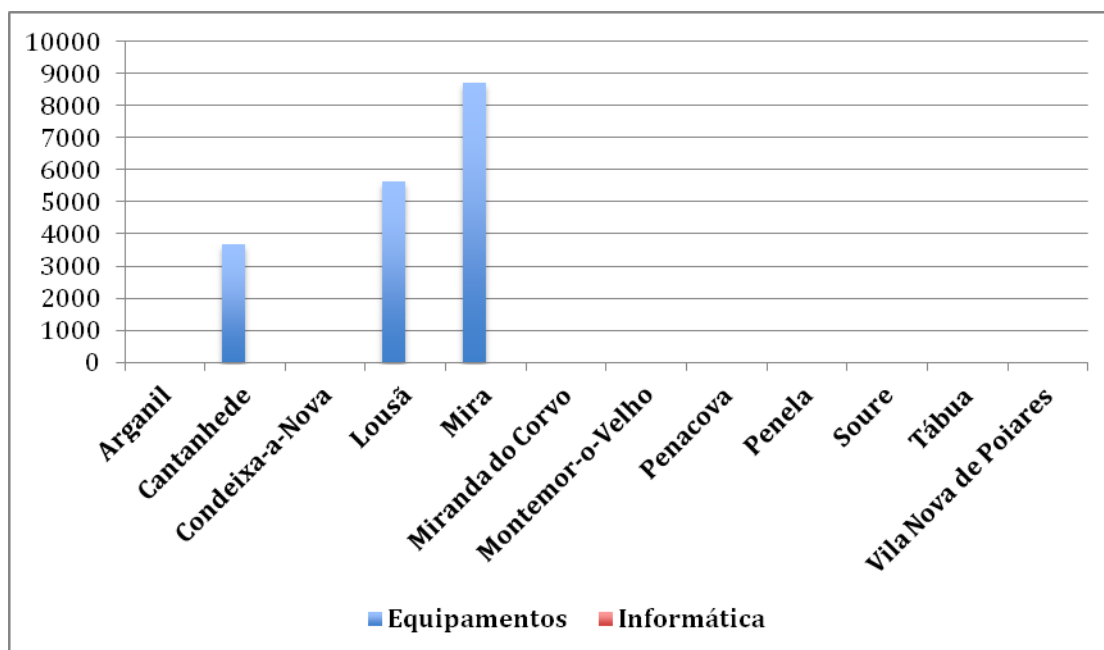
1995



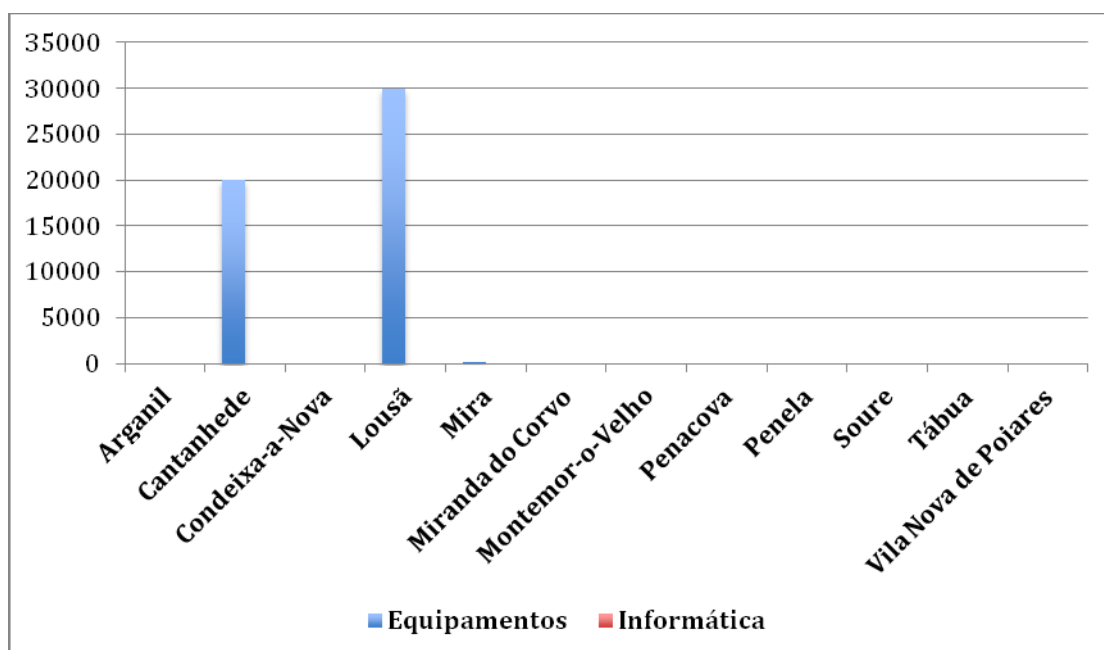
1996



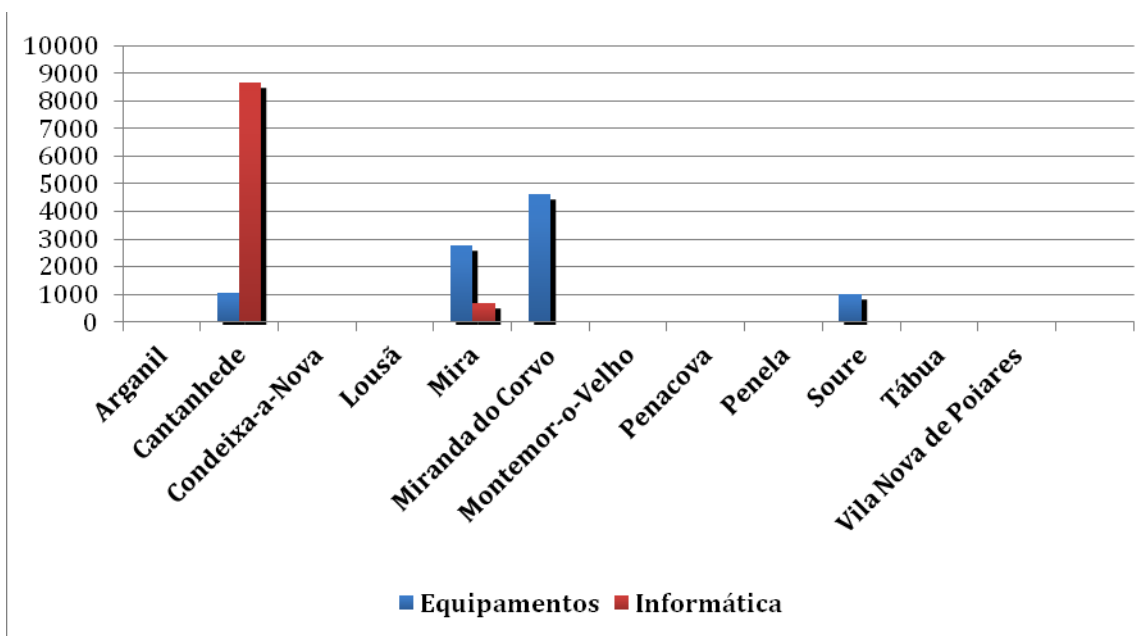
1997



1998

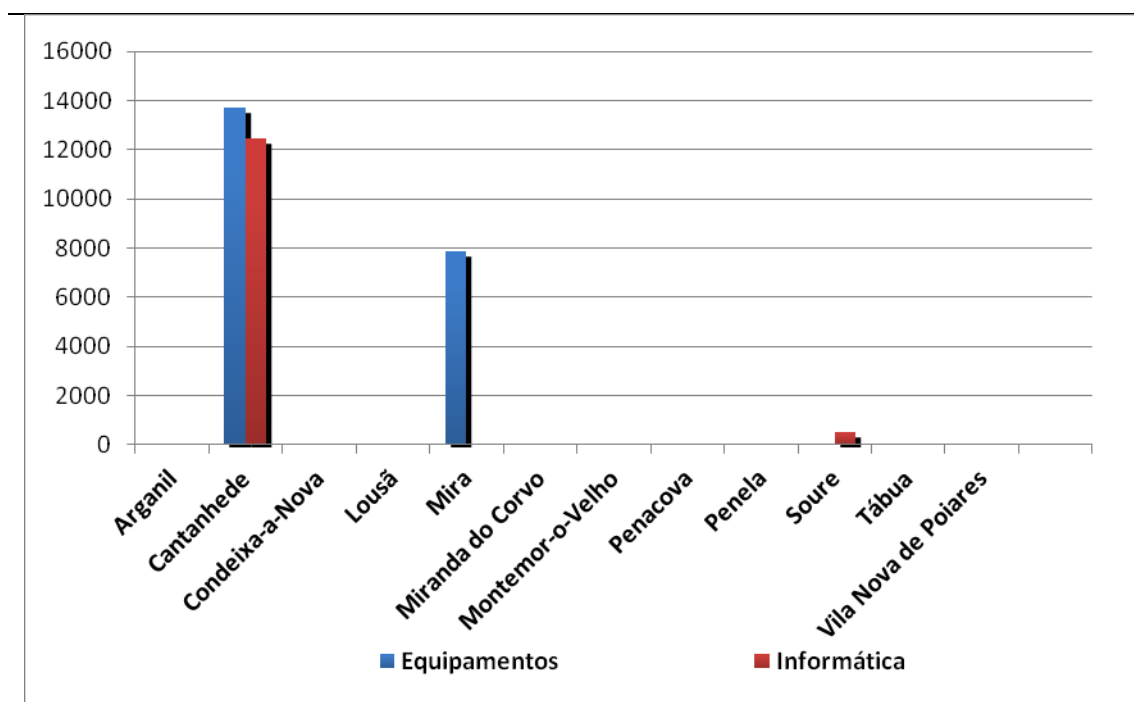


1999

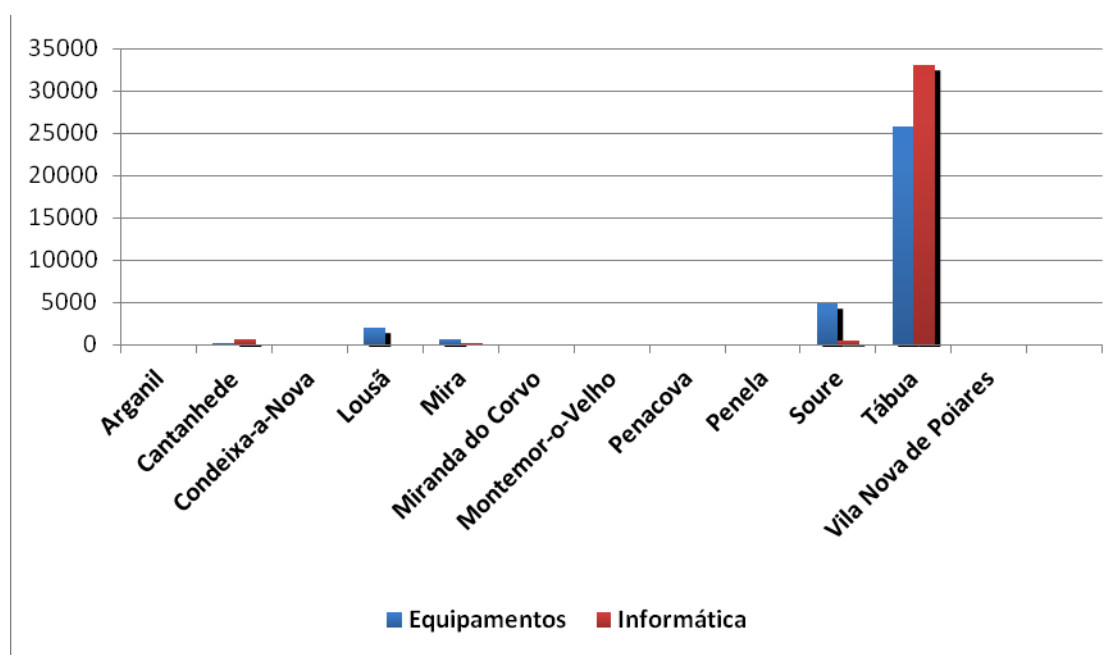


2001

A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)

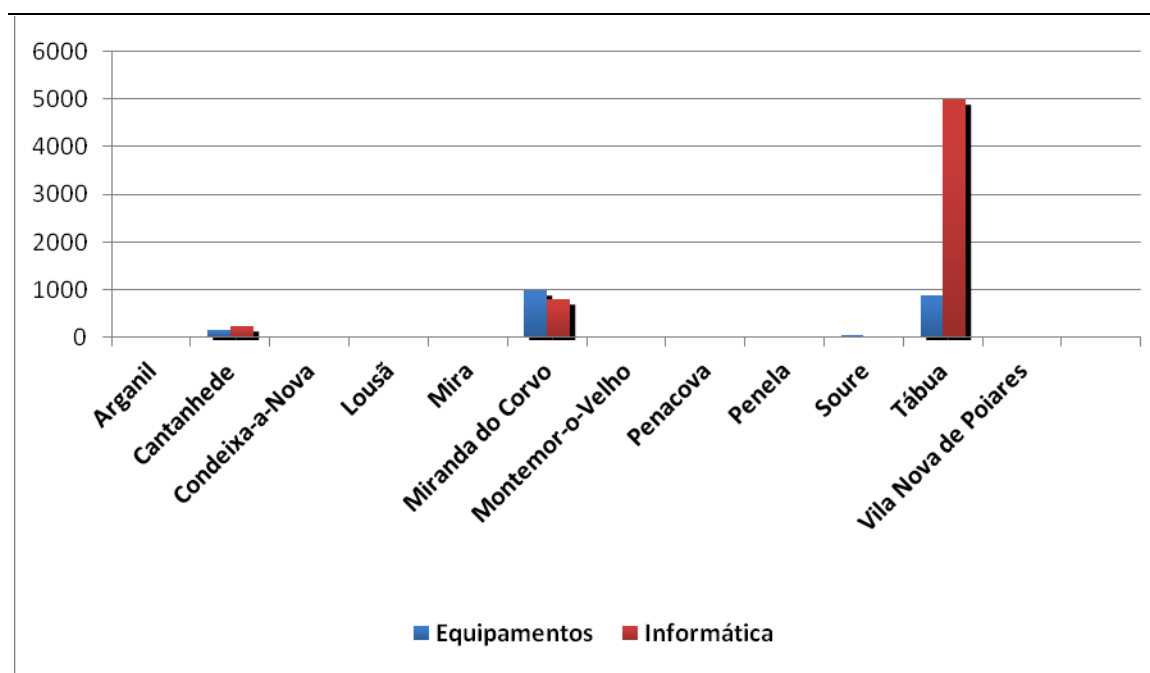


2002

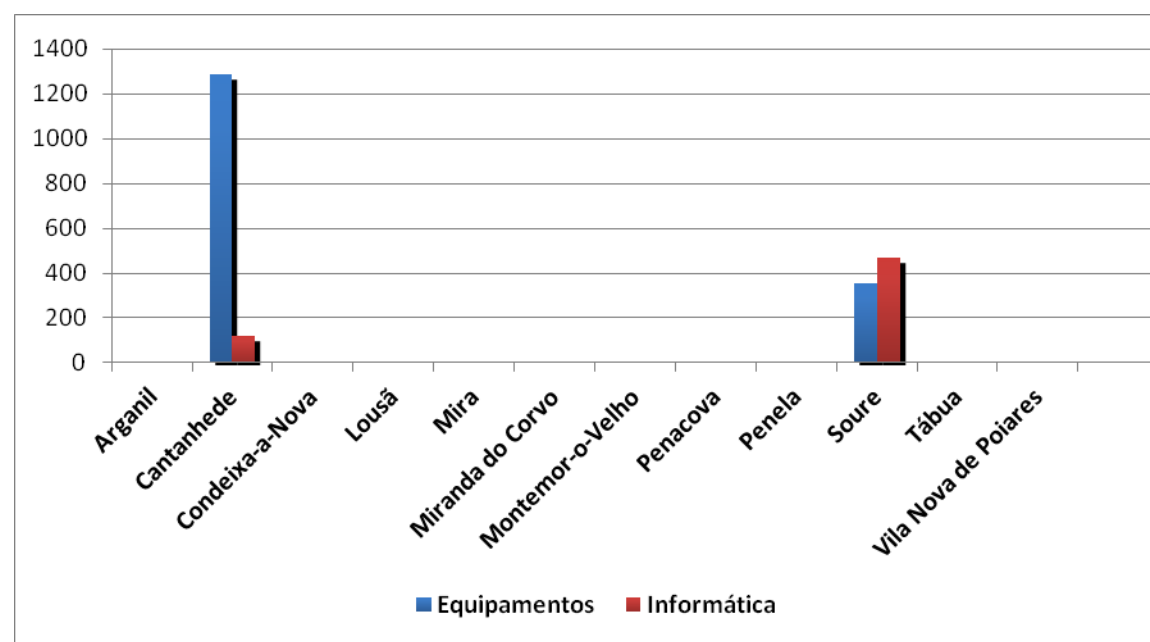


2003

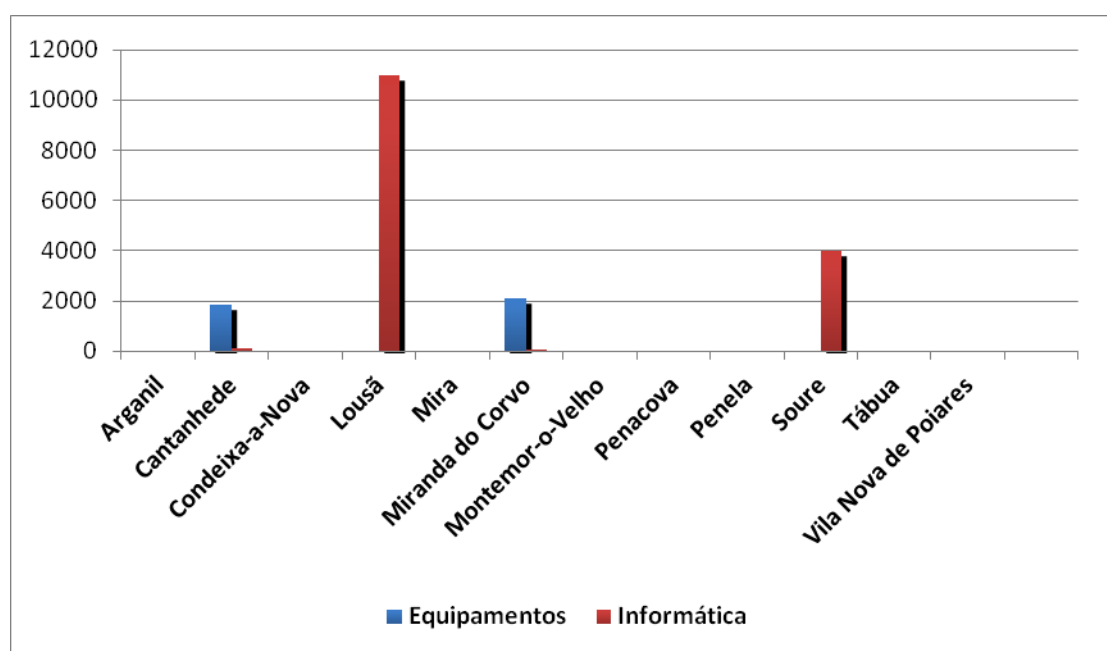
A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)



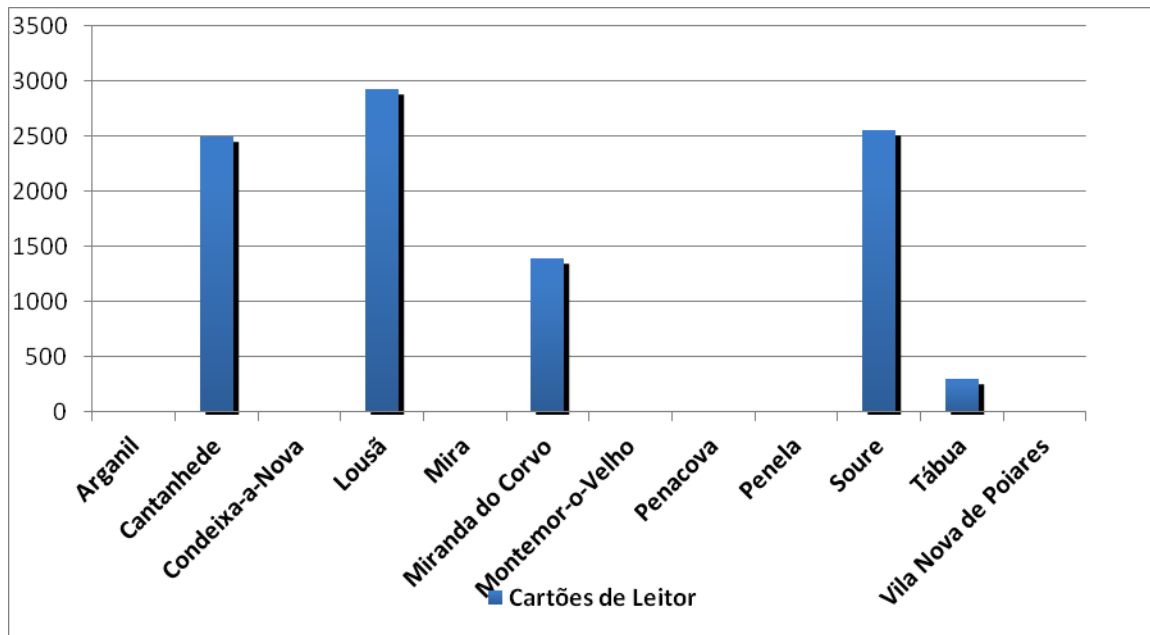
2004



2005

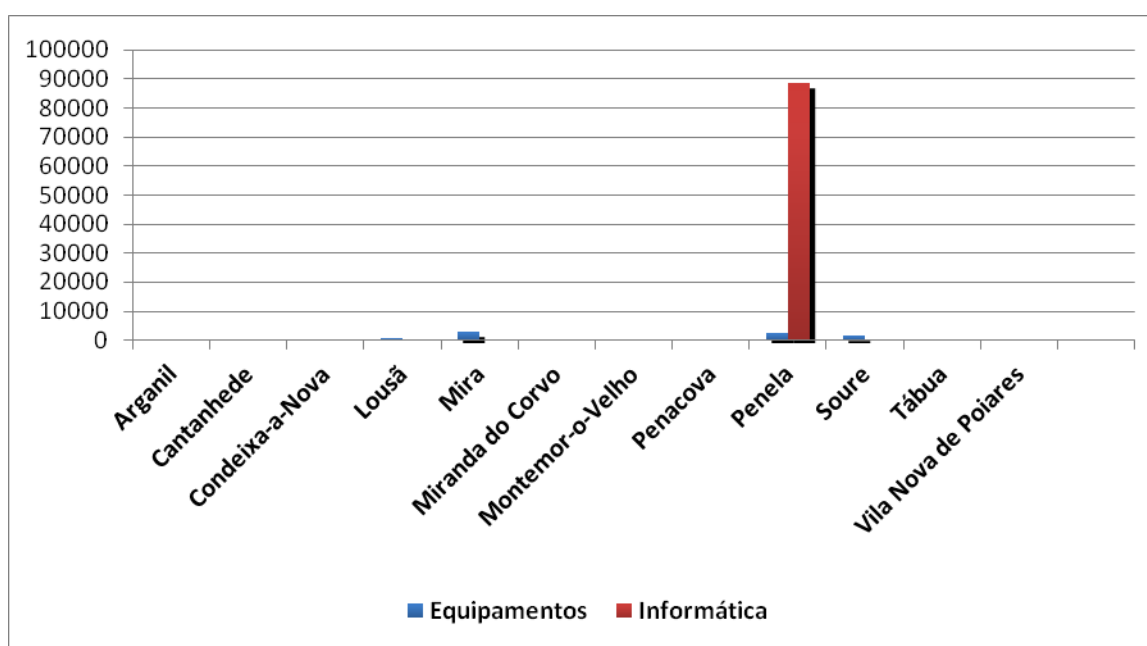


2006

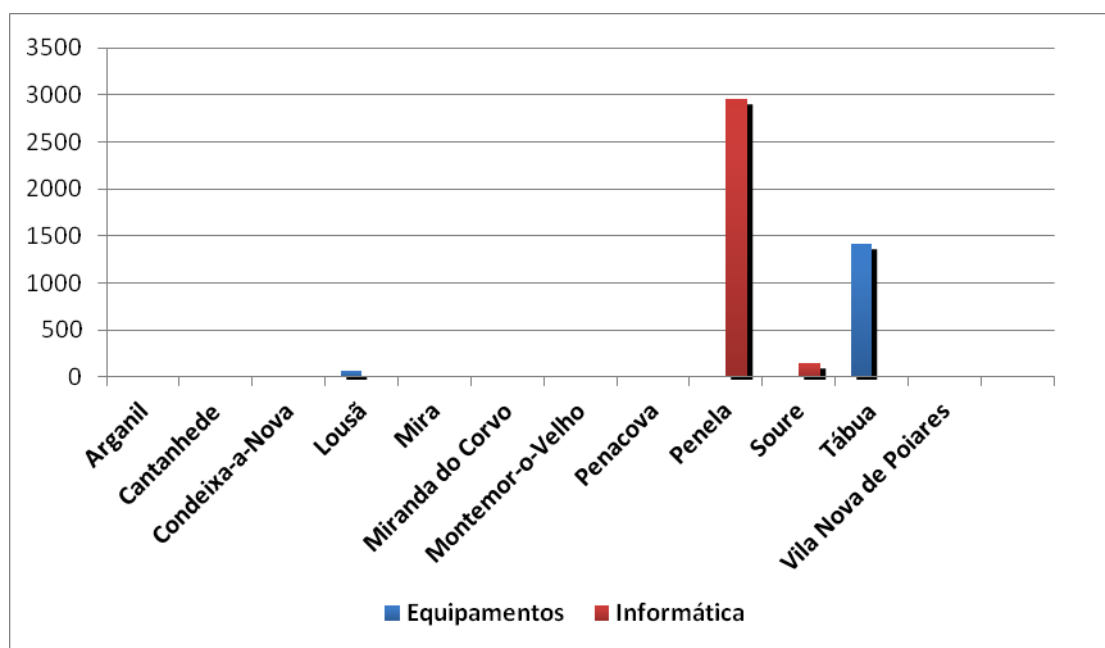


2007

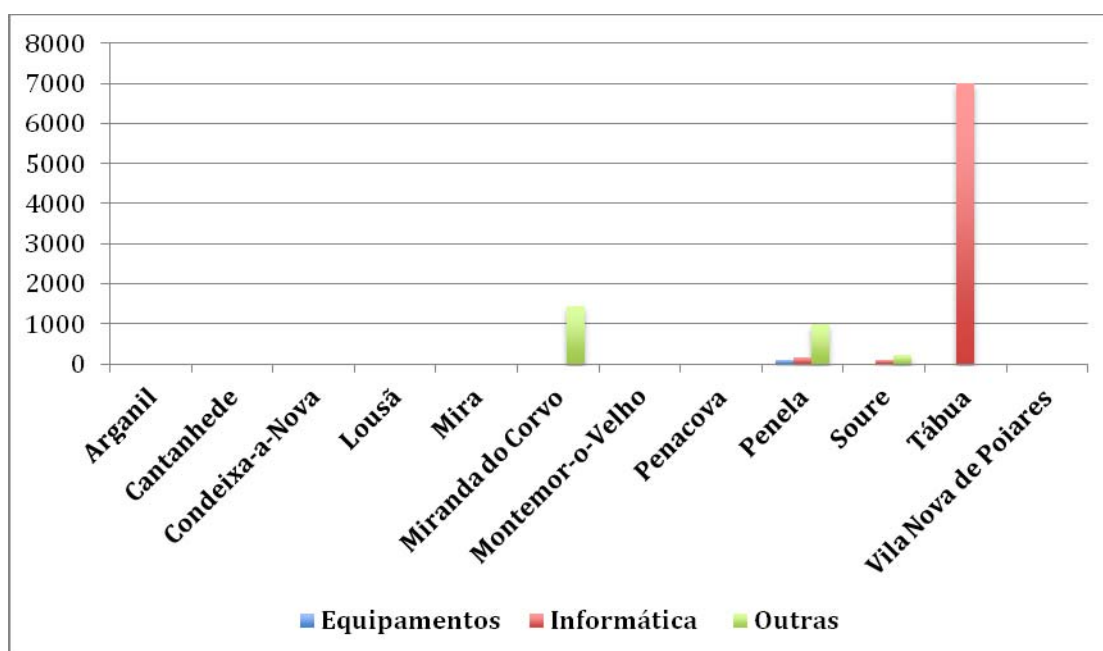
A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)



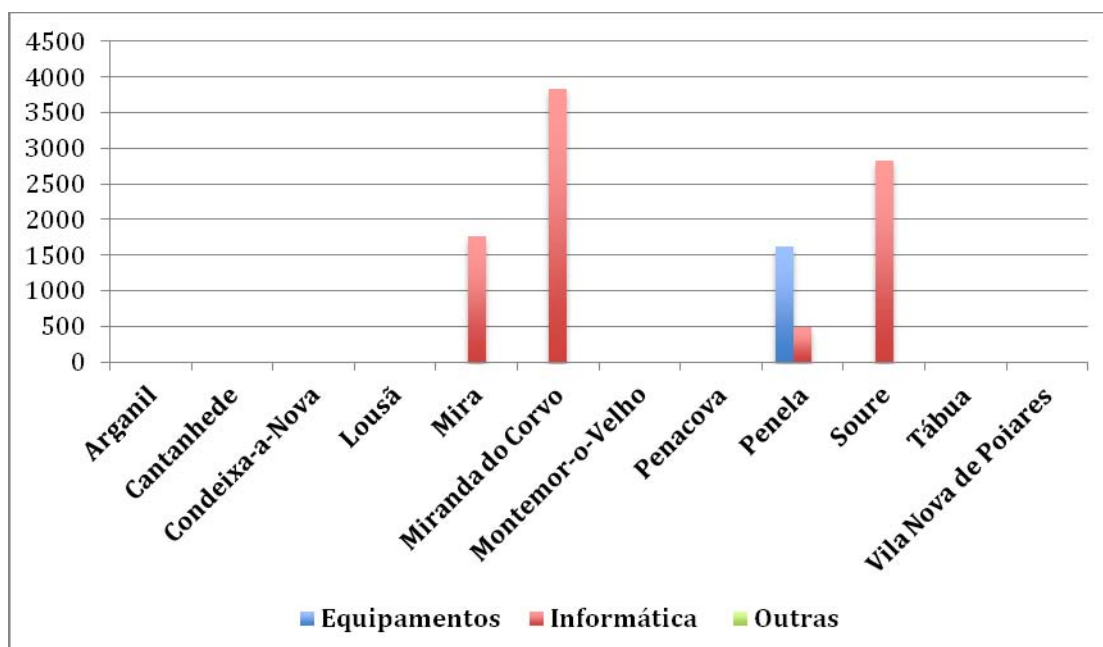
2008



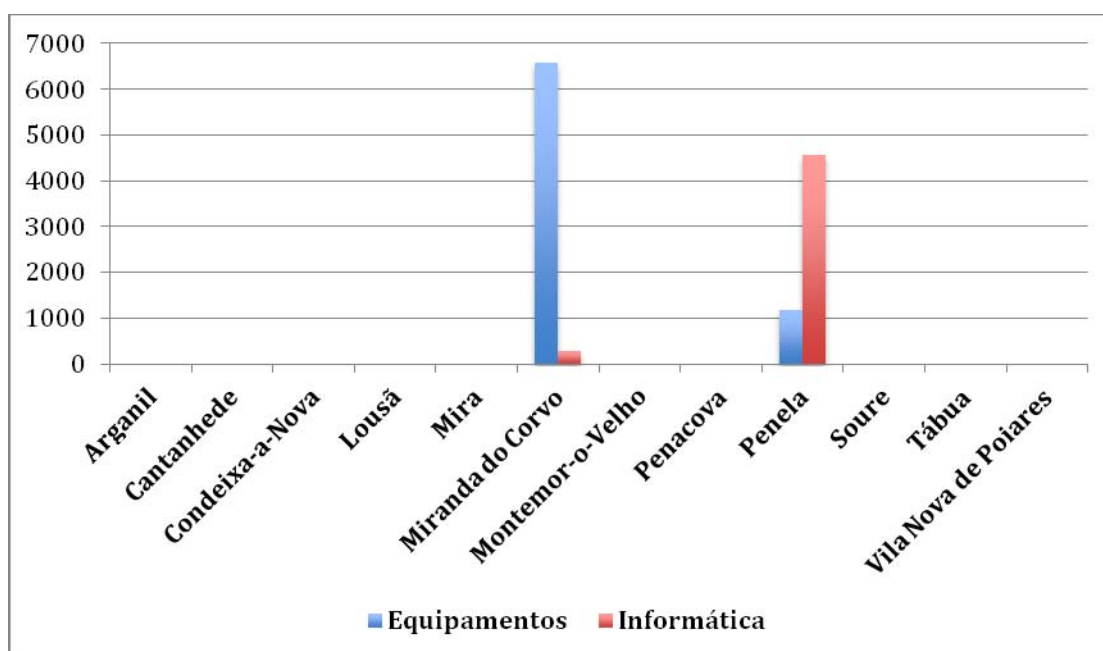
2009



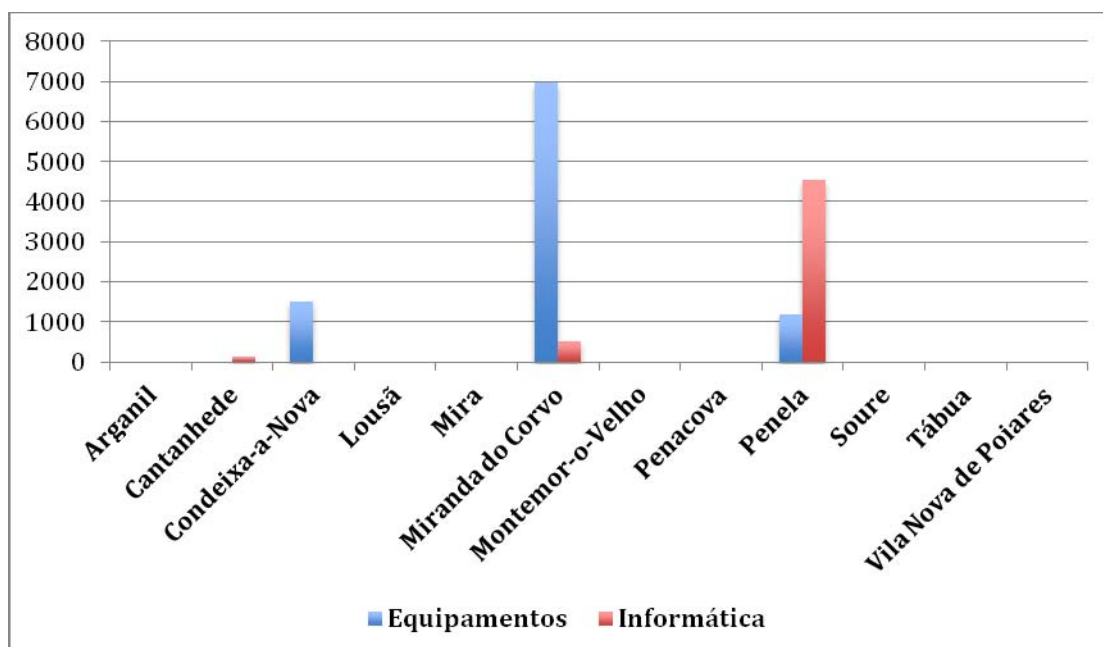
2010



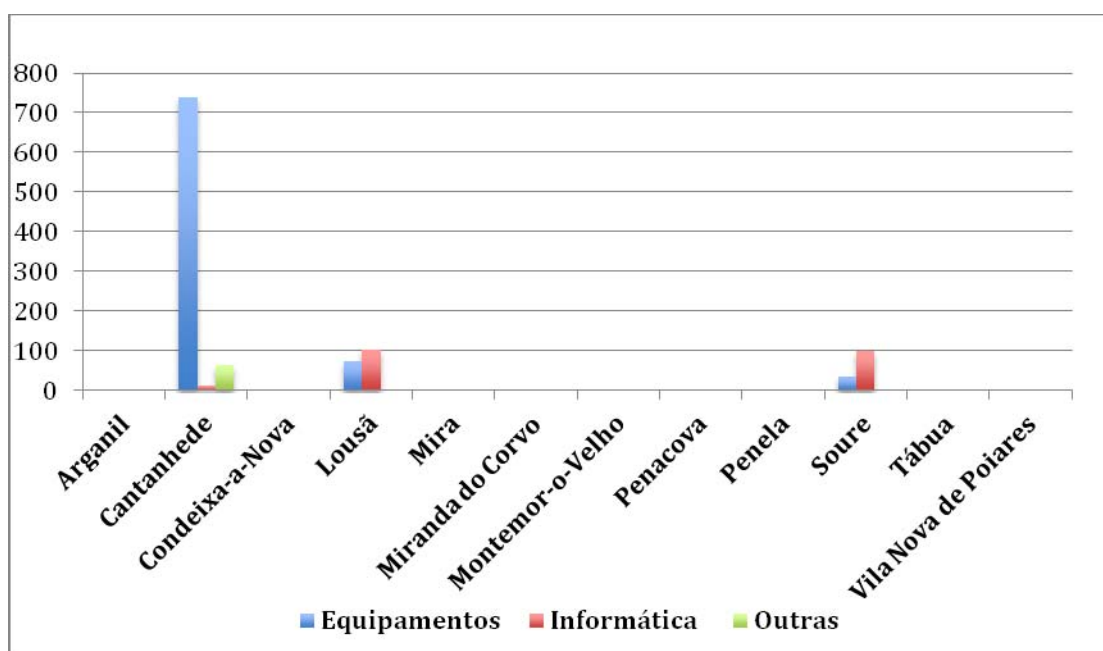
2011



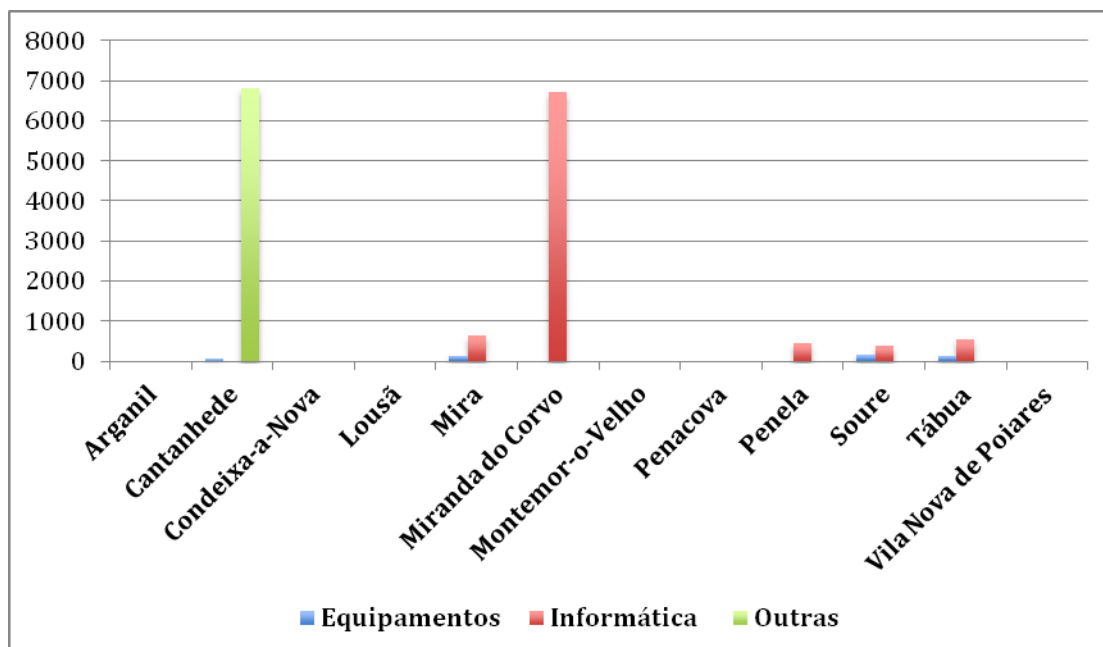
2012



2013



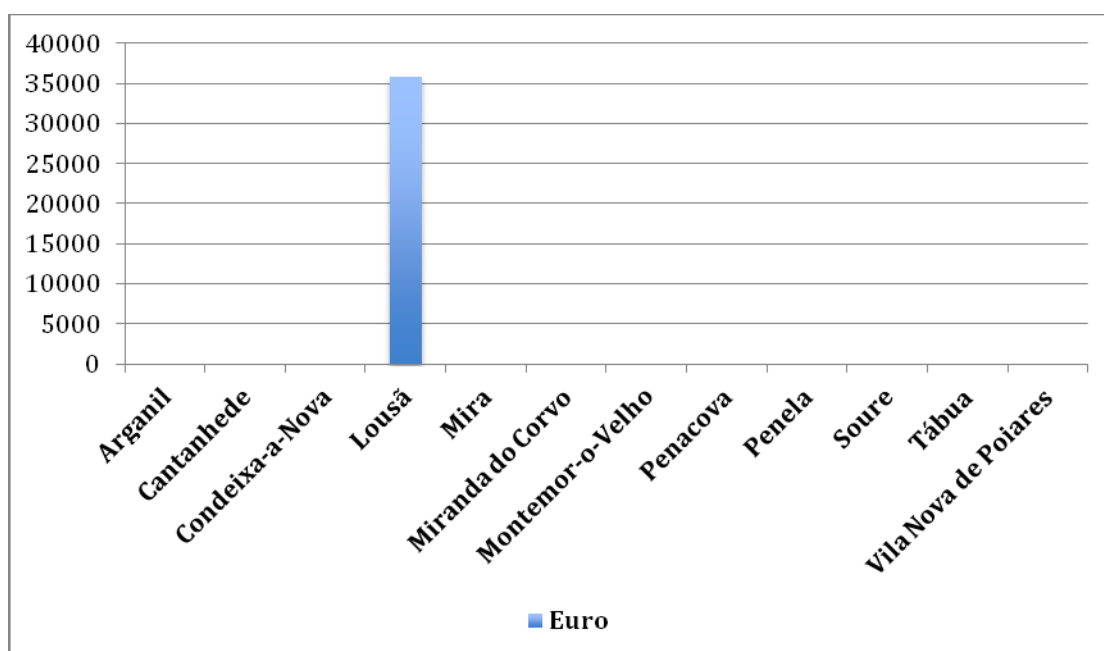
2014



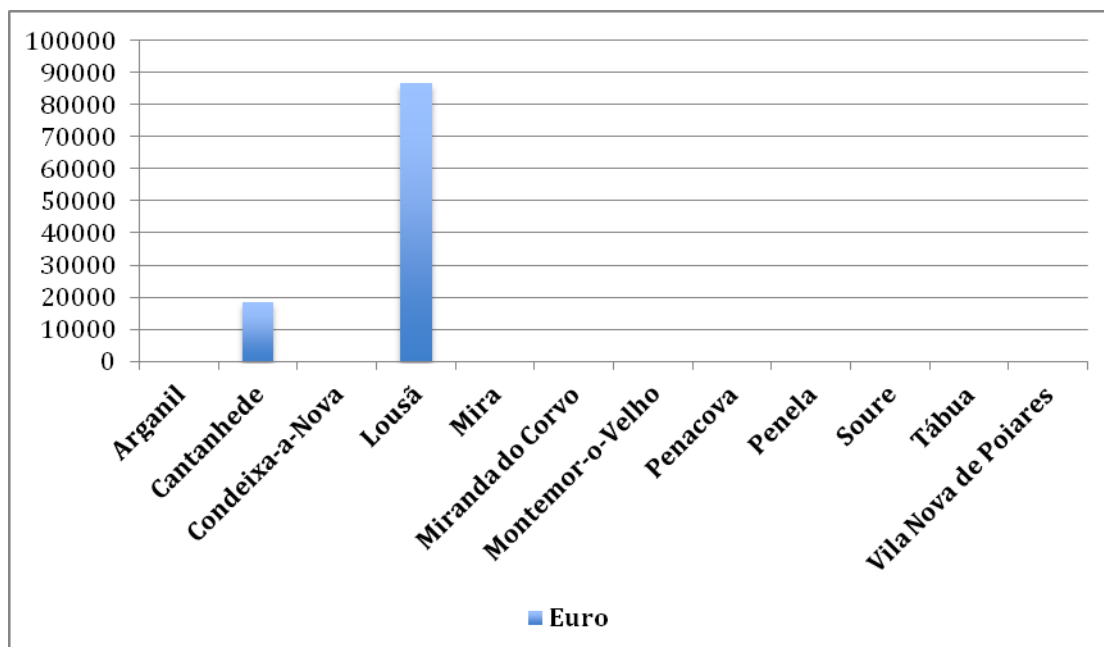
Dados referentes a:

TOTAL DESPESAS (EURO)

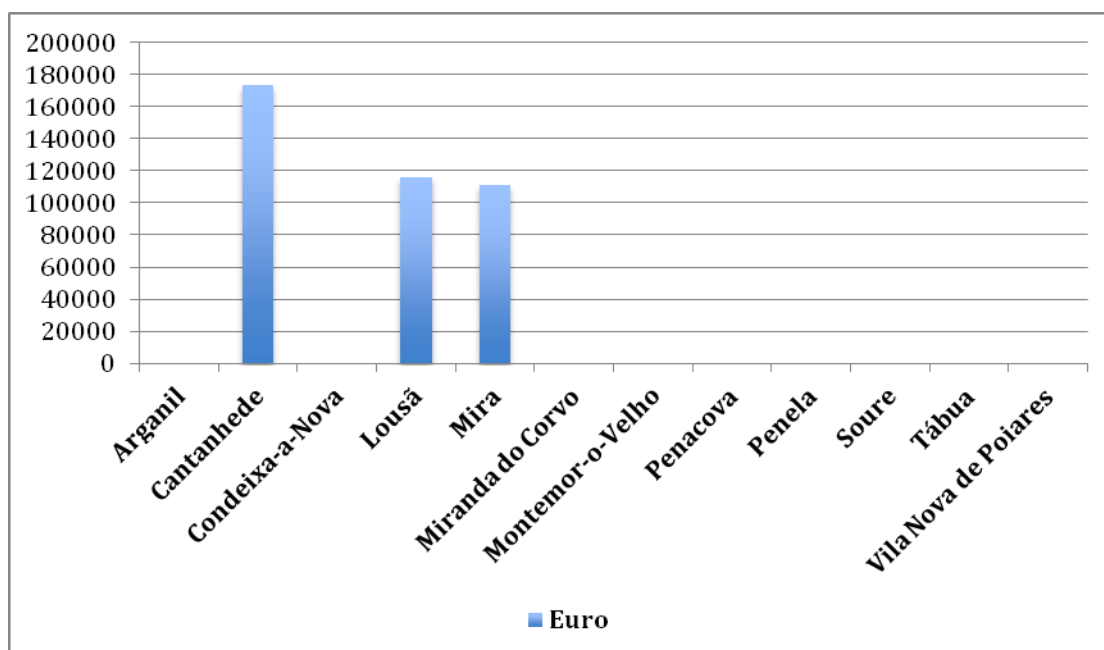
1992



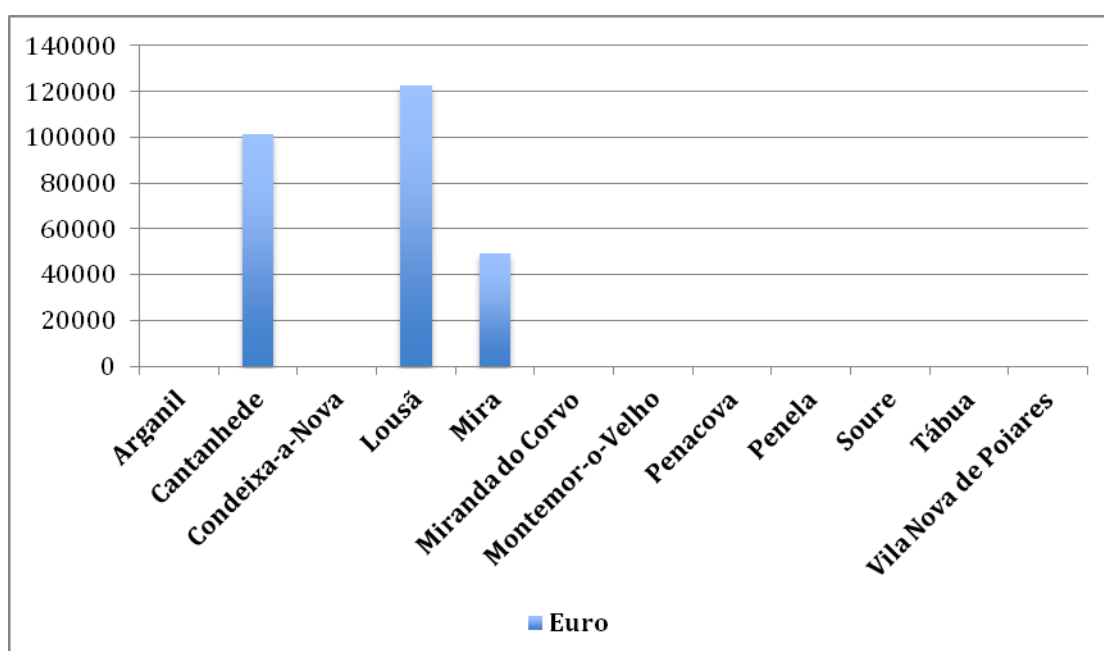
1994



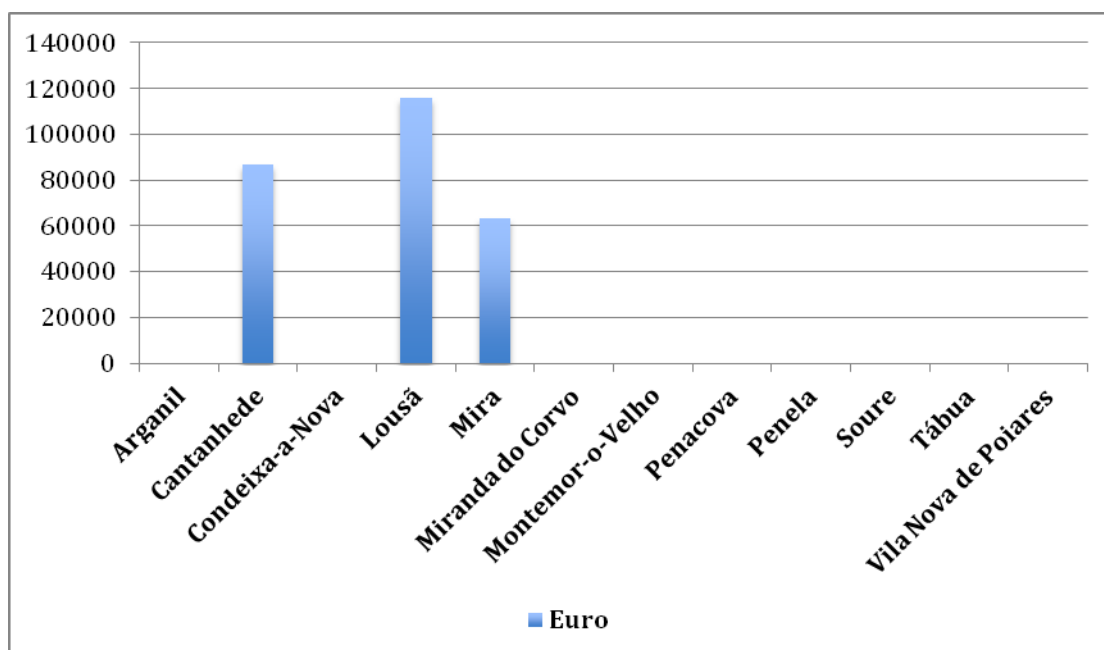
1995



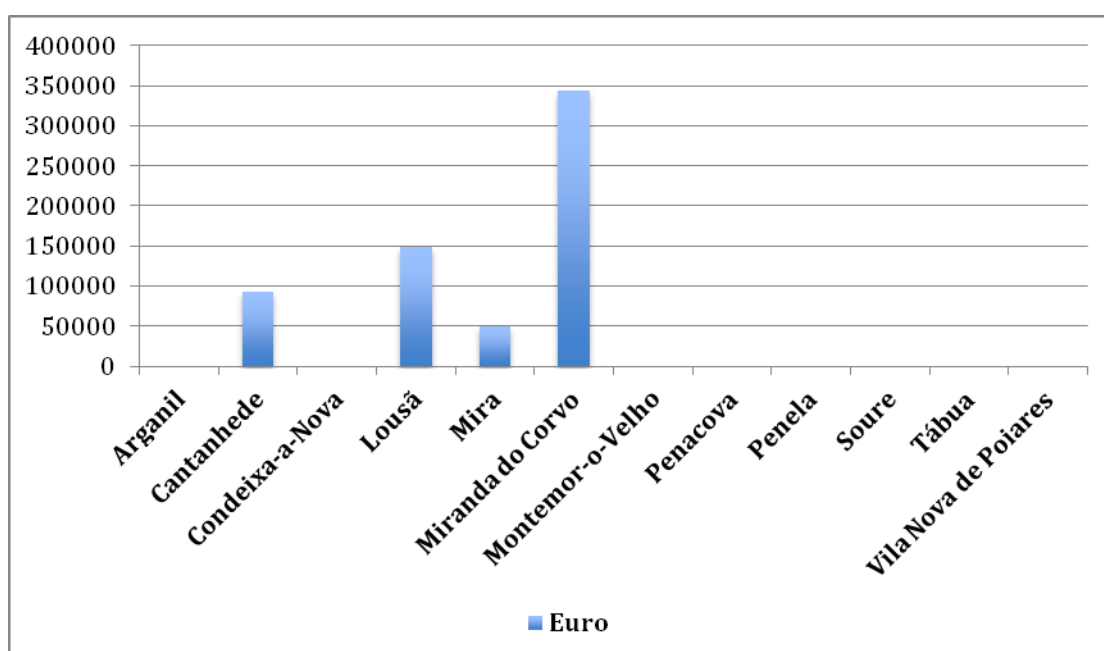
1996



1997

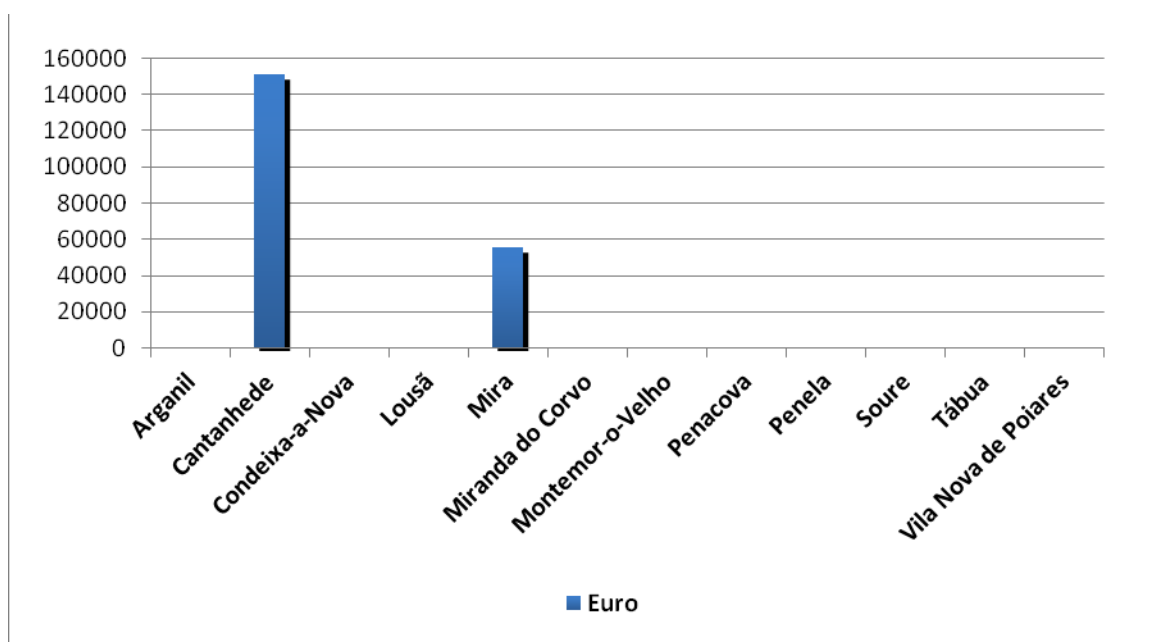


1998

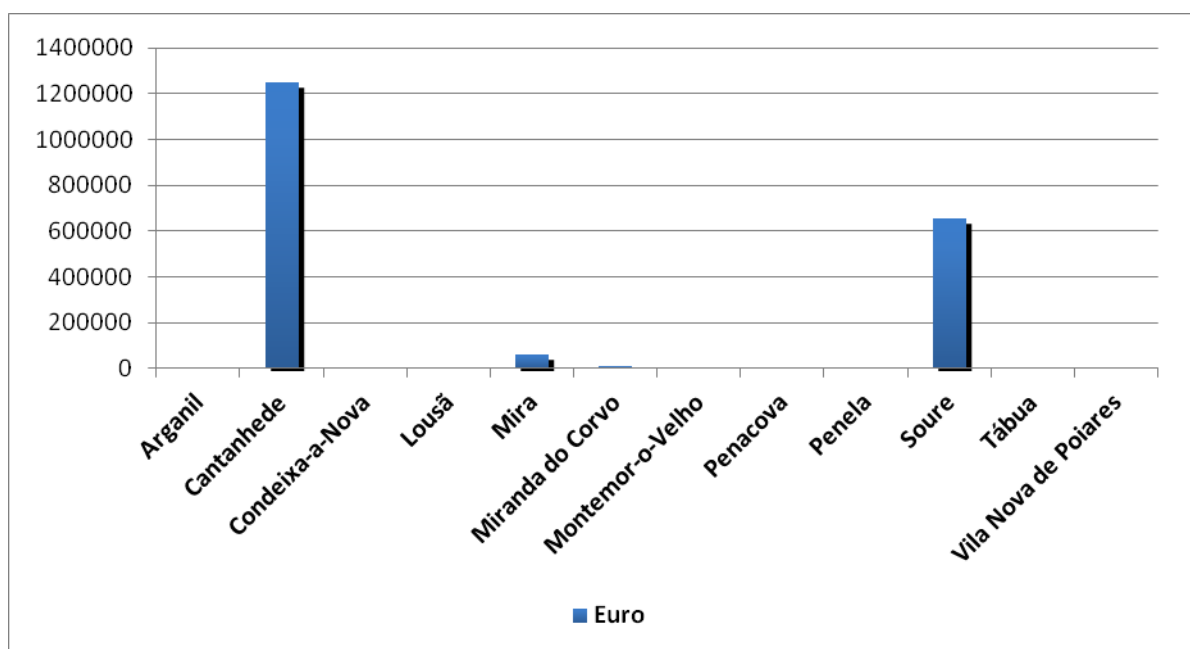


1999

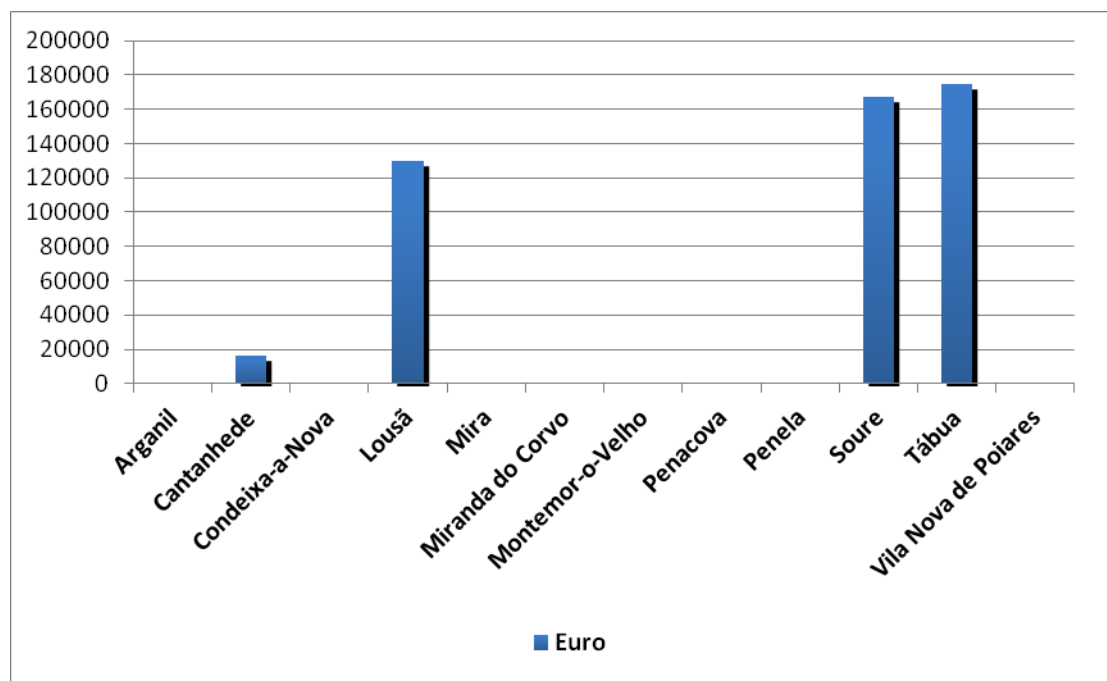
A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)



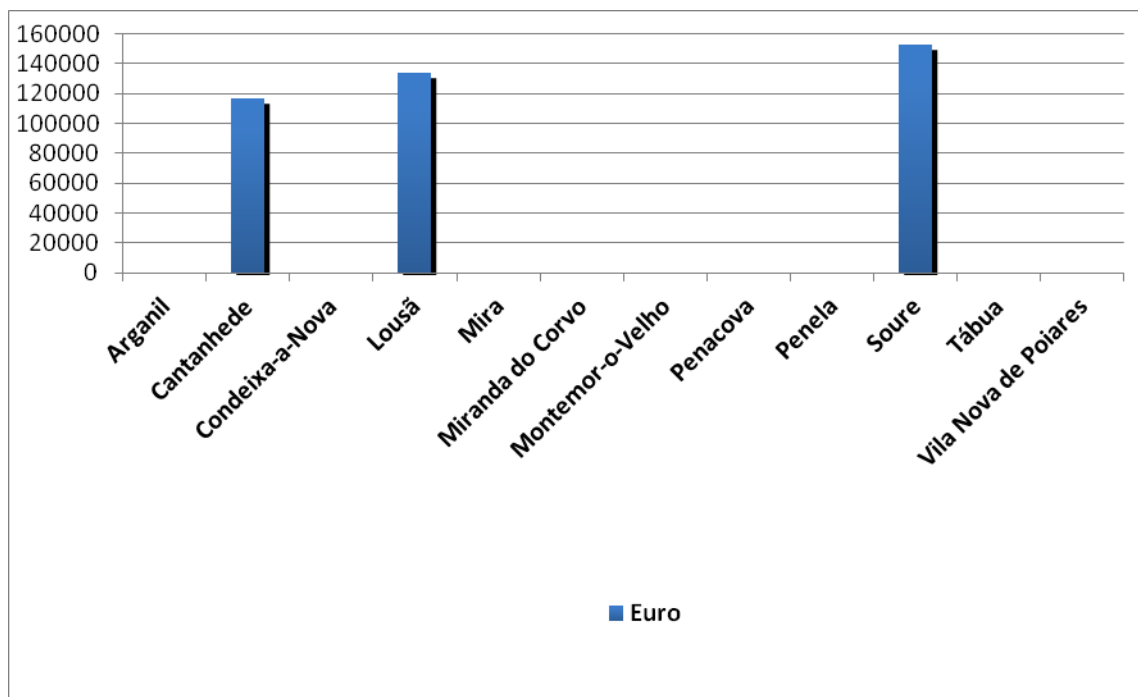
2001



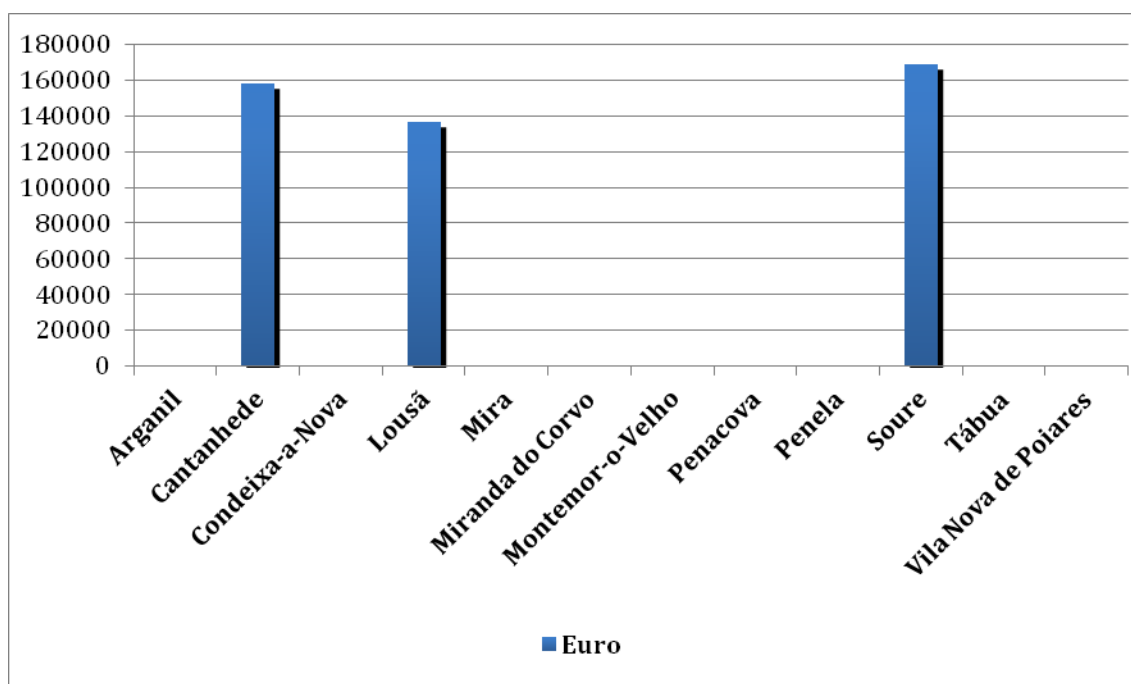
2002



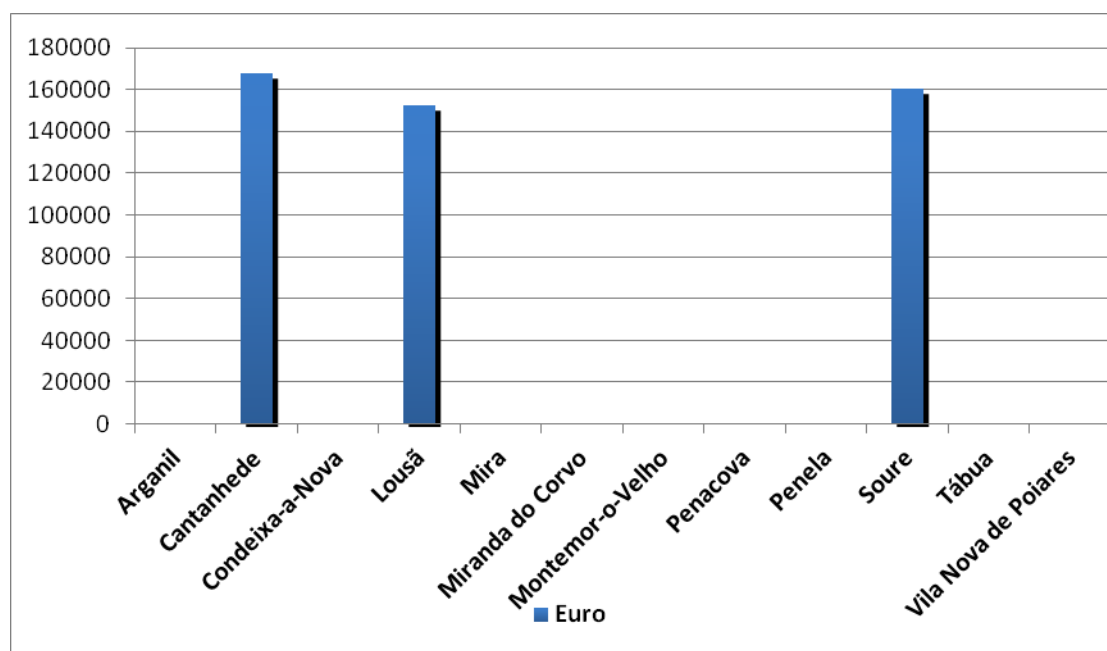
2003



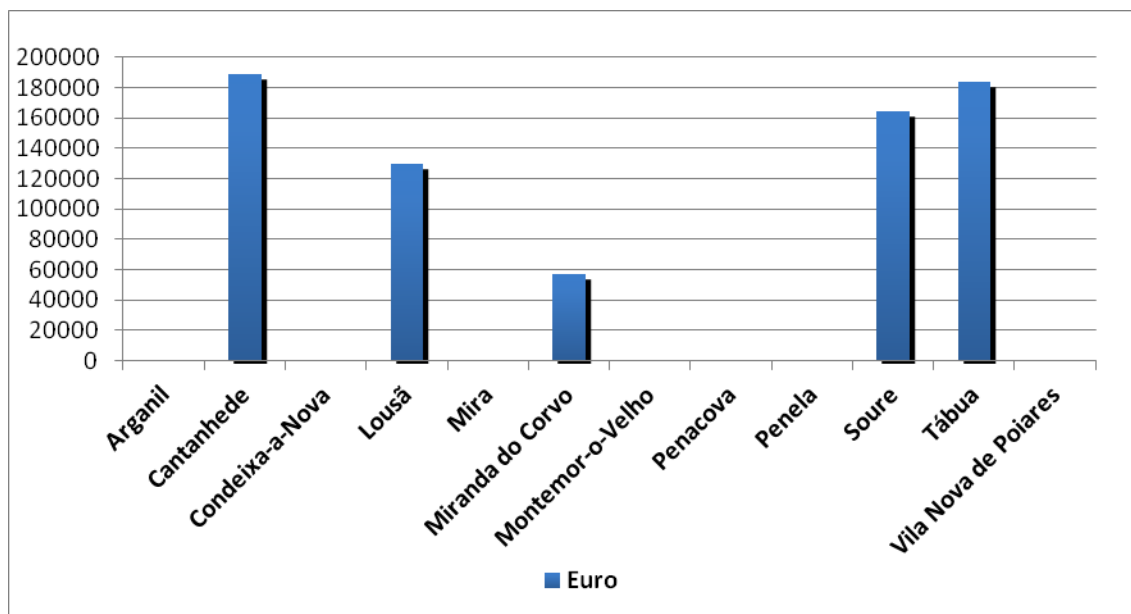
2004



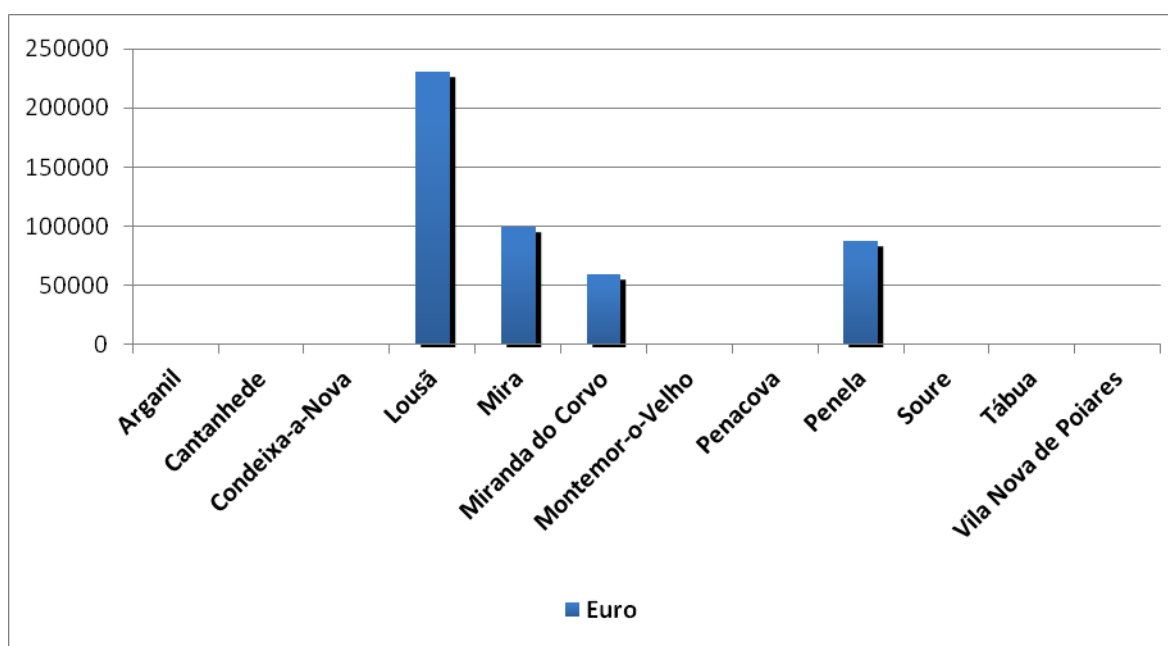
2005



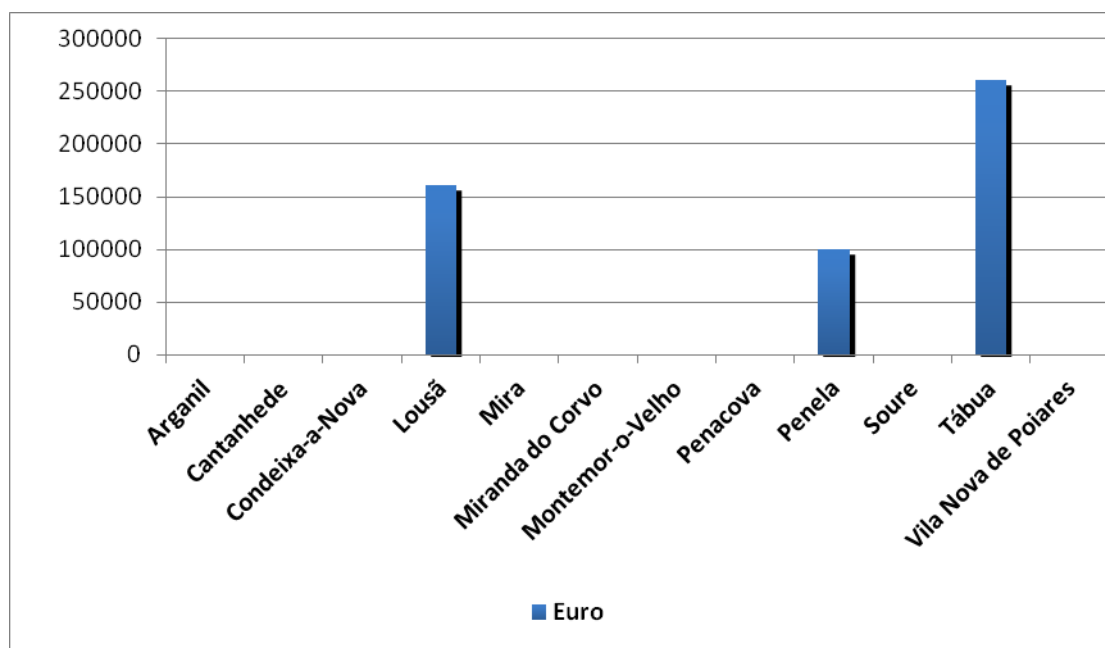
2006



2007

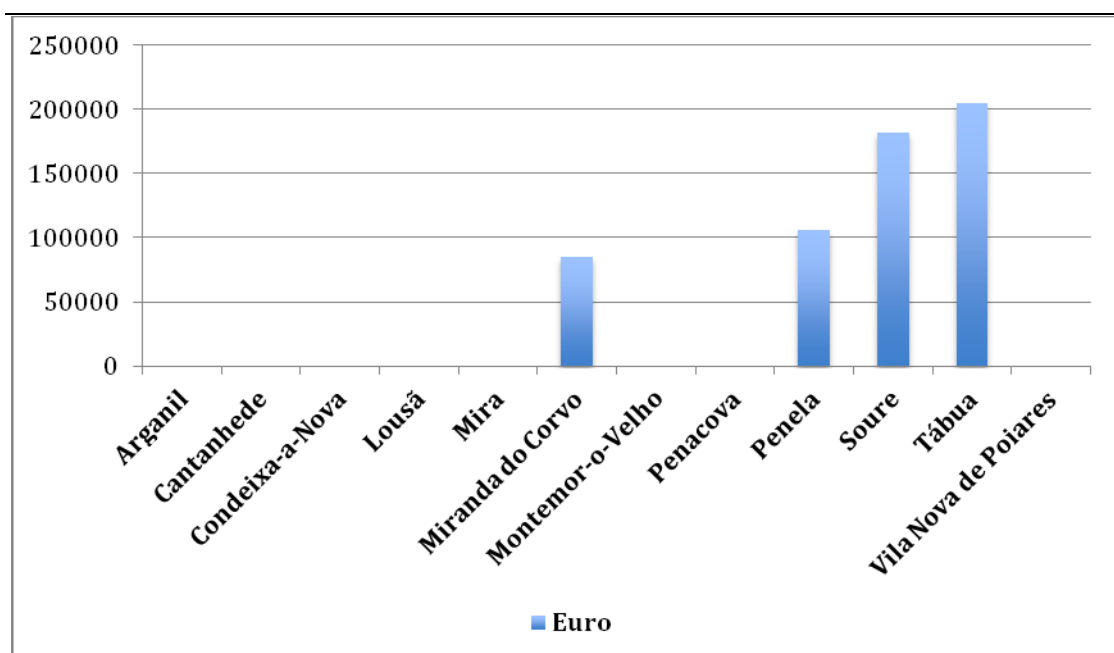


2008

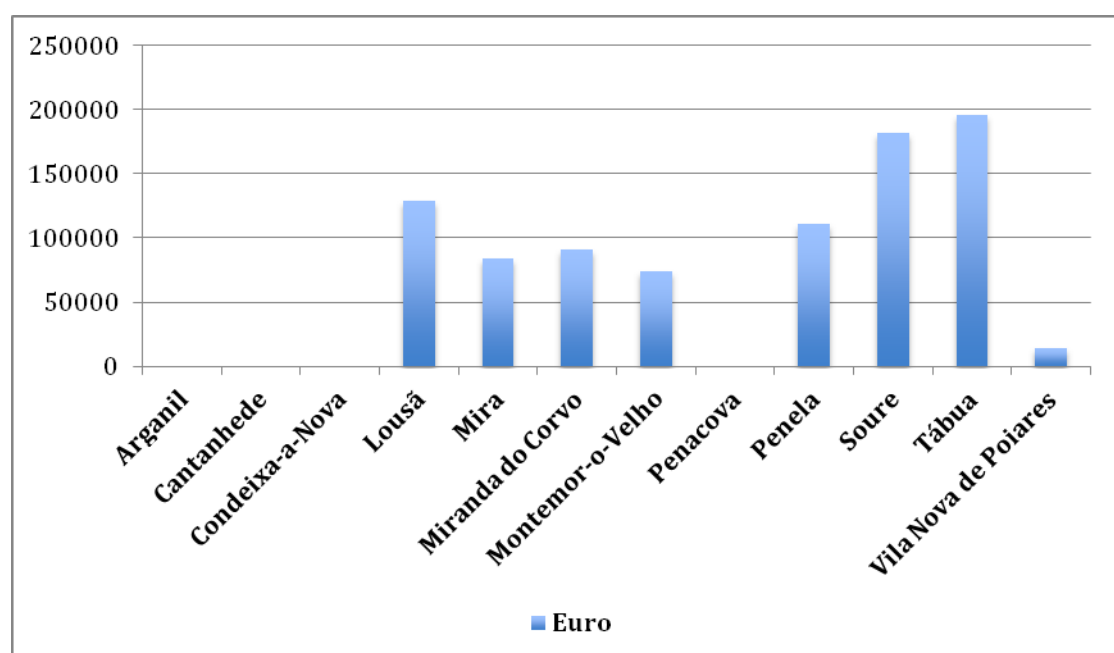


2009

A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)

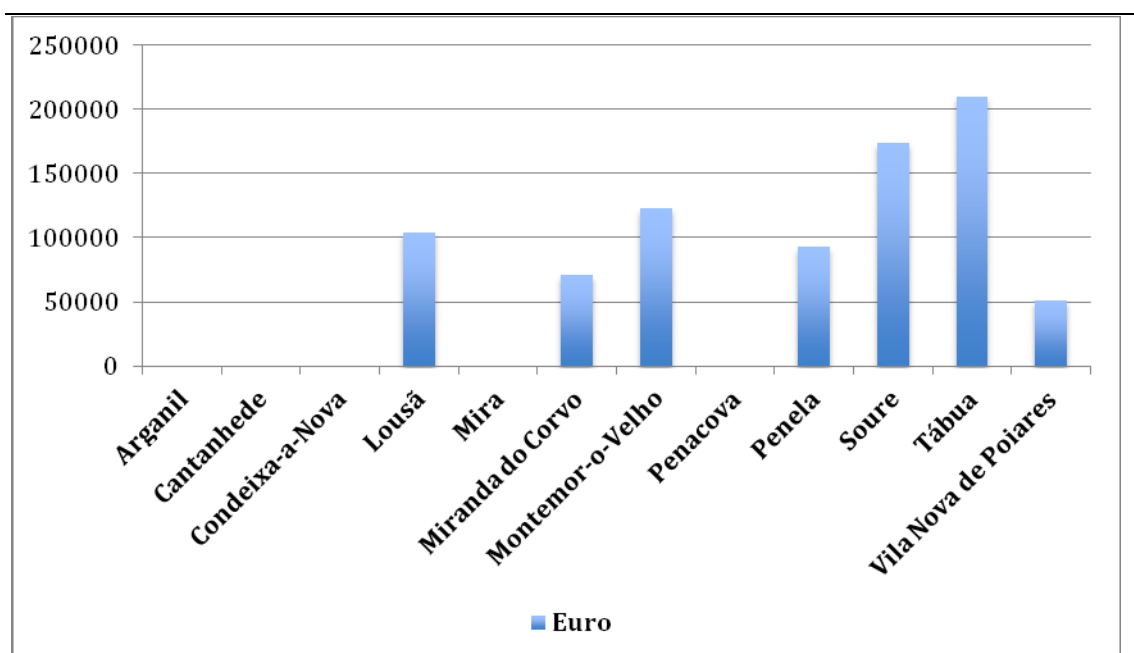


2010

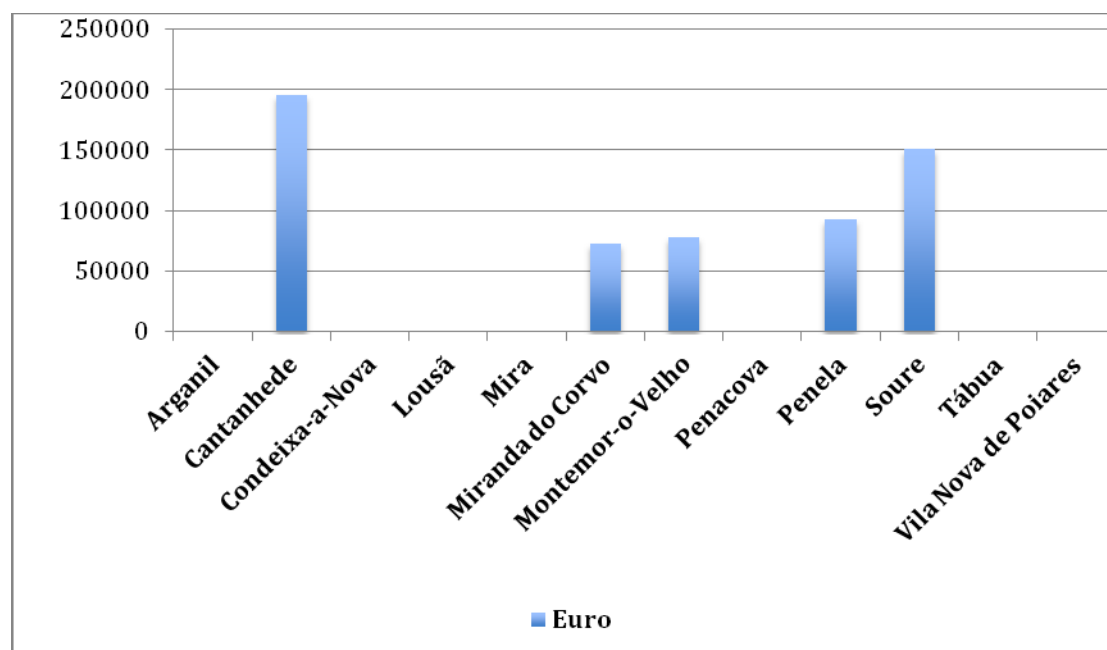


2011

A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)

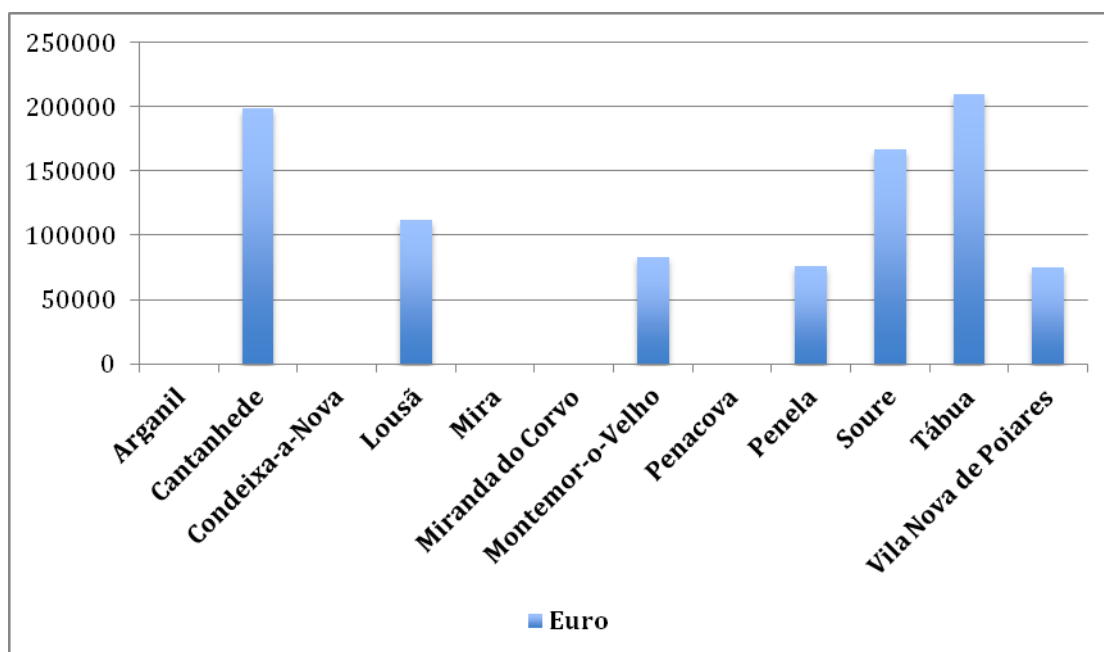


2012

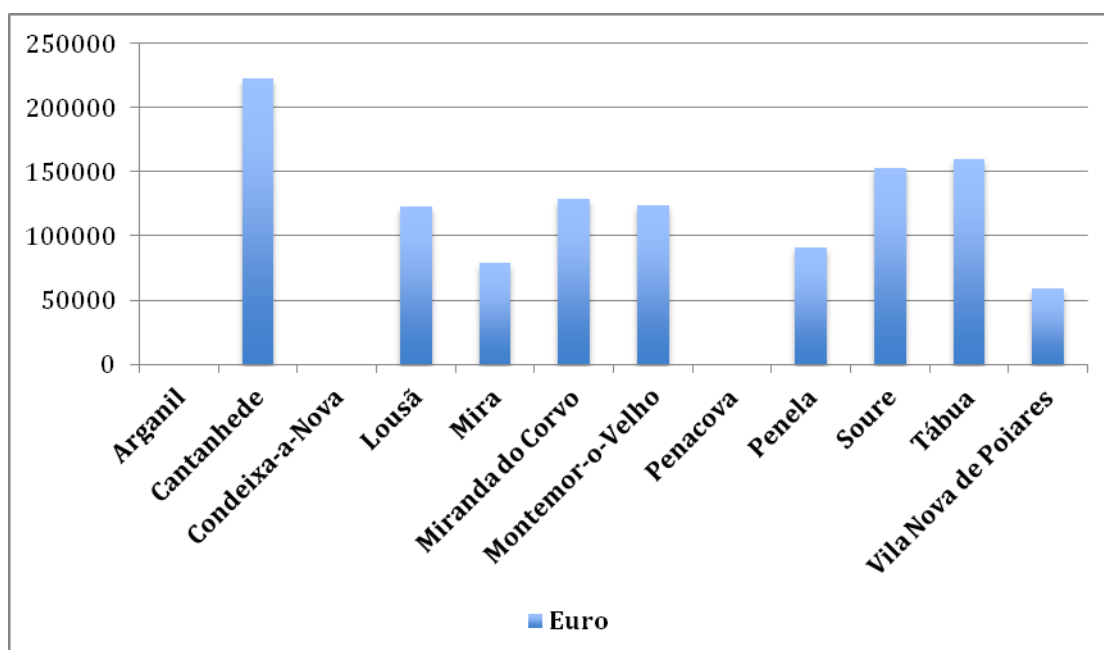


2013

A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)



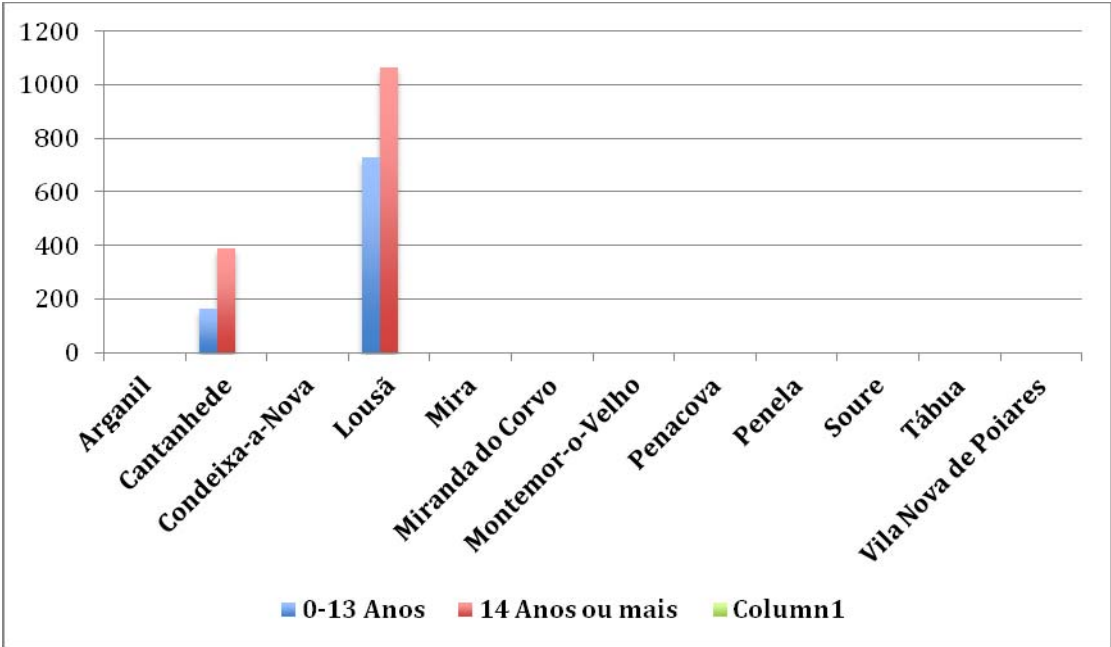
2014



Dados referentes a:

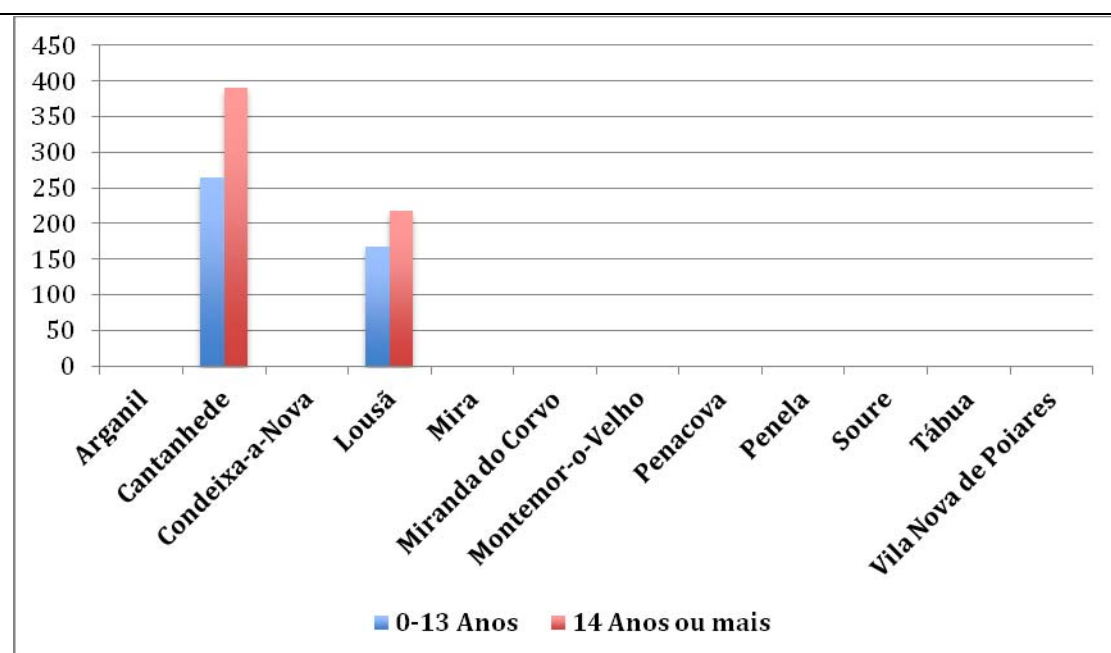
UTILIZAÇÃO DE RECURSOS
EMPRÉSTIMO DOMICILIÁRIO
CARTÕES DE LEITOR USADOS AO MENOS 1 VEZ NO ANO / LEITORES
INSCRITOS

1992

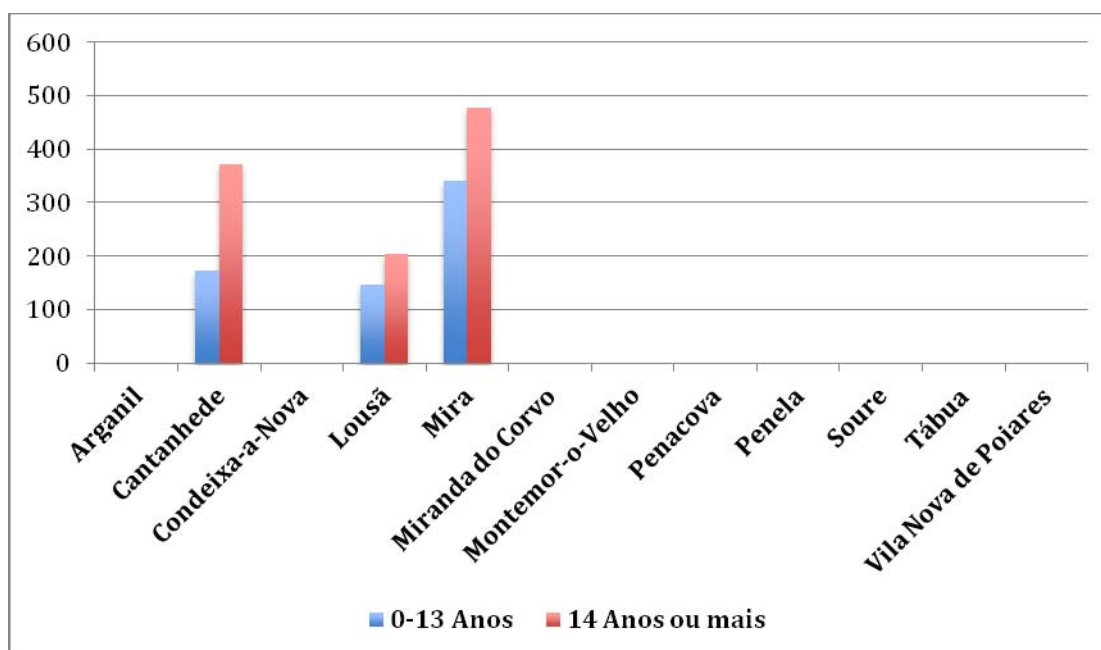


1994

A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)

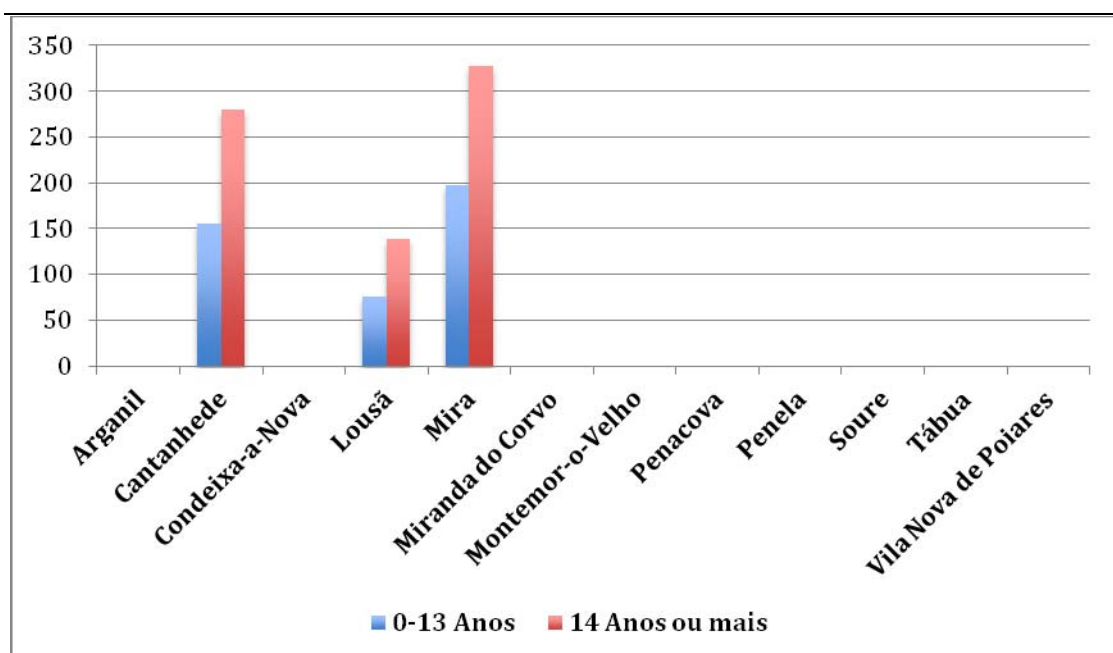


1995

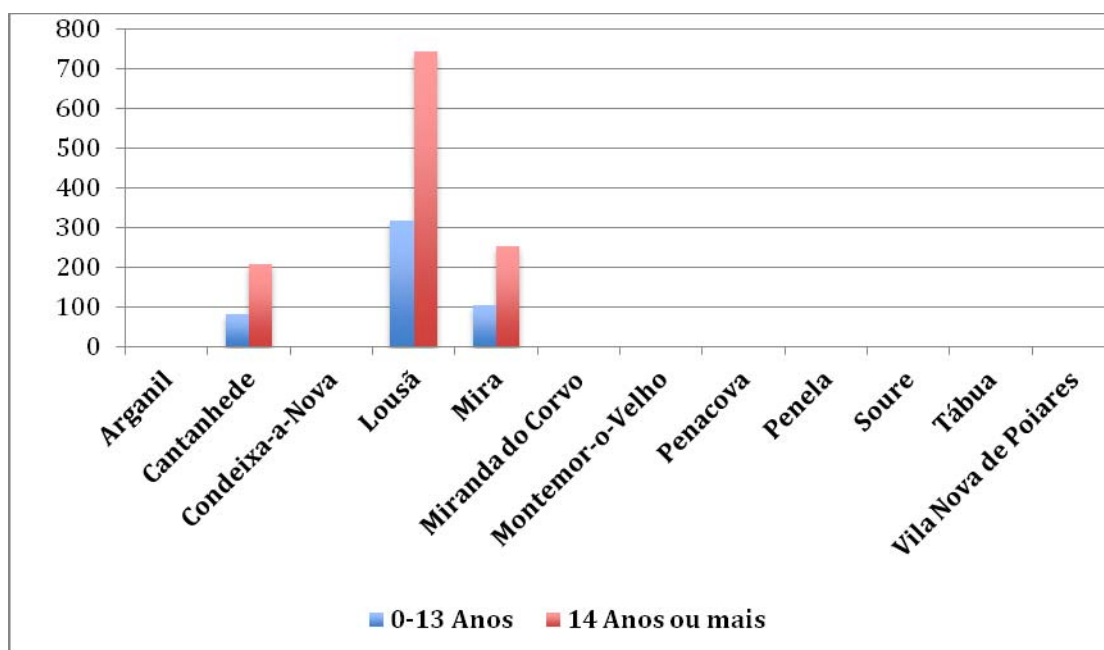


1996

A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)

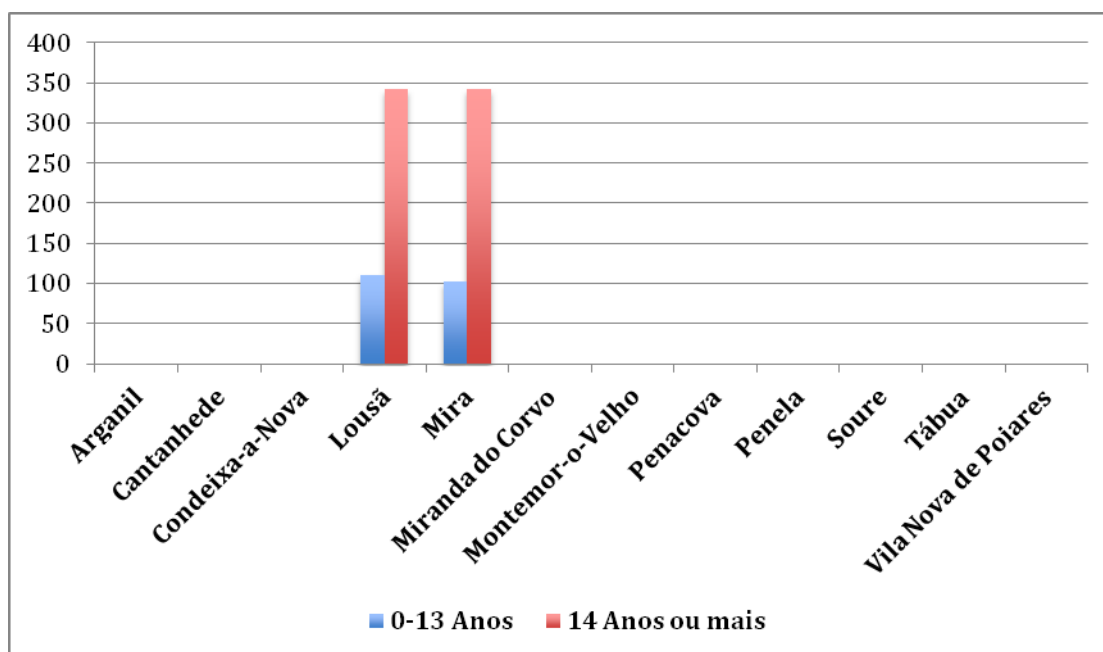


1997

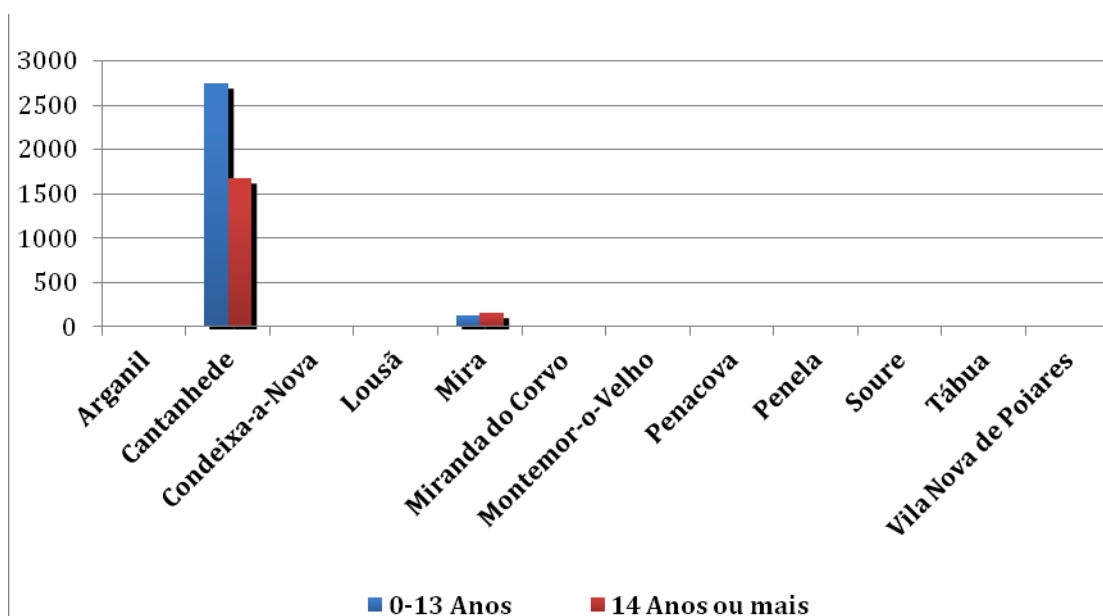


1998

A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)

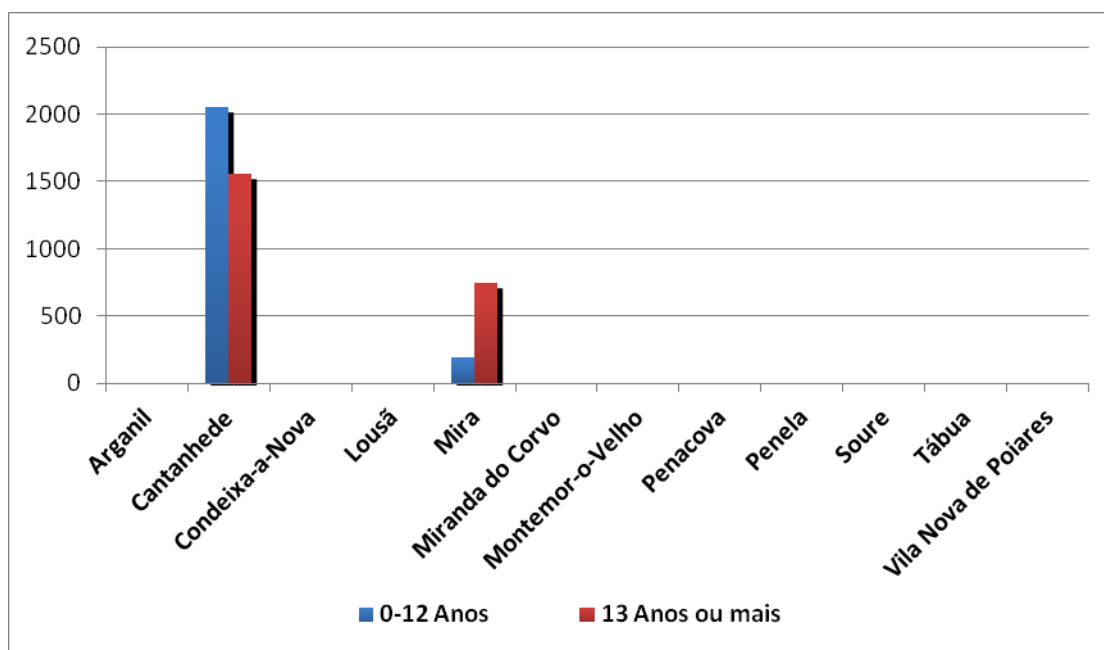


1999

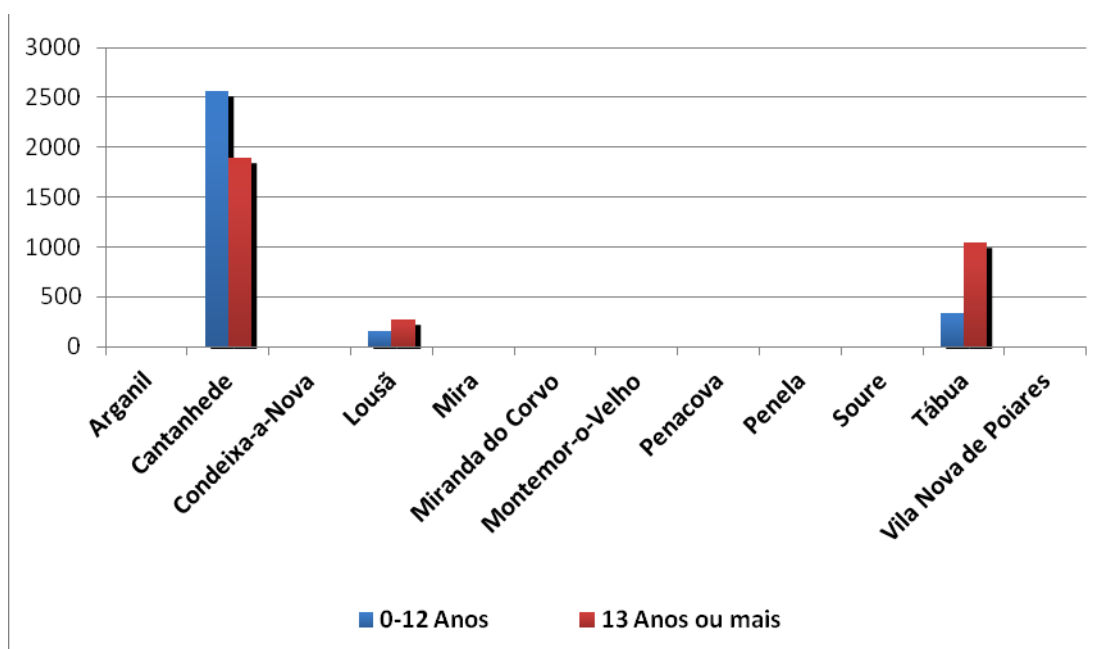


2001

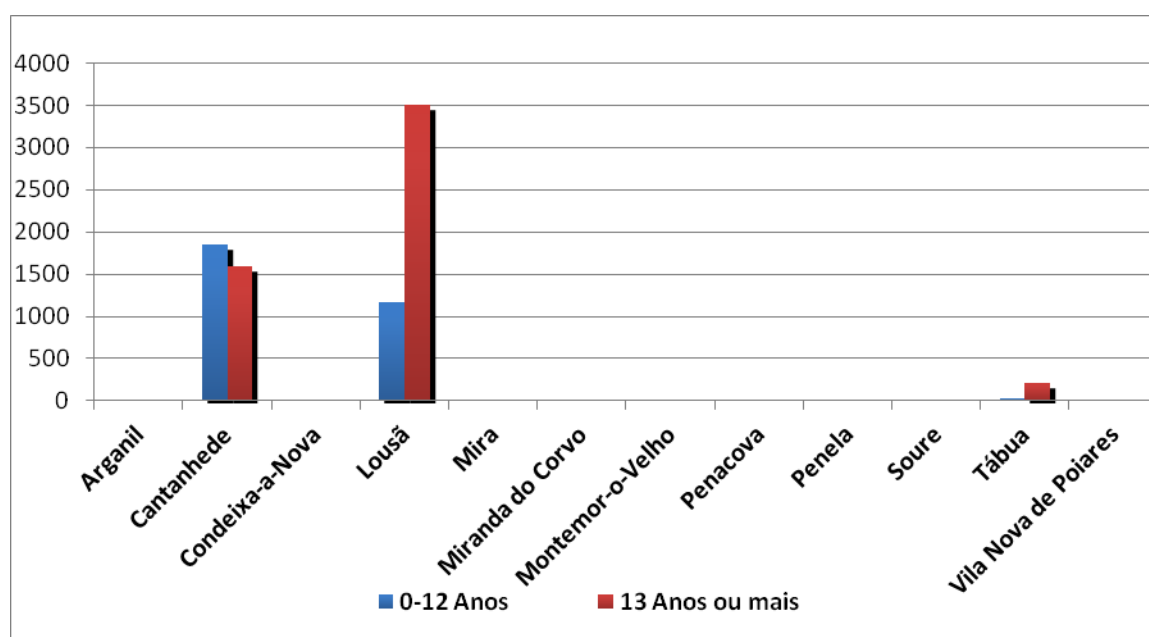
A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)



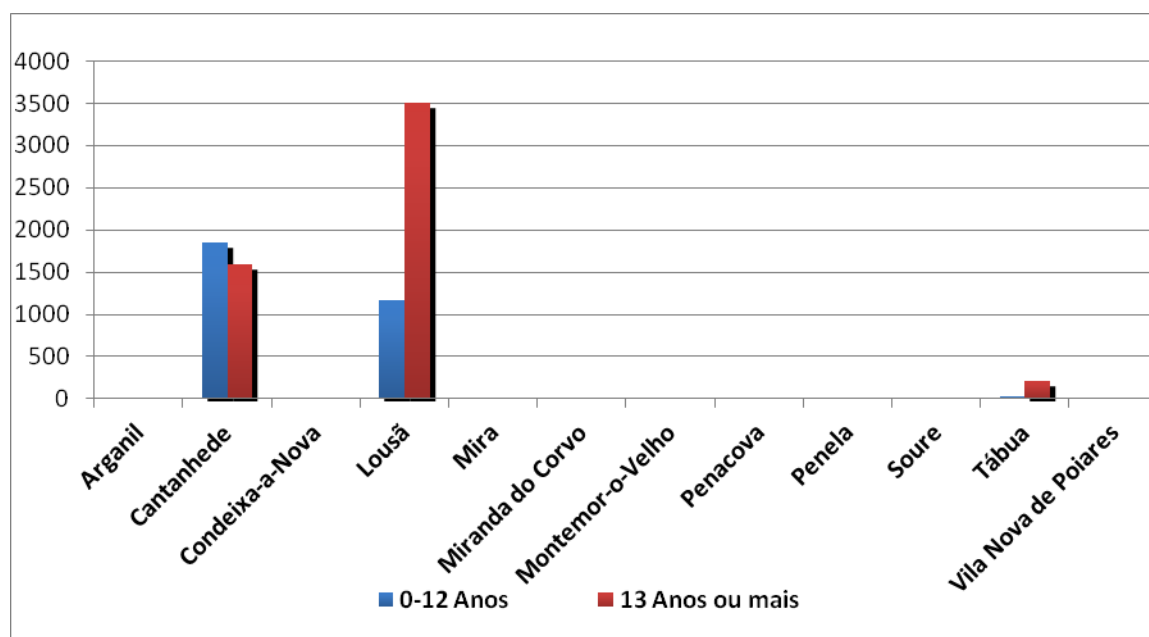
2002



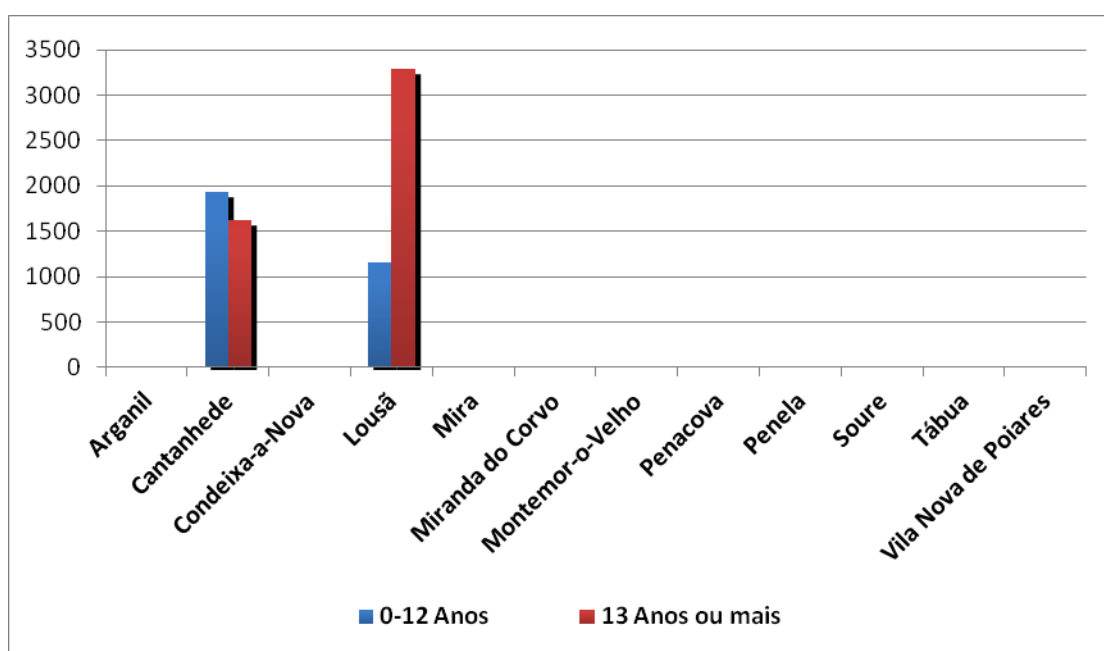
2003



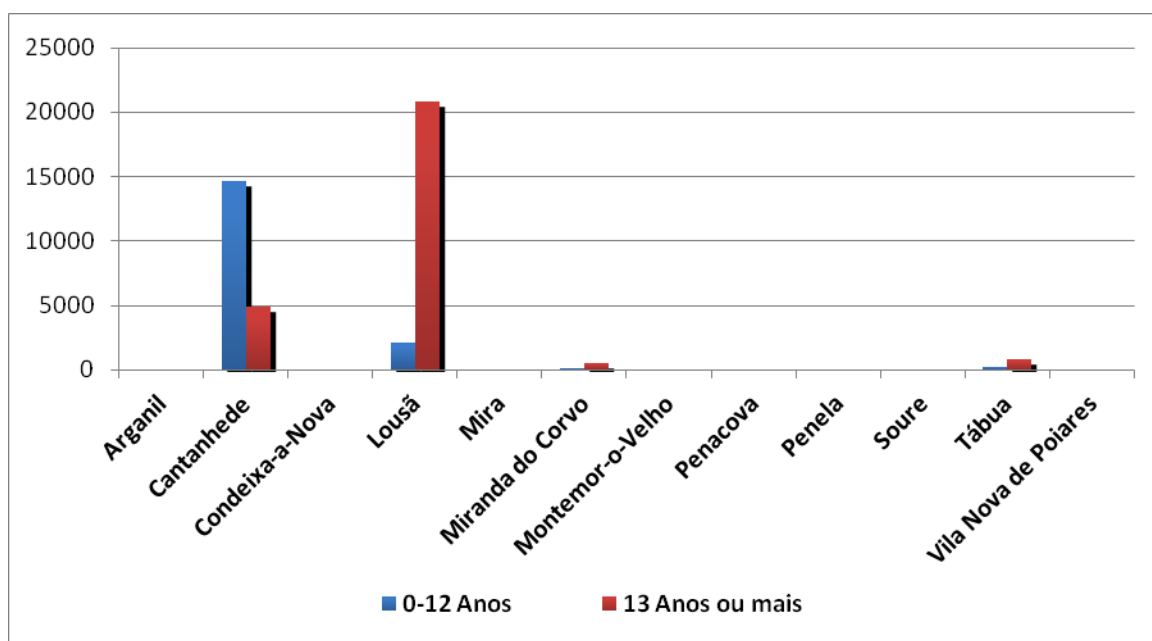
2004



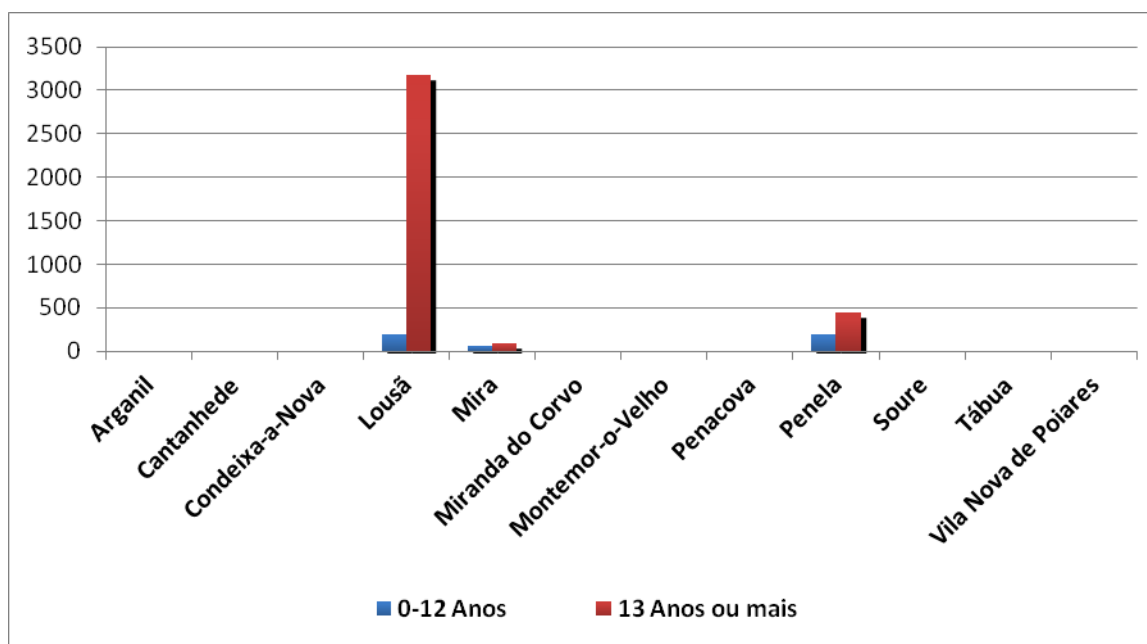
2005



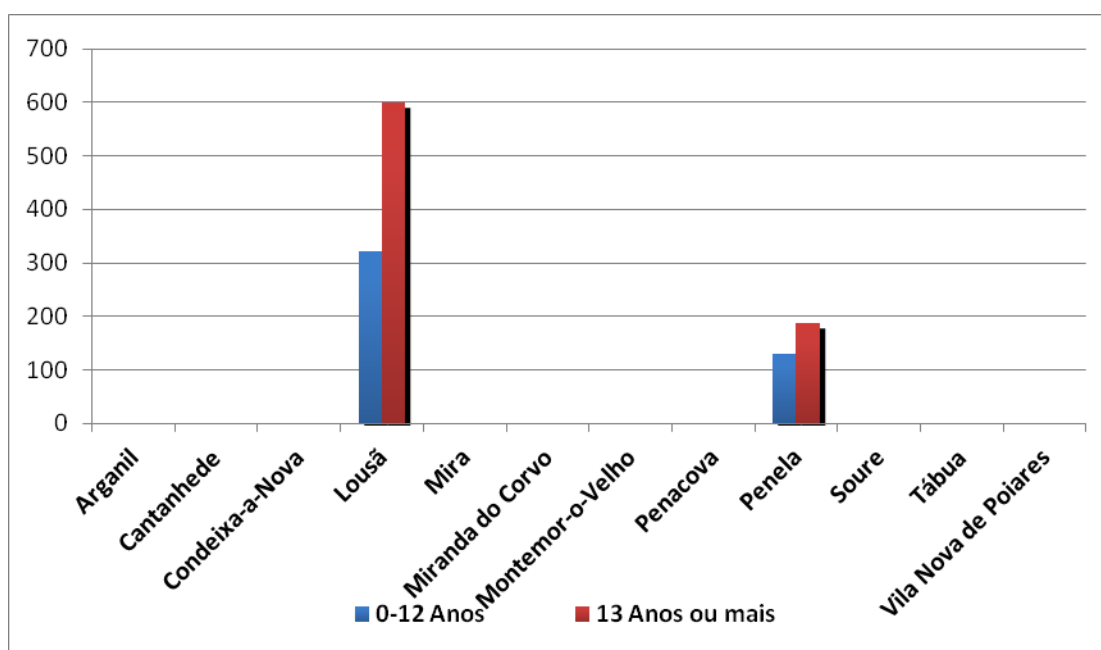
2006



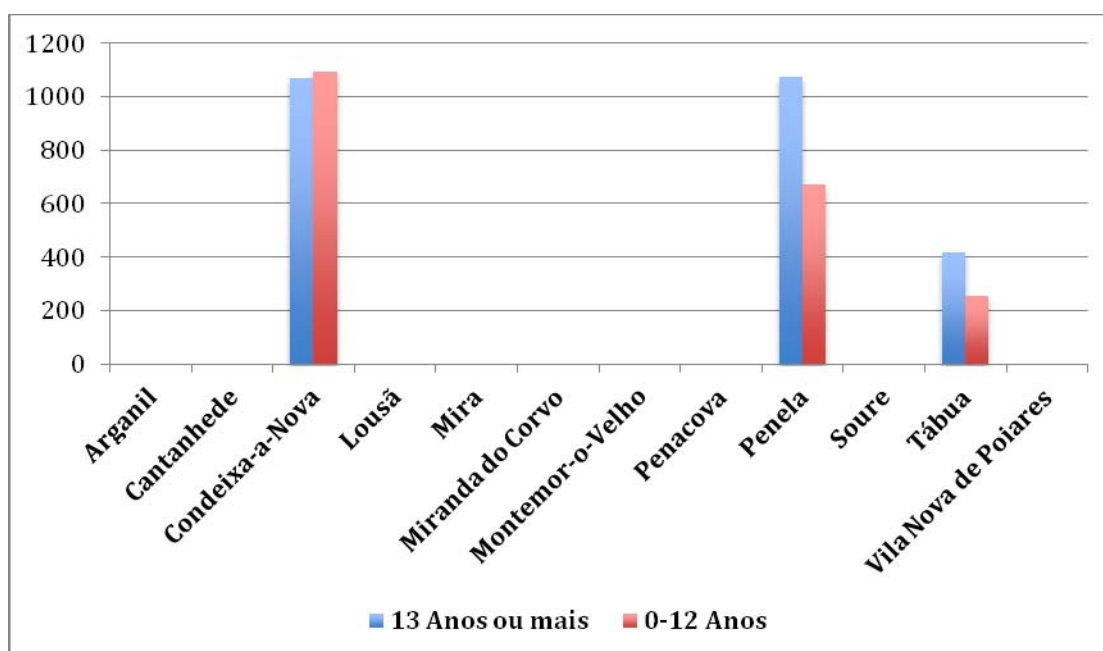
2007



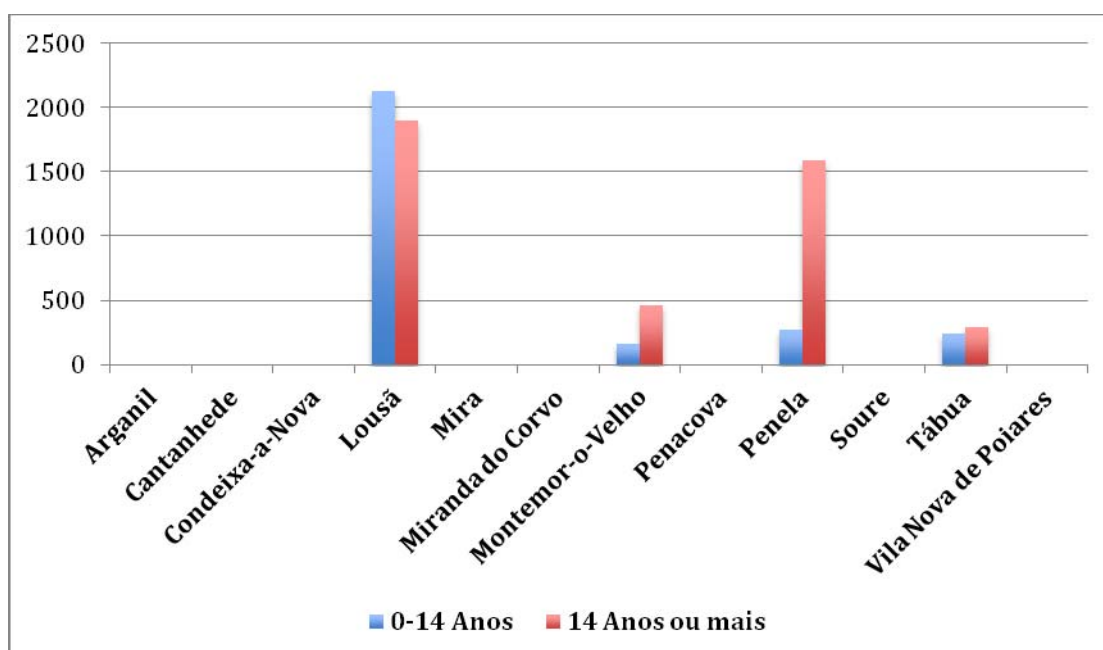
2008



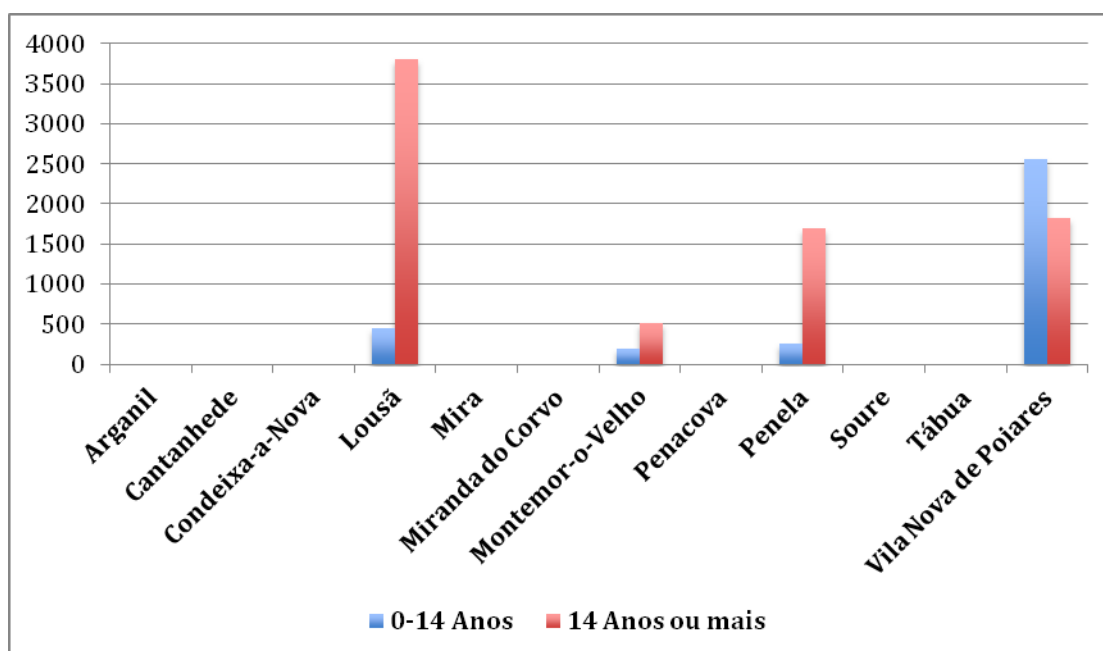
2009



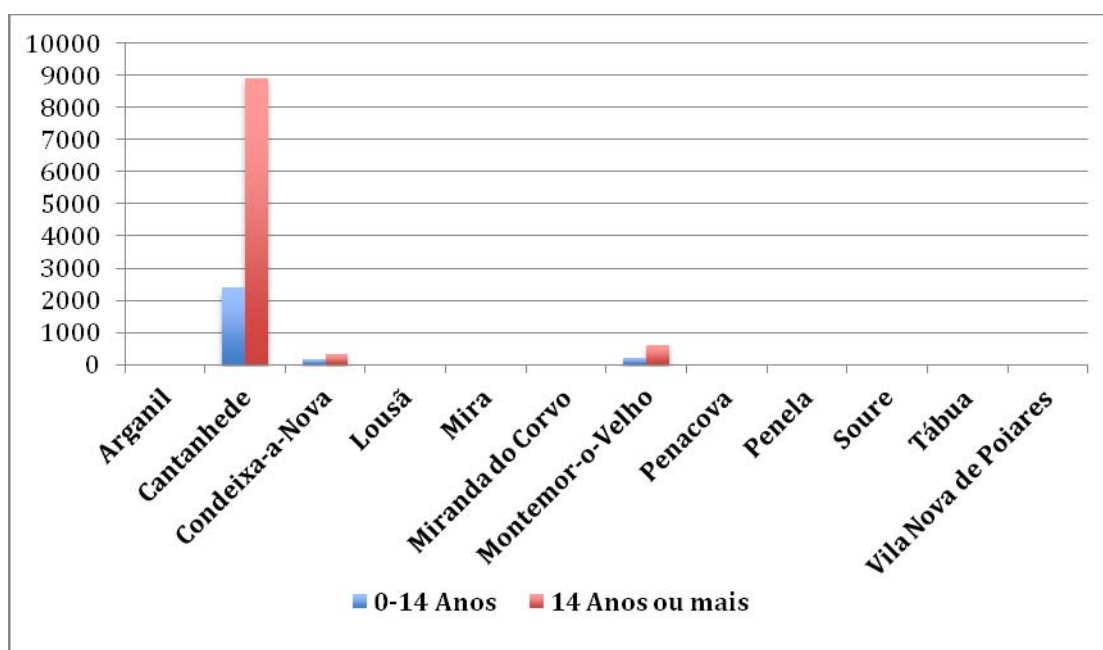
2010



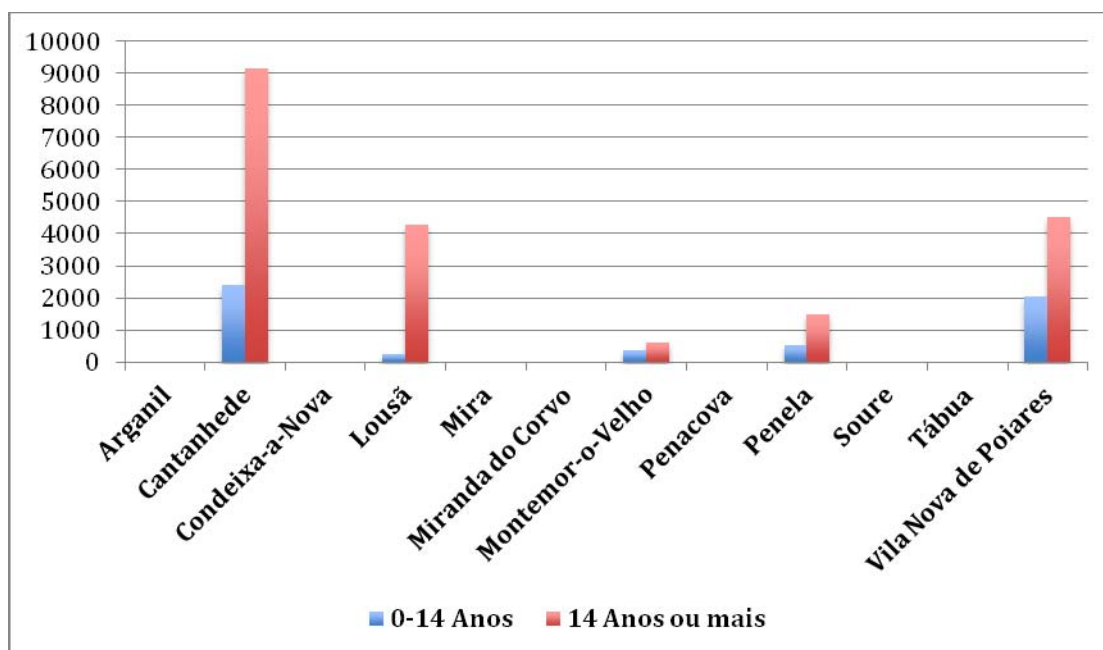
2011



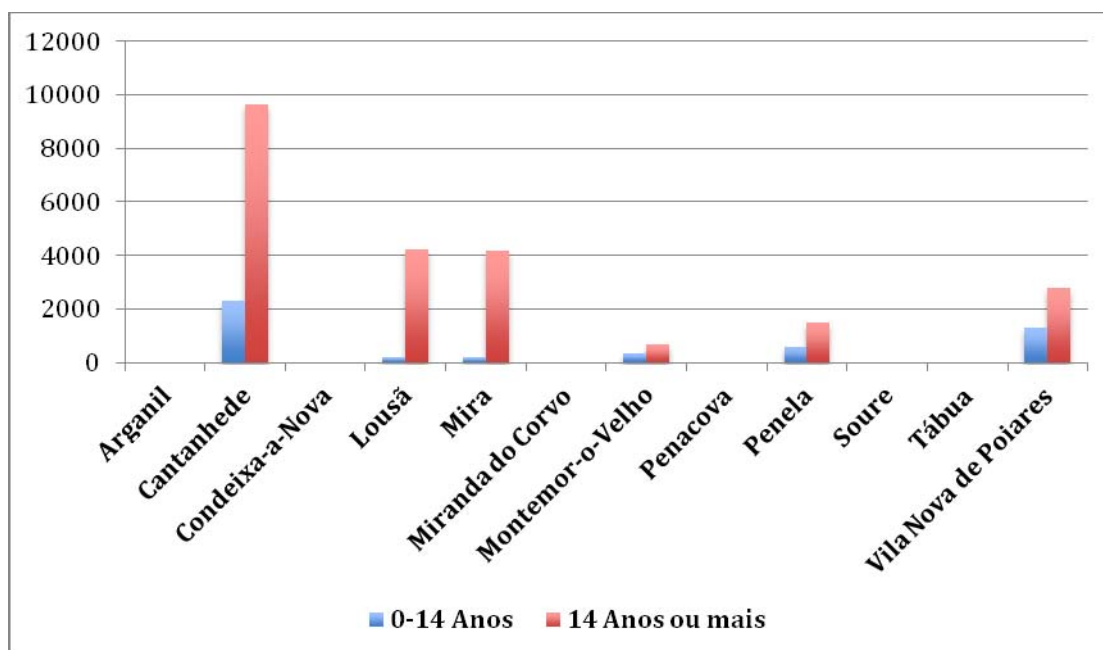
2012



2013



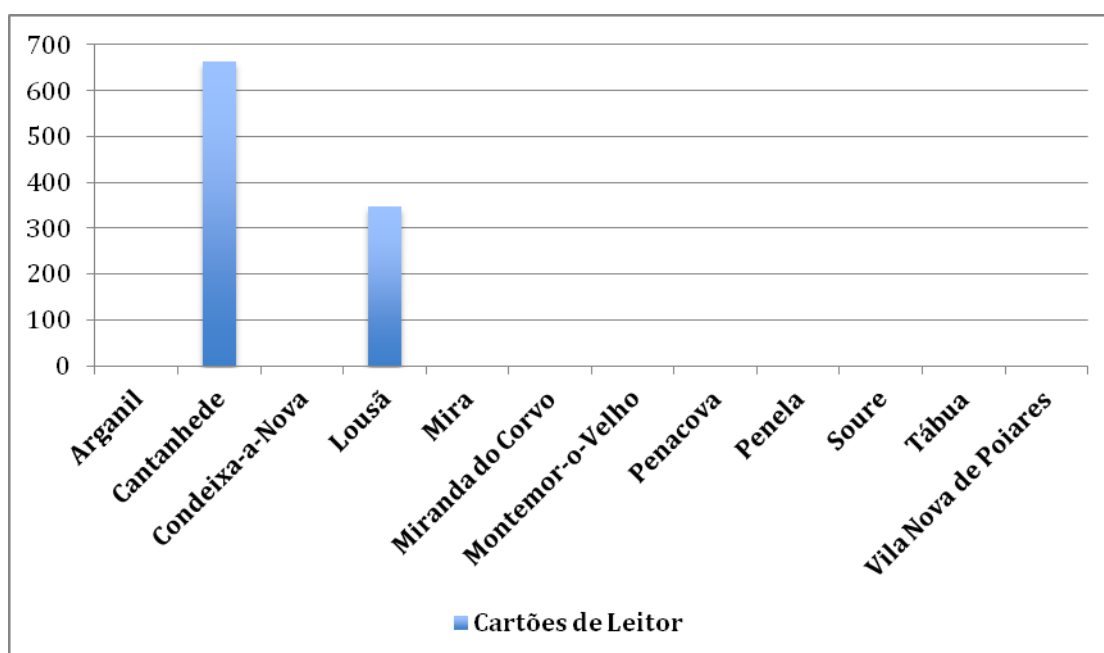
2014



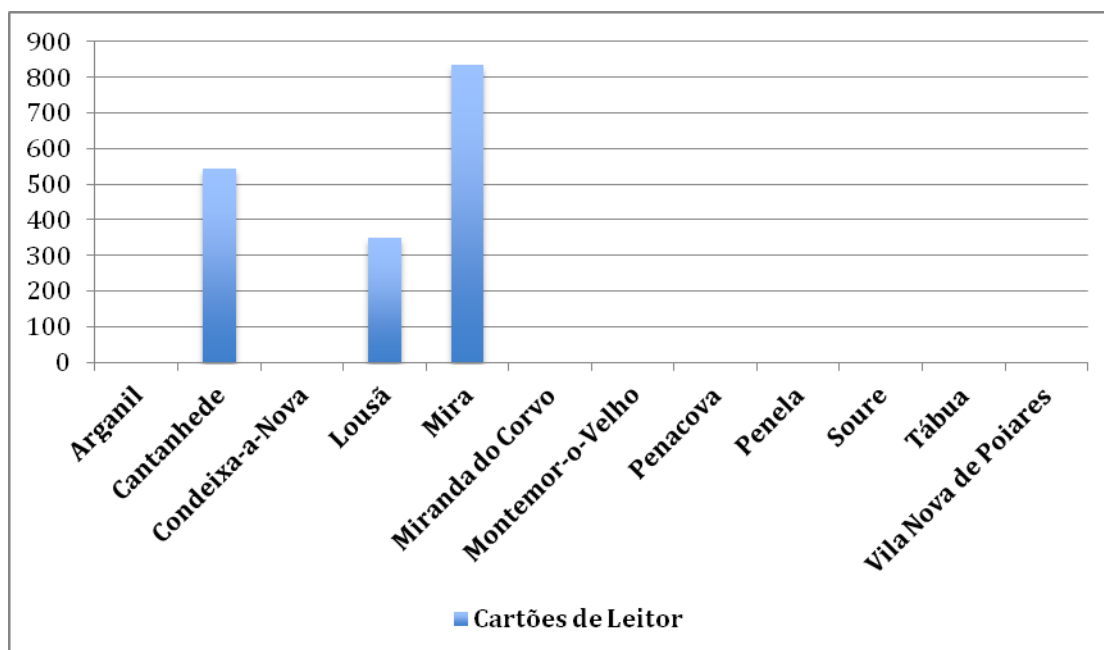
Dados referentes a:

CARTÕES DE LEITOR EMITIDOS 1ª VEZ NO ANO

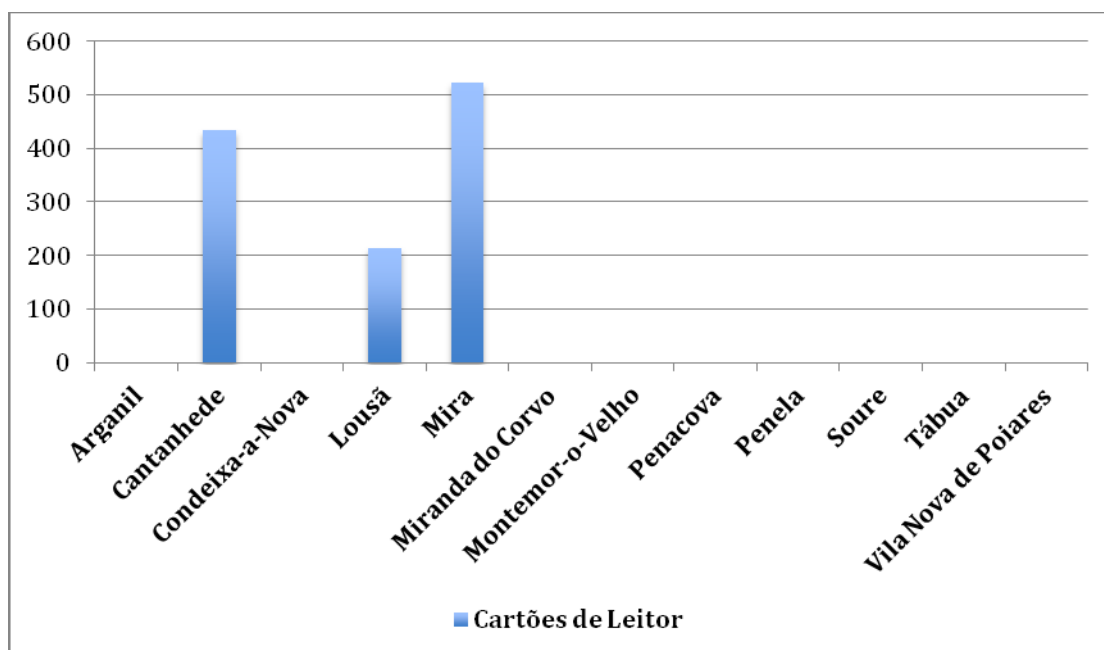
1994



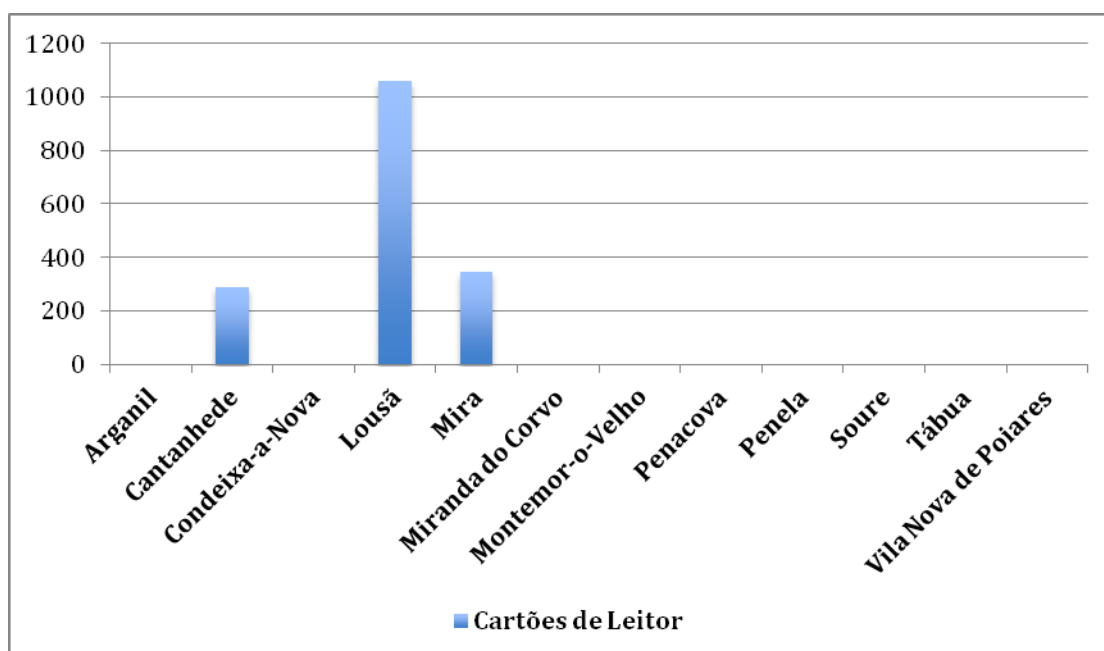
1995



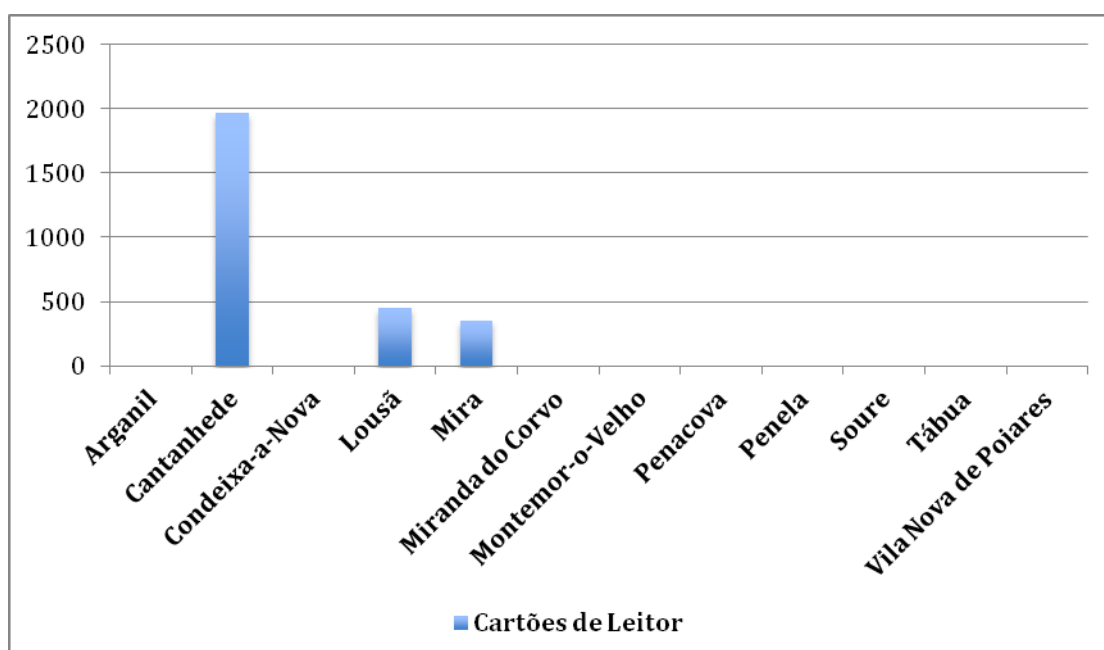
1996



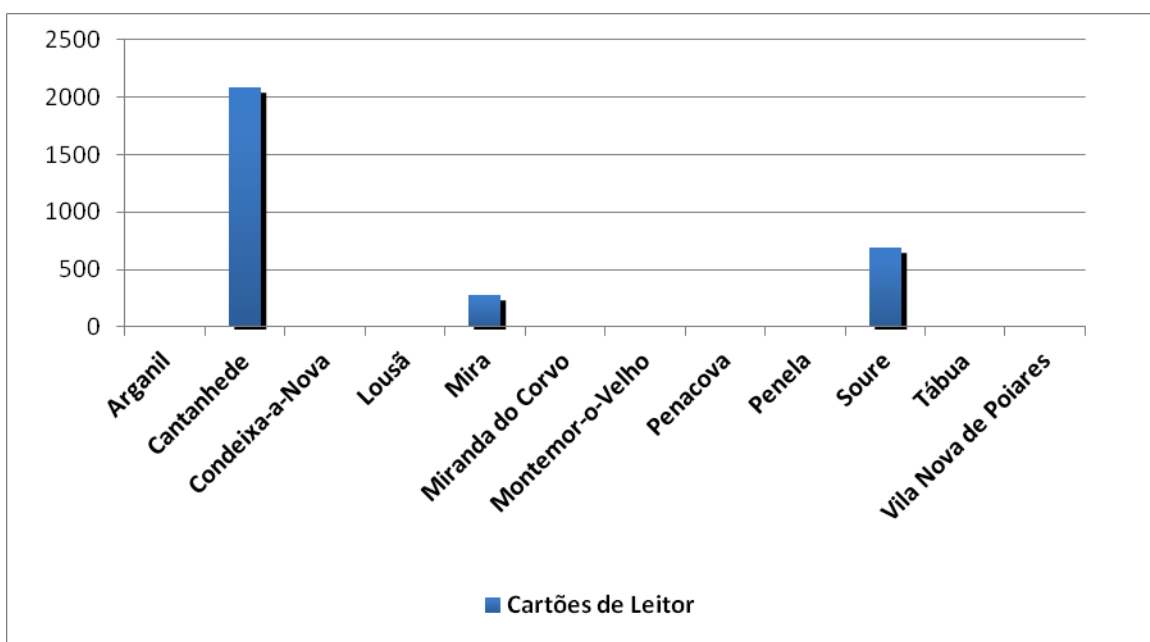
1997



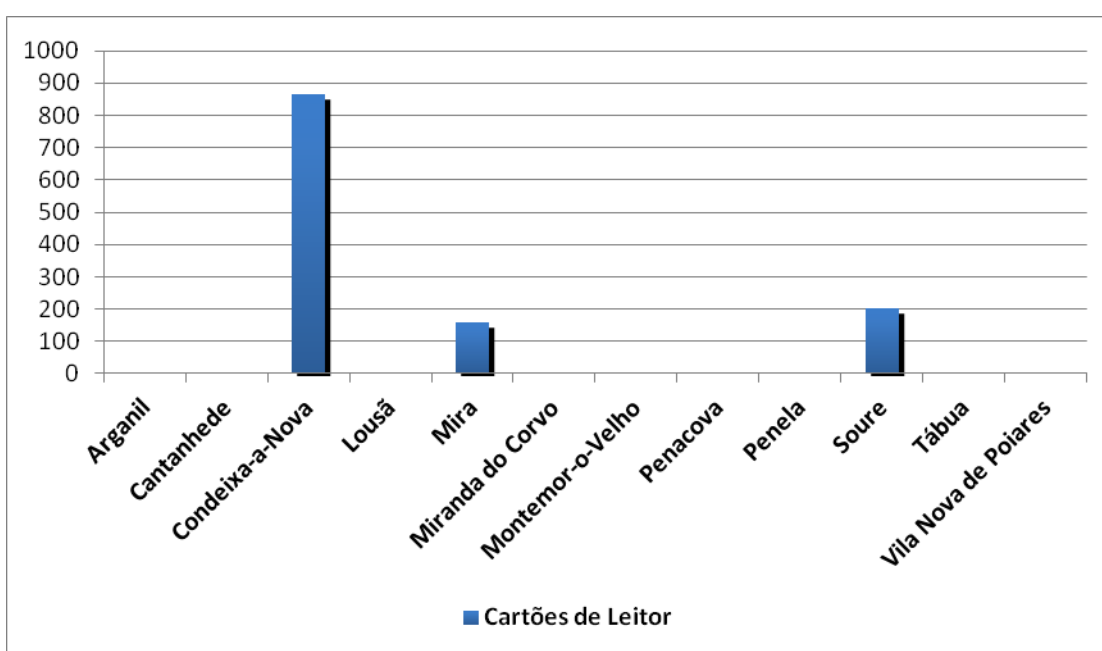
1998



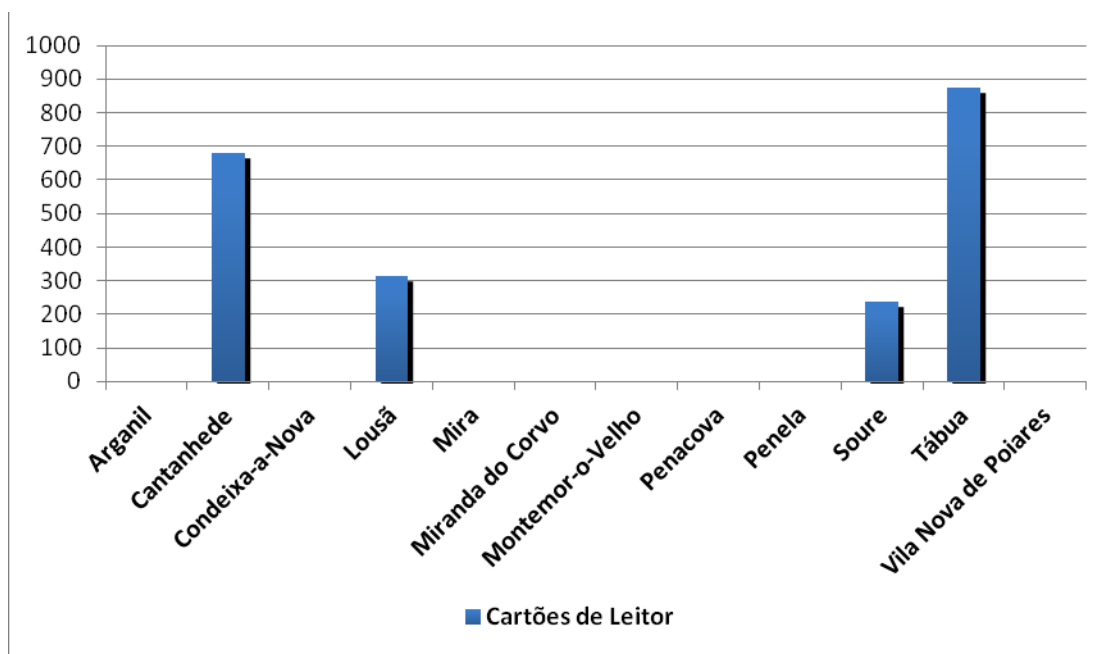
1999



2001

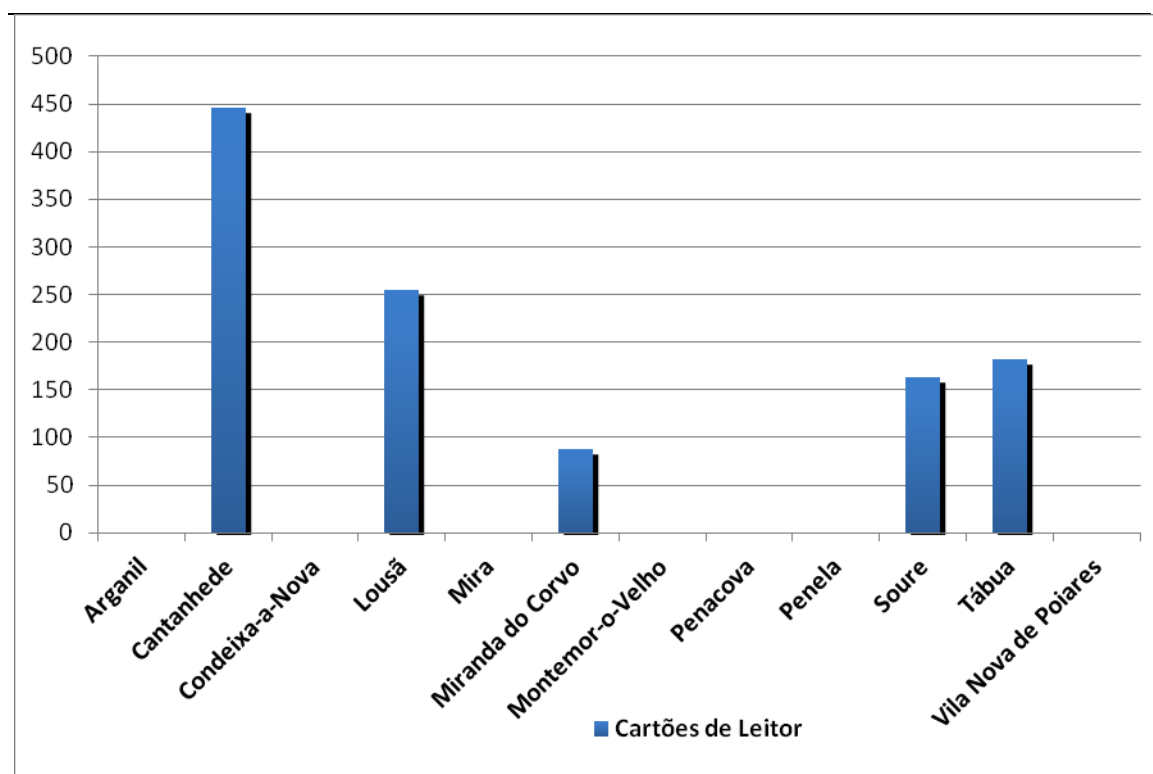


2002

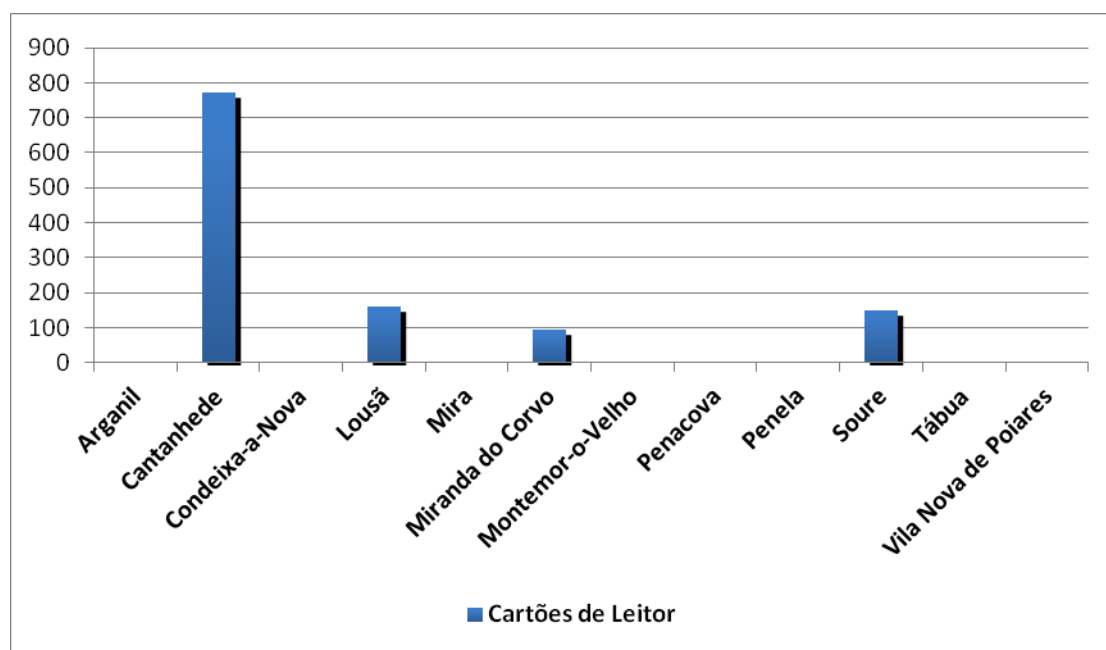


2003

A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)

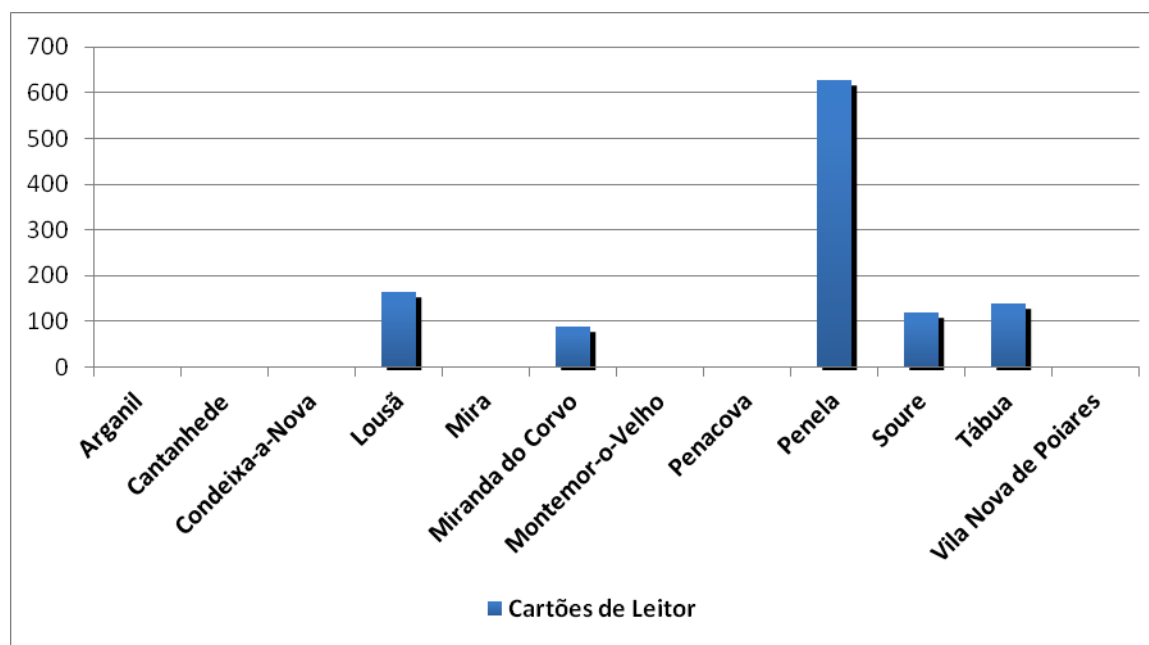


2005

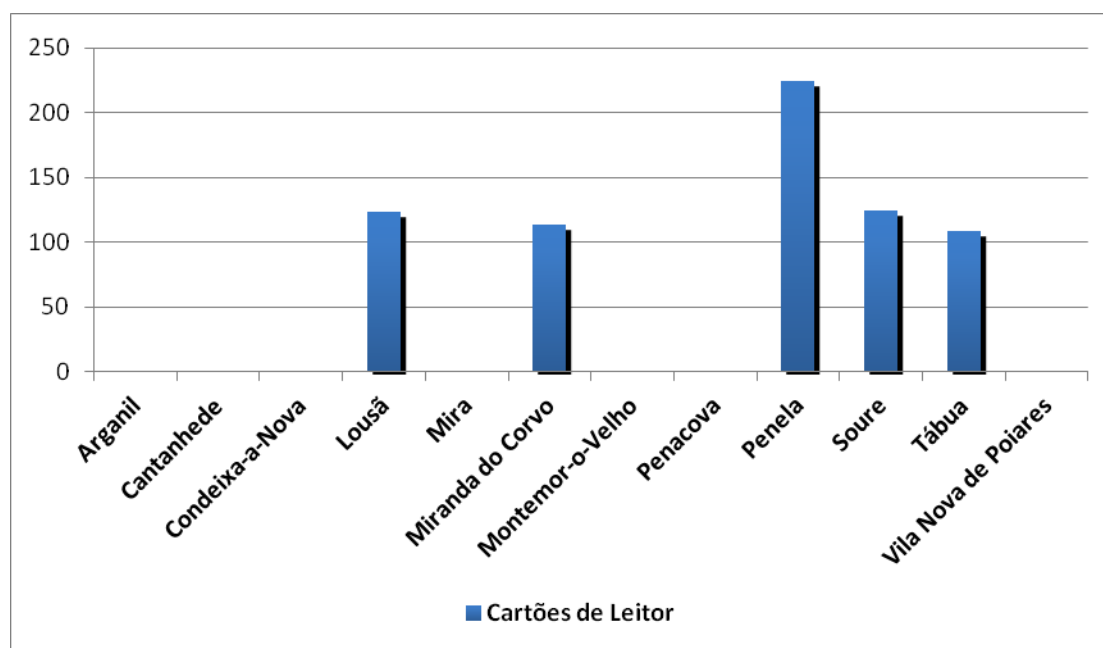


2007

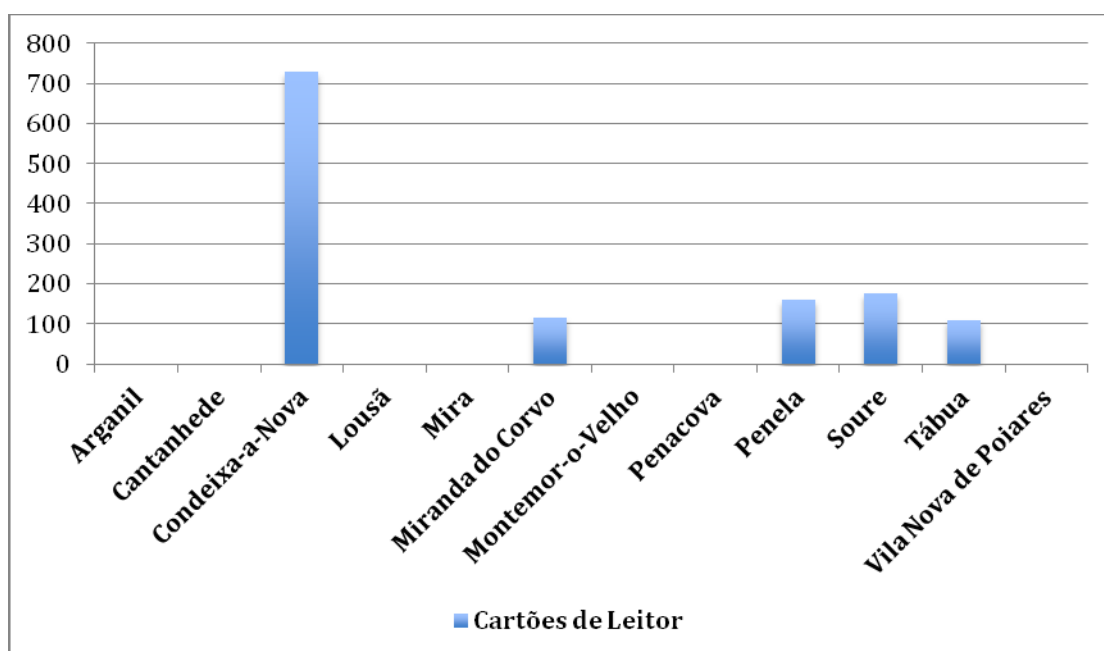
A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)



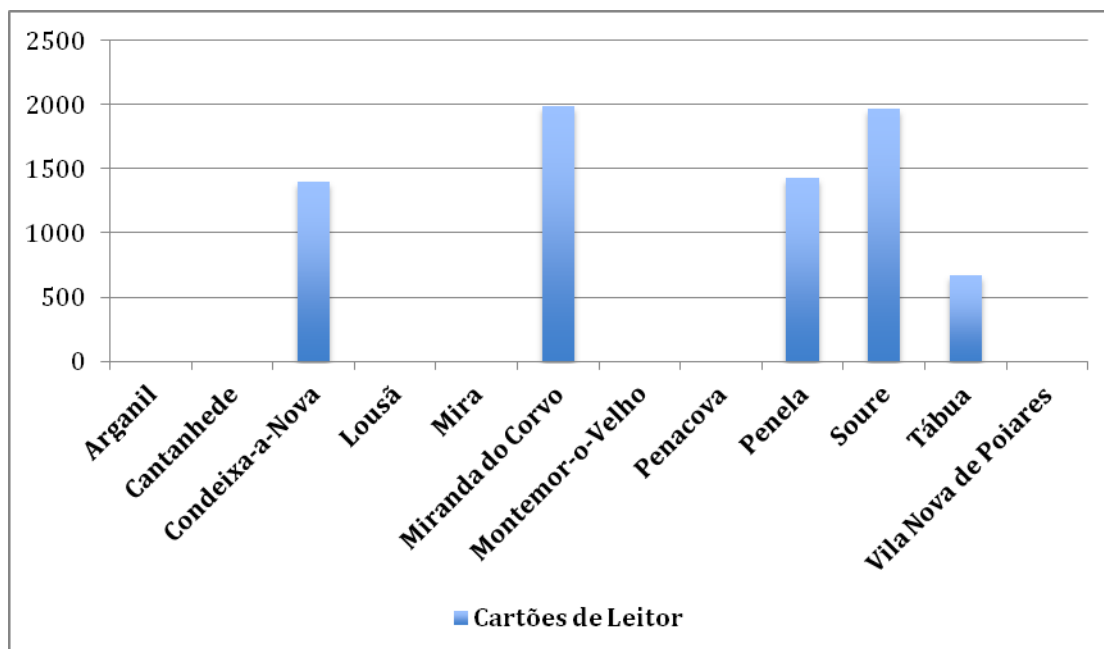
2008



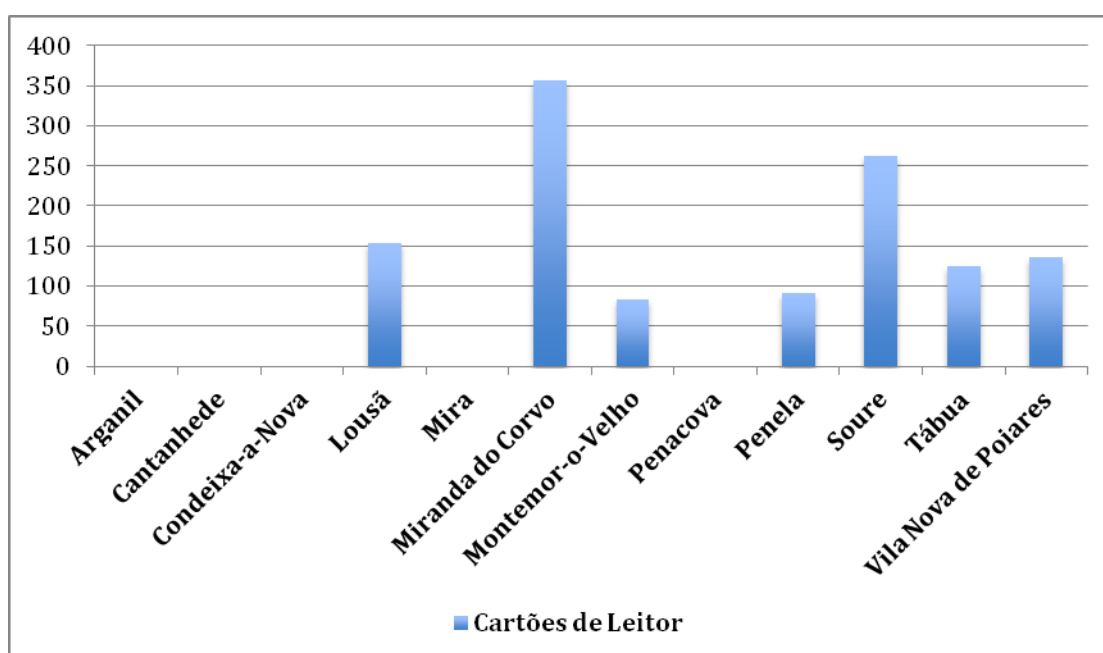
2009



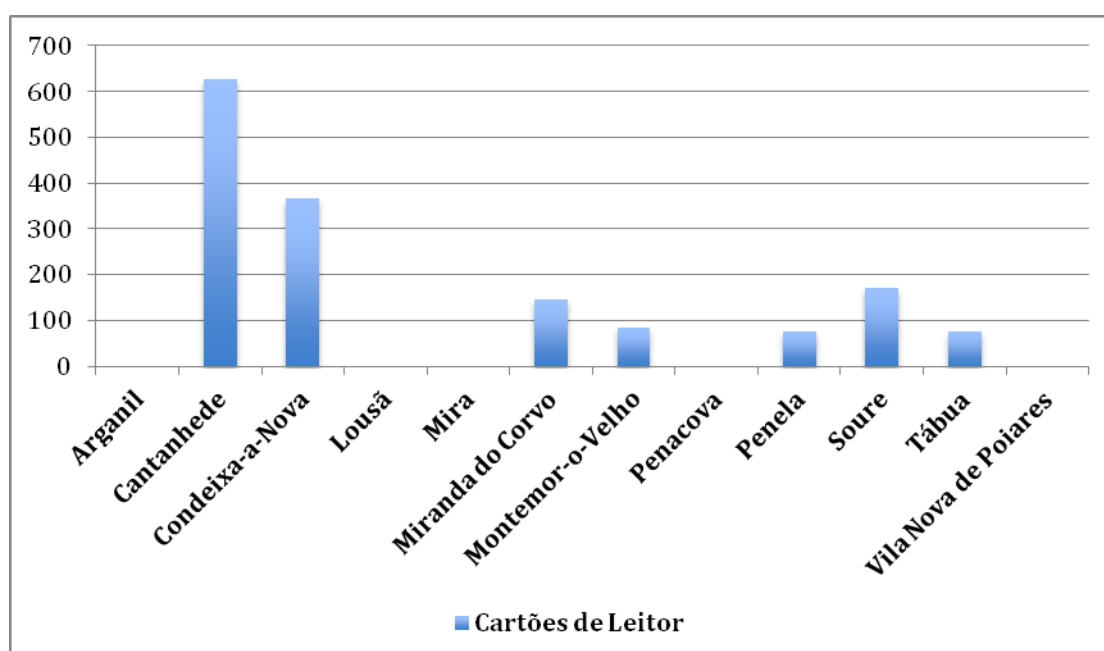
2010



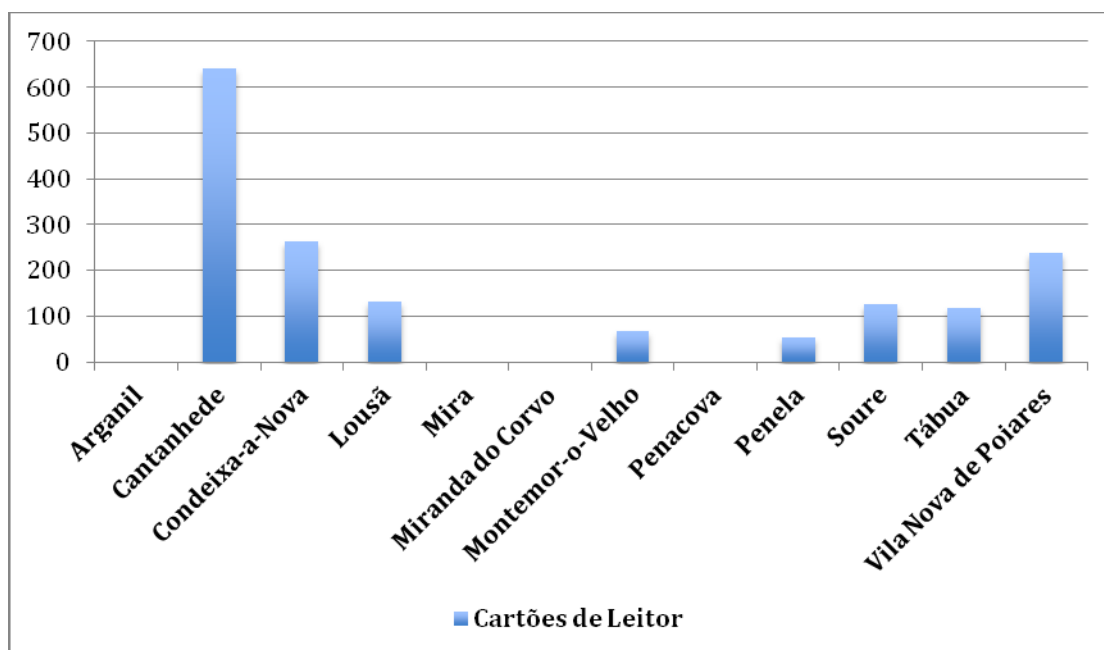
2011



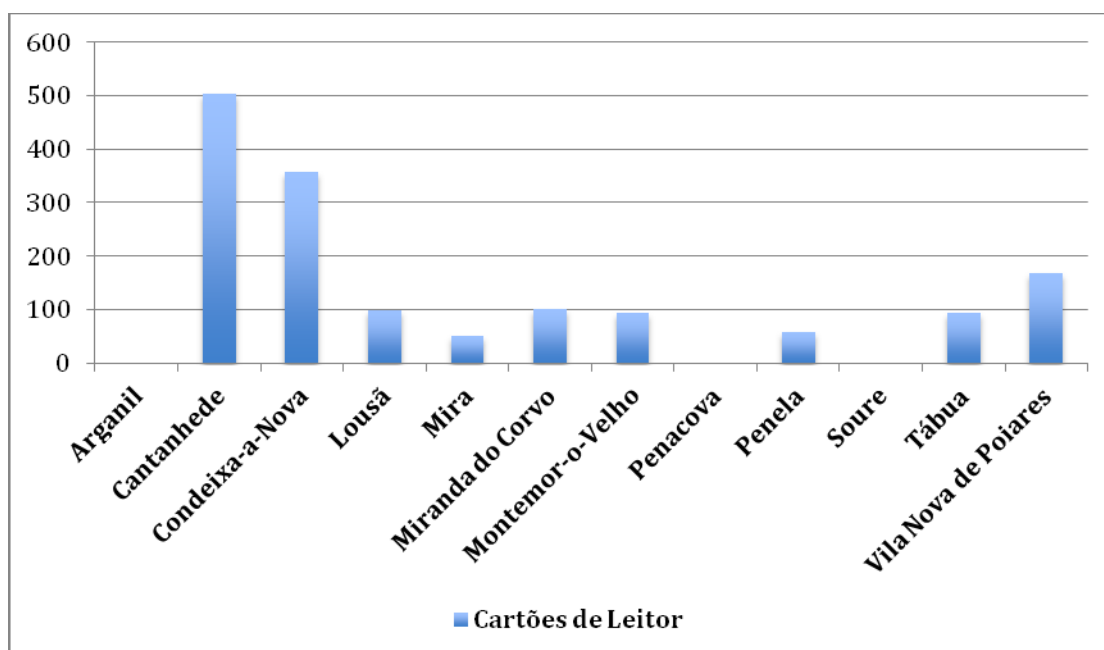
2012



2013

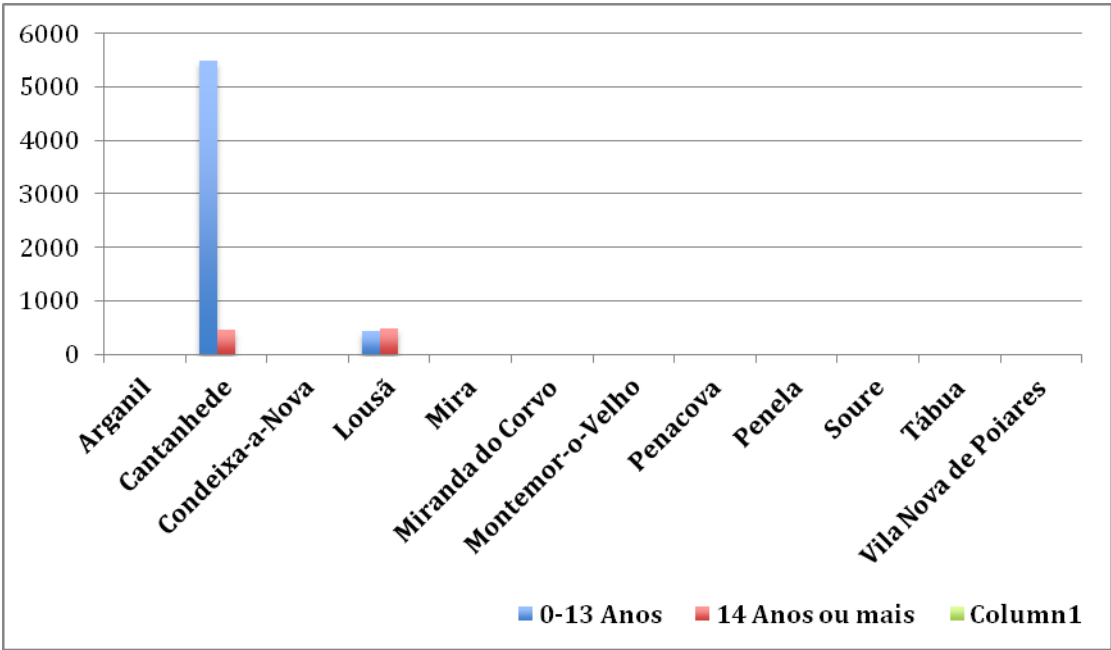


2014

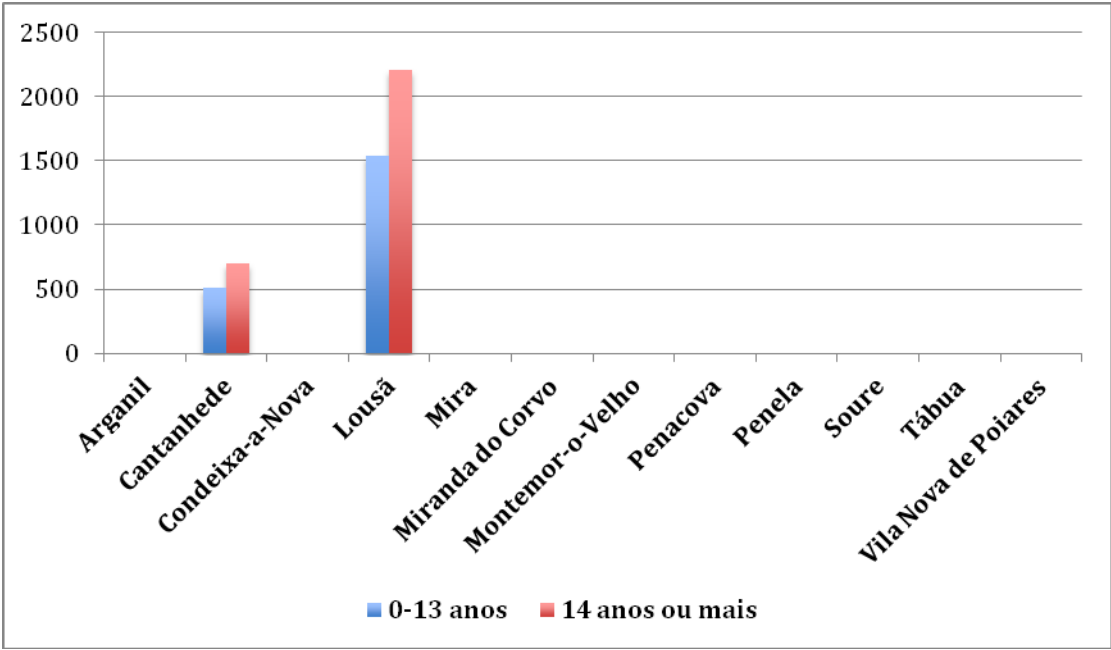


Dados referentes a:

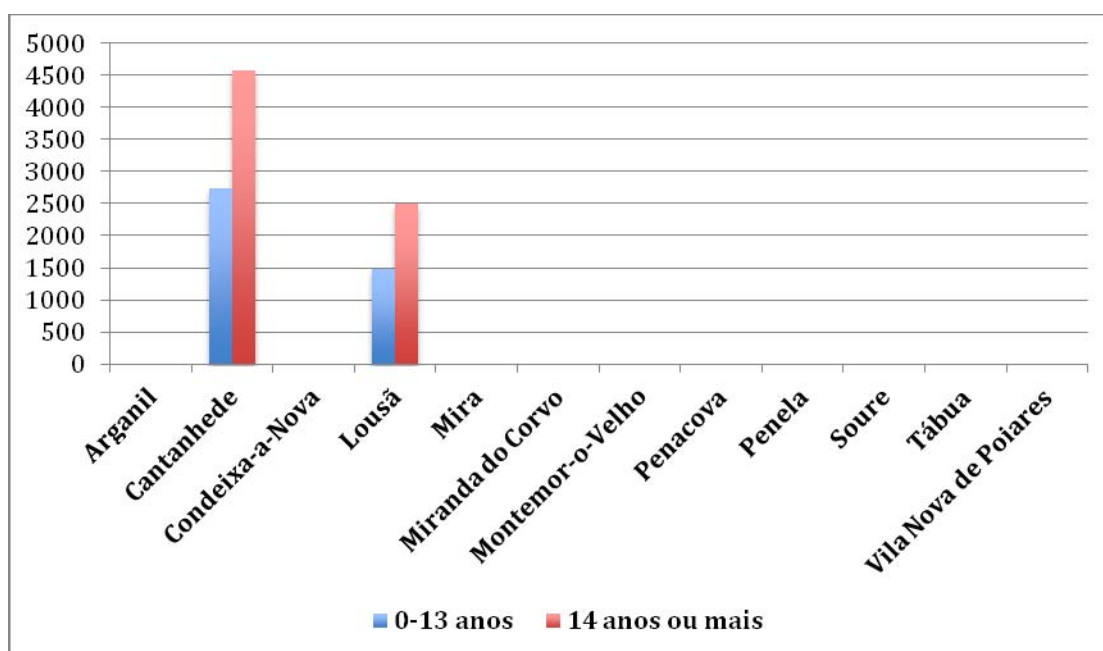
PEDIDOS DE EMPRÉSTIMO POR IDADE



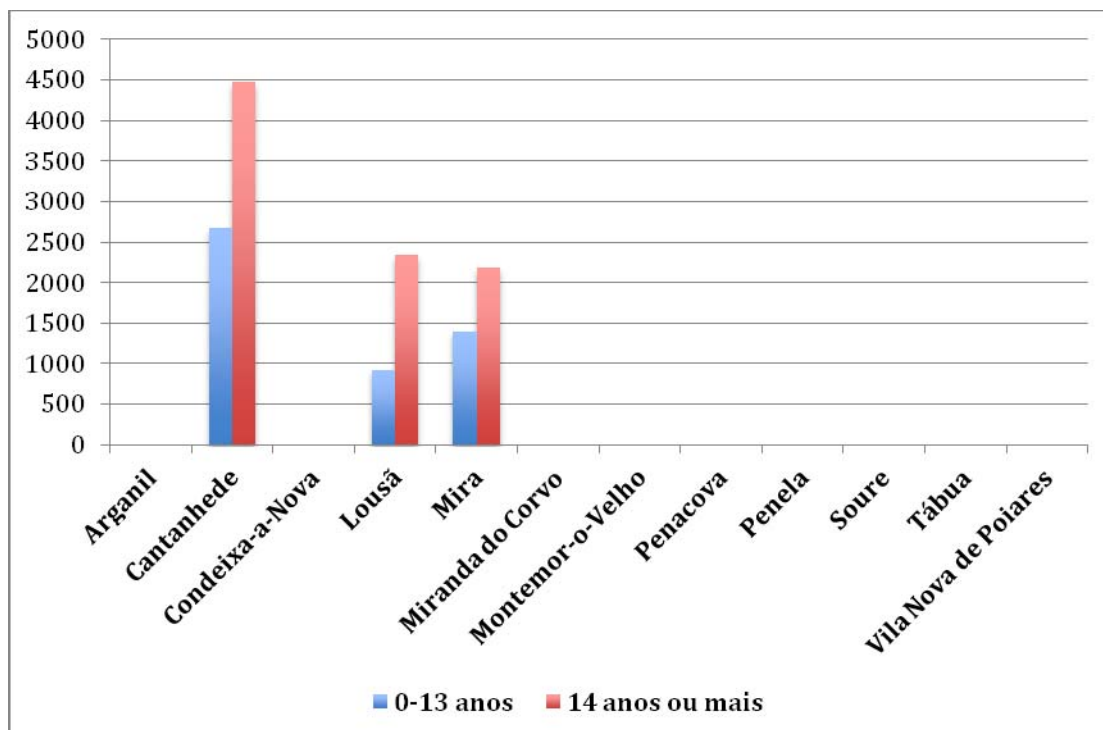
1994



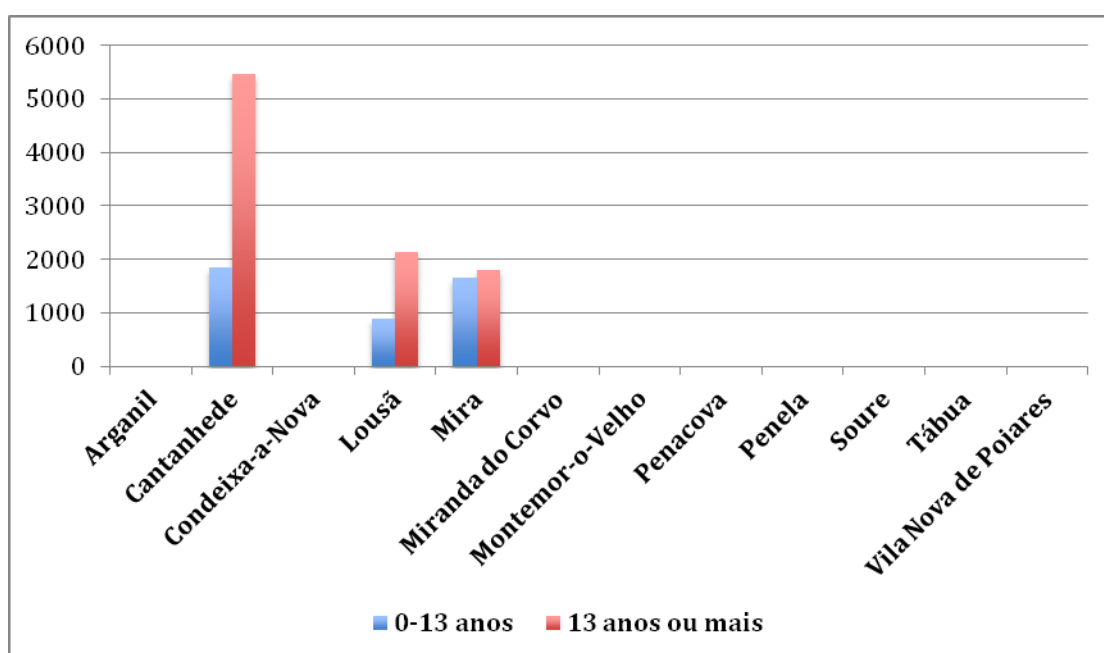
1995



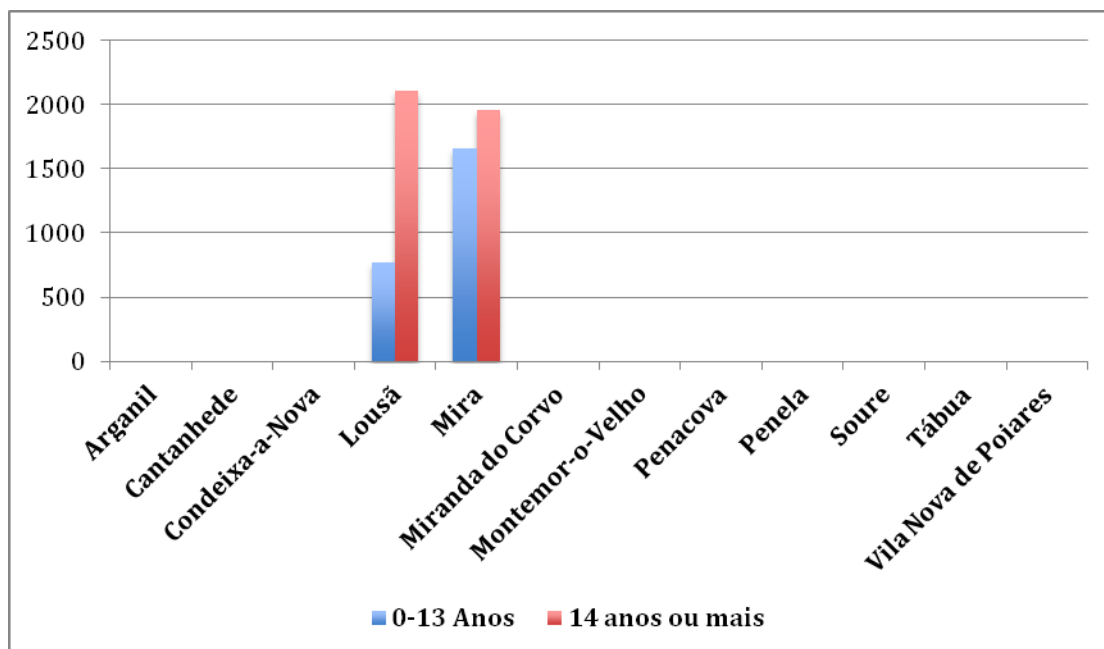
1996



1997

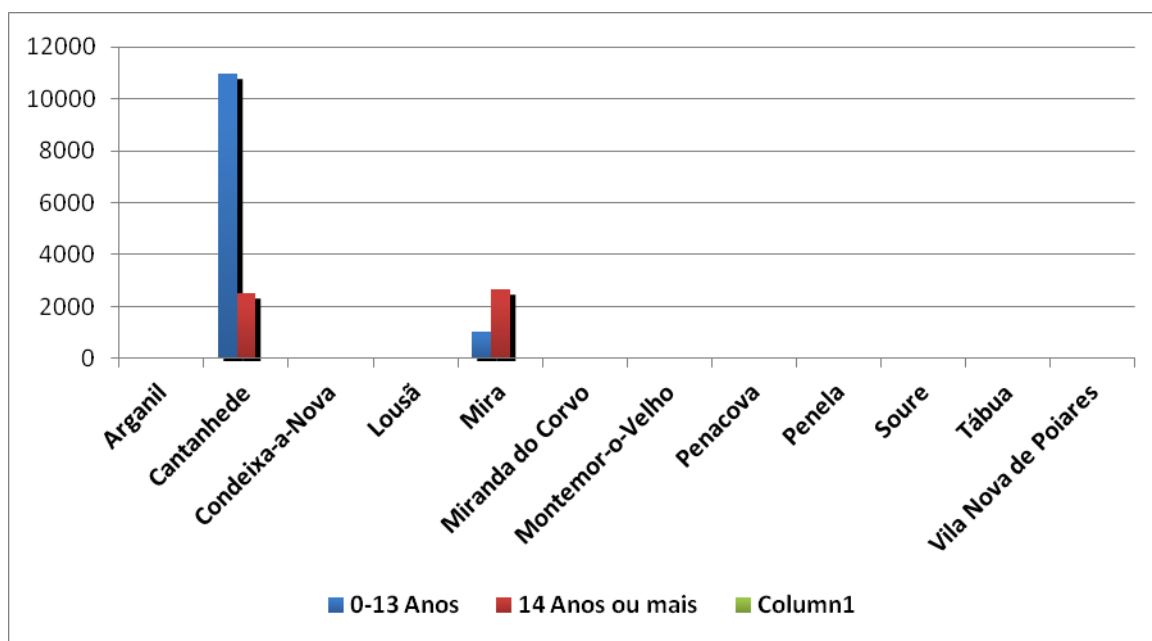


1998

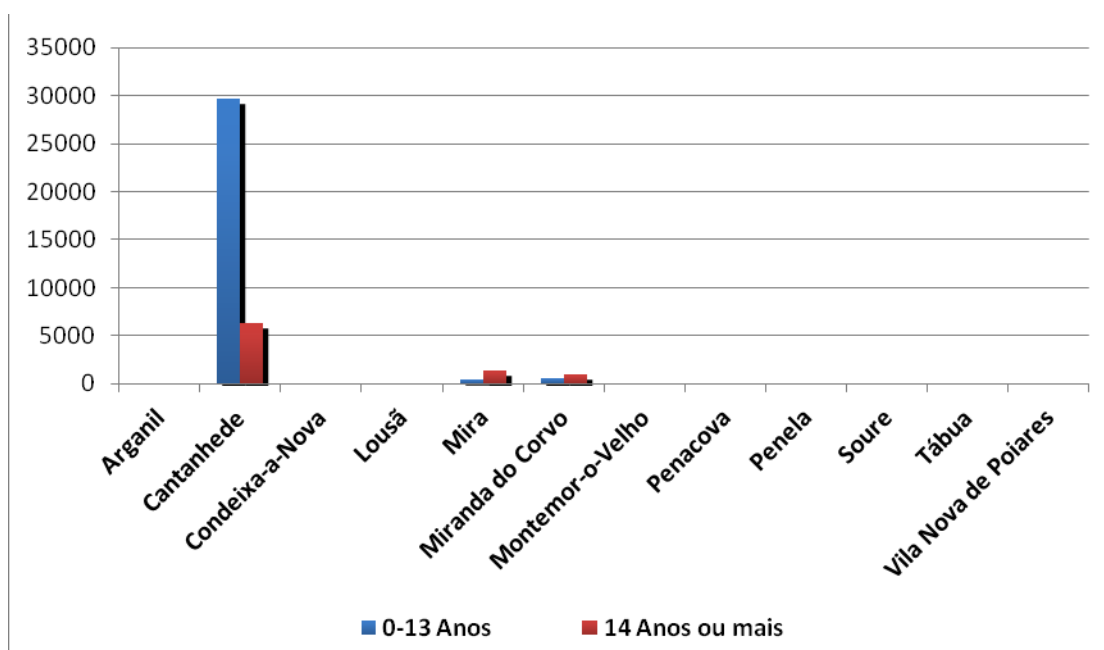


1999

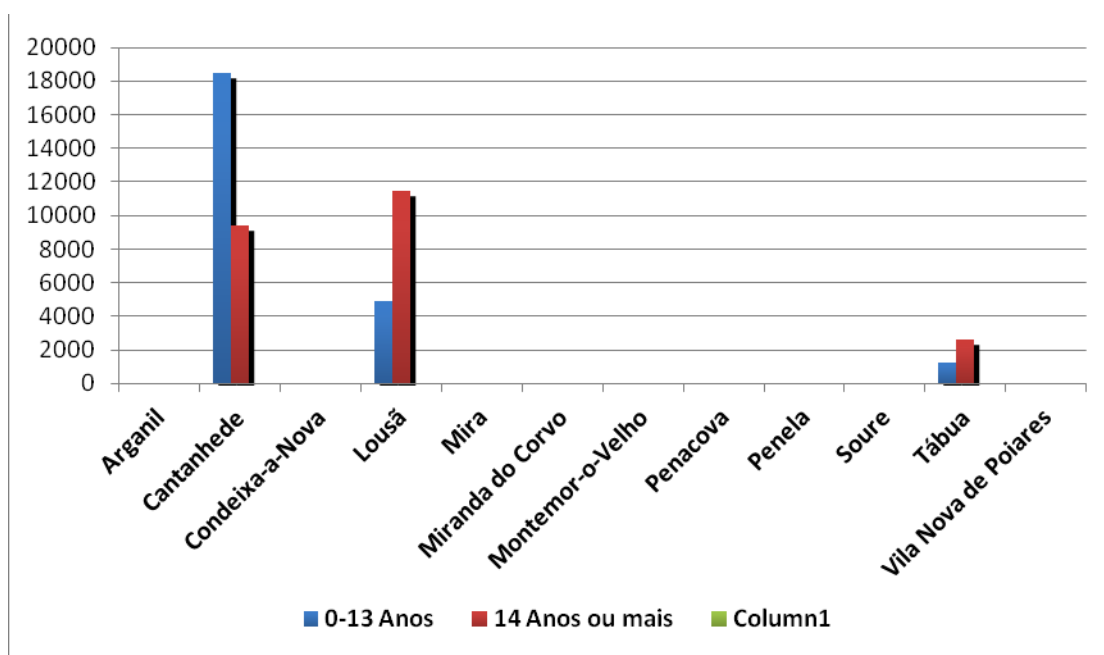
A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)



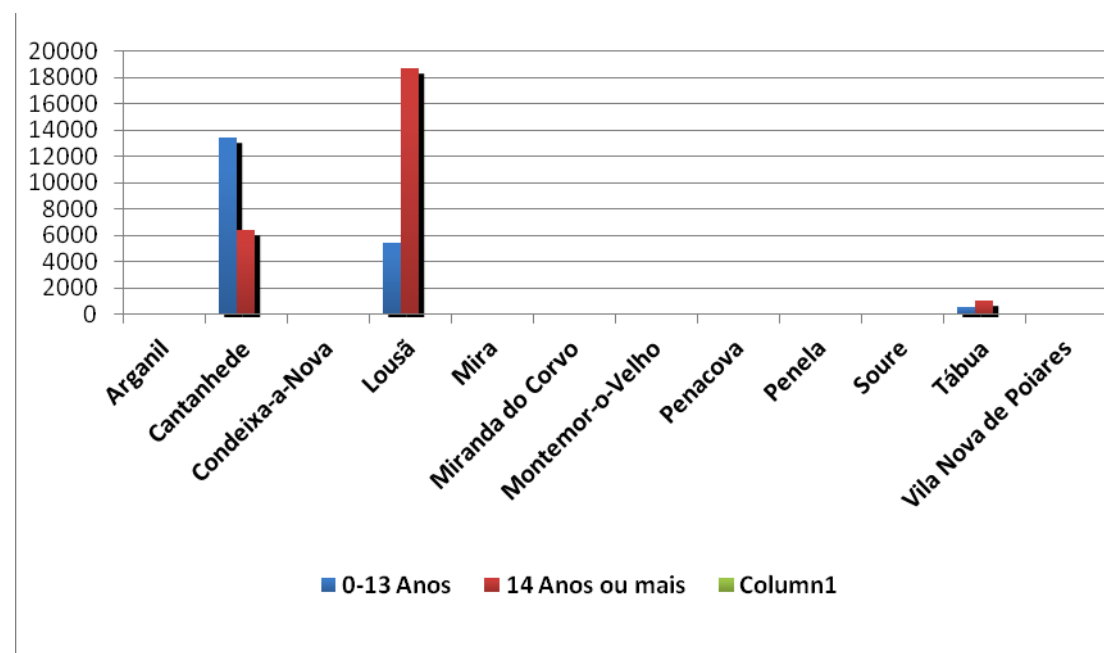
2001



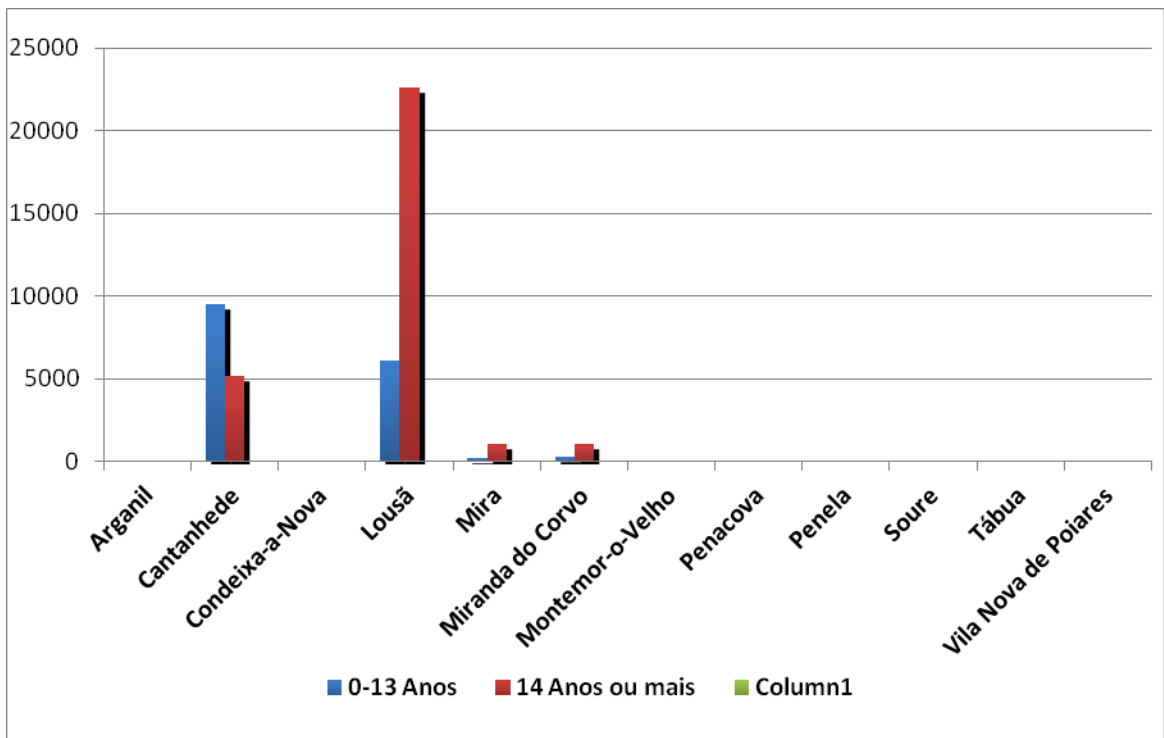
2002



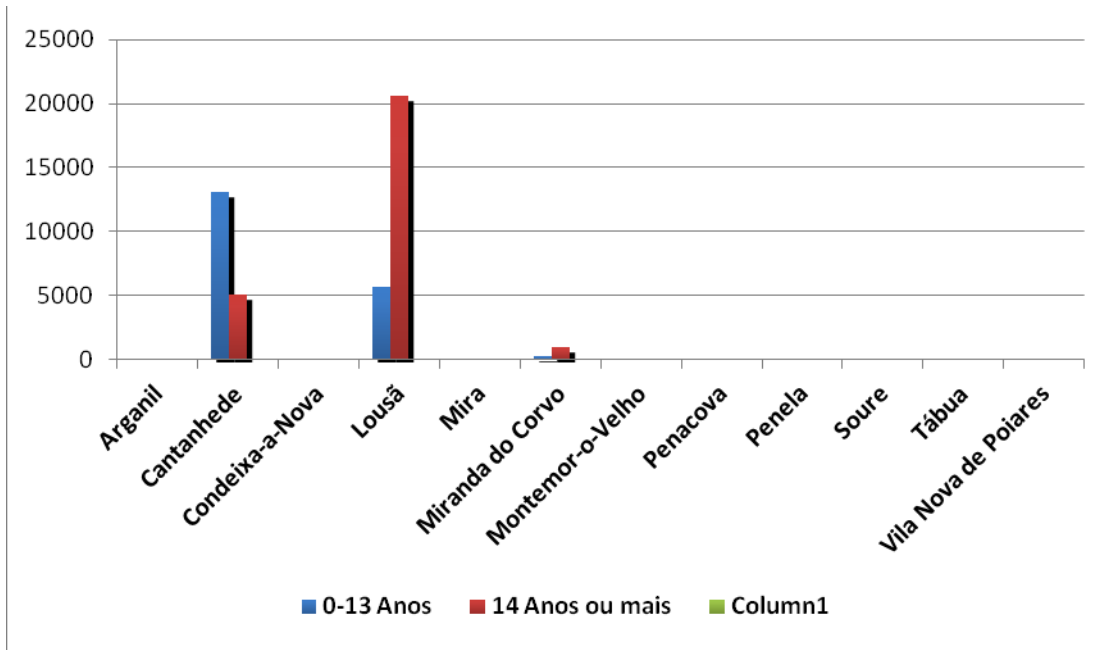
2003



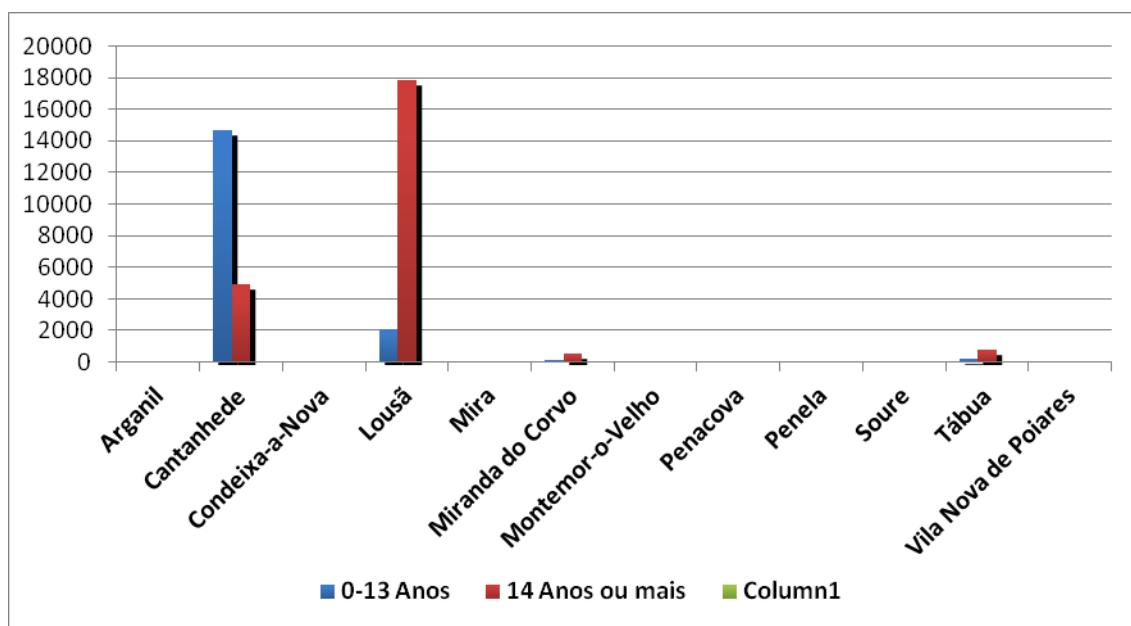
2004



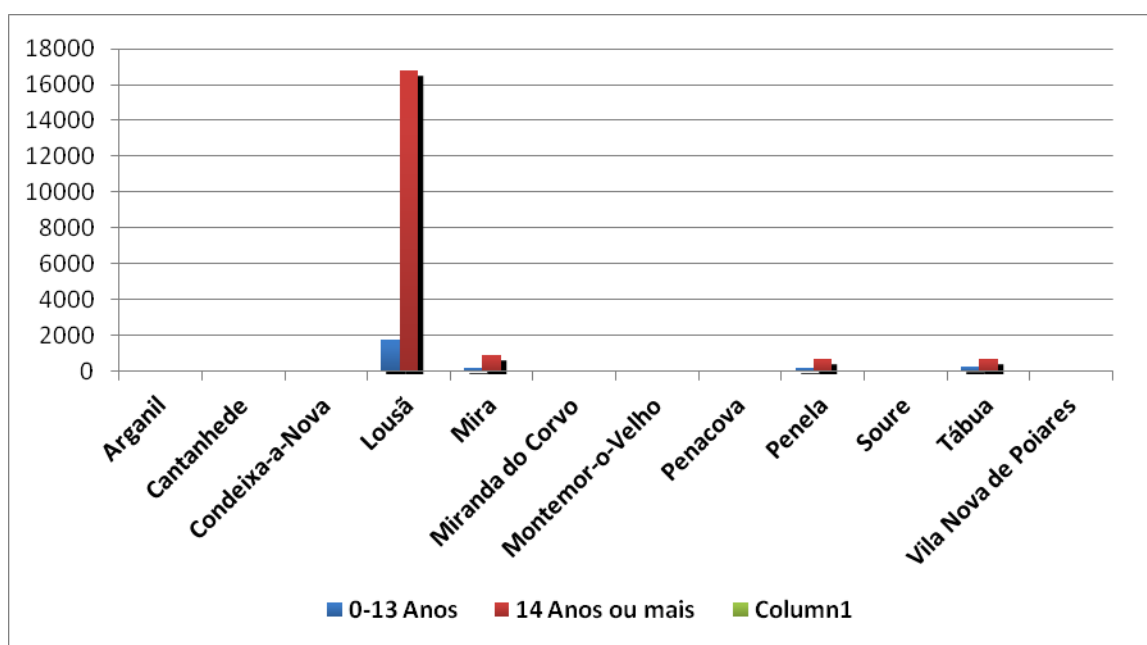
2005



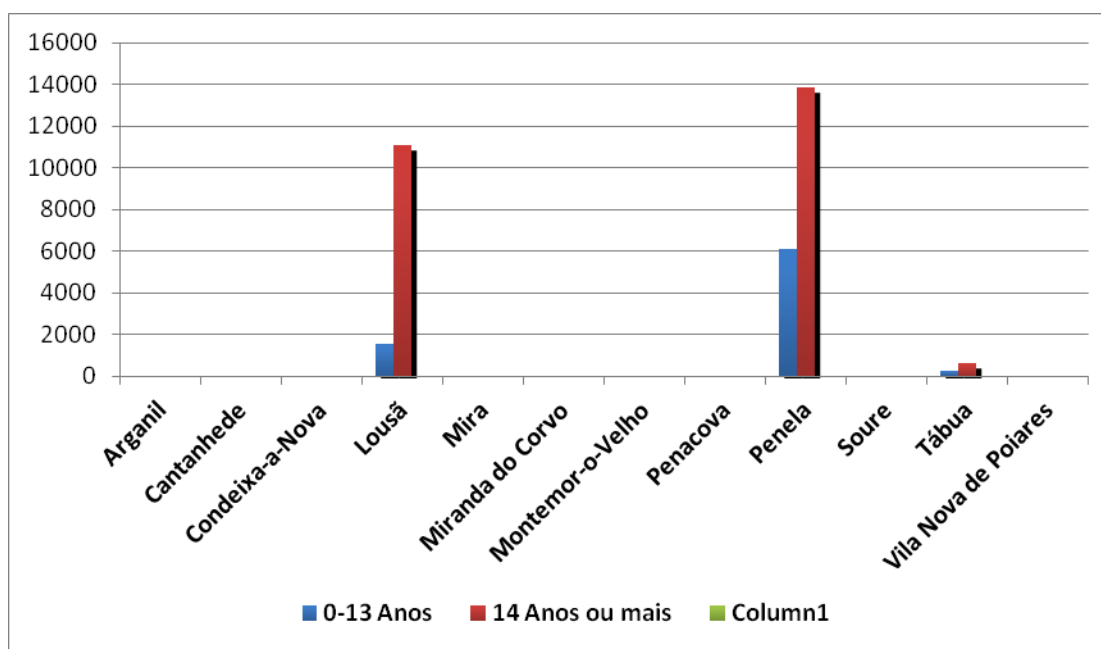
2006



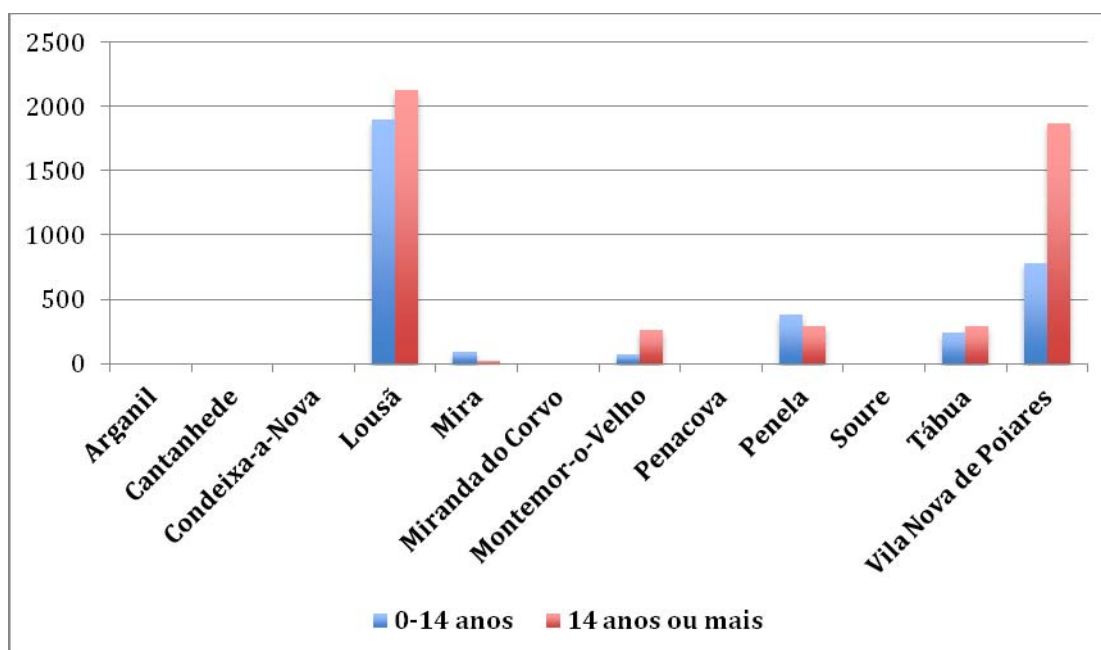
2007



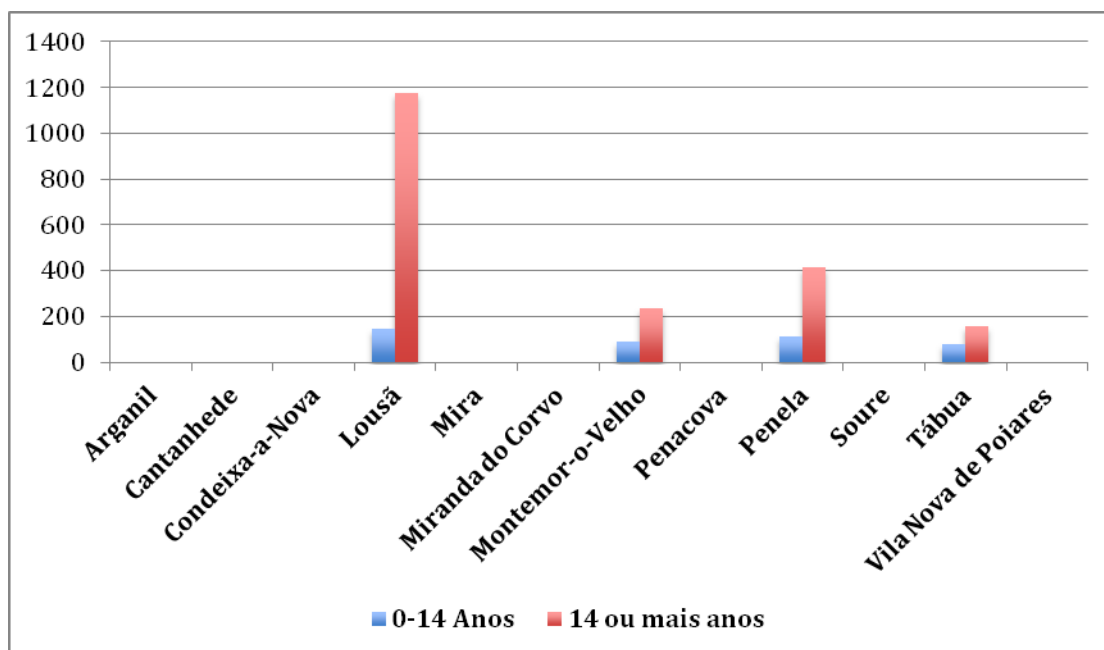
2008



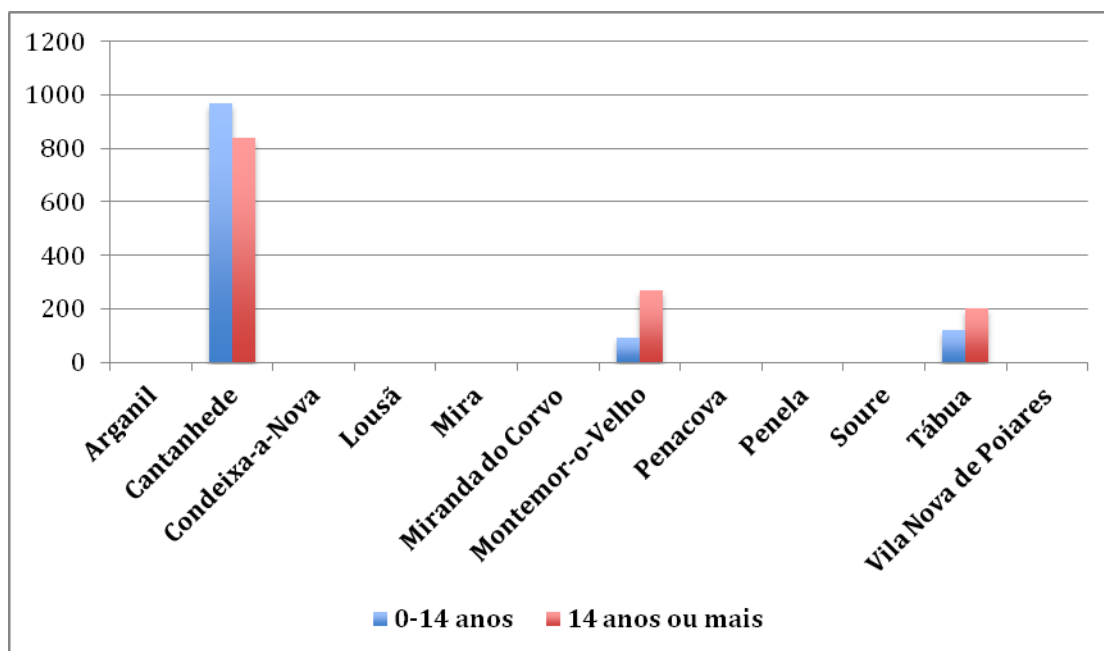
2010



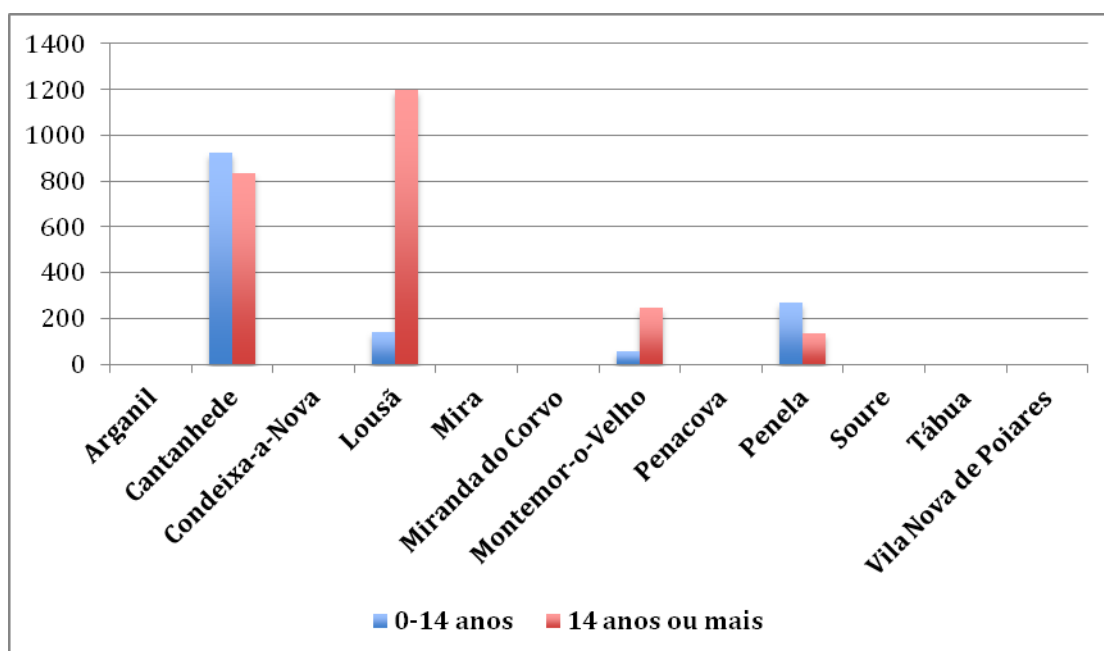
2011



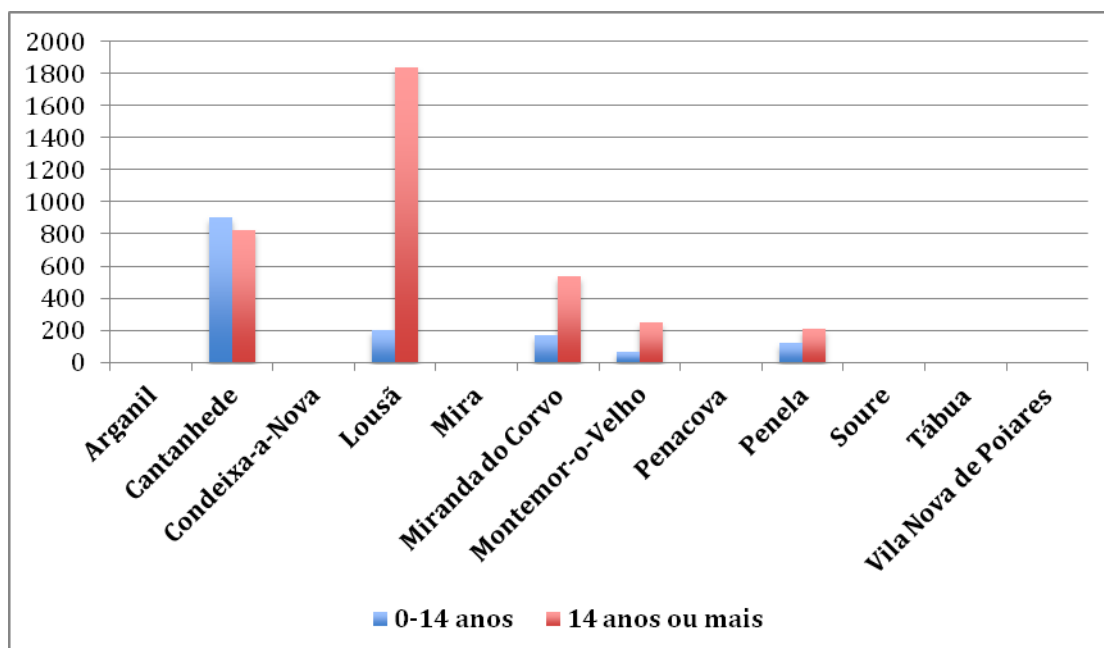
2012



2013



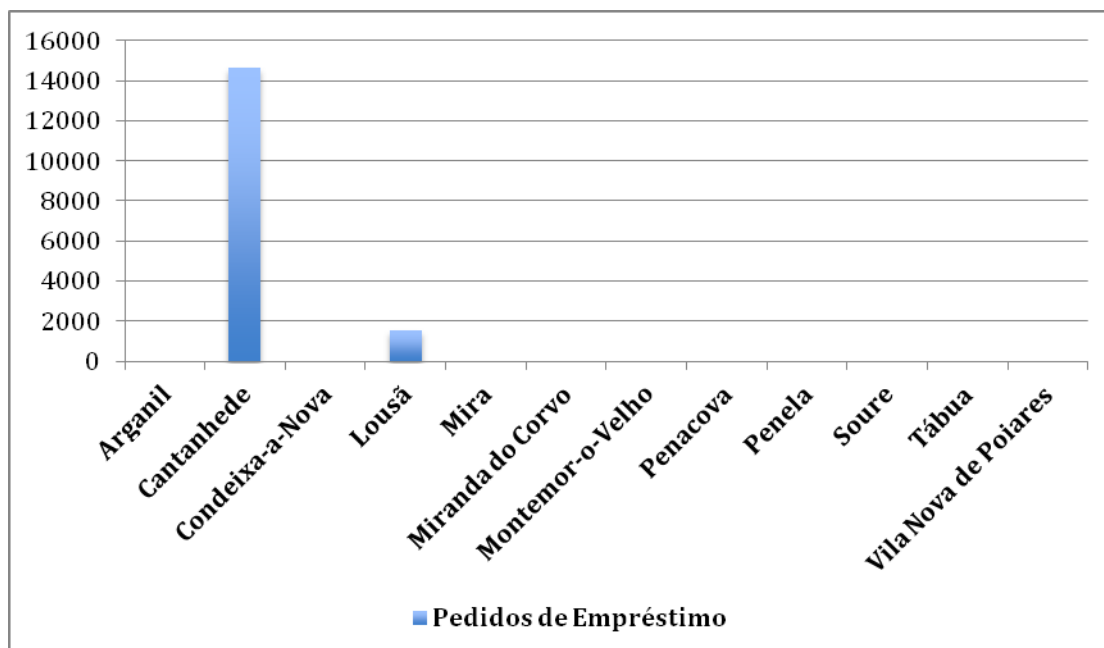
2014



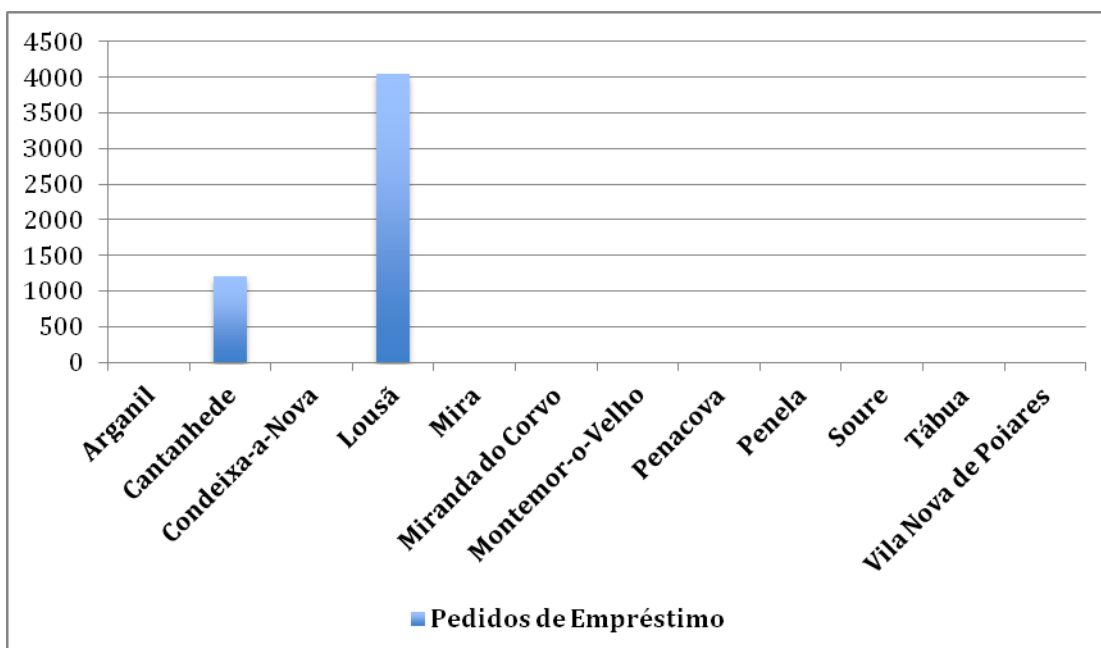
Dados referentes a:

TOTAL DE PEDIDOS DE EMPRÉSTIMO NO ANO

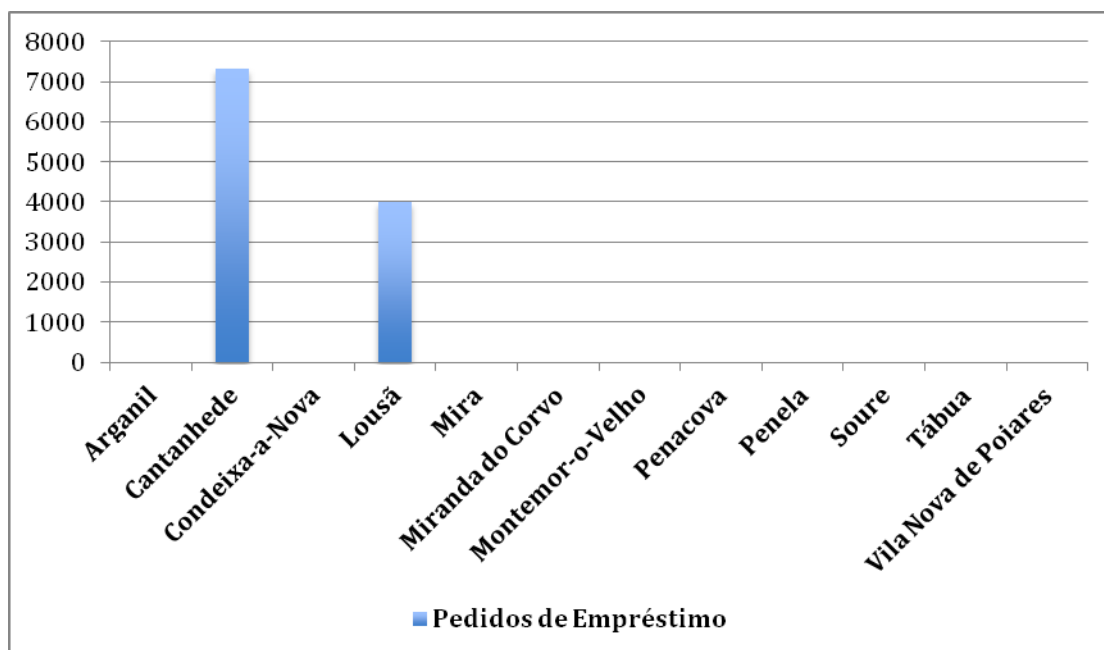
1992



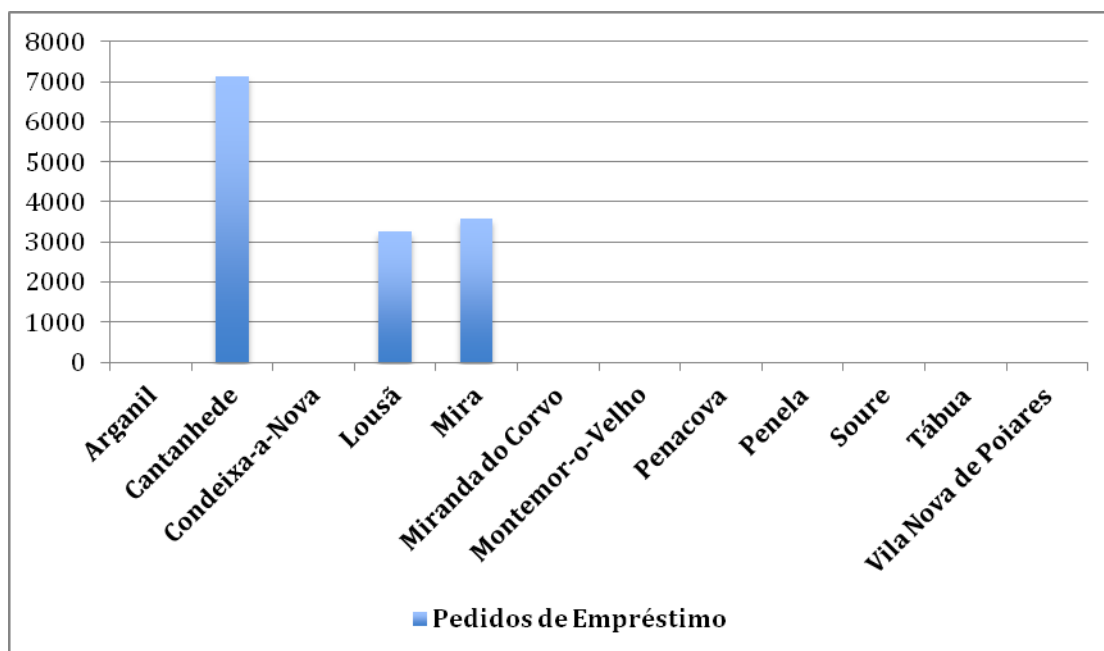
1994



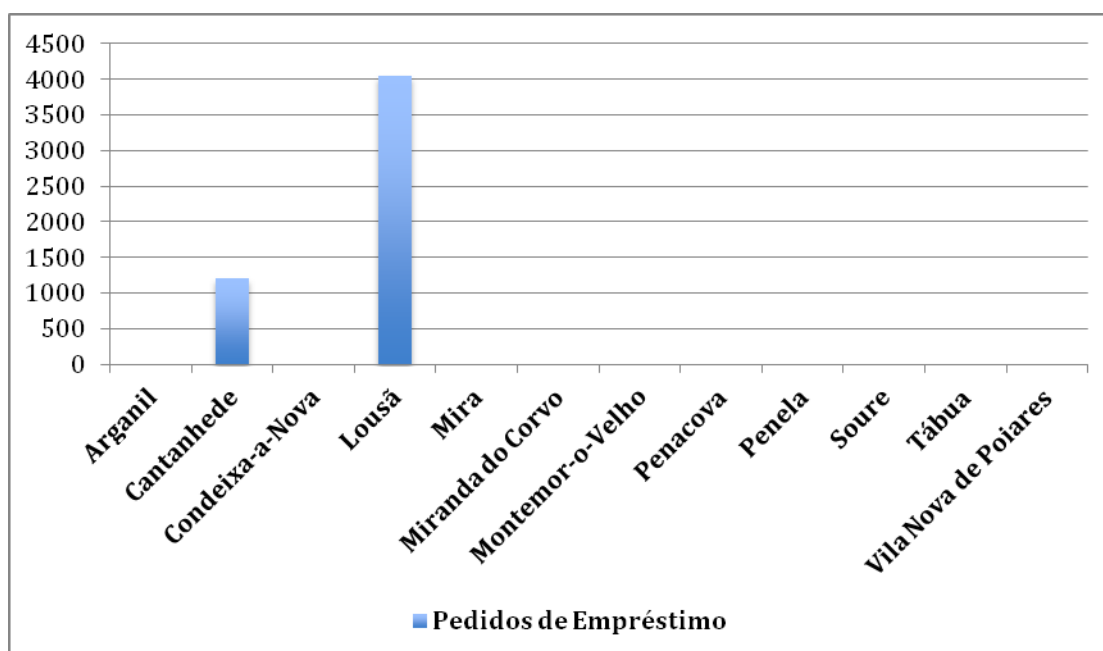
1995



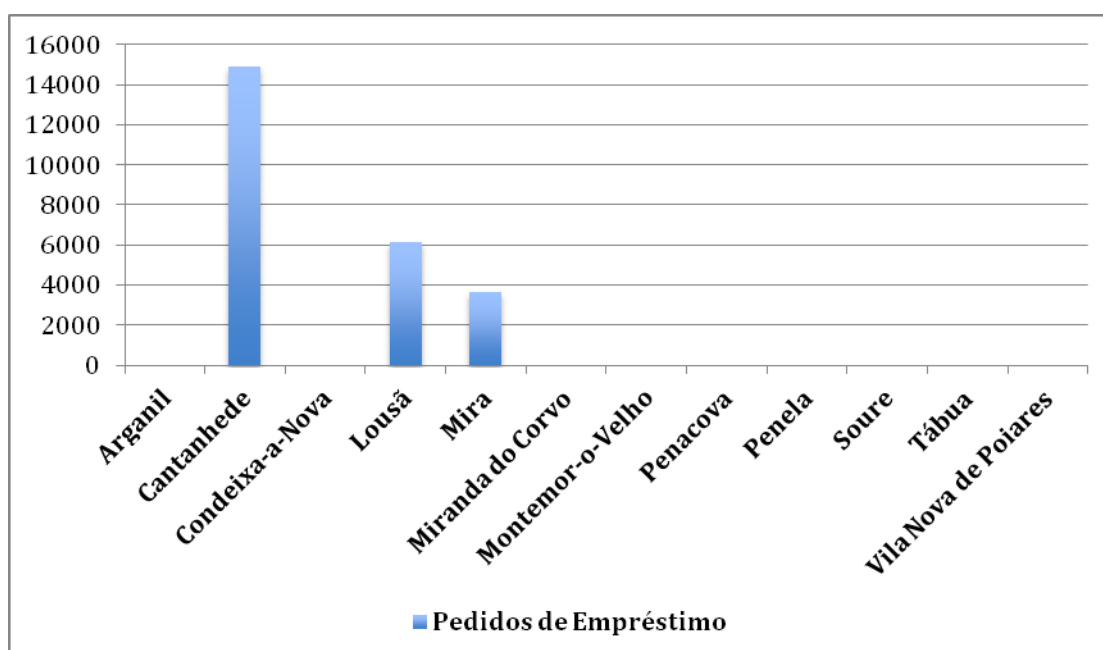
1996



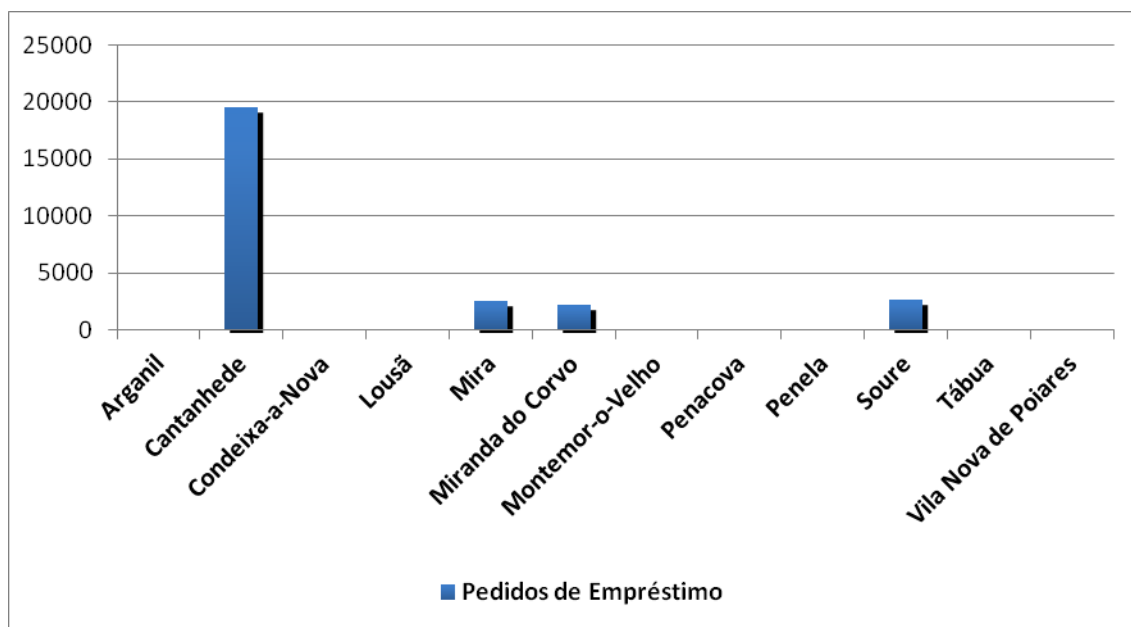
1997



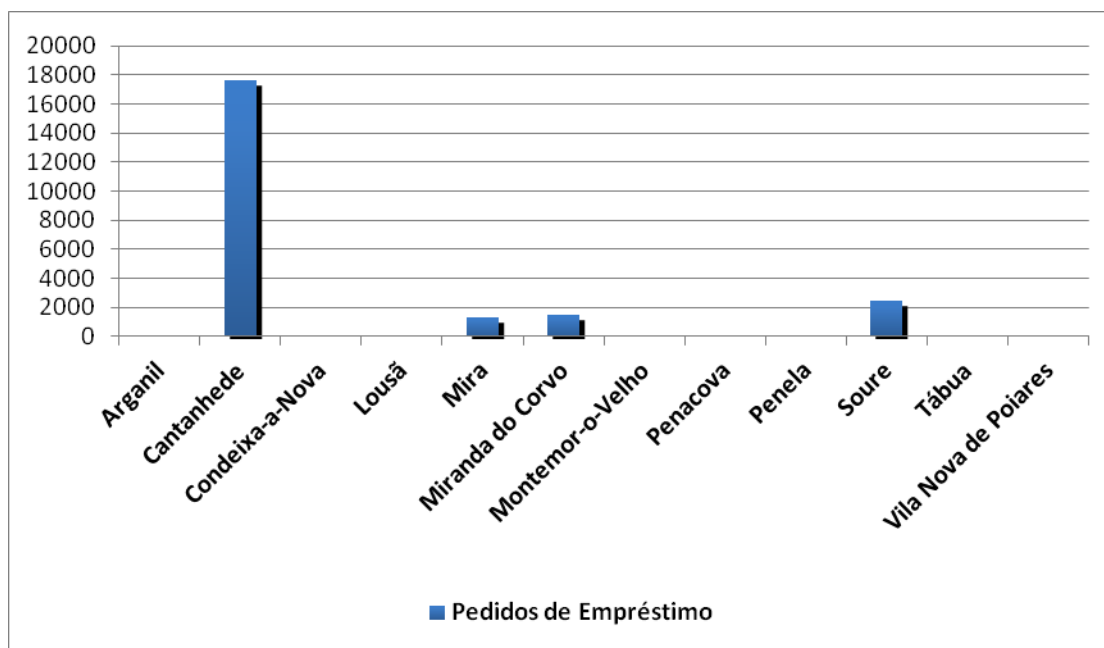
1998



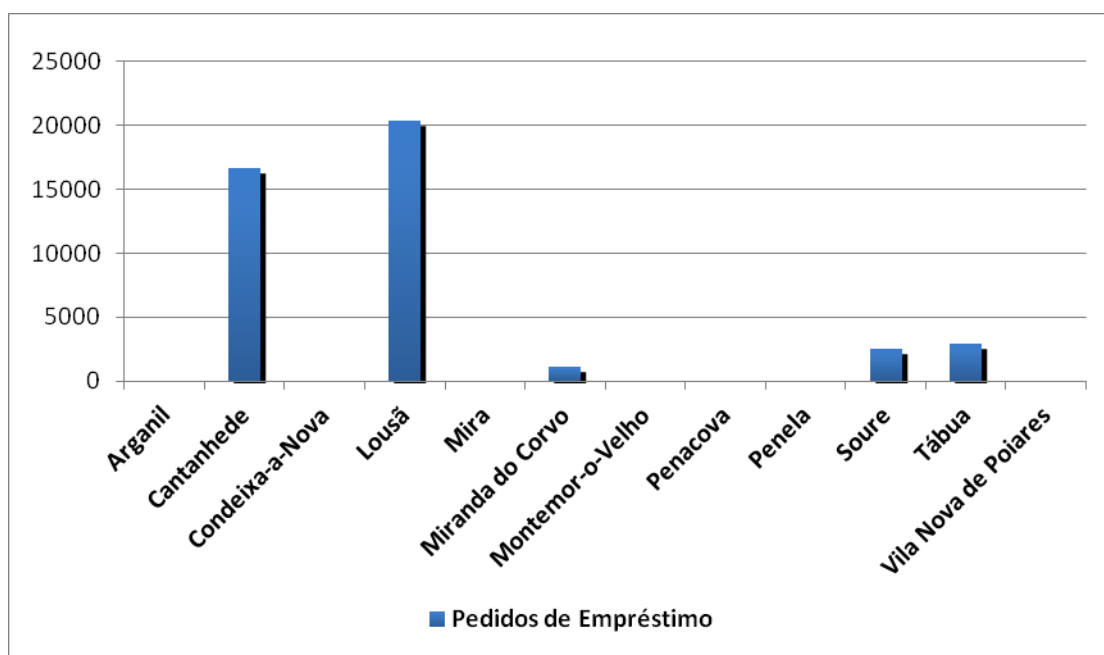
1999



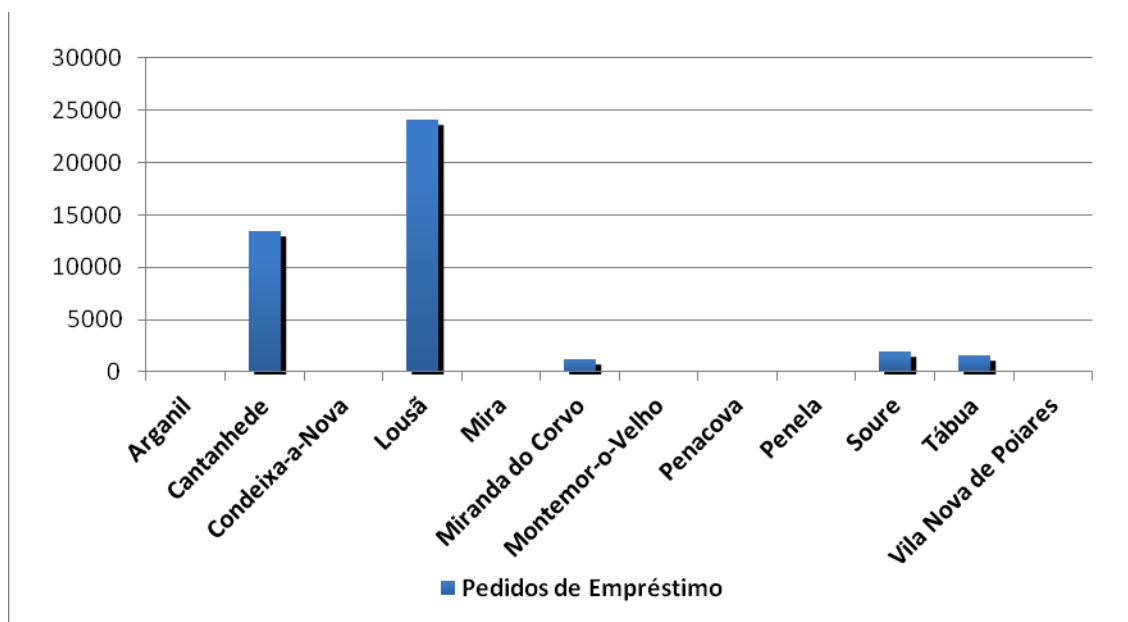
2001



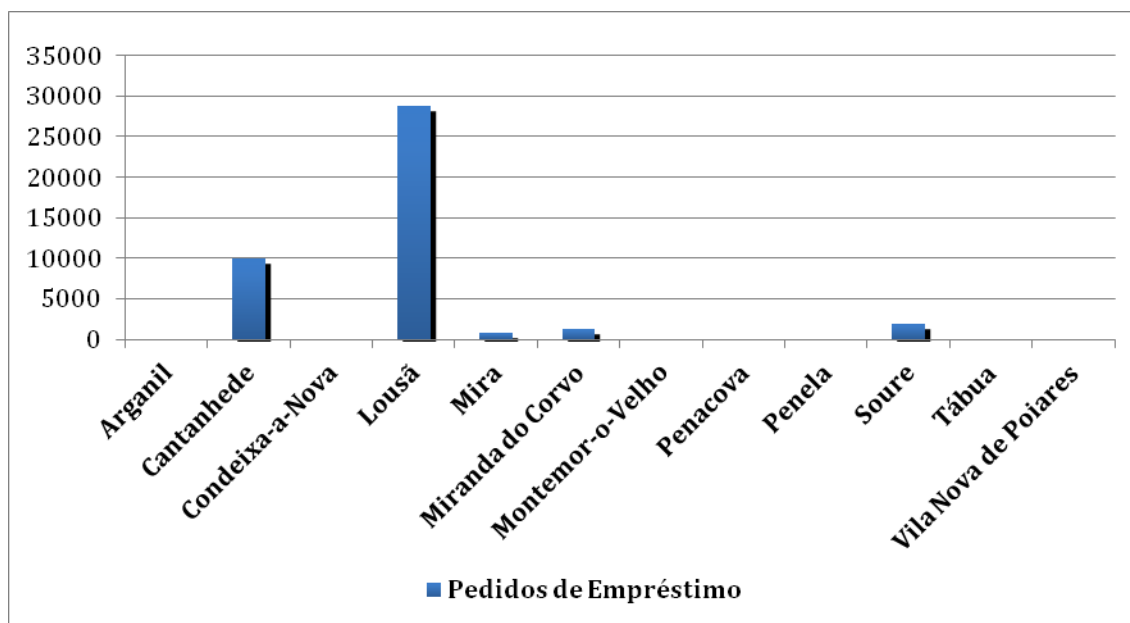
2002



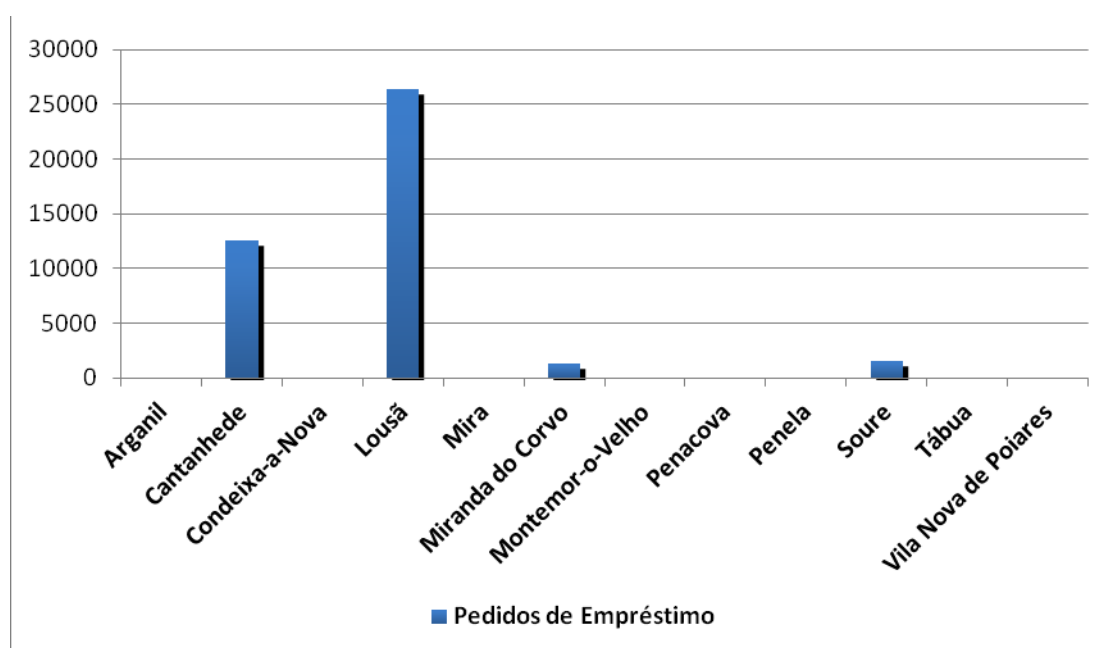
2003



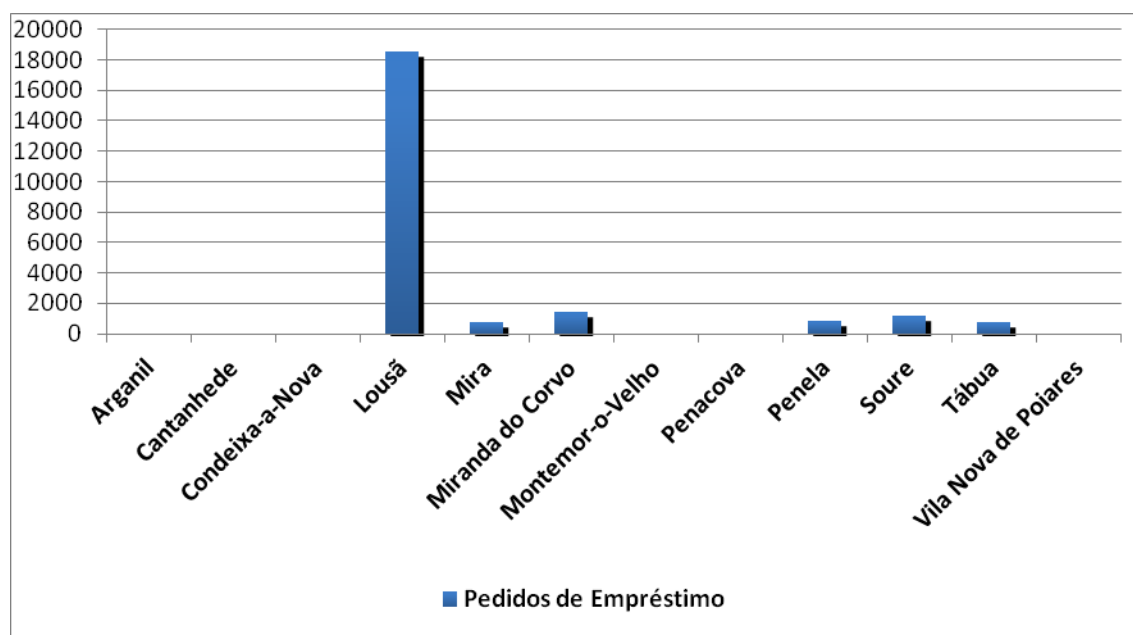
2004



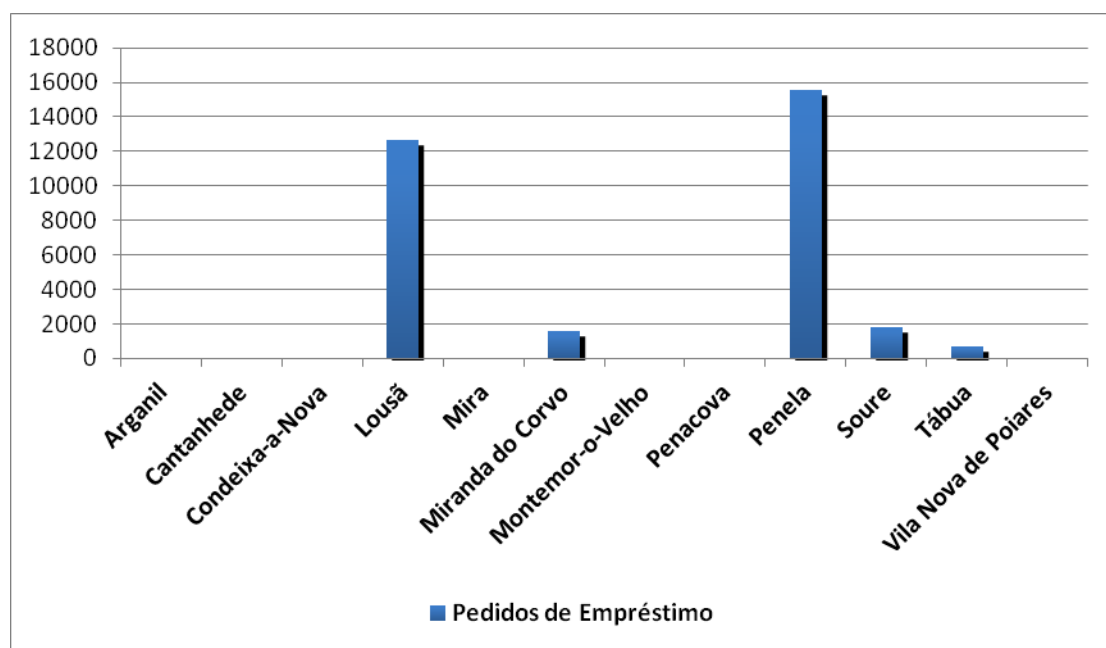
2005



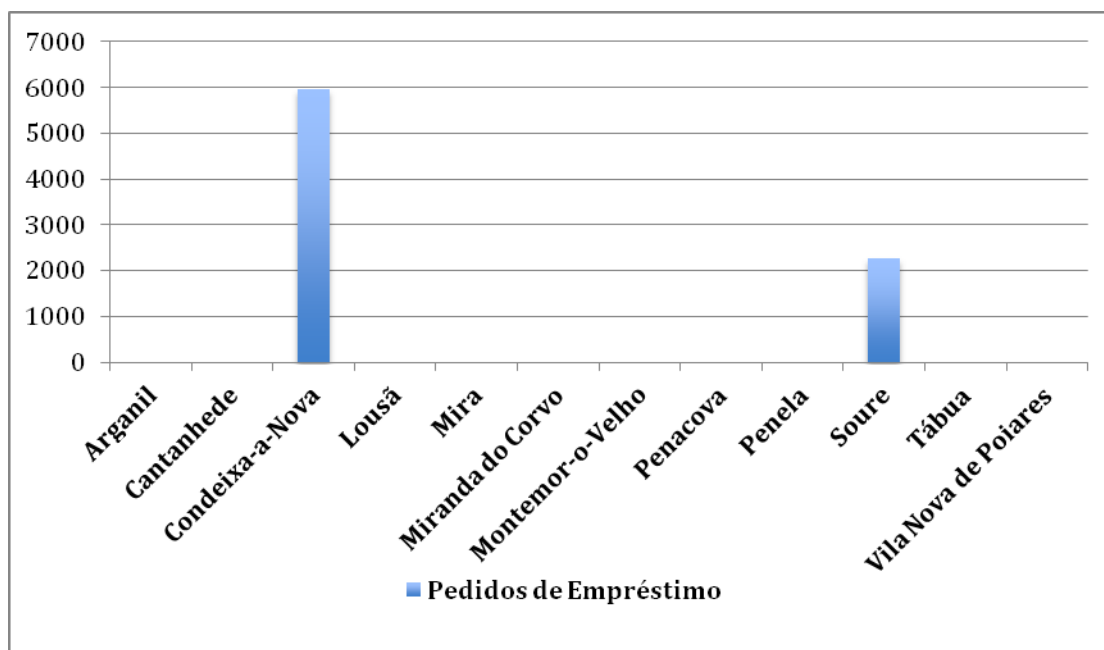
2007



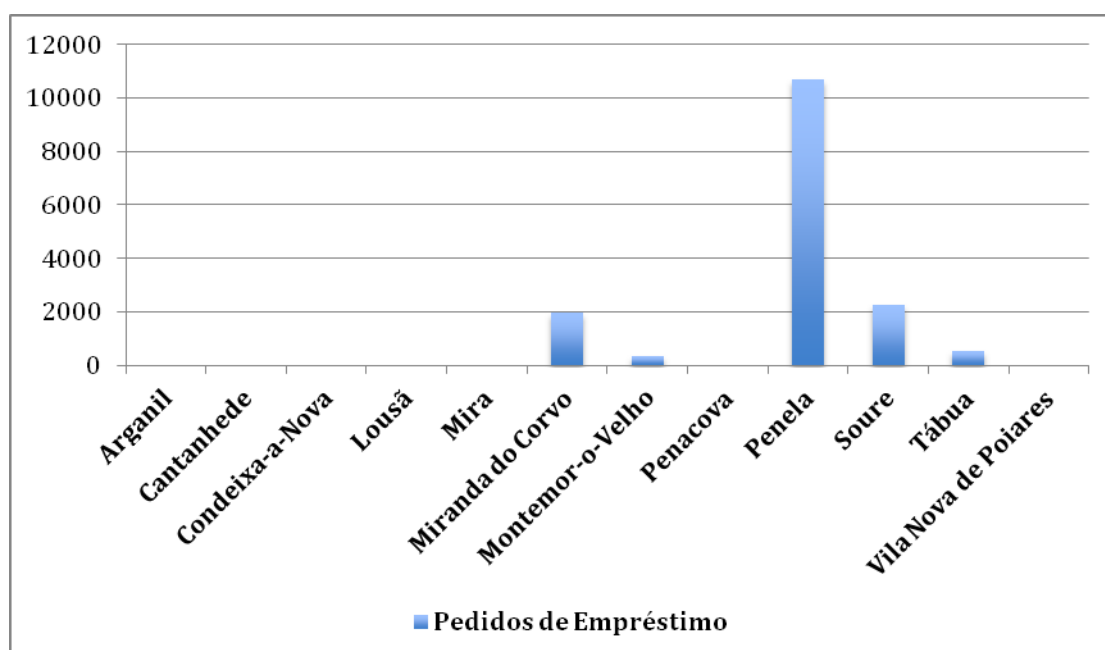
2008



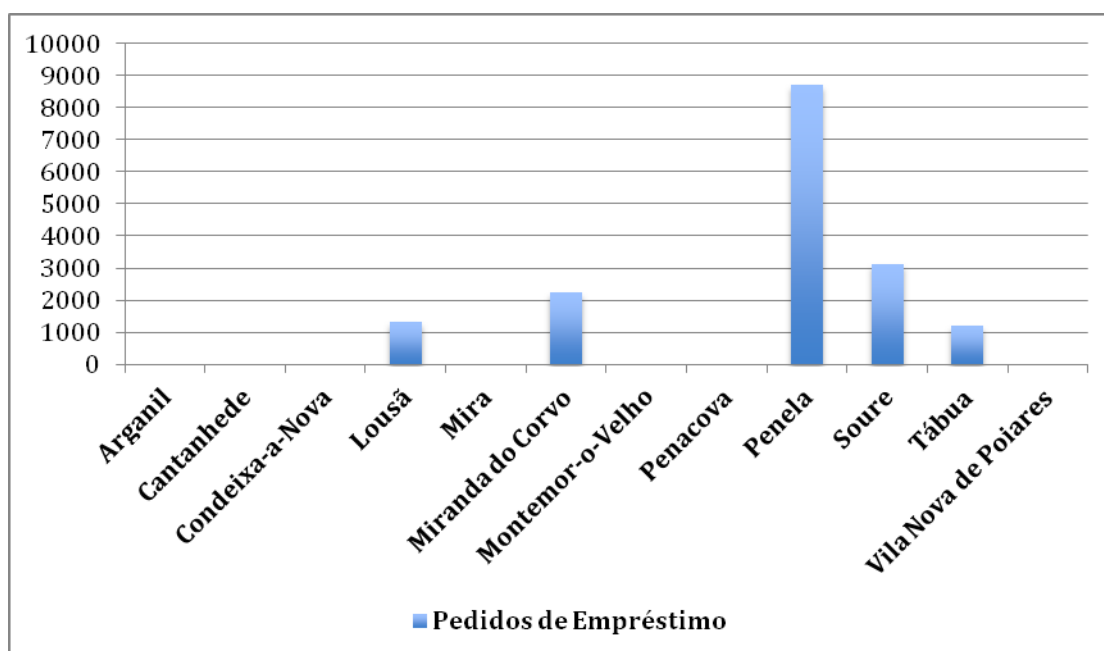
2009



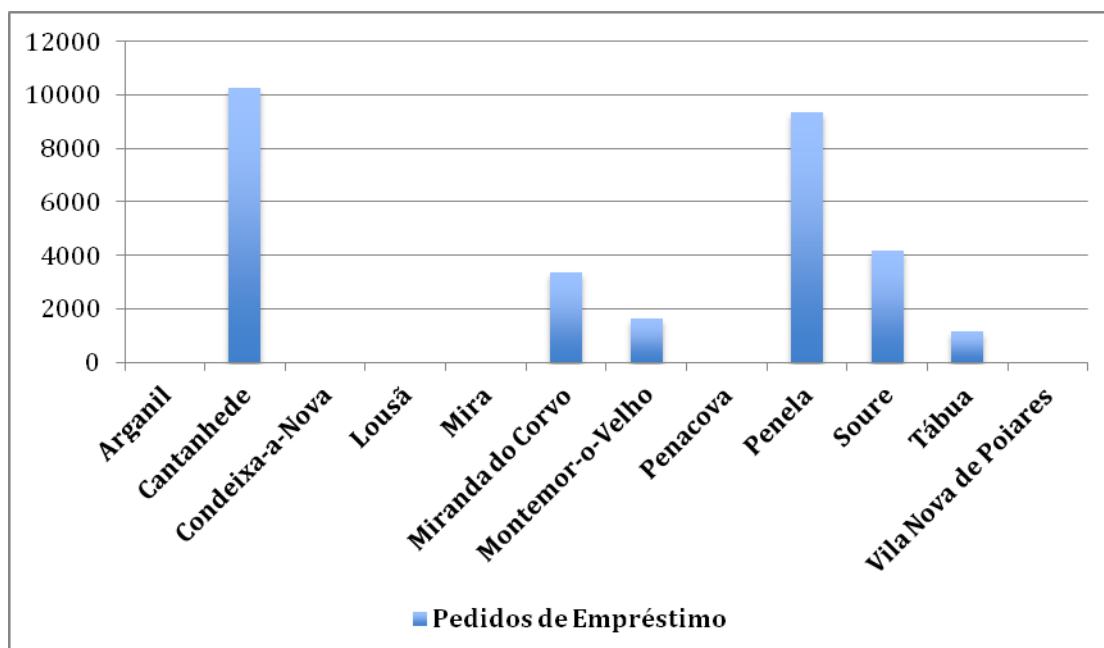
2010



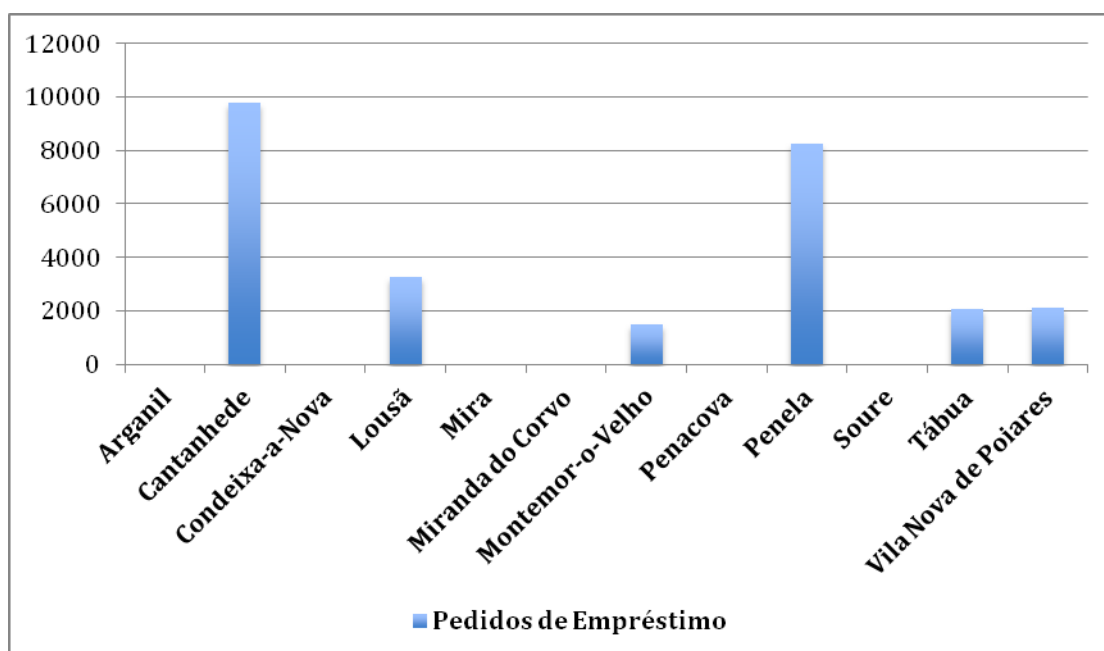
2011



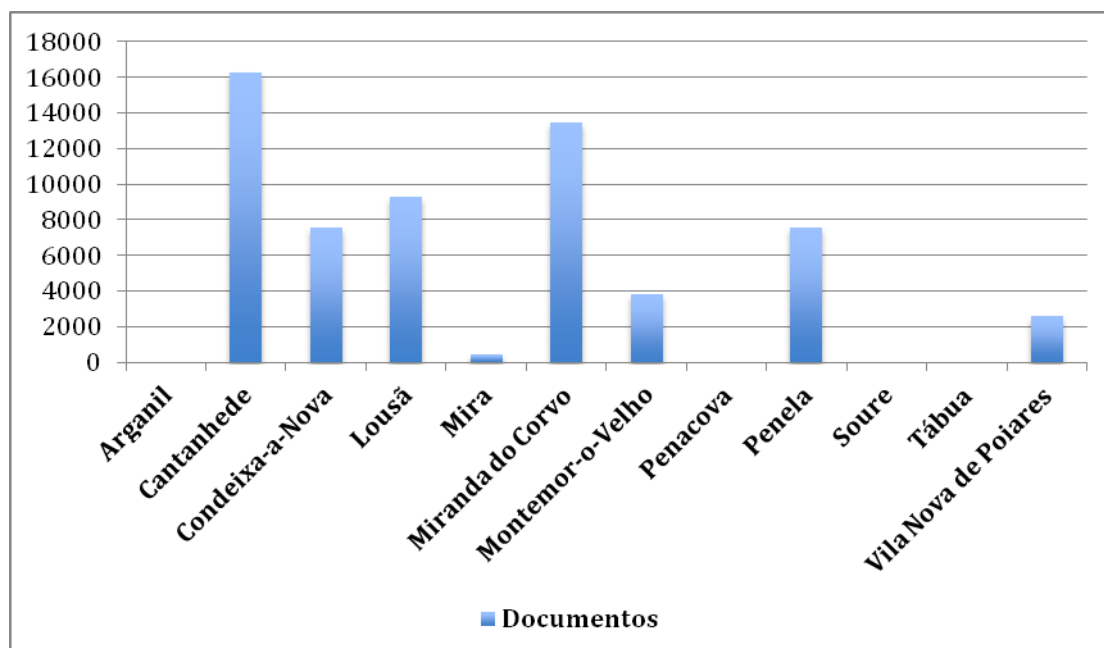
2012



2013



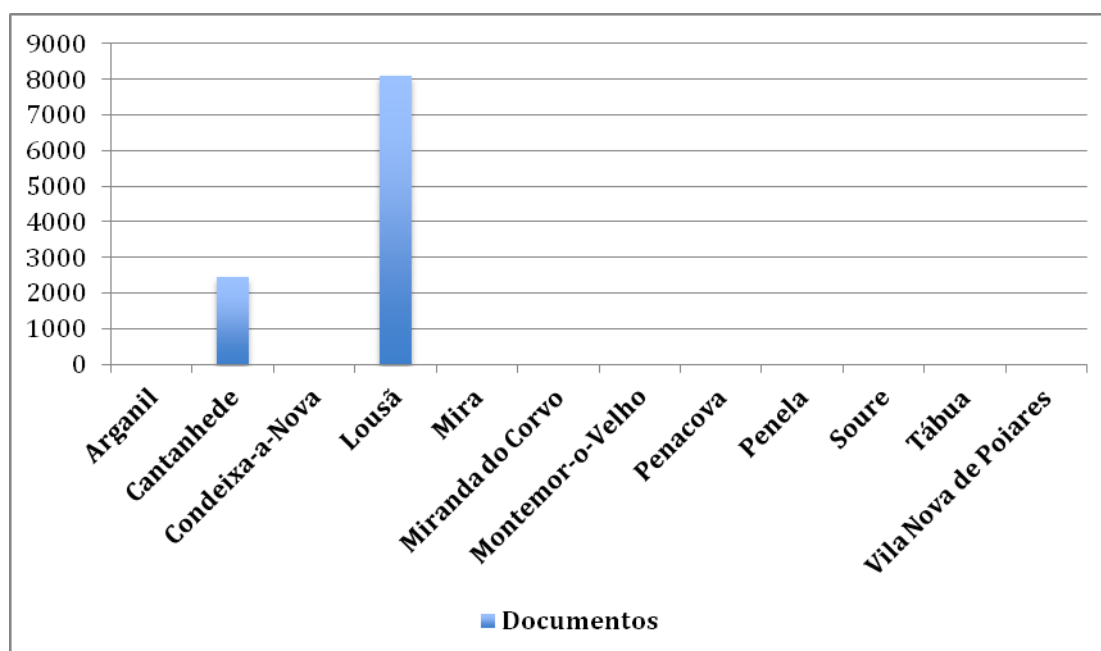
2014



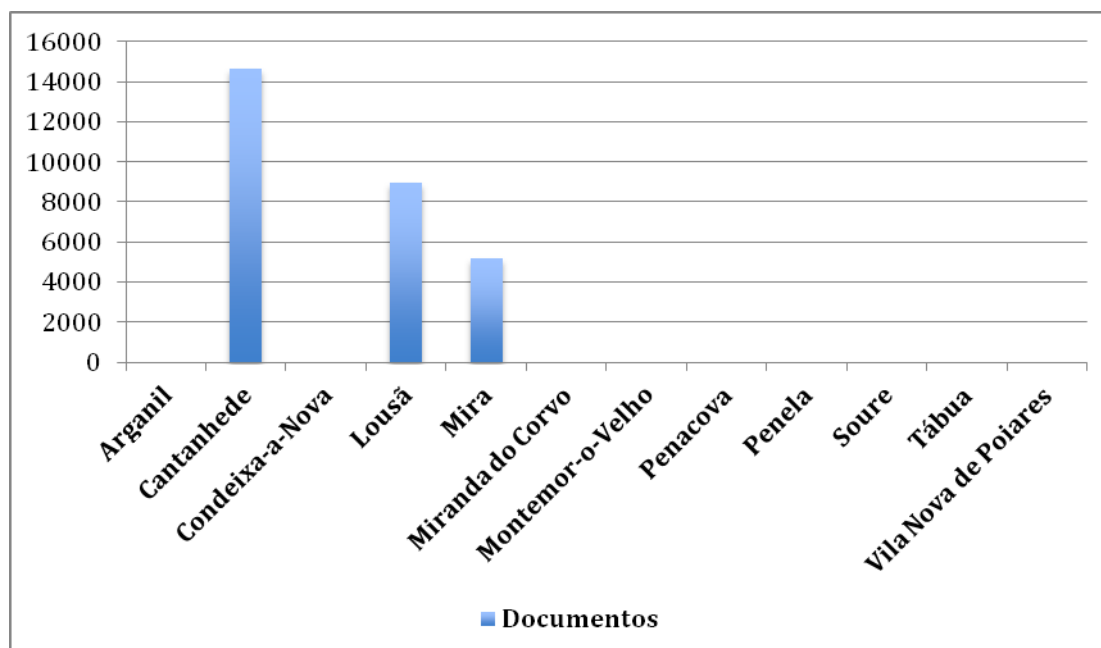
Dados referentes a:

TOTAL DE DOCUMENTOS EMPRESTADOS (VOLUMES)

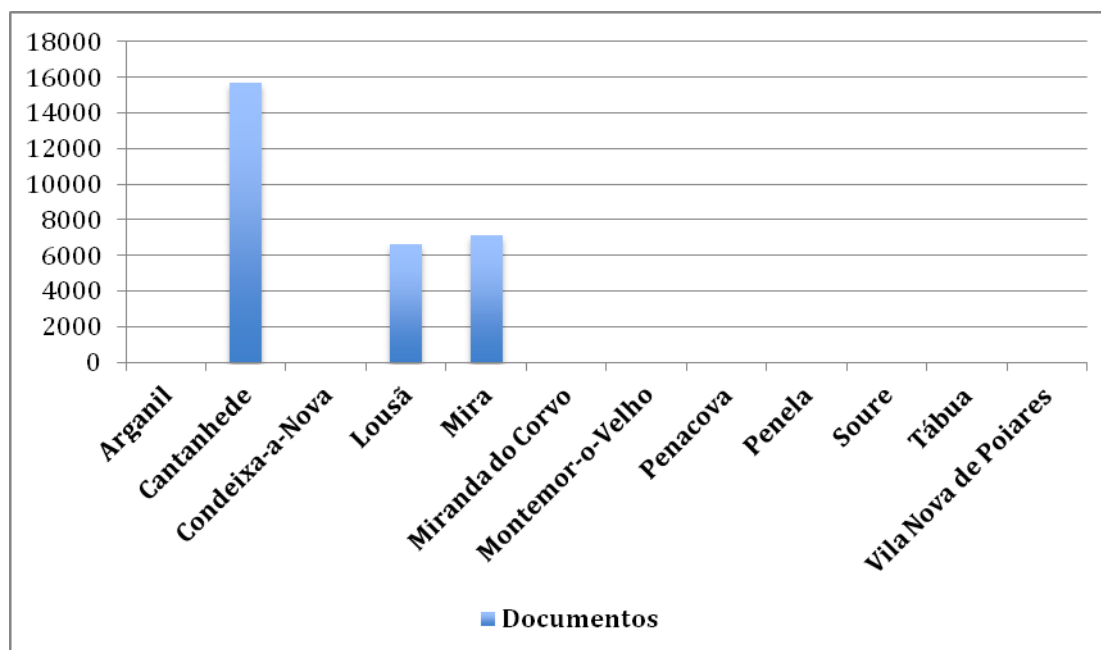
1994



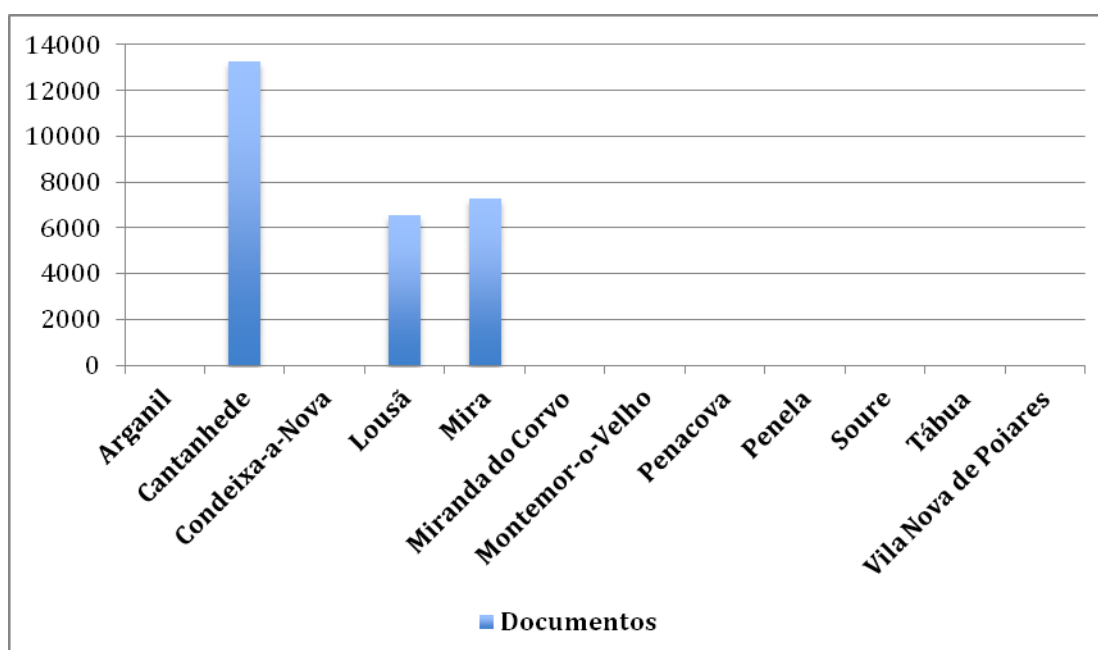
1995



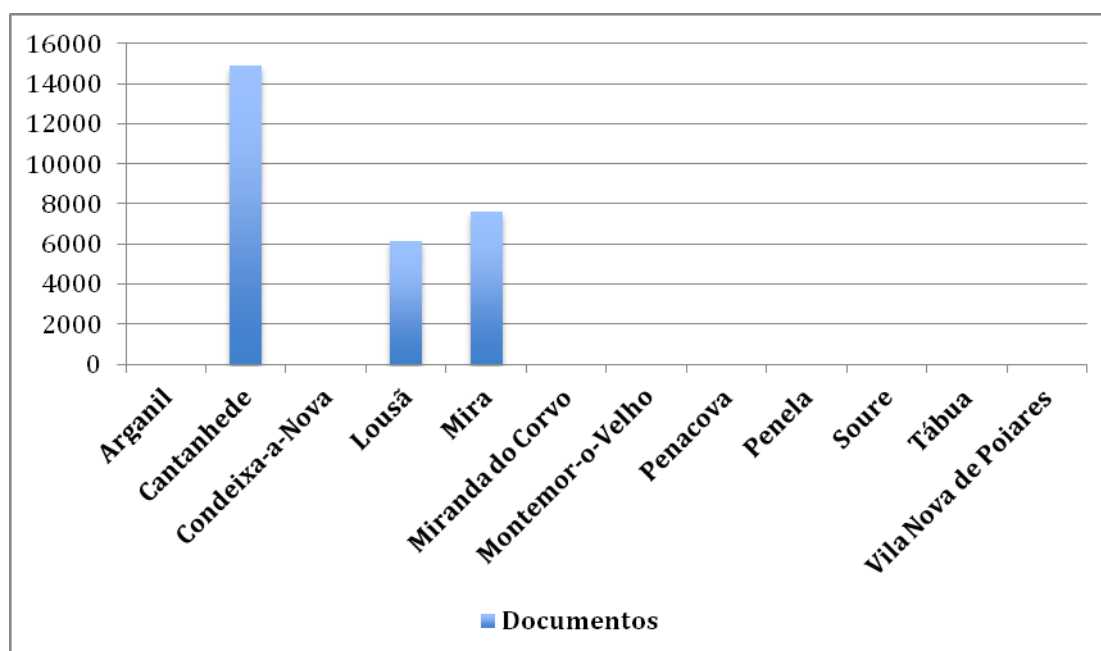
1996



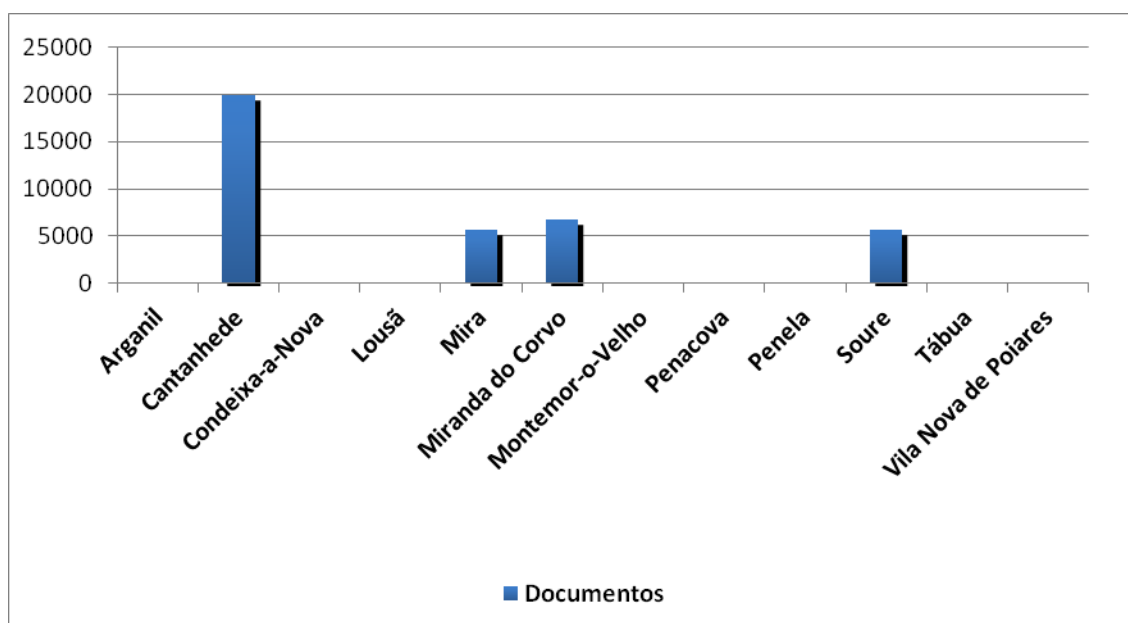
1997



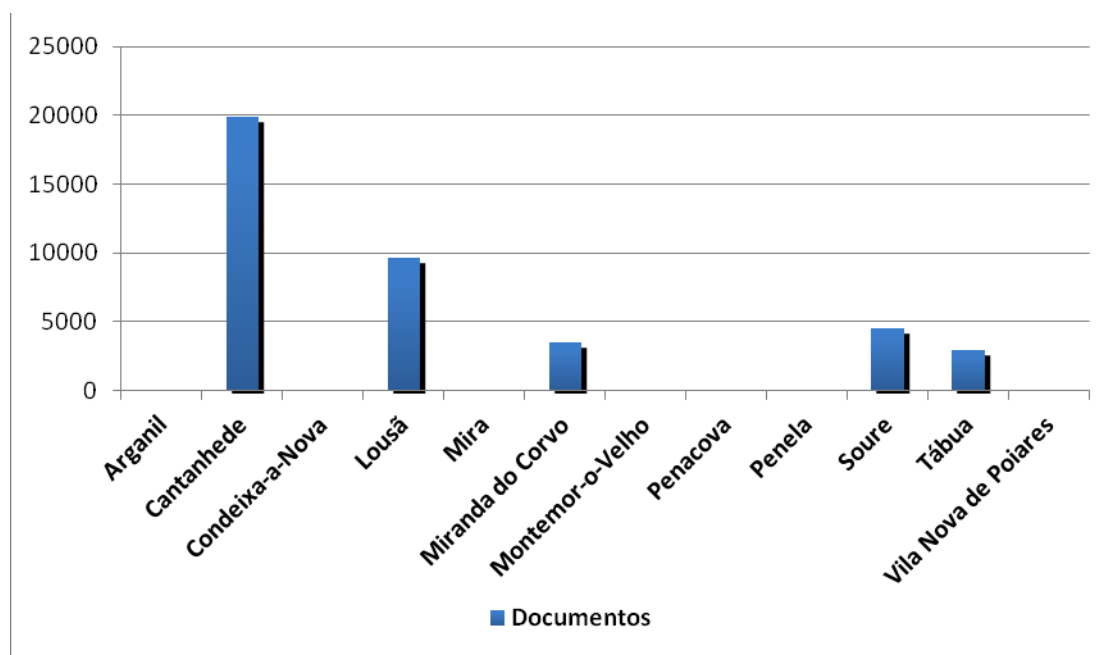
1998



1999

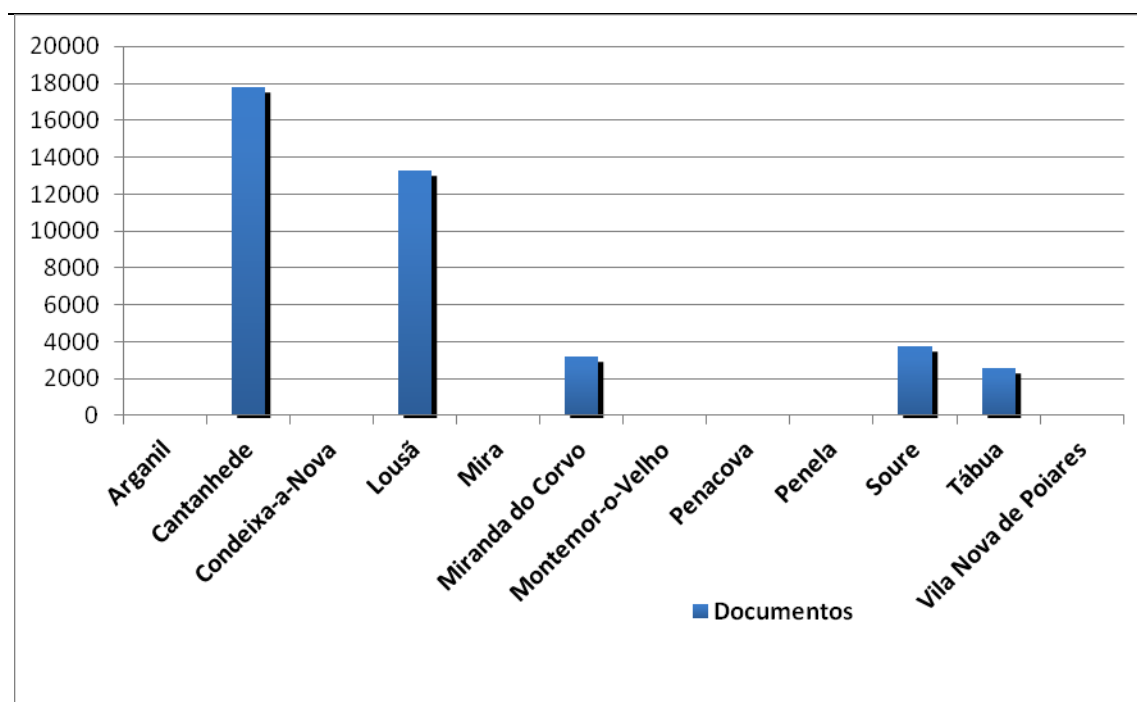


2002

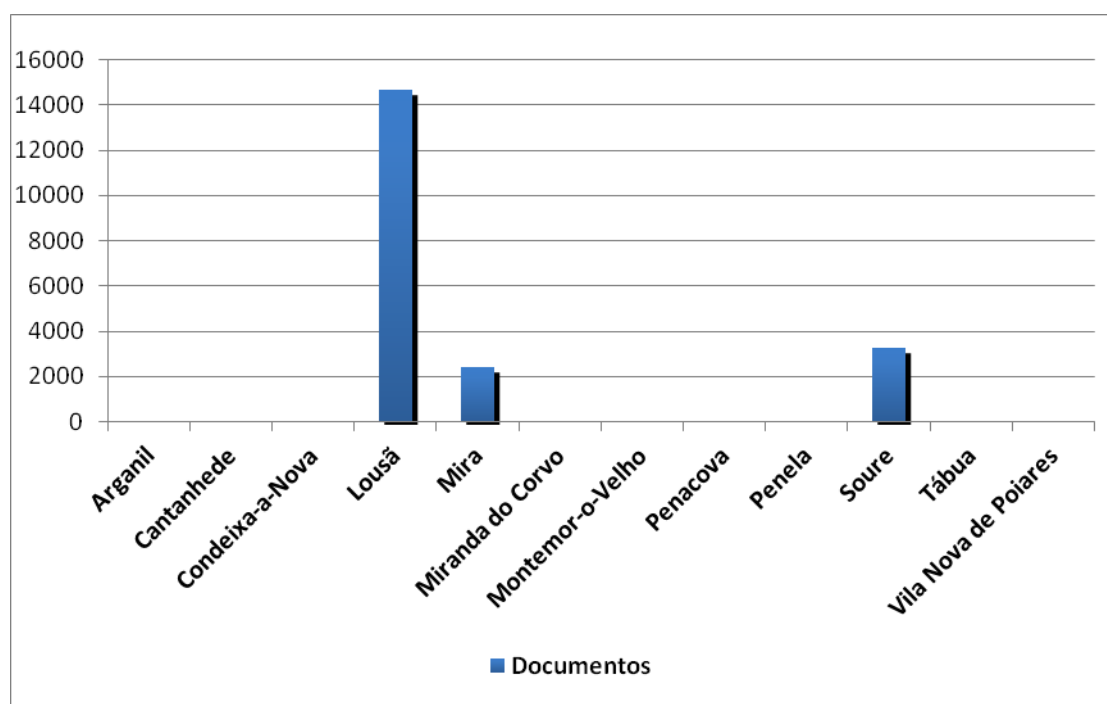


2003

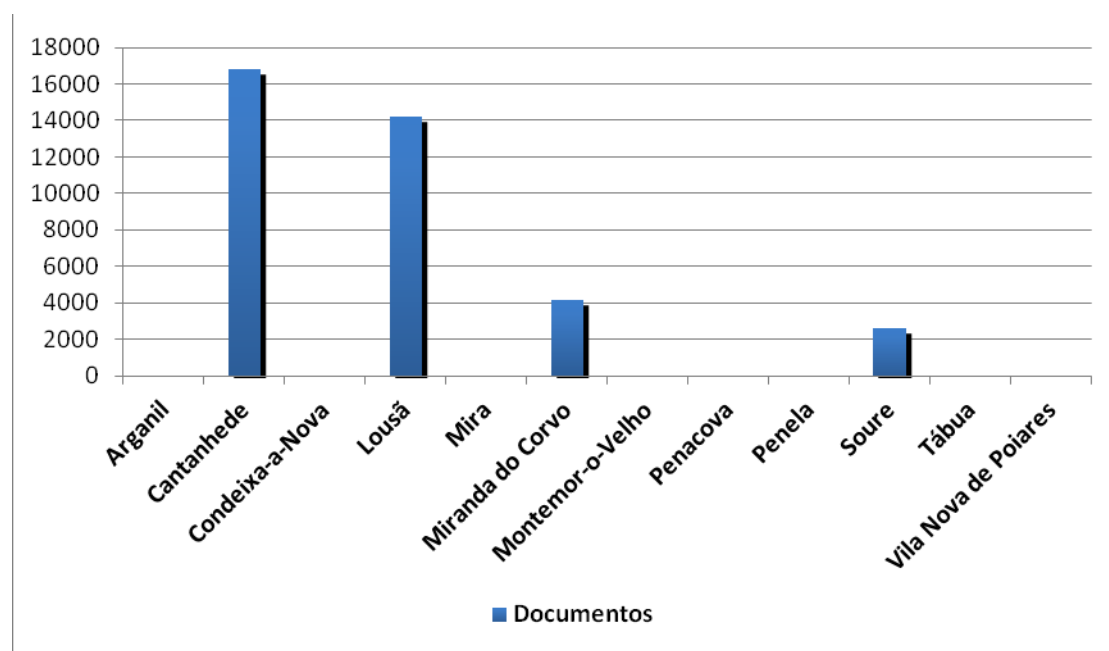
A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)



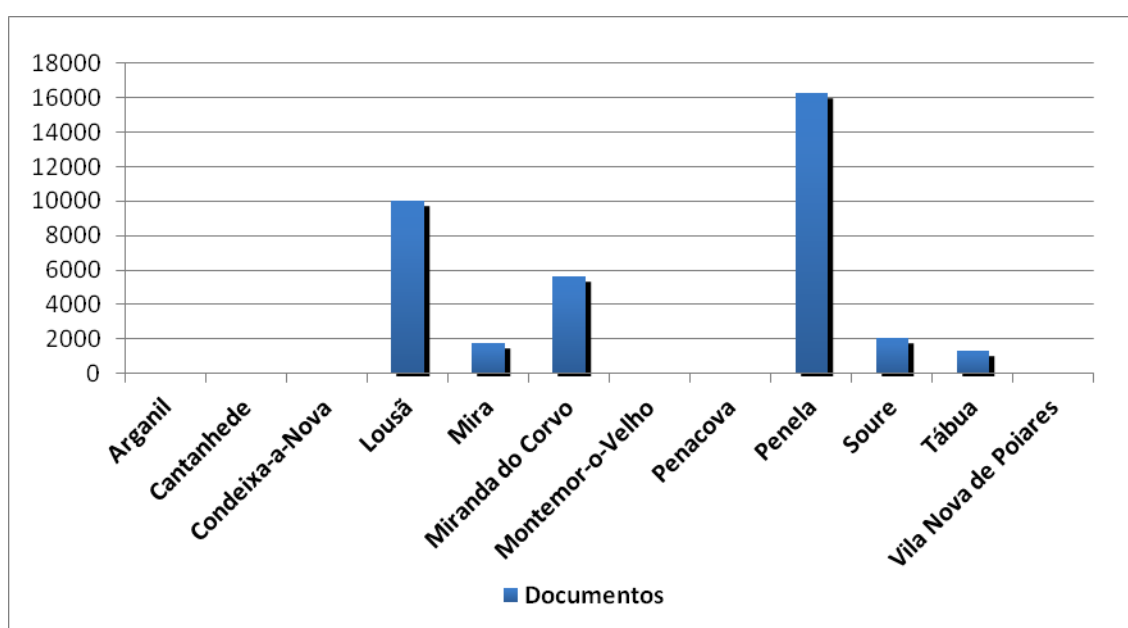
2004



2005

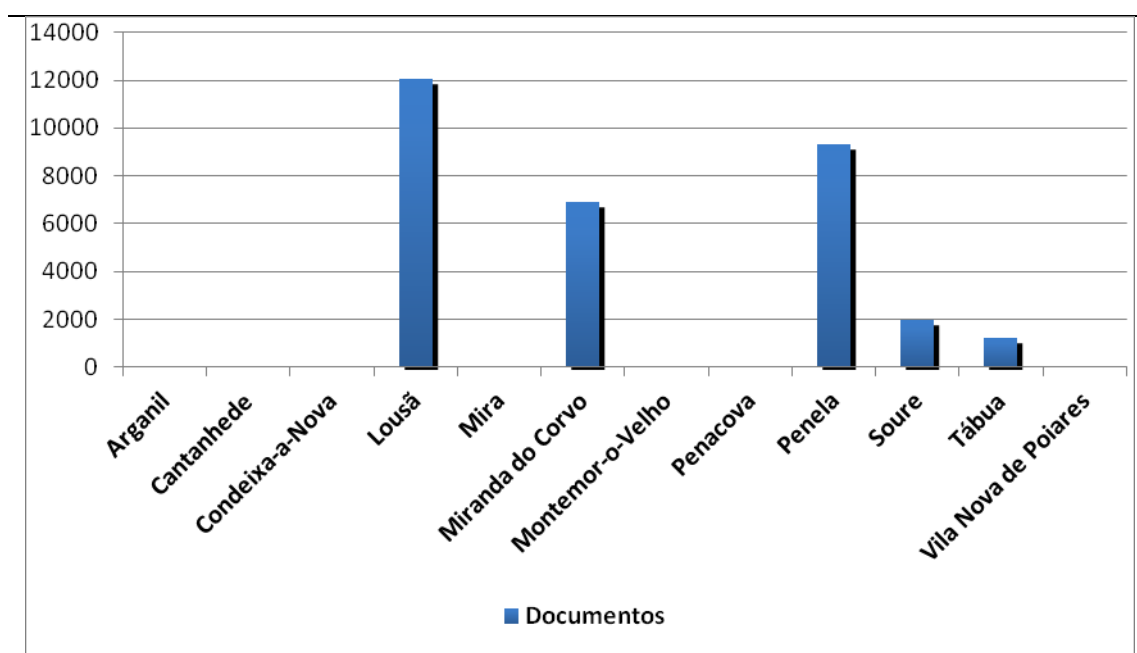


2007

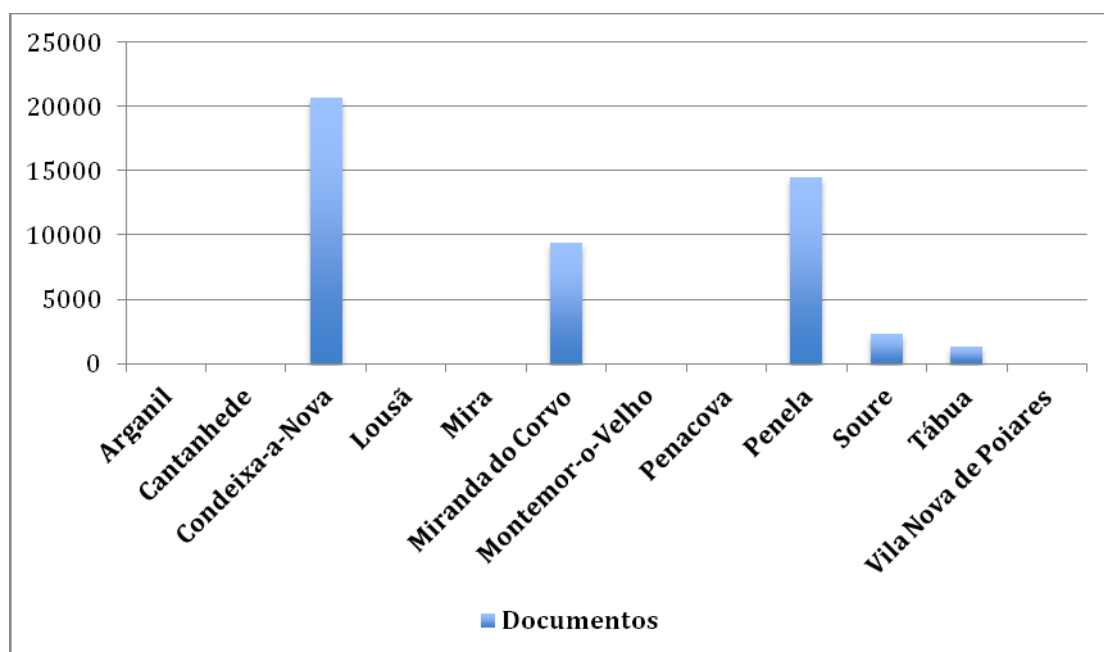


2008

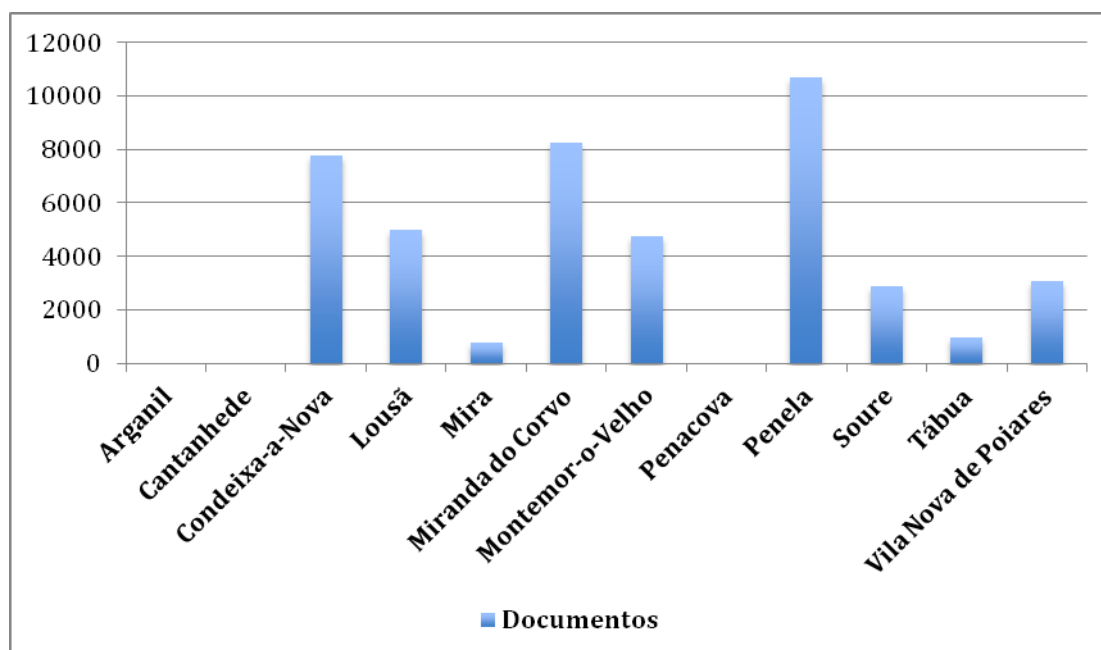
A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)



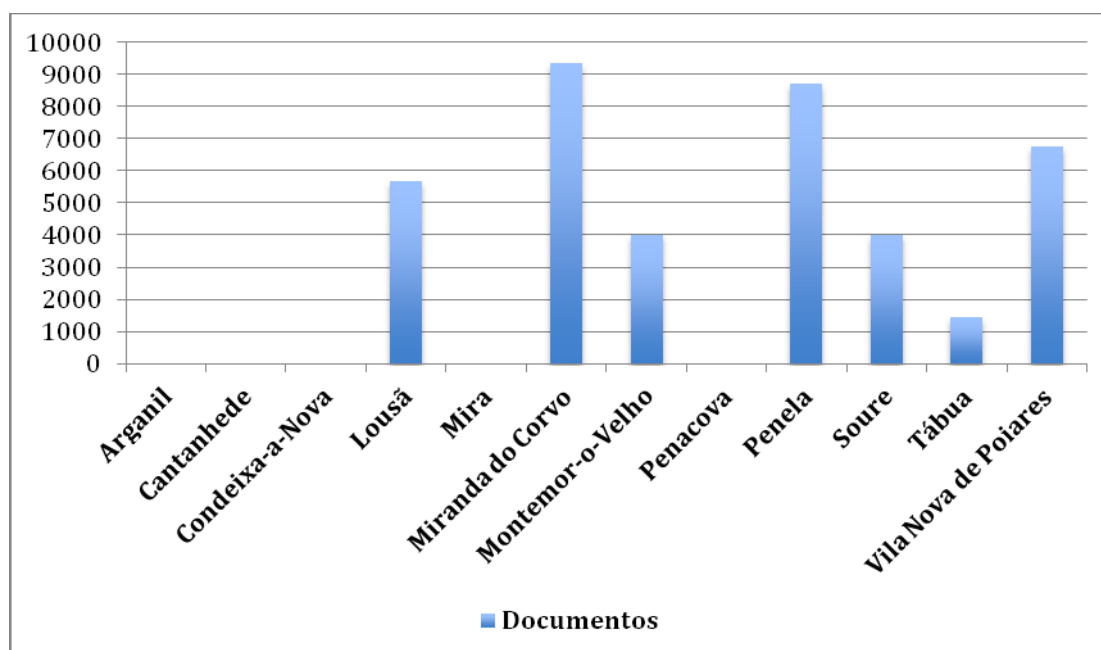
2009



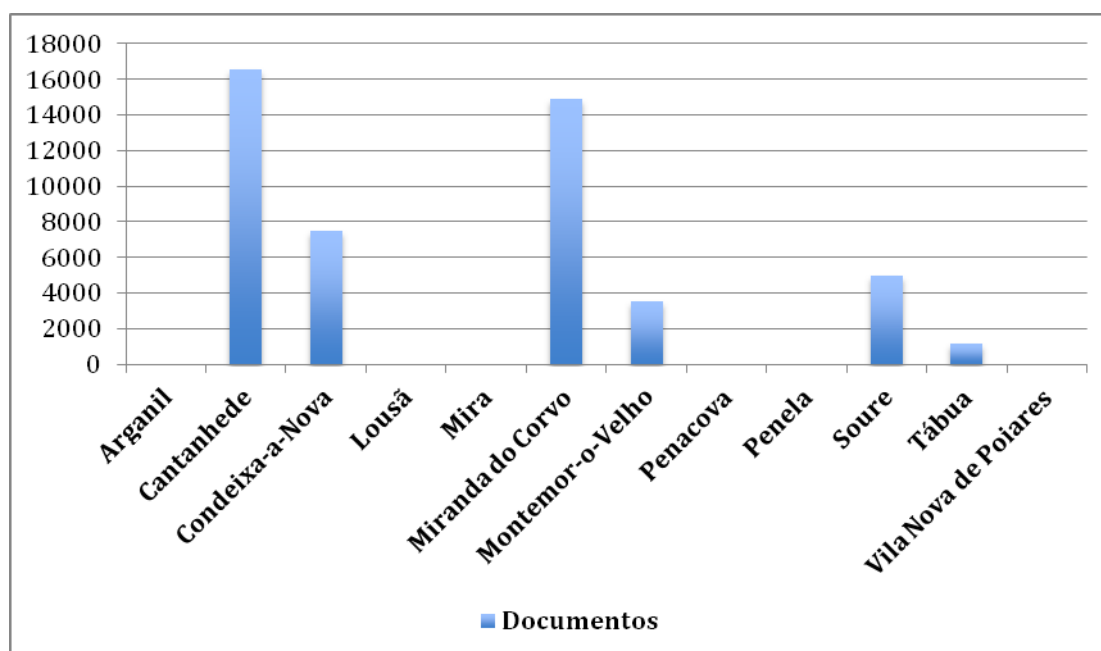
2010



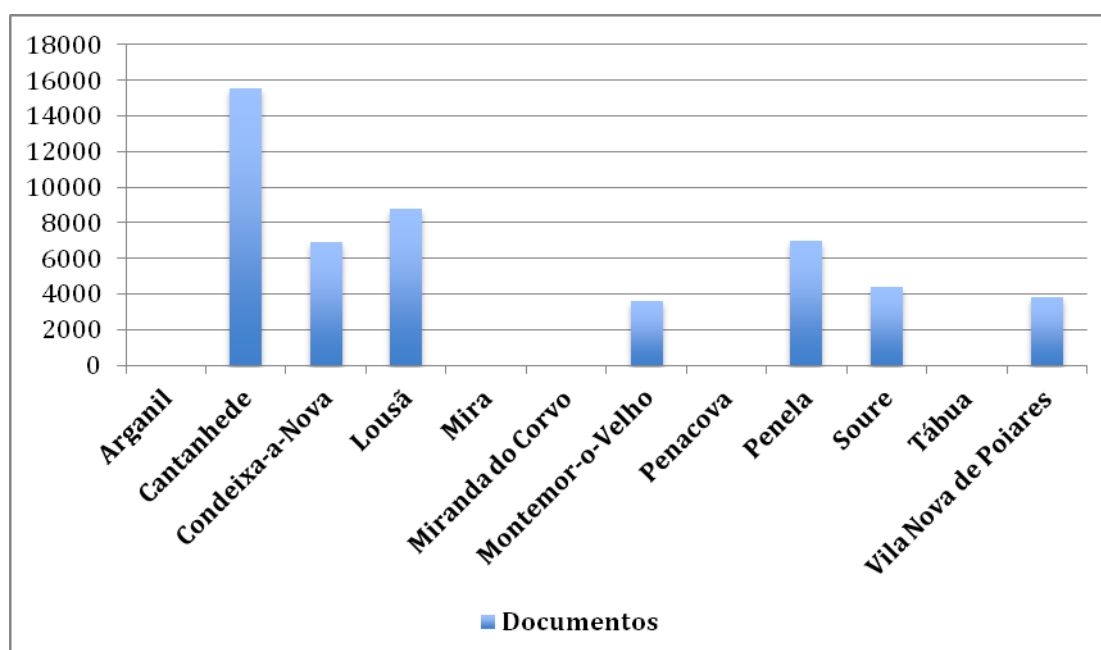
2011



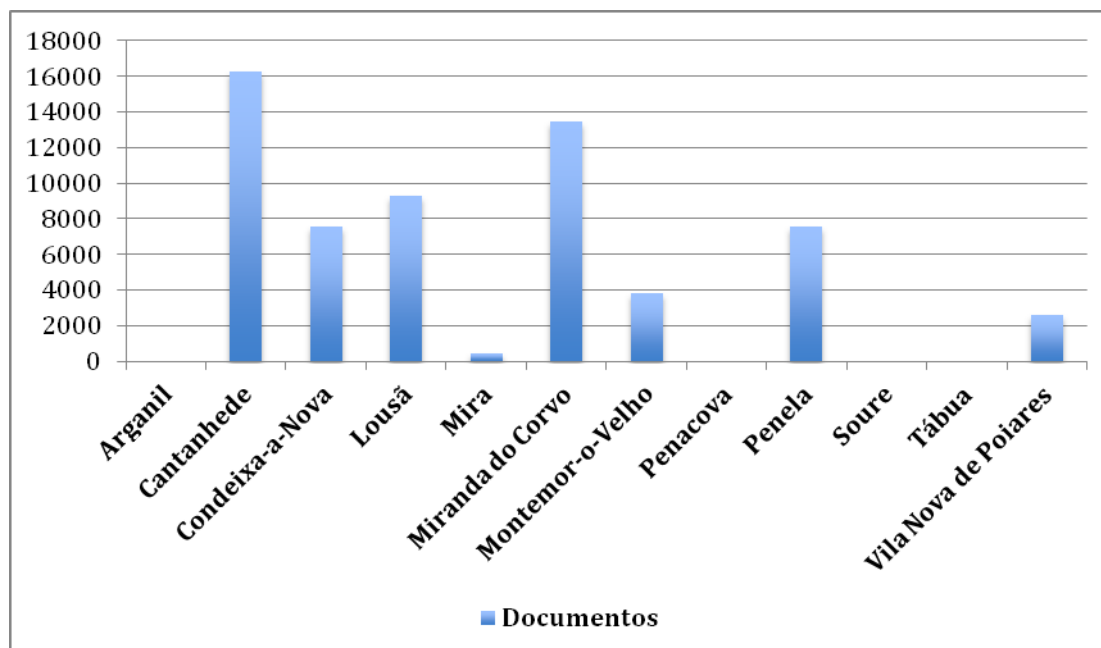
2012



2013



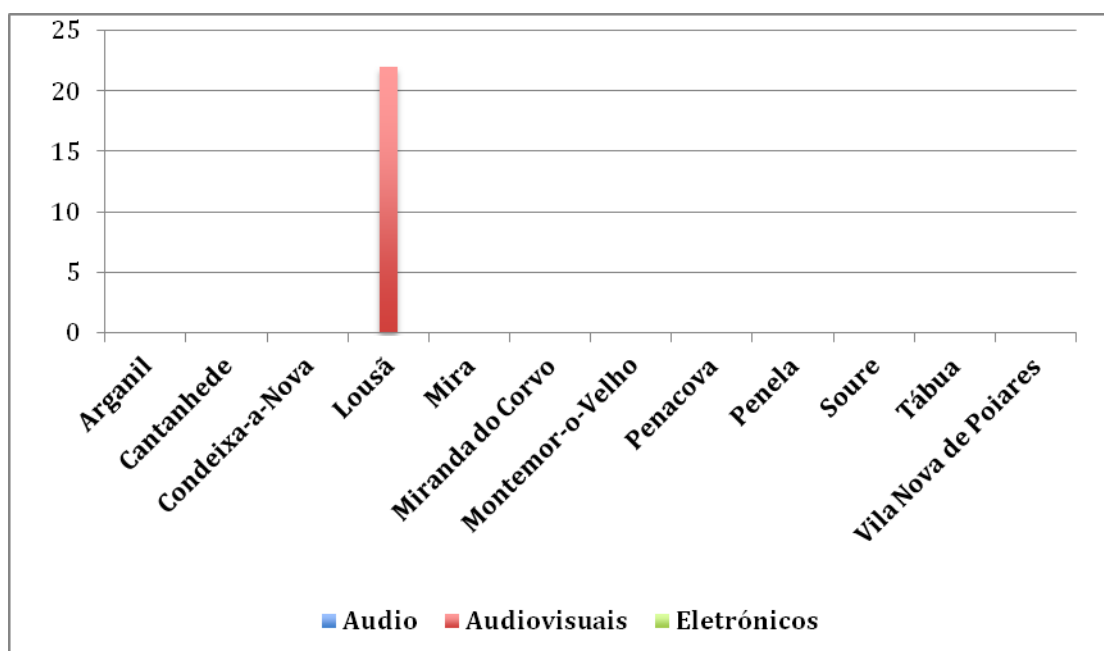
2014



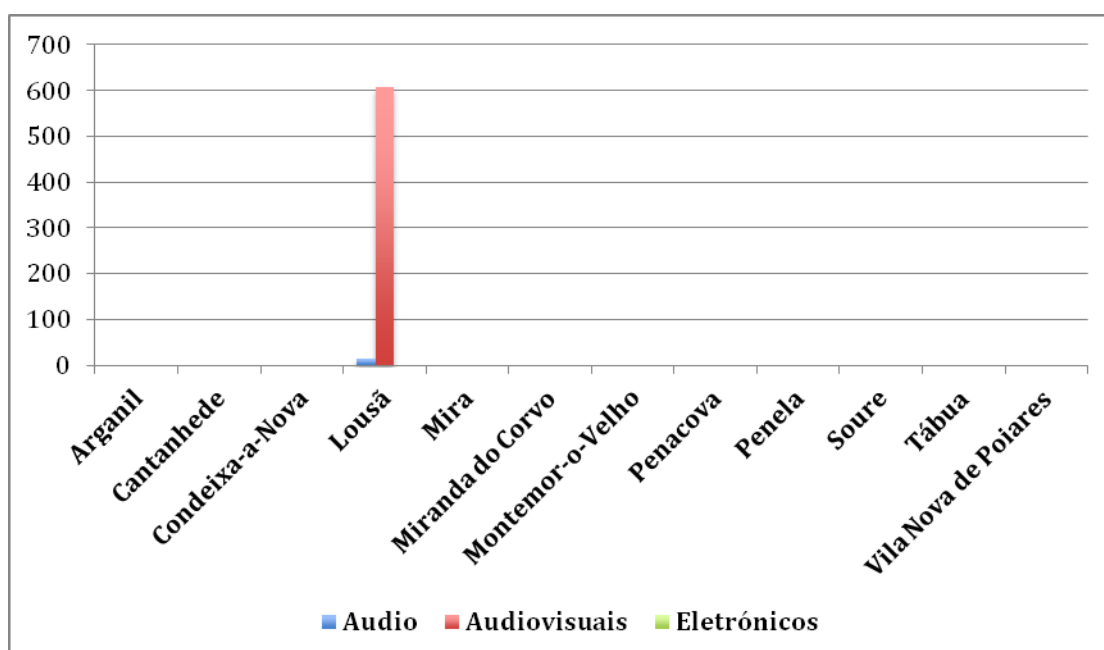
Dados referentes a:

TOTAL DE OUTROS DOCUMENTOS EMPRESTADOS (EXEMPLARES)

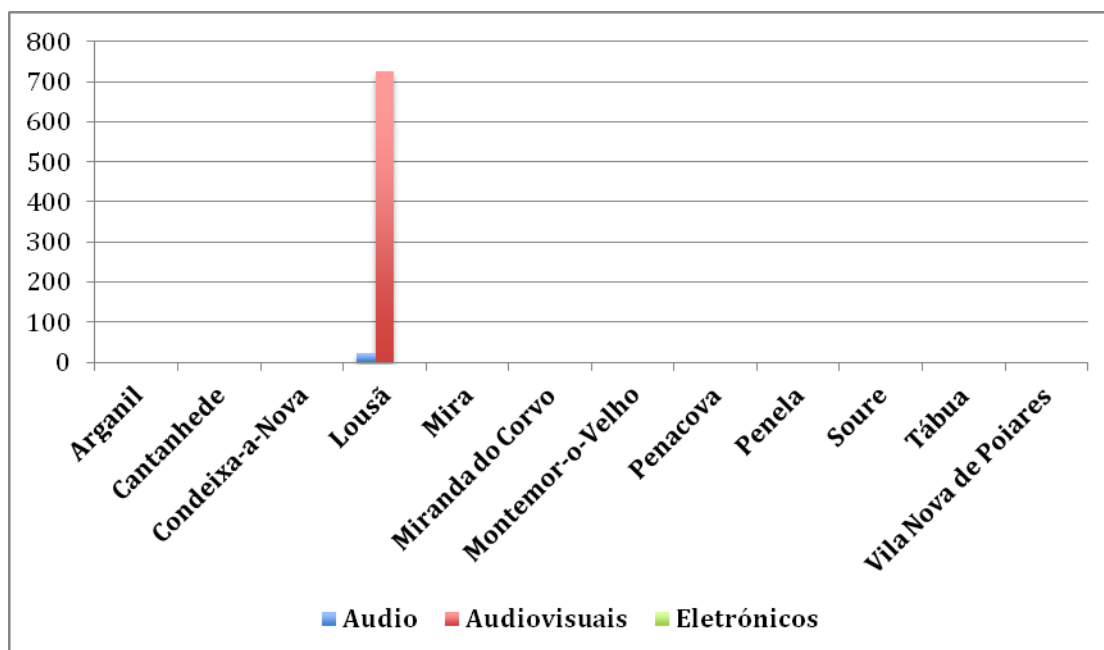
1992



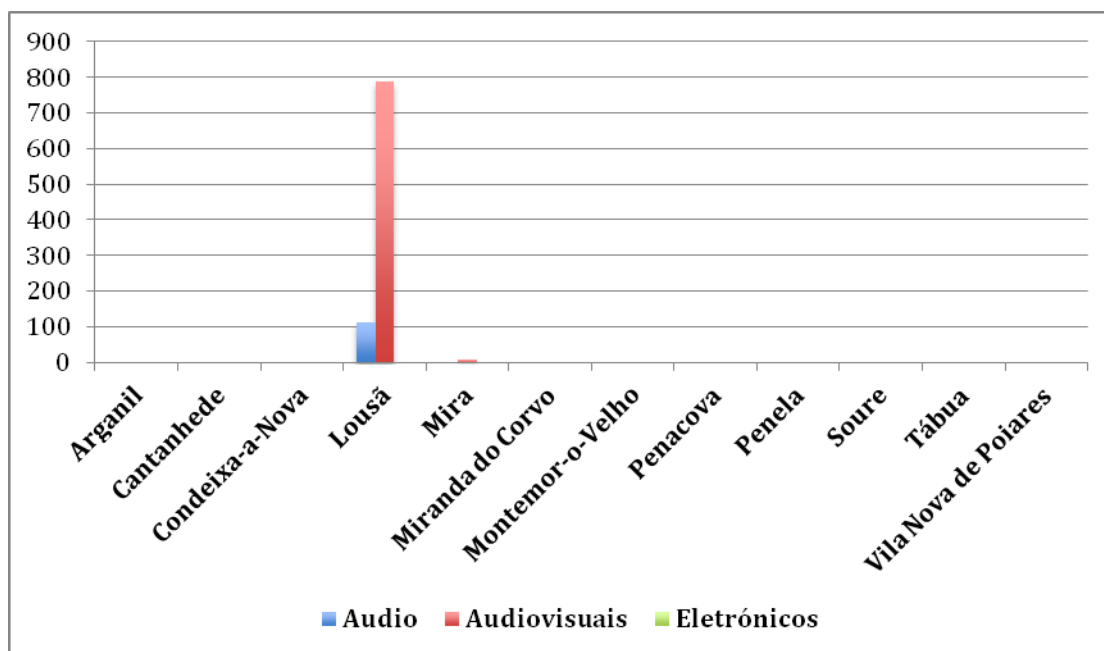
1994



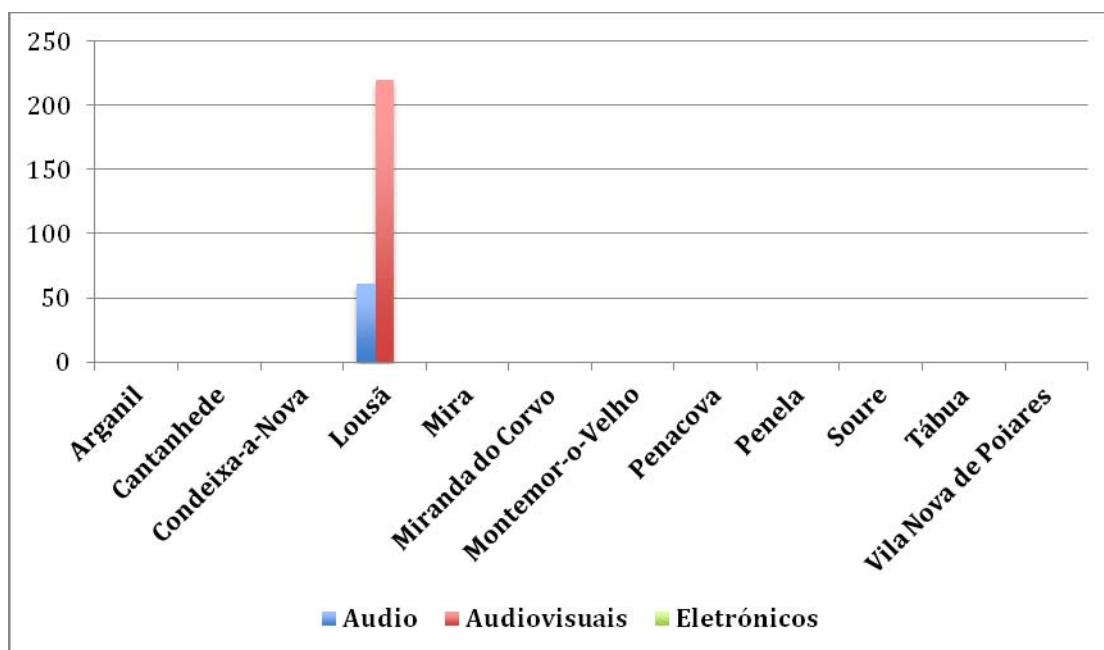
1995



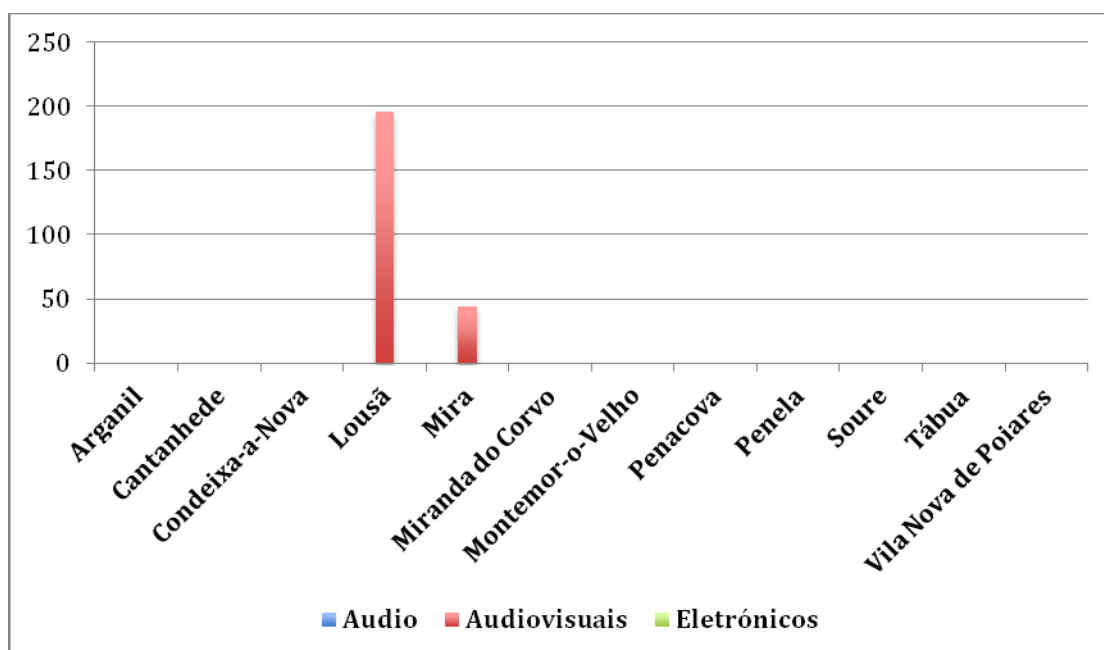
1996



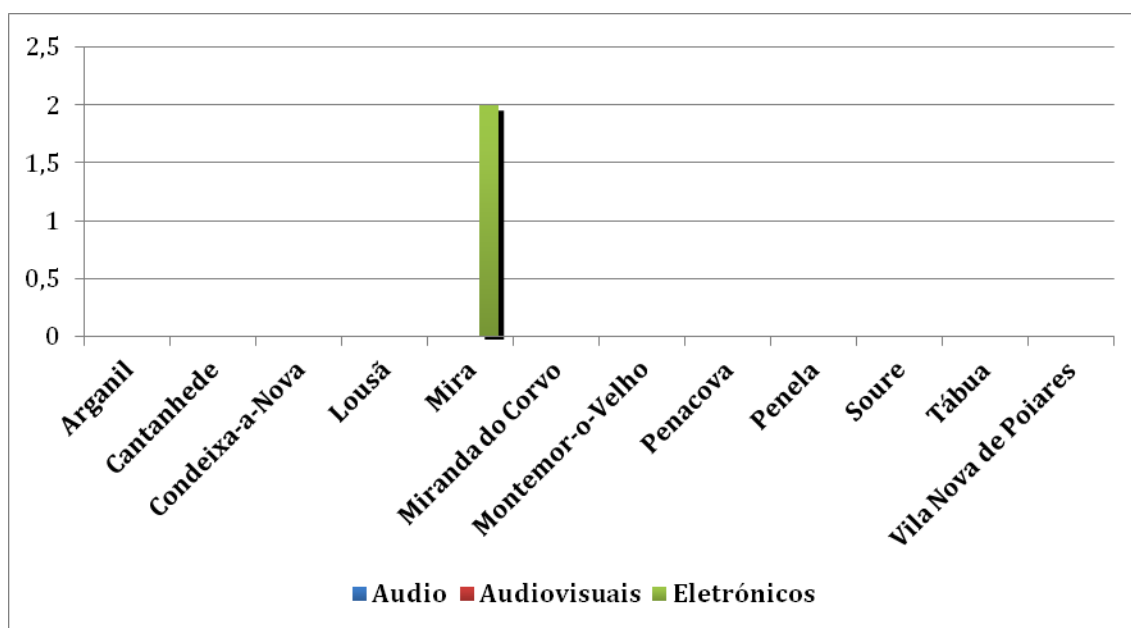
1997



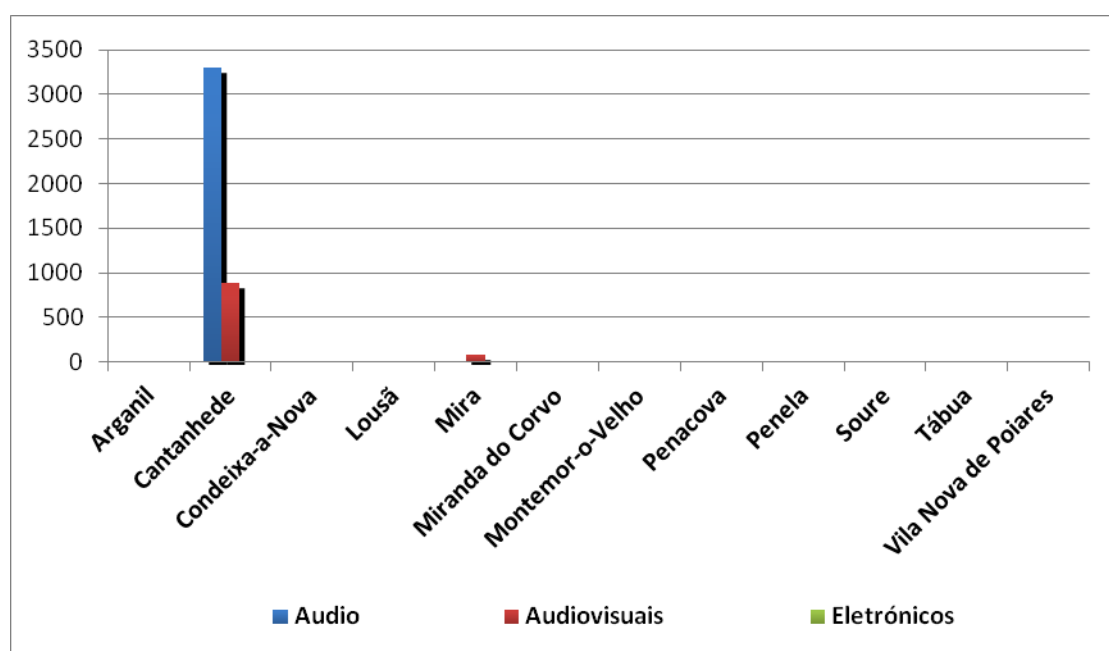
1998



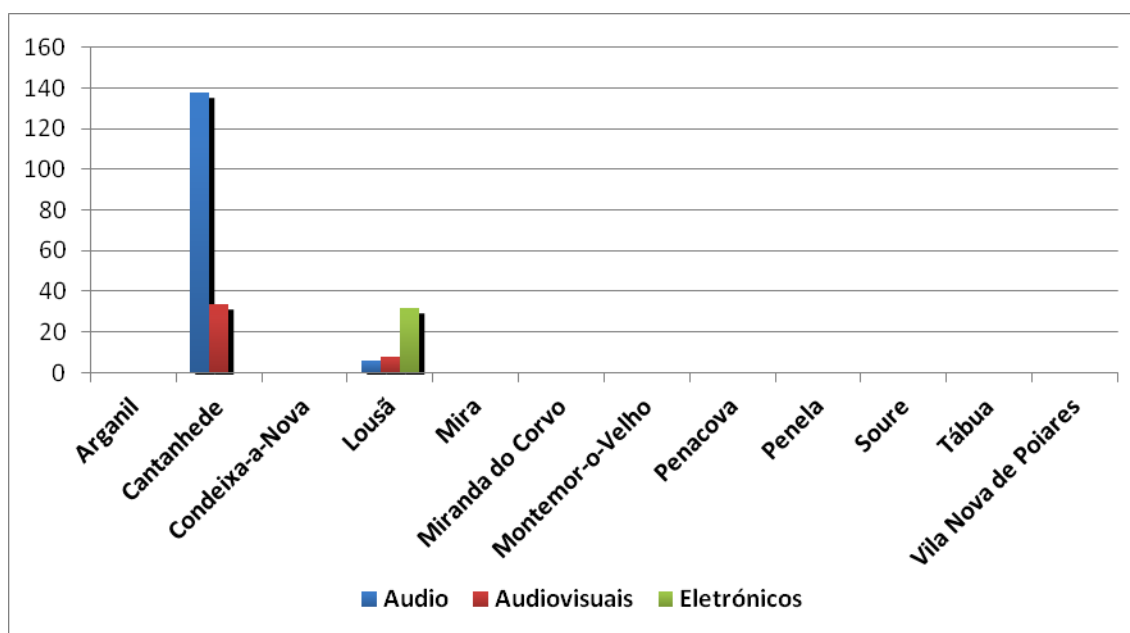
1999



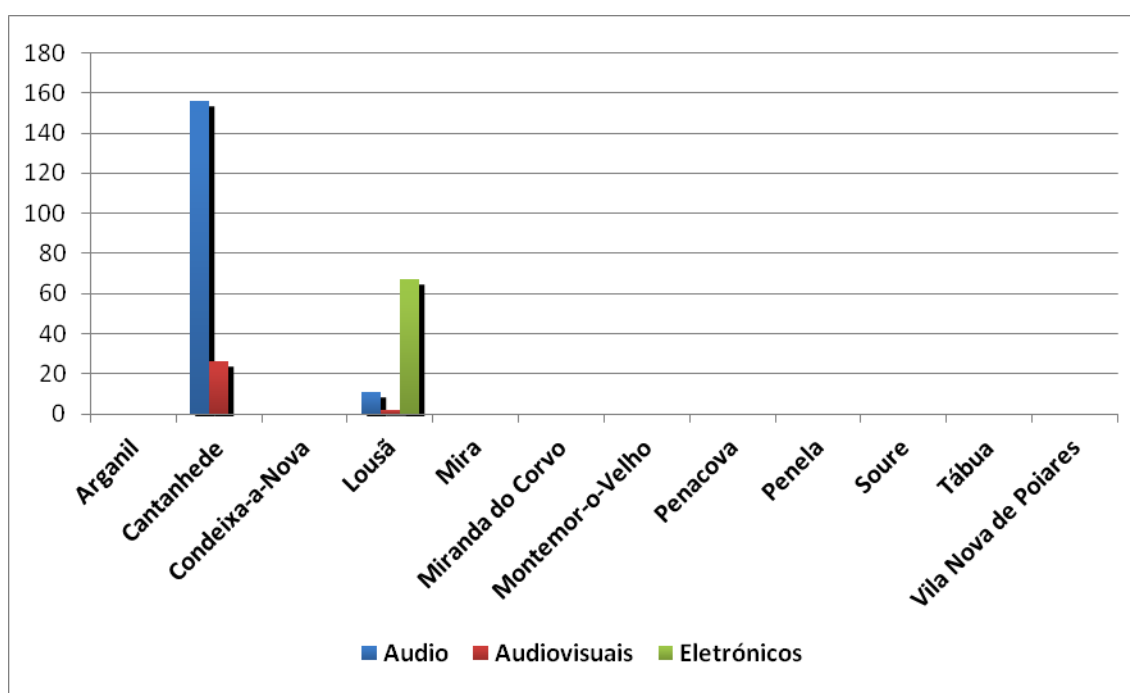
2001



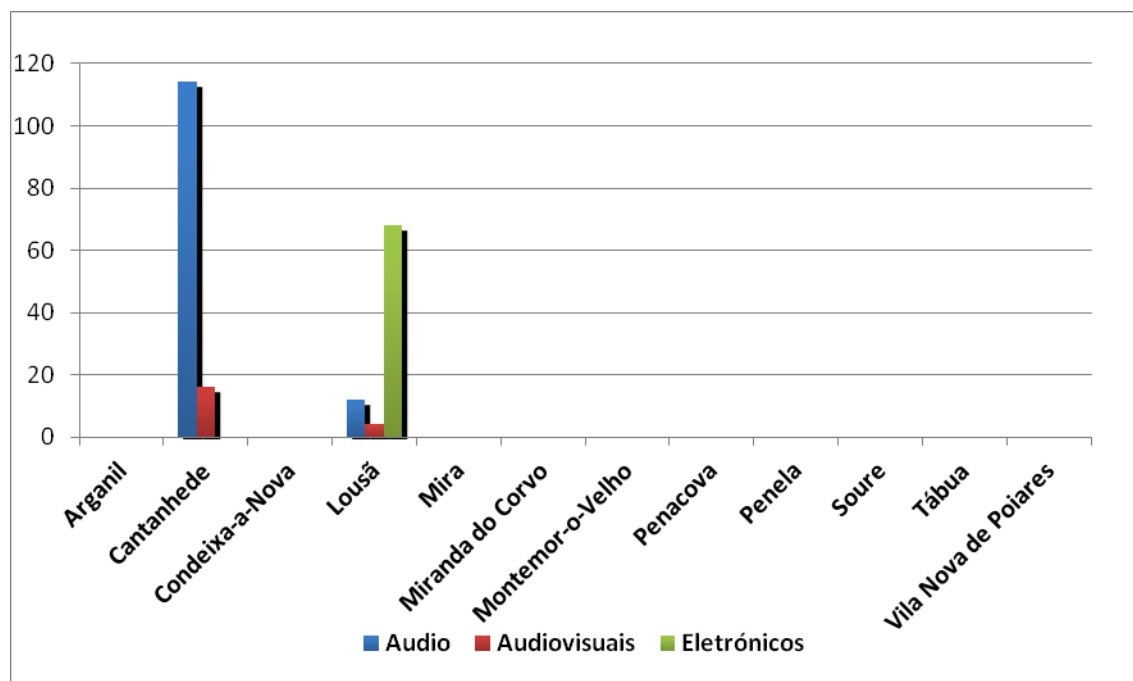
2002



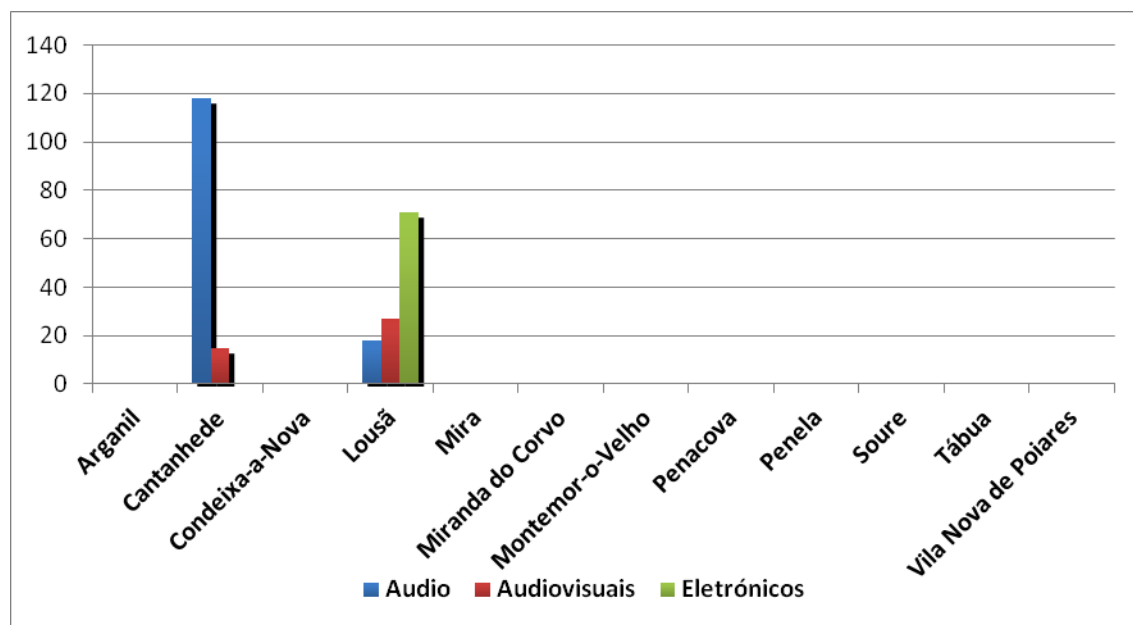
2003



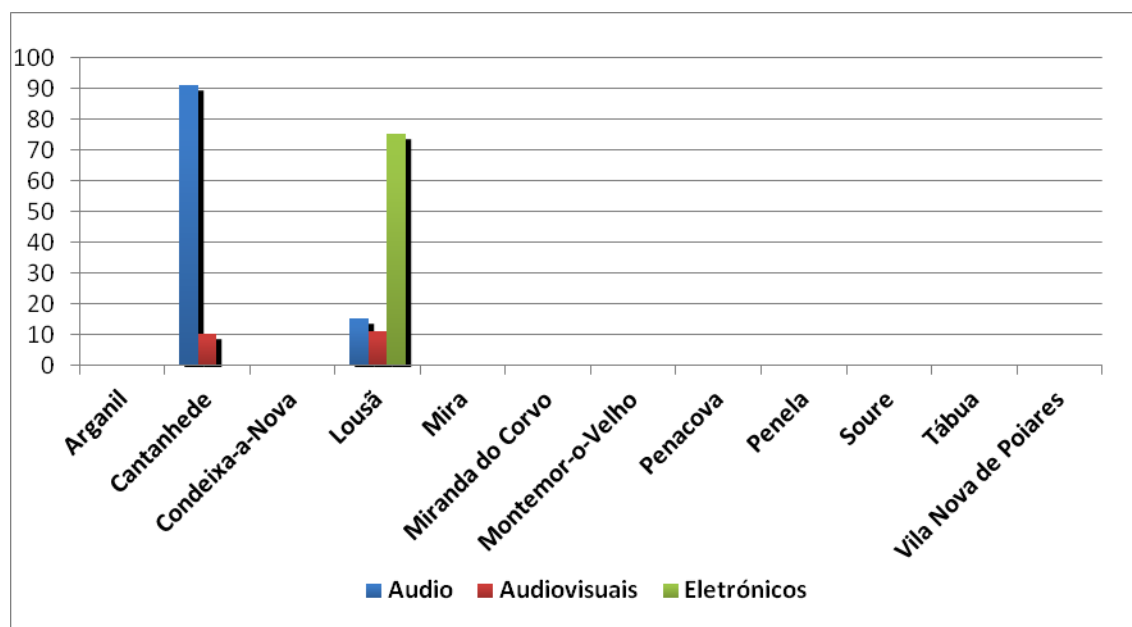
2004



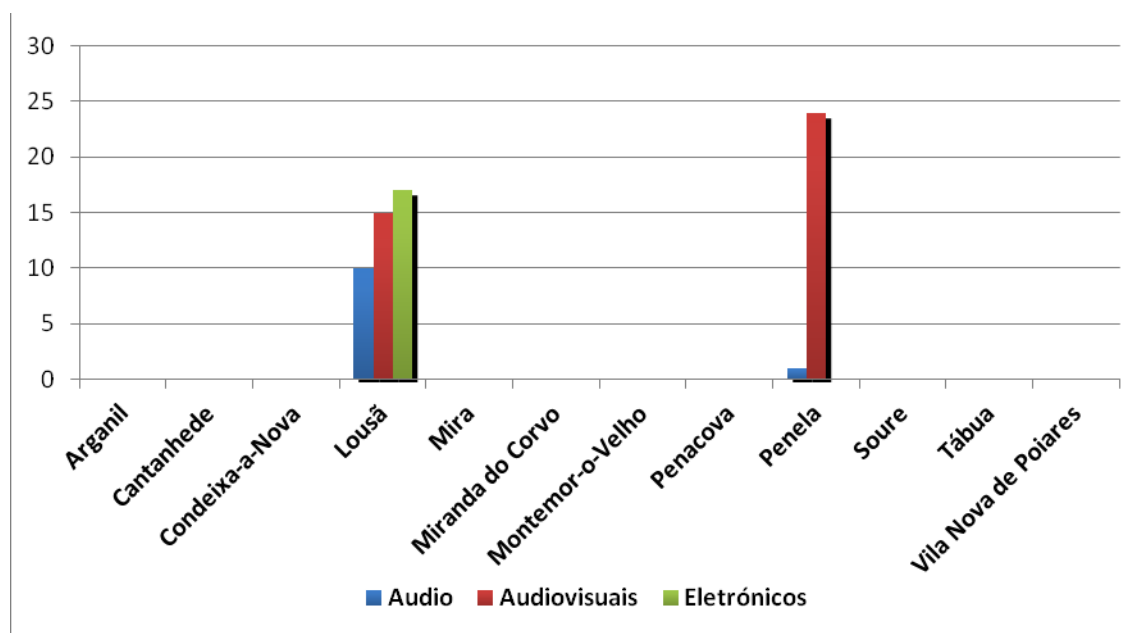
2005



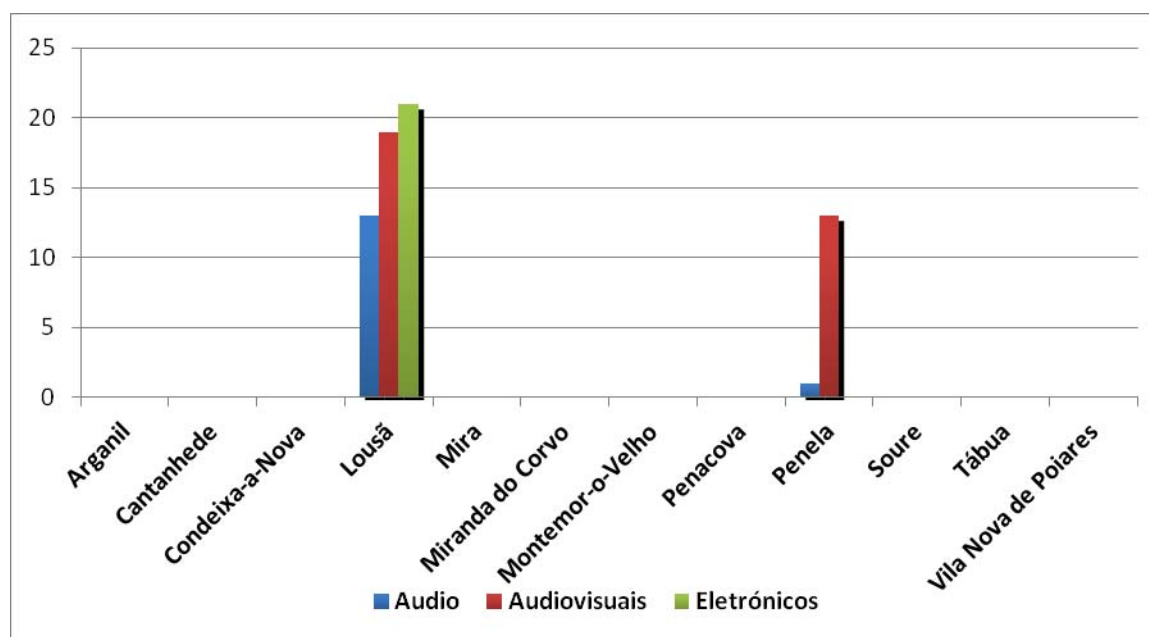
2006



2007

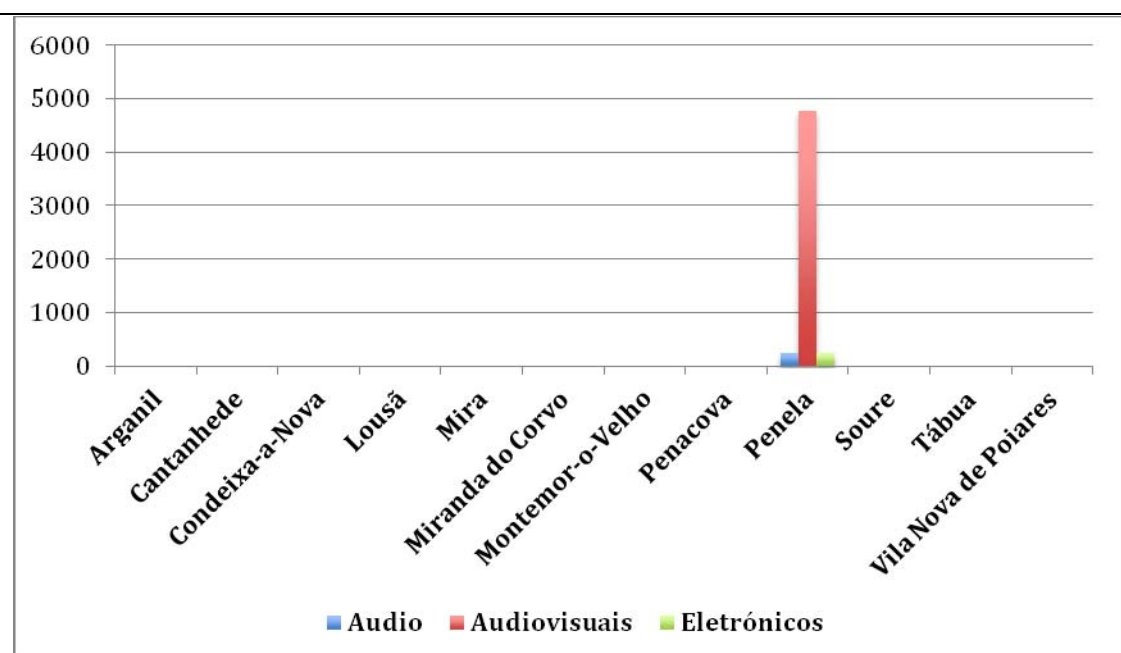


2008

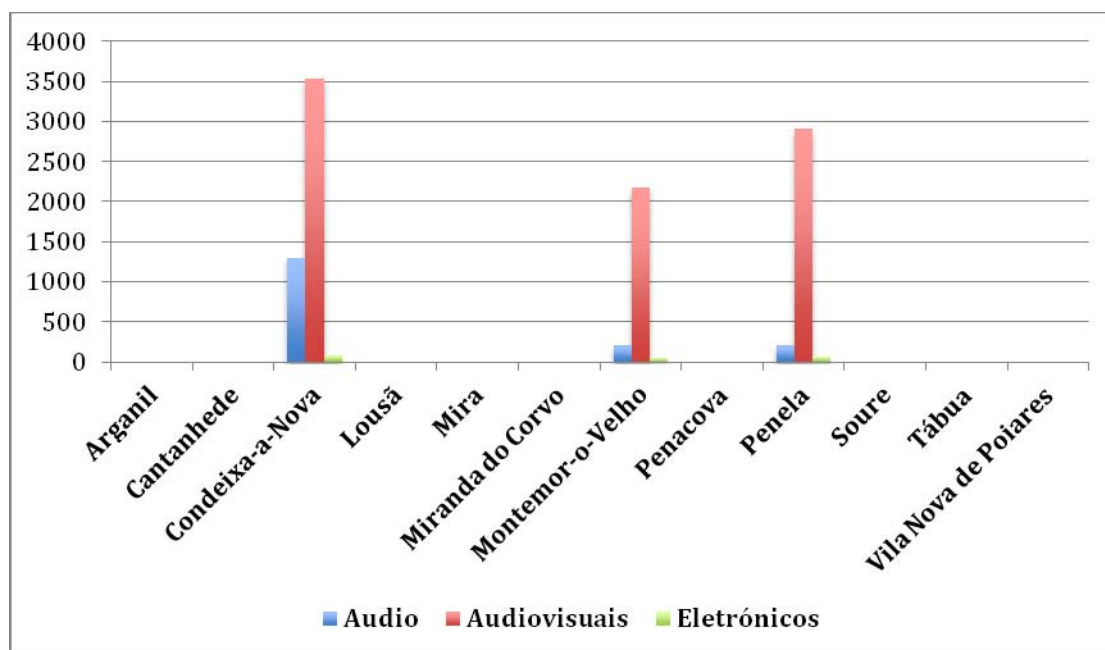


2009

A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)

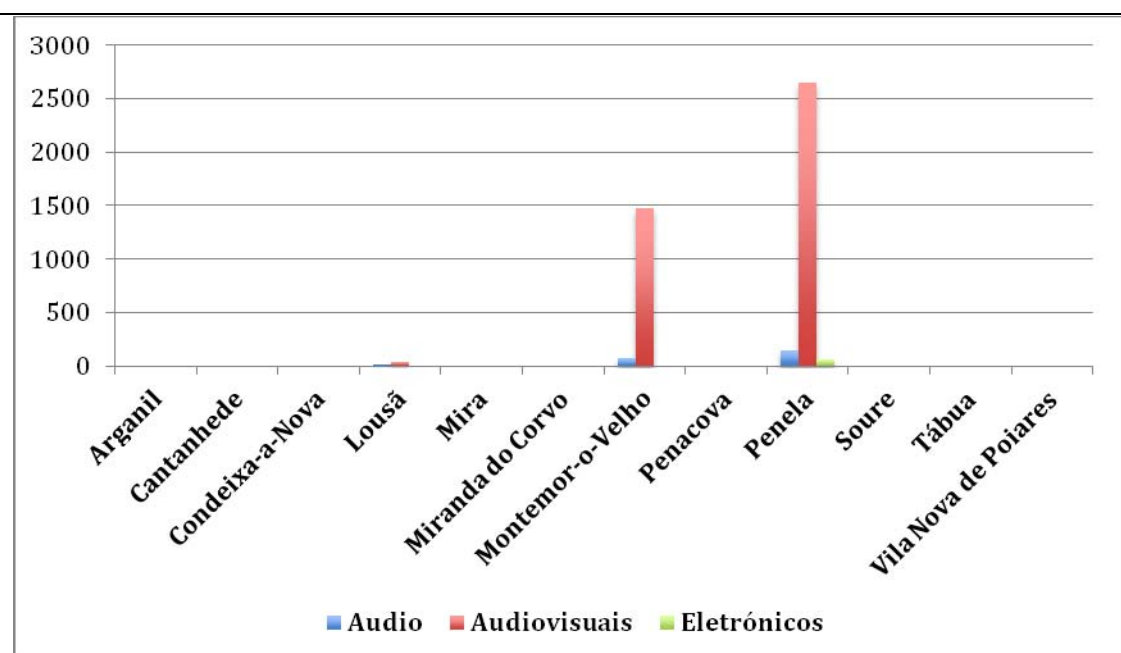


2010

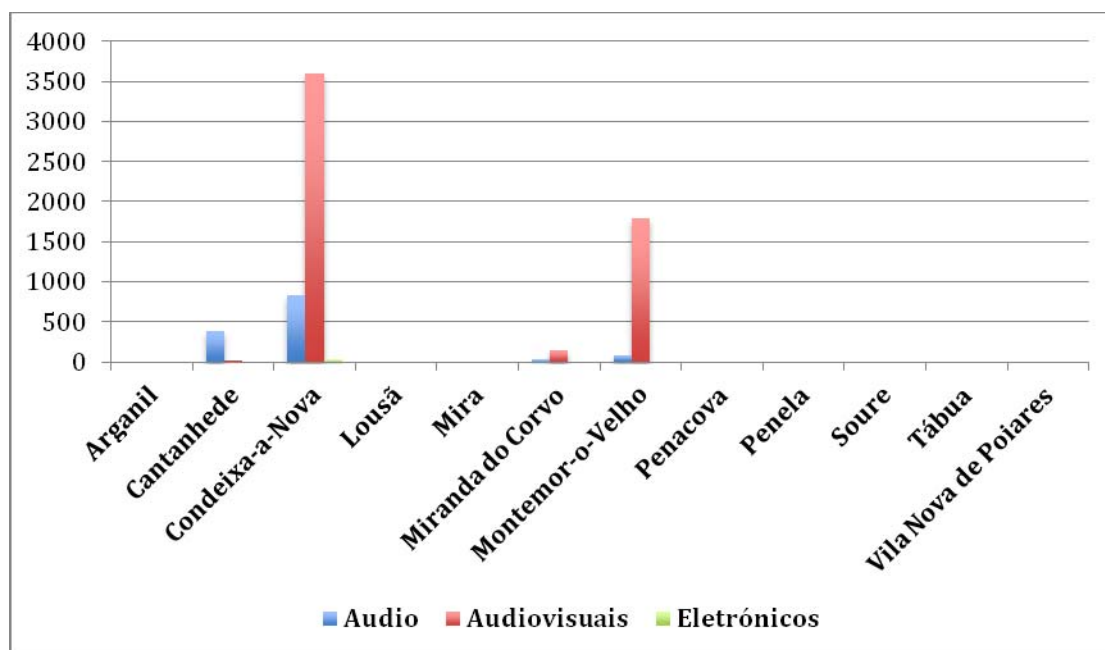


2011

A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)

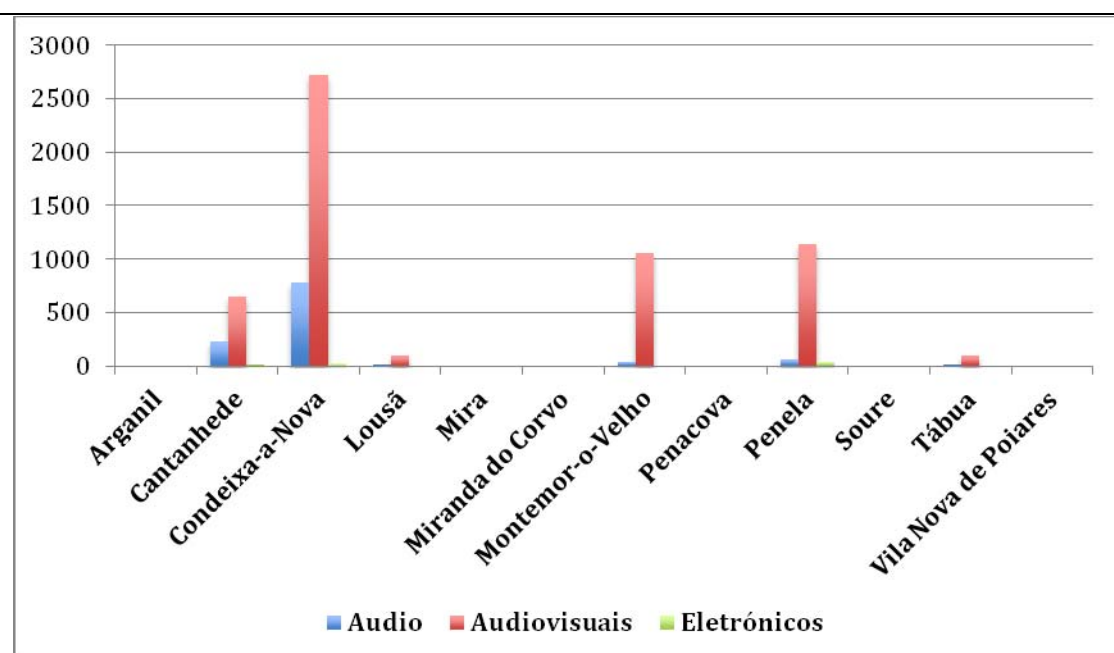


2012

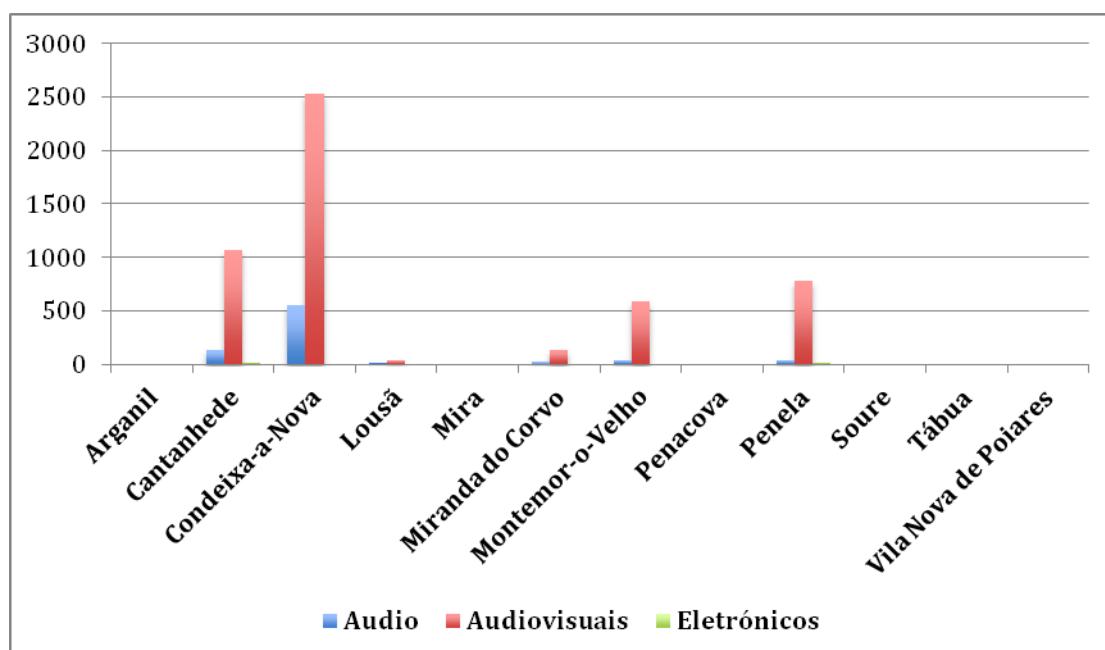


2013

A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)



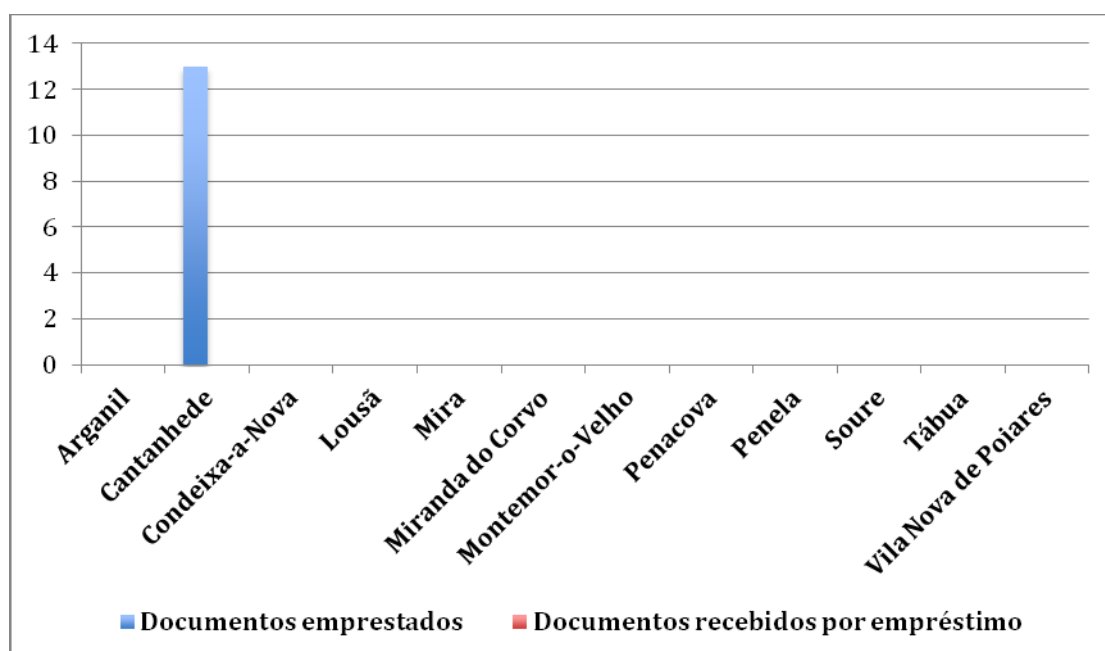
2014



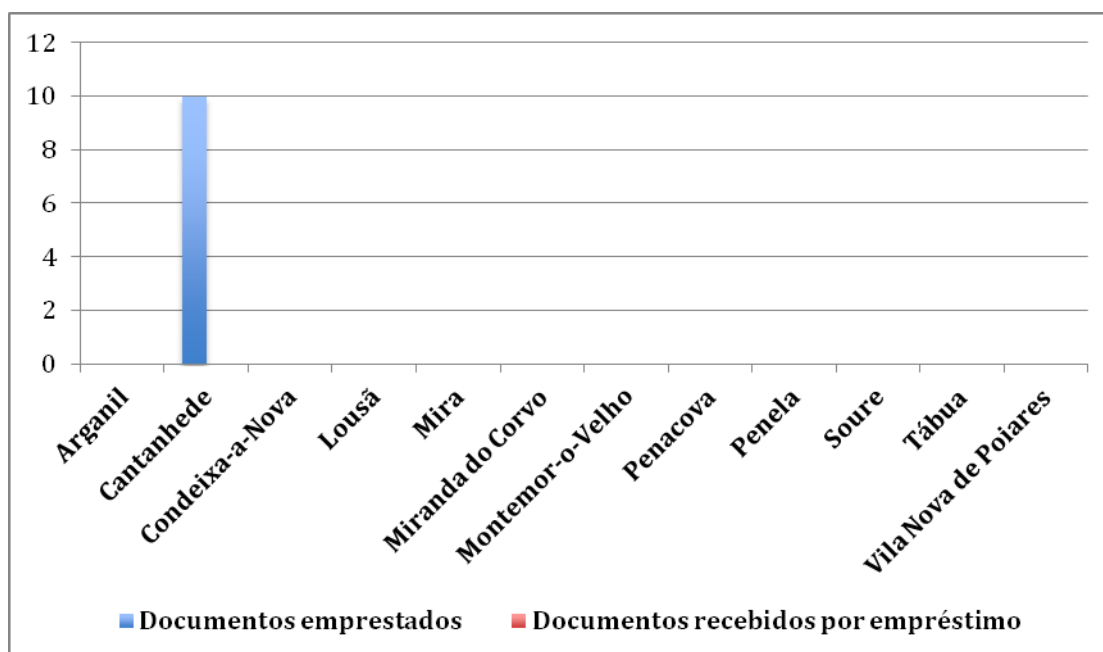
Dados referentes a:

EMPRÉSTIMO ENTRE BIBLIOTECAS

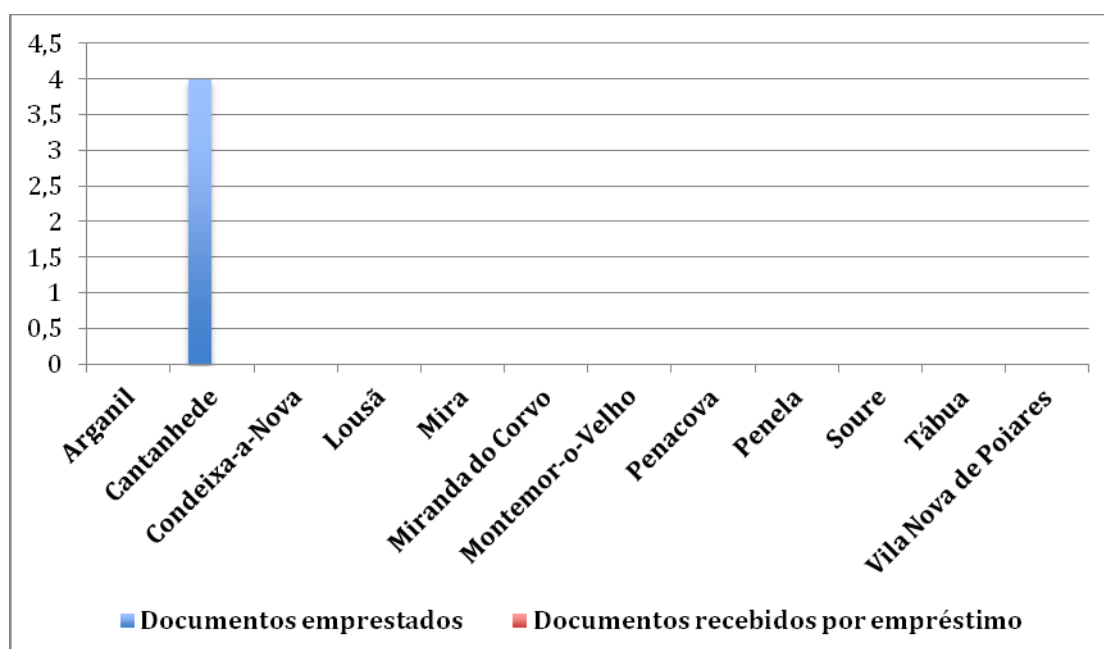
1996



1997

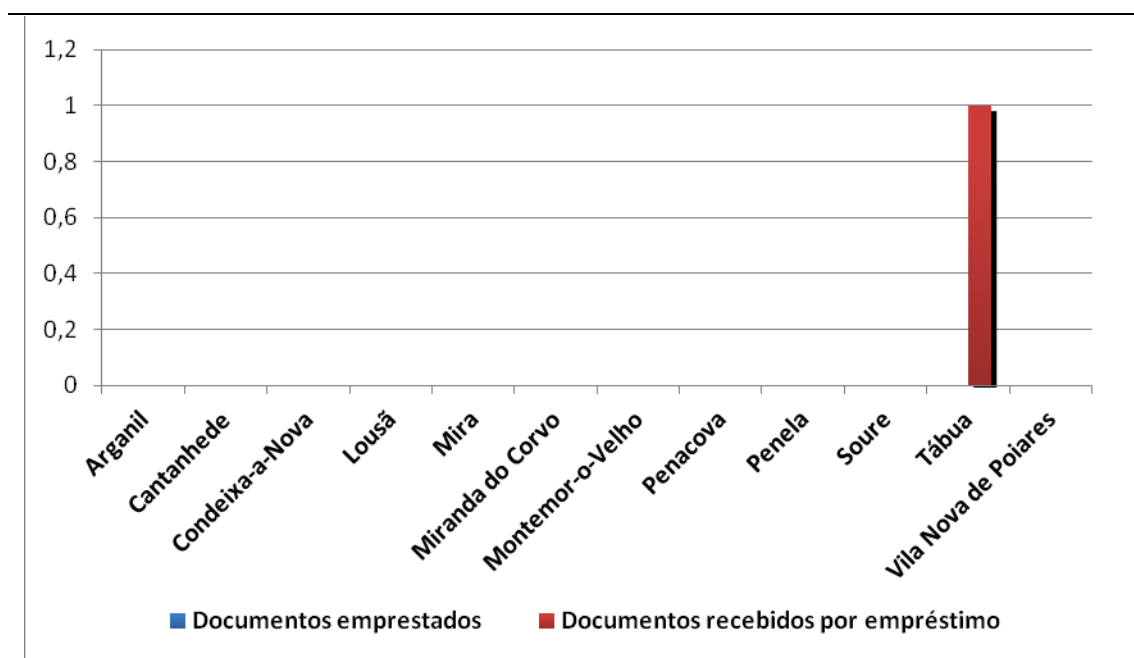


1998

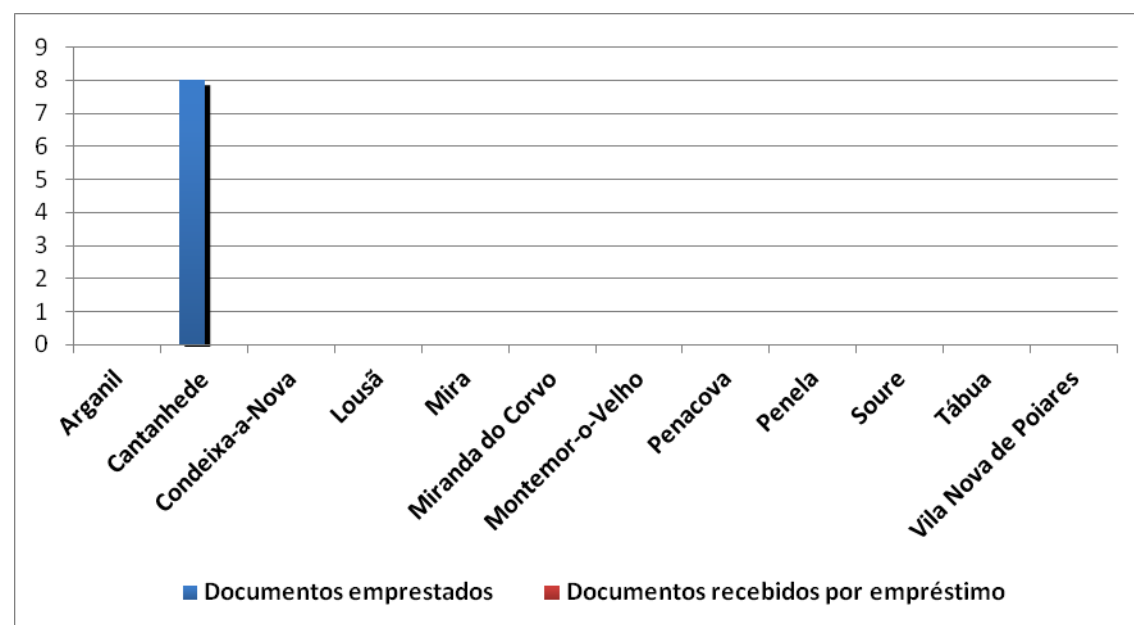


2002

A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)

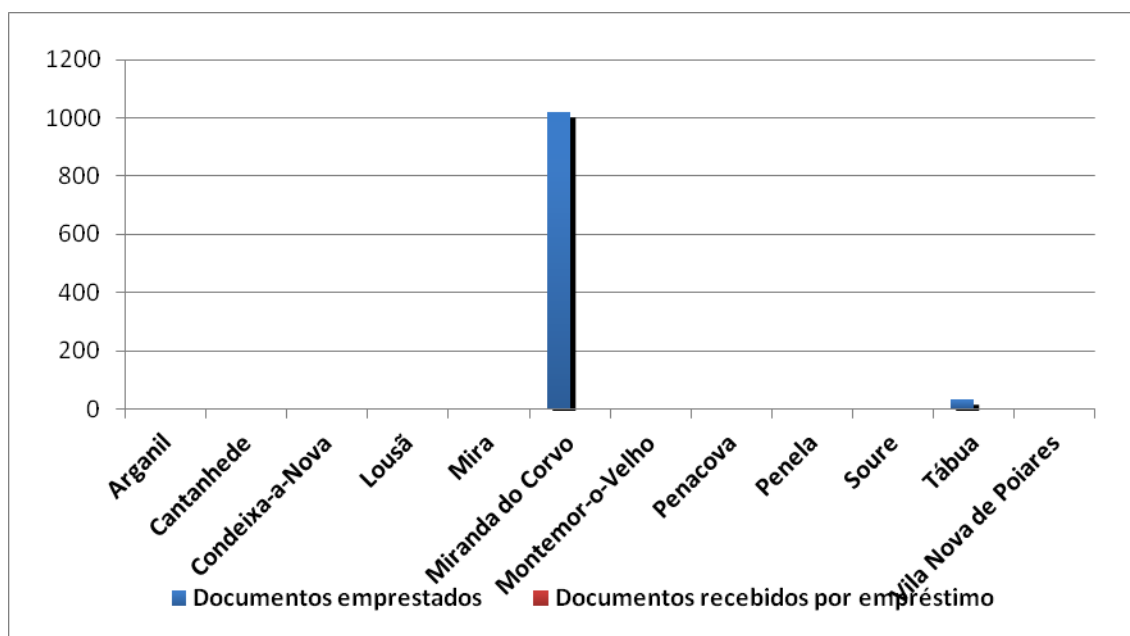


2006

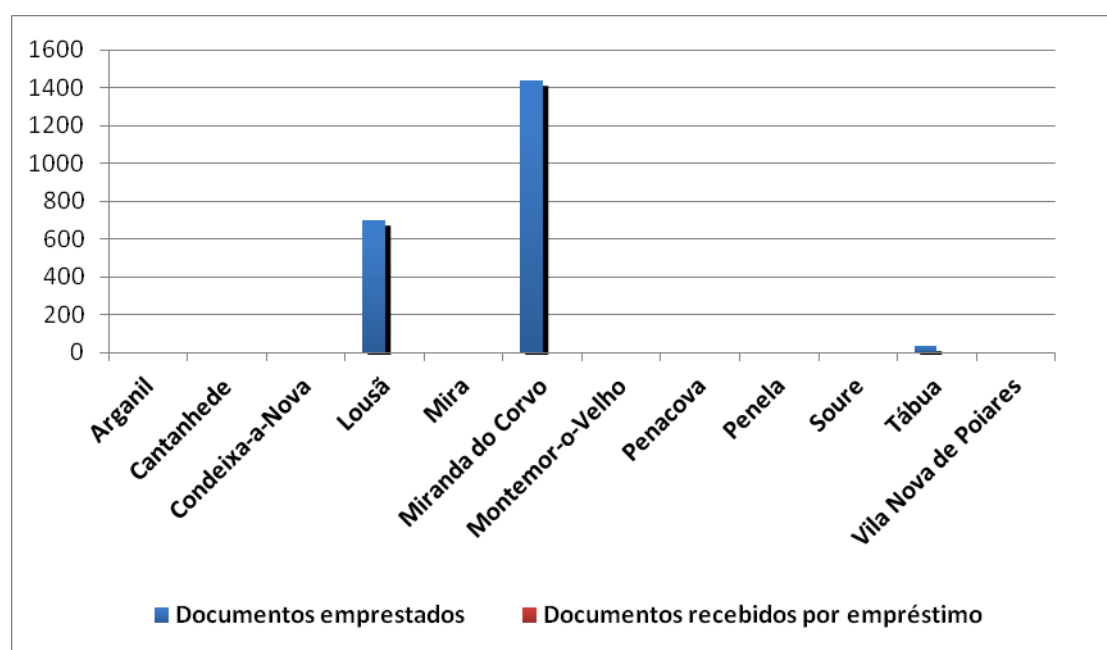


2007

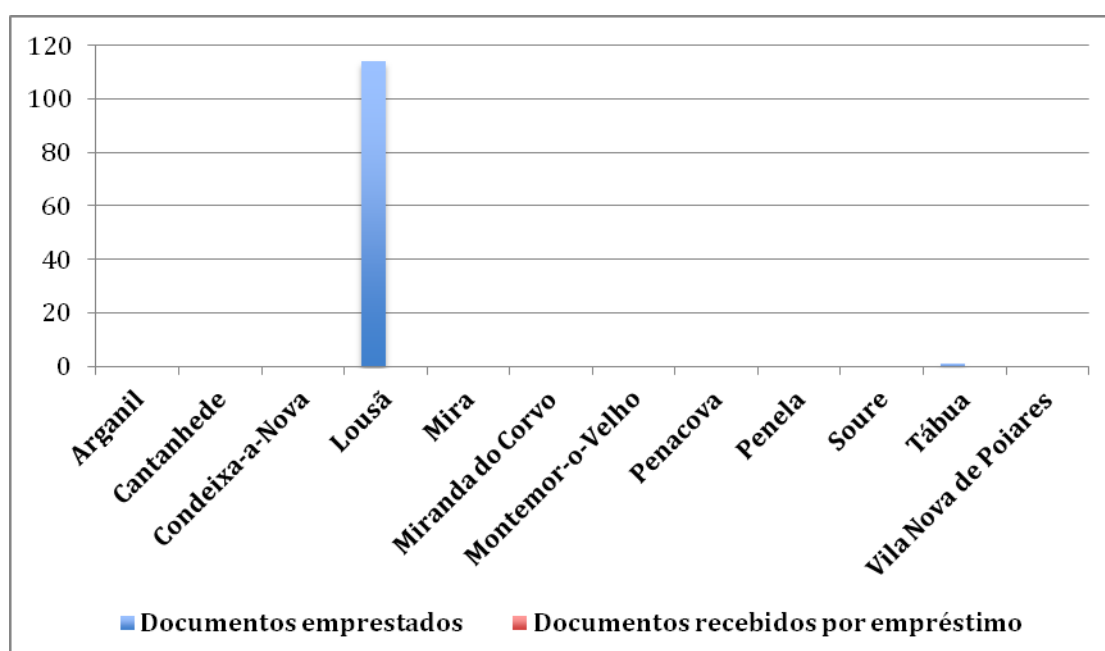
A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)



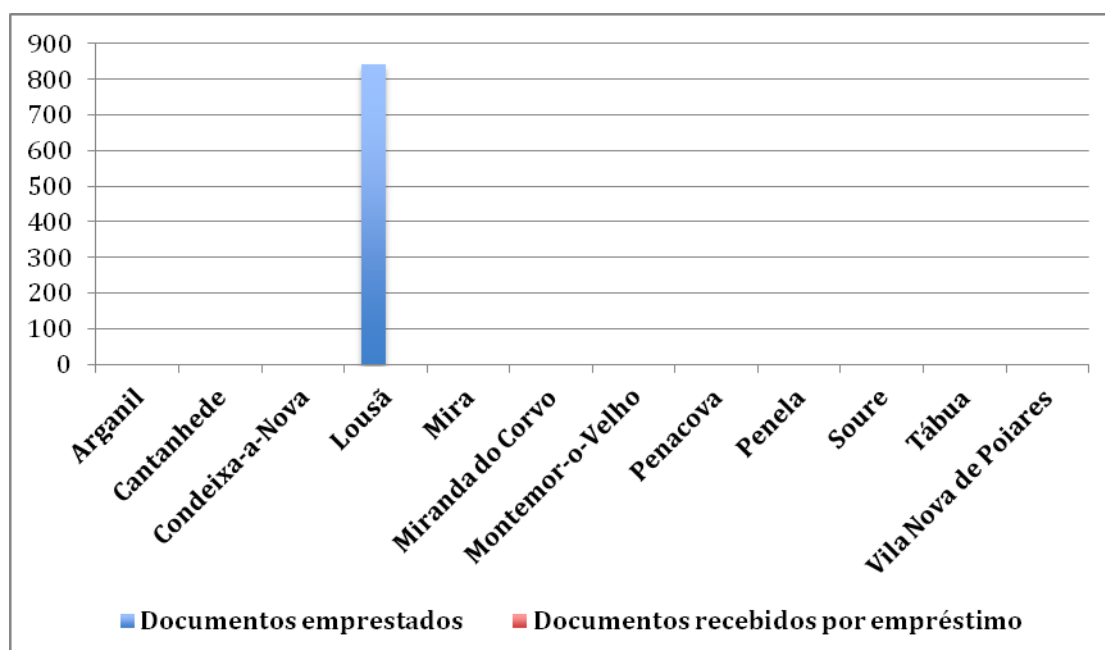
2008



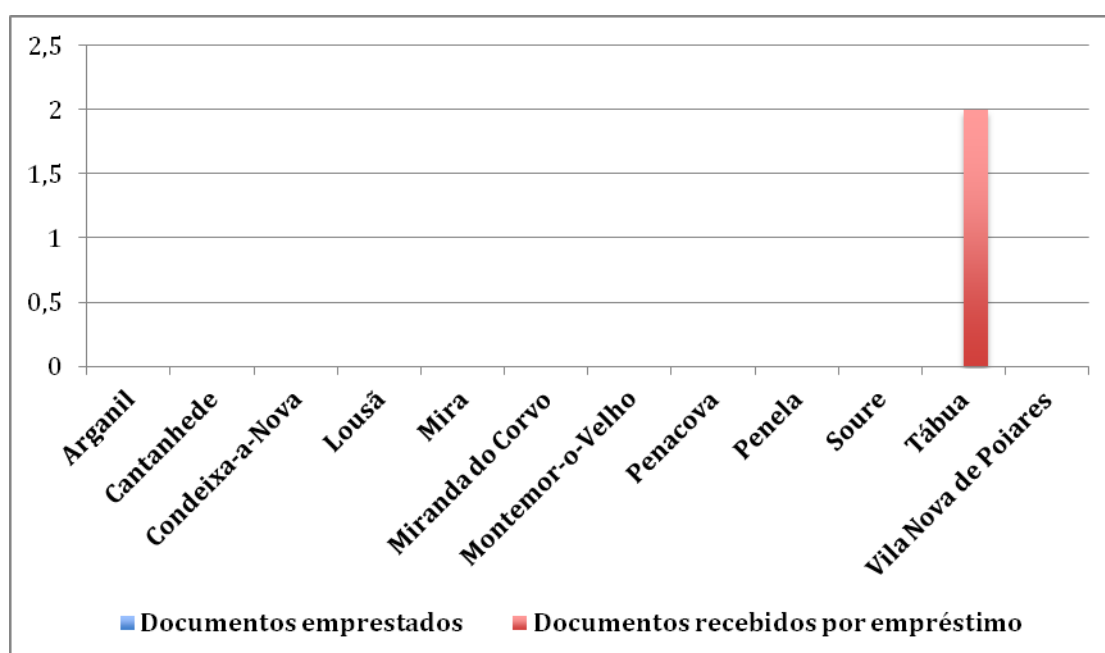
2010



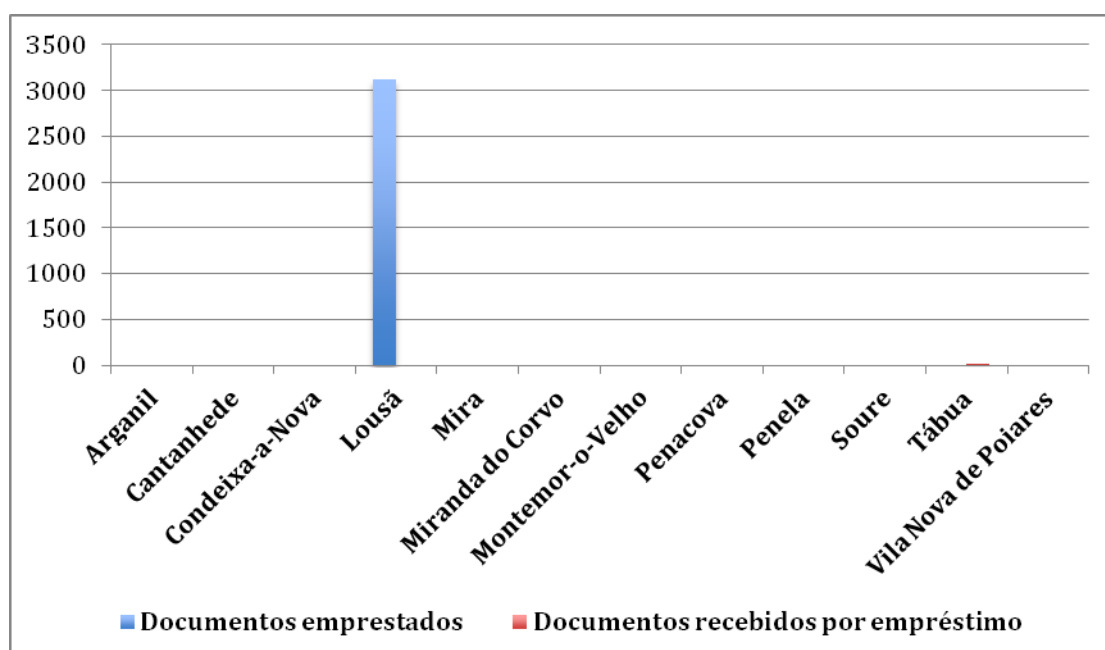
2011



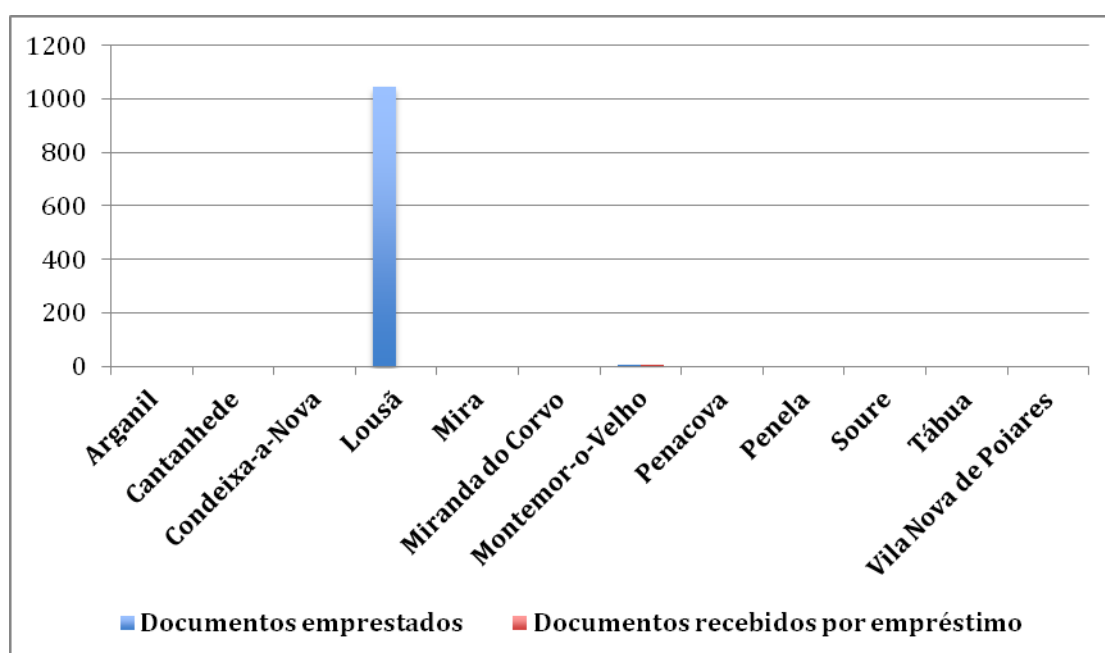
2012



2013



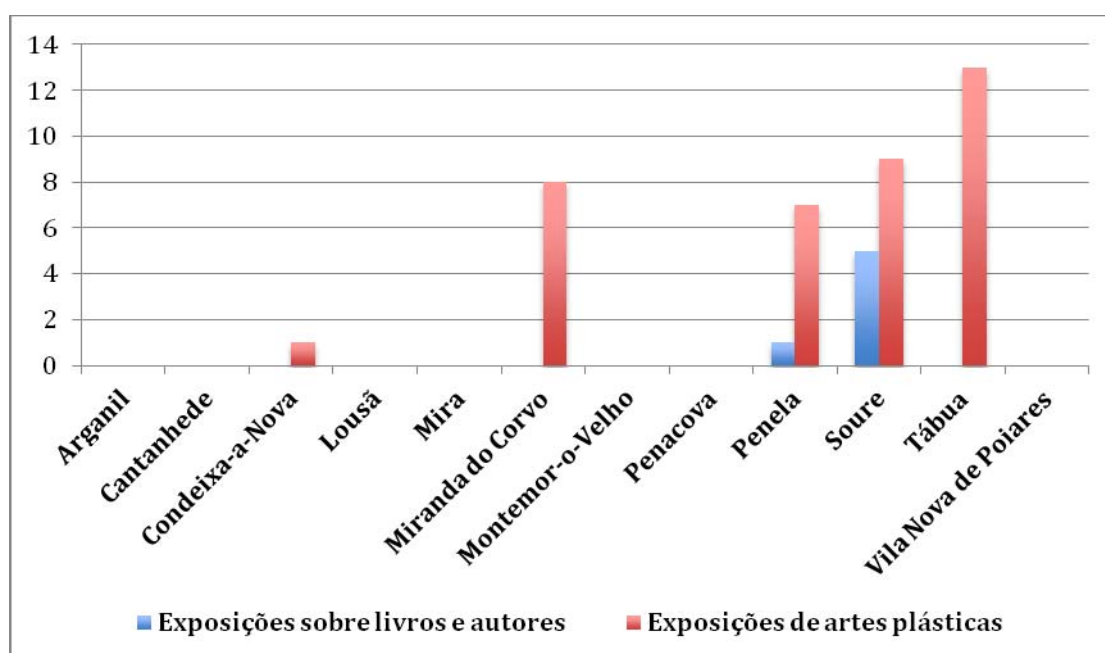
2014



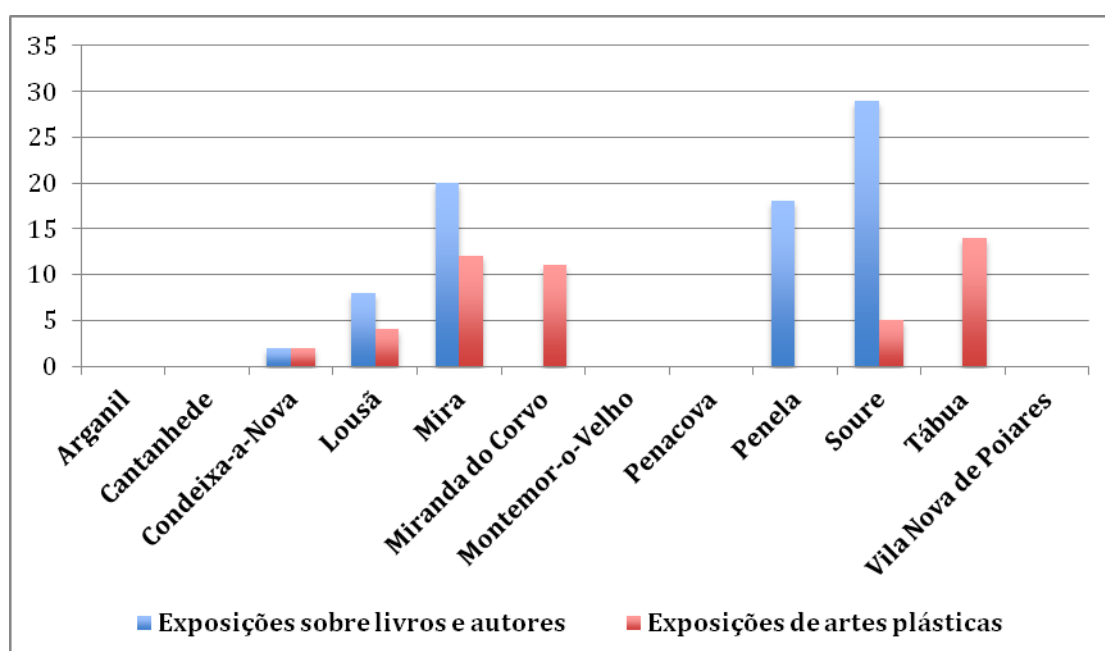
Dados referentes a:

ANIMAÇÃO CULTURAL
TOTAL DE EXPOSIÇÕES REALIZADAS

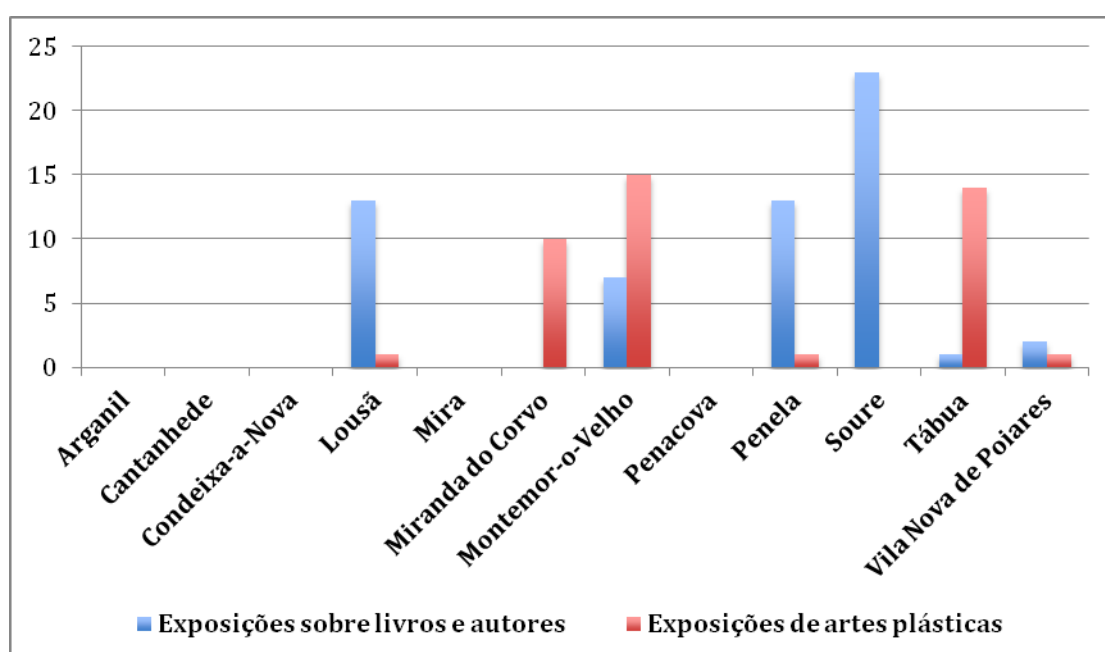
2009



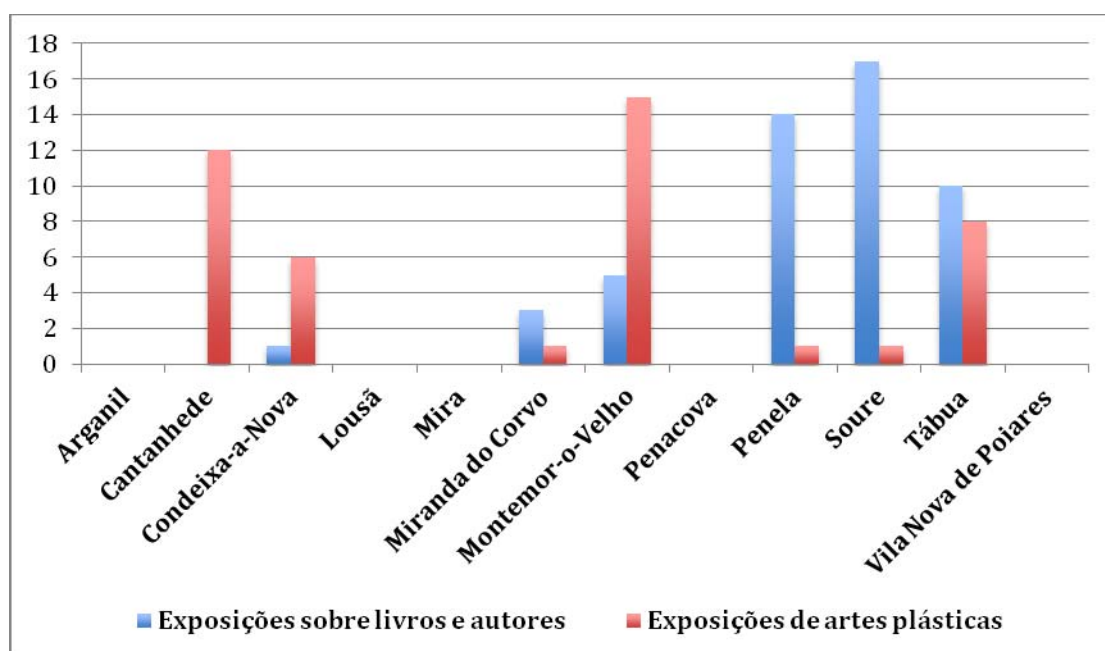
2010



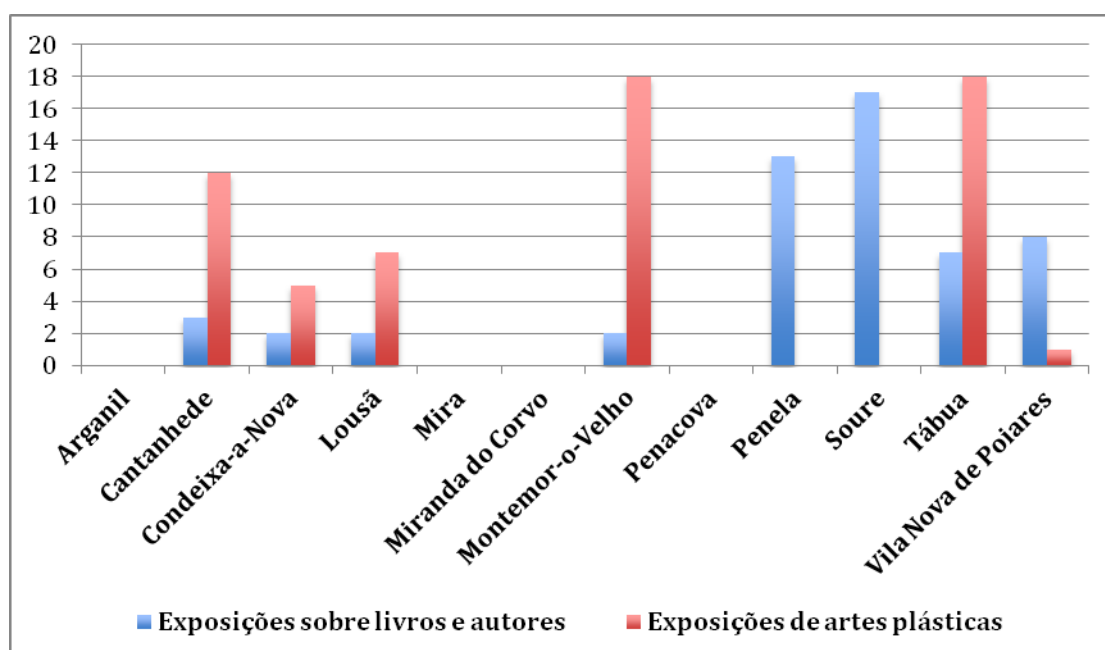
2011



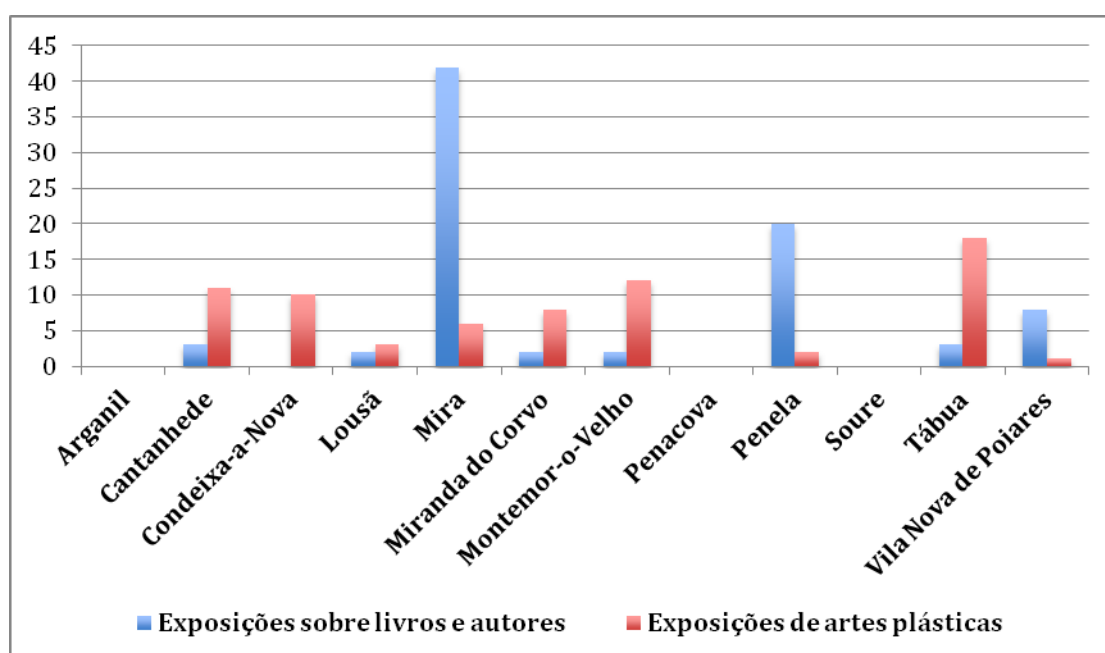
2012



2013



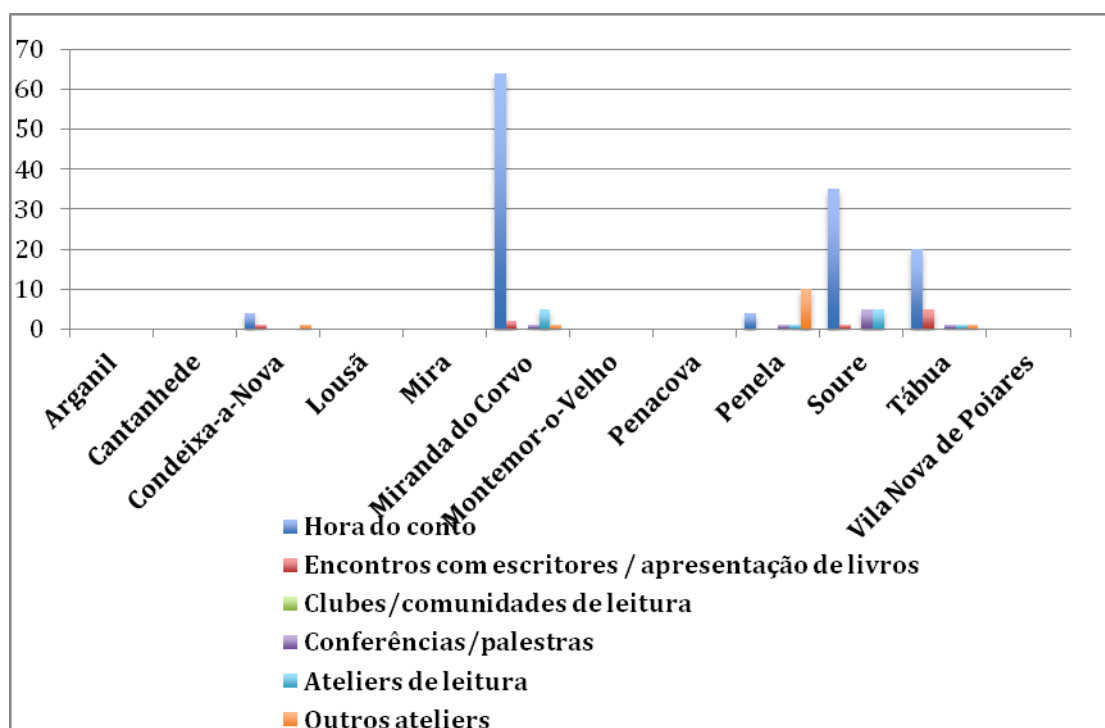
2014



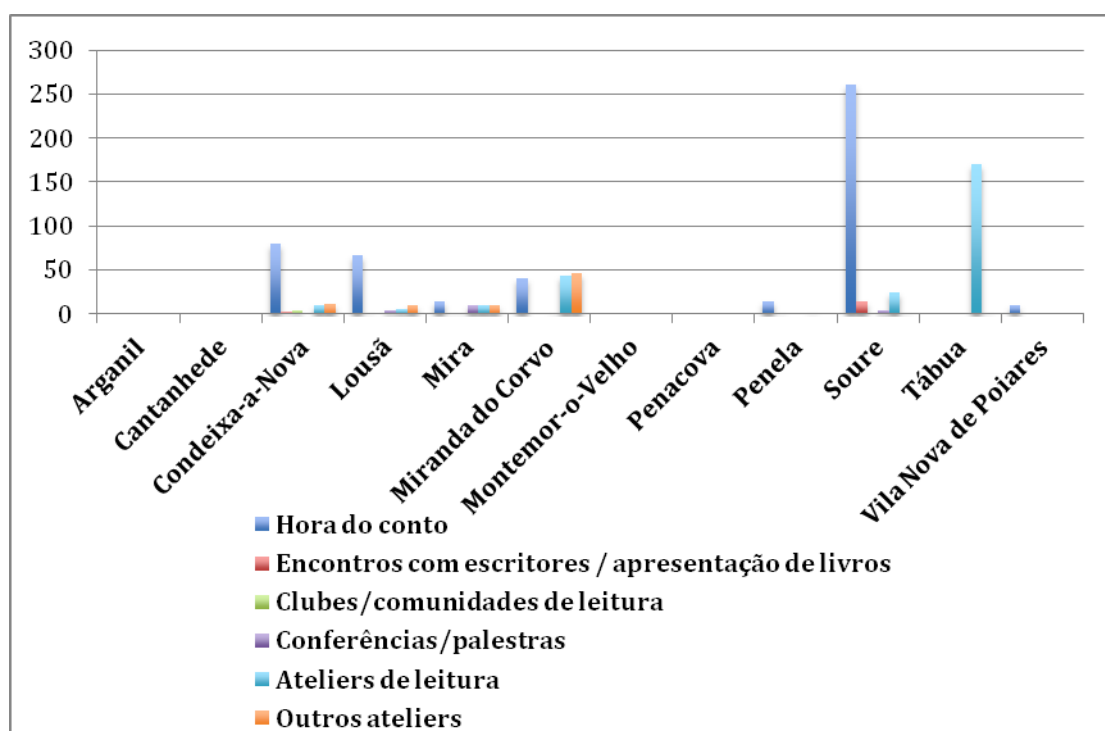
Dados referentes a:

ATIVIDADES REALIZADAS

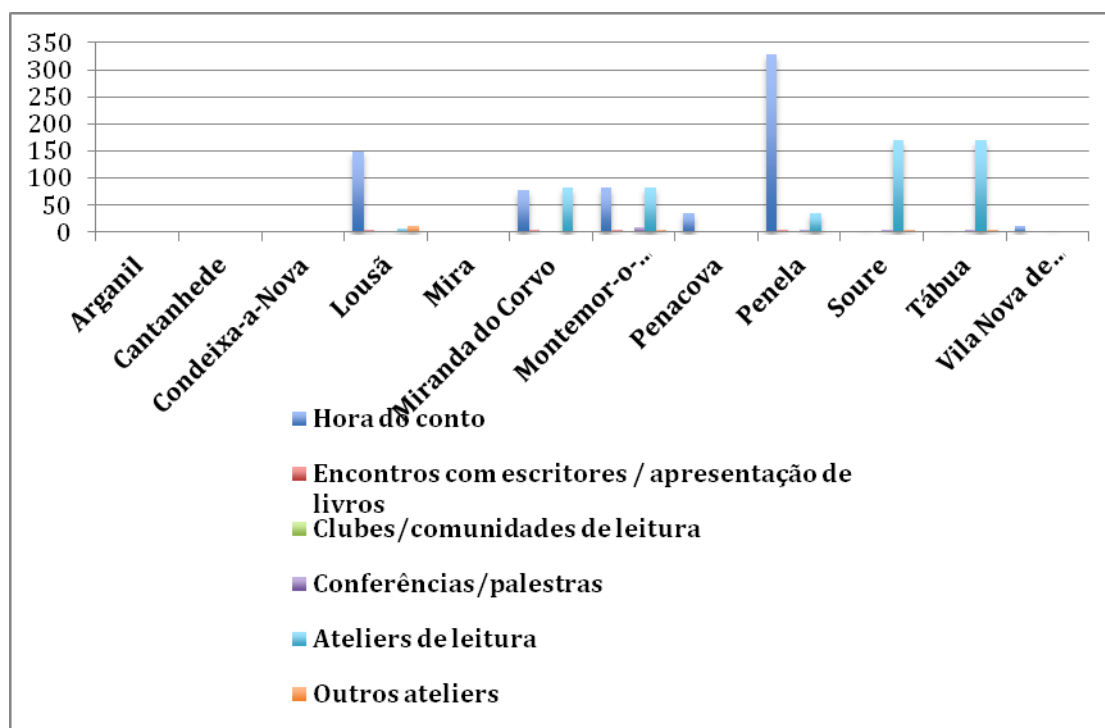
2009



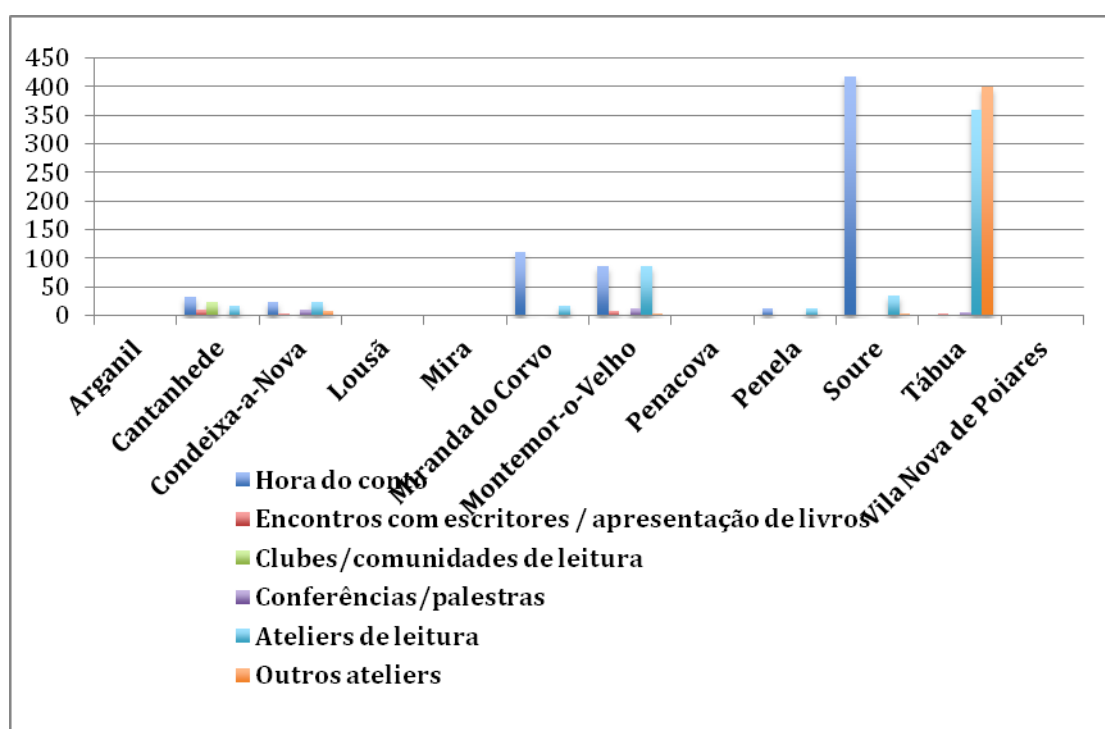
2010



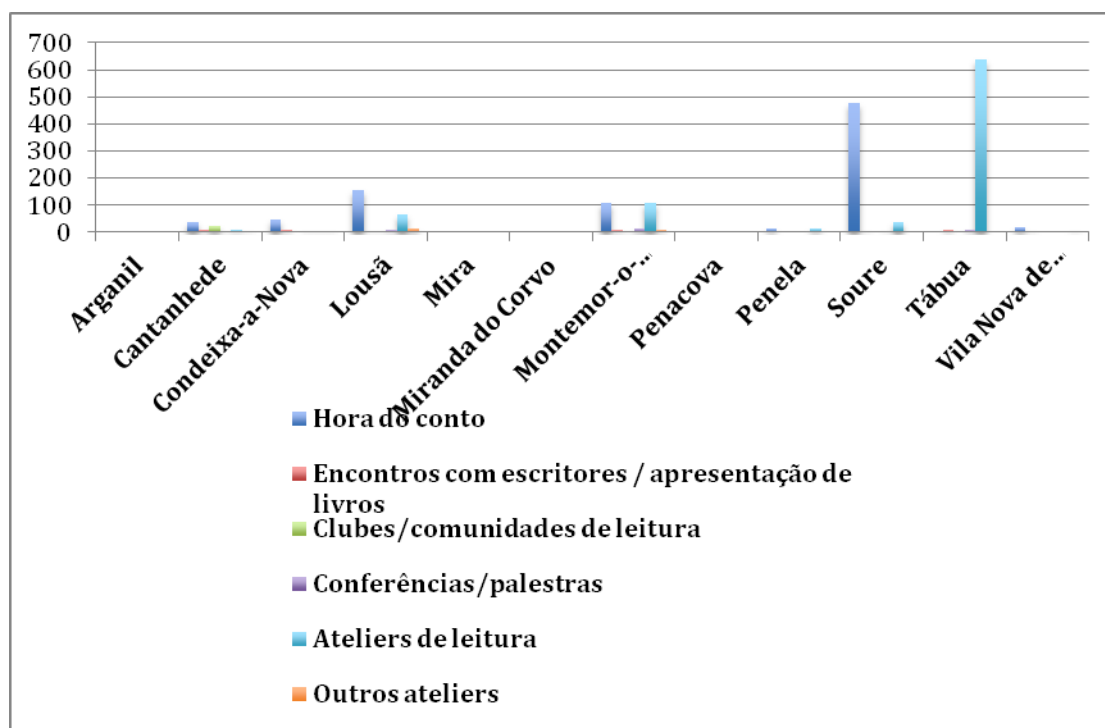
2011



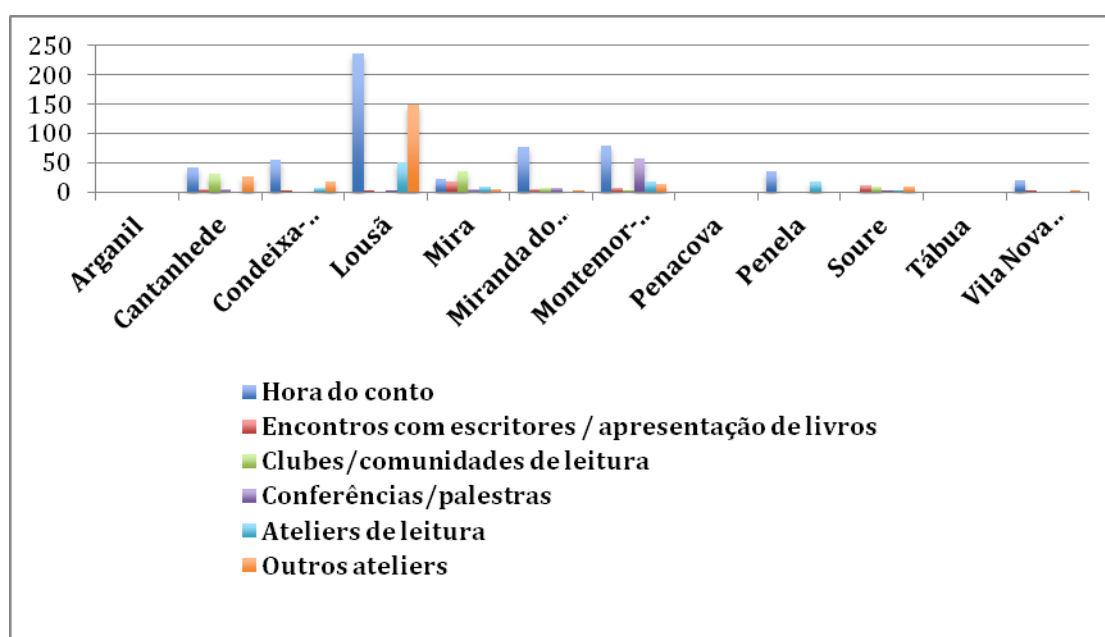
2012



2013



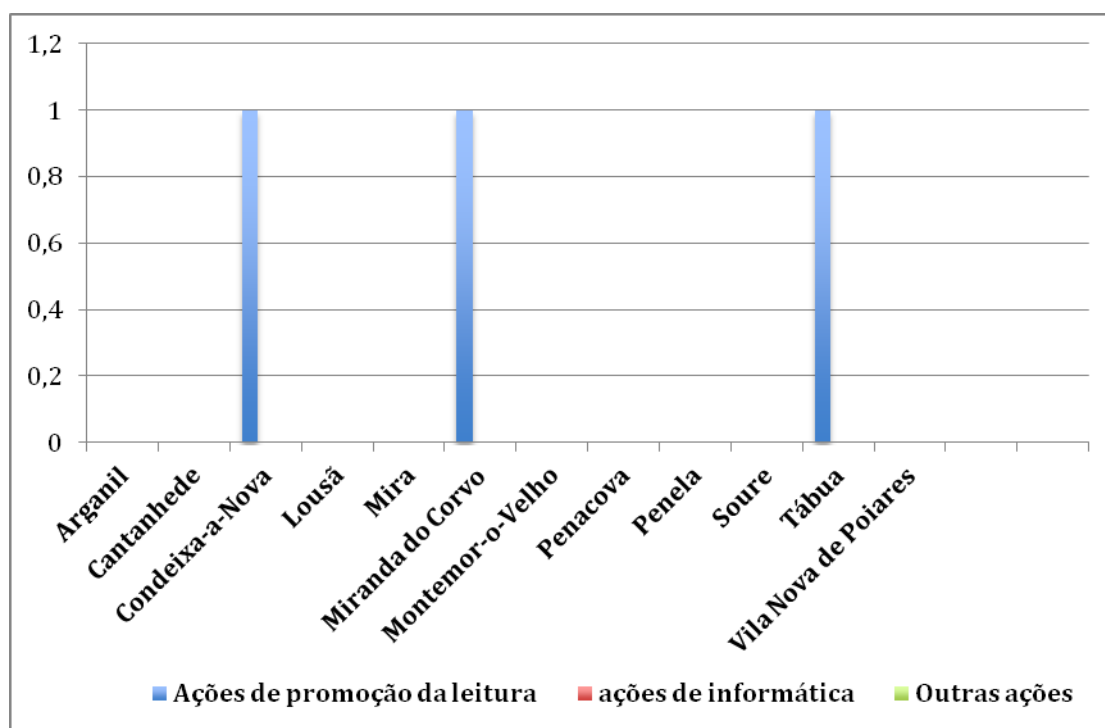
2014



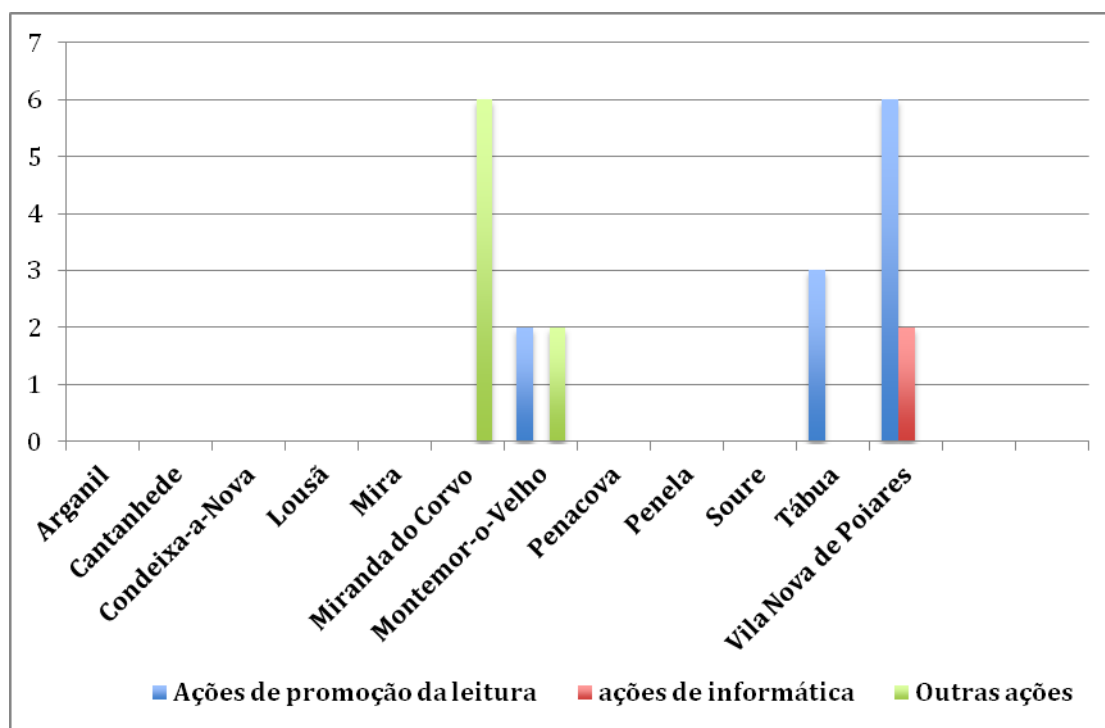
Dados referentes a:

AÇÕES DE FORMAÇÃO

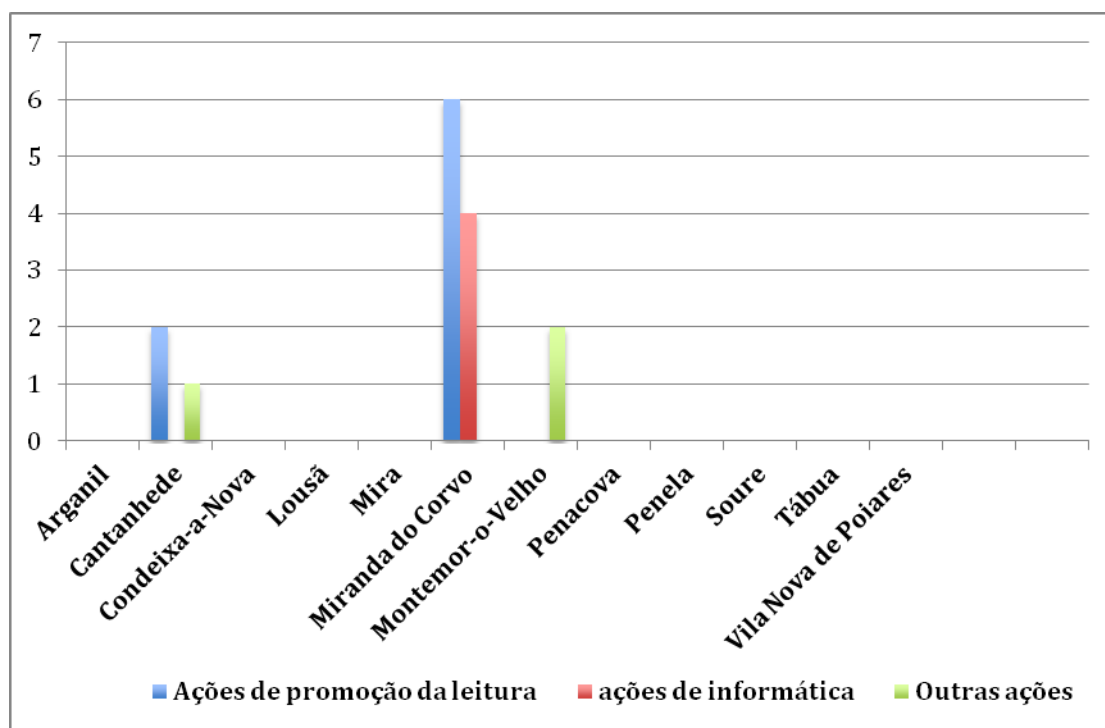
2009



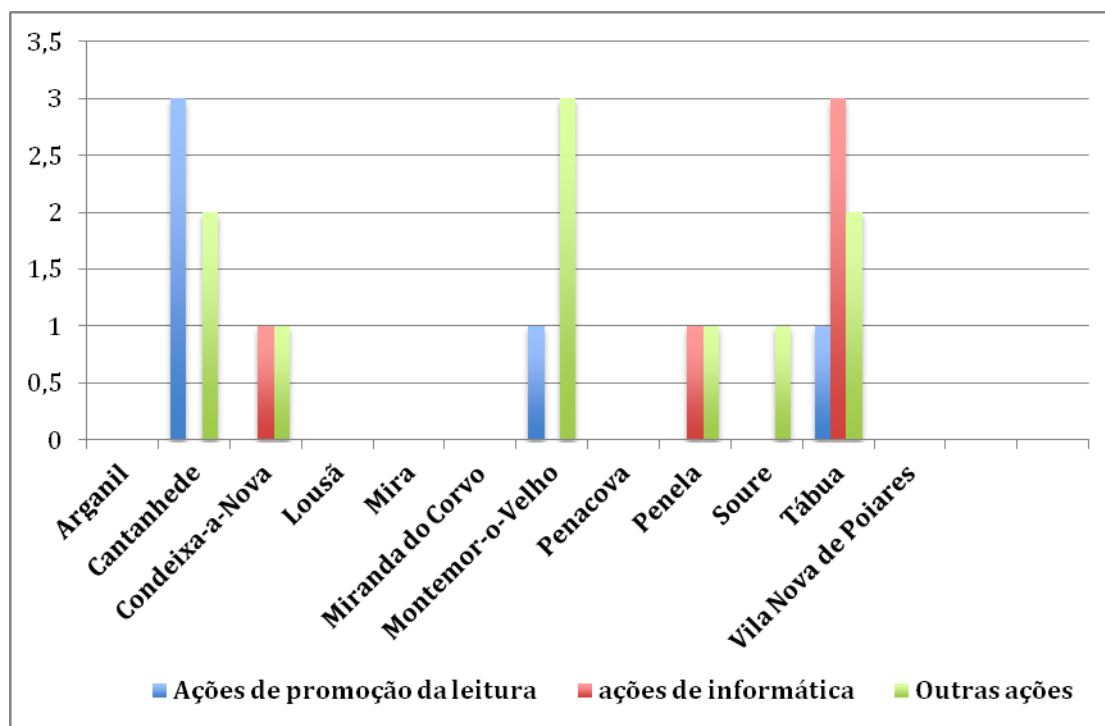
2011



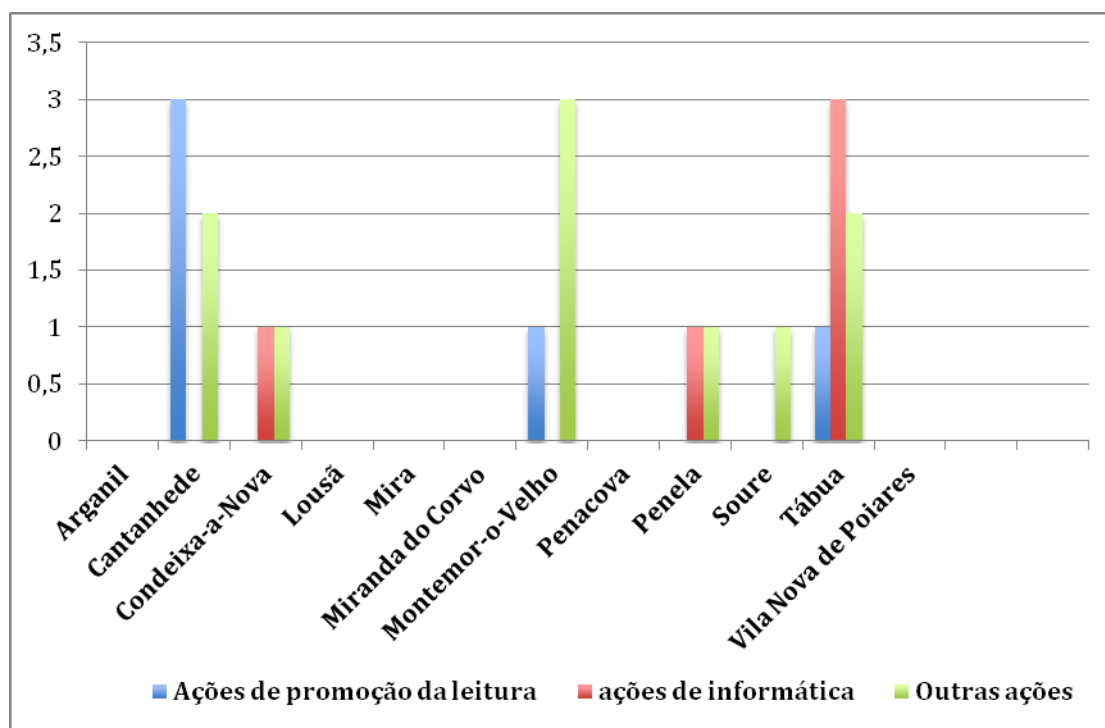
2012



2013



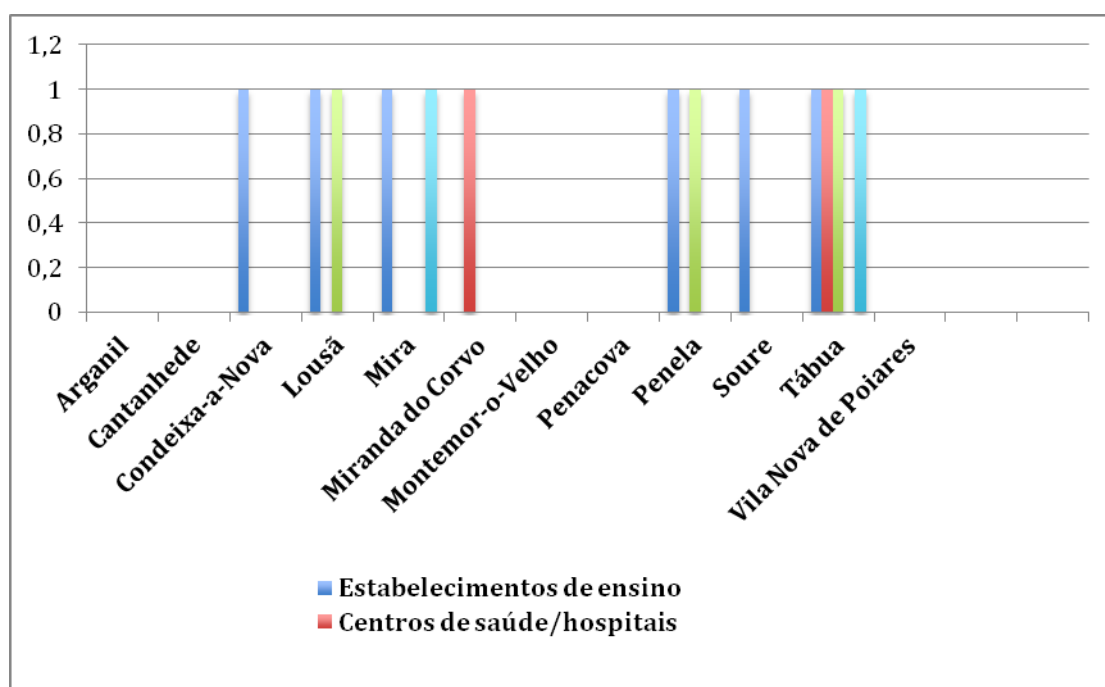
2014



Dados referentes a:

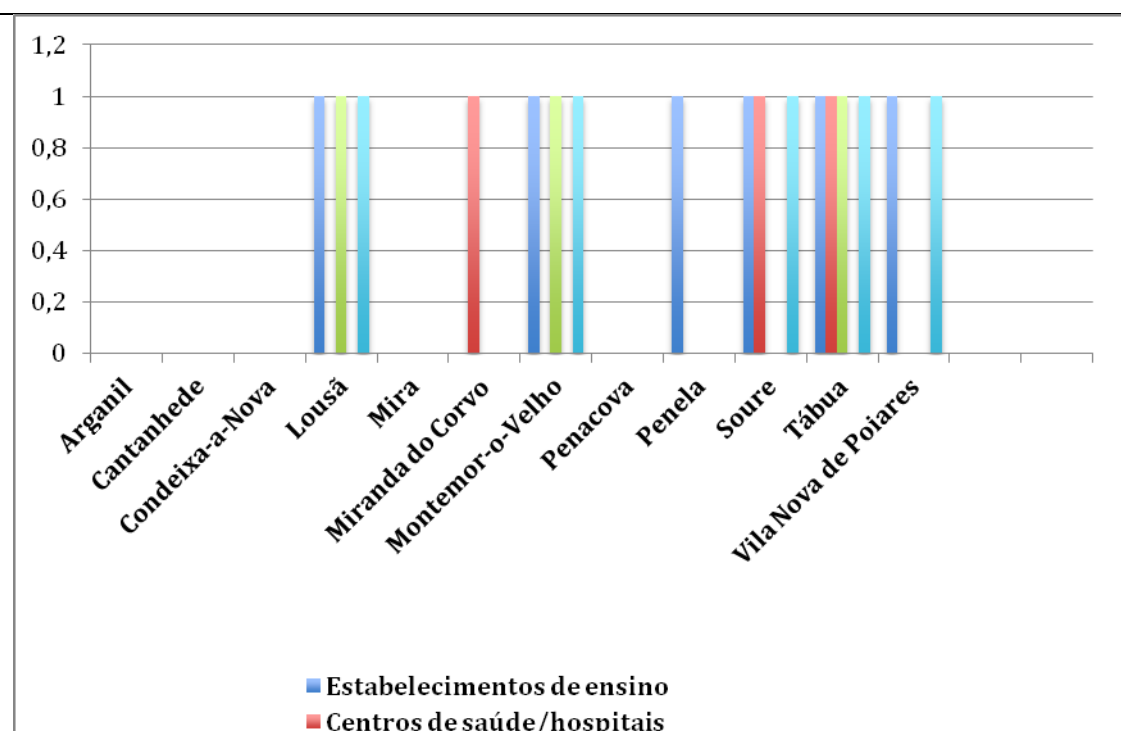
SERVIÇOS BIBLIOTECÁRIOS À COMUNIDADE

2010

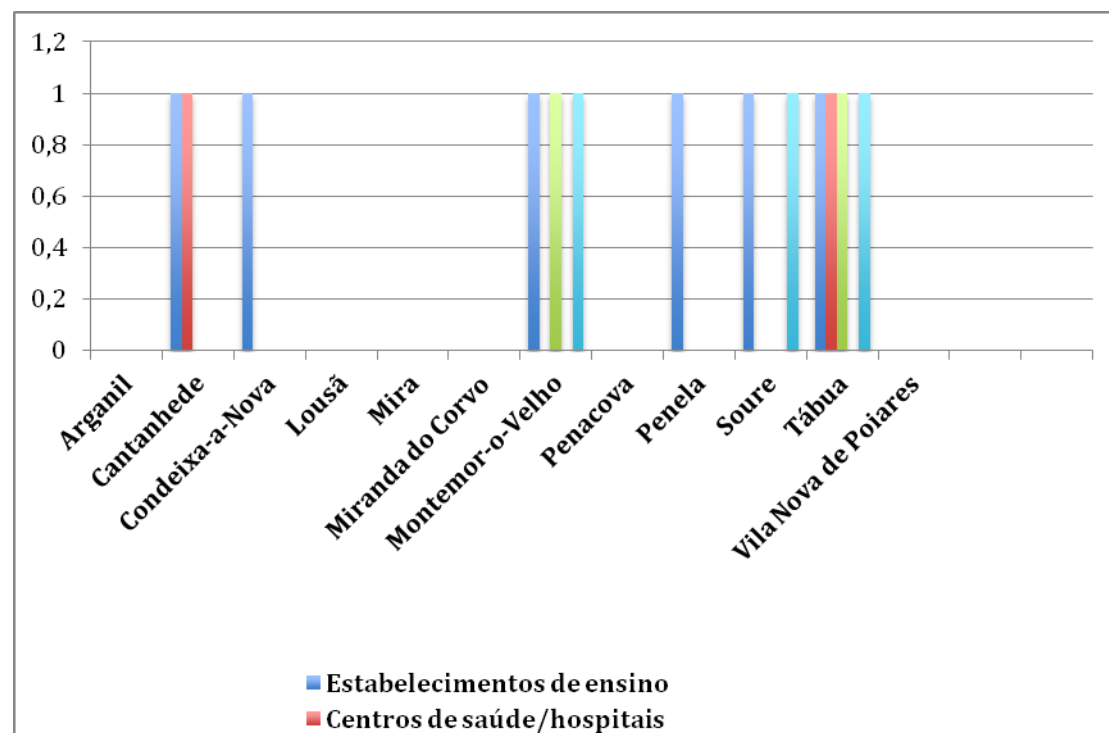


2011

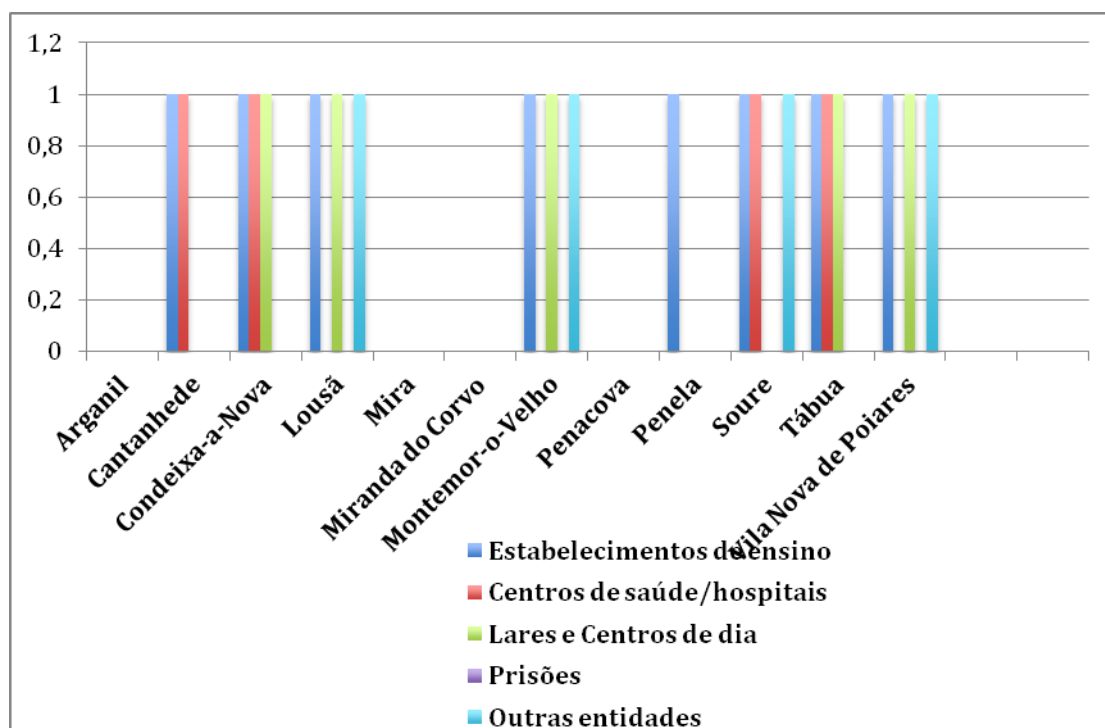
A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)



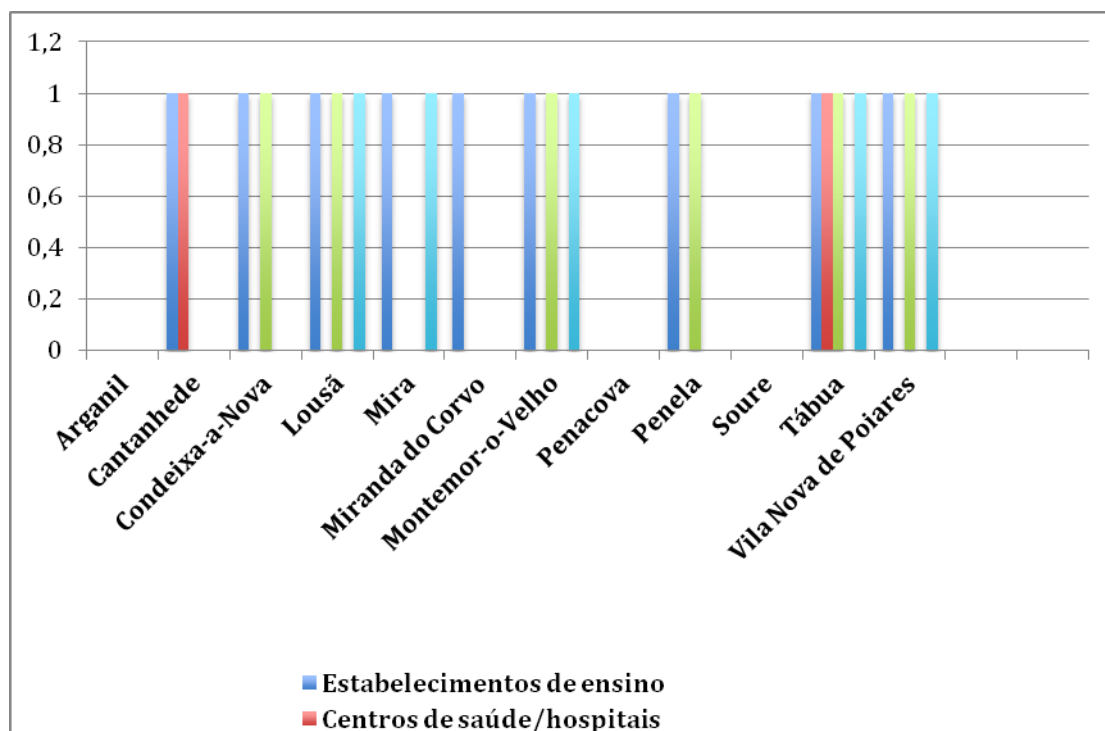
2012



2013



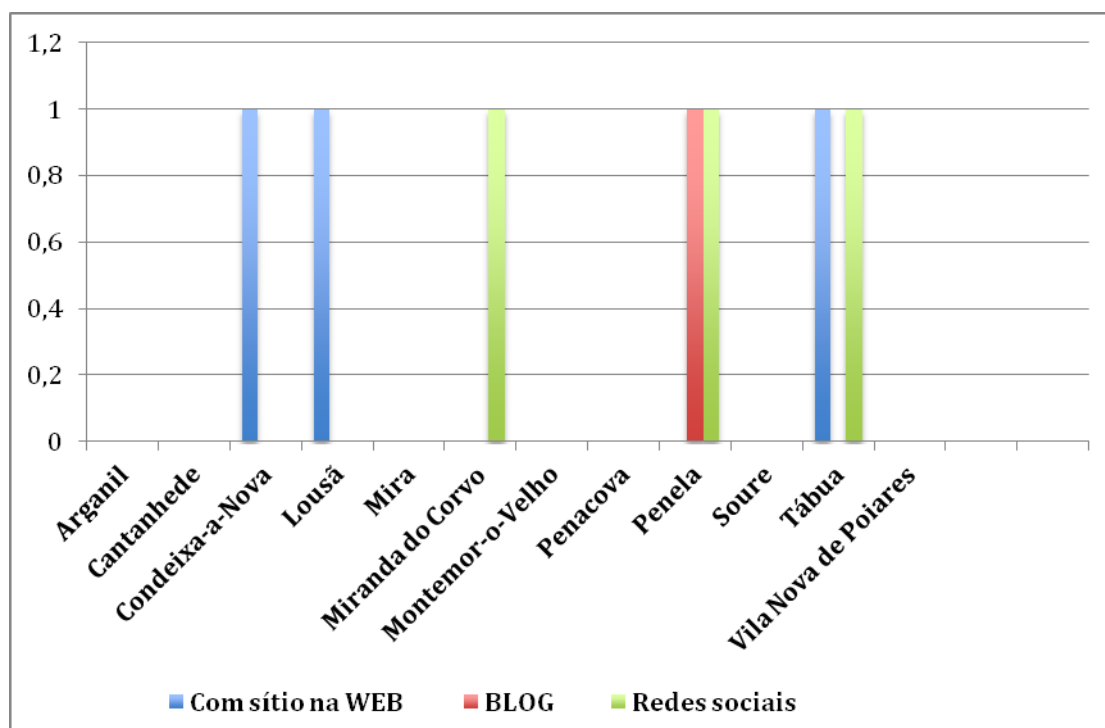
2014



Dados referentes a:

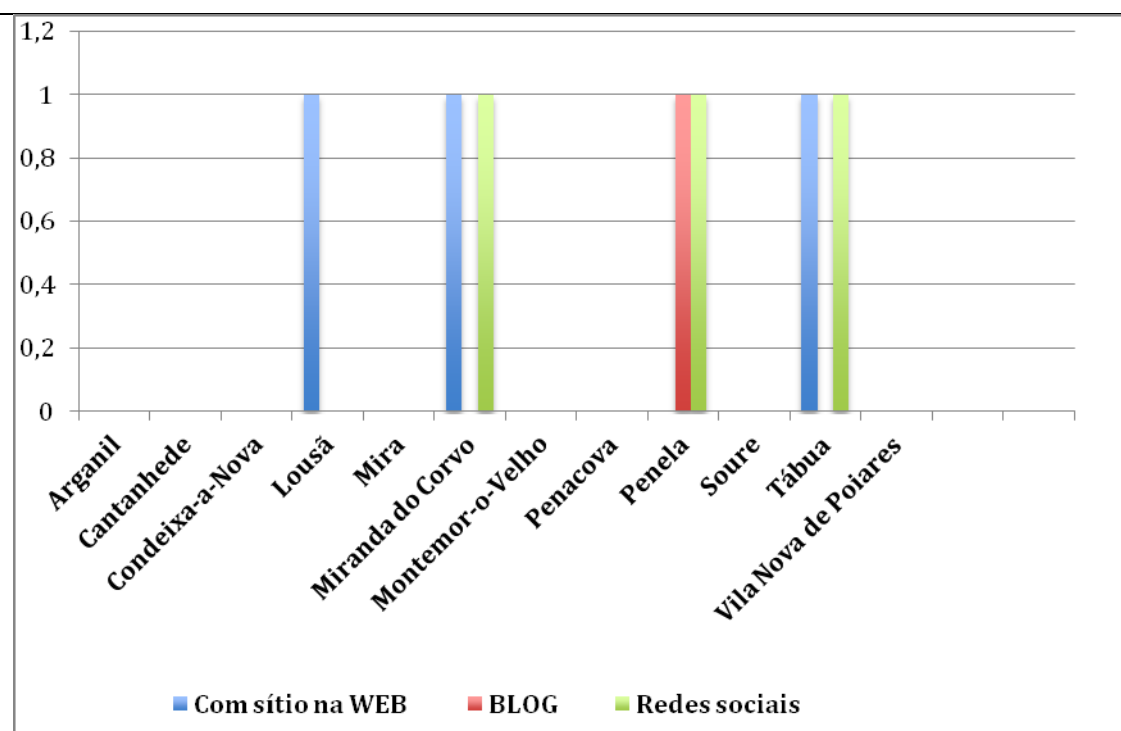
PRESENÇA NA INTERNET

2010

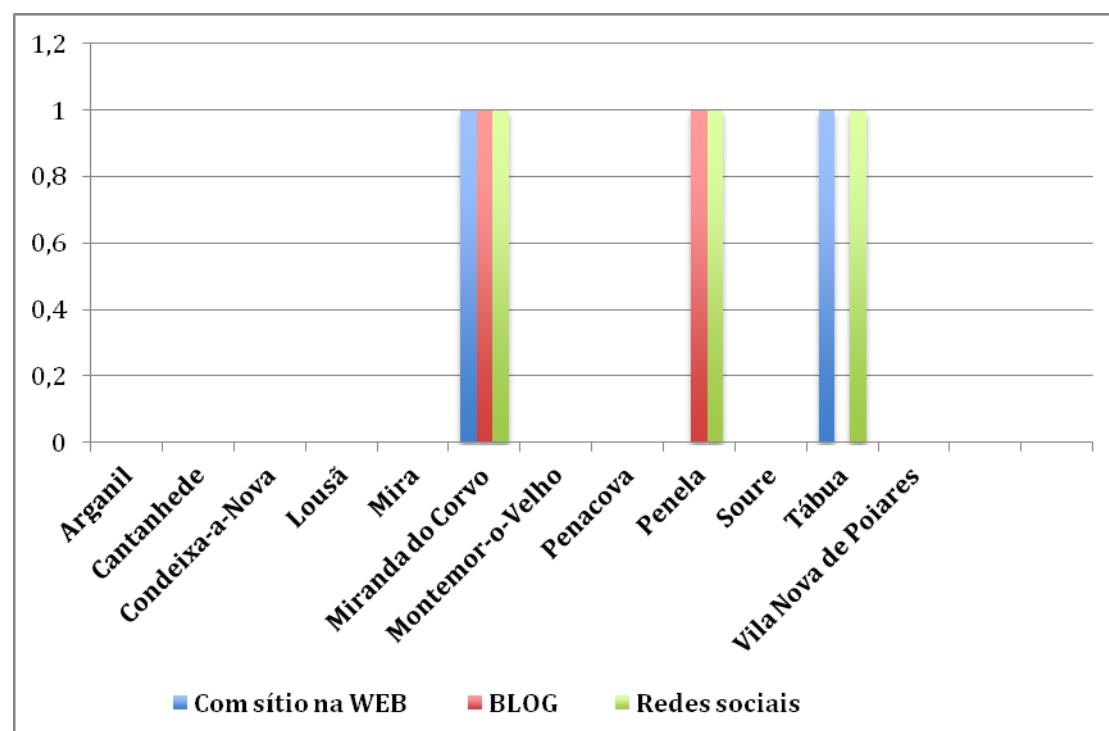


2011

A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)

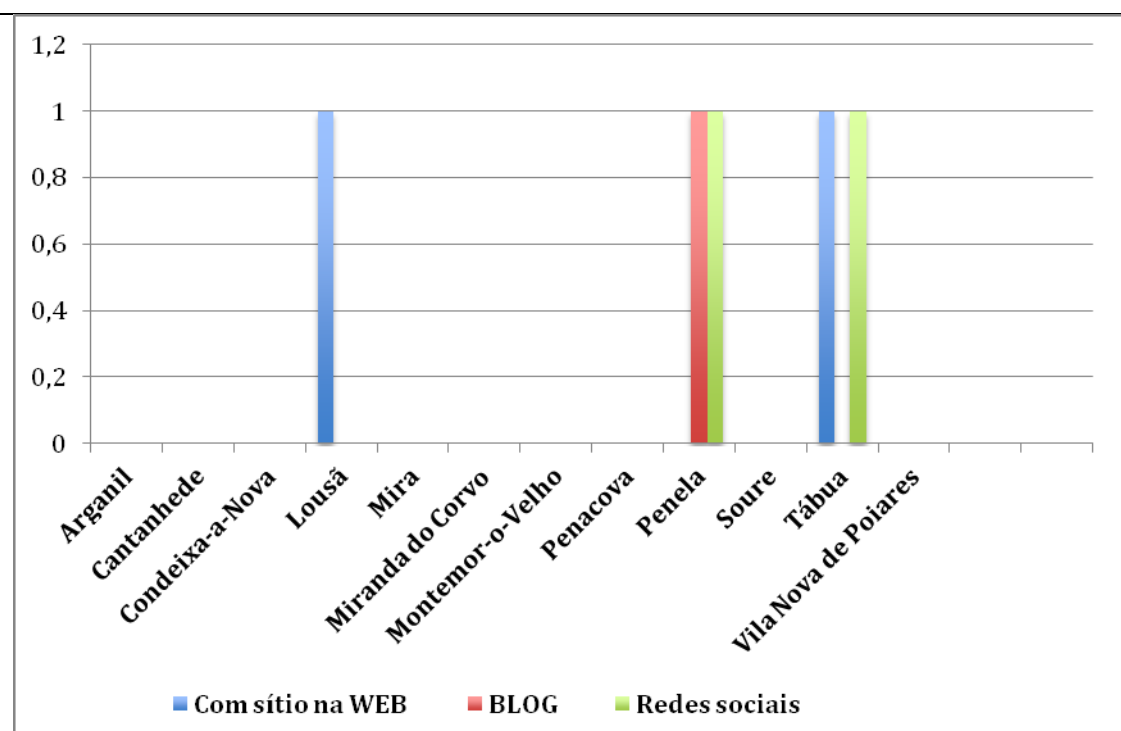


2012

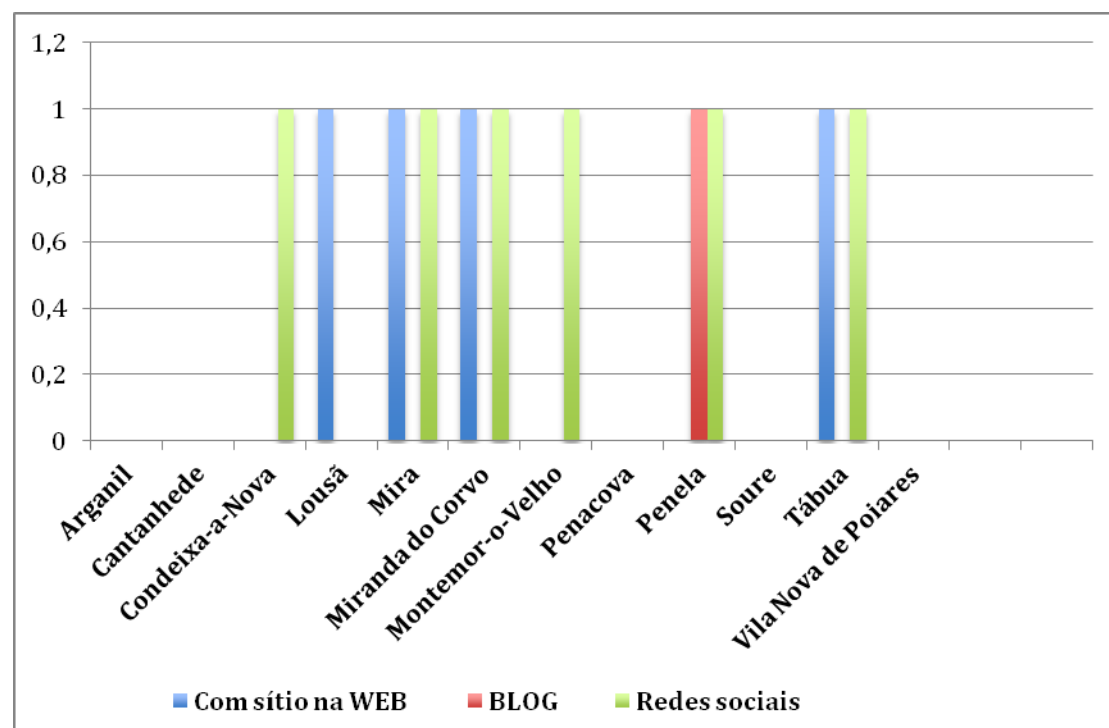


2013

A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)



2014



Este estudo pretende avaliar se as bibliotecas integrantes da RNBP obedecem às normas recomendadas pelo programa de Apoio às Bibliotecas Municipais, gerido pela DGLAB, que são norteados pelas diretrizes da IFLA/UNESCO dirigidos às bibliotecas da rede pública.

Resumindo:

Este estudo está feito sobre uma amostra inicial fixada nas 12 bibliotecas integrantes da RNBP do distrito de Coimbra, das quais foram recolhidos, com autorização legal de cedência, os Questionários da DGLAB. A amostra final foram 10 bibliotecas (devido aos municípios de Arganil e Penacova não terem autorizado a cedência dos dados), e revela-se uma amostra de valor razoável e significativa em termos de procedimentos estatísticos. Em estudo estão os

A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)

anos 1992, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014.

A tipologia das bibliotecas, de acordo com a DGLAB, define-se do seguinte modo:

- BM1 - tipo 1 com menos de 20.000 habitantes
- BM2 - tipo 2 com população entre 20.000 e 50.000 habitantes
- BM3 - tipo 3 com mais de 50.000 habitantes.

As diretrizes da IFLA quanto à criação/implantação das bibliotecas é a seguinte:

- 1 ano para a fase de criação das bibliotecas,
- 2 anos para a fase de consolidação
- 3 ou mais anos para a fase de estabilidade

As bibliotecas analisadas dividem-se em BM1 e BM2, de acordo com o quadro:

BM1	BM2
Condeixa-a-Nova	Cantanhede
Lousã	Montemor-o-Velho
Mira	Soure
Miranda do Corvo	
Penela	
Tábua	
Vila Nova de Poiares	

A análise, com base nas respostas obtidas nos vários anos, permitiu que o estudo se fizesse analisando os dados por ano e por tipologia de biblioteca.

No entanto, porque não houve uma totalidade de respostas a todas as questões pretendidas (há demasiados dados não disponíveis), não foi possível realizar o tratamento da totalidade do questionário.

Questões do Questionário	Anos de estudo em falta
Monografias existentes	1993, 1994
Total monografias existentes	
Monografias adquiridas	
Total monografias adquiridas	
Outros documentos – Volumes existentes	
Outros documentos adquiridos	1999
Pessoal	
Total pessoal	
Quantidade de pontos de serviço	
Áreas fixas (útil)	1992, 1994
Horas semanais de abertura ao público	1994
Dias/ano abertura ao público	1992, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998
Microcomputadores/terminais	1992, 1994, 1995, 1996, 1997
Total Microcomputadores/terminais	1992, 1994, 1995, 1996
Despesas correntes	

A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)

Despesas com capitais	1992
Total despesas (euros)	
Total receitas (euros)	1992
Cartões de leitores usados uma vez no ano	1992, 2004, 2006
Cartões de leitor emitidos uma vez no ano	1992
Pedido de empréstimo por idade	2009
Total pedido de empréstimo/ano	2006
Empréstimo monografias (volumes)	1992, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2001, 2006
Total de outros documentos emprestados	
Empréstimo entre bibliotecas	1992, 1994, 1995, 1996, 1999, 2001, 2003, 2004, 2005, 2009
Total exposições realizadas	1992, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008
Atividades realizadas	1995, 1996, 1997, 1999, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010
Ações de formação	1992, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008
Serviços bibliotecários à comunidade	1992, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009
Presença na INTERNET	1992, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009

A análise das bibliotecas realizou-se comparativamente, por ano e por tipologia, de maneira a permitir ter uma ideia generalizada da sua evolução. Só assim se pode caraterizar as tipologias apresentadas. De modo a ter uma noção do presente atualidade) das bibliotecas, realizou-se um estudo generalizado de 2014, último ano de realização dos inquéritos, o que nos vai dar uma perspetiva atualizada. Foi, também em alguns casos, avaliada a taxa de evolução dos serviços.

Antes de avançar convém referir que todas as bibliotecas estão abertas ao público há mais de três anos, o que é fator indicativo de estabilidade de acordo com as normas da IFLA.

Do mesmo modo convém referir que todas as tipologias tratadas neste estudo (BM1 e BM2) estão corretamente definidas desde a abertura das bibliotecas até à atualidade (2014).

CONCLUSÕES

1 – FUNDOS / RECURSOS DOCUMENTAIS

A criação de bibliotecas demonstra que há uma preocupação com a valorização do indivíduo e a percepção de que ler desenvolve as capacidades do ser humano.

Face a isto, foi realizado o estudo de maneira a confirmar se se respeitavam as normas preconizadas pela DGLAB e pela IFLA em relação às questões que se

prendem com fundo mínimo, assim como a definir a taxa de crescimento até à atualidade (2014, ano do último inquérito realizado).

1.1 - Analisaram-se as *monografias existentes para a abertura das bibliotecas ao público* (inauguração) e obtiveram-se os seguintes resultados:

- As monografias de adultos é o tipo de documento mais representado no espólio ao longo dos anos, na generalidade das bibliotecas estudadas.

- 70% das bibliotecas não têm fundo mínimo conforme as normas da DGLAB
- 30% das bibliotecas têm fundo mínimo conforme as normas da DGLAB

Nas bibliotecas de tipologia BM1:

- 40% do fundo mínimo está abaixo dos valores indicados nas normas da DGLAB
- 60% do fundo mínimo está adequado aos valores indicados nas normas da DGLAB

Nas bibliotecas de tipologia BM2:

- 100% do fundo mínimo está abaixo dos valores indicados nas normas da DGLAB

1.2 - Analisaram-se as monografias existentes para a atualidade das bibliotecas - 2014 e obtiveram-se os seguintes resultados:

- As monografias de adultos é o tipo de documento mais representado no espólio ao longo dos anos, na generalidade das bibliotecas estudadas.

Nas bibliotecas de tipologia BM1:

- 29% das bibliotecas não responderam ao inquérito / dados não disponíveis
- 71% das bibliotecas ultrapassaram os valores indicados para fundo mínimo nas normas da DGLAB

Nas bibliotecas de tipologia BM2:

- 100% das bibliotecas responderam ao inquérito
- 33% das bibliotecas ultrapassaram os valores indicados para fundo mínimo nas normas da DGLAB
- 67% das bibliotecas não atingiram ainda os valores indicados para fundo mínimo nas normas da DGLAB

1.3 - Analisaram-se os *outros documentos* existentes e obtiveram-se os seguintes resultados:

Nas bibliotecas de tipologia BM1:

- 14% das bibliotecas não responderam ao inquérito / dados não disponíveis
- 14% das bibliotecas ultrapassaram os valores indicados para fundo mínimo nas normas da DGLAB
- 72% das bibliotecas não atingiram os valores indicados para fundo mínimo nas normas da DGLAB

Nas bibliotecas de tipologia BM2:

- 33% das bibliotecas ultrapassaram os valores indicados para fundo mínimo nas normas da DGLAB
- 67% das bibliotecas não atingiram ainda os valores indicados para fundo mínimo nas normas da DGLAB

1.4 – Taxa de crescimento do fundo desde a abertura até 2014

Para Monografias:

BM1	%
Condeixa – a - Nova	154%
Lousã	Nd
Mira	174%
Miranda do Corvo	Nd
Penela	Nd
Tábua	168%
Vila Nova de Poiares	145%

BM2	%
Cantanhede	238%
Montemor – o – Velho	128%
Soure	168%

Para Outros Documentos:

BM1	%
Condeixa – a - Nova	153%
Lousã	Nd
Mira	190%
Miranda do Corvo	nd
Penela	1944%
Tábua	107%
Vila Nova de Poiares	103%

BM2	2014
Cantanhede	472%
Montemor – o – Velho	313%
Soure	Nd

As bibliotecas não conseguem atingir, por ano, o crescimento preconizado pela DGLAB, de adquirir anualmente 1500 monografias para as BM1 e 200 outros documentos; 3000 monografias para as BM1 e 400 outros documentos e 1500 monografias para as BM1 e 200 outros documentos. Nem conseguem investir em documentos/ano a verba de 10% da despesa anual da biblioteca.

As bibliotecas não conseguem acompanhar nem atingir o preconizado pela DGLAB para as tipologias BM1 e BM2 quanto à rubrica “Aquisições anuais”.

De acordo com as orientações da IFLA quanto aos valores de monografias *per capita*, retiraram-se as seguintes conclusões em relação ao ano de inauguração e à atualidade (2014), uma vez que nos anos que decorrem entre estas duas referências não há alterações significativas a registar:

BM1	2014	Ano de abertura
Condeixa – a - Nova	1,2	0,8
Lousã	nd	Nd
Mira	1,5	0,8
Miranda do Corvo	1,8	Nd
Penela	nd	1,1
Tábua	1,4	0,8
Vila Nova de Poiares	2,3	1,6

BM2	2014	Ano de abertura
Cantanhede	1,5	0,6
Montemor – o - Velho	0,9	0,8
Soure	0,9	0,5

Aquando da abertura das bibliotecas (inauguração) o fundo não atingia 1 monografia *per capita*, conforme as recomendações da IFLA. Assim, registamos:

- 60% das bibliotecas têm menos de 1 monografia *per capita*
- 20% das bibliotecas não têm dados disponíveis
- 20% das bibliotecas têm mais de 1 monografia *per capita*

Depois de estabilizadas as bibliotecas (após 3 anos de funcionamento) as normas estipulam que se devem registar, pelo menos, 1,5 monografia *per capita*, tendo em atenção os dados de 2014:

- 40% das bibliotecas têm mais de 1,5 monografia *per capita*
- 40% das bibliotecas têm menos de 1 monografia *per capita*
- 20% das bibliotecas não têm dados disponíveis

O que se traduz na tipologia BM1:

- 33% das bibliotecas têm mais de 1,5 monografia *per capita*
- 67% das bibliotecas têm menos de 1,5 monografia *per capita*

O que se traduz na tipologia BM2:

- 43% das bibliotecas têm 1,5 ou mais de monografias *per capita*
- 43% das bibliotecas têm 1,5 ou menos de monografias *per capita*
- 14% das bibliotecas não têm dados disponíveis

As monografias adulto são o documento que existe em maior número na Biblioteca, com uma grande distância do fundo infantil. Uma das razões mais fortes para esta diferença em algumas bibliotecas, prende-se com a existência de um fundo Biblioteca Itinerante da Fundação Calouste Gulbenkian, que se tornou pertença de algumas autarquias e veio enriquecer o fundo da Biblioteca

municipal. Devido às características do fundo da FCG ser especialmente destinado a um público adulto, daí o registo da discrepância numérica dos fundos adulto / infantil.

2 – PESSOAL / RECURSOS HUMANOS

RECURSOS HUMANOS								
BM1	Abertura			2014				
	Tec. Sup. BD	Tec. Prof. BD	Outro	Total	Tec. Sup. BD	Tec. Prof. BD	Outro	Total
Condeixa Nova	1	2	1	4	1	5	1	7
Lousã	1	5	3	9	1	1	5	7
Mira	1	2	1	4	1	2	2	5
Miranda Corvo	1	3	1	5	1	2	4	7
Penela	1	5	0	6	1	4	1	6
Tábua	1	3	2	6	3	1	5	7
Vila N. Poiares	0	1	0	1	0	0	3	3
BM2								
Cantanhede	1	6	2	9	1	6	3	10

A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)

Montemor Velho	1	3	1	5	1	3	3	7
Soure	1	5	0	6	1	4	4	9

Numa primeira análise do quadro destaca-se a formação BD do pessoal ao serviço nas bibliotecas, que se revela uma mais valia para o funcionamento do serviço. Outro ponto importante é o fato de todas as bibliotecas possuírem, no quadro de pessoal, um técnico superior de BD, pese embora as recomendações da DGLAB sejam 2 técnicos superiores de BD para as bibliotecas de tipologia BM2.

Uma análise rigorosa feita de acordo com as normas da DGLAB indica-nos que as bibliotecas acima referidas não possuem o quadro de pessoal completo, ficando aquém do pretendido. Assim:

- 100% das bibliotecas não atingem o número mínimo de postos de trabalho

De um modo geral, este é o registo do número de trabalhadores ao serviço das bibliotecas, sofrido ao longo dos anos:

- 80% das bibliotecas aumentaram o quadro de pessoal
- 10% das bibliotecas mantiveram o quadro de pessoal
- 10% das bibliotecas diminuíram o quadro de pessoal

O que se traduz na tipologia BM1:

- 14% das bibliotecas diminuíram o quadro de pessoal
- 14% das bibliotecas mantiveram o quadro de pessoal
- 72% das bibliotecas aumentaram o quadro de pessoal

O que se traduz na tipologia BM2:

- 100% das bibliotecas aumentaram o quadro de pessoal

Conclui-se, de acordo com os parâmetros da DGLAB, que a maioria das Bibliotecas não atinge o número suficiente preconizado para técnicos profissionais BD: 4 funcionários para BM1, 8 funcionários para BM2 e 12 funcionários para BM3.

O que se traduz na tipologia BM1:

- 29% das bibliotecas têm 4 ou mais técnicos profissionais BD
- 71% das bibliotecas têm menos de 4 técnicos profissionais BD

O que se traduz na tipologia BM2:

- 100% das bibliotecas possuem menos técnicos profissionais BD que o aconselhado

Daqui se conclui que a grande maioria dos números fica muito aquém das metas que a DGLAB definiu para o quadro de pessoal das bibliotecas.

3 – PONTOS DE SERVIÇO

Relativamente à quantidade de pontos de serviço, registou-se um aumento não significativo ao longo dos anos.

Aquando da abertura (inauguração) cada biblioteca contava apenas com um ponto de serviço e assim se mantiveram ao longo dos anos. Excetuam-se 2 casos em 2014, conforme damos nota a seguir:

- 80% das bibliotecas mantiveram os pontos de serviço desde a abertura
- 10% das bibliotecas acrescentaram 1 ponto de serviço
- 10% das bibliotecas acrescentaram 2 pontos de serviço

O que se traduz na tipologia BM1:

- 100% das bibliotecas mantiveram os pontos de serviço desde a abertura

O que se traduz na tipologia BM2:

- 33% das bibliotecas acrescentaram 1 ponto de serviço
- 33% das bibliotecas acrescentaram 2 pontos de serviço
- 33% das bibliotecas mantiveram os pontos de serviço desde a abertura

4 – DIAS POR ANO DE ABERTURA AO PÚBLICO

DIAS POR ANO DE ABERTURA AO PÚBLICO		
BM1	2014	Ano de abertura
Condeixa – a - Nova	304	294
Lousã	291	260
Mira	304	300
Miranda do Corvo	269	293
Penela	303	297
Tábua	313	313
Vila Nova de Poiares	304	253

DIAS POR ANO DE ABERTURA AO PÚBLICO		
		Ano de

BM1	2014	abertura
Cantanhede	290	253
Montemor – o – Velho	254	301
Soure	290	224

A primeira vez em que aparecem registos na folha de recolha de dados da DGLAB sobre a rúbrica referente às horas semanais de abertura ao público, é no ano 1999.

Ao longo dos anos houve pequenas alterações não significativas, que resultaram na seguinte adaptação do número de dias abertas ao público, no ano de 2014, a saber:

- 10% das bibliotecas mantiveram o número de dias abertas ao público
- 60% das bibliotecas aumentaram o número de dias abertas ao público
- 30% das bibliotecas baixaram o número de dias abertas ao público

O que se traduz na tipologia BM1:

- 10% das bibliotecas mantiveram o número de dias abertas ao público
- 50% das bibliotecas subiram o número de dias abertas ao público
- 40% das bibliotecas baixaram o número de dias abertas ao público

O que se traduz na tipologia BM2:

- 33% das bibliotecas baixaram o número de dias abertas ao público das
-
- 67% das bibliotecas aumentaram o número de dias abertas ao público

5 – HORAS SEMANAIS DE ABERTURA AO PÚBLICO

HORAS SEMANAIS DE ABERTURA AO PÚBLICO		
BM1	2014	Ano de abertura
Condeixa – a - Nova	53	53
Lousã	42	108
Mira	55	44,3
Miranda do Corvo	52	Nd
Penela	50	52,8
Tábua	41	39
Vila Nova de Poiares	48	35

HORAS SEMANAIS DE ABERTURA AO PÚBLICO

BM1	2014	Ano de abertura
Cantanhede	69	40
Montemor – o – Velho	50	64
Soure	43	36,3

Houve uma alteração significativa no número de horas semanais de abertura ao público, a saber:

- 50% das bibliotecas aumentaram o número de horas de funcionamento
- 10% das bibliotecas não apresentam dados
- 30% das bibliotecas diminuíram o número de horas de funcionamento
- 10% das bibliotecas mantiveram o número de horas de funcionamento

6 – TECNOLOGIA – MICROCOMPUTADORES

RECURSOS HUMANOS										
BM1	ANO DE RECEÇÃO DOS COMPUTADORES					2014				
	IN TERNO	PÚB. OPAC	PÚB. INTER NET	PÚB. MULTI MEDIA	Total	IN TER NO	PÚB. OPAC	PÚB. INTER NET	PÚB. MUL TIME DIA	Total
Condeixa N.	8	0	13	0	21	7	13	13	0	33
Lousã	6	1	0	1	8	7	2	7	0	16
Mira	2	0	0	0	2	2	0	13	13	28
Miranda C.	4	0	0	2	6	6	12	12	0	30
Penela	9	1	15	0	25	7	1	15	0	23
Tábua	12	0	8	4	24	11	0	6	0	17

A Leitura Pública no Distrito de Coimbra (1987 – 2014)

VN Poiares	2	0	5	0	7	2	0	5	0	7
BM2										
Cantanhede	nd	3	2	1	6	9	8	8	0	25
Montemor V	0	3	1	2	6	9	12	12	0	33
Soure	33	0	0	0	33	4	1	4	0	9
TOTAL	64	49	95	13	221	76	8	43	11	138

Iniciaram em 1997 os primeiros inquéritos sobre a Tecnologia e os números de computadores ao serviço, interno e/ou externo, nas bibliotecas. As bibliotecas, à medida que vão sendo inauguradas, vão adquirindo os computadores.

Este gráfico faz a análise desde o ano em que as bibliotecas receberam os computadores até à atualidade (2014). O total dos primeiros computadores recebidos por todas as bibliotecas foi 138 para passarem em 2014 a ser 221.

A taxa de crescimento média foi de 160%.

$$(138 \div 221 \times 100 = 160\%)$$

A rubrica mais destacada em todo o distrito em 2014 foi “Público INTERNET” com 95 computadores, enquanto que, no ano de receção dos computadores a rubrica mais destacada foi INTERNO com 76 computadores. Justificam-se estes valores em 2014 devido à crescente necessidade de consulta da INTERNET assim como no ano de receção dos computadores se justificava a aquisição de computadores para o serviço interno da biblioteca.

A rubrica menos destacada em todo o distrito em 2014 é “Público Multimédia” com 13 computadores, enquanto que, no ano de receção dos computadores a rubrica menos destacada foi OPAC com 8 computadores.

Na classe TECNOLOGIA ultrapassa-se, em larga escala, o preconizado pelo programa tipo da DGLAB para a tipologia BM1 e BM2. Neste programa indica-se que, para uso interno, o número de computadores por tipologia de bibliotecas é o seguinte: 7 computadores para BM1, 13 computadores para BM2 e 20 computadores para BM3.

Deste modo em 2014, o que se traduz na tipologia BM1:

- 57% das bibliotecas têm 7 ou mais computadores internos
- 43% das bibliotecas está abaixo da média indicada pela DGLAB

Deste modo em 2014, o que se traduz na tipologia BM2:

- 100% das bibliotecas está abaixo da média indicada pela DGLAB

Temos assim, no ano da receção dos computadores:

- 33% dados não disponíveis
- 33% das bibliotecas está abaixo da média indicada pela DGLAB
- 33% das bibliotecas está acima da média indicada pela DGLAB

Frequentemente o mesmo computador serve várias rubricas, o que pode tornar enganosa a leitura do gráfico, o que sucede mais em 2014 com os computadores ao acesso do público.

7 – DESPESAS CORRENTES

As despesas correntes mais relevantes são as relacionadas com o pessoal.

As despesas com a aquisição de documentos não são minimamente significativas, o que se justifica com o fraco crescimento dos fundos documentais.

As maiores torres de despesa situam-se nos anos de abertura das bibliotecas, aquando da aquisição do fundo documental, estabilizando, logo em seguida, para se tornarem relevantes as despesas com o capital.

Em 2014¹, depois de todas as bibliotecas estarem estabilizadas – de acordo com as normas da IFLA – a despesa que se revela mais significativa é a despesa com o pessoal.

8 – UTILIZADORES DA BIBLIOTECA

CARTÕES DE LEITOR / EMPRÉSTIMO

A informação recolhida ao longo desta investigação permite-nos chegar a algumas conclusões sobre os utilizadores das bibliotecas.

De acordo com a utilização dos *cartões de leitor usados ao menos uma vez por ano* e agrupando os leitores em duas grandes categorias (*0-13 Anos* e *14 anos ou mais*) chegamos às conclusões seguintes, sobre a frequência dos serviços (registos referidos entre 1992 a 2014) :

FAIXA ETÁRIA	Nº UTILIZADORES
0-13 Anos	52550
14 Anos ou mais	104318

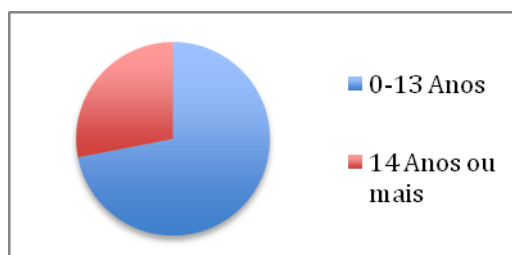
Esta frequência perfaz o valor de:

FAIXA ETÁRIA	Nº UTILIZADORES / ANO
0-13 Anos	5255
14 Anos ou mais	10432

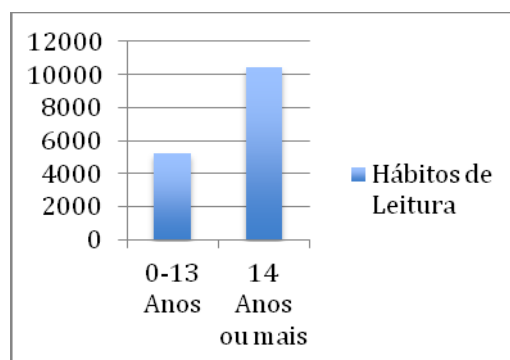
Não se consegue, através da leitura dos inquéritos da DGLAB e de acordo com a nossa problemática teórica, fazer um estudo por género (homem/mulher), porque não são dispensados esses elementos.

Também não se pode estabelecer uma relação entre o hábito de leitura e as habilitações académicas dos utilizadores, o nos permitiria caraterizar melhor o tipo de frequentadores das bibliotecas.

Deste modo se representa a relação entre a faixa etária e a posse do cartão de leitor:

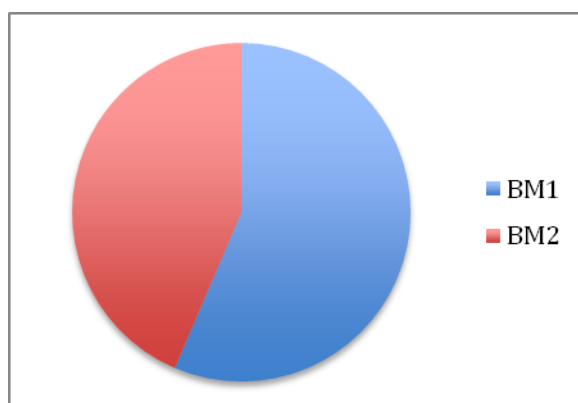


Também os hábitos de leitura se podem representar da seguinte forma, tendo em conta a frequência média anual de e acordo com a faixa etária:



A emissão de cartões de leitor novos está estabilizada entre as bibliotecas, sendo nas bibliotecas inauguradas no próprio ano que se encontra a maior taxa de inscritos novos.

Assim, tendo em conta a rubrica *cartões de leitor emitidos pela primeira vez no ano*, sabemos que de 1992 a 2014 houve 31536 cartões emitidos pela primeira vez, dos quais 17800 em bibliotecas tipologia BM1 e 13536 em bibliotecas tipologia BM2. A representação será, assim, a seguinte:



Nos casos em que existem “outros pontos de serviço” surge uma maior adesão e inscrição de novos leitores.

No que concerne ao *Empréstimo*, podemos analisá-lo na faceta *por idade*, e tipologia BM1/BM2. Assim, teremos:

FAIXA ETÁRIA	BM1	BM2	TOTAL
0-13 Anos	101890	99252	201142
14 Anos ou mais	192002	66884	258886

Na faixa etária dos 0-13 Anos os valores de empréstimo foram mais baixos (201142 pedidos) que na faixa etária 14 ou mais anos (258886 pedidos). Ficamos a saber, então, que mais lê são pessoas com 14 ou mais anos de idade.

As BM1 satisfazem mais pedidos de empréstimo (293892) do que as BM2 (166136), o que resulta numa média de 13995 pedidos por ano para as BM1 e 7911 pedidos por ano para as BM2.

Também neste gráfico não se pode obter um esclarecimento sobre os pedidos de empréstimo por género nem sobre as habilitações literárias do utilizador.

De referir que nem todas as bibliotecas dispõem de empréstimo de “outros documentos”, pelo que não surgem registos efetivos nos gráficos. Nesta rubrica, os documentos mais requisitados são os documentos audiovisuais com a satisfação de 51729 pedidos da média anual, conta 9467 pedidos áudio e 353 electrónicos, distribuídos da seguinte forma:

Outros Documentos	BM1	BM2	TOTAL
Audiovisual	38474	13255	51729
Áudio	4416	5051	9467

Eletrónico	353	0	353

Os Inquéritos da DGLAB não permitem avaliar que tipo de utilizador consulta a rubrica *Outros Documentos*. No entanto, não descurando o interesse que possam suscitar a qualquer faixa etária, entende-se o suporte multimédia como mais estreitamente direccionado para um público mais jovem.

9 – EMPRÉSTIMO ENTRE BIBLIOTECAS

O empréstimo entre bibliotecas é praticado de 1996 a 2014, ininterruptamente, nas seguintes percentagens:

- 40% das bibliotecas praticam empréstimo entre bibliotecas
- 60% das bibliotecas não praticam empréstimo entre bibliotecas

O empréstimo decorre da seguinte maneira:

Empréstimo Entre Bibliotecas	BM1	BM2	TOTAL
Documentos Recebidos	3	0	3
Documentos Emprestados	8284	70	8354

De acordo com os valores apresentados conclui-se que não se encontra articulada uma rede de empréstimos e de colaboração entre as bibliotecas do distrito.

10 – ANIMAÇÃO CULTURAL

O resultados provenientes da análise de dados relativos á animação cultural das bibliotecas públicas prende-se com duas vertentes distintas em termos de exposições: a exposição de artes plásticas e a exposição sobre livros e autores.

Verifica-se que a DGLAB apenas refere a necessidade de mensurar essas realidades a partir de 2009, pelo que a análise é feita entre o citado ano 2009 e 2014 ininterruptamente. Pelo fato podemos fazer a seguinte análise:

- 90% das bibliotecas realizam exposições de artes plásticas
- 80% das bibliotecas realizam exposições bibliográficas e relacionadas com autores

-
- 80% das bibliotecas realizam os dois tipos de exposições

Foram realizadas as seguintes exposições, de acordo com a tipologia BM1 e BM2 das bibliotecas:

Exposições	BM1	BM2	TOTAL
Artes Plásticas	141	60	201
Obras e Autores	237	78	314

No entanto, a falta de dados não permite avaliar com qual o público que vê as exposições quanto a faixa etária e a género.

11– ATIVIDADES REALIZADAS

As atividades realizadas pelas bibliotecas começaram a ser registadas no questionário da DGLAB desde 2009. Desde essa data até 2014 registam-se as atividades divididas por:

- Hora do conto
- Ateliers de leitura
- Conferências/Palestras
- Encontro com escritores
- Comunidade de leitores
- Outros ateliers

Faz-se, aqui, a apresentação desse espaço cultural que a biblioteca pública deve desenvolver, e que a tornam num polo de divulgação e desenvolvimento da população. A oferta deve ser diversificada e pertinente para a população que serve. Esse fator torna a biblioteca um espaço aberto e de dinâmicas enriquecedoras. Daí podemos resumir:

- 100% das bibliotecas realizam atividades de animação
- 100% das bibliotecas realizam a hora do conto

Dividido por atividades e por tipologia BM1 e BM2 temos o seguinte plano de atividades nas bibliotecas públicas do distrito de Coimbra:

Outros Documentos	BM1	BM2	TOTAL	Média Anual (atividade)
Hora do conto	1688	1663	3351	372
Ateliers de leitura	1675	556	2231	248
Conferências/Palestras	76	59	135	15
Encontro com escritores	80	85	165	18
Comunidade de leitores	155	117	272	30

Outros ateliers	539	27	566	62

12 – AÇÕES DE FORMAÇÃO

Uma obrigação para que a prestação de uma biblioteca seja positiva é, sem dúvida, o investimento m formação.

As bibliotecas desenvolvem formações em três áreas distintas, de maneira a fazer face às necessidades de um público cada vez mais exigente.

Estas ações começam a fazer parte da folha de recolha de dados da DGLAB desde 2009. Assim, temos:

Formações	Número de ações	Média de ações anual
-----------	-----------------	----------------------

Promoção da leitura	14	2,3
Informática	13	2,1
Outras	11	1,8

13 – SERVIÇOS BIBLIOTECÁRIOS À COMUNIDADE

As bibliotecas, de acordo com o Manifesto da UNESCO devem servir culturalmente de acordo com a realidade em que se inserem.

A evolução das sociedades fizeram com que as bibliotecas levassem os seus produtos a comunidade, fruto das mudanças trazidas pela modernidade. Conseguem, assim, elevar o número de público aderente a usufruir dos seus serviços. O lema é, quando o público não vai à biblioteca, a biblioteca deve ir ao público. Assim, temos:

Comunidade	Serviços Dispensados
-------------------	-----------------------------

Estabelecimentos de ensino	25
Centros de saúde / Hospitais	12
Lares e Centros de Dia	20
Prisões	0
Outras Entidades	21

14 – PRESENÇA NA INTERNET

Esta rubrica começou a ser respondida nos inquéritos da DGLAB em 2010.

Presença na Net	WEB	BLOG	Redes Sociais
2010	3	1	2
2011	2	2	3
2012	3	1	2
2013	2	1	2
2014	3	1	6

--	--	--	--

Apresentam-se as taxas seguintes, de acordo com o plano anual:

Ano: 2010

- 50% das bibliotecas responderam
- 50% das bibliotecas não responderam

Ano: 2011

- 40% das bibliotecas responderam
- 60% das bibliotecas não responderam

Ano: 2012

- 40% das bibliotecas responderam
- 60% das bibliotecas não responderam

Ano: 2013

- 30% das bibliotecas responderam
- 70% das bibliotecas não responderam

Ano: 2014

- 80% das bibliotecas responderam
- 20% das bibliotecas não responderam

Registou-se um aumento de adesão em 2014 nas redes sociais, que são um ponto de referência e encontro da população, tornando-se num novo espaço de divulgação, aquisição e troca de informação. As páginas WEB continuam a manter-se, devido, sobretudo, às páginas das redes de Bibliotecas Concelhias criadas no âmbito da RBE – Rede de Bibliotecas Escolares. Os Blogs perderam espaço com o desenvolvimento das Redes Sociais.

Esta adesão por parte das Bibliotecas manifesta a tendência e a necessidade sentida de acompanhar a evolução sócio-cultural e tecnológica que caracteriza a nossa sociedade.

CONCLUSÕES FINAIS

Uma vez que foi concluída a apresentação e a análise dos dados podemos concluir os seguintes pontos:

A grande maioria das bibliotecas não cumpre os parâmetros referenciados como mínimos exigidos pela DGLAB e pela IFLA.

As grandes “classes” que mais caracterizam as bibliotecas são os recursos/fundos documentais, os recursos humanos e os recursos tecnológicos.

Há uma grande dificuldade em conseguir atingir os níveis pretendidos pela DGLAB em qualquer tipologia.

Estes inquéritos não nos permitem concluir os hábitos de leitura em relação ao nível de escolaridade e género.

Conseguimos apurar que a tendência para o uso das novas tecnologias é um fato e que há um gosto pela divulgação da informação a partir das novas tecnologias. Cada vez se usam mais os meios tecnológicos para difundir a informação e chegar a um público mais distante.

BIBLIOGRAFIA

ARMS, M. Y. (2000) – *Digital Libraries*. Cambridge, London, The MIT Press, p.85

ARNAU RIVED, Pilar - *Documentación: Hitos Históricos – Precedentes – Dewey – Otlet – Fid*. Madrid: Mundarnau Edición, 1999, 373 p.

BARRETO, António (org), *A Situação Social em Portugal, (1960-1995)* Lisboa, Instituto das Ciências Sociais.

Bob Usherwood é conferencista e professor na Faculdade de Informação da Universidade de Sheffield em Inglaterra

BORGES, Jorge Luis - *Elogio de la sombra..* Buenos Aires: Emecê, 1974.

BUNGE, Mário – *La investigación científica: su estrategia y su filosofía.* Barcelona: Editorial Ariel, s.d. p.199.

CABRAL, Luís – *As bibliotecas públicas portuguesas: problemas e propostas de desenvolvimento.* (Porto): Edições Afrontamento, 1999. 77 p.

ECO, Umberto - *Como se faz uma tese em ciências humanas.* Lisboa: Ed.Presença, 1995. 231p

FORTUNA, Carlos; FONTES, Fernando – *Leitura Juvenil: Vol. I – Hábitos e práticas do distrito de Coimbra.* Edição: Instituto Português do Livro e das Bibliotecas – Observatório das Actividades Culturais, Abril 1999.

FORTUNA, Carlos; FONTES, Fernando - *Sobre a Leitura: Bibliotecas Públicas, utilizadores e comunidades: o caso da Biblioteca Municipal António Boto.* 2000, p. 17

GONÇALVES, Carlos César Correia – *A motivação face das emoções.* Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2004.

GONÇALVES, Carlos César Correia – *Alguns dados para acabar com a burocracia .* Lisboa: ÁQUILA, 1998, 30p.

GONÇALVES, Carlos César Correia - *As pesquisas, as colectas e a investigação e os trabalhos científicos*. Lisboa: Universidade Lusófona, 2000. p.47.

GONÇALVES, Carlos César Correia – *Glossário de termos relacionados com partes do conhecimento*. Lisboa: Universidade Lusófona, 2000.

GONÇALVES, Carlos César Correia – *Glossário de termos relacionados com partes do conhecimento*: Lisboa: Universidade Lusófona, 2000. 843 p.

GONÇALVES, Carlos César Correia; HUNGRIA, Maria Amélia Rocha de Paula - Guia de elaboração e apresentação de trabalhos escritos. *in: Actas Quinto Encontro dos bibliotecários Arquivistas e Documentalistas Portugueses*. Braga: Livraria Cruz; 1976. p 353-376.

GONÇALVES, Carlos César Correia – *Ideias para uma dissertação de mestrado e para uma tese de doutoramento*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2001.

GONÇALVES, Carlos César Correia - *O estado dos suportes institucionais em Portugal*, 1ºvol. Tese de Doutoramento. Madrid: UCM, 1997. p. 178.

GONÇALVES, Carlos César Correia - O stress em bibliotecas/ CDI, no ensino, na saúde, nas formas militares e militarizadas, na função pública e nas empresas. 1º vol. Lisboa: S.Ed. 1997. p. 70.

GONÇALVES, Carlos César Correia – *Organização e simplificação administrativa*. Lisboa: COCITE, 1997.123p.

GONÇALVES, Carlos César Correia – *Porque e como se faz uma investigação*. Lisboa: Universidade Lusófona, 2003, 82p.

GONÇALVES, Carlos César Correia – *Processos de investigação, seus principais procedimentos*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2000. p.32.

GONÇALVES, Carlos César Correia – *Terminologia da documentação, da investigação de informação: glossário de termos da documentação administrativa, científica e técnica, bem como da investigação, da informação e de ciências afins*. 3ªed.L Lisboa: Aquilla, 1998.p.211.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira / Prof. Dr. António Mendes Correia ...[et. al]. - Lisboa : Editorial Enciclopédia. - IV vol., 1983 .p.648

<http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/616/1/93-97FCHS2004-11.pdf> [consultado a 8 de agosto de 2015]

<http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/616/1/93-97FCHS2004-11.pdf> [consultado a 15 de setembro de 2015]

http://rb.mirandadocorvo.com/index.php?option=com_content&view=article&id=61&Itemid=59 (acedido em 10 de setembro de 2015)

<http://rbe.mec.pt/np4/programa.html> [consultado a 16 de setembro de 2015]

<http://rbm.cm-mira.pt/parceiros/2012/06/18/cfae-beira-mar.html> (acedido em 15 de setembro de 2015)

http://rcbp.dglib.pt/pt/ServProf/Documentacao/Documents/PORTUGAL_EstudoTranseuropeu.pdf [consultado a 11 de setembro de 2015]

<http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/157/150> [consultado a 12 de setembro de 2015]

<http://www.bpb.uminho.pt/Default.aspx?tabid=4&pageid=35&lang=pt-PT>

[http://www.cm-](http://www.cm-arganil.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=786&Itemid=517)

[arganil.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=786&Itemid=517](http://www.cm-arganil.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=786&Itemid=517)

(acedido em 15 de setembro de 2015)

<http://www.cm-cantanhede.pt/mcsite/Content/?MID=7&ID=1740&MIID=288>

(acedido em 15 de setembro de 2015)

<http://www.cm-condeixa.pt/rbcondeixa/index.php/rede-de-bibliotecas/parceiros-da-rede> (acedido em 15 de setembro de 2015)

http://www.cm-lousa.pt/biblioteca_municipal?m=c41 (acedido em 15 de setembro de 2015)

http://www.cm-montemorvelho.pt/biblioteca_municipal.htm -(acedido em 15 de agosto de 2015)

<http://www.cm-penacova.pt/rbp/index.php/16-parceiros/14-parceiros> (acedido em 10 de setembro de 2015)

[http://www.cm-](http://www.cm-Tabua.pt/?lop=conteudo&op=03c6b06952c750899bb03d998e631860&id=fb7b9ffa5462084c5f4e7e85a093e6d7)

[Tabua.pt/?lop=conteudo&op=03c6b06952c750899bb03d998e631860&id=fb7b9ffa5462084c5f4e7e85a093e6d7](http://www.cm-Tabua.pt/?lop=conteudo&op=03c6b06952c750899bb03d998e631860&id=fb7b9ffa5462084c5f4e7e85a093e6d7)-(acedido em 15 de agosto de 2015)

<http://www.cm-vilanovadepoiares.pt/?mostra=cultura> -(acedido em 15 de agosto de 2015)

<http://www.dglb.pt/sites/DGLB/Portugues/bibliotecasPublicas/Paginas/manifestoUnescoBibliotecasPublicas.aspx> [consultado a 11 de setembro de 2015]

<http://www.finlandia.org.br/public/default.aspx?contentid=124121> [consultado a 11 de setembro de 2015]

<http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2004/WP1-2004.pdf> (acedido em 16 de setembro de 2015)

<http://www.iplb.pt/SITES/DGLB/PORTUGUES/BIBLIOTECASPUBLICAS/Paginas/bibliotecasPublicas.aspx> [consultado a 3 de setembro de 2011]

http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt/pnlvt/uploads/balancos/relat_actividades_5_anos.pdf [consultado a 16 de setembro de 2015]

<http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt/pnlvt/apresentacao.php?idDoc=2> [consultado a 16 de setembro de 2015]

<http://www.publico.pt/local-centro/jornal/biblioteca-de-penela-abre--as-portas-com-15-mil-livros-99921->(acedido em 15 de agosto de 2015)

IZQUIERDO ARROYO, José Maria - La organización documental del conocimiento: el marco documental. Madrid: Tecnicdoc, 1995. ISBN 84-920579-0-4

LEMOIS, A. A. Briquet - 1981 – *A portrait of librarianship. In developing societies*.s.l.:s.ed., 1981

LESSANO-HÉBERT, Michelle et al – *Investigação qualitativa – fundamentos e práticas* . Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

LOPEZ YEPES, José - *Fundamentos de información y documentación*. 2ª Ed. Madrid: Eudema, 1990. 485 p. ISBN 84-7754-054-3

Luís Cabral é licenciado em Filologia Românica, diplomado com o curso de Bibliotecário-Arquivista e Master of Arts in Librarianship desempenhando o cargo de director da Biblioteca Pública Municipal do Porto desde 1986.

MANIFESTO DA UNESCO RELATIVO ÀS BIBLIOTECAS PÚBLICAS – [Em linha] [Consultado a 22 de julho de 2015]. Disponível em WWW:<URL:

<http://www.bpb.uminho.pt/Default.aspx?tabid=4&pageid=35&lang=pt-PT>

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria - *Metodologia do trabalho científico*. 6ª ed. São Paulo: Editora Atlas SA, 2001. p. 102.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria – *Metodologia do Trabalho Científico*, 6ª ed..São Paulo: Editora Atlas,-2001. p.104.

MELO, Daniel – *A Leitura Pública no Portugal contemporâneo : 1926-1987*. Lisboa : Imprensa de Ciências Sociais, 2004. ISBN 972-671-137-1

MENDES, Ana Sofia Galheta - *A gestão de qualidade nas bibliotecas públicas portuguesas: implementação do sistema segundo a norma NP EN ISO 9001:2008*, tese de mestrado [consultado a 11 de setembro de 2015]

Mendes, Ana Sofia Galhetas - A gestão de qualidade nas bibliotecas públicas portuguesas: implementação do sistema segundo a norma NP EN ISO 9001:2008, tese de mestrado, pág. 1 [consultado a 11 de setembro de 2015]

Mendes, Ana Sofia Galhetas - A gestão de qualidade nas bibliotecas públicas portuguesas: implementação do sistema segundo a norma NP EN ISO 9001:2008, tese de mestrado, pag. XII [consultado a 11 de setembro de 2015]

MOURA, Maria José (coord.) - *Relatório sobre as bibliotecas públicas em Portugal*. Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura, 1996

NOGUEIRA, José Félix Henriques, 1823-1848 – Estudos sobre a reforma em Portugal / por J.F. Henriques Nogueira. – Lisboa: Typ. Social,1851, 2v; 14 cm

ORTEGA Y GASSET, José – *Misión del bibliotecario y otros ensayos afines*. 2ª ed. Madrid: Revista Occidente, 1967

OTLET, Paul - *Manuel de la Bibliothèque Publique*. Bruselas: Union de las Villes et Comunes Belgues, Publ. núm. 17, 1923, página 41.

PINTO MOLINA, Maria - Análisis documental: fundamentos y procedimientos. Prólogo a la primera edición de Georges Van Slype; prólogo a la segunda edición de José López Yepes. 2ª. Ed. Madrid: Ediciones de la Universidad Complutense, 1993. 270 p. ISBN 84-7754-070-5.

Portugal, Direção-Geral dos Livros, dos Arquivos e das Bibliotecas - *Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais*. Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura, 2009, pág. 2

Portugal, Direção-Geral dos Livros, dos Arquivos e das Bibliotecas - *Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais*. Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura, 2009, pág. 13

Portugal, Direção-Geral dos Livros, dos Arquivos e das Bibliotecas Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais. Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura, 2009, págs. 15-17

REBELO, Carlos Alberto – *A difusão da Leitura Pública: as bibliotecas populares (1870-1910)*. Porto: Campo das Letras, 2002, 230 p.

SHERA, Jesse H. – *Introduction to library science ; basic elements of library service*. Liteleton: Libraries Unlimited, 1976. p.37.~

TOTTERDELL, Barry - *Public library purpose, a reader*. Londres: Clive Bingley: Linnet Book, 1978.

USHERWOOD, Bob – *A biblioteca pública como conhecimento público*, Editorial Caminho, Lisboa, 1999, 212 p.

Resumen en Español.-

“Las Bibliotecas reúnen toda la producción del trabajo intelectual y los medios para incrementar dicha producción. Son, por tanto, los depósitos, los laboratorios y los instrumentos de la Ciencia. Desde el punto de vista de la enseñanza y de la transmisión de conocimientos, son las aliadas y los complementos de la Escuela y de la Universidad, y deben

de funcionar como elementos propios de la organización de la educación comunitaria”

Paul Otlet¹¹⁹

Al iniciar este trabajo de investigación sobre las bibliotecas he seleccionado esta cita de Paul Otlet. Aunque se remonte a los años 20 del pasado siglo, es todavía actual, y nos lleva al punto clave del tema proporcionando las líneas maestras de orientación de la investigación que nos proponemos.

Antes del siglo XX, la información circulaba, cuando circulaba, casi exclusivamente en soporte papel (libros, revistas, periódicos). Las bibliotecas, por obvia necesidad, sólo están preparadas para recibir tales materiales. Solamente a partir de mediados del siglo XX, y como consecuencia del desarrollo de nuevos soportes documentales, aparecerán, por orden cronológico: discos, la cinta magnética, el videocasette, los CDs, las diapositivas, por sólo citar los más conocidos. Y tales soportes crearon nuevas formas de estar en el mundo, nuevas actividades y nuevas vivencias,

Fue la explosión de la información y el gran desarrollo tecnológico los que permitieron que las bibliotecas no se mantuvieran indiferentes al cambio. Como escriben Carlos Fortuna y Fernando Fuentes: “La Biblioteca Pública accesible a todos, sin distinción de credo ni color, de edad, sexo o lugar de residencia y defensora de una concepción dinámica y amplia

^{119 119} OTLET, Paul - *Manuel de la Bibliothèque Publique*. Bruselas: Union de las Villes et Comunes Belgues, Publ. núm. 17, 1923, página 41.

de la información es hoy una realidad crucial para el desarrollo sociocultural.¹²⁰,”

Actualmente, una Biblioteca de la Red Nacional de Lectura Pública tiene como objetivos:

- El aprendizaje de la lectura;**
- El dominio de esa competencia (alfabetización);**
- La creación y desarrollo del placer de leer y la adquisición de hábitos de lectura;**
- La capacidad de seleccionar la información y actuar críticamente ante la cantidad y diversidad de los fondos y soportes que son puestos a disposición de las personas;**
- El desarrollo de métodos de investigación autónomos;**
- La profundización en la cultura cívica, científica, tecnológica y artística.**

Esta apertura de mentalidad va a dar origen a una gran necesidad de tratamiento de la Información. Y precisamente de ese gran desafío es del que vamos a tratar en el presente trabajo. Vamos a realizarlo estudiando las bibliotecas de Lectura Pública desde 1987 hasta el año 2014, a partir de los indicadores de las estadísticas anuales de la DGLAB. Los indicadores oficiales que posibilitan este análisis son objeto de los cuestionarios Estadísticos de la Red de Lectura Pública cumplimentados anualmente por las bibliotecas integrantes de la Red.

Se escogió estudiar el Distrito de Coimbra por ser un Distrito compuesto por diversas realidades socio-geográfico-económicas, que ofrece para el estudio bibliotecas que están

¹²⁰ FORTUNA, Carlos; FONTES, Fernando - Sobre a Leitura: Bibliotecas Públicas, utilizadores e comunidades: o caso da Biblioteca Municipal António Boto. 2000, p. 17

en el interior, en el litoral y en uno de los centros cosmopolitas más intelectuales de Portugal. El análisis de la lectura pública en el Distrito de Coimbra constituirá una muestra de lo que representa la lectura pública en el mismo Portugal.

Debo indicar que la matriz de recogida de datos del correspondiente cuestionario , a lo largo de los años, fue experimentando alteraciones, adaptándose a las nuevas situaciones, lo que originó un problema en la informatización del tratamiento de los datos.

De forma resumida se caracterizan las bibliotecas del mismo Distrito integrantes de la citada Red de Lectura Pública:

Biblioteca Municipal de Arganil, Biblioteca Municipal de Cantanhede, Biblioteca Municipal de Condeixa-a-Nova, Biblioteca Municipal de Lousã, Biblioteca Municipal de Mira, Biblioteca Municipal de Miranda do Corvo, Biblioteca Municipal de Montemor-o-Velho, Biblioteca Municipal de Penacova, Biblioteca Municipal de Penela, Biblioteca Municipal de Soure, Biblioteca Municipal de Tábua e Biblioteca Municipal de Vila Nova de Poiares.

Se definieron en sus particularidades, con especial atención a lo tienen en común como formadas por diversas área de utilización pública para la lectura, audición y visionado, a saber:

Sección de Adultos compuesta por zonas para préstamos, consulta local y lectura de periódicos

Sección infantil organizada con espacios diseñados de acuerdo con los grupos de edad, y disponiendo de un área reservada a los pequeños, que incluye una sala de cuentos

para las actividades de grupo, de animación a la lectura, de dramatización, de visita de escritores, de bebeteca, etc...

Sala polivalente o auditorio que es un espacio destinado a la realización de actividades de animación cultural como: coloquios, debates, encuentros con escritores, y dirigida a públicos específicos.

Galería de exposiciones donde se presentan trabajos de artes plásticas, artesanas, documentales y otras.

Con el desarrollo de las TIC además de la automatización de las funciones tradicionales en las bibliotecas, se hizo posible la disponibilidad de un catálogo, la informatización del préstamo domiciliario, dado que ambas opciones son posibles, así como un elenco excepcional de servicios nuevos para los usuarios, como la información a la comunidad y la autoformación, el acceso a comunidades on-line, la participación en redes sociales , siempre con base en la herramienta que llegó para alterar lo cotidiano de estas instituciones: INTERNET.

La caracterización de las bibliotecas del distrito se presenta, preferencialmente, de acuerdo con los textos publicados en las páginas de los municipios u otros que se ofrezcan

Los objetivos del trabajo presente fueron:

- Medir el grado de conocimiento de los usuarios de los servicios bibliotecarios;**
- Medir el grado de utilización de los mismos;**
- Medir el grado de satisfacción de los usuarios;**
- Definir cuáles son los soportes más utilizados;**
- Relacionar los varios servicios, comparándolos unos con otros, y definir cuáles son los más solicitados;**

- Conocer hasta qué punto son conocidos por los usuarios los servicios de la biblioteca;
- Determinar, con respecto al cuadro profesional ubicados en ellas, su preparación intelectual.

Finalmente y en el capítulo de las conclusiones, después de tratamiento estadístico de los datos, año tras año, enumeramos las siguientes:

1.- En relación al fondo documental, destacamos que no alcanza los valores mínimos preconizados por la DGLAB, ni está actualizado de manera aceptable.

2.- El primer año del funcionamiento de una biblioteca es aquel en que el fondo adquiere más unidades. A partir del segundo año, las adquisiciones apenas son relevantes

3.- En relación a los recursos humanos, el cuadro del personal cuenta con profesionales en su mayor parte procedentes de formación en BAD, aunque el número total de funcionarios y trabajadores está por debajo del aconsejado por la DGLAB.

4.- Asimismo sucede igual con el de medios tecnológicos, debajo del recomendado por la misma institución

5.- Con relación al préstamo, se nota que en algunas bibliotecas se ha dado una reducción del préstamo a domicilio.

La conclusión final de este trabajo es que se necesita una implicación mucho mayor por parte de los técnicos de las bibliotecas, de las autoridades, de los legisladores, de las asociaciones, de tal manera que cooperen para realizar una evaluación concreta del sistema de Lectura Pública.

Resulta urgente promover su conocimiento y adoptar las dinámicas adecuadas que ayuden a sacar el máximo partido de los recursos existentes, en pro de la mejora cultural, actuando

con claridad y sirviendo de forma pertinente al público al que se destina su actividad.

ABSTRACT (versión inglés) : “ *The Public Reading in Coimbra Disrtrict*”

D^a María Donzilia dos Santos Alves Carbalho.

“The libraries add all to the production of intellectual work and the means to increase such production, being in turn the deposits, the laboratories, or the science instruments, they are their allies and the supplements of the school and the university, and should

function as proper elements of organization for the education of the community”(1)

Paul Otlet¹²¹

Before the XX century the information circulated - when it did - almost exclusively as support of paper (books, magazines, newspapers). As libraries, by obvious need, were barely prepared to receive those materials. Only after the second part of the XX century, as a result of scientific work, new supports of documents, appeared by their chronological order: a magnetic tape, a videocassette, the CD's, the cassette ; the slides, to name just the few most known, and these supports created new forms of being in the world, new activities and lifestyles.

Goals.-

Today, a library, part of a national network, has the following objectives:

- The learning of the reading material.
- The mastery of that competence (literary).
- The creation and development of the pleasure of reading and the acquisition of reading habits.
- A capacity to select information and to act critically towards a quantity and diversity of deposits and supports that today are put at people's disposal.
- The development of methods and the autonomous research.
- A deepening of civic culture, scientific, technological and artistic.

According to the report of the “Transeuropean Study to assess the perceptions of the usage and benefits of the Information Technology in the public libraries”, done by the foundation Bill & Melinda Gates, in October 2012 there were registered, in Portugal¹²², 510 libraries, what is equivalent to 0, 5 public libraries per 10.000 inhabitants, in comparison with an average, in the 17

¹²¹ OTLET, Paul – ***Manuel de la Bibliothèque Publique***. Brussels. Unión de las Villes et Comunes Belgues, Publ. Num. 17, 1923, page 41.

2.(http://rcbp.ddglib.pt/pt/ServProf/Documentacao/Documents/PORTUGAL_EstudoTranseuropeu.pdf) (Consulted on September 11, 2015)

countries of the EU of 1, 3 libraries per 10.000 inhabitants. The number of 510 libraries is based in official data of the General Direction of archives and libraries, and includes the main libraries and the annexed ones. They are classified on this manner (2):

- 194 Main libraries.
- 168 Libraries annexed of the RNBP.
- 105 Central Libraries not part of RNBP.
- 43 Annexed libraries not pertaining to RNBP.

With the developing of the Information and Communications Technologies, a part of the automatization of the traditional functions in the libraries, it became possible the availability of the catalog, the information of the home loan, and also a wide range of new services, as the information to the community or the self training, and the access of the public to the on-line service, the participation in social networks, always as a base tool that changed the routines of those institutions: Internet.

We defined the objectives of this work:

- To measure the level of knowledge in the usage of the library services,
- To measure the level of usage of the services available at the libraries.
- To evaluate the level of satisfaction of the library users.
- To define which types of supports are not used.
- To relate the various services, comparing among them the ones more solicited by the users.
- Investigate up to what point the library responds to the needs of their users.
- To define the relation of the personnel and the category and their literary habits.
- Investigate with what frequency users go to the library by sex, age or literary abilities.
- Investigate what type of documental support is most searched for.

Methodology.-

A bibliography revision-chapter 1-was a documental foundation of my work. With this

Aim there were developed the research and later treatment results of the investigation (selection and interpretation) and that allowed extracting the information relevant for this study.

About the public libraries we pretend to analyze the terminology, once defined that the word library comes from the Greek *bibliothéke* ¹²³. The first (biblion) means book. There is any structure that forms a protective casing shelves, building or other any object in which books are saved.

Related to public libraries is highlighted that, in Portuguese, the expression public library loses a large part of its meaning. It is said that Joseph H. Shera, in the work *Introduction to Library Science* states that at the beginning of the XIX century, the moment in which appears an idea of public library, departing of the idea that all the citizens have the right to have access to the education and culture, it is stressed, furthermore, the important role in favor of the adult alphabetization and the permanent (as proclaimed by the UNESCO), that the public libraries have played along the years.

The public libraries should offer a free access to information, purpose that should be budgeted and generalized in the entire world. If that service was a paid one it could stop being a right and then will be merchandising.

“Public Lecture” is an expression used during this period to designate collective loud readings in loud speaking, done it at the popular public libraries. With the decline of that popular practice falls and comes back after the 1st big war. As the reading was a good that had to be paid and the few libraries then merely were used by a public more erudite emerged the “Offices of Reading” giving work at reasonable prices for the ones that did not have money to purchase them. That happened more in the XIX century.

The goal of the creation of the popular libraries was very well chosen, but the document deposits were not relevant for their readers-the people. With time that did not disappear, quite the opposite, it evolved to a crisis of the Library Institution at the end of the XIX century.

¹²³ MENDES CORREIA, Antonio et all. *Grande Enciclopedia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa-Editorial Enciclopedia-IV vol. , 1893 p. 648.

It was chosen as basic frame the decade of the 70's in the XX century, because at national level there were two associations that solved, somehow, The BAD, that gave training to some consultancy company and the foundation Calouste Gulbenkian, that had mobile libraries and supplied books to some libraries.

It is recognized a key role to the Manifest of Unesco related to Public Libraries as being the voice of the UNESCO to encourage countries to create public libraries for the public and united three networks. These libraries had as a mission to open doors for the information, to the literacy, the education and culture, offering their services independent and free of charge.

Results and Conclusions.-

The main characteristics of the new public libraries should avoid that them turn into a repetition of the traditional model. They should be planned according to the community that serves and should pay attention to use and not to the maintenance although there is a section of local studies for integrating the historic local deposits. They should have activities directed to the users and the potential users, to satisfy their activities.

There is, furthermore, the project BIBLIOPOLIS, which aim is to support libraries in big urban centers where there already other important units of information including university libraries, citing the counties of Braga, Porto, Evora and Lisbon.

Furthermore, in the mentioned "Program in Support of the County Libraries", is confirmed that the contract programs have a period of validity minimum of five years, and that is a competence of the counties to create libraries and not look for its good functioning, being the responsibility of the central government to support technical and financial that allow its creation and development. A responsibility of the state's secretary of culture could pay for the 50% of the costs for the project presented, having in mind the "costs of the planning team, the construction work, furniture and specific equipment, documental deposits of information and communication technologies"¹²⁴.(4)

¹²⁴ Ibidem, pag. 4

The study was based on the answers to a statistical survey questionnaire, done on 151 libraries with one or more years of functioning, between 1993 to 2002. Coming from that study the following conclusions were reached, that we therefore communicate:

- There exists a big variability in the dimension of the collections, so libraries of the same type that passes collections of very different sizes.
- The data provided to the public, in most of the libraries (more than 60%) do not correspond to the minimum value of the documents recommended by DGLB.
- There are libraries that, three or more years after starting, state that they do not have a minimum documental deposit to start, as advised, being that of monographs or other documents.
- In what responds to the collection of monographies, it was verified that 3 or more years after their opening to the public, 25% of the BMI, 32% of the BM2, 44% of the BM3 do not possess the minimum of facilities recommended.
- In the program DGLB, there is recommended a minimum of 19,000 monographies and 1700 “other documents” for the BMI, 34.000 monographies and 3.000 “other documents” for the BM2, and 47.000 monographies and 500 “other documents” for the BM3

Given that as libraries being efficient in administration is obligatory, to endow them with the logistic conditions needed to reach that efficiency. Equally it was necessary that they could access rapidly to the sources of information that could be located in Portugal or overseas. Because of that and because these days nothing is done without computers, so it was necessary to structure TI in the National Network of Public Reading.

In that environment appeared PORBASE (National Base of Bibliographic Data) which main objective was to promote an integration of the city libraries in the national information system of bibliographic information.

According to the “Program of Support to City Libraries” the human resources are of vital importance for the functioning of the library. For that they should be endowed of personnel in sufficient number and appropriate education that know how to use the resources of the library as efficient manner.

In order to obtain enough qualified personnel in the areas of libraries and documentation-high level technical personnel and technical assistants-the public libraries should recruit qualified personnel for the fulfillment of specific roles that are justified, as per example: computer experts, cultural coaches, trainers, etc.

The distribution of the public libraries in the regions is not in equilibrium and could be well analyzed in “case public library” we have to divide in four categories: big libraries, small libraries, rural libraries and urban libraries. Here reside the differences and inequalities of the system.

About the quality of the libraries, in what is referred to public libraries, they are for excellency entities that should offer a quality in the services that offer to the community. Let's mention, furthermore, that it can be provided with a big contribution truly important to the public libraries, increasing their user satisfaction. When is talked about quality satisfaction, we refer the issue to a society that is every day more demanding on the level of performance, and that translates to increase the competitiveness indexes in the services provided. Quality is synonymous to efficacy, and the more efficient is a service, more possibilities they have of selling their products, to satisfy the public and consequently, of selling.

In the second chapter we state a problem, citing to Mario Bunge and Carlos Correia Goncalves, that way is pretended to know who uses a public library: to know if is a minority the one that uses the public libraries; to know if it is satisfactory or not the system of “Public Reading” in the concrete case analyzed; characterize the system to see if it corresponds positively to questions and the needs of the population.

The methodology used was analyzed in the chapter 3, stressing that an investigation work should be under the shelter of a method that supports the solution of the problems. By method we understand the road that takes us to reach our objective, according with what had already planned. Also is cited Umberto Eco in relation to the methodology to adopt.

The treatment of information, namely the word processing, was made throu the word processor MICROSOFT WORD for MAC

2011, that also allowed the analysis and treatment of data, at the same time as the respective construction of comparative graphics.

A major **conclusion** of this work is that it is necessary an involvement very big from part of the library technicians, of the mayors, of the legislators, of the associations, so as to highlight an exact evaluation of the system of public reading.

It is urgent to promote his knowledge to adopt the adequate dynamics that help to take the maximum of the existing resources in favor of the literacy, operating with quality, offering the service as is required, and the way the public that is destined requests it.

SUMÁRIO

PÁG

DEDICATÓRIA

3

	CITAÇÃO	5
	AGRADECIMENTOS	7
	PALAVRAS-CHAVE	9
	RESUMO	11
0	- INTRODUÇÃO	41
0.1	- SOBRE ESTE TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO	45
0.2	- BREVE CARATERIZAÇÃO DAS BIBLIOTECAS DO DISTRITO DE COIMBRA	46
0.2.1	<i>- Biblioteca Municipal de Arganil</i>	48
0.2.2	<i>- Biblioteca Municipal de Cantanhede</i>	48
0.2.3	<i>- Biblioteca Municipal de Condeixa-a-Nova</i>	49
0.2.4	<i>- Biblioteca Municipal de Lousã</i>	49
0.2.5	<i>- Biblioteca Municipal de Mira</i>	52
0.2.6	<i>- Biblioteca Municipal de Miranda do Corvo</i>	53
0.2.7	<i>- Biblioteca Municipal de Montemor-o-Velho</i>	53
0.2.8	<i>- Biblioteca Municipal de Penacova</i>	54
0.2.9	<i>- Biblioteca Municipal de Penela</i>	56
0.2.10	<i>- Biblioteca Municipal de Soure</i>	57
0.2.11	<i>- Biblioteca Municipal de Tábua</i>	57
0.2.12	<i>- Biblioteca Municipal de Vila Nova de Poiares</i>	58
0.3	- DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS	59
0.4	- DIFICULDADES E LIMITAÇÕES ENCONTRADAS	60
0.5	- DEFINIÇÃO DE CONCEITOS	61
1	- REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	63
1.1	- EM RELAÇÃO ÀS BIBLIOTECAS PÚBLICAS	64
1.1.1	<i>- A biblioteca – Análise terminológica</i>	64
1.1.2	<i>- Nova concepção de biblioteca</i>	64
1.1.3	<i>- Breves apontamentos sobre a história das bibliotecas</i>	65
1.1.3.1	<i>- Bibliotecas públicas</i>	65
1.1.3.2	<i>- O caso português</i>	69
1.1.4	<i>- Em relação à Rede de Leitura Pública</i>	79
1.1.5	<i>- O Projeto RILP</i>	89
1.1.6	<i>- Tecnologias de informação e comunicação – TIC</i>	90

1.1.7	- <i>Recursos humanos</i>	91
1.1.7.1	- <i>O bibliotecário</i>	92
1.1.7.1.1	- <i>O papel do bibliotecário</i>	93
1.1.7.1.2	- <i>A formação do bibliotecário</i>	96
1.2	- EM RELAÇÃO À DOCUMENTAÇÃO	98
1.3	- EM RELAÇÃO AOS UTILIZADORES DA BIBLIOTECA	99
1.4	- EM RELAÇÃO À QUALIDADE	102
1.4.1	- <i>Organização e racionalização do trabalho</i>	104
1.4.2	- <i>A qualidade dos serviços</i>	105
1.5	- EM RELAÇÃO À ELABORAÇÃO DO TRABALHO ESCRITO	107
1.6	- EM RELAÇÃO À MOTIVAÇÃO	110
2	- FORMULAÇÃO DO PROBLEMA	113
2.1	- EM RELAÇÃO AO PROBLEMA	114
3	- METODOLOGIA	115
3.1	- INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS UTILIZADOS	116
3.2	- VALIDAÇÃO DO QUESTIONÁRIO	117
3.3	- ANÁLISE E TRATAMENTO DE DADOS	118
4	- HIPÓTESES FORMULADAS	119
4.1	- EM RELAÇÃO AOS DOCUMENTOS	120
4.2	- EM RELAÇÃO AO PESSOAL	121
4.3	- EM RELAÇÃO AOS RECURSOS FINANCEIROS	121
4.4	- EM RELAÇÃO À UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS	121
4.5	- EM RELAÇÃO À LEITURA	121
4.6	- EM RELAÇÃO ÀS FOTOCÓPIAS E IMPRESSÕES	122
4.7	- EM RELAÇÃO À ANIMAÇÃO CULTURAL	122
4.8	- EM RELAÇÃO AO MATERIAL INFORMÁTICO	122
5	- AS VARIÁVEIS	123
5.1	- AS VARIÁVEIS E OS ASSUNTOS RELACIONADOS	124
5.2	- CODIFICAÇÃO DAS VARIÁVEIS	126
5.3	- CORRELAÇÃO ENTRE AS VARIÁVEIS E OS ASSUNTOS	127
6	- CRONOGRAMA	129
7	- TRATAMENTO DE DADOS E INTERPRETAÇÃO DE	131
	ÍNDICES DE LEITURA	

	MONOGRAFIAS EXISTENTES	133
	TOTAL MONOGRAFIAS EXISTENTES	144
	MONOGRAFIAS ADQUIRIDAS	156
	TOTAL MONOGRAFIAS ADQUIRIDAS	168
	OUTROS DOCUMENTOS EXISTENTES	180
	OUTROS DOCUMENTOS ADQUIRIDOS	192
	RECURSOS HUMANOS – PESSOAL	204
	TOTAL PESSOAL	216
	PONTOS DE SERVIÇO – QUANTIDADE DE PONTOS DE SERVIÇO	228
	ÁREAS FIXAS (ÚTEIS)	240
	HORAS SEMANAIS ABERTO AO PÚBLICO	251
	DIAS POR ANO ABERTO AO PÚBLICO	262
	MICROCOMPUTADORES – TERMINAIS	271
	TOTAL MICROCOMPUTADORES – TERMINAIS	281
	FINANÇAS – DESPESAS CORRENTES	291
	DESPESAS COM CAPITAL	303
	TOTAL DESPESAS EURO	314
	UTILIZAÇÃO DE RECURSOS – EMPRÉSTIMO	326
	CARTÕES DE LEITOR EMITIDOS PELA 1ª VEZ NO ANO	326
	PEDIDOS DE EMPRÉSTIMO POR IDADE	348
	TOTAL PEDIDOS DE EMPRÉSTIMO ANO	348
	TOTAL DOCUMENTOS EMPRESTADOS	348
	TOTAL OUTROS DOCUMENTOS EMPRESTADOS	381
	EMPRÉSTIMO ENTRE BIBLIOTECAS	393
	ANIMAÇÃO CULTURAL	400
	ATIVIDADES REALIZADAS	404
	AÇÕES DE FORMAÇÃO	408
	SERVIÇOS BIBLIOTECÁRIOS À COMUNIDADE	410
	PRESENÇA NA INTERNET	416
8	- APRESENTAÇÃO DAS CONCLUSÕES	425
8.1	- FUNDOS/RECURSOS DOCUMENTAIS	491
8.1.1	- <i>Análise de monografias existentes - abertura</i>	425

8.1.2	- <i>Análise de monografias existentes - 2014</i>	431
8.1.3	- <i>Análise de outros documentos existentes</i>	434
8.1.4	- <i>Taxa de crescimento do fundo desde a abertura até 2014</i>	435
8.2	- PESSOAL/RECURSOS HUMANOS	437
8.3	- PONTOS DE SERVIÇO	438
8.4	- DIAS POR ANO DE ABERTURA AO PÚBLICO	441
8.5	- HORAS SEMANAIS DE ABERTURA AO PÚBLICO	501
8.6	- TECNOLOGIA – MICROCOMPUTADORES	446
8.7	- DESPESAS CORRENTES	447
8.8	- EMPRÉSTIMO DOMICILIÁRIO	448
8.9	- CARTÕES DE LEITOR	450
8.10	- EMPRÉSTIMO ENTRE BIBLIOTECAS	451
8.11	- ANIMAÇÃO CULTURAL	451
8.12	- ATIVIDADES REALIZADAS	452
8.13	- AÇÕES DE FORMAÇÃO	452
8.14	- SERVIÇOS BIBLIOTECÁRIOS À COMUNIDADE	452
8.15	- PRESENÇA NA INTERNET	452
8.2	- A TÍTULO DE CONCLUSÃO	454
	BIBLIOGRAFIA	455
	RESUMO (ESPAÑHOL)	464
	RESUMO (INGLÊS)	469